

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS



A condição territorial:
Contributos para uma Filosofia da Geopolítica

Ivan Jorge Sousa Pessoa

Orientador: Prof. Doutor José Gomes André

Coorientador: Prof. Doutor José Viriato Soromenho-Marques

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de Doutor em Filosofia

2022

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS



A condição territorial:
Contributos para uma Filosofia da Geopolítica

Ivan Jorge Sousa Pessoa

Orientador: Prof. Doutor José Gomes André
Coorientador: Prof. Doutor José Viriato Soromenho-Marques

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de Doutor em Filosofia

Júri:

Presidente: Doutor António Pedro Sangreman Proença de Marcelino Mesquita, Professor Catedrático e Diretor da Área de Filosofia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Vogais: Doutor Alexandre Guilherme Barroso de Matos Franco de Sá, Professor Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra;
Doutora Mónica Alves Dias Tischler, Professora Associada do Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica Portuguesa;
Doutora Adriana Conceição Guimarães Veríssimo Serrão, Professora Associada com Agregação Aposentada da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa ;
Doutor Carlos João Tavares Nunes Correia, Professor Associado da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa;
Doutor Pedro Manuel dos Santos Alves, Professor Associado da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa;
Doutor José Manuel Gomes da Silva André, Professor Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (Orientador)

“A atenção é a forma mais rara e pura de generosidade”, como bem disse Simone Weil. Dedico esta tese às pessoas que, dispensando parte da atenção privada às minhas demandas (ao longo desse período doutoral), me renovaram interiormente. Confesso que sem as presenças nominais e espirituais de Deus (“*Aquele que, em mim, é mais eu do que eu mesmo*”, segundo Paul Claudel), da minha esposa Glaucia (a quem devo tudo o que consegui realizar nesta tese; a minha mansidão de espírito; a minha amada e companheira; a minha confidente e analista; a minha bússola); dos meus Pais Humberto e Denise (aqueles que, amando duplamente em razão da distância, descobri mais do que nunca que são a razão de ser da minha própria existência; aqueles a quem recorri em cada dificuldade; em cada sensação de frio ou desamparo; o meu composto porto seguro); da minha Tia Jaciara (quem me ajudou quando precisei, e não se esgueirou); da minha sogra Jacileide Cristina (quem mui, solícitamente, atendeu aos meus pedidos de socorro com um sonoro: sim!); da minha irmã Flávia (quem, com suas tempestades e oscilações, sempre me estendeu uma palavra de conforto e as mãos abertas). Registo com muito pesar, a partida da minha Madrinha, Tia Selma Pessoa; quem, em nosso último contato, me disse que viver em Portugal - ao longo de quatro anos - demoraria muito. Infelizmente, não tive tempo para dizer que a amava, mas devo à sua fatídica partida a descoberta do sentido da vida: *morre-se para que possas amar*. “*Amái o que jamais não se verá duas vezes*”, eis o único imperativo possível, segundo a lição de Alfred de Vigny.

Ademais, dedico esta tese aos Mestres que Portugal me apresentou, sobretudo, aqueles que tive a sorte de ver (na condição de aluno) na Universidade de Lisboa: Professora Adriana Serrão (um verdadeiro acontecimento filosófico; quem me provou como se pode falar em Kant como quem tomasse uma despreocupada, e não menos prazerosa xícara de café), Professor Pedro Galvão (aquele que, com uma nobreza incomum, me recepcionou naquela Universidade, cuja primeira impressão e admiração se confirmariam ao longo do convívio, despertando-me para a peculiaridade portuguesa da apreensão lógica e paciente das coisas), Professor Pedro Mesquita (quem, como aristotélico, me fez ver a atualidade da Filosofia clássica, não como curiosidade arqueológica, mas como experiência substancial), Professor José Gomes André (quem, desde a primeira aula já cobijava-o como orientador, sobretudo, pela capacidade enciclopédica de ver um problema filosófico à luz de sua amplitude e um domínio incomum da Filosofia Política de John Rawls, quem, apesar de não suportar na ocasião, se revelou indispensável desde então), Professor Viriato (aquele que, desde a primeira aula sobre a zona do euro, personificou a figura do que gostaria de ser quando crescesse, intelectualmente; constatação que se confirmou quando, ao término de

uma de suas aulas, se voltou inesperada e respeitosamente em minha direção - como velhos amigos que se reencontrassem - e soltou a frase: *Sabias que Denis de Rougemont era federalista?*). Agradeço, igualmente, ao Professor Carlos João; alguém que, desde as primeiras demonstrações de interesse em estudos doutorais na FLUL, se mostrou disponível para orientação e auxílio, ainda que os rumos tomados pelos Seminários modificassem o curso do projeto inicial.

Esta tese é dedicada, igualmente, aos amigos que Lisboa me trouxe: em especial, Rosa (a russa mais brasileira dentre os portugueses; quem, na condição de senhorio, se fez amiga), Leticia e Ualisson (pelos sonhos e histórias vividas ao longo da trajetória entre Olivais, Queluz e Pontinha), Diogo e Josi (pelo convívio breve, mas importante em Queluz), Jeovet Baca (quem, com a ancestralidade que nos liga pelos vínculos entre Angola e Brasil, se dispôs a me ajudar quando as circunstâncias trazidas pela pandemia assim exigiram) e aos amigos de turma que, ainda que de modo breve, marcaram essa caminhada, como Maribel Sobreira, João Fagundes, Diogo Santos, Ivan Laranjeiro, Luca Onesti, Gonçalo Novo, João Carvalho, Reginaldo Souza e Márcia Alves. Agradeço, imensamente, aos amigos e Professores do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas (Campus Pinheiro) da Universidade Federal do Maranhão, na pessoa do sempre providencial Prof. Adriano Farias. Sem o auxílio e compreensão dos Professores do Campus (que sempre cancelaram a prorrogação desta pesquisa), muito do que aqui elaborei, resultaria insuficiente.

Destaco, aliás, que – entre mortos e feridos – esta tese é registo e consequência de duas passagens históricas decisivas que, entre os meses de março e junho de 2020 (período da primeira onda da covid-19), vitimou amigos e entes queridos; além dos primeiros clamores de guerra na Ucrânia, no instante apreensivo em que me preparava para a defesa deste trabalho, em fevereiro de 2022. No mais, à guisa de recordação, não poderia esquecer o desencarne precoce do meu primo Antônio Carlos (vítima da covid-19, com então 36 anos); partida que, abalando-me profundamente, me distanciou desta pesquisa ao longo de quatro meses, de modo que a escrevi em intercalados quinze meses. A atenção, a forma mais pura da generosidade, também cabe aqui como um agradecimento (ainda que distante) ao casal de sírios que, esmolando em Jemaa el-Fna - em Marrakesh, nos idos de 2016 - modificou a minha vida pessoal. Sem aquela conversa ainda estaria, preguiçosamente, na cama de Procusto dos ‘dogmáticos’.

Estes perenes esforços humanos em - partindo de certa experiência prévia - depreender um senso de permanência em meio à mudança, desde a busca pela proporcionalidade intrínseca (*logos*) daquilo que vigora, daquilo que é; que surge a partir da depuração das formas simbólicas em elementos irreduzíveis, em unidades racionais, eis o que caracteriza, preliminarmente, a atividade filosófica. Em razão desse esforço (próprio de uma ‘*ciência procurada*’, doravante *zetouméne epistéme*, segundo Aristóteles) se pode avaliar que o objeto da filosofia é latente, de modo que empenha o próprio filosofante a (buscando-a) contemplá-la; e, eventualmente, contemplando-a, vislumbrar as suas próprias compensações. Se, como diria o Estagirita: “*tantas são as partes da filosofia (...) quantas são as substâncias*” (Metafísica Γ 1004a 2), se pode avaliar que o empenho vital de tal busca bifurca-se em quantas veredas e o quanto de Verdade se suporta. Nesta tese, o empenho se volta para a substância da Geopolítica clássica que, como um substrato para os seus atributos (sem os quais não teriam em si mesmos razão de ser), a diferencia de ciências afins (Geografia Política e Relações Internacionais) por meio de seu conteúdo formal: o território como correlato espacial que, por vias políticas, se torna autônomo a este próprio ato. Concomitantemente, interessa responder qual a implicação entre o surgimento da Geopolítica como expressão da cosmovisão ocidental, cujos condicionantes epocais e filosóficos (expressivos ao redor da Paz de Vestfália, além do enfoque moderno, e não menos gnoseológico voltado à Natureza) moldaram os símbolos espaciais (constantes nas idealizações dos impérios, soberanias e nações) até libertar o território de quaisquer constrangimentos confessionais ou religiosos. Portanto, interessa a esta Filosofia da Geopolítica um duplo movimento que, buscando-a em sua contínua diferença específica (dos saberes afins e dentre as cosmovisões), procura intuir os poderes que (empenhados no reordenamento espacial de certa porção de terra) são capazes de extrapolar os limites territoriais de sua própria circunscrição, manifestando - simultaneamente - tanto uma mudança histórica substancial, como o impacto incidente sobre vidas humanas.

Palavras-chave: Filosofia, Geopolítica, Território, Espaço, Símbolos, Império, Soberania, Nação.

These perennial human efforts in - starting from a certain previous experience - reveal a sense of permanence in the midst of change, from the search for the intrinsic proportionality (*logos*) of what prevails, of what of what is while it is; which arises from the purification of symbolic forms in irreducible elements, in rational units, this is what characterizes, preliminarily, the philosophical activity. Due to this effort (typical of a '*science that seeks itself*', henceforth zetouméne epistéme, according to Aristotle), it can be assessed that the object of philosophy is latent, so that the philosopher himself is committed to (seeking it) to contemplate it, and, eventually, contemplating it, envision its own compensations. If, as the Stagirite would say: "*there are as many parts of philosophy (...) as there are substances*" (Metaphysics Γ 1004a 2), one can appreciate that the vital endeavor of such a search forks in how many paths and how much Truth is supported. In this thesis, the commitment turns to the substance of classical Geopolitics, which, as a substrate for its attributes (without which they would not have a reason in themselves), differentiates them from related sciences (Political Geography and International Relations) through of it's formal content: the territory as a spatial correlate that, through political way, becomes autonomous to this very act. Concomitantly, it is interesting to answer what is the implication between the emergence of Geopolitics as an expression of the Western worldview, whose historical and philosophical conditions (expressive around the Peace of Westphalia, in addition to the modern, and no less gnosiological approach focused on Nature) shaped the spatial symbols (constant in the idealizations of empires, sovereignties and nations) until liberating the territory from any confessional or religious constraints. Therefore, this Philosophy of Geopolitics is interested in a double movement that, seeking it in its continuous specific difference (of related knowledge and among worldviews), seeks to intuit the powers that (engaged in the spatial reordering of a certain portion of land) are capable of to extrapolate the territorial limits of its own circumscription, manifesting - simultaneously - both a substantial historical change and the impact on human lives.

Keywords: Philosophy, Geopolitics, Territory, Space, Symbols, Empire, Sovereignty, Nation.

“Imperare sibi maximum imperium est”.¹

Lucius Annaeus Sêneca

¹ “O governo mais difícil é o governo de si mesmo.” (*Epistulae Morales ad Lucilium*, 113, §24).

Sumário

Apresentação	11
Introdução	13
Questão de partida	17
Problema	18
Estado da arte	20
Estrutura e objetivos	27
Particularidade metodológica quadridimensional	29
Pertinência da tese	30
PARTE I	34
Elenco ontológico fundamental	34
§1	34
§2	35
§3	36
§4	37
§5	38
§6	40
Categorias ontológicas elementares	40
PARTE II	42
§1	42
§2	43
PARTE III	46
§1	46
Investigação analítica sobre a Geopolítica	46
§2	50
Investigação sintética sobre a Geopolítica	50
B	54
§3	57
§4	57
Dos meios de ação	57
§5	62
Dos núcleos intencionais ou eixos de impulsão	62
B.....	66
C.....	67
D	68
E.....	69
PARTE IV	72
§1	72
Considerações esquemáticas sobre a fenomenologia	72
§2	77
Do espaço imanente	77
§3	79
Da corporeidade	79
§4	82
Do espaço imanente da corporeidade	82
§5	87
Da relação ôntica	87
§6	89
Da impenetrabilidade:	89
o limite como constitutivo da relação ôntica	89
§7	92
Do círculo da imanência mundana	92
§8	96

Dos condicionantes	96
§9	103
Da condição territorial	103
§10	106
Dos atos.....	106
§11	108
Do fenómeno geopolítico	108
§12	110
Da estranheza	110
PARTE V.....	115
§1	115
Dos símbolos espaciais.....	115
PARTE VI	121
§1	121
Cratologia fundamental	121
<i>Das necessidades onto-biológicas e dos Eixos de impulsão</i>	<i>126</i>
Comentário sobre o Quadro relacional	126
§2	130
Dos ciclos cosmovisantes	130
§3	136
Cratologia do macropoder	136
B.....	139
§4	141
Cratologia dos Impérios	141
B.....	143
***	145
§5	147
Das sínteses cosmovisantes imperiais.....	147
§6	149
Análise da composição territorial europeia.....	149
*Eixo capital: O senhor de terras.....	151
*Eixo marcial: A força militar	153
PARTE VII.....	159
§1	159
Hermenêutica da cosmovisão ocidental.....	159
***	159
§2	167
Da cosmovisão ocidental	167
***	168
***	175
§3	182
Análise hermenêutica da soberania	182
***	184
B.....	186
C.....	189
D	191
E.....	198
F.....	201
§4	204
Consequências espaço-temporais da soberania	204
§5	210
Investigação hermenêutica sobre a Nação como símbolo espacial.....	210
B.....	211

C.....	212
D.....	215
§6.....	217
Da cosmovisão europeia em <i>differentia specifica</i>	217
B.....	221
§7.....	223
Da territorialidade prussiana	223
PARTE VIII	232
§1.....	232
Da moderna conceção filosófica de natureza	232
e dos pressupostos da Geopolítica	232
B.....	233
Da analogia do Estado como organismo.....	233
C.....	237
Da influência kantiana sobre a nascente Geografia	237
§2.....	246
Das especificidades conceituais da Geopolítica clássica	246
A.....	246
Friedrich Ratzel e Rudolf Kjellén	246
B.....	248
Do Estado como organismo na visão Geopolítica de Ratzel	248
C.....	257
Rudolf Kjellén:.....	257
<i>Do fundador dos conceitos elementares da Geopolítica</i>	257
D.....	260
Karl Haushofer:	260
<i>Da Geopolítica como instrumentalização do poder territorial.....</i>	260
***.....	261
***.....	269
§3.....	272
Desdobramentos da Geopolítica clássica:.....	272
<i>Para além do eixo franco-prussiano</i>	272
A.....	272
Halford John Mackinder:	272
<i>Da teoria do pivô geográfico da história.....</i>	272
B.....	276
Alfred T. Mahan:	276
<i>Da conceção geopolítica do poder marítimo.....</i>	276
C.....	279
Nicolas John Spykman:.....	279
<i>Das condições geopolíticas do poder global</i>	279
D.....	281
Alexander P. de Seversky:	281
<i>Da conceção geopolítica do poder aéreo.....</i>	281
E.....	282
Do fenómeno geopolítico como macropoder	282
Considerações finais:	287
Da Geopolítica como.....	287
índice nostálgico da cosmovisão ocidental.....	287
B.....	303
Bibliografia consultada	308

Vinte anos se passaram até que Montesquieu concluísse, parcialmente, sua maior obra: “*Do Espírito das Leis*” (1748) e vislumbrasse suas deficiências em um diálogo. Na perspectiva de apresentá-la aos amigos Fontenelle, Helvetius e outros igualmente eruditos, a recusa foi unânime: “*Não publique esta obra!*” Como a própria história das ideias nos prova, todos se equivocaram. Entretanto, por parte de Montesquieu – por mais que fossem pungentes – todas as observações foram incorporadas, reafirmando a necessidade filosófica do diálogo. *Paciência*, eis a palavra que poderia antecipar o esforço intelectual de quem está em processo de confecção de uma ideia enquanto tese; esforço que me faz recordar a inquietude de Julien Benda que, pelo que consta o testemunho de Jean Guitton, demorou cinco anos para finalizar sua obra: ‘*Belphégor*’ (1918) em função da palavra decisiva a ser escrita desde a primeira frase – a palavra-síntese capaz de desencadear o próprio processo intuitivo. Em meu caso, especificamente, sempre que leio a palavra: ‘*Geopolítica*’ em notícias referentes a algum conflito alhures, capto o seu uso semântico e imediata perplexidade: ‘- *essa palavra contextualiza tudo, mas como toma os fenômenos sem empreender uma diferença específica com a própria política que a fundamenta, logo os compromete retroativamente.*’ As razões que me levaram a esse estado perplexo serão esclarecidas a seguir, de modo que há nesta tese muito mais uma investigação de caráter biográfico, que meramente uma produção técnica ou professoral.

O incômodo, como estado coextensivo ao espanto, é o despertar da experiência filosófica, de modo que – avaliando os motivos que me levaram a tal pesquisa – os creditaria a uma dúplici viagem que fiz em setembro de 2016, na companhia da minha esposa, às cidades de Madrid e Marrakesh, respetivamente. Enquanto na primeira presenciamos a expulsão violenta de um romeno maltrapilho, em um restaurante na movimentada Plaza Mayor (sob a alegação estridente de incômodo aos clientes, e com a seguinte advertência, marcadamente, xenófoba: ‘-*Volte para o seu país!*’); na segunda conhecemos um casal de refugiados sírios esmolando mui discretamente no entrechoque dos turistas que se apressavam para conhecer a exótica e convulsiva panorâmica humana na praça Jemaa el-Fna. Na companhia de um amigo marroquino, Abdullah, que solicitamente se pôs a traduzir a algaravia de pesarosas lamentações, adentramos os pormenores do conflito que, àquela altura, já há muito se demorava. Por meio daquela conversa, naquela tarde e naquela ocasião reavaliei o percurso acadêmico que fizera até então, sentindo o peso do que Xavier Zubiri chamaria de: ‘*solidão sonora*’, incômodo que – não sem me dar conta – já me estimulava interiormente à volta às coisas mesmas, ou seja, aos problemas reais; muitos dos quais a minha leitura heideggeriana silenciava em nome da equidistante busca pelo ser. Daquele

encontro sobreveio a vontade de elucidar (ao menos para mim mesmo) as motivações e as razões que precipitaram a Síria (em específico) e o Oriente Médio em um litigioso estado de suspensão; no contexto da Primavera Árabe, cujo empenho intelectual exigir-me-ia reajustar as análises filosóficas, alargando-as, à realidade dos conflitos. Passados alguns meses, de posse da tese esboçada por Holsti em *'Peace and War: Armed conflicts and International order 1648-1989'* (Cambridge University Press, 1991) encontrei a forma filosófica daquilo que me inquietava. Segundo Holsti, de 1648 a 1914, mais da metade das zonas de conflito estavam diretamente vinculadas a problemas de ordem territorial, número que, entre 1945 a 1989 – muito em razão do esfacelamento das unidades imperiais e processo de globalização – caiu para 24%. O dúplice assombro anteriormente vivido e a descoberta de Holsti levaram-me a uma certeza: a de que se, por óbvio, as relações humanas pressupõem um fundo material irreduzível, aliás, um território como morada, logo é natural que os conflitos e animosidades espaciais (a que se voltam as questões nacionais) reportem sobre este fundo o apelo emotivo do *dramatis personae*, de sorte que esboçar uma reflexão filosófica acerca desse conceito se tornou, desde então, uma incontida prioridade.

Sendo assim, em toda esta panorâmica filosófica, eis que a questão mais premente tem por núcleo a seguinte inquietude: *Quando o território, tomado voluntariamente como uma extensão natural da posição e distribuição dos corpos no espaço, tornou-se um problema, genuinamente, filosófico? Por que, em seu nome, o clamor à soberania e à autodeterminação desencadeiam mais conflitos, guerras e dilemas territoriais que, propriamente, a paz entre os povos? Seria o território, o princípio ou o fim sobre o qual se deslocam as mais ambiciosas tomadas de decisão política?*

Refletir, destarte, sobre o território a partir de um enfoque oportunamente filosófico e, em seguida, lançar luz sobre quais as razões que motivaram o surgimento da Geopolítica em dada circunstância epocal, quiçá, seja um bom plano de instrução àquilo que desenvolvi nesta tese. Em linhas gerais objetiva-se empreender um duplo movimento (tético e descritivo), em que se projeta simultaneamente os seguintes tópicos: A) Ponderar sobre noções prévias tomadas como correspondentes (como a distinção entre espaço e território, força e poder; substância e ação) que constituem, em ato, a própria dimensão da Filosofia da Geopolítica; esta que surge por meio de um conjunto de intuições voltadas à descrição do fenómeno geopolítico, e, B) neste mesmo movimento, dissertar sobre o surgimento da Geopolítica, cujos condicionantes epocais e filosóficos remontam ao horizonte intelectual e político da Prússia do século XIX e, mais genericamente, à cosmovisão europeia.

Em 1934, a jovem Simone Weil escreveu: “*O pensamento só se forma no espírito quando isolado perante si mesmo; as coletividades não pensam. (...) A única faculdade genuinamente individual é o pensamento, tudo mais pode ser imposto de fora pela força.*” (*Quadro teórico de uma sociedade livre*, 2017, p.93). Na ocasião, a pensadora tinha 25 anos, mostrando já àquela altura, uma maturidade intelectual que ainda hoje mostra-se incomum, sobretudo, por um detalhe decisivo. Weil alertava para uma obviedade que, apesar do caráter objetivo, passa eventualmente despercebida: as coletividades, bem como as grandezas englobantes², doravante aquelas que se referem à totalidade (Estados, nações, países), não pensam. Bem mais que isso: não se deslocam, não sentem e nem ofegam. Ciente de que Estados, nações e países não dispõem desta faculdade, apesar das guerras reais travadas por sobre mares e continentes, nada mais natural do que se questionar: *ora, qual é a causa dessa sobreposição que, de modo hipostasiante, sufoca indivíduos concretos em nome de grandezas englobantes? À proporção que avançava em descobertas similares às estimuladas por Simone Weil, percebia que a harmonia pré-estabelecida de noções totalizantes, constantes na Geopolítica, ora levava-me a uma série de mal-entendidos, ora embotava-me a compreensão. Com efeito, há veios de sangue entre vias arteriais e territórios.*

² Tais grandezas englobantes, similares a sincategoremas (como: todo, nenhum; expressões que carecem de autonomia semântica) obtém por deformações (cada vez mais amplas ou extensas) uma série de semelhanças locais. Submetem a diferença e a dessemelhança, uniformizando-as. Em outras palavras, a utilização de termos como: Povo, Nação, Estado (como correlatos sobredeterminantes) conformam o mundo em uma espécie de uniformidade qualitativa; como se os interesses e propósitos (no âmbito das Relações Internacionais ou de Política Internacional) fossem convergentes. A cartografia dos fluxos e processos geográficos representa o mundo como um ideal vazio, em um espaço tridimensional absoluto. Não surpreende que o conceba frio e desabitado. Ademais, se - por vias kantianas - o infinito da potência e o absoluto da grandeza não são representáveis espaço-temporalmente, pois são Ideias Puras; apreensíveis apenas por ‘apresentação negativa’, como consequência, grandezas englobantes se impõem (de modo crescente) pela deformidade.

A precisão própria à filosofia, e daí sua finalidade relativa, consiste na sua possibilidade metafísica de capturar o fenómeno *in statu nascendi* ou no movimento que o traz ao ser, e não especificamente na inércia de ser já constituído enquanto tal. Sendo assim, destaca-se que para a Filosofia da Geopolítica³ (a ser atualizada no decurso desta tese), o objetivo é compreendê-la na antecedência de seu ponto inercial, que, aliás, suprime o tempo e os agentes sob a hipóstase dos Estados e soberanias, propondo-a um recuo ao movimento elementar que a constitui, a saber: *o da dinâmica (disruptiva e particular) entre indivíduos reais (voltados a interesses territoriais), cujos atos - tensionados entre alentadas justificativas intelectuais e ações políticas - desencadeiam efeitos para além de suas respectivas comunidades; com propósitos ambiciosos que, por certo, marcam o esforço intencional de transpor uma série de extremos, relativamente, irreconciliáveis, como: poder/liberdade; natureza/território; espaço/tempo. Inadvertidamente, o objeto da Geopolítica é a relação que se estabelece entre unidades estatais em seus respectivos territórios que, relativamente próximas ou distantes, equilibram ou desequilibram a dinâmica interna de outros territórios, compondo assim a balança do poder regional ou global. Por certo tal relação tende, em situações excepcionais, a impactar os agregados territoriais adjacentes ou relativamente distantes; objeto que ressoa – ampliado – quão mais cruéis são as espécies do fenómeno geopolítico: guerras, diferenças étnicas, credos e confissões religiosas, litígios territoriais motivados por causas nacionalistas ou unidades de propósito ideológicas; fenómenos que, a despeito de suas especificidades, implicam em mudanças históricas substanciais, além de mobilidade e deslocamento⁴.*

³ Em artigo sobre o filósofo espanhol Eugenio Trias, Alberto Sucasas Peón escreve algo pontual acerca das chamadas ‘*Filosofias Segundas*’, cuja condição acessória é reportável àquilo que ambiciono nesta tese como Filosofia da Geopolítica, a saber “ *Hoy (y el adverbio designa un vasto intervalo temporal aún no concluido, el de la posteridad de Hegel: nuestro presente filosófico es, en su raíz misma, poshegeliano; venimos después del último de los sistemas, siendo para nosotros el discurso clásico - justo aquel que hizo de la filosofía sistema, pensamiento totalizador que enuncia exhaustivamente la naturaleza del ser, soberana onto-logía- un pasado irrecuperable, tanto para el pensador que contempla con nostalgia sus ruinas como para el que se ensaña en denunciar la hybris de su ilimitada ambición), la filosofía parece haber renunciado a lo que seculannente fue su vocación más íntima, la de ser genuina metafísica. Clausurado el acceso a la philosophia pro té, sólo queda ejercitar la reflexión en el cultivo de las ‘filosofías segundas’ (las filosofías de ... : de la ciencia, del arte, de la religión, de la política, del lenguaje ...). Tal parece ser el humilde destino del pensamiento en nuestro tiempo. Acosado por un persistente malestar: el de explorar categorialmente diversas regiones óticas, y sus correlatos discursivos, sin contar para ello con brújula ontológica. No obstante, cualquier otra tentativa se revela extemporánea o intempestiva.*” (1999, p.199). Em razão dessa observação é que se esclarece a via preferencial aqui adotada que - longe de se estribar em uma concepção unilateral de caráter sistêmico (próprio das deduções metafísicas) - prefere extrair (sob um múltiplo enfoque) dimensões relativamente autônomas sobre um único objeto, a saber: o macropoder.

⁴ O fenómeno geopolítico é sim readaptável em tempos de paz, mas com um porém: sempre que visa, através de uma conciliação de interesses entre dois ou mais agentes políticos, minimizar os eventuais ataques de uma ameaça estrangeira, advindo dessa preocupação estratégica: os pactos, as alianças, blocos e zonas de influências que, se antecipando a um estado de coisas ameaçador, equilibra uma eventual desproporção de forças; algo que ficará mais claro, ao longo da tese, no: §3, *Parte VI (Cratologia do macropoder)*. Em outro contexto: tratados

A conversão mais imediata deste anseio filosoficamente desafiador se dá sob a seguinte inquietação: *como os fenômenos geopolíticos (lutas intestinas interestatais e seus efeitos: êxodos regionais, migrações em massa) efetivaram este atual estado de coisas*⁵? Como se dá na atualidade de uma circunstância presente (na qual, certas ações político-ideológicas desencadeiam efeitos tardios impremeditados), e que surge tão logo uma informação midiática seja propagada, o ato que toma um fenômeno geopolítico como conhecido é o ato da autocompreensão epocal; ato em que a experiência da situação atual é vivida como incômodo, sobretudo, pela composição simultânea da perplexidade (pelo conjunto de episódios que se nos reportam a uma barbárie constantemente reclamada como pretérita) e apiedada comoção. Neste movimento que, espantado, volteia aquele que o vivencia, a mera perplexidade de quem o investe, recua às instabilidades das circunstâncias históricas, testemunhando-as desde um plano decisivo. Em um horizonte epocal continuamente globalizado, um conflito aparentemente distante pode precipitar mudanças e impactos cada vez mais próximos. Por oportuno, destaca-se: “*Um tumulto intercomunitário que se desenvolve na Índia faz nascer um espaço de conflitualidade realmente internacional, que transcende tanto as lógicas de Estado com as lógicas de território.*” (BADIE, p.182). Como não há evidência primeira para a experiência filosófica que não pressuponha um sujeito concreto, o princípio radical para a inflexão pretendida com a Geopolítica, guarda o seguinte tom: “*A existência de que estamos mais seguros e que conhecemos melhor é incontestavelmente a nossa*”, diz-nos Bergson em ‘*L’évolution créatrice*’ (1907). Em razão disso é que se observa que lidar com uma experiência filosófica, destarte, implica a possibilidade de uma presença, cuja adaptação em contexto geopolítico remete àquela que, em nós mesmos, é a mais atual por ser insuprimível. Em outras palavras - recuando à experiência de si mesmo em dado contexto - isso se converte na seguinte suspeita; suspeita aparentemente inocente: *O que assegura, efetivamente, que aquilo que entendo por ‘minha vida’ e a dos meus familiares, bem como amigos diletos, esteja a salvo em tais circunstâncias? Quais forças seriam capazes de pô-las em risco?*

Deste modo, no esforço de incrementar a aparentemente inocente pergunta, cabe um exercício filosófico. Em uma série regressiva de eliminações exercida pela imaginação, sempre restará um resíduo último como presença, cuja unidade arquetípica pode ser

comerciais, relações diplomáticas, acordos bilaterais só são expressões geopolíticas quando desencadeiam efeitos duradouros sobre um estado de coisas, ou seja, reordenam a dimensão espacial dos territórios; modificando-os, inclusive, no exercício ordinário do ‘ir e vir’. Com efeito, diferentemente, do poder político ordinário, o fenômeno geopolítico é da ordem do macropoder, ou seja, do poder efetivo e substancial.

⁵ Segundo Sokolowski (2002), em clara menção a Husserl: uma expressão exprime o seu correlato objetivo, não a sua significação. Tal correlato é o estado de coisas, “*uma parte do mundo*” (SOKOLOWSKI, 2002, p. 175); conteúdo que se remete a algo ainda que na ausência do objeto.

encadeada filosoficamente deste modo: *Se todas as coisas fossem suprimidas, o que restaria de essencial e insuprimível: as leis, os códigos morais, as aquisições civilizacionais?* Em cadeia, suprimindo-se o mundo exterior como inexistente, restará uma evidência inexaurível: a *intuição* (ato imediato ou sem intermediários) do sujeito desse próprio ato imaginário, bem como a experiência do corpo próprio como presença efetiva, que se abre como correlato de suas experiências. Ou seja, suprimindo-se todas as coisas em um ato imaginativo de caráter regressivo restam a unidade compósita daquele que assegura e fundamenta a inteligência: o sujeito (na presença do corpo próprio) e a intuição sobre o próprio ato.

Sendo imediato, o ato intuitivo lança luz sobre aquilo que não se pode suprimir, a saber: sua própria presença fática, de modo que na escala regressiva de supressões, sempre restará extraordinariamente uma possibilidade, ligeiramente convertida em uma unidade irreduzível. Por conseguinte, e mais especificamente naquilo que irá se desenvolver no decurso desta pesquisa, a intuição filosófica (a auxiliar na tarefa de uma Filosofia da Geopolítica) empenhar-se-á em tornar claro para o investigador ou leitor, a intransferível presença de si mesmo (como sujeito encarnado em uma dada circunstância epocal) em meio à simultaneidade de um vigente estado de coisas que, como uma série de acontecimentos reclamados em termos espaciais, o antepõe à particularidade irreduzível de seu tempo. A tradução mais precisa desse processo filosoficamente desafiador se dá sob a seguinte inquietação: *em que medida, fenômenos geopolíticos relativamente distantes (como uma guerra ou migrações em massa em um longínquo país) podem impactar a minha vida e a dos meus semelhantes?* Desta feita, os impactos espaciais distantes fissuram o nexo sucessivo aparentemente progressivo dos processos temporais.

Por certo, e até sob certa disposição transversal, o que interessa à Filosofia da Geopolítica (tão logo as suas minúcias conceituais sejam dimensionadas em âmbito ontológico, fenomenológico, cratológico e hermenêutico) é descrever os efeitos desencadeados por poderes que, em colapso, impulsionam suas testemunhas para além de seus territórios; com o propósito de (por vias intuitivas) aclarar uma certa dimensão sobre – por efeito de contraste – o fluxo temporal a partir dos reclames espaciais. Ser cômico dos propósitos espaciais e das forças capazes de instrumentalizá-los é ser cômico dos poderes que constroem e atuam sobre o tempo dos processos histórico-epocais. Ademais, ser cômico de tal horizonte é ser cômico do seguinte dilema filosófico: *como o tempo e o espaço; o descontínuo e o contínuo são sintetizados em dadas circunstâncias políticas?*

Se interessa a essa Filosofia da Geopolítica (de modo transversal) intuir os indícios dos reclames espaciais que atuam sobre um território e conseqüentemente o impacto sobre o curso temporal dos acontecimentos, interessa-a, especificamente, saber de que forma tais extremos se reconciliam e os seus efeitos. Lançando-a para si mesmo, a pergunta da

Filosofia da Geopolítica cabe na seguinte inquietude: como a extensividade do espaço é capaz de sulcar a sucessividade dos processos temporais? Em outras palavras, e não sem certo caráter descritivo: como o apelo espacializante de um poder, meramente local, é capaz de projetar suas consequências epocais de modo transfronteiriço e, assim, desencadear uma série de fenômenos geopolíticos que, no mais das vezes, torna cada transposição a atualização insuspeitada de antigas diásporas?

Se se torna necessária uma certeza apodíctica para a experiência filosófica que, como um resíduo prévio de uma possibilidade irreduzível, enseja uma evidência inexaurível, a saber: a intuição do sujeito desse próprio ato imaginário como sujeito real, logo o ponto de partida deve ser específico, aliás, voltado a um plano efetivo, o que nos leva a três questões mutuamente implicadas: A). *Sob quais circunstâncias o poder se instrumentaliza de modo a impactar agregados territoriais adjacentes?* B). *Quem são os agentes intelectuais que, no esforço de suprir a síntese entre espaço e território com alentadas justificativas, ensejaram o surgimento da Geopolítica em âmbito ocidental?* C). *Quais as consequências destas ideias para além de seus condicionantes epocais?* O duplo movimento aqui pretendido que, partindo de uma questão preliminar sobre a Geopolítica até a sua expressão material em uma dada circunstância, se reintegra com a questão composta do macropoder⁶ e do fenômeno geopolítico (como efeito tardio da própria política) e dá, de modo panorâmico, uma orientação sobre aquilo que se ambiciona ao longo desta tese, a saber: se o objeto da Filosofia da Geopolítica é a demarcação e descrição do macropoder, e este só se atualiza, excecionalmente, exaurindo (por contração) o esforço vital de quem o suspeita e o instrumentaliza, a preocupação desta Filosofia é extensiva à seguinte questão: *em que medida o homo artifex (como personificação do poder) é capaz de – em prejuízo dos binômios: natureza/território; poder/liberdade/; círculo da imanência/mundo – sacrificar-se pelo afã espacializante de algum anseio nostálgico, ávido por reparação?*

Questão de partida

Como, apesar de ser pressuposta onde quer que o fenômeno geopolítico se insinue como reordenamento espacial do território, a Geopolítica se estruturou como campo do conhecimento (com pretensões científicas) no mundo ocidental, ou dito de modo metonímico: como se tornou consciente de seus próprios fins no Ocidente?

⁶ Quando os termos usuais se cristalizam e, conseqüentemente, petrificam o seu propósito denotativo usual, eis que se faz necessário o suporte transversal de alguma conotação em claro reclame por uma nova gramática conceitual. Nesta tese, o uso dos neologismos: “*macropoder, eixos, vida-mínima, círculo da imanência mundana, micro-ordem, ciclos cosmovisantes*” se presta a este propósito semântico.

Quiçá, a diferença entre a atividade filosófica (em contraponto às Ciências) seja uma maior insusceptibilidade e conseqüente resistência a problemas, afinal – como pontua Wolfgang Stegmüller: “*Via de regra, os problemas filosóficos são considerados constantes, ao passo que, nas diversas ciências, a mudança e o progresso atingem não apenas as teorias, mas também os próprios problemas.*” (STEGMÜLLER, 1977, p. 1). Ora problematizando-se, ora problematizando as demais ciências, a Filosofia efetiva a sua condição irrequieta como a *episteme zetouméne* (a ciência que se busca, em termos aristotélicos), de modo que, face à Geopolítica, seu eventual interesse seja o de retorno a uma ordem eminentemente prévia ou transcendental; no que recuando à própria constituição daquela ciência, se lança à cata de seu bastidor de legitimidade, a saber: o macropoder.

Decerto, já em seu surgimento, a Geopolítica incorreu em um erro que, desde Aristóteles (*Segundo Analíticos I,7*), atende pelo nome: ‘*metábasis eis allo genos*’⁷, desencadeando assim uma transposição entre dois campos demasiado distintos - o campo das Ciências Naturais e o das Ciências do Espírito, cujo lapso fora preenchido pelo esforço ambicioso de dar forma a um conjunto de símbolos espaciais, mas (dada a dificuldade de correspondência entre o espaço puro e a territorialidade), com um excedente intencional: radicado no estado afetivo que, descrito minunciosamente pela fenomenologia, se atualiza não sem certa nostalgia⁸ de um passado apoteótico ávido por ser revivido.

Em outras palavras, no intervalo entre a dedução e a indução; entre a busca por um esquema axiomático acerca das leis da natureza e a sua finalidade última, nesse intervalo (deveras intransponível), os geopolíticos clássicos (referenciados nesta pesquisa) transpuseram-no, mas com um anseio intencional (ligeiramente ideológico) tensionado entre a compreensão geográfico-espacial e a expectativa de um agente que, política e excepcionalmente personificando-a, a tornasse consciente como condução do processo histórico, aliás, como sua consumação.

⁷ “*Nos Segundos Analíticos, Aristóteles estabelece que a metábasis é uma confusão entre gêneros, isto é, uma demonstração que falha em fornecer conhecimento científico, pois tenta provar uma conclusão empregando premissas contidas em um gênero diferente daquele ao qual a conclusão a ser provada pertence. Ora, isso é um erro, pois uma ciência deve demonstrar as relações necessárias dentro de um mesmo gênero.*” (VIEIRA, Josué Allan. 2016.p. 45).

⁸ “*De fato, na maior parte do tempo a suscitação da nostalgia nos entrega a um estado que carece de referência a algum objeto determinado; sem embargo, longe de ser um mero estado subjetivo, contém uma tendência intencional indireta até um objeto de nosso passado. Assim, a nostalgia não somente adverte indiretamente o valor por um evento passado, senão que desperta um anseio por voltar a vivê-lo tal e como se viveu então. Mas tudo isso se vive em primeira instância de um modo difuso e passivo. A suscitação da nostalgia ativa os horizontes que, por um lado, explicitam paulatinamente o objeto valorado e, por outro, os horizontes que visam (mientam) o objeto apetecido por uma tendência anelante.*” (QUEPONS, I. 2013, p.120).

De certa feita, tal transposição enseja a inobservância metodológica presente, por exemplo, na especificidade crítica pontuada pelo neokantiano Wilhelm Windelband em sua distinção entre as ciências, diferenciando-as em ciências nomotéticas, ou seja, que deduzem de dados particulares leis universais, e as idiográficas, cujo interesse volta-se para os dados particulares. Entretanto, a depender da complexidade objetividade, um facto pode instigar tanto uma abordagem nomotética como idiográfica; como no caso da Geografia investigada pelo filósofo e geógrafo Alfred Hettner, para quem aquela seria um campo do conhecimento híbrido, nem exclusivamente nomotético nem particularmente idiográfico. Em outras palavras, Hettner entendia que, quando depreendida a lei universal dos condicionantes (como a implicação do clima sobre o solo, por exemplo), a Geografia tendia à nomotética, entretanto, quando se voltava para as relações entre os homens e os territórios, ensejava uma abordagem idiográfica; sendo o seu objeto de investigação (responsável por reconciliá-la em uma unidade sintética) a superfície terrestre. (LENCIONI, pp.122-123). Adaptando-a à distinção de Windelband e à observação de Hettner no tocante à Geografia, se pode concluir que, por extensão, tomando a Geopolítica como ciência nomotética, os geopolíticos clássicos submeteram o carácter ideográfico aos anseios ideológicos de um *wishful thinking* que, como profecia autorrealizável⁹, depositava expectativas à elite política que pudesse implementá-la.

Na tensão entre o físico (com suas leis dedutivas) e as formações do espírito (com suas imprecisões consensuais); entre o meramente corológico e o etnográfico; entre a causalidade mecânica e a liberdade incondicionada, a Geopolítica surgiu como desdobramento natural das circunstâncias epocais e filosóficas, bem como da própria Geografia, ora se projetando pela exatidão técnica e realista, e não menos erudita de seus formuladores, ora pelo carácter fáustico que, com apurada cientificidade, o poder reabilitador dos símbolos espaciais (Impérios, soberanias, Estados e nações) passava a insinuar. Como sintetizar e conciliar o naturalismo de certezas apodícticas com a historicidade de certos processos eminentemente singulares, e (sem prejuízo) submetê-los? Como transpor os extremos que separam a natureza e o território? Portanto, desde a sua gênese, problemas metodológicos subjazem à Geopolítica, em nome dos quais a tensão entre teoria e prática, ciência e ideologia programática viabiliza, simultaneamente, análises geográficas precisas, mas sem inviabilizar o custo das ambições políticas.

⁹ No debate, posteriormente, convertido em livro (*Os EUA e a Nova Ordem Mundial*, 2016), entre os pensadores Olavo de Carvalho e Aleksandr Dugin, mais especificamente na conclusão, o brasileiro destaca a seguinte questão que, aliás, dá a definição precisa de uma profecia autorrealizável: “*O discurso ideológico toma por premissas inquestionáveis suas próprias crenças e valores, num raciocínio circular que se forma sem a possibilidade de prova.*” (CARVALHO, p.217).

Eis o horizonte epistemológico desde o qual se forma a Geopolítica, cuja metábase (como transposição entre dois domínios extremos) desencadeou (desde o seu surgimento) uma série de mal-entendidos; constantes na apropriação que a torna sinónima ora às Relações Internacionais, ora à própria Geografia; quando não, a um substitutivo erudito à ideologia imperialista. Sob certa feita, e de modo preliminar, se pontua que o problema (aqui investigado) diz respeito a um campo do conhecimento que, desde a sua origem, se deu de modo não menos problemático, e cujo desdobramento (sobretudo entre as duas Grandes Guerras) agravou a sua condição nebulosa.

O empenho em minimizar os efeitos de tal dubiedade e, por conseguinte, dirimir parte da confusão ao redor da Geopolítica, vai ao encontro do observado por Ernest Tugendhat: “*A filosofia é a priori na medida em que sua tarefa consiste em esclarecer pressupostos fundamentais de todo o compreender, chegando a isso através da compreensão sobre o nosso compreender.*” (TUGENDHAT, 1976, p.19, apud STEIN, 1997, p.77). Sob certa feita, e em tom antecipador, a conceção de uma Filosofia da Geopolítica, quiçá, seja a de apreender uma síntese capaz de (pela via das quatro dimensões: ontológica, fenomenológica, cratológica e hermenêutica) reabilitar, minimamente, os extremos da metábase; lançando luz, por certo, ao carácter territorializante do poder - suficientemente capaz de não apenas se impor de modo transfronteiriço (sempre que pretende converter a forma pura espacial na emanação de símbolos soberanos, nacionais e imperiais, trazendo-os dos ‘céus à Terra’), bem como de reduzir a vida humana ao mínimo de suas possibilidades.

Estado da arte

A busca por responder por que o espaço e seus condicionantes são capazes de - apesar da continuidade - modificar o fluxo dos processos temporais, ou de que forma as decisões humanas são afetadas pelos condicionantes geográficos, além, é claro, de suas consequências em dado contexto territorial, tal busca remonta à antiguidade, mais especificamente como o anseio de resposta à relação entre o homem e o meio; entre a natureza e o território. A influência de tais condicionantes sobre os eventos e fluxos temporais e - por extensão - dos processos políticos, tem sido uma constante ao longo da História, haja vista, as obras de Tucídides, Heródoto e Políbio¹⁰. Entretanto, como concebê-la em termos científicos e sob premissas apodícticas sem que, ainda que condicionada a certas evidências apriorísticas, minimizar o tom conselheiro da velha arte política a que os

¹⁰ A propósito da influência dos condicionantes naturais sobre os indivíduos, respetivamente: ‘*História da Guerra do Peloponeso*’ (Livro I: 23,3); ‘*Histórias*’ (2.37); ‘*Histórias*’ (Livros I a V).

príncipes eram submetidos? Por certo, o impasse ligeiramente metodológico sob uma ciência que se empenha em dar forma à espacialidade em que os processos políticos se efetivam (espacialidade regida por certo *'horror vacui'*) e o caráter indeterminado ou contingente desses processos (em franco contraste com a exatidão geométrica desse mesmo espaço), revela o impasse originalmente presente à Geopolítica clássica (1882-1942); impasse que, aliás, jamais se fizera suspeitar em períodos da história que, prévios à Vestfália e às exigências soberanas dos reclames territoriais, implicavam (de modo convergente) uma aldeia qualquer ao centro do mundo. Em outras palavras, no instante em que um território se torna, metonimicamente, autônomo ao espaço que o projeta, e, por conseguinte, capaz de submeter outros territórios, a mera atividade de aconselhamento principesco enseja o surgimento de uma ciência da Geopolítica, e com esta, ambições à altura das propugnadas por seus primeiros estudiosos, Ratzel; para quem: *“Há neste pequeno planeta, espaço suficiente para somente um grande Estado.”* (apud Strausz-Hupé, 1942, p.31).

Apesar dos apontamentos de Tucídides, Heródoto, Políbio, é notório que, apenas em meados do século XIX, a relação desarmônica entre homem e meio ou entre a liberdade incondicionada e a necessidade condicionada (mediada pela ação política) obteve, de modo metonímico, um senso autoconsciente de descoberta, radicando-o em um conjunto de análises com pretensões científicas que, ainda que ambicionadas *a priori*, se acercava do poder territorial para conduzi-lo e suplementá-lo. Sob certa feita, sobrepondo os determinantes regulares (como clima e vegetação), cuja extensão tende à simplicidade irredutível do espaço em sua aprioridade, os primeiros geopolíticos enfatizaram o quanto as particularidades geográficas incidem sobre o potencial bem-sucedido ou desafortunado das decisões humanas e, mais do que isso, sobre o meio através do qual estas são efetivamente instrumentalizadas: a política, a partir da qual (por vias legítimas) não apenas o espaço soberano é submetido, mas o fronteiro é ultrapassado, de modo que uma única decisão (ainda que tomada em contexto relativamente privado) é capaz de mudar um estado de coisas e conseqüente fluxo temporal; seja em esfera regional, continental ou global. Em razão dessa perspicácia científica, capaz de perceber a influência dos determinantes regulares e o impacto das decisões humanas sobre o curso dos acontecimentos¹¹, os primeiros geopolíticos

¹¹ *“Em sua acepção mais lata, o termo acontecimento (do latim contingescere, que em sua forma verbal significa acontecer) designa tudo aquilo que ocorre ou acontece no universo em seus diferentes domínios. (...). Em sua acepção mais estrita, especialmente quanto aos acontecimentos históricos, três são as notas que os distinguem e que são retidas pelos historiadores e filósofos: a saber: 1) a singularidade, visto que em sua imediateidade os acontecimentos são afetos ao indivíduo, ao concreto, ao único e ao empírico (Brutus apunhalou César e não o Império ou outra entidade parecida); 2) a irreversibilidade, uma vez que em sua concretude o acontecimento, além de único, não se repete nem volta atrás (não aparecerá um novo Napoleão, César não ultrapassará de novo o Rubicão, Brutus não poderá voltar atrás depois de ter apunhalado César e nem César poderá voltar à vida depois de morto); 3) a efemeridade, posto que em sua unicidade os acontecimentos são acidentes (do latim accidens, o que quer dizer aquilo que ocorre, acontece, afeta um ser), e são desde logo marcados pelo selo da fugacidade, da transitoriedade e da atualidade (‘o passeio existe para*

lograram um êxito decisivo na virada do século XIX, de modo que o seu surgimento se fez acompanhar, quase que simultaneamente, nos grandes centros difusores de então; centros que, com efeito, revelam uma pré-disposição imperial (vinculada à mitologia de certos símbolos espaciais ativos) não menos decisiva, a saber: Alemanha, Reino Unido, França, Estados Unidos, Rússia e Japão.

Resultado de uma imbricação entre estudos biológicos de caráter evolucionista e a autonomia da Geografia das demais Ciências Naturais, a Geopolítica surgiu como um neologismo, mais especificamente por parte do artigo do pensador sueco Rudolf Kjellén: *‘O Estado como forma de vida’* (1916), cuja definição de ciência do Estado como um organismo ou fenómeno geográfico no espaço, já a dimensionava como distinta de qualquer caráter meramente descritivo anterior, revelando assim o seu caráter ligeiramente híbrido, cuja metábase a interpunha entre as exigências metodológicas ora nomotéticas, ora idiográficas. Eis, aliás, a especificidade da primeira vaga aberta pelos geopolíticos pioneiros, qual seja: *como o caráter irreduzível do espaço (geometricamente limitado) viabiliza a mudança temporal substancial (desde um território), suspendendo assim o nexa aparentemente estático dos factos ordinários?* De que forma a localidade ou a bicontinentalidade de um território, em certos casos – agravadas por uma distância ante a qual visões de mundo distintas são observadas – é capaz de marcar o curso das ações humanas em dado contexto? Quiçá, ambas as questões sejam, grosso modo, pontuais à compreensão do que, de facto, ambicionavam aqueles primeiros geopolíticos, a despeito de suas diferenças programáticas ou interesses adicionais.

À proporção que a Geopolítica de Kjellén logrou o êxito accidental da popularidade, e a sua tese sobre a posição geográfica alemã (submetida sobre os determinantes regulares da continentalidade) passou a justificar a derrota dos alemães na Primeira Guerra Mundial, a receção a tal ciência a habilitou não tão somente como um campo do conhecimento com suspeitável respeitabilidade, mas, sobretudo, como um alarme às questões relativas ao próprio poder; muito em função de seu aguçado tom de previsibilidade. Em seguida, por ocasião do entusiasmo dos nazistas com Karl Haushofer, e conseqüente apelo imperialista presente em tal receituário ideológico, aquilo que era apenas uma ligeira impressão passou a ser uma constatação, no que confinou a Geopolítica às ciências daninhas ou indesejadas. Segundo Foster (2006):

A Geopolítica está vinculada à forma pela qual os fatores geográficos, incluindo território, população, localização estratégica e recursos naturais dados, tal qual

mim quando estou passeando; quando eu estou sentado ou dormindo, ele não existe’ – dizia Crisipo). Este tríplice caráter dos acontecimentos (unicidade, irreversibilidade e efemeridade) em verdade não é privativo das matérias históricas e pode muito bem ser encontrado em outros campos do real, por exemplo, o mundo físico.” (DOMINGUES, Ivan, 1996. pp. 101,102).

modificados pela economia e pela tecnologia, afetam as relações entre Estados e a luta pela dominação mundial. A Geopolítica clássica era uma manifestação da rivalidade interimperialista e emergiu mais ou menos na época da Guerra Hispano-Americana (1898) e a Guerra dos Bôeres (1880-1881 e 1899-1902). (p.14)

Entretanto, por sair dos corredores universitários para o decoro sigiloso das alas militares, a Geopolítica passou a ser objeto de investigação de oficiais e estrategistas, no que a tornou decisiva ao longo dos anos posteriores à Segunda Guerra por meio da luta ideológica travada no decurso da Guerra Fria. Extrapolando o plano contínuo dos espaços regionais e continentais, a luta passou a se atualizar através de outro teatro de guerra; sobre o qual outros determinantes são recrutados: o campo relativamente silencioso e imperceptível das ideias e do teor messiânico das ideologias, cujo espelhamento reabilitara a Geopolítica como via metodológica ideal para um vislumbre estratégico da balança do poder. Contribuem, nesse período, os geopolíticos norte-americanos Henry Kissinger e Zbigniew Brzezinski; a revista francesa *Herodote* (fundada em 1976 pelo geógrafo Yves Lacoste), a teoria da dissuasão de Thomas Schelling e as pesquisas de Collin Gray sobre Geopolítica nuclear; para quem a Guerra Fria seria a disputa: “*entre o imperium insular dos Estados Unidos e o imperium da ‘Heartland’ da União Soviética (...) pelo controle/negação do controle das ‘rimlands’ eurásio-africanas.*” (GRAY, 1977, p.14).

Observa-se, de modo preliminar que, como desde seu surgimento a Geopolítica lida com análises (no mais das vezes, acertadas) sobre um estado de coisas que projeta (em âmbito global) os Estados como realidades substantivas, que por sua vez carecem de efetividade biológica, há um excedente (à maneira de um ato com força ilocucionária; com francas consequências perlocucionárias¹²) que descrevendo também sugere, e que analisando também convoca. Uma tal descrição sugestiva (à maneira de um manual de aconselhamento principesco, mas com rigorosa fundamentação científica) dota a Geopolítica de uma modalidade discursiva, cujos argumentos (apesar do teor dedutivo) excedem em intenção e finalidade; à espera, portanto, de um agente que, a deslocando para além das premissas, a atualize faticamente de modo conclusivo. Tal excedente radica a sua natureza na presença excecional e inesperada do arquetípico *homo artifex*; sujeito que, misto de homem de ação e ideólogo, cede a própria vitalidade em sacrifício de suas próprias crenças.

¹² “(...) há o ato ilocucionário (a produção de sons que pertencem a um vocabulário e a uma gramática, e aos quais são ligados um ‘sentido’ e uma ‘referência’, ou seja, uma ‘significação’, no sentido clássico do termo); o ato ilocucionário (produzido ao dizer qualquer coisa, e que consiste da manifestação de como as palavras devem ser compreendidas naquele momento – as mesmas palavras podem ser compreendidas como um conselho, uma ordem, etc.); e o ato perlocucionário (produzido pelo facto de dizer qualquer coisa, ou seja, o ato dá lugar a efeitos – ou consequências para os outros ou para a própria pessoa.)” (AUSTIN, John Langshaw, 1970, p.28).

Ora, o que subjaz de modo latente na seguinte asserção que não um excedente intencional; com franco anseio de efetividade? A saber: “*a Rússia permanecerá como o maior poder militar na Eurásia e o único poder mundial com capacidade para destruir os Estados Unidos.*” (EXCERPTS, 1992; KEEPING, 1992, DORRIEN, 2004, pp. 40-41). Se, na antiguidade, a arte de aconselhamento dos príncipes, oportunizava um demorado diálogo entre conselheiro e aconselhado, cuja excelência e evocação aos valores da nobreza heroica eram superiormente demandados, à proporção que a espacialidade cede aos reclames territoriais, e o mundo se impõe de modo soberano, tal arte passa a ser tornar muito mais funcional, técnica e não menos instrumentalizada, pois que se volta não mais a valores, e sim a extensões de terra como porções materiais do poder. Desse modo, aconselhar um príncipe a uma guerra se faz acompanhar de uma série de advertências estratégicas que, não mais lidando com valores ideais abstratos, mas sim com minúcias geográficas (expressivas ao próprio poder), mobilizam muito mais forças em cooperação do que um mero duelo suspeitaria. Mas, afinal, qual seria a causa determinante de tal mudança; a partir da qual não apenas as relações sobre os territórios não seriam mais regidas nem por valores supremos nem pela titularidade de indivíduos concretos (desde então), mas sim por meio de uma transferência hipostasiante que, em nome de porções de terra, as unidades nacionais se deslocam e se digladiam autonomamente, e em razão da qual a própria Geopolítica intui a forma de sua autoconsciência?

O ponto de rutura, desde o qual a extensividade espacial transubstancia o território se dá com o episódio histórico também chamado de Paz de Vestfália que, no ano de 1648 – ao pôr fim à Guerra dos Trinta Anos (entre católicos e protestantes), originou uma nova ordem territorial e a emanação de novos símbolos espaciais¹³, cuja oficialização consequente (no horizonte político e jurídico europeu) ensejou não apenas um esfacelamento do sistema imperial (já comprometido com a Reforma), bem como o desaparecimento de um espaço cristão unificador. À esteira da Paz de Vestfália, como consequência tardia: a religião perdeu a sua função constitutiva do então subsidiário espaço político, além é claro de

¹³ Uma breve idealização transcendental sobre o espaço prova-o como ilimitado; caso um ponto não se interponha. Toda e qualquer *forma mentis*, empenhada em transubstanciá-lo em ato, determina-o delimitando-o, ou seja, deslocando-o como parte de um todo que o ultrapassa. Desse modo, os símbolos espaciais (quando convertidos em territórios) são atualizados por vias delimitadoras; delimitação que, surgindo politicamente, decorre de um esforço prévio, quiçá, como anseio de compensação do todo como unidade perdida. Tal esforço prévio (empenhado em compensar o todo desde as partes) ressurgue – em certo horizonte de consciência epocal – sempre que, como emanação, reclama ao território os símbolos espaciais de sua restauração, advindo desse apelo à totalidade ilimitada, a *forma mentis* constante nas ideias de Império, soberania, Estado e nação. À proporção que se deslocam das próprias experiências que os originaram, os símbolos se convertem em grandezas englobantes, de modo que suprimindo o nexos vital que os antecede, se impõem de modo absoluto como realidades substantivas. Um exemplo significativo do modo como um símbolo espacial se torna uma emanação, e logo uma hipóstase, se encontra na clássica frase do Imperador Frederico Guilherme I da Prússia, quem - em 1740 - exaltou a expressão material do próprio poder nesses termos metonímicos: “*Je stabilirai la souveraineté comme un rocher de bronze.*” / “*Afirmarei a soberania como um rochedo de bronze.*”

converter os Impérios em soberanias ‘federalis’, no seio das quais passaram a coexistir estados soberanos, principados, cidades e arcebispados. A implicação daí resultante - entre secularização e territorialidade, cujo giro é expressão correlata da simultânea mudança e renovação dos símbolos espaciais - deslocou o eixo da autoridade (anulando as insígnias imperiais e cristalizando o impulso vital) ao princípio da soberania e da autodeterminação, de modo que a territorialidade ocidental pode ser dimensionada, desde então, como um recuo ao seu ponto inercial. Deste modo, o resultado mais precípuo do surgimento da concepção territorial ocidental desde a Paz de Vestfália, se deu com a emancipação da ordem política de qualquer outra tutela.

Já em 1625 com a obra: ‘*De jure belli ac pacis*’, Hugo Grotius concebia um modelo em que, Estados soberanos, pudessem restabelecer a lei natural e a defesa de um sistema de direitos e deveres mútuos, efetivados posteriormente desde a assinatura daquele Tratado. (ver: Otto Gierke - “*Natural law and the theory of society – 1500 to 1800*”, 1957). Thomas Hobbes compunha: ‘*O Leviatã*’ (1651) para celebrar - à maneira de Samuel Pufendorf em: ‘*Direito da natureza e dos povos*’ (1657) - as virtudes da soberania, instrumento geopolítico genuinamente ocidental que passara a representar desde então a emancipação do território de quaisquer constrangimentos culturais, comunitários ou identitários; instrumento que marca não apenas uma cosmovisão, como as razões de ser dessa maquiavélica arte de aconselhamento do soberano moderno: a Geopolítica.

Como consequência, desde então, a mecânica territorial europeia - a partir da qual, a Geopolítica clássica obtém a causa primeira de sua autoconsciência - passa a seguir a noção do Estado como ‘*bola de bilhar*’, em que as decisões e eventuais resoluções de conflitos são radicadas (como a *ultima ratio*) não na pessoa do príncipe, mas nos interesses hipostasiados de entidades nacionais. (ver: Judith Goldstein, Robert O. Keohane - ‘*Ideas and foreign policy: Beliefs, Institutions, and Political Change*’, 1993). Em razão dessa mecânica - cujos símbolos espaciais são emanações ou hipóstases do impulso vital suprimido que, só se efetiva ao se exaurir em autossacrifício - o poder transfere e encobre seus níveis de responsabilidade, e, conseqüentemente, o curso dos acontecimentos políticos passa a ser regido por ideais perfectíveis que não pertencem à ordem das coisas nem da realidade como um princípio. Exaurindo-se, o impulso vital se torna (como a luta pelo ideal nacional) apenas um parâmetro que - quando cristalizado em um território - acaba por levar ao seu contrário, de forma que o reclame por uma nacionalidade só se afirma em detrimento do que a nega. Sendo assim, como ideais não podem ser objetificados (a menos que o sejam como um análogo¹⁴), cada símbolo espacial remete a um valor não-objetivo, ou seja, à substantivação

¹⁴ Cada palavra nomeia uma forma (decorrente de uma experiência) que cria familiaridade quando empregada à realidade. Por vezes, uma palavra de significação geral (*justiça, igualdade racial, orgulho nacional*, por

de um estado pleno de reparação (por vezes insaciado); evocável negativamente sempre que ocorre o seu contrário, de sorte que o movimento suprimido gira centripetamente ao redor de si mesmo em contínuo clamor sacrificial. Em razão disso, não tendo uma substancialidade em si – afinal é um ideal geométrico, por excelência – cada símbolo espacial é um apelo heurístico por totalidade que, não correspondendo ao idealizável, desencadeia seus efeitos tardios e impremeditados.

Em razão da vinculação entre titularidade e territorialidade (própria da concepção ocidental, vestfaliana) - a partir da qual, os agentes políticos são hipostasiados em figuras metonímicas que, como grandezas englobantes, se impõem a despeito da imediata supressão – as demandas locais dos territórios são igualmente encobertas sob os termos de responsabilidades difusas (não-remissivas a sujeitos concretos), de modo que as análises correntes deixam escapar o dado mais elementar: a presença fática e concreta de agentes políticos municiados com reclames espaciais redentores (de raiz mitológico-ideológica, cujas demolições e reconstruções aludem), assentes na evocação nostálgica de certos símbolos de pureza que, como indício formal do tempo¹⁵ indeferido, assombra pelo modo como o espaço se torna passivamente restaurável à proporção que um apelo arcaico, e não menos temporal, se interpõe. A breve menção a tal supressão temporal, que nada mais representa que forças de emanção por meio das quais os símbolos espaciais são atualizados, já dá uma dimensão esquemática do que aqui se objetiva, mais especificamente como suspeita de que o esforço entitativo de converter (em correspondência) o espaço em território (próprio do Ocidente como expressão espiritual da Europa¹⁶) não apenas justifica,

exemplo) torna-se um termo técnico ou heurístico, perdendo assim sua função semântica denotativa elementar, qual seja: ordenar os elementos em um forma proposicional assimilável objetivamente, bem como referir a experiência à realidade. Deste modo, quando utilizada fora do contexto - muito em função das perdas de experiências concernentes àquele termo e consequente alargamento semântico - a palavra traz consigo aquilo que Arthur Lovejoy chamou de: '*pathos metafísico*', ou seja, a ânsia de nomear o inominado, convertendo-se assim em símbolo. (Ver: LANGER, 2004).

¹⁵ O tempo (como fator decisivo dos determinantes dinâmicos, ver: §6, *Parte I*) sempre fora tomado de modo pressuposto pela Geopolítica clássica. Por conseguinte, dada a supressão biológica elementar, as análises geopolíticas correntes tendem a suprimir os indivíduos, constituindo-se, pois, como um conjunto de argumentos mecanicistas que encadeia uma série de acontecimentos epocalmente decisivos, mas sem um relojoeiro. Pela supressão dos indivíduos, que facultam tais acontecimentos, parte expressiva das análises cede ao nexo de um relógio que, por submeter os determinantes dinâmicos como se regulares fossem, tomam os fenômenos geopolíticos como uniformes. A advertência prévia que concebo é esta: a Geopolítica clássica marca a compreensão dos fenômenos geopolíticos à maneira de um relógio parado, que suprime a dinâmica da vida, subjugando-a, desde grandezas englobantes como Estado ou nação. Por conseguinte, por evocar um relógio, tal Geopolítica marca, compassadamente, os fenômenos globais a partir de noções pretensamente uniformes, tomando por pressuposta a relação entre: monopólio legítimo da violência, Estado e unidade política que são - a bem da verdade – efeitos de processos epocais que, ante a emergência dos seus dilemas territoriais outrora reparados ou suspensos, restam (apesar de relativamente bem-sucedidos) como contextualizados a realidades mui específicas.

¹⁶ A relação de sinonímia entre ambos os casos termos, Europa e Ocidental, decorre não apenas da autoconsciência de tal posição geográfica (da qual se espelha, igualmente, uma cosmovisão), mas da relação dialética aberta com a posição imediatamente contrária, a saber: o Oriente; relação que, apesar de remontar às

retroativamente, o surgimento da Geopolítica, como marca a diferença específica da cosmovisão que a sustenta, com efeito, a ocidental.

Estrutura e objetivos

Objetiva-se com esta tese, uma investigação filosófica sobre a Geopolítica clássica (1882-1942), de modo a compreendê-la como fruto da cosmovisão ocidental, bem como lançar luz sobre a sua diferença irreduzível a partir das seguintes dimensões: A) *Ontológica*, por meio da qual, mais especificamente, por meio das leis ontológicas de conservação e expansão, busca-se a essência do poder (do §1 [Parte I] até §5E [Parte III]); B) *Fenomenológica*, cujo propósito é o de não apenas descrever o plano da espacialidade, bem como os símbolos espaciais, mas, em especial, o fenómeno geopolítico e sua consequência territorial como estranheza, cujo resultante é, eventualmente, da ordem da hospitalidade (do §1 [Parte IV] até §1 [Parte V]; C) *Cratológica*, a partir da qual ambas as espécies anteriores serão integradas em um atributo material que as sintetiza, a saber: a noção de Império; símbolo espacial que, com efeito, expressa tanto o limite último do poder (em seu carácter transfronteiriço), como intensificando o processo de reordenamento espacial enseja (de modo crescente) o fenómeno geopolítico (do §1 [Parte VI] até §6 [Parte VI]; D) *Hermenêutica*, desde a qual a Geopolítica passa a ser, simultaneamente, rastreada e compreendida segundo a circularidade de sua própria composição, a saber: a constituição territorial genericamente europeia e especificamente prussiana, desde a qual surgem seus desdobramentos intelectuais ulteriores (do §1 [Parte VII] até §3D [Parte VIII]).

Como a tese aponta para o facto de que o poder se torna cada vez mais efetivo ou impactante quanto mais se esforça em compatibilizar, simbolicamente, a uniformidade espacial em território, destarte, em domínio e titularidade, logo há (ao longo desta tese) uma organização que se desoculta de forma crescente através da forma como o próprio objeto se manifesta desde o campo transcendental, a saber: como mera possibilidade (em âmbito ontológico) até seu limite último de expressão como poder territorial, destacável de modo substancial onde quer que uma evocação simbólica (imperial, soberana, estatal ou nacional), a reclame. Concomitantemente, interessa a esta tese suscitar intuições e reflexões sobre o fenómeno geopolítico em seu processo de constituição (radicada nas consequências trazidas pela objetificação dos símbolos espaciais em realidades); interesse que, ainda que acessório ao longo da investigação, se empenha em fraquear uma espécie de contributo, cuja expressão

primeiras civilizações mediterrânicas ao longo do Neolítico, se intensifica com a invasão Napoleônica no Egipto, em 1798 – fenómeno que, segundo Isabel Pires de Lima (1997), impactara demasiado os círculos intelectuais europeus, despertando-os para o: “*gosto romântico pelo exótico e pelo pitoresco, a par do fenómeno da tradução.*” (LIMA, Isabel. 1997, p.83).

correspondente se totaliza – em uma espiral e em ato – na própria Filosofia da Geopolítica. Outrossim, apesar de uma visada em âmbito quadridimensional; com múltiplos enfoques e exigências metodológicas particulares (reportadas não a partir de um filósofo em específico, mas de filósofos com relativa correspondência); apesar disso, subjaz nesta tese um recuo (com uma predisposição fenomenológica incontida) para a seguinte certeza: onde quer que, instrumentalizado, o poder encontre meios de transpor o seu próprio território e, mais do que isso, modificá-lo integralmente (à maneira de uma reabilitação simbólica espacial), lá se insinuará um fenômeno não exclusivamente político, mas exceccionalmente geopolítico. Objetiva-se investigar a particularidade irreduzível desse fenômeno, cuja unidade arcaica se atualiza no lapso de legitimidade que se abre à proporção que as demandas da política doméstica apontam previamente para as preocupações das Relações Internacionais.

Se tudo é no espaço, e cada conteúdo só se torna inteligível se inserido em dado contexto, cada conteúdo espacial se destaca em um fundo igualmente cheio de conteúdo espacial prévio que, com efeito, não pode ser representado separadamente ante aquilo que o pressupõe. Por conseguinte, o conhecido está sempre ante um horizonte de desconhecido que, envolvendo-o, o delimita, de modo que o esforço de minimizar tal horizonte em busca de maximizar certezas, demanda ‘dimensioná-lo’, ou seja: vê-lo mentalmente sob múltiplas perspectivas; vê-lo em processo de constituição, em *status nascendi*, e – reconstituindo-o, evidenciá-lo contra suas eventuais indeterminações.

Portanto, esta Tese se empenha em - dimensionando o poder sob um duplo movimento (tético e descritivo) - reconstituí-lo à luz de quatro perspectivas ou escala de possibilidade¹⁷, quais sejam:

A) <i>Poder como possibilidade</i> (Dimensão Ontológica)	B) <i>Poder como verossimilhança</i> (Dimensão Hermenêutica)
C) <i>Poder como probabilidade</i> (Dimensão Cratológica)	D) <i>Macropoder como efetividade</i> (Dimensão Fenomenológico)

Ora, mas eis que surge uma eventual questão: em sendo uno, dado o fato de que é uma possibilidade formal (atual em uma unidade determinante), como é que o poder se diferencia e se predica sob múltiplas perspectivas? Resposta: por meio da tensão trazida pela perfectibilidade (§2, Parte I, Elenco Ontológico Fundamental). Em outras palavras: o anseio de maximizar a si mesmo; sobrepor-se, cuja consequência é a transubstanciação; a mudança qualitativa de estados, modula o campo do possível.

Portanto, a presente tese pode ser readaptada à luz da seguinte questão: já que o poder, ainda que uno, tensiona em um anseio de perfectibilidade e maximização absoluta (no que resulta em uma transubstanciação ou mudança qualitativa de estados), como se dá

¹⁷ Por certo, a conceção de tal escala para dimensionar o poder como possibilidade formal, decorre de uma livre adaptação da escala de credibilidade discursiva preconizada por Olavo de Carvalho em obra pioneira: ‘*Aristóteles em nova perspectiva*’ (1996). Segundo Dalla-Rosa tal escala de credibilidade pode ser concebida nesses termos: “o discurso desenvolve-se segundo uma estrutura tipológica própria, em contornos de necessidade e contingência, que se dispõe em função da credibilidade produzida em cada ato discursivo. A credibilidade corresponde à adequação do destinatário à pretensão do titular do discurso, em termos próprios de cada tipo discursivo. Neste sentido um discurso encontra-se justificado quando atende, em sua estrutura, a natureza estabelecida pela exigência do destinatário, seja ela possível, verossímil, provável ou apodíctica” (ROSA, 2001, p.296).

essa tensão ao longo da escala de possibilidade, ou seja, segundo o (poder) remoto, verossimilhante, provável e efetivo? Em outras palavras: como o poder tensiona a partir das Dimensões Ontológica, Hermenêutica, Cratológica e Fenomenológica?

Pertinência da tese

Sempre que um programa ideológico (com pretensões espaciais: imperialistas, soberanas ou nacionais) se populariza, o que indicia a sua mal disfarçada pretensão é o uso da palavra: Geopolítica. Por evocar uma série de atos intencionais não exclusivamente teóricos, a utilização reiterada e descontextualizada da palavra ‘Geopolítica’ encobre - por vezes - muito mais as ambições transfiguradoras de um *wishful thinking*, que a natureza apriorística de uma mera descrição, ocultando assim certas finalidades sob os termos pontuais de análises, correspondentemente, verossimilhantes a um estado de coisas. Reporto-me a tal advertência para esboçar a pertinência desta investigação, decorrente tanto da recauchutagem do termo, como das pretensões sorateiras que subjazem a tal recauchutagem. Um exemplo significativo disso é a popularização do ideal neo-eurasiano nos últimos anos, cujo eslavismo (há muito denunciado por Samuel Huntington no ‘*Conflito de Civilizações*’ como constitutivo da cosmovisão russa) se faz acrescentar de um esforço de compatibilização entre vias sabidamente antiocidentais; encampadas em nome da chamada *Quarta Teoria Política* de Aleksandr Dugin¹⁸; esforço que se volta à síntese improvável entre Nazismo, Islamismo, Fascismo e Stalinismo. Paralelamente a tal esforço, a expressão ‘Geopolítica’ surge ora como indicativo de pretensões imperialistas (que se supõem despercebidas), ora como arqueologia de um termo que, para parte substancial das análises filosófico-políticas de versão liberal ou marxista, é datado demais para ser exumado. Portanto, a relevância e conseqüente pertinência de tal pesquisa é, transversalmente, não apenas lançar luz sobre um campo do conhecimento execrado por sua relativa afiliação e apropriação nazistas, como (pelas vias da investigação filosófica) reabilitar os seus

¹⁸ “Nos anos seguintes, tendo Putin sido eleito, a Geopolítica eurasiática de Dugin passa a ser implementada lentamente, como forma de inserir a Rússia no sistema internacional, construindo um novo momento de glória dos ex-soviéticos (Sousa, 2012). (...) A retomada da Geopolítica enquanto prática de dominação territorial, executada primordialmente pela Rússia de Putin, busca restabelecer o controle do país sobre o território eurasiático por meio da elevação da importância da cooperação com os países que fazem parte do Exterior Próximo. Assim, após o vácuo geopolítico dos governos anteriores, Putin buscou fortalecer a figura da Rússia em seu novo eixo geopolítico, buscando alianças como a realizada em conjunto com a China, o Cazaquistão, o Quirguistão, o Tadjiquistão e o Uzbequistão em 2001, a Organização para Cooperação de Xangai, construída “sobre uma lógica multipolar e orientada inequivocamente para indicar um possível formato de oposição estratégica ao mundo unipolar e à exclusiva hegemonia americana” (Dugin 2016a, 117). Prova disso é a afirmação de que houve a intensificação da internacionalização do movimento Eurasianista na região ex-soviética a partir de 2003, quando os membros da Comunidade de Estados Independentes (CEI) mostraram compartilhar dos valores Neo-Eurasianistas, fazendo com que passasse a existir bolsões do movimento Eurasianista tanto no Exterior Próximo como muito além dele.” (NUNES, e SILVA, 2018, p.235).

propósitos e finalidades específicas, de modo a suspeitá-lo como expressão última do poder, cujas consequências (como macropoder) tensionam sobre indivíduos reais em circunstâncias excepcionais.

*“Ces mille questions
Qui se ramifient
N'amènent, au fond,
Qu'ivresse et folie¹⁹.”*

(Arthur Rimbaud: 'Âge d'or', 1872).

¹⁹ “O mar de questões/ E toda procura / Não trazem senão/ Ebriez e loucura.” (Rimbaud: "Idade de ouro". Trad. Ivo Barroso. In: _____. *Poesia completa*. Edição bilingüe. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995.).

DIMENSÃO ONTOLÓGICA

PARTE I

Elenco ontológico fundamental

Regida por princípios e leis, a atividade filosófica é proporcional ao nível de assombro que se dispensa às coisas: extremada entre a mera recreação descompromissada que, evasiva, queda em abandono e em enfado - e a um permanente regresso ao fundo inalienável; à essência daquilo que é. Em razão disso, quando verdadeira em sua investida, a *'philia'* pelo que se mostra e se desoculta, tende ao gosto das coisas; à acusação categorial daquilo que, sendo o que é, se demora. Por isso se diz que a experiência contemplativa (própria da atividade filosófica) tem um *'sapere'* (sabor), sendo a *'sapientia'* não apenas um apurado gosto pelo que é verdadeiro desde o juízo, mas igualmente uma solitária compensação. O que se sabe sobre algo é aquilo que se acusa e se intui como verdadeiro, aclarado desde a esfera especulativa do juízo que por sabê-lo, o sabe por que demonstra, e o demonstra por meios de princípios e leis. Voltando-se para um plano prévio, a *philia* deste elenco ontológico recua aos princípios e leis que, regentes desde a ordem transcendental até a imanência, se tornam cruciais para a mais decisiva das questões filosóficas, cujas consequências geopolíticas são tácitas, a saber: *O que é o poder e como este tensiona desde a escala de possibilidade, ou seja, segundo o possível, o verossímil, o provável e o efetivo?* Antes, porém, cabem certas distinções conceituais, empenhadas em dissipar a seguinte inquietação: *em sendo uno, dado o fato de que é uma possibilidade formal (atual em uma unidade determinante), como é que o poder se diferencia e se predica sob múltiplas perspectivas?*

§1

Tudo o que é só o é por ser uno, afinal todas as coisas que são só o são por serem determináveis. Nesses termos se conclui que 'ser' é ser um. Por exclusão, por não ser unitário, o nada não é, de modo que carece de ser²⁰. Em uma cadeia retrospectiva em vista ao que há de mais simples, irreduzível ou elementar, a máxima unidade é a unidade absoluta do ser, que se dá em seu nível de determinação, ou seja, na sua capacidade de se pôr gratuitamente, em *gratia prima*²¹. Em razão disso se pode afirmar que o princípio de todas as coisas tem de ser algo que se põe a si mesmo, ou seja, algo de positivo (SANTOS, 2001,

²⁰ O que se segue, como efeito desta intuição primeira da presença irreduzível do ser em detrimento do nada, é o *espanto*, aludido por Aristóteles na *Metafísica*. (ARISTÓTELES, *Métaphysique A*, 2, 1981, pp. 16-17.).

²¹ Presente em: "*Prima Gratia, Prima Fide, and Prima Scriptura: Reforming Protestant Principles.*" In *The Continuing Relevance of Wesleyan Theology*. Ed. Nathan Crawford. Eugene, OR: Wipf and Stock, 2011, pp. 201-224.

p.51). O princípio é o ser, desde que o nada não pode ser princípio de nada. Sendo assim, o que se põe a si mesmo é a unidade como algo indivisa a si mesma e distinta de qualquer outro ente²². Logo, em toda e qualquer forma [em ato] dotada de existência, seu ser é um. Como todas as coisas estão radicadas na máxima unidade do ser, que em tudo subjaz, todas têm a unidade por análogo²³. Por subjazê-la, todas as coisas são inteligíveis, e sendo, são apreensíveis como parte integrante de uma unidade, ou seja, em graus de participação.

§2

Como em tudo subjaz a unidade, o ato (forma determinante), bem como a potência (matéria determinável) são positivities téticas que se opõem, de modo que não são meros nadas. Assim sendo, são dois aspectos téticos que se colocam um ante o outro, onde a capacidade de ser determinado é a capacidade de ser determinado pelo ato determinante; e o ato determinante é o ato de ser da capacidade da determinação. O ato é o que determina; é a capacidade determinante da capacidade determinável da potência, aliás, o ato é o ser que se doa à positividade tética.

A substância (forma/matéria) é uma só; uma mesma realidade com uma dúplici capacidade de determinar seu aspecto atual e de ser determinada (em seu aspecto passivo), sendo a ponência de si mesma como *gratia prima*, o princípio da efetivação do ato em potência. Daí, neste âmago relacional, decorre a oposição que implica duas unidades: a unidade determinante em ato e a unidade determinada em potência, que indicia assim uma categoria, sendo esta, o nexó inteligível que se predica quando um ente se destaca do fundo que o indetermina. Quando se predica algo da totalidade que não se predica das partes, e que manifesta o que estivera oculto; delineno-a objtualmente, eis que surge o fenômeno relacional da *tensão*²⁴, sendo esta, a resistência intrínseca imposta pela potência no processo de determinação, ou seja, a transubstanciação do múltiplo em uno. Em sendo expressão da

²² “o princípio de todas as coisas tem necessariamente de ser algo de positivo: se as coisas existentes são positivas, seu princípio tem de ser positivo. O princípio positivo, o princípio que se afirma, que dá testemunho de si e que se positiva a si mesmo, é precisamente o que se chama Ser. O princípio de todas as coisas positivas é o Ser. O nada não pode ser princípio de nada. Ora, a unidade, como já dissemos anteriormente, caracteriza-se por ser indivisa in se e divisa ab alio (isto é, distinta de qualquer outro.” (SANTOS, idem).

²³ Por ‘análogo’ se entende um conceito que, apesar de se referir a realidades essencialmente diversas, têm uma certa proporção entre si.

²⁴ O conceito de tensão, bem como dos demais conceitos presentes neste Elenco ontológico fundamental, decorrem da leitura do filósofo brasileiro Mário Ferreira dos Santos. Em sua obra ‘Teoria geral das tensões’, o filósofo descreve a tensão nesses termos: “A tensão, como unidade, é imanência nas coisas, a atualização da tensão é transcendência das coisas, que são imanentes na tensão. (Vide R. Otto. Mystique d’ Or, pág.62). A unidade da tensão não é a multiplicidade; não é o produto do múltiplo, nem reciprocamente. A unidade da tensão é um ultrapassar da multiplicidade. (...). Há tensão quando podemos predicar algo da totalidade que não podemos predicar das partes.” (SANTOS, 1968, pp.15,16).

própria diferença específica; daquilo que, em essência, constitui um existente, a tensão responde à pergunta: *como o uno pode gerar o seu contrário?* Uma eventual resposta a tal pergunta reclama a seguinte resposta: como algo não pode ser mais do que é, a menos que se negue a si mesmo, o ato determinante correspondente só é dimensionável em termos de limitação, de modo que o uno só se contrapõe a si à proporção que se limita.

§3

Como o ato de determinar implica uma consumação, que o separe como parte destacável de um todo, - o ato de determinar só o é porque implica um limite, o limite de determinação, que, por sua vez, tensiona a coisa determinável²⁵. Deste modo, aquilo que limita no ato de determinação, e destaca objetivamente o determinado como predicável, ou seja, como separável de um todo, é a sua forma substancial que – ao conformá-lo ao conjunto de suas possibilidades, simultaneamente – retém e tensiona.

Em um caráter serial, cujo todo antecede e limita as partes, a subordinação das partes analogadas forma uma relação harmônica, e esta, uma ordem²⁶. Desta relação, em que o todo e as partes formam uma ordem, se pode deduzir duas leis das proporcionalidades intrínsecas (*'logoi'*²⁷); leis que, descendo do plano dos princípios ao da manifestação, imperam efetivamente em todas as ordens da realidade (SANTOS, 2001, p. 46). Tais são: *a lei da conservação*, como forma determinante, que se pode entender de modo breve: tudo o que existe só se preserva porque é um, e *a lei da expansão*, como efeito da matéria determinável que, resistindo à limitação, enseja o seu estado imediatamente contrário. A primeira se converte no esforço de preservação do equilíbrio dinâmico da relação em que o todo e as partes formam a unidade referencial, e a segunda, na tendência difusa do ser em,

²⁵ "o ato pode sempre determinar, e a potência é sempre determinada; mas uma determinação absoluta é impossível, porque seria um ato, e haveria então contradição in adjectis, pois o infinito é o poder sem fim de determinar, e, se tudo fosse já determinado, o determinado teria alcançado o limite da sua determinação; ademais, um ser determinante, enquanto tal, se atualizado plenamente no ato determinado, alcançaria o [ilimitado] quantitativo em ato, o que é absurdo. Portanto, o ato de determinar implica um limite, o limite da determinação, e ele limita a coisa determinada ou determinável." (SANTOS, 2001, p.55).

²⁶ Ordem é a comensurabilidade harmônica entre o todo e as partes.

²⁷ "O logos de um ente é a sua "lei de proporcionalidade intrínsecà", a razão da sua "forma essencial", que expressa sinteticamente todo o corpo de possibilidades de manifestação desse ente. O arithmos arkhe do mesmo ente é, assim, o número que, por suas propriedades intrínsecas, corresponde estruturalmente a esse logos segundo uma analogia de atribuição intrínseca (ou analogia de proporcionalidade). Por exemplo, a um ente cuja forma essencial tenha uma estrutura senária corresponderá o arithmos arkhe 6. Tanto o logos quanto sua expressão matemática ou arithmos designam o ente considerado meramente na esfera das possibilidades (e das combinações de possibilidades, ou, como dizia Leibniz, das compossibilidades). Para que esse ente possa manifestar-se num universo real, tem de haver, num plano mais baixo que o do puro arithmos arkhe, também uma lei senária, que governe e delimite a sua manifestação assim como o número 6 governa e delimita a sua essência." (SANTOS, idem, p.47).

modificando-se, formar uma nova seriação. A tensão entre ambos, como indício através do qual se predica a relação entre o todo e as partes, forma o esforço dispendido pelo ser - a despeito de sua limitação - empenhado em potencializar a sua máxima perfeição. Ora, mas o que explica que, aquilo que é, anseie a perfectibilidade? A perfeição é o esforço próprio do determinado em maximizar o conjunto de suas possibilidades; esforço que, dada a sua natureza qualitativa, só pode se atualizar objetando-se, ou seja, obstando o fundo prévio que o limita. A perfeição é, em contraponto ao limite, um anseio de reconstituição permanente, definível sob o seguinte aspeto: como o ser é ligeiramente conformado à substância que o modula (à maneira de um carro que, sendo meio de transporte, pode ser azul ou vermelho), aquilo que o constitui, essencialmente, só se atualiza quando repõe todas as suas possibilidades intrínsecas. Perfazendo-se como realidade e possibilidade, ou melhor, repondo-se, o ser tangencia a perfeição²⁸.

§4

Em âmbito mais especificamente astrofísico, por exemplo, se extrai a lição de que o universo está em expansão; uma expansão que, apesar de seu caráter impreciso, não implica em desagregação. Desta lição se segue o entendimento de que qualquer estado da matéria determinável tende a tornar-se progressivamente mais complexo, alterando decisivamente o estado anterior. Em tese, isso se deve ao caráter termodinâmico dos fenómenos físicos que, desestabilizando o aparente equilíbrio, modifica os seus aspetos materiais, a exemplo de um torrão de açúcar numa xícara de café ou um frasco de perfume destampado numa sala fechada. Em ambos os casos, o processo inverso nunca aparece espontaneamente, de modo que o perfume evaporado nunca volta para o frasco e nem mesmo o açúcar, dissolvido no café quente, a seu estado sólido. A este fenómeno físico, que atesta o caráter simultaneamente progressivo e irreversível das coisas, se atribui o nome de entropia. Adaptando-a em termos ontológicos se pode afirmar que: todo ser tende, quando respeitadas as condições de sua conservação e ao nível de tensão, à expansão, ou seja, a uma mudança qualitativa de estado. A esta força tensional (assimilável de modo qualitativo ou quantitativo em todos os fenómenos físicos), cuja dinâmica se nos reporta à conservação, à tensão e à expansão, se pode atribuir a expressão substantiva do poder como sinônima da possibilidade ontológica²⁹. Como as coisas são formalmente ilimitadas, mas materialmente

²⁸ Avaliado em termos ferrerianos, presentes na obra *‘O homem perante o infinito’*, a perfeição adquire um caráter ontológico: “*porque todo existir tem um só vetor: buscar a perfeição do seu bem, o seu maximum de perfeição com o minimum de dispêndio, de oposicionalidade*”. (1963, p.51).

²⁹ A força tensional é aquele nível de resistência intrínseca que, conformando o ser àquilo que é, substancialmente, expressa sinteticamente o conjunto perfectível de suas possibilidades.

limitadas, em seu aspecto genérico tal poder tem limites materiais (próprios de sua natureza, ou seja, em sentido ontológico), mas caráter de instabilidade em seus acidentes, que se atualizam nos níveis de resistência antepostos pelos outros seres, que, dadas as propriedades genéricas constitutivas, alternam os mesmos graus ontológicos de ilimitação e limitação³⁰.

Dito de outro modo: o poder é uma propriedade que só pode atualizar suas virtualidades na resistência de uma força que a obstaculize, sendo ilimitada ou ponente em seu sentido formal como possibilidade. Portanto, em sentido ontológico, o propósito inclusivo do poder, como possibilidade, é perseverar em sua capacidade determinante; enquanto que, em seu caráter exclusivo³¹, é o de renovar-se (em um constante processo temporal) até tangenciar um expoente máximo de ser.

§5

Como consequência do parágrafo anterior concluímos que, como se nos atesta a Física, o campo potencial de um ente (por aludir ao conjunto perfectível de suas possibilidades) tende até os limites do universo. Ademais, outra consequência é a de que todo ser tende, pelas razões intrínsecas de sua conservação e expansão, a se sobrepor (de modo avassalador) a tudo. Se, como afirmamos acima, em §3: “*o ato de determinar só o é porque implica um limite, o limite de determinação, que, por sua vez, tensiona a coisa determinável*”, não há limites apenas no ser que se põe a si mesmo (limites intrínsecos à sua própria natureza), mas igualmente na consequência de uma sobreposição de resistências mútuas, que outros entes - levados pelo mesmo ímpeto fundamental da conservação e

³⁰ Tal trecho tem como referência a obra ‘*Análise de temas sociais*’ (Volume I) de Mário Ferreira dos Santos, mais especificamente a seguinte passagem: “*Assim como se pode dizer hoje, ante os atuais conhecimentos da Física, que o campo potencial de um ente físico tende até os limites do universo, também se pode dizer que todo ser tende, enquanto ser, a avassalar tudo. Neste caso não há limites apenas em si mesmo, limites traçados por uma espontânea limitação de sua própria natureza, mas sim como consequência de uma cooperação dos obstáculos, que outros seres, levados pelo mesmo ímpeto fundamental do ser, oferecem aos outros, cuja dinâmica nos explicaria a heterogeneidade do universo. Esse poder difuso do ser é, tomado em si mesmo, limitado pela forma (e consequentemente, por sua natureza, como complexo de forma e matéria, no sentido clássico do termo), mas ilimitado em seu ímpeto afirmativo, não obstante contido em seus limites estáveis da forma e instável de sua accidencia, pelos obstáculos opostos pelos outros seres, que, em idênticas condições, apresentam o mesmo antagonismo de ilimitação e limitação, que era a essência genérica dos seres, na exposição filosófica de Pitágoras, como se vê pela definição que lhe deu Filolau. A contenção dentro dos limites obedece a lei da harmonia, que surge da subordinação das partes analogadas a uma normal dada pela totalidade, que é o producto dos opostos analogados em reciprocidade. Desse modo, há em todos os seres a presença de duas leis (logoi) que os orienta: a lei da conservação e a lei da expansão. A primeira tende a manter o equilíbrio dinâmico da harmonia, e a segunda é a tendência difusa do ser em afirmar-se, que é o poder. Essas leis regem todo o mundo do existir e também a vida psicológica e social do homem. Todo Kratos tende a conservar-se, mas também a expandir-se, e depois, a conservar as conquistas realizadas.*” (pp. 133,134).

³¹ O caráter exclusivo do poder representa uma possibilidade accidental, não substancial; à maneira de um traço particular que, ainda que manifesto em um indivíduo, não é predicável necessariamente de seu gênero correspondente.

consequente expansão - interpõem aos outros, cuja tensão nos explicaria a ordem dinâmica do universo. Destarte, o que daí surge – como consequência da conservação e da expansão, é a dupla característica do poder como possibilidade formal: A) difusão, tendente à sobreposição, B) crescimento (relativamente constante) que, se não contrariado por uma oposição que o limite, tende à desagregação³².

³² O conceito fundamental da Filosofia Política de Mário Ferreira é o conceito de Kratos (poder em grego), cuja menção (ainda que remotamente) se fará presente a partir da Parte VI da presente tese. Segundo Mário, é característica fundamental do Kratos ser “*difuso e prepotente, insaciável e avassalador*”, tendendo a “*crescer sempre*” de modo que “*só a oposição de outro poder o restringe.*” (*Análise de temas sociais*, Vol.I). Tal característica deriva da lei ontológica; a lei do ser, da qual nada que é, escapa: *a lei da conservação e da expansão*.

§6 Categorias ontológicas elementares

Sendo as categorias, géneros supremos a partir dos quais se predica aquilo que um ente desoculta quando se destaca do fundo que o indetermina, e, portanto, graus de realidade, se pode – desde já – perceber a seguinte disposição categórica no tocante à investigação sobre o poder, e, por extensão, sobre a dimensão Geopolítica do território, qual seja: o espaço que os pressupõe é extenso, e o sendo, é indivisível, entretanto – por obra do ato de determinação que a circunscreve – a mera extensão se converte em limite; sendo limite, a intersecção que divisa o campo do possível e cujo carácter incide sobre a divisibilidade ou a modalidade, respetivamente, a quantidade e a qualidade.

Apesar de extenso, o espaço pode ser determinado segundo a divisibilidade e respetiva quantidade ou segundo a gradação de sua qualidade. A natureza quantitativa ou qualitativa do espaço (como determinação material) diz respeito àquilo que o diferencia de porções espaciais correspondentes; diferença que, por sua vez, se dá segundo a modalidade de relação entre suas respetivas partes: extensiva segundo suas continuidade ou simultânea segundo a sua contiguidade (SANTOS: 1964b, p.5). Desse modo, o espaço pode ser contínuo ou contíguo; breve distinção que, apesar da relativa semelhança, se torna crucial para a compreensão do território. No primeiro caso, contínuo é o ser, cuja determinação não lhe interpõe terminação entre suas partes; enquanto que contíguo é aquele, cujos extremos (sem intermediários) se articulam de modo simultâneo. Uma extensão quantitativa sem divisibilidade ou interrupção é contínua; enquanto que, quando suas partes em vez de semelhantes são distintas, é contígua.

Dimensionar o poder e sua determinação em âmbito territorial, segundo um esquema categórico elementar, implica em distinguir, previamente, a natureza quantitativa ou qualitativa que, resistindo às forças que a obstaculizem, se impõem como ato determinante capaz de tensionar sobre certa porção do espaço. Em razão disso sobre um território se tem, categoricamente, duas modalidades ou determinantes prévios que, inextrincáveis ou irredutíveis, se tornam efetivo segundo o seu carácter extensivo (difusor ou tendente à sobreposição) ou intensivo (crescente ou tendente à desagregação). No primeiro caso, tal determinante em questão se dá por meio da capacidade de interpor resistência de modo natural, e no segundo, de modo anti-natural, aliás, como o esforço de minimizá-lo, cuja panorâmica diz respeito à tensão exercida na relação entre o homem e o ambiente. De certa feita, tais categorias aludem aos níveis de tensões determinantes presentes na relação primária entre os homens, a natureza e os territórios; constantes nos seguintes termos:

Tabela 1. Categorias ontológicas elementares

Determinantes dinâmicos	Determinantes regulares
<p style="text-align: center;"><i>O tempo como ordenação epocal da consciência:</i></p> <p style="text-align: center;">composição étnica/ cosmovisão/ Aspectos demográficos/ aspectos etnográficos.</p>	<p style="text-align: center;"><i>O espaço como condicionante físico-objetivo:</i></p> <p style="text-align: center;">extensão/ localização/ morfologia/ solo/ clima/ vegetação/ solo/ forma.</p>
<p>Tende, particularmente, à contiguidade simultânea.</p>	<p>Tende, genericamente, à continuidade extensiva.</p>

Fonte: elaborada pelo autor (2022).

Por certo, e em razão dessa esquemática preliminar, se pode observar que, em seu nível de determinação, sobre um território há basicamente a tensão entre dois determinantes, cuja extensão tende à continuidade espacial, e a diferença ou divisibilidade decorre de partes distintas ou contíguas. Em outras palavras se vistos sob uma perspectiva meramente espacial; regidos, portanto, segundo os determinantes regulares, os territórios serão primariamente contínuos; com qualidades que, em si mesmas, são igualmente espontâneas, ensimesmadas e naturais, de modo que o que os distancia (apesar da proximidade espacial) são os determinantes dinâmicos, cujas partes distintas (decorrentes dos níveis de assimilação temporal, próprios das cosmovisões) revela-os segundo a contiguidade. Contínuos, e não menos contíguos, os territórios são modulados de acordo com as especificidades espaciais e os nexos temporais dali intuídos. Destarte, o que diferencia a localidade, a insularidade, a regionalidade, a continentalidade, a bicontinentalidade e a globalidade de um território não é, particularmente, a extensão contínua que o projeta em detrimento de uma porção espacial semelhante, mas sim a influência de seus determinantes dinâmicos que, sendo contíguos, modula-os – em difusão – a despeito de sua continuidade. Feitas essas distinções categorias elementares, eis que certas questões (em tom de especificidade metodológica) precisam ser pontuadas.

Todo o conhecimento pressupõe o ser, e se assim o é, pressupõe que algo exista efetivamente, de modo que todo estrato do conhecimento implica uma ontologia regional. Partindo desse princípio, o conhecimento consiste em perceber o nível de manifestação de um ente e converter o que antes era apenas uma presença vaga, pois que indeterminada, em ato de consciência.

§1

Conhecer, como espécie do género das relações, que implica dois entes, é um ato inteligente e espontâneo de uma vontade tensionada entre aquilo que supõe saber e aquilo que ignora sobre o objeto. Por conseguinte, o conhecido está sempre dentro de um horizonte de desconhecido que se incorpora ao sujeito à proporção que diminui ou encerra uma incompreensão anterior. Portanto, o conhecimento demanda a seguinte composição: a relação entre uma experiência pessoal e um problema específico, o entendimento (capaz de dimensioná-lo conscientemente) e o juízo (capaz de dirimi-lo e integrá-lo à evidência), cujo êxito é intuído à proporção que um sentimento de perplexidade é desfeito.

Envolta em uma zona indeterminada, cujos factos cotidianos compactam e marcam ordinariamente o nexos temporal, a experiência se nos assalta desde que, surpreendentemente, manifeste um ponto de rutura; sendo este, uma ligeira abertura na ordem aparentemente conexas dos factos. Em meio a isto – neste surpreendido esforço de compreensão do que irrompera por entre os factos, o entendimento busca a reconstituição da unidade, cuja série ficara parcialmente comprometida desde a rutura. Entretanto, o entendimento não sossega enquanto não for capaz de dissipar o sentimento de perplexidade aberto desde o ponto de rutura que, desacomodando a ordinariedade dos factos cotidianos, revela a extraordinariedade de um acontecimento, cujo impacto pessoal traz consigo o simbolismo de um marco biográfico. Ora, à proporção que toma consciência de si mesmo, em um esforço especificamente pessoal para encontrar as respostas para a questão que o obceca, o sujeito lança luz sobre os porquês dessa busca, de modo que, alternando um desejo de conhecer com a paulatina descoberta daquilo que não sabe, o foco de atenção consciente direciona-o aos lampejos da verdade, cujo desfecho se realiza no juízo.

Na compreensão de como os acontecimentos irrompem sob os factos, revelando um estado de coisas em que o inusitado se sobrepõe ao habitual, enquanto o senso comum testemunha-os como uma possibilidade remota (passível de ser vivenciada), a ciência investiga-os desde as relações inteligíveis que o condicionam, regressando assim às suas

causas. Destarte, o êxito paradoxal da investigação científica se situa na seguinte esfera: conhecer o que ainda não se conhece e eventual correlação de funções ainda indeterminadas.

§2

Ainda que relativamente polissêmica e constantemente noticiada nos meios de comunicação, se pode afirmar que aquilo que se entende por *Geopolítica* é, a bem da verdade, *um conjunto de análises (com pretensões científicas) que investiga o impacto decisivo dos determinantes regulares ou qualitativos que, como condicionantes, incidem sobre a balança do poder, sendo esta última, os meios empregados pelo agentes políticos (não necessariamente estatais) para neutralizar forças que, alhures, transcendam o horizonte de seus próprios limites territoriais*. Tais análises se voltam, portanto, para os efeitos de determinadas ações, genuinamente políticas, que – incidindo sobre os territórios – crescem na espiral de giros concêntricos até extrapolar a própria circunscrição territorial originária. Ademais, pelo facto da ‘Geopolítica’ ser tanto uma *interpretação* das consequências de um fenómeno territorial (como a influência dos condicionantes geográficos nas decisões humanas, a exemplo das estepes eurásianas que, para os povos da Europa Oriental, representam um limite irredutível), como um *projeto de implementação estratégica* (por meio do qual se ultrapassa os condicionantes geográficos em vista a determinados fins políticos) nunca é demais recordar que sua versão prática é quase sempre uma variante teórica aplicada (como o fenómeno geopolítico do imperialismo), de tal modo que a convergência entre ambas (interpretação e implementação) tem *metaimplicações* em dadas circunstâncias.

Na prática, o termo ‘Geopolítica’ abrange três diferentes esferas: (1) *disciplina com pretensões de cientificidade*³³; (2) *declarações jornalísticas avessas à verificação*

³³ A cientificidade da Geopolítica - ligeiramente idiográfica e parcialmente nomotética - é, nesta tese, abordada minimamente nos termos apresentados pelo filósofo Olavo de Carvalho, a saber: “São bem visíveis, no comunicado de Mackinder, os seguintes traços: 1) Ele não propõe nenhuma teoria geral da História, exceto a regra metodológica, de resto óbvia, de que ‘o balanço efetivo de poder, em qualquer momento do tempo, é o produto, por um lado, das condições geográficas, tanto econômicas quanto estratégicas, e, por outro, do número relativo, da virilidade, do equipamento e organização dos povos em competição’, 2) As generalizações que ele apresenta são bastante prudentes e limitam-se a um período determinado, acessível à verificação histórica: aquele que começa com as primeiras invasões bárbaras e culmina na época do ‘Grande Jogo’. 3) Ele não traça nenhum plano de dominação mundial, insistindo, ao contrário, no equilíbrio entre as forças relativas das várias potências – a ‘balança do poder’. Descrevendo o potencial de crescimento da Rússia, ele em nenhum momento sugere obstaculizá-lo ou frustrá-lo, mas apenas tomar as providências para que o poder terrestre incomparável do Império Russo não se transfigure também em poder marítimo dominante, pois então ‘estabelecerá à vista o Império Mundial.’ Prudente, racional e equilibrada em cada um dos seus passos, a exposição de Mackinder tornou-se o modelo do que poderia vir a ser uma ‘Geopolítica’ com justas pretensões de estudo científico. (...). A intuição original estava certa, afinal: “Mackinder, é claro, descrevia o quadro desde o ponto de vista de uma ‘potência marítima’. Sua teoria, no entanto, foi entusiasticamente adotada pelo lado adversário, apenas com sinal invertido, e logo se tornou um dos fundamentos da nova ciência, ou pseudociência, da ‘Geopolítica.’” (CARVALHO, pp. 221 - 224, 225).

científica; (3) *declarações especificamente político-ideológicas que, representando a crença verbal do destinatário e planos específicos, apontam para metaimplicações*. As duas últimas esferas dominam em número, o que acaba por comprometer terminantemente a Geopolítica a uma espécie de conhecimento ligeiramente fáustico. Entretanto, até mesmo para não ser surpreendido com as astúcias do mal se faz necessário definir e precisar suas particularidades. Além do mais, afastando-se dos rigores dedutivos das ciências nomotéticas, mais fácil e mais frequentemente se pode confundir Geopolítica com Geografia Política, ou de modo mais específico com as Relações Internacionais. Não se pode desconsiderar, a propósito, que o uso estratégico de ideias Geopolíticas - em um dos níveis ou esferas - tende a se sobrepor aos eventuais sentidos complementares, reduzindo-o às apreensões que a mídia atribui a um facto em análise. Portanto, dada a ligeira confusão referente à Geopolítica (imprecisa entre a interpretação e a prática ou híbrida entre as ciências nomotéticas e idiográficas) objetiva-se preliminarmente investigar a sua especificidade conceitual, empenho que se voltará a situá-la, desde uma perspectiva gnosiológica³⁴, no conjunto das ciências do espaço.

A perspectiva gnosiológica se caracteriza por um duplo enfoque: *analítico*³⁵, que se refere às partes decomponíveis de uma totalidade; e *sintético*³⁶, que as restitui aos termos de sua irredutibilidade. Como pontua Jolivet:

Ora, chegamos ao conhecimento preciso das essências ou naturezas e das propriedades apenas por meio da análise, quer dizer, de uma operação que tende a discernir num todo complexo o que é essencial e o que é acidental. A síntese se acrescenta à análise como um meio de verificação dos resultados desta. A análise é, pois, uma divisão; e, a síntese, uma composição. (1959, pp.73,74).

Definir-se-á então em geral a análise como a decomposição de um todo desde suas partes ou como a passagem do simples ao complexo, e a síntese, como uma reabilitação das partes desde o todo ou como o retorno do complexo ao simples. Em âmbito *analítico*, a

³⁴ A expressão *Teoria do Conhecimento*, para a qual a Gnosiologia remete, bem como as condições de possibilidade do conhecer a partir da relação entre o sujeito e o objeto, resultam da tradução da *Erkenntnistheorie* (expressão aparentemente cunhada por E. Reinhold em 1832 em sua obra *Theorie des menschlichenvermogen und Metaphysik*). Ademais, o termo Gnosiologia e sua decorrente adjetivação, são reservados para uma investigação filosófica sobre a cientificidade de um saber em específico.

³⁵ “*Como en las matemáticas, en la filosofía natural la investigación de las cosas difíciles por el método del análisis ha de preceder siempre al modo de composición. Este análisis consiste en realizar experimentos y observaciones, en sacar conclusiones generales por inducción y en no admitir otras objeciones en contra de esas conclusiones que aquellas sacadas de los experimentos u otras verdades ciertas, pues las hipótesis no han de ser tenidas en cuenta en la filosofía experimental.*” (LOMBRAÑA, 2000, p. 34).

³⁶ “*La síntesis en cambio, consiste en tomar las causas descubiertas como principios a partir de los cuales se explican los fenómenos y se prueban las explicaciones.*” (ZELENY, 1974, p. 179.).

perspetiva gnosiológica se empenha em determinar estruturalmente as partes formais constitutivas das ciências - partes constituídas por seu conjunto terminológico e normativo próprios; e, em âmbito *sintético* , determinar a constituição dinâmica das ciências em questão, cujas partes são constituídas em teoremas, classificações, demonstrações, etc.

Em termos filosóficos, investigar a cientificidade de um saber específico é o mesmo que investigar o seu processo de constituição objetiva, tomando-a como uma construção intelectual destinada ao estabelecimento de conclusões deduzidas necessariamente das premissas, que convertam as resoluções de problemas (apreendidos desde a experiência de um estado de coisas) na forma de identidades sintéticas. Ademais, interessa-nos uma noção gnosiológica prévia à Geopolítica porque (pela via filosófica, de todo incondicionada ou sem objeto específico) se introduz um componente indispensável que, suprimindo as suas eventuais lacunas metodológicas, contribui para tornar inteligível a sua diferença específica, a saber: a intuição ou certeza instantânea que, dispensando quaisquer critérios de verificação material, desnuda e reabilita o objeto a sua presença imediata. A intuição funda-se em uma experiência sem mediação, de modo que o meramente aproximável é suscetível de maior aproximação, destacando o objeto dos eventuais conteúdos acessórios que o condicionem. Quão maior o nível de aproximação com o intuído, mais adequada a intuição, que por sua vez revela objetivamente a evidência do investigado. É a intuição, portanto, que permite ao sujeito - como certeza instantânea que implica o próprio englobante - não apenas se ater ao objeto, mas também consigo mesmo, de sorte que filosoficamente o ato de conhecer se torna simultâneo à relação.

Concomitantemente, sendo uma totalidade orgânica, ou seja, sistêmica, uma ciência só se constitui como tal, quando seus princípios são capazes de (por vias filosóficas prévias): A) unificar uma questão genética em partes desdobráveis em níveis analíticos e sintéticos, B) reabilitar uma perplexidade anterior, C) suscitar intuições (capazes de antevisão e probabilidade) sobre estados de coisas semelhantes. Em razão desses princípios, a tarefa gnosiológica prévia (a ser empreendida nesta tese), cujo objeto: a *Geopolítica* , tende à polissemia - será uma investigação analítica sobre a sua especificidade objetual, a saber: ao modo como (ao converterem os determinantes regulares em territórios) os homens condicionam outros territórios, para – no contraste com eventuais saberes que a reclamem igualmente – rastrear a sua diferença irreduzível, reabilitando-a em sua unidade sintética.

PARTE III
§1
Investigação analítica sobre a Geopolítica

A toda e qualquer sociedade (humana ou animal) corresponde um ambiente que a circunscreve e a assenta, constante em três níveis de relações: A) **Biocenose**, ou seja, “*como o conjunto integrado e dinâmico, formado por uma comunidade viva de organismos vegetais e animais*”; B) **Biótopo**, ou seja, “*o ambiente físico não vivo*”; C) **Fitocenose**, ou seja, “*comunidades vegetais, formadas por produtores primários que dão aos ecossistemas a sua fisionomia característica.*” (BARRAU, 1998, p.29). Apesar de uno, em um ambiente subjaz os círculos sobrepostos acima referidos, dando-nos uma dimensão de limites naturais específicos. Há, nestes termos, uma relação recíproca entre as sociedades e seus ambientes naturais, mediada por uma organização no espaço, sendo este, uma totalidade cujas partes formais³⁷ compõem o território³⁸. Como é um conceito genérico, desdobrável em várias espécies, o território é campo de investigação de ciências distintas³⁹. Cada ciência visa isolar uma parte do objeto material para tentar responder a uma questão derradeira (objeto formal terminativo), abstraível a partir de sua forma. Dado o seu caráter genérico, a diferença irreduzível do território na esfera própria à Geopolítica, diz respeito à determinação da estrutura lógica de seu campo, cuja especificidade o distancia - apesar das eventuais semelhanças naturais - de qualquer implicação etnológica, antropológica, geográfica ou zoológica.

Buscar a diferença irreduzível da noção Geopolítica de território, corresponde à ideia geral de tal objeto, em um nível intuitivo que apreenda a sua essência. Dimensionando-o sob um ato da inteligência, mais especificamente sob a forma: *o que é o território?* - o que se busca é a dedução de um dado insuprimível que, com efeito, subjaz formalmente. A resposta corresponde, desse modo, à essência do território, isto é, graças à qual é uma porção

³⁷ O todo pode ser dimensionado a partir de suas partes formais ou materiais. Enquanto as primeiras retêm a forma do todo, embora não o sejam semelhantes (à maneira das células germinativas de um organismo, capazes de reproduzi-lo e duplicá-lo), as últimas não a retêm, intrinsecamente, a exemplo da partição ou decomposição de um corpo. Deste modo, o território é uma parte formal que, ainda que múltipla ou diversa, retém a forma do espaço. Ora, mas por que o território é a parte formal, e não material do espaço? Diferentemente de um bloco ou amontoado material (por exemplo: a cauda de um peixe) – que, quando destacado, não o restitui à unidade determinante (a de ser, integralmente, peixe); diferentemente daquele amontoado (partes materiais), o território pode reconstituir o espaço, pois retém intrinsecamente a forma do espaço ainda que possuam propriedades distintas. Tais partes reconstitutivas (partes formais do espaço) compõem os territórios.

³⁸ A tese de Robert Ardrey (*‘Le territoire’* apud Bertrand Badie, 1995) sublinha tal especificidade, pois que concebe o território como: “*uma impulsão que empurra todo o ser animado para (o) conquistar (como uma) propriedade, e para o proteger contra todas as violações.*”

³⁹ “*Territoriality is a primary geographical expression of social power. It is the means by which space and society are interrelated.*” (SACK, 1986).

do espaço com delimitações específicas, sendo, pois, o que é *id quo res est, id quod est*; pelo que é aquilo que é. Reduzindo-o sob os termos daquilo que há de mais simples ou elementar, o território é compreendido sob um modo de unidade, ou seja, como um ato de determinação sobre o espaço que, implicando a existência de dois ou mais seres vivos, circunscreve-o limitando-o. Abstraindo-o de seus acidentes, o território se nos apresenta uma peculiaridade que, de todo, particulariza-o se comparado à mera espacialidade.

Enquanto a mera espacialidade se preserva como intuição pura⁴⁰, atestando-nos uma porção de realidade que, sem representação empírica, subjaz às sensações internas ou externas, o território é a objetificação do espaço em um limite, cujo efeito incide duplamente sobre o biótopo e sobre os seres implicados⁴¹. Ora, só há território efetivamente, onde um ato determinante delimita-o de todo espaço restante, resultando assim na restritividade de um domínio⁴². Neste caso, a simbologia do círculo se torna exemplar⁴³, pois nos auxilia a perceber como a circunscrição tende, simultaneamente, tanto a restringir internamente o plano geométrico de um domínio, como a deixar de fora uma porção indefinida deste mesmo

⁴⁰ “A. O conceito de espaço não é abstraído de sensações externas. Pois não se pode conceber algo como posto exterior a mim a não ser representando-o como em lugar diverso daquele em que eu próprio estou, nem as coisas como exteriores umas as outras a não ser colocando-as em lugares diversos do espaço. Portanto, a possibilidade de percepções externas, como tais, supõe o conceito de espaço, não o cria; do mesmo modo também o que está no espaço afeta os sentidos, mas o próprio espaço não pode ser haurido dos sentidos. (KANT, 2005. p. 253, 254; § 15, II-402).” Ademais: “O espaço não é um conceito empírico, extraído de experiências externas. Efetivamente, para que determinadas sensações sejam relacionadas com algo exterior a mim (isto é, com algo situado num outro lugar do espaço, diferente daquele em que me encontro) e igualmente para que as possa representar como exteriores e a par umas das outras, por conseguinte não só distintas, mas em distintos lugares, requer-se já o fundamento da noção de espaço. Logo, a representação de espaço não pode ser extraída pela experiência das relações dos fenômenos externos; pelo contrário, esta experiência externa só é possível, antes de mais, mediante essa representação. (KANT, 2010. p. 64; KrV, B 38).”

⁴¹ Em termos ligeiramente kantianos, o território compõe a parte formal do espaço, pois – ainda que este último seja intuível como forma pura não-representável (à maneira de um pressuposto) – ainda assim pode reconstituí-lo, recompô-lo. O território só comporia a parte material do espaço se (ao ser decomposto, como em uma guerra) não o reconstituísse. Em tese, um buraco negro compõe a parte material do espaço, pois – exaurindo-se – não o reconstitui.

⁴² “O espaço, que é extensivamente finito e que tem limites, é também limitado interiormente: decompõe-se virtualmente em partes ou parcelas, torna-se mensurável. As terras e os territórios têm de ser medidos para ser repartidos, quer pelas famílias, quer pelo Estado e pelos particulares. A ‘medida’ é tão essencial que se reveste de um caráter sagrado. Em Roma, os agrimensores não eram simples medidores de terras: tinham uma função religiosa que era bem a marca da sua importância social. Medir as terras é ocupar o primeiro lugar no processo de espacialização da sociedade antiga. (...). De resto, o próprio ato de medição era atribuído a Júpiter, como criador do Universo. A primeira limitação é um recorte e uma delimitação entre público e privado: a do *ager publicus* e do *ager divisus et adsignatus*. Só a terra bem delimitada pode ser atribuída e tornar-se propriedade privada.” (LEDRUT, 1998, p.83).

⁴³ “O Círculo, sem dúvida, não é apenas um símbolo de ordem e contenção, mas sugere também movimento e mudança. Círculo significa ciclo, roda. Além disso, o desenho de um círculo requer um processo em três estágios: primeiro o de fixar o centro; o segundo, o de abrir o raio; e, terceiro, o de desenhar o círculo – enquanto o instrumento mais apropriado para produzi-lo é o compasso, o qual em si mesmo fecha o triângulo quando armado sobre o papel.” (PENNA, 1988, p.96). O caráter expansivo do círculo implica a eleição do centro (de um princípio ordenador), a radiância (o seu alcance) e o instrumento (a causa material). A tensão dialética entre ambos funda o processo de individuação assente em uma circunscrição.

plano, de modo que – imagetivamente – o território é o limite material de um espaço específico; limite determinado não espontaneamente, mas por força de um impulso vital anterior⁴⁴. Existindo, potencialmente, como parte formal do espaço, o território só é atualizado com suas qualidades materiais, no instante em que um ato determinante o circunscreve distintivamente, demarcando assim a esfera de seu domínio, limite e propriedade.

Em graus de semelhança, o que aproxima as noções sobre o binômio *espaço/território* nas perspectivas científicas estritas (presentes, por exemplo, na Geografia, Geografia Política e Relações Internacionais) e Geopolítica, é a certeza de que tal ideia (coextensiva à categoria de *lugar*) tem uma particularidade formal, pois que, sendo o campo do possível, serve de pressuposto a certas iniciativas humanas ou animais. Deste modo, tanto a Geografia, Relações Internacionais, como a Geopolítica coincidem na eleição do respetivo objeto: o território e suas implicações com o espaço circundante. Se há relativa afinidade no modo como tais ciências tomam o binômio (*espaço/território*) como objeto, como – em contrapartida – se estabelece os seus campos fenomenais particulares? Deste modo, o que as diferencia?

A diferença gnosiológica entre as demais ciências do espaço e a Geopolítica, tendo o binômio *espaço/território* como termo referencial, diz respeito ao modo como ambas organizam os seus critérios de verificação. Enquanto que as primeiras descrevem o binômio *espaço/território* como um sistema orgânico e regular – coordenado segundo leis que, de modo axiomático, sintetizam a diversidade dos conteúdos físicos do globo terrestre; a partir da qual as particularidades difusas e as contingências são reintegradas em nexos causais que repõem as perplexidades dos fenómenos espaciais; à maneira da ideia de Estados falhados para as Relações Internacionais, ou de placas tectônicas para a Geologia (descrição que, se pretendendo nomotética ou dedutiva, suprime ou desconsidera os seus próprios destinatários) - a Geopolítica possui uma particularidade; um adicional, a saber: implica a dimensão espaço-territorial à ação política concreta e a potenciais agentes que, intuindo a sua posse relativa como expressão material do poder, são capazes de implementá-la estrategicamente de modo a modificar a própria balança do poder. Portanto, diferentemente das primeiras (voltadas às satisfações objetivas das ciências nomotéticas), a Geopolítica

⁴⁴ À eventual pergunta sobre: *por que o território é o limite material de um espaço específico* (?), segue a resposta: *pois, como está contido no espaço, o território é a sua expressão decomponível ou fracionada, de modo que, ao ser delimitado, este último se decompõe virtualmente em partes, parcelas, tornando-se objetivamente mensurável*. Em contrapartida, e ampliando a pergunta, qualquer inquietação ou dúvida sobre ‘o limite formal do espaço’, levar-nos-ia ao §5, Parte I; a saber: “*o campo potencial de um ente (por aludir ao conjunto perfectível de suas possibilidades) tende até os limites do universo.*” O limite formal do espaço, por ser uma forma pura; em carecendo de determinação, é intuível, mas adimensional. Desse modo é irrepresentado.

descreve o território viabilizando meios para transpô-lo; diferença que (em termos expressivos e teleológicos) encobre parte de sua finalidade última reservando-a aos destinatários que a suspeitem. Por certo, a Geopolítica concebe o território como o campo que, moldado pela iniciativa política concreta, o descreve precisamente não sem certo excedente intencional, que, eventualmente, instiga a ação de seus potenciais destinatários.

Enquanto no primeiro caso, relativo às ciências nomotéticas do espaço, o território é o ambiente natural em que coabita a biocenose, no segundo – já em âmbito geopolítico – é a dimensão em cuja reciprocidade se efetiva a ação política, ou, dito de outro modo: o *locus* a partir do qual as circunstâncias impostas pela biocenose e pelos determinantes regulares e dinâmicos são reabsorvidas, modificadas e incorporadas. Portanto, o território é fisicamente dado, pois que é extensivo à gratuidade absoluta do espaço, mas potencialmente reestruturável em termos geopolíticos, sendo o caráter construível ou reordenável do espaço (como recepção e consequência do excedente intencional), o termo de sua diferença irreduzível.

Por ser reordenável espacialmente, o território se sobrepõe aos próprios determinantes regulares por meio da atividade política, mais especificamente por meio da ação⁴⁵; termo que, aliás, é tomado de modo latente pelas demais ciências análogas que, voltadas às exigências apriorísticas dos rigores nomotéticos, o pressupõem no instante mesmo em que suprimem seus destinatários. Apesar de correlacionados, pois que um é consequência da idealização instrumental do outro, espaço e território se tornam difusos ou desarmônicos à proporção que, por meio da ação política, o último força a sua autonomia, ou seja, à proporção que extrapola o seu *limes*, de modo que as causas do reordenamento espacial são, com efeito, os critérios que denotam a diferença irreduzível de uma investigação Geopolítica: ciência híbrida que, consciente de seus destinatários reais, os direciona simultaneamente à descrição e à eventual suspensão de tais *limes* territoriais.

⁴⁵ A ação, no seu sentido mais elementar, é a articulação entre a coerência do discurso (tomado em sua verossimilhança) e a prática, ou mais especificamente, a objetificação de uma intenção em realidade. Portanto, nesses termos, a plena efetividade de uma intenção se dá na ação, cuja finalidade se consuma na mudança deliberada de um estado de coisas. Ademais, a coerência da ação é depreendida por seu grau de universalidade, ou seja, pela capacidade de ser atualizada e reapropriada (sem prejuízos) por outros agentes.

Em razão dos parágrafos anteriormente apresentados se esboça a seguinte certeza: em termos gnosiológicos, o ato de conhecer, afeta relacionalmente o objeto conhecido. Por certo, tão logo seja suspeitado, um conjunto de ações especificamente intencionais são mobilizadas para se conhecer minuciosamente o objeto. A relação que se estabelece, modifica o objeto na proporção mesma em que modifica o sujeito, com efeito, é uma relação de mútua implicação. Ser conhecido (como efeito da relação) abre, para o objeto, a possibilidade de ações cada vez mais radicais, porque voltadas à raiz de sua vinculação com o gênero respectivo, modificando-o na escala de relevância. Deste modo, decorridas as investidas sobre um objeto aparentemente irrelevante, eis que ocorre uma mudança objetiva que, no caso específico, concede à Geopolítica a sua especificidade: ato de conhecer que, por dimensionar o caráter construtível ou reordenável do território, enseja meios políticos de ação. Em outras palavras: conhecer o território é, potencialmente, dominá-lo. Por ensejá-lo é que se pode avaliar o caráter excecional da Geopolítica que, é, pois, efeito de uma ligeira articulação entre ponderação intelectual (realista) e um conjunto de tomadas de decisões políticas que a precedem. Desta forma, como é subsidiada por uma investida política anterior, a Geopolítica é a efetivação daquela em um domínio territorial específico, cuja atividade teórica e prática é capaz de não apenas determinar, como redirecionar o curso dos acontecimentos que - em razão de seu caráter entrópico - é singular, irreversível e efêmero; em linhas gerais decisivo.

Nos termos de sua especificidade gnosiológica que a diferencia de outras ciências análogas, a Geopolítica é um grau de conhecimento nomotético, cuja materialidade implica uma ação política com finalidades territoriais; ação que, quando instrumentalizada, exerce o controle relativo do espaço geográfico específico de parte expressiva de vidas circunscritas. Em razão dessa especificidade (e aqui se destaca o elemento imanente à própria Geopolítica) é que surge um termo adicional que, como veremos em parágrafos posteriores, tem um acréscimo de forças ligeiramente peculiares e que ultimam a tomada de decisão política com finalidades territoriais, a saber: *o macropoder*, que decorre do nível de articulação intelectual e conseqüente espírito conselheiro que o poder intelectual presta ao poder político, bem como dos custos necessários para, sintetizando-os, atualizá-los.

Não há Geopolítica, com efeito, sem que o macropoder seja suspeitado, estimulado ou efetivado; fenómeno que, como veremos mais adiante, não é sequer uma propriedade exclusiva do século do surgimento daquela ciência, doravante o século XIX (apesar de que, naquele século, encontra os meios necessários para se tornar consciente de seu potencial cratológico), mas sim uma constante do desenvolvimento de certos horizontes

de consciência capazes de, compatibilizando o território como expressão material do poder, dar forma aos símbolos espaciais⁴⁶ por meio do nível de articulação deduzido por seus destinatários, de modo que o macropoder em questão se atualiza ou se emana em suas espécies de acordo com as circunstâncias intelectuais e políticas prévias; em um anseio que, surgindo originalmente de modo supranacional, ou seja, transfronteiriço (de modo a espelhar a ordem cósmica), se efetiva e se modula por contração⁴⁷, respectivamente como: macropoder imperial, soberano, estatal ou nacional.

Esse fenômeno, marcado pelo afã de simbolicamente delimitar o ilimitado, é que evidencia o ato por meio do qual os símbolos espaciais são emanados como anseio de domínio territorial; fenômeno que – de maneira apressada – nos faz compreender tanto o surgimento daquela ciência (em um horizonte de consciência, como veremos posteriormente, em que favores intelectuais eram prestados à classe política; no contexto de uma Europa vestfaliana), bem como os apelos sutis e ambiciosos dos ideólogos que a manejam como imperiosa justificativa. Ora, mas antes de avançarmos sobre a especificidade histórica e filosófica de tal macropoder (ambicionado pela sanha da reabilitação espacial de certo ideal de pureza pretérita como expressão da totalidade), interessa-nos uma pergunta extensiva à dimensão ontológica outrora esboçada: *o que é o poder?* Tal definição exige-nos uma dupla distinção:

A). Destaca-se que, apesar de aparentemente óbvio em seu sentido ordinário, o conceito de poder não se confunde com a noção física ou etológica de força; sentido que nos leva à necessidade de sua diferença irreduzível. Reportando-nos ao acima mencionado, mais especificamente ao §1 da Dimensão Ontológica, Parte I, se pode perceber que se, as coisas são formalmente ilimitadas, mas materialmente limitadas, e, em seu aspecto genérico tal poder tem limites materiais e caráter de instabilidade em seus acidentes, o que revela os graus ontológicos de ilimitação e limitação, logo a distinção entre *o poder como autoridade* e *o poder físico como usufruto da força*, se dá entre uma possibilidade ilimitada e uma limitada.

O fundamento real da distinção entre ambas as modalidades da *possibilidade*, deve ser colocado em primeiro lugar em uma diferença de escala. A primeira expressão do *poder* - em sua versão formal ou ilimitada - implica uma especificidade, a saber: a capacidade de determinação que se efetiva positivamente, positividade que se compreende sob os termos

⁴⁶ “O processo de espacialização é eminentemente simbólico, na medida em que o mundo dos fatos em si mesmo nos escapa e necessariamente precisa de uma mediação, o que o torna um mundo de símbolos.” (GIL FILHO, 2012, p. 56).

⁴⁷ Tal modulação por contração quer dizer que o macropoder só se efetiva à proporção que, se limitando, seus porta-vozes vinculam e empenham o próprio impulso vital àquilo que advogam.

anteriormente esboçados no §1 da Dimensão Ontológica, Parte I, a saber: “*ser algo que se põe a si mesmo, ou seja, algo de positivo.*” O princípio do poder, como possibilidade intrínseca ao ser, é a ponência, ou seja, a capacidade de pôr-se a si mesmo. Neste nível, o poder (como ato ponente ou positivo) representa o conjunto de possibilidades relativas à essência de um ente, a exemplo do voo dos pássaros e da bipedia dos humanos. Ambos *podem*, respetivamente, voar e caminhar.

Apesar de serem espécies do mesmo género, a saber: *o da possibilidade*, diferentemente da modalidade ilimitada ou formal do poder, a *força* representa a versão material ou limitada⁴⁸. Outrossim, considerado em seu estado natural, o ente encontra-se relativamente em repouso - relativamente por que vivente de um mundo em que a possibilidade do contrário não é jamais anulada – sempre se lhe sucede o fenómeno relacional da tensão que, é, pois: “*a resistência intrínseca imposta pela potência no processo de determinação.*” (§2, Dimensão Ontológica, Parte I). O ato determinante que tensiona sobre o ente, acusando resistência, e cujo efeito resultante implica em mudança de estado, é, ontologicamente, a força. Portanto, a força é a possibilidade material que, tensionando sobre o ente, mobiliza-o à mudança. Em razão disso, para que um ente atualize a propriedade ontológica ou o poder de sua própria espécie (como a possibilidade do voo entre as aves) se faz necessário um ato de determinação anterior que, retirando-o do seu estado inercial, mobilize-o à mudança de estado. Destarte, quando o ente é capaz de atualizar uma possibilidade perfectível (a capacidade de se apoiar sobre as pernas) desde que um ato determinante anterior o mobilize; incorporando-a no conjunto de suas possibilidades (a bipedia), a força mobilizada tem uma *tendência expansiva* capaz de afetar não apenas os membros de sua espécie, como a de outra espécie. A força, como tendência expansiva, é força de afecção; aquela possibilidade material que, quando plenamente adquirida, dá às garras, tentáculos, mordedura e envergadura tanto uma diferença específica, como um precavido temor. Para preservá-la como um bem estimável pelas compensações dali resultantes, portanto, como uma aquisição (incorporável, potencialmente, indivíduo a indivíduo) o esforço, o desgaste, o dispêndio de energia têm uma *tendência à conservação*. Esta última tendência é o poder, ou seja, aquela possibilidade que, apesar de adquirível desde a forma do ente, só se atualiza, individualmente, quando uma força proporcionalmente inversa a mobiliza. Sendo assim, o poder é a transubstanciação da força e simultânea aquisição de um bem, modulável de acordo com as circunstâncias. Ora, nesses termos se percebe que há uma diferença crucial entre a força e o poder de voar, por exemplo, de modo que, enquanto a força surge acidentalmente (desde que mobilizada por um ato determinante

⁴⁸ Destaca-se que o poder como possibilidade formal reconstitui-se por ser ponente. Enquanto que o material degrada-se, decompõe-se, exaure-se.

anterior), o segundo se atualiza espontaneamente desde que já adquirido ou incorporado. O poder de voar é uma aquisição que, quando não incorporada, só é experienciável à força.

Nessa diferença de escala, quando a força se incorpora no ente como poder, este se torna, pois, “*o esforço de preservação do equilíbrio dinâmico da relação em que o todo e as partes formam a unidade referencial*” (§3, Dimensão Ontológica, Parte I), ou seja, diz respeito ao esforço que o ente imprime sobre a matéria para perseverar em si mesmo: De modo decisivo, já que o desgaste da luta física demanda um contingente de entes capazes de restituir a sucessividade das perdas sobre os territórios: enquanto os seres da natureza atualizam as suas aquisições específicas (resultantes da demorada incorporação celular de êxitos anteriores), não há no homem nenhuma potência específica que não o seu engenho racional, capacidade inteligível ávida para – de posse do menor esforço – otimizar meios de compensar a sua ausência de poderes mais exaustivos, doravante poderes físicos. Eis a diferença que se interpõe entre a humanidade e a mera animalidade; a diferença do poder como espécie da possibilidade que se ultima por um princípio de economia racional⁴⁹: *menores perdas, maiores ganhos*. Tal diferença decorre do exercício de uma autoridade, que se funda como princípio a partir da seguinte e imperiosa evidência: há atos que só podem ser realizados de modo intransferivelmente pessoal; atos que, deslocando o indivíduo da comunidade, o convocam ao centro inadiável de uma tomada de decisão. Não há, apesar da relativa semelhança com os animais mais seguros de si, nada que se assemelhe ao exercício de uma autoridade no reino da natureza, sobretudo, pelo recurso à economia racional, por meio da qual, as menores perdas geram maiores ganhos. Na consecução do ato individual de uma autoridade, o reconhecimento dos membros do território que o circunscreve é efeito de uma tomada de decisão bem-sucedida daquele que, de posse de um bem escasso (um dom, por exemplo), se impõe em nome próprio, pois que dá testemunho desse mesmo ato. A qualidade desse ato individual é por mim nomeada de *força de imposição* que, significando uma ligeira modificação da força física exaurida, impacta positiva ou negativamente a vida dos indivíduos, de modo a criar um *sentimento de pertença mútua (Gefühl der Zusammengehörigkeit)*⁵⁰.

⁴⁹ Tal princípio é, neste contexto mais específico, uma adaptação livre da *regra minimax* de John von Neumann; em que, em situações que envolvam a tomada de decisão por dois ou mais indivíduos, a melhor decisão será aquela que otimizar os ganhos em detrimento das perdas, ou seja, aquela que busca minimizar perdas eventuais ao máximo. Tal decisão remete à particularidade incontornável de certas experiências ou atos intransferíveis.

⁵⁰ Adaptando o conceito de Gerda Walther (vol.VI, 1923) acerca de tal sentimento de pertença mútua, cuja menção revela a afiliação fenomenológica da presente tese, pretende-se desenvolver uma Filosofia da Geopolítica suficientemente capaz de, previamente, investigar as noções mais elementares acerca dos territórios não segundo as suas extensões ou determinantes regulares (constantes no efeito do clima ou da vegetação sobre a ação política), mas, sobretudo, no que diz respeito ao elo primário que vincula o indivíduo à própria comunidade; marcado, com efeito, pela capacidade de transubstanciação e deposição da força em poder. Respeitada a consideração de Walther se chega à seguinte observação: “*Para que exista uma comunidade social é necessária uma harmonia comum (Gesamtharmonie) que não seja perturbada por*

Apesar de aparentemente ostensiva, em primeiro plano, a qualidade da imposição não diz respeito à hostilidade da força física, mas ao modo como aquele que detém um bem escasso (como a possibilidade de arrebanhar multidões, como Moisés⁵¹) se põe para si mesmo, e, dada a segurança, avoca ou reclama para si as demandas da comunidade.

O reconhecimento (como efeito voluntário de uma tomada de decisão bem-sucedida), dispensado a uma fonte de autoridade e as regras por esta prescritas - que impõem a todos os implicados a obrigação de se submeterem para daí ordenar e realizar o propósito decorrente, convertendo-o em ação - eis a especificidade radical do poder em contraste com a força. O que separa o homem da animalidade é que, diferentemente desta última condição, o poder como possibilidade formal atualizada e adquirida é capaz de – por força de imposição – harmonizar (por vias racionais e deliberativas) propósitos igualmente convergentes e universalizáveis. Por certo, enquanto a força se refere à transubstanciação física de uma possibilidade ontológica, relacionando imediatamente o desejo de preservação respectivo de dois indivíduos litigantes, o poder representa a capacidade de convencimento e consequente deposição da força. Tal é o poder, no sentido depurado do termo e mais especificamente humano, que significa a transubstanciação da força física na determinação concreta das ações alheias.

B

Além da diferença entre força e poder, outra particularidade pode ser encontrada na diferença ontológica entre a substância e a ação (substantivo e verbo), categorias elementares do pensamento que – por serem graus de realidades – modulam todo o campo da possibilidade. Genericamente, como substantivo, o poder decorre de uma possibilidade

nenhum ato contrastante, embora possa ser realizada com diversos recursos e em alguns casos de alçada tão diferente a ponto de parecerem incompatíveis. Nesse sentido, os produtos científicos, culturais, artísticos, jurídicos, éticos e religiosos etc., enquanto resultado de atividades dos indivíduos particulares ou das comunidades, pertencem à constituição essencial da vida comunitária, como Husserl sustentava nas suas lições sobre 'Natureza e Espírito?' Daí a pergunta: temos realmente certeza de que estes são os traços distintivos da comunidade e não servem para qualquer sociedade? Aparentemente, também os membros de uma sociedade podem ter uma finalidade comum e se conhecerem mutuamente; mas o que falta a eles é o sentimento de pertença mútua (Gefühl der Zusammengehörigkeit) e da unidade interior (innere Einigung), razão pela qual se pode falar de vivências, ações, metas, aspirações, vontades e desejos comuns, o que não é possível encontrar em todos os agrupamentos sociais. O sentimento de pertença mútua não é um ato de conhecimento nem um juízo: neste caso não se poderia estabelecer uma unidade interior; tal sentimento foi descrito por A. Pfänder na sua Psychologie der Gesinnungen (Psicologia dos sentimentos direcionados) como um vínculo interior com um objeto intencional; neste sentido podemos falar de um sentimento direcionado.” (BELLO, 2000, p.189).

⁵¹ “7. Veio, pois, Moisés e, tendo convocado os anciãos do povo, expôs diante deles todas estas palavras, que o Senhor lhe tinha ordenado. 8. Ao que todo o povo respondeu a uma voz: Tudo o que o Senhor tem falado, faremos. E relatou Moisés ao Senhor as palavras do povo. 9. Então disse o Senhor a Moisés: Eis que eu virei a ti em uma nuvem espessa, para que o povo ouça, quando eu falar contigo, e também para que sempre te creia.” (Êxodo, 19. 7-9).

intrínseca ao ser, que o atualiza de acordo com suas determinações, de modo que não pode ser criado ou destruído senão artificialmente, pois que é um desdobramento ontológico, doravante propriedade formal. Neste caso, a substância do poder - por ser a própria forma determinante do ser - é a paulatina transubstanciação da possibilidade em escala de manifestação fenoménica: remota; verossímil; provável ou efetiva, em realidade.

De modo complementar e especificamente como verbo, o poder é a efetivação de uma possibilidade, cujo efeito se dá em uma relação de comando e obediência, como decorrência da força de imposição de uma autoridade, já aludido em (A). Por implicar uma relação, o poder só se efetiva simbolicamente quando há uma aclimatação de forças, manifesta pela tensão entre as partes constitutivas de um território diante de uma autoridade⁵². Como só se efetiva por meio da relação, já que em si mesmo é apenas uma possibilidade remota, o poder é consequência da investidura simbólica de uma autoridade que, expandindo o potencial aglutinador de sua capacidade de articular os anseios inarticulados de seus semelhantes, tende a núcleos maiores em expansão. No instante em que aglutina as forças necessárias para a sua efetivação, ou seja, de modo institucional, eis que aquele poder (remoto) se converte na única opção legítima capaz de restringir todas as demais opções, consumando-se no princípio da autoridade: *Da autoridade última advém a ultima ratio*. Tal investidura circunscreve o poder em uma dupla circularidade: A) *como a posse relativa de um bem escasso que, em escala de possibilidade, é apenas remoto*, B) *como limite absoluto para além do qual, por perda de autoridade, não pode ser mantido*.

Por certo, o poder como efetividade dos meios de ação, é a única instância suficientemente capaz de – por vias legítimas – anular e dissolver todas as demais, daí por que é a instância última da diacronia e da exceção, cujos potenciais de criação ou destruição, crescem à proporção que aliançados com imperiosas justificativas intelectuais. E eis que é, exatamente por este acréscimo (que, simultaneamente, o justifica e o projeta para além de sua investidura), que o efeito da ação política (como fenómeno que converte a exceção em norma) adquire a sua peculiaridade desde a modernidade, afinal é neste período que toma, metonimicamente, (por obra das interpretações territoriais deduzidas por seus porta-vozes⁵³)

⁵² *Por que o poder pressupõe a categoria de relação?* Resposta: Pois – em sendo a paulatina transubstanciação da possibilidade – só pode se atualizar (de modo escalar: remoto, verossímil, provável e efetivo) com sua dupla característica e possibilidade formal; reportável no §5, Parte I: A) *difusão – tendente à sobreposição*; B) *crescimento – constante que, se não limitado, tende à desagregação*. Por ser relacional, o poder só se efetiva, simbolicamente, quando há tensão entre as partes constitutivas de um território. Portanto, a aclimatação de forças, constante entre a complementaridade de opostos: súditos e soberano; massa e liderança; povo e Estado, marca uma oposição própria do poder - oposição que, desde seu caráter transcendental como possibilidade remota ou como realidade imanente-institucional, diz respeito ao anseio de limitá-lo e subordiná-lo, pois que, sem isso, carece por indeterminação.

⁵³ A Geopolítica, como ciência da ação política voltada à posse relativa dos territórios, existe (de forma relativamente confusa à própria atividade deliberativa de um mundo outrora transfronteiriço, em que ‘dentro’

consciência de seus próprios fins. Ora, o que se pretende afirmar é que a ação política voltada a atos de reordenamento espacial (como construir, implodir ou reconstruir um território) -, por implicar excepcionalmente custos e deslocamentos - concede às questões de poder uma especificidade que, como veremos adiante, é rastreável onde quer que haja a seguinte composição: a ativação de um símbolo espacial, conciliação de interesses intelectuais e políticos, unidade político-militar, suporte material ou tecnológico e impacto humano, ou seja, desproporção de forças. É a esse fenómeno especificamente complexo, tensionado entre quatro níveis de investigação: ontológica, fenomenológica, cratológica e hermenêutica, que se volta esta nascente filosofia, cujo empenho é tanto o de rastrear as experiências que motivaram o surgimento da Geopolítica (dando uma forma a reflexões práticas voltadas às questões do poder, correntes no decurso histórico, mas amadurecidas em dado contexto), como ensejar intuições relativas aos poderes que, antecedendo as instâncias institucionais, reordenam decisivamente os territórios.

Se o poder como efetividade dos meios de ação se constitui como uma investidura simbólica concedida por uma maioria a uma minoria ‘em nome da’ única opção coletivamente legítima, capaz de restringir todas as demais opções, logo é relativo à concessão das partes constitutivas de uma totalidade em contexto territorial. Desse modo, o poder é uma investidura implicada às partes de uma totalidade que cancelam, via transferência simbólica, a fonte legítima de suas determinações. No instante em que, excepcionalmente, o poder político aglutina os meios necessários para se expandir e, eventualmente, enseja intelectualmente a sua própria razão de ser (em imperiosa autoconsciência) - favorecendo a comunhão de interesses afins entre o intelecto e o poder, o macropoder dali resultante colapsa a investidura que o constitui particularmente, gerando uma série de processos expansivos que, impactando biograficamente os agentes implicados, suspendem a ordem e os reclames gestados internamente desde um território específico. Dada a quebra dos parâmetros relativos a uma circunscrição territorial e consequente estado transfronteiriço da internacionalidade, o poder (como investidura legítima) passa a ser

e ‘fora’ não eram por vezes qualidades territoriais excludentes) desde que as primeiras civilizações começam a criar excedentes materiais necessários para lançar seus exércitos alhures em conflitos distantes aos seus próprios domínios, consagrando assim as obras de Heródoto, Tucídides e Xenofonte, respetivamente, interessados nas guerras entre gregos e persas (Guerras Médicas), entre atenienses e espartanos (Guerra do Peloponeso) e apoio dos gregos à expedição de Ciro, o Moço contra seu irmão Artaxerxes II, rei da Pérsia (*Anábase*). Apesar de ser rastreável onde quer que o macropoder se insinue e modifique um estado de coisas, apesar disso, a Geopolítica como ciência só passa a existir, de maneira autónoma às ciências afins, à proporção que enseja intuições, como a de Mackinder, segundo a qual: o balanço efetivo de poder, em qualquer momento do tempo, representa a paulatina reabsorção de circunstâncias relativamente imodificáveis, como as condições geográficas, em meios de transposição económico-materiais que, cruciais e decisivas na relação entre potências emergentes, ora se antecipam a eventuais ameaças exteriores, ora a precipitam. (CARVALHO, p.122).

regulado pelos interesses difusos do macropoder que, tendente à exceção, ora o afirmam, ora o dissolvem.

§3

Por meio de sua diferença irreduzível, sobretudo, quando observada a sua especificidade (acima apontada), se alcança a essência do poder e suas consequências (§2B, Parte III):

Se o poder como efetividade dos meios de ação se constitui como uma investidura simbólica concedida por uma maioria a uma minoria ‘em nome da’ única opção coletivamente legítima, capaz de restringir todas as demais opções, logo é relativo à concessão das partes constitutivas de uma totalidade em contexto territorial. Desse modo, o poder é uma investidura implicada às partes de uma totalidade que chancelam, via transferência simbólica, a fonte legítima de suas determinações.

Logo, como pressupõe uma investidura, que justifique as demandas de sua titularidade, o poder legítimo se impõe, mas – para além desta, mais especificamente em um anseio nostálgico por reabilitação espacial e meios de compensação (do todo desde as partes) – o macropoder se concentra e se dissolve, levando o poder ao limite de sua possibilidade que, como veremos a seguir, tende ao colapso. Ora, mas como dimensioná-lo genericamente para daí partimos para a sua especificidade? Para tal se faz necessária uma elucidação sobre os meios de ação, cujas reflexões encaminharão à descrição do fenômeno geopolítico, bem como à particularidade da Cratologia do macropoder.

§4

Dos meios de ação

Como referido em §2B (Parte III) na definição sobre o poder, que se distingue: “*entre a substância e a ação (substantivo e verbo), categorias elementares do pensamento que – por serem graus de realidades – modulam todo o campo da possibilidade*”, se pôde perceber que, em sua gênese, aquele é um fenômeno peculiar, pois que só pode ser, efetivamente, compreendido à luz de sua diferença, do contrário é ligeiramente confundido ora com força, ora com seus meios de ação, ora com o resultado da transubstanciação da escala de possibilidade, que toma o possível por verossímil, provável ou efetivo.

Se o círculo tende a deixar de fora uma porção indefinida de um plano (§1, Parte III), nos dando uma dimensão imagética do quanto a máxima certeza é dimensionalmente menor comparada às indeterminações que a envolvem, logo – apesar das dúvidas que circundam o sentido da existência humana e suas particularidades – é incontestável o facto de que há determinados processos vitais (como nascer, eventualmente crescer,

eventualmente reproduzir-se e morrer) que recuam invariavelmente ao centro deste mesmo círculo. Dito de outro modo: só existem duas certezas incontestes, a vida (como *gratia prima*) e a morte (como cessão dos ciclos termodinâmicos e metabolizantes), de sorte que tudo mais é indeterminado, pois que contingente. Como cessão dos ciclos termodinâmicos que é, a morte pode ser, igualmente, compreendida como retorno ao ponto inercial, ou seja, ausência aparente de movimento; e a vida, a renovação reprodutiva de um ciclo.

Destacado o símbolo dessa força movente; que pode ser intuído ora por observação dos fenômenos da natureza, ora por uma ordenação da consciência (em constante busca por processos que, apesar de particularmente únicos ou individuais, são constantes ao longo da história), se pode depreender a renovação de ciclos que operam tanto interiormente, como epocalmente. Em linhas gerais, basta que haja a assimilação do nexu temporal para intuímos como a razão se empenha em estimar os maiores ganhos em detrimento das menores perdas em quaisquer das situações, além é claro de percebermos como há ciclos (apesar da contingência) que se renovam. A necessidade de saciedade alimentar, a busca pela conservação de si mesmo, o temor da morte são processos cíclicos que, a despeito das circunstâncias epocais, marcam particularmente cada ser humano, deixando um rastro de certeza a despeito das eventuais indeterminações. Seja sob um ponto de vista pessoal, seja sob uma visada especificamente histórica, tais processos exigem dos homens a forma de núcleos intencionais empenhados em criar condições mínimas para saciar as necessidades biológicas, deliberar sobre tais condições e destruir eventuais ameaças. *Criar, deliberar e destruir* são, neste caso, verbos que expressam, modularmente, as possibilidades ontológicas⁵⁴.

Ademais, tais núcleos intencionais, que se caracterizam pela conciliação dos ciclos biológicos e dos meios de aplacá-los, são atualizados pelos indivíduos a partir de eixos de ação que - resistindo ao ponto inercial, à indeterminação, à contingência, às doenças e à morte - se renovam a despeito dos determinantes regulares ou qualitativos. Por certo, tais núcleos intencionais ou eixos, modulam as possibilidades ontológicas: do criar, deliberar e

⁵⁴ Como apontado no ‘§2, Parte III (*Investigação sintética sobre a Geopolítica*)’, as possibilidades ontológicas se dão no nível de realidade entre a força e o poder, ou seja, entre os níveis de determinação. Os verbos ‘criar, deliberar e destruir’ marcam a diferença qualitativa do poder genuinamente humano como uma possibilidade que só se atualiza, *individualmente, quando uma força proporcionalmente inversa a mobiliza* (§2, Parte III). No contexto específico a que se refere este §4, a força proporcionalmente inversa diz respeito ao dispêndio de energia e esforço consequente que demanda uma necessidade biológica (como a de alimentação, por exemplo); empenho que, quando atualizado pelo engenho racional, otimiza os meios para saciá-la. *Criar* excedentes contra uma catástrofe iminente, *deliberar* sobre as insinuações de um invasor, *destruir* focos de resistência política doméstica são expressões verbais que, provocadas à força por uma ameaça à autoconservação, são não tão somente moduladas epocalmente, como são manifestações materiais do poder.

destruir, em níveis de consciência⁵⁵ constantes a partir das seguintes questões, respetivamente: A) *o que é preciso?* B) *por que é preciso?* C) *o que não é preciso?* - cuja formulação autoconsciente opera intuitivamente desde o indivíduo que as concebe, até sua adaptação às respostas dadas pelos homens em contextos especificamente reais. À proporção que se intui que, em determinado período da história, os homens se empenharam em circunscrever uma porção do espaço, limitando-a como um território, e imediatamente se lançar a pergunta do que era preciso e do seu conseqüente porquê, eis que se compreende, simultaneamente, a emergência dos ciclos biológicos (ávidos por satisfação e autoconservação) e os eixos intencionais necessários para saciá-los. Quando o indivíduo se apercebe o que é preciso para perseverar em si mesmo, por que é preciso, e o que não é preciso, de súbito torna claro para si os eixos necessários para satisfazer as condições mínimas de sua própria existência, cujos limites de sua determinação, exaustão ou força são compensados por seus semelhantes.

No exercício vital desses núcleos intencionais ou eixos, são atualizados três meios de ação que, por sua vez, representam a paulatina depuração da força em poder - de indivíduos que, assumindo riscos aos olhos da comunidade, dão testemunho dos seus próprios atos, (convertendo-se assim em autoridades específicas), bem como à escala mais imediata das demandas biológicas, que se ajusta ontologicamente às duas leis da proporcionalidade intrínseca, a lei da conservação e da expansão⁵⁶. No primeiro meio de ação, a expressão mais primária das demandas biológicas diz respeito à autoconservação, cujos atos (igualando todo ser vivo) reclamam por força. Tal necessidade de autoconservação se impõe mediante força de afecção, ou seja, por meio do desgaste físico, constante onde quer que um bem (estimável por dois ou mais litigantes) esteja em perigo. Na sua paulatina depuração, decorrente do anseio de reconstituição integral (próprio da perfectibilidade), eis

⁵⁵ A utilização do conceito de 'níveis de consciência', recorrente nesta tese, reporta-se ao termo análogo empregado por Bernard Lonergan em sua obra-prima: *'Insight'* (1958). Apesar de não utilizá-lo em totalidade, segundo os critérios de Lonergan, cabe a seguinte menção: "A diferença mais evidente entre os animais e os humanos se situa nos níveis de consciência. Há pelo menos quatro níveis. Os quatro níveis das operações da consciência humana passam a ser identificados e diferenciados. Trata-se de níveis sucessivos, a saber, que acontecem uns depois dos outros. Do primeiro estágio de perguntas latentes, por assim dizer, emerge o sujeito capaz de se transpor ao segundo estágio. O segundo estágio emerge quando são acolhidas as questões para a inteligência, que são questões explícitas tais como "o quê?"; "por quê?"; "como?"; "para quê?"; "com que frequência?". Tais questões têm a ver com os "dados" e elas conduzem às "intelecções" enunciadas em "conceitos, definições, hipóteses, teorias, sistemas". Passado o segundo nível das questões que estimulam a inteligência, passa-se ao terceiro nível que é o das questões que aguçam a reflexão. Estas questões são respetivamente: 'É isso mesmo?' (Is that so?); 'Você tem certeza disso?' (Are you certain?). Para lançar o sujeito do terceiro ao quarto nível são levantadas 'questões para a deliberação.'" (OLIVEIRA, 2011, p. 58-93).

⁵⁶ "A primeira se converte no esforço de preservação do equilíbrio dinâmico da relação em que o todo e as partes formam a unidade referencial, e a segunda, na tendência difusa do ser em, modificando-se, formar uma nova seriação." (§3, Parte I).

que surge a diferença crucial entre a condição humana e a mera animalidade: a articulação do inarticulado e consequente expectativa dos benefícios (a exemplo da certeza de que a confecção em série de armas de longo alcance, como um substitutivo simbólico das mãos, é mais eficaz a um exército, que o desgaste físico corpo a corpo), cuja apreensão é, pois, efeito da assimilação do nexo temporal. Tal nexo temporal (depreendido pela racionalidade a partir da antevisão dos maiores ganhos em detrimento das menores perdas) expande as meras percepções internas para o exterior em uma paulatina ordenação da consciência⁵⁷ que, absorvendo as circunstâncias e transcendendo as limitações do espaço, intui um senso decisivo de totalidade. Com efeito, à proporção que o nexo temporal é intuído, mais eficazmente são saciadas as demandas biológicas, pois que, sob o império da racionalidade, a força física exaurida (limitada à conservação) ao se converter em poder, transforma dispêndio de energia em excedentes.

Apesar do primeiro meio ser imediatamente eficaz, pois afeta diretamente o corpo físico por meio da força de afecção necessária para aniquilá-lo, o usufruto contínuo de suas determinações demanda um contingente de energia que se exaure à proporção que se expande, de modo que a expansão da força clama por mais força. Fornecê-la exigiria uma constante de energia similar a um *perpetuum mobile*, exigência cuja indisponibilidade ontológica atende a esta premissa, que, por sua vez, pode ser lida do seguinte modo – a força só é força porque, determinada por uma resistência anteposta, se exaure: “*o ato de determinar implica uma consumação, afinal uma determinação absoluta é impossível*” (§3, Parte I). Por conseguinte, à depuração da força, bem como a de que qualquer outro meio de ação (seja a antevisão do nexo temporal e de seu benefício) se segue um limite de determinação que, no esforço de suprir a potência que se exaure, tende ao colapso, doravante à desagregação⁵⁸. Uma totalidade entra em colapso quando uma de suas partes exige – pelo limite da determinação – maior suprimento de energia, de modo que – em uma assíntota – seus elementos têm maiores dificuldades de reparar a parte em desagregação.

Desse modo, como a potência tende à exaustão, dadas as limitações ontológicas da força (determinadas pela entropia⁵⁹), o segundo meio de ação representa,

⁵⁷ Centro da inteligência agente por meio da qual a ordem concreta da existência humana atualiza-se em busca de autoexpressão.

⁵⁸ §5, Parte I: “*Destarte, o que daí surge – como consequência da conservação e da expansão, é a dupla característica do poder como possibilidade formal: A) difusão, tendente à sobreposição, B) crescimento (relativamente constante) que, se não contrariado por uma oposição que o limite, tende à desagregação.*”

⁵⁹ §4, Parte I: “*Em tese, isso se deve ao caráter termodinâmico dos fenômenos físicos que, desestabilizando o aparente equilíbrio, modifica os seus aspetos materiais, a exemplo de um torrão de açúcar numa xícara de café ou um frasco de perfume destampado numa sala fechada. Em ambos os casos, o processo inverso nunca aparece espontaneamente, de modo que o perfume evaporado nunca volta para o frasco e nem mesmo o*

simultaneamente, tanto uma depuração da saciedade biológica (por meio da economia racional), como a articulação do inarticulado (por meio do potencial simbólico da linguagem), cuja consequência é o fascínio necessário para que outra pessoa aja e convença em nome de interesses específicos⁶⁰. Apesar de ligeiramente ascendentes e com modulações distintas, à proporção que cada meio de ação transfigura níveis mais depurados de possibilidade, eis que o resultante conserva e expande o anterior, de modo que o limite da expansão se consuma no colapso que, por sua vez, gera uma nova série de ações possíveis. A caça desencadeia o estado de provisão, e este (quando é próspero o suficiente para criar excedentes), libera e dispensa os seus homens hipotéticos para outras atividades.

Assimilada a ideia da paulatina depuração da força física na capacidade decorrente do fascínio necessário para ordená-la, eis que surge a especificidade daquilo que amadurecerá no poder político como a inscrição de uma expectativa (remissível a um nexos temporal não necessariamente imediato), que se torna fiável à proporção que as ações de um agente (como autoridade) cumprem e totalizam – em ciclos bem-sucedidos – uma finalidade de articulação simbólica muito mais sofisticada. Tal finalidade cresce, intencionalmente, à proporção que a conotação amplia o uso regular da comunicação, deslocando-se para fora da situação originária que a gerara, mais especificamente no instante em que, na ausência de palavras capazes de designar experiências novas ou inusitadas, o emissor recorra ao poder simbólico das analogias, que o permita compatibilizar a novidade com uma palavra denotada fora de seu contexto habitual⁶¹. Destarte, em um sentido que extrapola o seu uso semântico ordinário, doravante em sua capacidade de ensejar análogos, a palavra se torna um repositório das perdas da comunicação cotidiana, moldando-se, pois, como fonte nutricional do senso de realidade de um povo que, visando uma postergação daquilo que se comunica, recria e desdobra o estado de coisas a que originalmente se remete. Por conseguinte, tão logo amplie o reservatório de análogos, a palavra se constitui como um conjunto intencional de expectativas (criadas e depositadas sobre pessoas reais) através de longos períodos, de modo que se torna um reservatório dinâmico das vivências humanas. Cada palavra nomeia uma forma (decorrente de uma experiência) que, por sua vez, converte os sons ininteligíveis do balbúcio e da gritaria em uma unidade reproduzível, e cuja articulação esvazia e neutraliza (sob o imperativo do comando) a hostilidade exaurível da força.

açúcar, dissolvido no café quente, a seu estado sólido. A este fenómeno físico, que atesta o carácter simultaneamente progressivo e irreversível das coisas, se atribui o nome de entropia.”

⁶⁰ Dito de outro modo: é necessário que os homens estejam alimentados ou cientes dos seus estoques de saciedade para que níveis mais amplos de consciência sejam intuídos.

⁶¹ “Quando as possibilidades novas e inexploradas de pensamento assediam a mente humana, a pobreza da linguagem cotidiana torna-se aguda. (...). Tal estado da mente é peculiarmente favorável ao desenvolvimento da fala metafórica.” (LANGER, 2004, p. 153).

Por que cria e deposita expectativas é que o ato de falar se desdobra (por meio do apelo encantado do fascínio) em atos de investidura, ou seja, de concessão simbólica, sendo o mais expressivo o poder político; aquele em que o falante (de posse de um bem escasso, como a capacidade de se deslocar do fundo indeterminado da comunidade ao centro da atenção) dá forma a uma série de anseios interiores e comunitários em busca de unidade e ordem, convertendo o desejo mais primário de autoconservação (constante nas necessidades biológicas mais elementares) em autoexpressão. Em sentido imediatamente contrário, basta que - por obra de inabilidade, tartamudeio ou tagarelice - perca o fascínio, para que o poder político se evanesça.

Como as demandas biológicas são cíclicas ou perenes e o exercício da força tende ao colapso, cujos efeitos incidem duplamente sobre a autoconservação, eis que os indivíduos procuram os meios mais eficazes ou econômicos para aplacar aquilo que os ameaça. Para tal se faz necessário uma linguagem pública, relativamente articulada, (capaz de nomear e dar forma ao inarticulado dos desejos imperativos de ordem) e um contingente de mão de obra disposto a sacrificar seu tempo na expectativa de ganhos que o compensem, surgindo daí a terceira especificidade dos meios de ação: os meios econômico-materiais, que nada mais representam que as trocas entre o valor correspondente do trabalho necessário para converter insumos em bens (trabalho que visa a um benefício particular) e aqueles que, ao lhe recorrer, o consomem; sendo as trocas o resultado do nivelamento da confiança gerada entre semelhantes. Sendo assim, o terceiro meio de ação já se refere a uma sofisticada transubstanciação da força, mediada pela antecipação temporal de alguma compensação formalmente articulada, bem como pela transferência de confiança entre semelhantes.

§5

Dos núcleos intencionais ou eixos de impulsão

Ora, em âmbito mais específico: se um território se mantém em um decurso histórico, por óbvio, tal decorre da conciliação de tais núcleos intencionais a partir dos esforços de um conjunto de indivíduos (cientes do que é preciso ser feito) que, à certa altura, demandam a formação de uma nascente divisão do trabalho, ou seja - do empenho consciente a uma atividade e dispensa de todas as demais - cujo resultado é a criação de um interesse em comum, a deliberação (capaz de ponderar e reintegrar as múltiplas tomadas de decisão); e destruição de eventual ameaça.

Destruição, deliberação e criação (em qualquer horizonte de consciência) operam na circunscrição de um território por meio de agentes que - conscientes das atividades intransferíveis que ninguém mais pode consumir em seus lugares - atuam em um

*eixo de impulsão*⁶² *marcial*, que gira ostensivamente, de modo a aplacar uma ameaça, para dentro ou para fora de si; em um *eixo ordenador*, que renova ou colapsa o movimento do círculo desde dentro, ou seja, revigorando-o com força de arregimentação ou indispondo-o ao colapso; em um *eixo capital*, que se dissipa ou se intensifica à proporção que compensa os custos e os riscos de sua atividade, dando forma à confiança interna mútua; desdobrando assim um *eixo de exceção* (como sentido da relativa harmonia de todos os eixos anteriores em uma orientação horária; ou em uma desarmonia suspensiva e anti-horária). Respetivamente, eis que isto se converte na distribuição dos três meios de ação (em resposta aos ciclos biológicos) e consequente orientação resultante: *a força, o fascínio da linguagem articulada, a expectativa do benefício e a direção compósita*, que nada mais são que níveis de consciência que se renovam, epocalmente, na assimilação de finalidade, bem como de suas compensações.

Decerto, tais níveis reformulam aquelas questões anteriores com este apelo: A) *o que é preciso forjar para obter tal ganho* (?), B) *o que é preciso preterir ou sacrificar para forjá-lo* (?), C) *por que é preciso forjá-lo* (?), D) *o que podemos esperar* (?), questões que integram imediatamente o *criar, deliberar, destruir* e a sua composição, de modo conjunto ou coletivo até que sejam, particularmente, moduladas e vocacionadas⁶³. Em linhas gerais,

⁶² A ideia de eixo, nesta tese, reporta-se ao filósofo Otto Friedrich Bollnow, cuja obra: ‘*O homem e o espaço*’ (2019) contrapõe o espaço geométrico ao espaço vivenciado nesses termos: “*O espaço em si é contínuo e uniforme, e assim se estende para todos os lados até o infinito. Já para o espaço vivenciado essas determinações não valem. 1. Há nele distinto um centro, que é dado pelo lugar do homem que vivencia o espaço (...). 2. Há nele distinto um eixo de coordenadas, que está em interrelação com o corpo humano e sua atitude vertical, contraposta à força da gravidade.*” (p. 15). O espaço vivenciado possui um centro que, contraposto àquilo que o obseda em termos inerciais, se radica na verticalidade tensional do corpo, cujo eixo não é fixo, modular, mas vivencial. Desta feita, o uso analogante de ‘eixo’ no contexto pretendido, diz respeito à ideia de que, a despeito dos processos epocais agindo sobre os indivíduos (múltiplos e impessoais); apesar disso, há uma unidade de referência vivencial que ora se dá na emergência dos ciclos biológicos mais primários, ora nos meios de ação necessários para aplacá-los. À fome segue-se a necessidade de comer, demanda biológica que assemelha os homens do paleolítico aos do Iluminismo, por exemplo. Esse relativo equilíbrio entre as demandas biológicas da autoconservação e a necessidade de se alimentar, projeta (em termos vivenciais) um círculo de certeza que, intuído como apodíctico, desloca um eixo de referência a determinados processos concretos e pessoais. Pontuado isso é que se assevera que, a depender dos níveis de demandas biológicas a serem compensadas, o vigor e a vitalidade que se emprega sobre esses eixos de referência crescem em uma escala de poder, desde o mais ostensivo (como exercício da rotação mais física e logo visível) até o mais sutil e relativamente inapreensível, e logo diáfano; de um extremo que vai do eixo marcial até o de exceção. Se o invisível não pode ser combatido, o eixo mais temível é aquele que, atendendo a demandas biológicas muito mais sofisticadas, (aquelas que transcendem a mera saciedade primária), cresce na escala de poder sem se fazer suspeitar ou pressentir, e eis, portanto, o horizonte a que se projeta o macropoder.

⁶³ Se levarmos em consideração modelos de sociedade como a tribo Nubak-Makú da Amazônia, apresentada por Niall Ferguson em: “*A ascensão do dinheiro – A história financeira do mundo*” (Capítulo 1: ‘*Sonhos de ganância*’, 2009), em que os homens se empenham, sobretudo, em destinar parte expressiva de suas forças à caça, e cuja exaustão (em um território tropical com alta pluviosidade e mata fechada) indis põe o senso de preservação econômica e consequente antevisão de excedentes, intuiremos que a criação, deliberação e destruição (como os modos da possibilidade ontológica, determinantes para a transubstanciação da força em poder) são ligeiramente confusos, hiperconcentrados e logo indeterminados. Deste exemplo se pode concluir, especificamente, que há certos territórios - cujos eixos se empenham em aplacar, diuturnamente, as demandas biológicas mais primárias sem lograr o êxito eventual da criação de excedentes - nas quais seus símbolos de orientação são expressões arcaicas da força e do desejo de conservação.

como o horizonte epocal é, com efeito, um contínuo processo vital de autoconsciência, à proporção que se torna consciente de si mesmo, bem como de suas demandas biologicamente determinantes, o homem converte as intelecções específicas do *criar, deliberar e destruir* em finalidades, liberando-as das indeterminações da força.

Ora, modulados como reabsorção das circunstâncias pessoais pelos quais os indivíduos tomam consciente ou inconscientemente como propósitos que norteiam suas próprias ações, tais eixos compactam os indivíduos e as necessidades de aplacar os ciclos biológicos em grupos correspondentes, cuja tipologia pode ser adaptada das castas dos guerreiros, dos mercadores, dos sacerdotes e dos nobres ou da classe dos militares, banqueiros, religiosos e agentes políticos⁶⁴. Por conseguinte, se pode afirmar que, dada a capacidade de autoconsciência dos fins últimos da existência e dos propósitos dali decorrentes, alguns homens dispõem seus meios de ação em um eixo de orientação ativo, aplacando assim os ciclos biológicos por meio da assimilação de papéis e tarefas que, dispensando-os de quaisquer outras atividades, modula ora um senso de ordem interior, ora um senso de integração coletiva. Por certo, como os eixos se empenham – de modo exclusivo – em converter e incorporar uma possibilidade remota em poder, com o propósito de aplacar alguma necessidade biológica especificamente determinante, há - desde cada um destes - a tensão entre a intensividade dos indivíduos que o ambicionam e a extensividade numérica do grupo que os sustenta analogamente⁶⁵. Em razão disso, já de saída, cada eixo é tensionado

⁶⁴ Segundo G. Dumézil, em: “*The destiny of warrior*”(1970), há uma constante entre as sociedades mitológicas, depreendida na repartição de três funções articuladas no anseio de preservação dos respetivos territórios, em que soberania, força e fertilidade são atualizadas pelas atividades de liderança, defesa e agricultura.

⁶⁵ O uso dos termos: intensividade e extensividade, nesta tese, são provenientes da obra ‘*Filosofia e Cosmovisão*’ de Mário Ferreira dos Santos, a saber: “*A preferência que damos ao termo extensividade decorre de não ter sido ainda usado sob várias aceções, como em geral o foram os outros termos, permitindo assim, que se lhe empreste um sentido claro e nítido. A palavra extensividade é formada do verbo latino extendere, isto é, ex e tendere, tender para fora. A palavra intensividade vem de intensus que, por sua parte, vem de tendere, in tendere, tender para dentro. Indicam os dois prefixos ex e in a direção da tensão, o dinamismo inverso da tensão. Essas duas palavras latinas, depois de tantos séculos, vem servir para denominar uma série de factos da experiência científica. São essas duas palavras, no entanto, constantemente usadas na linguagem familiar. E temos intensidade, intensivo, intensificar, intenso, extensão, extensivo, extensibilidade e extensividade. Quando empregamos as expressões que decorrem de extensão sempre queremos significar o que se prolonga, o que parte para o exterior; é um dinamismo de afastamento, de desdobramento, de alongamento, é uma direção tomada para o objeto, para o que é heterogêneo, mutável, para abrangê-lo, incorporá-lo; é centrífugo. Quando empregamos as expressões decorrentes da intensividade, intenso, queremos nos referir a alguma coisa de interior, alguma coisa que vem da heterogeneidade da sucessão, do movimento de mutações do exterior para dentro, é uma transformação em si mesma, volvida para o interior; é centrípeta. Quando falamos na extensão de um plano, de um programa, damos o sentido de abarcar, de prolongar, de abranger; quando falamos na intensividade de um som, pensamos no caráter desse som em si mesmo, é um som que se modifica (mais intenso, menos intenso) como som, é uma direção tomada para o sujeito, é mais um aspeto subjetivo, porque é uma relação para consigo mesma. Enquanto o primeiro leva ao conceito-objeto (que já estudamos na “Lógica”), o segundo leva ao conceito-sujeito. Num há mais objetividade, noutra mais subjetividade. Enquanto na extensividade há um sentido de afastamento, há, na intensividade, um sentido de concentração. Enquanto a extensão tende para assemelhar, a intensividade tende para diferenciar. Para Descartes, “quantidade contínua, ou melhor, a extensão em comprimento, largura e profundidade que existe nessa quantidade”, é englobada na noção de extenso, distinta inteiramente do pensamento, da alma. Descartes deixa*

internamente e neutralizado pela força de imposição dos demais, convertendo o poder (como ambicionada possibilidade de determinação) em algo ainda mais remoto. Portanto, dimensionar o poder em dado território, implica em rastrear o relativo equilíbrio, bem como os meios internos e externos que impedem que um único eixo, sobrepondo-se aos demais, se hiperconcentre de modo a se tornar hegemônico.

Se os eixos são unidades de referências (assimiladas a partir dos ciclos biológicos aplacados pelos meios de ação) e só o são em função da regularidade cíclica, basta que - por obra de uma hiperconcentração de poderes e indeterminação de todos os demais - comprometa-os de modo a impedir suas respectivas especificidades, e cujo colapso iminente insinue uma crise, para desordenar toda estrutura sob a qual se vislumbra um território. Destarte, quando os eixos se intercompenetram, gerando um estado de indeterminação, eis que surge uma espécie de fixação entrópica a partir da qual as ações dali decorrentes ficam, parcialmente, comprometidas.

No mais das vezes, o colapso é antecedido por uma crise, sendo esta, o limite que divisa dois estados ou qualidades ontológicas. Assim como os eixos vitais, que, quando não saciados, indiciam a unidade sintomática de alguma patologia e consequente limite da harmonia entre os órgãos e suas funções, do mesmo modo - e já em âmbito coletivo - a indeterminação caótica de suas funções (em que um se apropria das finalidades que são próprias aos outros) e consequente ausência de neutralização mútua, precipitam um horizonte de crise, cuja consequência é a vulnerabilidade do território. Sem o contrapeso da neutralização mútua, os eixos prenunciam o colapso não sem antes distender a confusão e desorientação que, características de uma crise do espírito, grassa desde as massas; sendo estas, o agregado atômico de uma sociedade, cujo movimento browniano gravita ao redor dos eixos sem forma definida⁶⁶.

confusamente colocada em sua ideia de alma a noção de intensidade. Kant diz que uma grandeza é extensiva, quando a representação das partes torna possível a representação do todo. É o sentido da homogeneidade, cujas partes são homogêneas, como o todo é homogêneo. Uma grandeza é intensiva, para ele, quando ela é apresentada como unidade. A quantidade, aí, só pode ser representada por maior ou menor aproximação da negação (mais veloz, menos veloz, por exemplo). “A intensidade não é a quantidade das coisas que se contam, nem é a duração, nem é a extensão, quantidades que se medem por meio de unidades homogêneas”, expressa Goblot. Têm dificuldades imensas os filósofos e dicionaristas para definir a intensidade. E a razão é que definir é comparar. É medir, e a intensidade, por seu próprio caráter, afasta-se da definição, não é apreensível por uma definição. Dessa forma, esse conceito só se esclarece pela intuição e por uma vivência. O caráter sintético é fundamental da extensividade; enquanto o analítico é o da intensidade. Sintético, porque é um dinamismo sintetizador, que implica sempre uma grandeza, uma operação, desenvolvendo-se em extensão na realidade, enquanto a intensidade se desenvolve em intensidade, em si, em separação, em distinção, em análise.” (SANTOS, 1958, pp.116,117).

⁶⁶ Uma das inquietações mais constantes em se tratando de filosofia política e que, em tese, justifica parte substancial da obra de Bertrand de Jouvenel: ‘O Poder – História natural de seu crescimento’ (1945), é esta: como e por que, apesar do agregado numérico que as caracterizam, as massas se submetem voluntariamente a um eixo de imposição excepcional sem que suspeitem a sua desproporção? Em Geopolítica, uma inquietação como esta perderia o peso desesperado de sua constatação, afinal, como os fenômenos geopolíticos são excepcionais, tais ocorrem em uma espécie de vácuo de legitimidade, de sorte que, não havendo um eixo de

O esforço de reabilitação, em um horizonte de crise, ao demandar o princípio da cosmovisão, a partir da qual: *a ordenação da consciência é proporcional à consciência da ordem*⁶⁷, exige a imperturbabilidade daqueles que, comungando e professando a mesma fé inabalável desde um eixo ordenador, se doam de modo a deprender (a partir dos símbolos renovados ou cíclicos de vida, morte, ressurreição e imortalidade) um eixo de orientação suplementar. No plano político e conseqüentemente geopolítico (história afora), se constata que, em toda crise (que nada mais é que crise de desorientação pessoal generalizada), um eixo de exceção se esforça em converter, materialmente, os símbolos renovados ou cíclicos (formulados e depreendidos do eixo ordenador) em contexto de realinhamento, de modo a emular – à força – um novo movimento⁶⁸.

B

Em âmbito de relativa funcionalidade e conseqüente neutralização mútua, cada um destes eixos nada mais representa que a efetividade dos meios de ação em dado contexto territorial e uma resposta aos ciclos biológicos, o que corresponde a três possibilidades ontológicas, bem como níveis de atuação consciente que, dispensados de outras eventuais atividades, atualizam um senso de ordem interior que, incorporado no senso de organização coletiva do território, se antecipa e satisfaz alguma demanda, a saber: o poder de aniquilação

exceção internacional (em sentido legítimo), quando surgem nos processos, as massas vagam passivamente, quase sempre sob a face da vida-mínima, ou seja, no anseio migratório que as converte em levas de refugiados.

⁶⁷ O termo cosmovisão, nesta tese, tem a marca ferreriana, mais especificamente deste modo: “*a cosmovisão é dada como uma totalidade, e é inalterável. Salientamos esta diferença entre a cosmovisão e a imagem do mundo, para evitar confusões muito comuns. A imagem é variável, enquanto a cosmovisão é inalterável. A concepção do mundo (cosmovisão) apresenta-se desse modo como um conjunto de intuições, que domina não só as particularizações teóricas e um tipo humano e cultural, mas, como sustenta Scheler (1875-1928), condicionam toda a Ciência, como também abarcam as formas normativas, tornando-se ela uma norma para a ação, como observa Ferrater Mora.*” (SANTOS, ‘*Filosofia e cosmovisão*’, 1955, pp. 83,84). Concomitantemente, o princípio de cosmovisão (adaptado da filosofia de Eric Voegelin em: ‘*Ordem e História – Israel e a Revelação*’, 1956 (Volume I)) se assemelha a um processo de autocompreensão em que, como em uma exegese, há um esforço de reconquistar ou recordar o que se encobriria (em meio a uma crise), como símbolo de orientação à consciência. Desvelar a unidade, a proporção, a razão, a necessidade daquilo que se ocultara, é, pois, indicativo desse esforço ligeiramente biográfico que marca qualitativamente, como um acontecimento ou evento (*Ereignis*), aquele que se empenha em rastreá-lo. Em âmbito episódico se pode destacar o princípio de cosmovisão, por exemplo, no contexto bizantino. Devido às investidas dos otomanos à Constantinopla e o cerco dali resultante - no século XV - o medo constante, a insegurança, bem como a iminência insinuante da vida-mínima, levou os bizantinos a um maior recolhimento, à clausura interior e à introspeção, convertidas em maior empenho à vida intelectual e religiosa. Do primeiro caso, por exemplo, torna-se destacável o retorno ao helenismo e a criação da Universidade de Constantinopla pelo Imperador Manuel II, além do apogeu da vida eremítica e cenóbica no monte Atos, com seus mil monges espalhados em trinta conventos. Por conseguinte, desse número crescente de conventos, os bizantinos desenvolvem uma exegese que marca não apenas uma interpretação genuinamente mística do cristianismo, bem como o decisivo afastamento da Igreja Católica Apostólica Romana. Tal mística atenderá pelo nome de ‘hesicasmo’, doutrina oficial da Igreja Ortodoxa. (CARPENTIER, p.171).

⁶⁸ As revoluções são alusivas a esse quadro compósito.

de algum malefício (o eixo de impulsão militar, doravante poder de ataque e defesa), o poder da avaliação de um estado de coisas (eixo de impulsão intelectual-espiritual, ou poder de persuasiva ponderação) e o poder da conversão de insumos em bens (eixo de impulsão econômica, ou poder de criação material), e conseqüente eixo de orientação que, por não ter força motora senão como conseqüência dos demais, pois que é apenas a direção conseqüente⁶⁹, tende a girar de modo hiperconcentrado e impactar o maior número de indivíduos. Apesar de distintos, dados os níveis de sua atuação, além dos meios de sua efetividade, se há algo que os assemelha é, especificamente: o plano de interpretação de um estado de coisas (capaz de sopesar ameaças e compensações), e, genericamente: do esforço de permanência no tempo decorrente tanto da lei da conservação (§3, Parte I) como das limitações ontológicas da força, que tendem – via exaustão e expectativa temporal de um benefício – a um anseio de perfectibilidade.

Como um exército não pode lutar, ilimitadamente, sem se exaurir, dimensionando os custos e efeitos da exaustão e conseqüente capitulação, o espanto da conservação ameaçada de um único indivíduo sempre moverá os núcleos intencionais e seus eixos, exigindo-lhes níveis muito mais sutis; níveis que intuem uma intrusão do tempo no amontoado contínuo do espaço. Portanto, é a intrusão do tempo sobre o espaço e a forma delineável do que está por vir (intuída por um indivíduo suficientemente capaz de articulá-la em um símbolo comunicável), que gira a regularidade dos eixos.

C

Em âmbito especificamente epocal, à proporção que, por anamorfose⁷⁰, a força se converte na necessidade dialética do convencimento, ensejando assim uma assimilação

⁶⁹ À esquerda, à direita, ao centro; direção descendente (revolução), direção ascendente (mileranismo escatológico). Cada uma dessas direções representa, simbolicamente, o anseio de maximização escalar do todo desde suas partes.

⁷⁰ Anamorfose: do grego *anamórfosis*, transli - *aná* (“no alto, em cima, sobre”) + *morphê* (“forma”), significa etimologicamente *reiteração da forma, formar de novo, sobre-formação*. Em termos específicos significa a qualidade ontológica da mudança em que, diferentemente da metamorfose (alusiva à transformação do ser rumo à sua entelégua, ou seja, à sua finalidade), as partes assumem características complexas que, desencadeadas pela contingência, dão origem a um novo ente. Portanto, enquanto uma metamorfose pressupõe finalidade, anamorfose remete à contingência. O exemplo mais claro de anamorfose é a estrutura geométrica (também conhecida como fractal), cujas propriedades se repetem escalarmente gerando configurações que, relativamente distorcidas, ora se preservam, ora se expandem sem que uma finalidade prévia as condicione. Para ser intuída, o processo de anamorfose exige relativo deslocamento de uma posição inicial e conseqüente busca por outra posição capaz de depreender, desde o todo, suas múltiplas seriações. Ora, no contexto acima referido, afirmar que “à proporção que, por anamorfose, a força se converte na assimilação temporal de benefícios”, é o mesmo que asseverar que, como só é atualizado individualmente, “quando uma força proporcionalmente inversa a mobiliza” (§2, Parte III), uma possibilidade perfectível (como o poder efetivo ou substancial) não se dispõe necessariamente ao homem senão materialmente, ou seja, de modo específico e irregular. Sendo assim, como a transubstanciação da força não é uma propriedade humana ontologicamente necessária (em âmbito pessoal), logo se pode concluir que, atualizá-la, só é possível de modo particular e

temporal de benefícios, mais os meios de ação (para que se conservem e se expandam) exigem uma tendência adaptativa, de modo que a conformação, ligeiramente, resultante do esforço de convergência destas camadas sobrepostas, enseja relativa pactuação, mais especificamente como o processo em que as partes articuladas de uma totalidade (por meio dos seus agentes), empenhadas num anseio de reconstituição (próprio do desejo de perfectibilidade), gira todos os eixos ao atualizar os seus e os demais interesses. Por conseguinte: basta que um agente, ao intuir o estado de coisas (a exaustão de uma guerra, por exemplo) - antevendo os efeitos da destruição - julgue que um morteiro (como compensação motora) é menos exaustivo que a luta corporal, e mobilize os meios necessários para que um ferreiro invista em sua ideia e, atestando-a, um general a solicite em série, para que os eixos sejam movidos por uma conciliação de interesses relativamente convergentes⁷¹, conformando assim certa unidade territorial. Tal conciliação forma uma relativa harmonia entre os eixos, otimizando assim seus níveis de operatividade, bem como de neutralização⁷². Portanto, para que certa porção do espaço se converta em território se faz necessário que os homens modulem os meios de ação, ajustando-os mutuamente, sem os quais o território colapsa espacialmente dada a ausência de limites de determinação, cuja indeterminação consequente é da ordem da confusão e da crise.

D

Como já apontamos: à proporção que a força se exaure e a antevisão temporal dos benefícios fomenta meios de ação mais depurados (como a certeza de que as aquisições de armas mais eficazes representam meios mais dinâmicos e menos exaustivos de combate), o fascínio da palavra articulada cresce de modo a determinar os dois, de sorte que o último (quando amadurecido) condiciona-os; fascínio que explica o poder de um líder como Ciro, o Grande (559 a 530 a.C), por exemplo, capaz de chamar pelo respetivo nome cada um dos soldados do seu exército. Tamanho fascínio, de quem concedia uma particularidade nominal

imprevisível, não por uma metamorfose (cuja forma, por ser intrínseca ao processo de transformação, se preserva), mas por anamorfose (cuja forma assume traços genuinamente múltiplos, inesperados e difusos).

⁷¹ Se tomarmos em consideração que o usufruto tecnológico mais decisivo para o mundo clássico tenha sido a descoberta da pólvora, inventada pelos chineses no século IX, e disseminada pelos árabes séculos mais tardes, e incorporada pelos europeus apenas no século XIV, compreenderemos – em escala de desenvolvimento epocal – quais os respetivos Impérios surgiram, conservaram-se, expandiram-se, sucumbiram e foram suplantados pela disseminação e otimização de tal usufruto. (HUNTINGTON, p.55)

⁷² Por neutralização entendo o equilíbrio que os eixos se impõem, em um limite de determinação por meio do qual, as partes se integram harmonicamente com o todo. Na prática isso se dá do seguinte modo: como o desejo de expansão enseja o colapso, até mesmo os anseios mais expansionistas de um exército precisam ser neutralizados, de modo que, caso haja uma sobrecarregada política fiscal a exigir do eixo de exceção uma exaustiva tributação, nem mesmo as mais alentadas justificativas poderão conter a fúria hostil e inarticulada das massas ao redor dos eixos respetivos.

a meros soldados - em um agregado quantitativamente maior que um indivíduo - deu a Ciro, o Grande, meios de se apoderar de territórios expressivos do mundo antigo, desde o Oriente até a Ásia Menor, submetendo assim as cidades gregas da Jônia. Ora, mas, se cada meio de ação corresponde à efetividade de um poder desdobrado na escala de possibilidade: força, fascínio e benefício, o que é, efetivamente, o poder político? Não sendo, especificamente, nem a força nem o fascínio nem benefício, mas uma soma resultante destes mesmos meios de ação, cujas circunstâncias moldam as direções, o poder político é um grau de investidura que atua no eixo de impulsão excepcional, aliás, como o sentido de orientação (tomado pelos homens em contextos reais) que só se efetiva no instante em que impacta, biograficamente, e de modo trino: a vida dos próprios agentes, a das testemunhas históricas e a das gerações imediatamente implicadas⁷³. Desta feita, a atividade política (por ser tanto a consequência, como a incorporação dos eixos anteriores) é movida pelo magneto das necessidades humanas, sendo, pois, como uma bússola⁷⁴, que ora determina, ora é determinada por demandas, biograficamente, específicas.

E

Tão logo o nexos temporal seja intuído, e com este, uma eventual ameaça à conservação do território, eis que: A) no eixo de impulsão marcial, a força (como meio de ação) passa a atuar ora para dentro, ora para fora de si, configurando assim a antevisão e dilapidação de um inimigo via poder militar; B) enquanto nos eixos ordenador e capital, a intuição do estado de coisas, bem como a antevisão de benefícios materiais configuram os poderes intelectual e econômico, respetivamente. A compactação ou desagregação destes vetores dão o senso de orientação, posteriormente, atualizado no poder político que, surgindo dialeticamente como consequência daqueles, é a instância em que a *ultima ratio* é reclamada. Em razão da paulatina depuração, em que o resultante dos meios de ação conserva e expande o anterior, a força se converte na voluntariedade via fascínio e na expectativa temporal de benefícios, em uma escala ascendente que se consuma no limite último do poder político.

Como atua no eixo de exceção, ou seja, de modo relativamente tardio, não há poder político senão como consequência do nível de articulação e do fascínio resultantes do

⁷³ Outrossim, o poder político é, anamorficamente: marcial, intelectual (espiritual) e material.

⁷⁴ Como pontuado desde o *Estado da Arte* - acerca da supressão mecanicista que, constante nas análises geopolíticas convencionais, as caracterizam como relógios parados, que, a depender das circunstâncias, marcam a hora certa pelas razões erradas - outro artefato pode ser inserido como contraponto, quiçá, como um análogo técnico às pretensões da presente Filosofia da Geopolítica: a *bússola*. Enquanto o funcionamento do relógio é puramente mecânico, sendo o mecanicismo o entusiasmo com o qual a criatura suprime o criador, o funcionamento da bússola é fundamentalmente magnético, pois que é induzido cada vez que os elétrons se movem na força natural imposta pelos polos. Dentre ambos, o magnetismo é um fenómeno relativamente natural, movente, não tendo a marcação mecânica do tempo a mesma naturalidade. No primeiro caso, a análise (a que almeja esta Filosofia da Geopolítica) se direciona à vida humana, e, no segundo, a entidades hipostasiadas sem unidade biológica elementar, como Estados e nações.

eixo ordenador, com efeito, não há vida comunitária, doravante vida política, sem que haja tanto uma linguagem publicamente articulada, além de uma conversão de bens escassos em excedentes. Desse modo, o agente político é aquele que, tendo uma ligeira compreensão do estado de coisas, é capaz de aglutinar a força, o fascínio e o benefício necessários para modificá-lo.

Antes de avançar até a especificidade do poder e suas consequências em dado contexto territorial, cabe uma descrição que, preocupada com sua manifestação prévia (desde a coexistência espacial) seja capaz de concebê-lo tal qual aparece, aliás, de modo independente de eventuais explicações psicológicas, alentadas justificativas morais ou ideológicas. Tal descrição voltar-se-á para um bastidor prévio que, antecedendo a constituição excepcional a que o poder se volta como compactação tardia dos demais eixos, é condição de possibilidade para que resulte em suas determinações, a saber: o esforço de imanentização dos símbolos espaciais, cujo prejuízo - em casos excepcionais - (a pretexto de objetificar o espaço) desvincula o território a uma altura ôntica ou instrumental, de modo que tal (pela demanda de uma suspensão dos juízos políticos e geopolíticos correntes), clama por uma dimensão fenomenológica.

DIMENSÃO FENOMENOLÓGICA

Descrever, quer dizer em outras palavras, restituir o objeto à sua unidade determinante, colocando entre parênteses aquilo que o constitui em essência, e aquilo que, de modo accidental, lhe é acessório. Portanto, direcionada aos processos essenciais dos objetos, ou daquilo que os constitui, interessa à fenomenologia as suas respectivas descrições, cujas essências gerais forneçam não dados pressupostos, mas atos de consciência que, voltados a uma experiência vivencial; a uma precedência lógica ou causal, se revela como um *a priori*. Sendo, simultaneamente, o princípio e fim de uma operação intuitiva que, ao se voltar para o objeto, o toma como fonte originária desse mesmo ato, a descrição fenomenológica se compõe como lógica transcendental, interessada muito mais na constituição processual dos objetos, que ao nexos causal de sua explicação. Adaptando tal descrição à Geopolítica sobressai a certeza de que, esvaziado parcialmente o campo transcendental daquela ciência; com seus agentes e determinantes geograficamente reportados, o que se preserva como essência irreduzível, aliás, como unidade constitutiva de sua intuição? Uma tal pergunta aponta, simultaneamente, para o espaço; a corporeidade; a intersubjetividade e aos símbolos espaciais, cujas formas são moduladas, particularmente, pelos indivíduos em comunidade, e cujos eventuais desarranjos surgem no instante em que aqueles (a pretexto de reabilitá-la) se empenham em entificá-la.

§1

Considerações esquemáticas sobre a fenomenologia

Em linhas gerais, e de modo breve, se pode afirmar que o propósito inaugural de Husserl é o de fundamentar o conhecimento sob bases apodícticas ou evidentes, a partir da perquirição dos próprios atos do conhecimento, que, com efeito, são intuíveis como correlatos das diferentes formas de apreensão do objeto⁷⁵. Sob essa perquirição, que, como condição de possibilidade do próprio conhecimento objetivo, subjaz a exigência de que a coisa mesma seja dada, ou, dito de outro modo, que se parta da intuição, da qual a alegada volta às coisas mesmas se nos reporta a uma questão como esta: *como é possível que algo se dê ou contra quais condicionantes precisa se sobrepor para se manifestar?* Portanto, a

⁷⁵ “Uma experiência cujo “objeto” é um fenômeno, em vez de um objeto físico, é aquela que admite a possibilidade da “adequação”: o fenômeno pode estar completamente presente como o objeto dessa experiência. Diferente da pedra, que é uma entidade transcendente em relação à minha experiência consciente, minha experiência da pedra é imanente à minha experiência consciente e assim, em princípio, não excede minha experiência dela. Além disso, a ausência da distinção é/parece no caso de minha experiência significa que eu posso atingir um nível de certeza ou apoditicidade quando o “objeto” de minha experiência é ele próprio um fenômeno consciente.” (CERBONE, p.20).

exigência fenomenológica implica uma certa tensão entre passividade e atividade, desde a qual o dado se manifesta nos limites de sua dação, de modo que sua forma mais espontânea é reportável na intuição, cuja função é a de trazer o conteúdo apreendido à sua automanifestação, na qual o intencionado é preenchido pela pura intenção que, aliás, representa o encontro da coisa em seu ser⁷⁶. Empreender tal investigação das vivências intencionais não significa, especificamente, uma investida sobre os atos da consciência empírica, mas uma contínua descoberta da unidade transcendental da consciência, cujo caráter ilimitado passa a dimensionar o objeto do conhecimento à luz dos diferentes níveis de preenchimento da intuição.

O caráter projetivo ou extático da consciência, que a põe continuamente ‘*em direção àquilo*’ que a excede, é uma estrutura prévia aos próprios atos psíquicos e não a dissociação entre fenômenos físicos exteriores sintetizáveis por processos psíquicos, de modo que – dados os níveis de sua apreensão – todo ato possui o seu próprio fluxo intencional. Ora, isso se dá pelo facto de que, contrariando o empirismo, o campo transcendental (em nome do qual parte a aposta fenomenológica) não vincula restritivamente a intuição ao seu caráter sensível. Por não se restringir apenas no sensível⁷⁷, cada apreensão intencional (haja vista, a percepção, a sensação, a descrição) se funda em comportamentos não-representacionais, pois que decorrentes de uma intencionalidade insuprimível, que, aliás, remetem ao próprio campo transcendental. Dada essa intencionalidade insuprimível, da qual o sensível é antecedido por uma doação originária que preenche e ultrapassa a própria sensibilidade, há, destarte, um excesso de preenchimento na qual se pressupõe que o percebido já seja dado desde antes, eis a tese husserliana da *intuição categorial*⁷⁸. Recuando

⁷⁶ “As Ciências Naturais procedem pela coleta de dados, propondo hipóteses que explicam os dados, concebendo testes para as hipóteses propostas, e assim por diante. Desse modo, as Ciências Naturais trabalham indo para além do que é dado na experiência, sempre procurando por leis e princípios que possuam uma relação explanatória com os objetos e processos que são observados. As ciências, portanto, vão tolerar o apelo a objetos, estados e processos que não são observáveis, por exemplo, no domínio da microfísica. Não surpreende, então, que hipóteses científicas sejam sempre propostas como tentativas, abertas à revisão e anuláveis por alternativas. A fenomenologia, em contraste, foca precisamente no que é dado na experiência, abstando-se inteiramente do método de formular hipóteses e extrair inferências do que é dado para o que se encontra aquém ou além disso. Para Husserl, a fenomenologia deve aderir estritamente ao que ele chama o ‘princípio de todos os princípios’: ‘Nenhuma teoria concebível pode nos fazer errar com respeito ao princípio de todos os princípios: que toda intuição nocional originária é uma fonte legítima de cognição, que tudo originalmente (por assim dizer, em sua realidade “pessoal”) oferecido para nós na ‘intuição’ deve ser aceito simplesmente como se apresenta, mas também somente dentro dos limites nos quais se apresenta.’ (Ideias I: § 24).” (CERBONE, p.20).

⁷⁷ “A percepção categorial é imediata, espontânea, pré-reflexiva, própria da vida cotidiana, do vivenciar imediato – nela não há separação entre consciência e objeto e este é captado na sua totalidade por intuição. Ela assimila uma realidade básica, primordial, total, anterior à reflexão – é a percepção própria das ciências do homem.” (FORGHIERI, 1984, p.15.)

⁷⁸ “no interior da análise sobre as relações entre as palavras e as coisas, quer dizer, sobre o ‘conhecimento’ enquanto preenchimento das ‘intenções significativas’ pela intuição impletiva”, o do ‘categorial’ será apresentada ali como aquela que por princípio sempre ‘excede’ o sensível.” (MOURA, 2001, p. 343.).

ao campo transcendental, a fenomenologia não apenas evidencia que há tantos tipos de atos quanto tipos de intuição, bem como possibilita a reabilitação do ‘ver’ intuitivo desde a coisa apreendida, ou mais especificamente, um encontro entre a verdade e um ato de evidência intuitiva. Como uma atividade filosófica elementar, a fenomenologia se torna a capacidade de ver intuitivamente os fenômenos remoçando-os sob os múltiplos modos de ocultação.

No ato de percepção natural de um objeto, por exemplo, há uma tensão entre o mundo ambiente e a inserção como coisa da natureza, de modo que a remissão a um único objeto pode ser descrita, originalmente, sob duas séries de predicado, em que o percebido e o representado não se referem à mesma coisa ainda que voltados ao mesmo objeto. Por certo, e em razão das diversas modalidades de doação e dos atos intencionais correspondentes, desde que ocorra o preenchimento pela intuição, há uma correlação entre a *intentio* e o *intentum*, respetivamente, entre a *noesis* e o *noema*⁷⁹. Por se recusar a ser substância, a consciência é sempre visada de algo que a escapa, e, por não existir como um ente, lança-se continuamente no mundo à cata de sua efetividade.

Àquilo que ambicionou como *fenomenologia transcendental* (termo composto que, de modo breve, sintetiza muito deste esforço filosófico), Edmund Husserl dimensionou o estudo dos fenômenos em um bastidor prévio que, sem referência aos dados empíricos, constitui preliminarmente o próprio domínio da objetividade. Por certo, tal fenomenologia (sem nenhum vínculo idealista ou psicológico subjacente, contra o qual os atos da consciência coincidem com seus conteúdos como epifenômenos) se revela um método de investigação filosófica por excelência, a saber: como ciência rigorosa. Em linhas gerais, sob a orientação dessa ciência rigorosa, Edmund Husserl se propôs a constituir uma filosofia que intuisse os fenômenos como aquilo que se mantém sob os múltiplos modos de ocultação, de sorte que, por fenomenologia, se empenhou em elaborar, grosso modo, uma pesquisa descritiva pura das vivências intencionais, ou seja, não a um retorno aos atos de consciência

⁷⁹ “Em *Meditações Cartesianas* Husserl chama a unificação dos momentos adumbrativos da experiência de síntese de “identificação”: todas as várias apresentações adumbrativas são unidas como apresentações de uma pedra, de uma melodia, e assim por diante. O processo de sintetizar os vários momentos da experiência Husserl chama “noesis”. A pedra, no primeiro caso, a melodia, no segundo, são, como unidades sintéticas, os significados dessas respetivas regiões da experiência. Husserl, por vezes, refere-se a esse significado como a “forma de apreensão” governando os momentos sucessivos da experiência de construir a experiência da melodia. Outro termo que ele usa é “noema”. O tipo de trabalho que temos feito com respeito a nossos vários exemplos, explorando o processo de síntese e sua contrapartida horizontal, é, portanto, o que Husserl chama “análise noético-noemática”. O recurso à noesis e ao noema indica a complexidade estrutural da experiência, envolvendo o processo de experienciar (noesis) e o conteúdo experienciado (noema). (Existe também um terceiro elemento, o sujeito que experencia, mas vamos pospor a discussão disso.) Junto aos conceitos de noesis e noema, emerge um terceiro, que nos provê outro insight com respeito às nossas questões orientadoras. Uma passagem de *Meditações cartesianas* será útil aqui (por *cogitatum*, na primeira sentença, Husserl significa o conteúdo presente da experiência, e. g., o lado da pedra que é neste momento apresentada a mim em minha experiência perceptual; o que é “não intuitivamente cointencionado” são todos os outros lados que podem ser experienciados, mas estão neste momento ocultos para mim).” (CERBONE, p.25).

empíricos, mas a uma investigação preliminar ou transcendental da própria consciência. Tal pesquisa descritiva, sendo transcendental, parte das intuições das próprias coisas, sendo a intuição o ver imediato, a simples apreensão. Ora, a função da intuição é a de trazer o noema (o visado, o vivido, o objetivado) à sua automanifestação, na qual o intencionado (a exemplo de uma recordação) é preenchido pela pura intenção. Desta forma, a intuição é a manifestação plena do ser da coisa. Por seu intermédio, a coisa se reencontra com seu ser. Em contrapartida, o caráter incompleto ou abstrato do pensamento se dá quando o intuído nela ainda não foi preenchido; incompletude que, com efeito, vigora parcialmente sobre as pretensões unívocas da Geopolítica, que ora descreve, acertadamente, estados de coisa (em dado contexto geográfico), ora deposita expectativas sobre agentes políticos capazes de atualizá-la.

Feitas tais considerações se pode afirmar que o propósito metodológico da fenomenologia não é o de destacar o objeto e, em uma determinada altura cognitiva, promover uma interrogação, mas sim o de – retrospectivamente – suspender qualquer impressão prévia e apreendê-lo segundo a sua própria dação, ou seja, segundo o nível de sua manifestação. Compatibilizando a Geopolítica à luz de uma visada fenomenológica se chega não à pergunta sobre o que é tal ciência⁸⁰, cuja inscrição em uma ontologia regional (contígua a ciências afins, como: Geografia Política, Relações Internacionais ou Economia Política) a aproxima (por razões eminentemente materiais) com o risco de confundi-la e a indeterminá-la. Ora, a compatibilidade fenomenológica à Geopolítica urge nos seguintes termos, tanto sob os critérios de sua definição via variação imaginária (*‘o que é esta ciência espacial do território, e sob quais condicionantes se impõe?’*), como de sua dimensão elementar (*‘a experiência territorial – como núcleo invariante – esgota a essência da ciência da Geopolítica?’*). Fazê-lo, implica ora a descrição do sentido original da Geopolítica como objeto de pensamento (a despeito de seus modos distintos de aparecimento), ora uma suspensão dos juízos relativos a tal ciência a partir do qual se almeja (via redução

⁸⁰ “Para Husserl, não há ciência que não comece por estabelecer um quadro de essências obtidas pela chamada ‘técnica de variação imaginária dos objetos’. A ‘essência’ deve ser entendida em Husserl não como uma ‘forma pura’ que subsiste por si mesma, independentemente do modo como se mostra à consciência intencional, mas sim, como o que é retido no pensamento pela referida técnica de variação imaginária: atente-me, ao exercer a redução fenomenológica, ao núcleo invariante da coisa, isto é, ao que persiste na coisa pensada mesmo diante de todas as variações as quais a submeto arbitrariamente em minha imaginação. (...). Tal ‘núcleo invariante’ do cogitatum – o caráter necessário do objeto idealmente considerado – define precisamente a ‘essência’ (o que Husserl chama, no § 98 da obra *Lógica formal e Lógica transcendental*, de ‘forma ôntica essencial’ ou ‘forma apriórica’) daquilo que se mostra na e para a consciência intencional, revelando-se, portanto, em sua dimensão originária na própria intuição vivida. Eis o que Husserl denominou de ‘intuição de essências’ (*Wesenschau*). No § 34 de *Meditações Cartesianas*, Husserl descreve-nos novamente a dinâmica do exercício da variação imaginária dos objetos na consciência, afirmando-nos que tal exercício permite-nos deslocar a atenção das variações as quais submeto arbitrariamente o objeto intencionado para a sua “generalidade essencial” e absoluta, generalidade essencialmente necessária para qualquer caso particular desse mesmo objeto.” (TOURINHO, 2012, p.93).

fenomenológica) manifestar à consciência intencional que a investiga, a sua pura evidenciação, ou seja, aquilo que a constitui. Ademais, o recurso a uma fenomenologia (no contexto de descrição da nascente Geopolítica) diz respeito a uma atitude completamente distinta das análises teóricas usuais, de modo que franqueia a possibilidade de se voltar não exclusivamente para os factos constituídos e suas busca por leis genéricas acerca dos efeitos dos determinantes regulares sobre as ações políticas, mas sim para a constituição daquele campo, cujo fenómeno como objetividade imanente (distanciando-a tanto da Geografia, como das Relações Internacionais) doa-se à consciência como intuição originária, por meio de uma questão desta ordem: *de que forma o binômio espaço/território se torna descontínuo e, em prejuízo do primeiro (em busca de autonomia), o último se modifica?* Neste breve meneio do foco de atenção, doravante nesta mudança de atitude, subjaz a possibilidade de se formular corretamente a questão sobre: *que ciência espacial é esta, cujos fenómenos territoriais (apesar de relativamente comuns a áreas afins) possuem uma diferença elementar e irreduzível*⁸¹? A fenomenologia se rege pela máxima metodológica do retorno às próprias coisas⁸², ou seja, à solidão das coisas no sentido da materialidade, que não é derivada de qualquer experiência pré-determinada e, neste sentido, à idealização antejudicativa que transcende a apodicticidade da experiência. Sendo uma captura fiel do que encontramos na experiência, sem forçar a forma em que todas as coisas se doam, a sua convocação (em âmbito geopolítico) reposiciona o território ao grau apodítico de sua evidência, antecido que é pela mera espacialidade.

⁸¹ “De acordo com o modo como Merleau-Ponty concebe a fenomenologia, sua tarefa é puramente descritiva, o que significa que a fenomenologia de modo algum se envolve em especulação; nem busca construir explicações de qualquer tipo. Assim, a fenomenologia é radicalmente distinta das Ciências Naturais. A fenomenologia não só é distinta das Ciências Naturais como tem um tipo de prioridade com respeito a elas, uma vez que o que busca descrever é nossa experiência perceptual, corporificada, do mundo que torna possíveis as Ciências Naturais. Como vimos em Husserl, as Ciências Naturais são uma consequência da atitude natural de forma mais geral, que supõe um mundo objetivo, repleto de uma variedade de entidades materiais e relações causais. O que a atitude natural, assim como as Ciências Naturais, negligencia são as origens dessa concepção do mundo na experiência, e para Merleau-Ponty a tarefa da fenomenologia é ‘retornar’ a essas origens: descrever nossa experiência perceptual “pré-objectiva” que precede e torna possível uma concepção objectiva do mundo. De acordo com seu sentido da prioridade das relações entre elas, Merleau-Ponty marca a distinção entre a fenomenologia e seu domínio (a experiência perceptual pré-objectiva) e as Ciências Naturais e seu domínio (o mundo objetivo) como uma distinção entre expressão de primeira e de segunda ordem, respectivamente.” (CERBONE, p. 67).

⁸² “Retornar às coisas mesmas é retornar a esse mundo anterior ao conhecimento (PP: ix).” (PONTY-Merleau apud Cerbone, p. 67).

§2 Do espaço imanente

Deslocando-se qualquer objeto para um breve enfoque se constatará que o campo visual se projeta sobre uma superfície, ou mais especificamente, sobre uma figura bidimensional imersa em um espaço que, por acomodar a sua curvatura, deve ser tridimensional (CARACIOLLO, p.136). O espaço recipiente é tridimensional à natureza potencialmente curva da figura bidimensional que, desde a superfície, se manifesta ocultando-se e revelando-se.

Em termos específicos se pode considerar que o campo do possível se atualiza limitando-se, de modo que (apesar de suas eventuais outras dimensões) o espaço é sua expressão formal, sendo este, o todo composto pela disposição extensiva de suas partes⁸³. Sobre este, tudo o que é põe-se em relação, doravante em uma coexistência atual ou mútua. Em razão disso, a relação que se estabelece entre os entes⁸⁴ – no plano das coexistências mútuas, em que um ente é atual desde que outro ente participe objetivamente da experiência – se efetiva no domínio intermediário desse encontro, desse trânsito. Dadas as suas propriedades relacionais, os entes se dão sob a marca da impenetrabilidade, a partir da qual, um não ocupa simultaneamente o mesmo lugar que um outro, de modo que o que caracteriza o espaço imanente (como plano da relação) – apesar de seu caráter geometricamente ilimitado (conexo ao campo de possibilidade) é a atualidade de uma ordem. O espaço imanente é, portanto, uma ordem que se realiza na conformidade com os entes, de modo que é o plano da coexistência mútua sobre o qual experiências objetivas são atualizadas⁸⁵. Tal não os precede, pois que, sem estes, o espaço tridimensional é apenas uma possibilidade remota, logo indeterminada; e nem os entes precedem o espaço, já que estes só se atualizam nos níveis de disposição que ocupam em tal coexistência mútua. Desta feita, o espaço sem entes é uma mera possibilidade, uma supressão absoluta; e sem espaço, os entes carecem de

⁸³ À eventual pergunta: *Por que o espaço é expressão formal do campo do possível (?)*, se segue a resposta: por restituir o espaço com a manifestação e a atualização de uma possibilidade material, efetivando-a em realidade. O campo do possível detém a forma do espaço, sem o qual vagaria ilimitadamente por ausência de determinação, de modo que, ao se atualizar, o campo do possível comprime-se, limitando-se, e tensionando se torna predicável. Em contrapartida, um campo do possível não-espacial, em carecendo de determinação seria irrepresentado, logo vazio de predicação.

⁸⁴ Um ente é um conjunto de possibilidades perfectíveis que, atuantes sobre as formas, são transsubstanciadas materialmente.

⁸⁵ “*After all, it is the character of existence itself, that it extends through space and that this space forms something like the whole. [...] [T]here is something peculiar here: during the showing of individual things I also know about their connection with the whole. [...] It looks as if the existence of the whole of the world – or rather what causes the world to not be merely a connection of individual images, that they are not membra disjecta (scattered parts), but rather that they somehow form a unity – naturally belongs to existence as such.*” (PACTOČKA, 2002, pp.19,20).

determinação material, de modo que é a ordem sobre a qual toda e qualquer relação se atualiza, a partir do qual cada conteúdo espacial se dá sob um fundo prenhe de atualidade que, com efeito, não pode ser representado sobre um vácuo eventual, de modo que a representação de um espaço ilimitadamente vazio ou sem objetos é, no mínimo, uma abstração geométrica. Desse modo, diferentemente da tridimensionalidade geométrica (que evoca um ‘dentro intrusivo’ e um ‘fora expansivo’), o espaço imanente é, portanto, um campo unitário no qual múltiplas possibilidades são transfiguradas na coexistência mútua dos entes.

Delimitando-se o campo de possibilidade, o espaço imanente torna-se intuível como experiência espacial na qual as coordenadas subsumem em uma ordem; em um todo coerente, cuja eventual subtração comprometeria a sua própria unidade constitutiva. Diferentemente do infinito, cuja dimensão não inviabiliza a adição progressiva de elementos afins (números, por exemplo); diferentemente do infinito, o espaço imanente é uma ordem sobre a qual elementos heterogêneos (e logo, enumeráveis) coexistem⁸⁶. Portanto, é um todo, cujas partes são indecomponíveis. Em sua imanência, o espaço é um plano tético, pois se efetiva coextensivamente, e sobre o qual se fundamenta a ordem espacial. Sobre esta, as relações ônticas (entre os entes) se dão por meio de uma coexistência mútua, de modo que nenhuma relação se modifica sem que seu conteúdo absoluto igualmente se altere, já que – se o interior e o exterior (o dado e o latente) são coextensivos à representação espacial – ambos são percebidos simultaneamente juntos, de tal sorte que uma ligeira alteração em um, incide (apesar de jamais apreendido) sobre o outro.

A partir dessa breve inserção sobre o espaço imanente, cuja ordem o preconiza, se pode observar que o corpo se insere em meio a uma infinidade de entes que, vinculados a outros entes, servem a algum propósito. No instante em que ganham utilidade material tais entes se tornam coisas, que, por certo, simbolizam formas de compensação do próprio corpo. Na *Fenomenologia da Percepção*, Merleau-Ponty utiliza o exemplo significativo de um cego que, dadas as limitações da visão, a compensa por meio de uma bengala⁸⁷. O alcance de seus

⁸⁶ Diferentemente da coexistência mútua entre o espaço imanente e os entes, que explica por sua vez o porquê uma cor; um pigmento, assim como um som, não são concebíveis sem um substrato formal-extensional, diferentemente destes, se pode imaginar um espaço sem qualidade sensível. Tal dependência e independência entre o espaço e seus elementos revela a diferença entre o infinito e a espacialidade imanente. Nessa última, cada realidade visual, cada objeto, corresponde a uma unidade composta de particularidades que não pode ser subtraída sem prejuízos formais.

⁸⁷ “A bengala do cego deixou de ser para ele um objeto, ela não mais é percebida por si mesma, sua extremidade transformou-se em zona sensível, ela aumenta a amplitude e o raio de ação do tocar, tornou-se o análogo de um olhar. Na exploração dos objetos, o comprimento da bengala não intervém expressamente e como meio termo: o cego o conhece pela posição dos objetos, antes que a posição dos objetos por ele. A posição dos objetos está imediatamente dada pela amplitude do gesto que a alcança e no qual está compreendido, além da potência de extensão do braço, o raio de ação da bengala. Se quero habituar-me a uma bengala, eu tento, toco alguns objetos e, depois de algum tempo, eu a "maneja", vejo quais objetos estão

passos confunde-se com o alcance suplementar de sua bengala que, nesse contexto, se torna um substitutivo para a sua visão. Portanto, destacando uma particularidade do espaço imanente; desde o qual os entes se convertem utilitariamente em coisas, se pode observar que o corpo reorganiza cada coisa de acordo com os níveis de compensação material, de modo que adaptando-a a alguma finalidade, a arranca de sua mera espacialidade em prol de algum interesse especificamente corporal⁸⁸.

§3 Da corporeidade⁸⁹

Adaptando o espaço imanente, desde o qual os entes se convertem em meios de compensação das próprias limitações corporais, já se pode destacar uma particularidade do corpo: a capacidade de (pela presença no mundo) reorganizar a ordem dos entes, na qual as formas são readaptadas como vias de extensão corporal. Presentemente no mundo, o corpo recebe através das sensações que, apesar de aparentemente uniformes, se destacam de forma específica desde a superfície do toque até a profundidade de impressões privadas, de sorte que cada uma dessas demanda a sua própria extensão; a sua própria espacialidade. Por meio das sensações, o corpo responde ao mundo - no que, simultaneamente, credencia-o a tanto a interpor resistência como a preencher uma porção particularmente única do espaço imanente. Portanto, a experiência primária do corpo (reduzida aos limites físicos) é uma

"ao alcance" ou fora do alcance de minha bengala. Não se trata aqui de uma estimativa rápida e de uma comparação entre o comprimento objetivo da bengala e a distância objectiva do alvo a alcançar. Os lugares do espaço não se definem como posições objectivas em relação à posição objectiva de nosso corpo, mas eles inscrevem em torno de nós o alcance variável de nossos objetivos ou de nossos gestos. Habituar-se a um chapéu, a um automóvel ou a uma bengala é instalar-se neles ou, inversamente, fazê-los participar do caráter volumoso de nosso corpo próprio." (PONTY, Merleau. excertos: 1.^a Parte: *O Corpo*, (cap III).).

⁸⁸ *"Toda espacialidade é constituída, isto é, vêm à doação em movimento, no movimento do próprio objeto e no movimento do Eu, junto à modificação de orientação que se segue."* (HUSSERL, *Ding und Raum*, §44, apud BARCO, p.46.) Destaca-se que, como parte da pesquisa ficara relativamente comprometida com a pandemia, dois trabalhos acerca da espacialidade segundo a fenomenologia husserliana foram tomadas como referência: A) *'A constituição do espaço na fenomenologia de Husserl, 2012'* (dissertação de Mestrado de Aron Pilloto Barco, apresentada na Universidade Federal de Goiás, Brasil/ B) *'Do sentido da lembrança em Edmund Husserl, 2009'* (artigo da Prof. Doutora Alice Mara Serra da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Brasil).

⁸⁹ *"O corpo é, em primeiro lugar, o meio para toda percepção; ele é o órgão da percepção e está envolvido necessariamente em toda percepção. (...) A possibilidade de experiências dizem respeito ao curso espontâneo de atos de sensação atuais, os quais são acompanhados por séries de sensações cinestésicas e são dependentes delas do seguinte modo: com a localização das séries cinestésicas em membros móveis do corpo está o facto de que em toda percepção e exibição perceptual (experiência) o corpo está envolvido enquanto um órgão de sentido móvel, como movente livre da totalidade dos órgãos sensórios, e com isso também está dado o facto de que, nesta fundação original, tudo o que é uma coisa real no mundo circundante do ego tem relação com o corpo. Além disso, obviamente conectada com isso, está a distinção que o corpo adquire enquanto o portador do ponto zero de orientação, o portador do agora e do aqui, a partir do qual o ego intui o espaço e o mundo dos sentidos como um todo. Assim, cada coisa que aparece tem eo ipso uma orientação em relação ao corpo, e isso refere-se não somente ao que aparece atualmente, mas também à toda e qualquer coisa que possa aparecer."* (HUSSERL, Edmund. *Ideias II*, §18).

experiência espacial na qual ambas as sensações (interna e externa) são alocadas⁹⁰. Em conjunção com o campo visual, também contribui para a composição do espaço imanente, o campo das experiências táteis que, com efeito, fornecem os conteúdos sensíveis para a representação do mundo.

Como Husserl observa em *Ideias II*, além da experiência primária (concomitante às sensações táteis), existem sensações cinestésicas, marcadas por uma série de conteúdos não intencionais, cuja localização somaticamente não é específica⁹¹. Apesar

⁹⁰ “A descrição de Husserl sobre o corpo em *Ideias II* é orientada em torno de duas afirmações principais: (a) O corpo é algo que aparece na experiência como um tipo de coisa categoricamente distinto. (b) O corpo e a autoexperiência corporal desempenham um papel essencial com respeito à possibilidade de formas diferentes de intencionalidade, ou seja, à possibilidade da experiência que é de ou sobre objetos diferentes do próprio corpo. Como Husserl, vamos explorar primeiro a afirmação (b). A afirmação de que o corpo desempenha um papel essencial com respeito às diferentes formas de intencionalidade deveria ser entendida como uma afirmação constitucional: a constituição na experiência de vários tipos de objetos envolve o corpo. Com “envolve”, Husserl não pretende expressar uma afirmação sobre fisiologia; ele não está fazendo uma afirmação sobre mecanismos causais que estejam em ação no corpo e que possam ser produtivos com respeito às várias formas de experiência. Em vez disso, “envolve” deveria também ser entendido fenomenologicamente. A fim de ter experiências que sejam de ou sobre vários tipos de objetos, eu devo me experienciar como corporificado, como tendo um corpo. (De acordo com as críticas sobre a redução fenomenológica, essa última afirmação pode ser verdadeira ainda que eu não tivesse “de facto” um corpo.) Os objetos que Husserl tem em mente são objetos materiais, espaçotemporais: coisas ordinárias tais como pedras e árvores, mesas e cadeiras. Assim, sua afirmação é que a fim de termos experiência de ou sobre objetos materiais, espaçotemporais, devemos nos experienciar como corporificados. De um modo mais geral, Husserl afirma: “O Corpo é, em primeiro lugar, o meio de toda percepção; é o órgão da percepção e está necessariamente envolvido em toda percepção” (*Ideias II*: § 18). Para começar a explicar essa afirmação, devemos começar com uma observação sobre a terminologia, uma vez que o uso de letra maiúscula para “Corpo” registra uma distinção importante. Em alemão, todos os substantivos são grafados com letra maiúscula, mas o uso do “C” maiúsculo, feito pela tradução, indica que a palavra alemã que está sendo traduzida é *Leib*, enquanto “corpo” com “c” minúsculo traduz *Körper*. O último termo, etimologicamente relacionado com a palavra inglesa “corpse”, significa o corpo entendido em termos materiais, como um objeto físico de um tipo particular, enquanto *Leib* especifica o corpo vivo e, no contexto fenomenológico, o corpo experienciado ou o corpo-como-vivido. Como observado em (a), acima, um dos principais pontos de Husserl (e que prossegue em Merleau-Ponty) é que o corpo não é experienciado como apenas mais um objeto material dentre outros, mas sim que é manifesto de uma maneira categoricamente distinta. (No restante desta seção, minhas citações de passagens preservarão essa distinção, mas eu mesmo não a utilizarei.) Para retornar à afirmação mais ampla de Husserl, parece razoavelmente claro que o corpo é o “meio” e o “órgão” da percepção, uma vez que muitas das mais básicas descrições de nossa experiência perceptual envolvem referência à nossa existência corporal. Dizemos, por exemplo, que vemos com nossos olhos, ouvimos com nossos ouvidos, tocamos e sentimos com nossas mãos, e assim por diante, e essas referências, por sua vez, dizem respeito ao corpo de um modo mais geral: olhos e ouvidos estão localizados na cabeça, as mãos, nas extremidades dos braços, e assim por diante. Embora as referências ao corpo nessas descrições básicas pareçam importantes, em que sentido elas se referem ao corpo necessariamente, como Husserl afirma? Afinal, pareceria que poderíamos imaginar uma experiência perceptual, especialmente visual e auditiva, que não fosse de facto mediada pelo corpo, por exemplo, na experiência do sonho, ou, mais drasticamente, nas maquinações do “gênio maligno” de Descartes. Além do mais, a própria prática de Husserl da redução fenomenológica não nos ensina a “colocar entre parênteses” ou “parentesar” nossa existência empírica, que incluiria nossa existência como entes corporificados? Mesmo que permaneçamos dentro da perspectiva da redução fenomenológica, devemos ainda permanecer fiéis aos contornos de nossa experiência como experienciada, e assim, mesmo que coloquemos entre parênteses a existência real de nossos corpos materiais, nossa experiência perceptual ainda se reporta tanto a nossos corpos como aos vários objetos percebidos (e o compromisso com a existência real da última também foi, é claro, suspenso). Além disso, mesmo que cedamos aos cenários mais fantásticos do engano, Husserl afirmaria que uma explicação cuidadosa de nossa experiência perceptual nesses cenários ainda envolve uma referência essencial ao corpo, à medida que essa experiência apresenta objetos materiais, espaçotemporais.” (CERBONE, pp. 64,65).

⁹¹ “O corpo (ou Corpo) não somente desempenha um papel essencial com respeito à constituição de outras categorias de objetos, mas é ele próprio constituído na experiência como um tipo de entidade categoricamente

desse caráter espontâneo ou não intencional, que a distingue da imediatez da sensação tátil, por exemplo, a experiência cinestésica submete todo o organismo em sua motricidade; à maneira de quando, espontaneamente, se move um dedo ou uma mão, de modo que o que caracteriza tal sensação é a liberdade em movimento.

Presente no mundo e, conseqüentemente, ocupante de uma porção imanente do espaço, o corpo se define não apenas como sede passiva das impressões sensíveis, mas como portador de vontade pela qual (imponente) se oculta para a própria consciência. Tal imponência decorre de certa motricidade involuntária que, por razões eminentemente biológicas, o corpo impõe em contraponto ao seu próprio ambiente. Portanto, *o fenômeno das sensações cinestésicas mostra que a descoberta do próprio corpo não se faz acompanhar exclusivamente de uma experiência estática, fixa; imediatamente à mão.* Cinestésicamente, em movimento, o corpo se descobre estimulando a si mesmo, de sorte que isso remete a fenômenos não intencionais, que – à maneira de um processo – revela a experiência basilar da constituição de um organismo vivo.

A cinestesia é um processo autotélico de constituição do espaço primário do corpo. Em movimento, o corpo sente o mundo e formula impressões que o preenche. Merleau-Ponty percebe que na experiência do movimento, o corpo se revela como uma unidade espaço-temporal que não é a soma das partes (órgãos, membros), mas é algo qualitativamente único. Situado no espaço imanente, cujo mundo é um correlato, o corpo sente-se em uma presença extensiva que, apesar de rodeada de coisas, as percebe imediatamente como correspondentemente atuais, mas com a diferença de que, apesar da correspondência, é suficientemente capaz de pôr-se voluntariamente em movimento, de tal

distinto. Essa ideia já está implícita no papel desempenhado pelo corpo na constituição da experiência de outras coisas, por exemplo, no facto do corpo ser manifesto como o ponto-zero de orientação e como o local de motivações cinestésicas em condicionais motivadores/motivados. Mas mesmo essas caracterizações do corpo não são suficientes para capturar completamente seu lugar distintivo na experiência, como indicado pela afirmação provocativa de Husserl de que um “sujeito cujo único sentido fosse o sentido da visão não poderia em absoluto ter um Corpo aparente” (Ideias II: § 37). Embora pudesse ter sensações cinestésicas, e, assim, verse como de algum modo conectado ou vinculado a um objeto material, a esse sujeito faltaria, no entanto, sensações cinestésicas. Por exemplo, esse sujeito pode apreender visualmente o movimento de “seu” braço, ao ver que o movimento segue de acordo com seu desejo de que se mova, mas ele não sentiria o movimento de seu braço. Se, ao mover esse braço, ele colidisse abruptamente com um obstáculo, nosso sujeito imaginado poderia também observar isso se acontecesse de ainda estar olhando para esse braço, mas ele não sentiria dor alguma em seu braço, nem qualquer sensação de resistência diante desse obstáculo. Sem esses tipos de sensações táteis, o sujeito consideraria seu braço, no máximo, como um tipo especial de utensílio, sobre o qual ele tivesse uma forma especial e exclusiva de controle, mas não o consideraria como parte dele próprio. Seu corpo não seria ainda um corpo-vivido: “Obviamente, o Corpo também deve ser visto como qualquer outra coisa, mas ele se torna um Corpo somente ao incorporar sensações táteis, sensações de dor etc. – em suma, pela localização dessas sensações como sensações” (Ideias II: § 37). Falta à experiência visual esse tipo de ‘localização’.” (idem, pp. 65,66).

forma que o que marca onticamente o corpo vivo da mera entificação é a capacidade motriz de fuga ou mobilidade, doravante a motricidade⁹².

§4

Do espaço imanente da corporeidade

O espaço imanente, desde o qual o corpo vivo se situa, é sempre sensualmente diverso, múltiplo - sobre o qual as impressões visuais (incidentes sobre as coisas) possuem características igualmente espaciais: extensão, forma e localização. Tomadas em sua súbita imobilidade, cada coisa responde na proporção mesma em que é apreendida pelas sensações, entretanto, tão logo o corpo se movimenta, as formas e cores (então latentes) se ajustam naturalmente à capacidade do foco de atenção. Em movimento, cada perspectiva reabre outros correlatos perceptivos, de modo que, diferentemente das coisas (insertas no espaço imanente) – o sujeito corporal está em constante situação e, por conseguinte, em eventual mobilidade⁹³.

Ao que parece, em *Ding und Raum* (conjunto de palestras de 1907, publicado postumamente em 1973), Husserl se empenhou em apreender a estrutura do processo de constituição das coisas desde a percepção, antes que o significado do objeto lhe fosse inserido, bem como sua relação de causa e efeito com outros objetos a partir do mundo natural. Como pode ser visto nessas considerações de Husserl, o problema da constituição levanta ainda outra questão mais ampla. A coisa nunca se apresenta para a consciência como um dado

⁹² “Um movimento é aprendido quando nosso corpo o compreendeu, quer dizer, quando o incorporou a seu “mundo”, e movermos nosso corpo é nos dirigirmos a coisas por meio dele; é deixá-lo responder ao chamado delas, que se exerce sobre ele sem representação alguma. A motricidade, portanto, não é como uma criada da consciência, que transporta o corpo ao ponto no espaço do qual formamos, de antemão, uma representação.” (MERLEAU-PONTY apud CERBONE, p. 80).

⁹³ “Para retornar à afirmação mais ampla de Husserl, parece razoavelmente claro que o corpo é o “meio” e o “órgão” da percepção, uma vez que muitas das mais básicas descrições de nossa experiência perceptual envolvem referência à nossa existência corporal. Dizemos, por exemplo, que vemos com nossos olhos, ouvimos com nossos ouvidos, tocamos e sentimos com nossas mãos, e assim por diante, e essas referências, por sua vez, dizem respeito ao corpo de um modo mais geral: olhos e ouvidos estão localizados na cabeça, as mãos, nas extremidades dos braços, e assim por diante. Embora as referências ao corpo nessas descrições básicas pareçam importantes, em que sentido elas se referem ao corpo necessariamente, como Husserl afirma? Afinal, pareceria que poderíamos imaginar uma experiência perceptual, especialmente visual e auditiva, que não fosse de facto mediada pelo corpo, por exemplo, na experiência do sonho, ou, mais drasticamente, nas maquinações do “gênio maligno” de Descartes. Além do mais, a própria prática de Husserl da redução fenomenológica não nos ensina a “colocar entre parênteses” ou “parentesar” nossa existência empírica, que incluiria nossa existência como entes corporificados? Mesmo que permaneçamos dentro da perspectiva da redução fenomenológica, devemos ainda permanecer fiéis aos contornos de nossa experiência como experienciada, e assim, mesmo que coloquemos entre parênteses a existência real de nossos corpos materiais, nossa experiência perceptual ainda se reporta tanto a nossos corpos como aos vários objetos percebidos (e o compromisso com a existência real da última também foi, é claro, suspenso). Além disso, mesmo que cedamos aos cenários mais fantásticos do engano, Husserl afirmaria que uma explicação cuidadosa de nossa experiência perceptual nesses cenários ainda envolve uma referência essencial ao corpo, à medida que essa experiência apresenta objetos materiais, espaçotemporais.” (CERBONE, pp. 64, 65).

isolado, como um bloco apartado do todo que a envolve, pois que sempre é percebida nas relações espaciais com outras coisas, além disso, sempre desde uma certa perspectiva prévia. Destarte, a questão de Husserl em *Ding und Raum* pode então ser formulada de outro modo, a saber: *como é possível que a coisa, que sempre manifesta apenas um lado de si mesma, pode ser vista como uma unidade em meio à multiplicidade de perspectivas?*

De acordo com Husserl, o ponto de partida para considerar o problema da constituição das coisas é, preliminarmente, um recuo à questão da natureza espacial da percepção (continuidade, forma, localização, direção, profundidade, etc.) e as possibilidades de perspectivas apreensíveis pelo sujeito. Para o filósofo, a natureza espacial da percepção deve ser considerada como um correlato corporal, mais precisamente em relação à multiplicidade móvel das sensações cinestésicas. Nesse contexto, a percepção do campo visual é sempre mutável de acordo com a mobilidade e conseqüente perspectiva, de modo que este muda dinamicamente, dependendo da apreensão móvel do sujeito sobre o objeto: *“Enquanto na experiência tátil e em suas sensações equivalentes, apenas uma forma primordial ou pré-empírica de profundidade é experimentada, ou seja, a tensão entre o claro e o escuro; a profundidade real da coisa (dingliche Tiefe) só se torna experienciável ao longo de um curso de mobilidade que, por certo, remete ao desvelo do espaço tridimensional⁹⁴.”* (CARACIOLLO, p.137,2017).

Em outro contexto, uma eventual descrição de uma percepção visual imutável seria, portanto, uma descrição de um mundo fictício não equivalente à experiência cotidiana, haja vista, o facto de que mesmo quando o corpo permanece imóvel, os olhos constantemente acessam os arredores, a partir do qual o objeto muda de posição, e, portanto, de aparência. Em razão dessa particularidade sensível, Husserl parte de uma análise estática para uma análise dinâmica, na qual qualidades sensuais (em *Ding und Raum*, essas são qualidades principalmente visuais e táteis) são motivadas pelo movimento e, portanto, correlacionam-se com sensações cinestésicas. Nessa obra, podemos observar as primeiras tentativas para uma elaboração fenomenológica da cinestesia, que, graças aos significados anatômicos e a dinâmica da mobilidade perceptual do corpo, diferentes graus e perspectivas se abrem às facetas ocultas ou latentes dos objetos. Por exemplo, estaticamente, os movimentos dos olhos dão a possibilidade de constituição de um campo visual uniforme, orientado ao longo dos eixos que vão horizontalmente da esquerda para a direita e verticalmente para cima e para baixo. Em contrapartida, basta o breve meneio da cabeça para que haja uma expansão do campo visual, cujos movimentos voluntários ou involuntários, interseccionam e ampliam

⁹⁴ Adaptação e tradução livres: *“Mentre nel primo si esperisce solo una forma primordiale o pre-empirica di profondità, ossia il rilievo (Relief) chiaroscurale, la profondità cosale (dingliche Tiefe) vera e propria si esperisce solo nello spazio tridimensionale, ove denota un'effettiva differenza di collocazione lungo l'asse della profondità.”*

ambas as perspectivas horizontal e vertical. Portanto, as sensações são essencialmente cinestésicas, no que, ultrapassando a mera receção passiva da percepção, ultima a descoberta do mundo através do grau de mobilidade do campo visual. É assim que o corpo se torna um ponto zero específico (*ponto nulo*) das relações espaciais, com efeito, as possibilidades expansivas do campo visual e do movimento conjunto dos olhos, cabeça e pescoço, marcam os níveis de apreensão da consciência⁹⁵. É a partir da mobilidade, que se dá não apenas uma crescente dimensão do mundo, como a possibilidade de descoberta do espaço tridimensional; em que - por vias cinestésicas - há um escalonamento dos objetos e, portanto, o aparecimento inteligível da relação de profundidade, localização e orientação.

Na percepção das coisas materiais, distinguimos o que é fornecido atualmente: o corpo presente (*leibhaftig*⁹⁶), ou seja, a aparência maciça do objeto em perspectiva, e o que implícito, aliás, todo o conjunto latente de intenções obscuras e não cumpridas, que são preenchidas paulatinamente a partir do enfoque múltiplo das perspectivas. A coisa é, portanto, adaptável ao corpo móvel do sujeito, e em particular, às possibilidades de abertura ou ocultamento que a ampliam ou a encobrem; determinando assim os seus usos. Movendo-se em torno das coisas, de acordo com Husserl, a relação ótica é revelada de forma mais completa por meio de sucessivas aparências de coisas sobrepostas. De acordo com o filósofo, o senso de obviedade na apresentação de uma coisa material vem da sobreposição (*Deckung*⁹⁷) daquilo que a constitui intencionalmente, com o que é realmente dado na percepção, mais especificamente na concordância entre o objeto intencional com o objeto percebido, que assim chancela o seu uso.

⁹⁵ Em seu manuscrito *Investigações fundamentais sobre a origem fenomenológica da espacialidade da natureza* (1934), Husserl desenvolveu a diferença entre a perspectiva de primeira e terceira pessoa - entre a visão do mundo da vida pré e extra-científico e as Ciências Naturais pós-copernicanas - em relação a Terra. O notável é que, para Husserl, tomando a corporeidade como referência, a vinculação terrestre por excelência se dá em analogia estrita com o ponto zero do nosso corpo. Tomar o corpo como ponto zero decorre do facto de que não podemos desenvolver nenhuma distância espacial dele - no máximo, percebemos partes distintas ou regiões corporais por meio de eventuais alucinações, de modo que, por meio desta vinculação originária, Husserl a aplica correspondentemente ao estar na Terra. Por conseguinte, em razão de sua relação espacial elementar, a Terra é o campo de referência absoluta, desde a qual os demais elementos são dispostos e referenciados. Elegando-a como referência nuclear, desde a cosmologia de Copérnico, a centralidade da Terra enseja uma cosmovisão em que os corpos povoam o espaço, antes regido pela força de atração dos elementos, cujo fundamento radicava-se no éter. Desde então, os corpos passam a ser dispostos em um espaço objetivo, mas em constante relação, ou dito de outro modo, em constante equilíbrio. No mais há diferença crucial entre a Terra e o corpo. Em tese há a possibilidade (ainda que provisória) de abandono da Terra, enquanto que tal abandono (no que diz respeito ao corpo) implica na própria morte. A Terra é como uma breve morada, enquanto o corpo resulta em uma ancoragem absoluta.

⁹⁶ (ROSA, p.77,2010).

⁹⁷ “Resumidamente, o momento chave que Husserl enfatiza é que (...) a unidade da *Deckung* entre duas representações no preenchimento é justamente quando os momentos da matéria em cada um são tipicamente idênticos.” (KIDD, 2018, apud GUILHERMINO, 2019).

Ademais, o tema da constituição do espaço e das coisas materiais, aparece também no segundo livro de *Ideias*. Husserl apóia a tese sobre o papel do corpo e da cinestesia neste processo, em que o corpo se torna portador do ponto zero de orientação, o aqui e agora do qual se funda o mundo sensorial. Destarte, tudo que o que aparece e se manifesta, relaciona-se ao corpo que o percebe dinamicamente. Em outras palavras, cada percepção, bem como cada objeto estão situados espacialmente em relação a um corpo que as atualiza, que as reavalia à proporção que se põe em movimento.

Enquanto em *Ding und Raum*, Husserl estreitou suas considerações sobre a relação entre as percepções e a constituição das coisas, adaptadas à esfera visual, já nas *Ideias II* enfatizou a modalidade da percepção, e em especial o toque, no processo de constituição de uma coisa material. Cada coisa se assenta em um bloco multimodal estendido, com diferentes camadas. Por exemplo, para um esquema visual de alguns objetos se pode captar: cor ou brilho, e por exemplo, a suavidade ou a umidade. Ora, o que isso quer dizer, em outras palavras (?) que as características táteis das coisas se impõem desde a superfície, apesar de que se mantenham manifestas à proporção que a latência de suas aparições dê uma trégua⁹⁸.

Em seu grau abstrato, ou seja, desvinculado do corpo que o dimensiona, e logo o situa, o espaço tridimensional é puramente geométrico, cuja homogeneidade (tangenciando o infinito no campo do possível) revela direções e perspectivas mutuamente intercambiáveis, visto que equidistantes a um ponto de referência. Como os elementos fundamentais da representação espacial geométrica são axiomas e postulados; conceitos que dispõem os

⁹⁸ “Quando eu vejo a pedra de um lado e postulo que o que estou vendo é uma pedra real, isso significa, dentre outras coisas, que a pedra pode ser vista a partir de outros pontos de vista: que ela tem outros lados, presentemente ocultos, para serem vistos. Essas possibilidades abarcam diferentes modalidades da experiência. Uma pedra real é aquela que pode ser tocada, arranhada, cheirada e mesmo provada. Vários caminhos, dentre essas possibilidades, podem ser traçados, vindicando continuamente meu compromisso: à medida que cada vez mais apresentações possíveis são “realizadas”, eu posso me sentir mais confiante sobre ter considerado a pedra real. Ao mesmo tempo, o curso de minha experiência pode não seguir como esperado. Ao estender minha mão para tocar na pedra que considere real, as possibilidades horizontais podem não ser realizadas. Onde eu esperava a sensação de resistência, o que pensei ser uma pedra responde ao meu toque com maleabilidade esponjosa. Em consequência de uma experiência assim, eu me encontro compelido a retirar minha declaração confiante sobre a realidade da pedra. Minha experiência foi, em vez disso, de uma imitação engenhosa, um pedaço de espuma habilidosamente entalhada e colorida, de modo a ser virtualmente indistinguível, ao menos visualmente, de uma pedra genuína. (Quando, a partir desse momento, eu volto meu olhar em direção à pedra de espuma, há um sentido muito distinto no qual ela agora parecerá diferente. O horizonte de possibilidades mudou daí para a frente.) A experiência também pode dar errado de modos mais extremos. A pedra diante de mim pode terminar não tendo sequer lados ocultos para serem vistos. Em vez de uma pedra real, o que vejo não é senão um engenhoso holograma ou mesmo uma alucinação momentânea. A experiência alucinatória, e mesmo experiências deliberadamente imaginadas, constituem o que podemos chamar sistemas “degenerados” de experiências possíveis. No caso de objetos que se mostram irreais (imaginados, alucinados), as possibilidades infinitas fornecidas pelos objetos reais se interrompem abruptamente, negando, por conseguinte, todas as experiências anteriores deles. Husserl se refere a isso dramaticamente como a “explosão” do noema (cf. *Ideias I*: § 138).” (CERBONE, p.26).

objetos em um nível formal, tal representação aponta para conteúdos puros que, por não serem divisíveis ou adimensionais, extrapolam a própria experiência. Os conceitos de geometria pura são representações conceituais irreduzíveis, de modo que expressam as características peculiares da espacialidade na relação entre seus conteúdos, sem qualquer referência imediata à intuição. Desse modo, pontos se tornam parcelas indecomponíveis; linhas, superfícies estreitas, e retas, um segmento que, se jamais contrariado, permanece invariavelmente em expansão.

Em razão disso, a representação espacial, por não dispor de conteúdos que não os mais elementares à abstração (como pontos, linhas e retas), pode ser organizada de acordo com leis transcendentais que independem do sujeito. Em contrapartida, para além da representação espacial puramente geométrica, a dimensão fenomenológica se volta para um conteúdo objetivo que, não sendo a mera espacialidade, é da ordem do espaço da experiência interna; da dimensão privada da qual surge a objetividade almejada pela própria incursão geometrizar. As estruturas ideais (intuídas em símbolos primários como pontos, linhas e retas) nas quais se baseia a objetividade da representação geométrica, são desdobramentos pontuais da própria consciência, cujos recuos intencionais lidam não com objetos reais, mas com unidades ou formas destacáveis por seus índices ilustrativos. Apesar da infinidade de experiências possíveis de serem vivenciadas subjetivamente, e conseqüentes perspectivas, apesar disso, a espacialidade da experiência interna pode coincidir objetivamente em um campo transcendental sobre o qual índices insuprimíveis igualmente se imponham, à maneira de pontos, linhas e retas em um plano geométrico, de modo que o que tangenciar o campo do possível pode ser representado. O espaço da experiência interna que, por sua vez, exige leis distintas do espaço geométrico real, não se relaciona com o espaço real, mas sim com o espaço vivido, cujas múltiplas representações do espaço se harmonizam em uma representação intersubjetiva⁹⁹. Ora, isso é possível pelo facto de que, apesar das experiências privadas e conseqüente representação subjetiva, o espaço real se impõe ao campo visual, de modo que, apesar das sensações cinestésicas e distintas perspectivas, o objeto intencional (comum e intersubjetivo) permanece o mesmo quanto mais se multiplicam os preenchimentos. Isso decorre da experiência intersubjetiva do mundo, que significa, aliás, a convergência de diferentes perspectivas transcendentais.

Por ser acessível de modo intersubjetivo, a experiência do espaço é governada por uma série de referências simbólicas inscritas nos conteúdos da experiência visual que, por sua vez, conectam os dados apreendidos em um todo coerente. Se por um lado, um objeto

⁹⁹ A estrutura temporal da experiência espacial se caracteriza pelo facto de que a percepção de um objeto, diferentemente da uniformidade de um plano geométrico, se dá por meio da unidade de diferentes lados em contextos temporais distintos.

pode se vincular a um ente localizado à direita-esquerda ou acima-abaxo; por outro lado, cada conteúdo visual está vinculado ao conteúdo que é organizado ao longo do eixo próximo-distante, em razão disso, cada unidade intuitiva é composta de subunidades mais densas que, a depender da perspectiva, se amplia ou se encobre em seus múltiplos detalhes. Consequentemente, cada unidade intuitiva não é completamente autossuficiente porque por um lado, é composta de subunidades inferiores e, por outro lado, compõe uma unidade superior que lhe dá sentido, de sorte que cada conteúdo só se torna reconhecível (em totalidade) se inserido em um dado contexto. Portanto, os nexos simbólicos que estruturam a representação do espaço, não fazem nada além de traçar os níveis de ordenação entre o todo e as partes do espaço objetivo. Em outras palavras se pode asseverar que cada conteúdo espacial (imerso numa dada relação ôntica) se destaca em um fundo igualmente cheio de conteúdo espacial que, com efeito, não pode ser representado separadamente no vácuo¹⁰⁰.

É por meio das referências simbólicas (inscritas no campo transcendental), que vinculam a intuição ao fluxo contínuo da consciência, é que se pode conhecer um objeto de modo súbito, apesar da necessidade de uma multiplicidade de percepções individuais que abrem os diversos aspectos oferecidos pelos conteúdos pretendidos. A totalidade do campo visual se doa imediatamente, ou seja, sem exigir ou impor quaisquer condições à espontaneidade dos movimentos oculares, e, mais do que isso, aparece panoramicamente como um todo, cuja ordem é imanente à própria apreensão.

§5 Da relação ôntica

Diferentemente dos entes que, dispostos no espaço imanente, se demoram com relativa indiferença, o corpo (como o ponto zero, *nullpunkt*, da orientação espacial¹⁰¹) está em permanente situação, cuja abertura é extensiva à apreensão de um lugar. No primeiro

¹⁰⁰ “A oposição proximidade-distanciamento, fundada no ‘dentro’ originário, tem uma significação que ultrapassa os limites do sensível. Há também uma proximidade mais originária que se manifesta muito claramente ali onde sentimos a presença de uma coisa ‘ausente’ a despeito de todos nossos esforços para afastá-la e nos livrarmos dela, ou então, caso se trate de uma coisa desejada, a despeito de todos os obstáculos que se opõem à presença sensível. Banida da proximidade sensível, permanece na proximidade mais originária. O ‘dentro’ originário não é uma simples função do mundo sensível. Pelo contrário, o sensível como tal é apenas uma das estruturas desse ‘dentro.’” (PACTOČKA, 1988, p. 64).

¹⁰¹ Destaca-se, ademais que o corpo é o ponto zero por ser portador de todas as potenciais direções que, eventualmente, o espaço possa dispor. Ser zero descreve uma ancoragem como aquela área de fronteira na qual a subjetividade transcendental imanetiza um ponto de apoio e se torna subjetividade mundana. A orientação só é possível com base nessa ancoragem; o corpo, portanto, se relaciona com aquilo que sustenta, com o que se correlaciona com ele, mas também de expansões intencionais no contexto de espaços imaginativos. O corpo é uma intrusão no mundo; o fundamento que assegura que a subjetividade não disperse ou vague no espaço.

caso, os entes são marcados por uma condensação multidimensional¹⁰²; no segundo, por um ‘aqui’, cuja referência é um correlato das experiências perceptivas. Portanto, para o corpo estar no mundo significa estar em algum lugar; estar orientado para o mundo. O aqui (desde algum lugar) significa o mundo como a possibilidade de aparecer; ponto a partir do qual algo se doa e, conseqüentemente, conteúdo de representação espacial.

Durante a relação ôntica (desde a qual todo e qualquer fenómeno se torna inteligível), o ser se torna intuível na própria coisa à proporção que, aquilo que se oculta desde o interior, dê uma trégua; deixando-se ver simultaneamente desde fora. Isso quer dizer, em linhas gerais, que os fenómenos (desde a relação ôntica) se manifestam dentro de uma panorâmica ou de horizonte sobre o qual o dado pressupõe aquilo que está latente, e, por conseguinte, que o objeto intencional se dá por meio de uma série reconstituiva de intuições que se reintegram na apreensão emergente da própria consciência.

A natureza transcendental do ser dado tensiona entre o exterior (que se atualiza imediatamente) e o interior (o que, encoberto, é um dado latente); tensão que sustenta a própria relação ôntica. Assim, torna-se evidente que o exterior - o prisma desde o qual o ser se evidencia - desempenha um papel ambíguo na relação, pois que tanto se sustenta sobre a existência da profundidade latente, como a oculta. Doando-se não sem certa tensão entre o exterior e o interior, o ser se manifesta de modo simultâneo, cujas referências estruturais vinculam o dado (a superfície) e o pressuposto (a profundidade). Sob a natureza transcendental desta tensão (implícita aos atos da consciência), o interior é um termo relacional e, portanto, apresenta-se como um negativo da exterioridade. Esse aspeto diferencial da relação ôntica manifesta a natureza corporal do ser; a sua porosidade, assente na diferença entre a superfície real e a espessura latente; natureza que, surpreendentemente, é simultânea ao ato de percepção.

Em sua *Meditação Cartesiana*, Husserl pondera sobre um cubo enquanto permanece estacionário em uma posição em que se percebe uma de suas faces¹⁰³, com a seguinte conclusão: em tal visada, a presença simultânea de experiências contrai em um único ato perceptivo todo um processo de apreensão, de modo que profundidade é a

¹⁰² Tal é uma condensação indiferenciada, intuível nos seguintes termos: em um plano ou eixo de coordenadas, os entes são pontos que, por não possuírem uma forma prévia à relação ôntica, representam um conjunto perfectível de possibilidades que, quando assumem plasticamente o receptáculo material de alguma compensação corpórea, são instrumentalizados como coisas.

¹⁰³ “Sem tocar ainda no problema da identidade do eu, poderemos definir o carácter bilateral da investigação da consciência, descrevendo-o como uma coordenação inseparável. [...] descrevendo-o como uma “síntese”, por exemplo, como objeto de descrição a percepção de um cubo. [...] “este” cubo individual me é mostrado de maneira contínua como unidade objectiva, [...] numa multiplicidade variável e multiforme de aspetos [...] ligados por relações determinadas.” (HUSSERL, 2001, §17. p.57).

dimensão segundo a qual, as coisas se envolvem, enquanto largura e altura são dimensões segundo as quais são justapostas.

§6

Da impenetrabilidade: o limite como constitutivo da relação ôntica

Ora, a diferença entre interioridade e exterioridade, entre superfície e profundidade é de fundamental importância para se dimensionar uma característica específica do espaço imanente, a partir da qual o aqui é intuído: a de limite ou impenetrabilidade que é, com efeito, a resistência absoluta que a própria matéria interpõe no curso dinâmico de sua constituição. Reabilitando a relação entre o interior e o exterior desde o campo transcendental, se pode constatar que há um primeiro e absoluto limite - aquele que, antes de encontrar determinações ou delimitações no próprio espaço imanente, antepõe (no sujeito individual), um proto-interior (*proto-innere*) de um exterior, a saber: o limite prévio da corporeidade, cujos correlatos noemáticos são da ordem das percepções inapreensíveis, bem como dos próprios estados interiores. Desde o campo transcendental, a esfera interior fragmenta ou interpõe resistência, destarte, pelos limites interpostos pela própria consciência para si mesma¹⁰⁴.

A experiência corporal de resistência se revela à proporção que, ao exigir da consciência o conteúdo material dos estados interiores, algo de impenetrável se impõe; em uma zona de transição entre a superfície mais imediatamente presente e a profundidade mais recôndita, mais especificamente nas incidências impenetráveis entre o perceber em ato e o percebido. Por meio do percebido (um correlato noemático como uma lembrança¹⁰⁵, por exemplo), o anseio de reconstituição tensiona entre a superfície dos estados presentes e o fluxo impreciso dos estados anteriores; tensão que posiciona a corporeidade em um círculo de certeza deveras elementar, a saber: a de que, apesar do caráter inapreensível do vivido como um limite intransponível¹⁰⁶, uma unidade subjacente e contínua se impõe. Com tal

¹⁰⁴ “A consciência nada tem de substancial, é pura ‘aparência’, no sentido que só existe na medida que aparece. Mas, precisamente por ser pura aparência, um vazio total (já que o mundo inteiro se encontra fora dela) por essa identidade que nela existe entre aparência e existência, a consciência pode ser considerada o absoluto.” (SARTRE, 2002, p.28.).

¹⁰⁵ “A lembrança lembrada que ocorreu ontem não pertence à lembrança presente como um componente realmente inerente de sua unidade concreta. Com respeito à sua própria essência total, a lembrança presente poderia existir mesmo que na verdade a lembrança passada nunca tivesse existido.” (Ideias I: § 38).” (HUSSERL apud CERBONE, p. 101).

¹⁰⁶ “Uma lembrança longínqua intuitiva (*anschauliche Fernerinnerung*), quando não é um relampejo fugidio, mas uma resistente e sinteticamente passível de repetir-se e ser identificada, tem, segundo a essência (*wesensmäßig*) de sua objetividade, apenas uma forma possível de passar à dúvida e de destacar-se como nada: a saber, através do tráfego desordenado de memórias. Assim, o tornar-se discordante [em relação ao esperado], a inibição (*Hemmung*) e a supressão da crença até então inabalável na realidade própria do

unidade (a que assegura para o sujeito de que é similar a si mesmo a despeito dos conteúdos noemáticos), o corpo se apercebe de uma certeza que, com efeito, evidencia tanto a sua existência, como os limites intrínsecos que isso implica. Nessa negatividade do ilimitado, que - desde o recuo intencional - revela à consciência a sua natureza fugidia, bem como interpõe limite ao próprio espaço imanente; nos condicionantes do movimento impostos pela matéria, reside uma súbita percepção que é vivida como uma descoberta, a saber: *a de que, tão logo se apresente para si mesma, a consciência se acerca parcialmente tanto daquilo que se abre como uma certeza, como o que se encobre como uma latência irredutível, de modo que, desde o interior, há limites intransponíveis*. Tal descoberta posiciona o sujeito em meio à clareza de que, desde a esfera de seu mundo vivido, o campo da aparição fenomênica interpõe limites intransponíveis, cujos anseios de totalidade ilimitada (à maneira das divagações em um espaço geométrico uniforme), cedem à percepção mais imediata de que está não na extensão total do mundo, mas em uma porção delimitada da experiência; em uma borda que, à proporção que percebida, abre uma escala diferencial contínua¹⁰⁷.

A particularidade imanente da consciência na reconstituição dos seus próprios conteúdos, fatura a apreensão de uma totalidade ilimitada, interpondo limites desde a percepção. A paulatina transferência da certeza mais imediata (que se descobre por meio da consciência) sobre os entes, e conseqüente delimitação em volta daquilo que se desconhece, marca, com efeito, a esfera de uma evidência. Tal é o círculo da imanência mundana¹⁰⁸: a súbita descoberta da abertura do mundo; ato de percepção em que, ao recuar à consciência fugidia de si (como um feixe de sensações que resiste a ser substância), o corpo suspeita os

passado conduz necessariamente ao fenómeno da cisão (Spaltung), no qual a referida lembrança longínqua dissipa-se em mais lembranças longínquas." (HUSSERL, apud SERRA, 2009).

¹⁰⁷ Tal escala diferencial contínua (perceber o que está perto ou distante; acima ou abaixo) diz respeito aos limites da percepção, cuja impenetrabilidade se baseia no facto de que *a exterioridade é sempre suprimida por uma profundidade não dada*, aliás, há um conteúdo prévio que, ainda que elementar, não se atualiza e cuja unidade corpórea não coexiste simultaneamente no mesmo lugar com outro ente - incluindo o eu que percebe. Essa impossibilidade não é algo deduzido pelo ego, é um facto fenomenal elementar: a impenetrabilidade é um componente constitutivo da própria manifestação fenomênica.

¹⁰⁸ A expressão composta *círculo da imanência mundana* pode ser facilmente substituída pelo 'arco intencional' de Merleau-Ponty, com o seguinte sentido: "*a vida da consciência – vida cognoscente, vida do desejo ou vida perceptiva – é sustentada por um 'arco intencional' que projeta em torno de nós nosso passado, nosso futuro, nosso meio humano, nossa situação física, nossa situação ideológica, nossa situação moral, ou antes, que faz com que estejamos situados sob todos esses aspetos. É esse arco intencional que faz a unidade entre os sentidos, a unidade entre os sentidos e a inteligência, a unidade entre a sensibilidade e a motricidade.*" (PONTY-Merleau., 2011.). Apesar disso, a utilização da ideia do círculo relaciona-se ao anteriormente observado, constante desde o §1, Parte II: "*o conhecido está sempre dentro de um horizonte de desconhecido que se incorpora ao sujeito à proporção que diminui ou encerra uma incompreensão anterior*", bem como do §1, Parte III: "*pois nos auxilia a perceber como a circunscrição tende, simultaneamente, tanto a restringir internamente o plano geométrico de um domínio, como a deixar de fora uma porção indefinida deste mesmo plano.*" Portanto, apesar de reconhecer o arco intencional como um conceito equivalente ao círculo de imanência mundana, e, mais do que isso, fenomenologicamente esclarecedor; apesar disso, a ideia do círculo parece-me muito mais simbólica, e, por extensão, mais afeita às disposições territoriais da Geopolítica.

limites constitutivos da coexistência mútua dos entes, desde si mesmo. Em linhas gerais: o corpo projeta os seus limites sobre o mundo circundante; o corpo imanentiza o mundo. Por conseguinte, o corpo e seu correlato imanente, o mundo, se restringem aos limites da experiência; ao círculo de certeza em que o sujeito se relaciona com o que é cognoscível ou manuseável¹⁰⁹. Portanto, de modo elementar, a apreensão do mundo desde esse círculo de certeza se dá por um momento imanente irreduzível, a saber: a retenção, da qual as demais experiências, bem como seus conteúdos noemáticos (uma lembrança, um anseio, uma aspiração, um desejo) encontram uma fonte prévia de projeção:

Toda percepção decresce em vivacidade enquanto pára, ou seja, ela não pára de repente, a consciência do agora muda-se, através de seu esvaecer, em contínua consciência retencional, e a não mais vivacidade (*die Unlebendigkeit*) passa ao vazio (*geht in Leere über*). Naturalmente, pertence a cada vivência interior à consciência interna esta retenção e um fundo de retenção vazia. (HUSSERL, Hua XXIII, apud SERRA, 2009.)

Dada a sua condição mais elementar, e, que por certo, esclarece a noção do círculo de imanência mundana, cada consciência fatural não é a expressão de uma totalidade ilimitada, mas a realização de uma única possibilidade subsumida em um corpo, cuja respetiva representação fatural do espaço imanente é decorrência dos limites de sua apercepção. Por ser extensivo ao campo do possível, o espaço imanente é perspectivado de inúmeros modos; determinados *a priori* pelas possibilidades motoras do sujeito fatural, bem como das múltiplas experiências dali resultantes. Em razão dessa peculiaridade, por meio da constituição objetiva do mundo desde o campo visual, o espaço não apenas sustém as relações ônticas e o conjunto das apreensões imanentes, como intersecciona as leis subjetivas e objetivas de representação. Tal intersecção decorre do critério objetivo da intersubjetividade (aventado a partir das *Meditações Cartesianas*¹¹⁰, em que tal intersubjetividade é apresentada a partir da analogia entre o eu e o outro¹¹¹), segundo o qual toda percepção de conteúdo espacial decorre de qualidades extraídas de uma realidade externa, transcendente e intersubjetiva. Desta feita, tão logo percebido em sua imanência, o

¹⁰⁹ Ressalta-se que a descoberta perceptiva do corpo próprio marca a primeira instanciação do conhecido, portanto, o estrato primário do cognoscível.

¹¹⁰ “*Em consequência, o outro, primeiro em si (o primeiro não eu), é o outro eu. E isso torna possível a constituição de um domínio novo e infinito do “estranho a mim”, de uma natureza objectiva e de um mundo objetivo em geral, ao qual pertencem os outros e eu mesmo. Ele está na essência dessa constituição que se ergue a partir dos outros eus puros (...), de modo que aqueles que são ‘outros para mim’ não fiquem isolados, mas que, ao contrário, se constituam, na esfera que me pertence (bem entendido), uma comunidade de eus que existem uns com os outros e uns para os outros, e que engloba a mim mesmo.*” (HUSSERL., 2001, p. 121).

¹¹¹ “*de início, preciso explicitar, como tal, o que pertence a mim propriamente, a fim de compreender que no ‘próprio’ o ‘não-próprio’ adquire, também ele, seu sentido existencial, principalmente por analogia.*” (HUSSERL, 2001, p. 162).

mundo se torna o lugar em que o círculo da imanência se doa ou aparece (como um aqui) ao corpo que o percebe.

§7

Do círculo da imanência mundana

Entre o interior que se experimenta como resistência e o exterior que se apresenta como um dado impreciso, o corpo torna-se um eixo de referência; um corpo que, ainda que se lance no círculo da imanência mundana, impõe determinações à coexistência mútua dos entes a partir de si mesmo¹¹². Destarte, os limites do mundo são deficiências da própria natureza noemática da consciência que, ao recuar sobre si mesma, resiste à apreensão de seus próprios conteúdos. Em decorrência desse caráter fugidio, ou em constante evasão, o sujeito corporal é excêntrico já que não só vive a posicionalidade de seu centro (em um aqui), ou seja, na percepção mesma do círculo da imanência mundana, mas também se põe continuamente fora de si (em razão da unidade transcendental da consciência), cuja substância alberga a noção de distância¹¹³.

A partir das tensões trazidas pelo corpo (entre o anseio constitutivo de permanência de si¹¹⁴ e as resistências dali decorrentes); instadas sobre o círculo da imanência mundana (em que um aqui se revela para uma consciência continuamente excêntrica), é que o espaço (imediatamente homogêneo, uniforme e contínuo) fatura, e, sob sua lacuna, se dá à percepção um senso ascendente ou descendente de posicionamento, de orientação e de perspectiva. Enquanto a primeira se refere ao nível de consciência do círculo de imanência (a partir do qual se dimensiona o *hic et nunc*, a ordem imanente do mundo); a orientação se refere à dimensão do eixo de referência a partir da qual o corpo se movimenta sobre o mundo, e cuja mobilidade revela a extensão tanto da proximidade, como da distância - enquanto a

¹¹² Impor determinações à coexistência mútua dos entes a partir do si mesmo subjetivo, doravante a partir do sujeito, diz respeito igualmente aos limites da objetividade, e remonta à reabilitação hermenêutica empreendida por Heidegger acerca do termo, cujo sentido na língua alemã, como *Gegenstand*, alude a algo que simultaneamente se revela e resiste, em uma espécie de permanência em contraponto, seja como realidade ou como conteúdo noemático. Aliás: “A palavra alemã ‘Gegen-stand’, ‘ob-jeto’ surgiu apenas no séc. XVIII como tradução do latim ‘ob-iectum’. O facto de Goethe sentir um peso especial nas palavras ‘Gegenstand’, objeto, e ‘Gegenständlichkeit’, objetividade, têm razões profundas. Entretanto, nem o pensamento medieval, nem o pensamento grego re-presentam o vigente como ob-jeto. Chamamos aqui de objetividade o modo de vigência do real que, na Modernidade, aparece, como objeto.” (HEIDEGGER, 2002, p.44).

¹¹³ Convertendo-se em termos heideggerianos, eis que: “O *Dasein* “é” seu passado no modo do seu ser, o qual, para dizer rudemente, “se gesta” cada vez a partir de seu futuro. Em cada modo de ser que lhe é próprio e portanto também no entendimento-de-ser que lhe é próprio, o *Dasein* ingressa numa interpretação-do-*Dasein* que lhe sobrevém e na qual ele cresce. A partir desta, ele se entende de imediato e, em certo âmbito, constantemente. Esse entendimento abre e regula as possibilidades de seu ser. Seu próprio passado - o que significa sempre o passado de sua “geração” - não segue atrás do *Dasein* mas, ao contrário, sempre o precede.” (HEIDEGGER, 2012, p. 81).

¹¹⁴ (§3, Parte I).

perspetiva se refere à capacidade de apreensão transcendental daquilo que, latente desde a profundidade, a sustenta.

De maneira escalar, o círculo da imanência mundana redimensiona e limita o espaço homogêneo transubstanciando-o em um campo relativo de ascendência ou descendência, desde o qual o sujeito se posiciona de modo imediato (na súbita descoberta de si mesmo), se orienta (por meio de sua motricidade) e projeta seus anseios horizontais ou verticais que, aliás, são compensações de suas limitações motoras constitutivas. Tais compensações significam uma espécie de fuga do próprio círculo da imanência mundana, a partir da qual o mais distante (e em caráter ascendente) tende a expressar um anseio de entificação do espaço, comprometido – decerto – pelo caráter transcendental da consciência, cujas lacunas e limitações a caracterizam. Por conseguinte, enquanto a coexistência mútua dos entes se assenta de modo coextensivo ao espaço, revelando assim um senso panorâmico de ordem; doravante uma comensurabilidade harmônica, o duplo aspeto negativo e fissurado da própria consciência corporal é que, se impondo sobre o espaço, interpõe suas diferenças ascendentes ou descendentes. Em outras palavras: é a consciência que dá forma aos determinantes ou, em âmbito fenomenológico: condicionantes, de modo que os entes (submetidos à relação ôntica) não espacializam o mundo, com efeito, fazê-lo implica a interposição de limites. Por conseguinte, o círculo da imanência posiciona o corpo em meio a uma dada situação intramundana, de modo que, enquanto os entes coexistem no espaço, os sujeitos situam-no¹¹⁵.

Dada a distância para si mesmo, que, aliás, se constata no próprio esforço de reconstituição de quaisquer conteúdos noemáticos, o sujeito já está sempre enredado em um ato negativo constitutivo, cujos limites confinam e comprometem as incidências da totalidade ao próprio círculo da imanência mundana, de modo que o que caracteriza sua presença no mundo é a experiência da abertura¹¹⁶. Posicionar-se, orientar-se e perspetivar o espaço, bem como a coexistência mútua dos entes, significa exteriorizar os limites constitutivos dos próprios estados interiores da consciência, cujas distâncias são expressões

¹¹⁵ “O primeiro nível espacial não pode encontrar seus pontos de ancoragem em parte alguma, já que estes, para serem determinados no espaço, precisariam de um nível anterior ao primeiro nível. E, como todavia ele não pode ser orientado “em si”, é preciso que minha primeira percepção e meu primeiro poder sobre o mundo me apareçam como a execução de um pacto mais antigo concluído entre X e o mundo em geral, que minha história seja a sequência de uma pré-história da qual ela utiliza os resultados adquiridos, minha existência pessoal seja a retomada de uma tradição pré-pessoal.” (PONTY, Merleau. MERLEAU-PONTY, Maurice. *Phénoménologie de la Perception*. Paris: Éditions Gallimard, 1945. 293; 342).

¹¹⁶ “a abertura prévia do ser, mesmo que não conceitual [ou seja, enquanto pré-ontológica], possibilita que o Dasein existente como ser-no-mundo possa se comportar em relação ao ente, tanto em relação ao ente que vem ao encontro em um mundo como em relação a si mesmo./ “Die vorgängige, obzwar unbegriffliche Erschlossenheit von Sein ermöglicht, daß sich das Dasein als existierendes In-der-Welt-sein zu Seiendem, dem innerweltlich begegnenden sowohl wie zu ihm selbst als existierendem, verhalten kann”. (HEIDEGGER, Martin (SZ). *Sein und Zeit*. Achtzente Auflage. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 2001, 437).

correlatas. *Longe, perto; próximo, distante; acima, abaixo;* são termos que revelam não apenas o caráter relativo da coexistência mútua dos entes para o sujeito que os percebe, bem como as vias de compensações dos próprios conteúdos noemáticos desse mesmo sujeito; sendo tais compensações, níveis expressivos do anseio de entificação do espaço. Desse modo, por vagar em contínua abertura por sobre o círculo da imanência mundana, o sujeito espacializa o mundo tomando-se ontologicamente como eixo de referência nuclear. Em seu caráter transcendental, desde sua atitude natural, o sujeito corporal pode ser caracterizado como um ente negativo, cujo recuo intencional, girando de modo excêntrico, encurta o círculo da imanência mundana à imediatez da posição, à centralidade da orientação e à horizontalidade ou verticalidade da perspectiva – ao redor das quais – as noções de aqui/lá; parado/em movimento; acima/abaixo significam o esforço de submeter o espaço à relação ôntica na qual, desde o exterior, os entes se tornam meros correlatos objetivos.

A partir da súbita descoberta do círculo da imanência, desde a qual uma noção primária de *aqui* se manifesta à consciência, o corpo se localiza e apercebendo-se, posiciona-se em um lugar. O lugar se torna, portanto, a referência originária que emerge à proporção que, cedendo aos seus próprios limites constitutivos, a consciência desloca a resistência intrínseca à ordem intramundana. Por ser uma falência da capacidade totalizante da consciência, que cede ao círculo da imanência, a dimensão do lugar é, amiúde, a emergência de um limite para a própria consciência, cuja remissão a posiciona. Não estando no mundo *in totum*, por razões que contrariam a própria unidade ou individuação da consciência, ‘estar aqui’ ou ‘estar em algum lugar’ significa: estar em um limite específico do espaço. Posicionando-se, à proporção que a percepção de um lugar evidencia-se para a consciência, uma experiência primordial se impõe, a saber: a permanente distância que se interpõe entre os estados interiores, a relação intramundana com os entes, bem como com as relações intersubjetivas; distância que decorre da tensão expressa pela natureza evasiva ou intencional da própria consciência, na qual os próprios conteúdos subjacentes evadem-se continuamente. Consequentemente, o círculo da imanência mundana revela à consciência uma experiência paradoxal: posiciona-a em um lugar (em um *hic et nunc*) na medida em que a faz suspeitar a emergência de um limite para as aspirações totais de uma existência corporal; e, por outro lado, lhe assegura um enraizamento continuamente transcendido por sobre o qual o desconhecido (como aquilo que está para além do aqui) pode ser, suficientemente, vislumbrado. É estando presente para si desde algum lugar que o desconhecido pode ser dimensionado.

À proporção que se abre ao círculo da experiência mundana, e suspeita-o, a consciência estende continuamente sua posição egológica e avança transpondo os seus próprios limites, de modo que assim, tende à absolutização de seu próprio mundo e, com

isto, à homogeneização do espaço, cuja contínua objetificação¹¹⁷ corresponde ao exercício material da medida que, por sua vez, concilia reciprocamente o símbolo (como unidade imagética, haja vista, o *axis mundi*) com a coexistência mútua dos entes. Enquanto a medida simbólica é apenas o vislumbre instantâneo do espaço contínuo, a natureza indiferente dos entes fornece formas concretas que ultimam a objetificação de tais símbolos. Assim, configura-se a seguinte particularidade: a medida - que resulta, em primeiro lugar, da apreensão instantânea, e não menos simbólica do espaço - e que acaba fragmentando o círculo da imanência mundana e confinando-o objetivamente como um *ens rationis*, ou seja, como um análogo quantificável. Através da medida, a relação ôntica objetifica os entes, submetendo-os à superfície da experiência quantitativa.

Presente em um mundo, cujas relações ônticas e a apercepção se abrem em um círculo de imanência, ou seja, em uma porção específica do espaço, o corpo encontra-se em algum lugar, e posicionando-se, desloca os seus próprios limites ao longo do campo visual. Desse modo, o limite como medida, simultaneamente aproxima e separa; coaduna e dispersa, fornece os contornos a partir dos quais o mundo se projeta sobre o fundo indeterminado do desconhecido. Por meio da medida, o mundo e as relações ônticas ali alocadas ganham uma espécie de unidade contornante que ora unifica e distingue o sujeito e o objeto, o cognoscível e o desconhecido.

Ora, em razão dessa particularidade genuinamente corporal, que projeta sobre o círculo da imanência as suas próprias compensações em perspectiva, a medida dota o mundo de um senso qualitativo de familiaridade, cujos contornos são expressão da certeza. No ato mesmo de medir, o corpo simultaneamente se impõe sobre o conhecido e se desobriga do desconhecido que, aliás, precede e ultrapassa o círculo de sua mensuração; desconhecido que, com efeito, não pode ser objetivado, afinal nem tudo o que existe é experienciável.

Para que o cognoscível se dê a um sujeito corpóreo que o intui, é necessário uma tripla condição, desdobrável em uma estrutura *a priori* da manifestação. A primeira condição é o que aparece, como um todo cuja aparência é intersubjetiva, afinal o objeto intencional permanece o mesmo quanto mais se multiplicam os preenchimentos em uma convergência de diferentes perspectivas transcendentais. A segunda condição é para quem aparece, ou seja, quem a apreende. A terceira condição é como aparece, ou seja, a partir de qual perspectiva se manifesta.

Cada uma dessas condições refletem em suas respectivas maneiras, a totalidade da manifestação fenomênica, de modo que, sendo gradual, nenhuma pode ser apreendida

¹¹⁷ “a objetificação do ser é sempre possível, na medida em que o ser é de algum modo desvelado, e se dá numa direção projetiva que corre contra o comportamento cotidiano em relação a entes.” (HEIDEGGER, ‘Problemas fundamentais da fenomenologia’, 1927/1975, p. 459).

isoladamente, ou seja, sem o desenrolar prévio da condição atual. Subjacente a cada condição encontra-se o mundo que, como horizonte prévio de toda manifestação, não se totaliza. Em razão disso, por jamais ser preenchido, o mundo condiciona cada manifestação fenomênica, tornando-se pois a moldura desde a qual as possibilidades e formas são transfiguradas. Por não ser preenchível, o mundo é a condição de possibilidade de toda manifestação, cujos limites circunscrevem o ente sobre o fundo indeterminado de suas possibilidades, condicionando-as. Em linhas gerais, o mundo não pode ser determinado, apenas vivido¹¹⁸.

§8 Dos condicionantes

Se, como há pouco pontuado: “*os fenómenos (desde a relação ôntica) se manifestam dentro de uma panorâmica ou de horizonte sobre o qual o dado pressupõe aquilo que está latente*” (§5, Parte IV), se pode considerar que, a despeito de sua tripla condição de manifestação, o cognoscível está radicado em uma parcela expressiva de incognoscível que tanto o circunda como o ultima. Desse modo, o círculo de aparição fenomênica tensiona entre a mais plena exterioridade e a interioridade mais latente, da qual as visadas são perspetivadas com um limite intransponível de condições, de modo que o que subjaz àquilo que se manifesta (ainda que o pressuponha) resiste como um nível prévio, doravante como um condicionante¹¹⁹.

Como outrora observado (§6, Parte I), por meio da distinção entre os determinantes regulares e qualitativos que, com efeito, se referem à diferença crucial entre os condicionantes que incidem sobre os territórios, e, portanto, marca-os previamente, e *a posteriori* modulam as ações humanas, se pode (já em termos fenomenológicos) ampliar tal parágrafo com a seguinte inserção: desde o seu aspeto imanente, a matéria interpõe limites, cuja resistência absoluta a constitui. Tal impenetrabilidade torna-se um elemento irreduzível, destarte um condicionante. Ora, se há uma distinção prévia a diferenciá-los: *quais os condicionantes que, prévios aos territórios, determina-os imperiosamente?* Esboçar uma resposta a esta questão (decisiva para a compreensão sobre a condição territorial) demanda algumas delimitações conceituais prévias.

¹¹⁸ Tudo o que se mostra para a consciência tensiona sobre uma série intransponível de condições que, como uma moldura-limite, conforma os fenómenos às suas possibilidades. É exatamente por isso que múltiplas perspectivas e visadas remetidas a um objeto (como a Natureza, por exemplo) se empenham em descrevê-lo; conformando-o organicamente às suas leis, mas não o esgota, dado o fato de que o elemento residual latente condiciona, previamente, todas as eventuais predicções.

¹¹⁹ Os limites intransponíveis de condições, atuantes de modo elementar sobre um território, se dão sob o duplo aspeto reportado no §6, Parte I; doravante como determinantes quantitativo e qualitativo que, diferenciando-os segundo a continuidade ou contiguidade, destaca-os (em graus específicos) da mera espacialidade.

Diferentemente da disposição adimensional a que os entes estão submetidos no espaço uniforme, certas especificidades se dão previamente aos seres vivos através de uma tensão entre um conjunto de possibilidades onto-biológicas¹²⁰, que limitam-nos, e eventuais anseios perfectíveis, cuja hierarquia (em uma sequência progressiva de estados autotélicos de organização da matéria) dão uma dimensão dos condicionantes naturais e seus consequentes níveis de impenetrabilidade. Preliminarmente, à maneira do preconizado por Max Scheler, se pode compreender que, em uma certa escala de organização autotélica¹²¹ (estruturada de acordo com o movimento próprio do nível de consciência, em que cada grau posterior pressupõe o anterior), determinados seres vivos são constituídos por um impulso afetivo (*Gefühlsdrang*):

Scheler chama o primeiro grau da vida de impulso afetivo [*Gefühlsdrang*], no qual ainda não estão diferenciadas a sensibilidade e a tendência. É um ímpeto inconsciente, sem sentimento e não representativo; é um movimento somente no sentido de ‘ir para’ e ‘voltar para’. Por exemplo, as plantas têm um ímpeto para o crescimento e para a sua reprodução, e também alguns vegetais exercem um movimento para a luz. Estas atitudes e possibilidade do impulso afetivo já revelam em sentido primário uma autonomia em relação ao mundo circundante por causa da não permanência contínua, marcando-se, deste modo, a primeira e fundante delimitação entre o orgânico e o inorgânico. Este grau mais fundamental se conservará sempre como um pano de fundo onde se baseiam todos os demais, como uma espécie de energia não específica que impulsiona os desenvolvimentos da vida, e é por isto que ele está presente nos animais e no homem como unidade de toda pulsão articulada, bem como nos afetos humanos, pois ‘o impulso afetivo é também no homem o sujeito de toda vivência primária da resistência, que é a raiz de todo o ter da realidade, em especial da unidade e de toda função representativa precedida da impressão da realidade’ (SCHELER, M. *Die Stellung des Menschen im Kosmos*. 15. ed. Bonn: Bouvier, 1998, p. 17.). Podemos dizer que o impulso afetivo é a nau na qual navegamos enquanto homens durante toda a nossa vida, o embasamento não-específico a partir do qual são diferenciáveis distintas emoções, sensações, etc. Na sua origem mais íntima, toda ação humana é um ‘ir para’ e um ‘voltar para’. (MELLO, Michel Alves Ferreira, p. 31).

¹²⁰ O neologismo que concilia ontologia e biologia será utilizado nesta tese como um termo que: “*reafirma a pertença do homem (ser moral) ao reino da natureza (numa espécie de ontobiologia)*.” (SGANZERLA, 2013, p.155-178). Ademais, uma tal conciliação alude àquilo que Paul Ricoeur escreveu sobre a biologia, aliás: “*que se oferece ao pensamento filosófico; (...) lhe apresentando o fenômeno maior da organização*.” (RICOEUR, Paul., 1996, p.232).

¹²¹ “*O ponto de partida do pensamento scheleriano (...) consiste em identificar quatro níveis de desenvolvimento da vida: o impulso afetivo, o instinto, a memória associativa e a inteligência prática que, por sua vez, toca a esfera da Razão, do espírito. Juntos a esses níveis de desenvolvimento podemos acrescentar que todo ente vivente tem essencial e objetivamente automovimento, forma própria, autodiferenciação e autolimitação espaço-temporal. Em contraposição ao ser-para-si e à intimidade ontológica, essas características acima formam os fenômenos objetivos da vida. Assim, numa única unidade existencial, fenômenos objetivos e subjetivos são a ‘estrutura e a forma de devir em intimíssima sociedade do ser*.” (MELLO, 2007, p.30).

Tal impulso representa, pois, o estágio pré-consciente no qual a vida encontra-se em estado indiferenciado, cuja tendência intrínseca tensiona entre o movimento espontâneo em direção a algo, e eventual afastamento; tensão que marca a oscilação entre atração e aversão. Vinculando originalmente os demais seres vivos, tal impulso possui característica eminentemente afetiva, ou seja, como um complexo autônomo marcado pela possibilidade de afecção; constante em seres como as plantas que compõem a fitocenose¹²² e que, se jamais contrapostas por um ato determinante contrário, tende à expansão ilimitada, e, se vistas sob uma perspectiva indiferenciada, à continuidade extensiva (§6, Parte I). Por característico, o que há de elementar nesse estrato primário dos condicionantes naturais (a partir do qual a afecção é uma recepção passiva ao ambiente) é o facto de que os conteúdos cinestésicos são indeterminados, e o sendo, reduzidos em suas possibilidades motoras. Confinado em suas extremidades, o movimento é incapaz de concentrar-se em um centro irradiador, ou seja, em um ato reflexivo e consciente capaz de interpor resistência. Extremando-se na mera passividade afetiva, o movimento se aniquila e inviabiliza a si mesmo. Desta forma, uma planta, por exemplo, se caracteriza por um excesso de impulso afetivo extático, no qual extremada na mera reação ao ambiente, a fitocenose demarca o primeiro condicionante sobre o espaço imanente, qual seja: a impossibilidade de, por vias motoras e reflexivas, o ente pôr-se voluntariamente em movimento simultâneo a um ato determinante anterior. Desta feita, o condicionante passivo diz respeito ao impulso pré-consciente que, extensivo à possibilidade onto-biológica que determina os entes, os submete aos limites de sua própria determinação. Em seu caráter ôntico, desde o qual um território passa a ser entificado e mensurado, tal condicionante passivo (tendente ao inorgânico) se impõe, por vezes, em um dificultado processo de territorialização do qual o clima e a vegetação são correlatos qualitativos¹²³.

Como apontado no §2, Parte III: “(...) *para que um ente atualize a propriedade ontológica ou o poder de sua própria espécie (como a possibilidade do voo entre as aves) se faz necessário um ato de determinação anterior que, retirando-o do seu estado inercial,*

¹²² “*comunidades vegetais, formadas por produtores primários que dão aos ecossistemas a sua fisionomia característica.*” (§1, Parte III).

¹²³ Contextualizando a especificidade desse condicionante em termos econômicos é que recordo da tese defendida por Daron Acemoglu, Simon Johnson e James Robinson em: ‘*The colonial origin of comparative development*’ (2000). Segundo tal tese, o sucesso econômico dos países em desenvolvimento, e que antes foram colonizados, tem sido afetado pela qualidade das instituições deixadas pelos colonizadores. Em lugares em que os colonizadores puderam se assentar sem grandes sobressaltos houve o legado de instituições sólidas. Em contrapartida, em lugares hostis – sobretudo, pela interposição de pragas e doenças, no mais das vezes determinados pelos condicionantes passivos, além, é claro, da alta taxa de mortalidade e riscos incidentes à vida (como ataques) – os colonizadores se concentraram em predação e extrair o máximo de riquezas possíveis, criando aquilo que os autores chamam de ‘Estado extrativo’.

mobilize-o à mudança de estado”, se pode concluir que, quanto mais o impulso pré-consciente resiste (confinando o ser vivo à mera afecção), mais difusa se manifesta a forma de vida. À proporção que um ato de determinação anterior retira o ser vivo do estado inercial, e a mera afecção se coaduna a uma possibilidade material¹²⁴ (como uma eventual motricidade), o esforço de conservação do bem se impõe como um processo fisiológico em que a passividade se converte em atividade.

Tal, compondo assim o condicionante ativo, se caracteriza como instinto¹²⁵; conjunto de respostas involuntárias que, mobilizando os indivíduos para uma receção ao ambiente, tensiona entre a mera afecção e a atividade. Por certo, tal condicionante ativo compreende uma parcela expressiva da biocenose¹²⁶, cujo destaque aos animais já alude à capacidade de relativa mudança da condição espacial anteriormente condicionada pela mera afecção. O instinto constitui um desenvolvimento progressivo do impulso afetivo, em uma forma primitiva em que o apelo à conservação mobiliza o indivíduo contra o condicionante passivo da mera inserção em um ambiente, convertendo paulatinamente o senso de conservação em reflexo condicionado, aliás, em uma faculdade de memória associativa (*assoziatives Gedächtnis*)¹²⁷ que, por certo, destaca um senso rudimentar de pertencimento a uma espécie. Desta forma, o que caracteriza esse condicionante ativo - determinado pelo instinto - é o caráter inato de um anseio perfectível pela conservação; anseio que se traduz

¹²⁴ §2, Parte III: *“Para preservá-la como um bem estimável pelas compensações dali resultantes, portanto, como uma aquisição (incorporável, potencialmente, indivíduo a indivíduo) o esforço, o desgaste, o dispêndio de energia têm uma tendência à conservação. Esta última tendência é o poder, ou seja, aquela possibilidade que, apesar de adquirível desde a forma do ente, só se atualiza, individualmente, quando uma força proporcionalmente inversa a mobiliza. Sendo assim, o poder é a transubstanciação da força e simultânea aquisição de um bem, modulável de acordo com as circunstâncias.”*

¹²⁵ *“O instinto [Instinkt] como segundo grau da vida é caracterizado por cinco pontos que o distinguem tanto do simples impulso afetivo como da aprendizagem da inteligência, pois é uma conduta com sentido, dirigida teleologicamente, que apresenta um determinado ritmo e é em seus traços essenciais inata e hereditária. Independente do número de ensaios que faz um animal frente a determinada situação, ele responde àquelas situações que se tornaram típicas para a espécie. Neste sentido, por exemplo, o instinto de caça nos animais ilustra a nossa exposição: o animal caça para a sua preservação enquanto faz parte de uma espécie determinada, e tem necessidade de caçar com uma regularidade estabelecida pela sua natureza (entenda-se, espécie), e mais, o animal recebe esta característica de ‘caçador’ de modo inato e hereditário, sem necessidade de treinos e a prática está adaptada ao meio ambiente específico de cada espécie. Para Scheler, quando o instinto coloca o indivíduo frente a coisas exteriores a ele, devemos aceitar um certo tipo de conhecimento instintivo, que não consistiria em representações de imagens ou ideias, mas seria uma capacitação emocional das resistências que se apresentam como valiosas, e oferecem diferentes possibilidades de objetos de atração ou repulsa.”* (MELLO, Michel Alves Ferreira, pp.31,32).

¹²⁶ §1, Parte III: *“(…)conjunto integrado e dinâmico, formado por uma comunidade viva de organismos vegetais e animais.”*

¹²⁷ *“Devemos atribuí-la tão somente àqueles seres vivos cujo comportamento se vai modificando de modo lento e contínuo em forma útil à vida, quer dizer, de um modo dotado de sentido e sobre a base de uma conduta anterior do mesmo tipo, de tal modo que sua conduta se nos apresenta com sentido em um determinado momento e não depende rigorosamente de número de ensaios ou dos chamados movimentos de prova.”* (SCHELLER apud MELLO. *Die Stellung des Menschen im Kosmos*. 15. ed. Bonn: Bouvier, 1998, p. 25).

cinestesicamente em movimentos involuntários e por meio das opções ontológicas elementares: ataque, defesa ou fuga. Em âmbito territorial, tal condicionante ativo se manifesta através da presença irreduzível da fauna, cuja mobilidade (constante através dos ciclos migratórios) eventualmente se interpõe aos propósitos genuinamente expansivos ou espacializantes do homem¹²⁸.

Desde o seu conteúdo inato, herdado ao longo da espécie e atualizado particularmente por seus indivíduos, além – é claro – dos atos determinantes que os retiram do seu estado inercial, o instinto representa o meio através do qual certas tendências impulsivas ou aversivas são reflexamente condicionadas. Tais tendências se conservam por meio da memória associativa¹²⁹, cuja incorporação progressiva em uma espécie (como um poder), representa um anseio perfectível de emancipação contra o caráter meramente passivo do impulso afetivo vital, e, desde o qual, uma ligeira intrusão de uma antevisão¹³⁰ aponta para um estágio de desenvolvimento superior consumado no engenho racional. Aliás, cito Scheller:

Um ser vivo se comporta de modo ‘inteligente’ quando sem ensaios rotineiros e sem acumulação de ensaios prévios reage frente a situações novas, aquelas com as quais nem o indivíduo nem a espécie se enfrentam de modo habitual, mediante uma conduta com sentido. (SCHELLER apud MELLO. *Die Stellung des Menschen im Kosmos*. 15. ed. Bonn: Bouvier, 1998, Id., *Ibid.*, p. 32.).

Em tal estágio, o da conversão da memória associativa na antevisão de um nexos temporal; no qual os condicionantes passivo e ativo encontram simultaneamente uma reabilitação e um preenchimento, a mera afecção e o instinto se voltam para uma pré-disposição sensível, aliás, em uma espécie de *Gesinnung*; a partir da qual se vislumbra a

¹²⁸ O seguinte exemplo é digno de nota: “(...) os *Tsembaga* das terras altas da Nova Guiné – estudados por R. Rappaport – criam porcos em semiliberdade ou, se assim se preferir, porcos semidomésticos; esses animais forrageiam durante o dia no território *tsembaga* e voltam à tardinha para a aldeia, pois foram habituados a receber ali um suplemento alimentar na forma, essencialmente, de restos culinários. Quando o efetivo da vara de porcos aumenta excessivamente, os animais começam a invadir as hortas e tornam-se um peso incómodo, visto que, para satisfazer as suas crescentes necessidades, seria preciso aumentar a produção de alimentos. Resumindo: o equilíbrio da economia e da sociedade *tsembaga* encontra-se então em dificuldades; as relações deste grupo com o seu meio ambiente sofrem perturbações e, além disso, a coesão do grupo é ameaçada pelas tensões sociais criadas na população *tsembaga* pelos conflitos entre os proprietários de porcos e os proprietários das hortas.” (BARRAU: “*Os homens na natureza*”, pg. 31).

¹²⁹ “(...) a memória associativa se comporta como o reflexo condicionado de Pavlov e está presente já na memória dos animais, representando-lhes diante da rigidez do instinto um enorme progresso, pois forma uma tradição de hábitos bons. Já na vida humana, ao contrário, a tradição é um princípio de solidificação e o progresso cognoscitivo está unido a um esforço individual de conscientização destes conhecimentos que atuam de modo impessoal, com o qual o progresso significa justamente a liquidação da tradição como tal, ou seja, trata-se de uma manifestação do chamado saber de dominação. Mas a memória associativa tem um valor específico no conhecimento humano, pois é ela em sua rigidez, o que garante uma fixação em determinadas regiões eidéticas concretas.” (MELLO, Michel Ferreira. P.32).

¹³⁰ §4, Parte III: “*expande as meras percepções internas para o exterior em uma paulatina ordenação da consciência que, absorvendo as circunstâncias e transcendendo as limitações do espaço, intui um senso decisivo de totalidade.*”

dimensão de um bem, ativa através de um centro dos atos intencionais, radicado - segundo Scheler em um: ‘espírito’ (*Geist*), da qual a *pessoa* é a forma de existência concreta¹³¹. Portanto, não sendo passivamente condicionada, pois que é tanto um gradual processo de autoconsciência¹³² (*Selbstbewusstsein*) como uma abertura ao mundo¹³³ (*Weltoffenheit*); a partir dos quais o círculo de imanência desabriga um lugar, a pessoa (como portadora do espírito) se caracteriza por sua capacidade extemporânea de emancipar-se dos condicionantes passivo e ativo; capacidade que, com efeito, se encontra na natureza não-substancial da própria consciência.

Padecendo dessa liberdade ontologicamente originária, em constante oposição aos níveis de constrangimento que se impõem por meio dos condicionantes passivo e ativo presentes no território, o espírito (manifesto na unidade pessoal) territorializa o mundo à proporção que, por suas compensações motoras, se eleva acima da mera relação ôntica. Fazendo-o, converte a pura possibilidade ôntica em objetividade pura (*Sachlichkeit*)¹³⁴, interpondo horizontes intramundanos no próprio mundo. Destarte, como desde a fitocenose até a biocenose, tanto os vegetais como os animais se confinam no centro aversivo ou repulsivo de seus próprios níveis de conservação, ambos são desprovidos de mundo, condicionados que são ao ambiente compatível da fisiologia e morfologia de seus impulsos vitais constitutivos:

Na interpretação de Scheler, a determinação fundamental do espírito ou razão é sua independência de toda constituição psicofísica. A independência não implica, nesse caso, separação ou existência isolada, pois o espírito não é uma substância capaz de subsistir fora da corporeidade, da materialidade, dos limites de um organismo qualquer. Scheler rejeita de modo explícito a dicotomia entre alma e corpo, defendendo que a diversidade entre o fisiológico e o psicológico são manifestações da única e mesma vida. Por isso, a independência do espírito tem que ser pensada nos termos de um desprendimento [*Entbundenheit*] do orgânico, de uma capacidade de colocar-se acima das pressões, exigências e urgências do sistema pulsional vital. Uma expressão nítida da elevação que o espírito realiza é a apreensão da unidade da

¹³¹ “[...] o espírito é o único ser que é por si mesmo incapaz de ser objectivado – ele é pura atualidade, só tem seu ser na livre realização de seus atos. O centro do espírito, a pessoa, não é, portanto, nem um ser objetivo, nem um ser coisificado, mas apenas uma estrutura ordenadora de atos (essencialmente determinada) que leva a termo constantemente a si mesma. A pessoa só é em seus atos e através deles.” (SCHELER, 2003. p. 45).

¹³² “O ato espiritual, tal como o homem pode realizá-lo, está em contradição com a simples resposta do esquema corpóreo do animal e com o seu conteúdo essencialmente vinculado a uma segunda dimensão e a um segundo estágio do ato reflexo. Nós gostaríamos de chamar este ato de “reunião”, denominando-o juntamente com a sua meta, a meta deste “recolhimento em si”, “consciência de si mesmo por parte do centro espiritual do ato” ou autoconsciência. O animal tem consciência, diferentemente das plantas, mas não tem nenhuma autoconsciência, como já o vira Leibniz. Ele não possui a si mesmo, não detém o poder sobre si mesmo – e por isso também não é consciente de si.” (SCHELER, idem, p.39).

¹³³ “A gênese do homem é a elevação até a abertura do mundo por força do espírito.” (SCHELER, idem, p. 38).”

¹³⁴ “Espírito é com isto objetividade [*Sachlichkeit*], ele é a possibilidade de ser determinado pelo modo de ser das coisas mesmas. Somente um ser vivo capaz de levar a termo uma tal pertinência às coisas ‘tem’ espírito.” (SCHELER, Max. Idem, p.37).

vida com base nas duas formas distintas de consideração fisiológica e psicológica, pois o que “leva a cabo justamente estes dois modos de consideração precisa ser superior à oposição entre corpo e alma.” (SCHELER. A Posição do Homem no Cosmos. p.78). A superação da dicotomia entre alma e corpo não evita a reedição da tensão num nível superior de dualismo através do binômio vida/espírito. O espírito, para Scheler, não é apenas distinto da vida, pois é “um princípio oposto a toda e a cada vida em geral, também à vida no homem (...). (SCHELER, idem, p.35).” (AQUINO, 2014, p.251).

Por característico, o espírito minimiza o estado fisiológico de sua natureza animal, doravante instintiva, rompendo assim a vinculação primária com o ambiente no qual se insere, e o faz porque transubstancia uma intenção em um correlato material que, não apenas confere realidade ao intencionado, como se torna autônomo ao próprio intencionado. Sendo assim, o espírito é o esforço empenhado em libertar a matéria de seus condicionantes. Enquanto uma planta, por exemplo, está imersa em um nível de afecção parcialmente indeterminada, e um animal, padece na espiral contínua entre os ciclos de saciedade e a conservação; uma pessoa conquista a si mesma quanto mais se lança contra seus próprios condicionantes passivo e ativo. Sob certa feita, desde os graus mais primários do impulso afetivo até o seu nível mais autoconsciente (reabilitado na unidade pessoal), se pode perceber um nível de constrangimento que, determinante desde a fitocenose, condiciona os territórios, e mais do que isso, modula (de modo escalar) as suas formas materiais e espirituais.

Em seu caráter mais elementar, cada impulso só se manifesta à proporção que seus conteúdos orgânicos se tornam autônomos o suficiente para, separados de sua causa material, gerar formas ou formações contínuas renováveis¹³⁵. Enquanto as formas dos condicionantes passivo e ativo manifestam a irredutibilidade cristalizada (constante em ciclos reprodutivos específicos), as formas viabilizadas pelo espírito se dirigem a conteúdos espirituais que, apreendidos pela consciência, compatibilizam os bens em valores. Destarte, os conteúdos imanentes do espírito se manifestam como formas espirituais, sendo os mais expressivos aqueles que se atualizam com as cosmovisões e que, por sua vez, revelam a autonomia da esfera espiritual sobre a esfera imediatamente sensível¹³⁶.

Em âmbito escalar, enquanto as formações renováveis presentes na fitocenose e na biocenose, respetivamente entre vegetais e animais, cristalizam o impulso vital em possibilidades especificamente pré-determinadas; tensionadas entre a afecção e o instinto,

¹³⁵ “*Todos os valores são qualidades materiais que têm uma determinada ordenação mútua, com independência da forma na qual se inclua. Assim, por exemplo, um homem resulta desagradável ou repulsivo, ou agradável e simpático, sem que possamos indicar no que consiste isso.*” (SCHELER, 1954, p. 40).

¹³⁶ “*de maneira que nenhum ente totalmente livre de valor possa fazer-se originariamente objeto de uma percepção, recordação, esperança, e em segundo lugar, do pensamento e juízo, sem que sua qualidade de valor ou sua relação de valor não nos seja dada de algum modo de antemão frente a outra coisa.*” (SCHELER., 1964, p.31).

as formações espirituais (das quais os bens e valores são intuições que se materializam nas cosmovisões) inibem, contém e sublimam o próprio impulso. Desse modo, o espírito depura a atividade pulsional da vida, cuja expansão característica (tendente ao grau máximo de ser) se impõe de *per se*. Ainda que informe, o instinto é a força atualizadora; a entelúquia que deflagra as formações espirituais e que encontra no indivíduo a sua máxima depuração¹³⁷.

§9 Da condição territorial

Em razão da abertura do círculo da imanência mundana, na qual o mundo se revela à consciência como ordem imanente; desde o qual o corpo posiciona-se, orienta-se e projeta-se, cada manifestação fenomênica está suspensa sobre uma pluralidade de perspectivas latentes que permanecem indeterminadas. Como o interior não pode ser apreendido senão como uma ideia remota, apenas o domínio exterior se torna atual à experiência que o capta, de modo que, diferentemente, deste último, o interior permanece oculto. A relação entre ambos, apesar de inextrincáveis, é interposta por um limite, no qual a exterioridade é a distensão da latência em realidade, e cuja impenetrabilidade a manifesta como um condicionante.

Dado o facto de que há de que, como as manifestações fenomênicas estão suspensas sobre uma pluralidade de perspectivas latentes que permanecem indeterminadas, o mundo nunca se manifesta como uma totalidade em pleno preenchimento. O que o caracteriza é, portanto, a sua inesgotabilidade. Vazio de qualquer conteúdo concreto, o mundo é a abertura inesgotável de possibilidades. A inesgotabilidade do mundo tensiona, com efeito, entre a facticidade e a estranheza, entre a proximidade e a distância; estranheza que se desoculta à proporção que o círculo da imanência se amplia para além do seu grau de abertura.

À proporção que, posicionado para si mesmo, o corpo move-se de modo a projetar as compensações de seus próprios limites intrínsecos, eis que a distância emerge, e, com esta, o anseio à objetificação, cuja medida se interpõe entre a inesgotabilidade do mundo

¹³⁷ A filosofia que se ambiciona em ato, nesta pesquisa, doravante Filosofia da Geopolítica, é a que entende que há um modo de existência (radicado no anseio de expansão vinculado, eventualmente, ao poder material) que, se impondo contra os condicionantes de dado território, não apenas o ultrapassa, como impacta substancialmente as vivências intencionais de sujeitos que, de modo passivo, são apenas testemunhas históricas daquele anseio. Em razão disso é uma filosofia descritiva, voltada para os níveis de constrangimento que uma conciliação de intenções políticas é capaz de imprimir (sob dadas circunstâncias) para além do contexto local de seus propósitos.

e o círculo da imanência. Em razão dessa dupla atividade noética, a partir da qual a distância se converte em objetificação, a dimensão do espaço cede à territorialidade, a partir da qual – ao assenhorar-se de si – o corpo encurta o círculo da imanência, desarranjando a coexistência mútua ou a relação ôntica, aliás, uma ordem hierárquica originária na qual seu conteúdo absoluto igualmente se altera¹³⁸. Portanto, o território é a determinação material ou entitativa que se impõe sobre o espaço; determinação que, tão logo se atualize, desloca e desarranja a coexistência espacial anterior¹³⁹. Desta feita, o território é consequência de um ato determinante que, impondo uma delimitação à coexistência hierárquica dos entes, suplementa (por via do máximo anseio de espacialidade) uma ordem análoga. No esforço artificial de dar forma ao espaço, o território não apenas instrumentaliza o círculo da imanência mundana a uma referência equidistante – desde a qual todos os elementos dispostos partem originalmente do seu eixo – como encobre os condicionantes em uma latência.

Como é um correlato do espírito em seu anseio por expansão, o território nada mais é que uma ordem espacial sobre a qual a unidade sintética entre o indivíduo e a comunidade (encarnada ou personificada em seus agentes) se impõe contra seus condicionantes passivo e ativo. Em linhas gerais, a pergunta a ser feita se dá do seguinte modo: *o que há de impenetrável sob a forma territorial que, se suprimida, a indetermina como mero conteúdo espacial?* Tal é a unidade sintética entre o indivíduo e a comunidade, cujo sentimento de pertença mútua (vivido intersubjetivamente na cinestesia dos corpos em situação) mobiliza uma união não de caráter meramente agregador, mas como partilha ou comunhão de interesses afins¹⁴⁰. Tal unidade é correspondente à condição territorial, e o sendo, não é uma necessidade histórico-teleológica, mas um processo dinâmico que se atualiza (tão logo seja personificado pelos agentes) de acordo com a mobilidade cinestésica dos corpos; dos graus de proximidade ou distância intersubjetivos; dos níveis de consciência e consequentes valores disponibilizados por uma cosmovisão¹⁴¹. Ora, o que

¹³⁸ O espaço cede à territorialidade por meio dos níveis de compensação desocultados pela escala de organização autotélica, ou seja, pela mobilidade.

¹³⁹ §1, Parte III: “Reduzindo-o sob os termos daquilo que há de mais simples ou elementar, o território é compreendido sob um modo de unidade, ou seja, como um ato de determinação sobre o espaço que, implicando a existência de dois ou mais seres vivos, circunscreve-o limitando-o.”

¹⁴⁰ “(...) onde os indivíduos estão abertos uns aos outros, onde as tomadas de posição de um não ficam sem efeito sobre o outro, mas estimulam e desenvolvem a própria eficácia: nisso consiste a vida comunitária; assim sendo, ambos os membros são uma totalidade e sem este relacionamento recíproco a comunidade não é possível.” (STEIN, 1999, p.232).”

¹⁴¹ Em outro contexto, mas com uma premissa relativamente similar, Bertrand Badie sustenta que a lógica territorial vestfaliana não apenas não é constitutiva e necessária no processo de formação dos povos, como antepõe um condicionante instrumental que, aliás, se impõe previamente sobre tal ideário soberano: “Ao princípio da territorialidade, o mundo das redes de relações opõe um modo totalmente diferente de articulação

caracteriza essa unidade é o facto de que em ambiente atômico, o indivíduo é tão somente uma manifestação determinada do espírito que, à proporção que se reconhece entre semelhantes de modo intersubjetivo, amplia as suas próprias particularidades em comunidade, de modo que, apenas em contínuo intercâmbio ou contato com o Outro, é que o indivíduo adquire maior clareza sobre si mesmo. Destaca-se que, em si mesmos, tanto o indivíduo como o Outro são parcialmente desprovidos de qualidade, de modo que só há diferença entre ambos no instante em que a alteridade se manifesta em um encontro que assegura que o primeiro seja exatamente o que é, e não uma mera possibilidade. A irredutibilidade para com o Outro sustém assim uma relação que, extrapolando a ensimesmada percepção interna, antepõe duas possibilidades. Antepondo-se como uma realidade individual, o Outro se apresenta como um corpo vivido (*Leib*) no mundo¹⁴², rompendo assim os limites abstratos da esfera primordial da subjetividade; a partir de uma corporeidade que, em tudo análogo, paralisa a unidade egoica pelo simples facto de revelar-lhe outra possibilidade, de modo que o Outro desperta o Eu para um conjunto de experiências não vivenciadas perceptualmente em si mesmo.

A estrutura da experiência da comunidade é caracterizada pelo facto de que o mesmo conteúdo sensorial (acessível e partilhável pelos indivíduos) se manifesta objetivamente como correlato, sobre o qual os fluxos individuais de consciência convergem¹⁴³. Por certo, em seu caráter mais elementar, se pode observar que uma

dos indivíduos e dos grupos. O primeiro está fundado na contiguidade e na exaustividade, o segundo nas relações libertas de constrangimento espaciais. (...) A ordem das redes de relações atravessa a do território, enfraquece-a e fá-la perder precisamente essa coesão e esse caráter excepcional que fundavam a sua natureza essencialmente política. (...) Onde a relação de cidadania é evanescente, onde o território não é mais do que uma artifício, a identificação com a rede terá todas as possibilidades de ser mais forte e de ter sobretudo referências comunitárias.” (BADIE, p.159). Contextualizando a citação de com Badie se pode compreender que a condição territorial (como correlato material; parcela decomponível da unidade sintética entre o indivíduo e a comunidade) não decorre de um ato legislativo que, partindo discricionariamente de um eixo de exceção, obtém (por força de lei) um caráter tético ou positivo, mas depende dos níveis de sentimento de pertença efetivados entre semelhantes, ou seja, de modo intersubjetivo. Por ser intersubjetiva, a condição territorial é genuinamente Ética.

¹⁴² “Dizer que esse ego, ou alma, ‘tem’ um corpo não significa apenas que existe uma coisa física material que iria, através de seus processos materiais, apresentar condições reais para ‘eventos de consciência’ ou mesmo que em seus processos ocorra a dependência de eventos de consciência com um ‘fluxo de consciência’. A causalidade, se é para tomar o mundo em seu sentido pleno, pertence à realidade, e os eventos de consciência fazem parte da realidade apenas enquanto estados psíquicos ou estados de um ego psíquico. A alma e o ego psíquico ‘tem’ um corpo; há uma coisa material, de determinada natureza, que não é mera coisa material mas é um corpo (*Leib*), ou seja, uma coisa material que, enquanto campo de sensações e fluxos de sentimentos, enquanto conjunto dos órgãos dos sentidos, e enquanto parte fenomenal e contraparte de todas as percepções de coisas (...), configura um componente fundamental da doação real da alma e do ego.” (HUSSERL, Edmund. *Ideia II*, §40.).

¹⁴³ “A tal fluxo pertencem todas as vivências constituídas através das vivências individuais, dos quais correlatos são objetos supraindividuais – coisas ou valores, objetos empíricos ou ideais -, todas as tomadas de posição da comunidade referentes ao seu mundo de objetos e todas as vivências apenas interiores – isto é, não referidas a um objeto externo – comuns a uma multiplicidade de sujeitos.” (STEIN, Edith. *idem*, p.191).”

comunidade surge, paulatinamente, à proporção que – se digladiando contra os condicionantes passivo e ativo constantes em certa porção do espaço – o indivíduo se liberta do ensimesmado e remoto senso de introjeção, demandando (para isso), a abertura a um sentimento de pertença mútua que, desempenhando a forma de um preenchimento empático¹⁴⁴, compatibilize a subjetividade com a intersubjetividade. A experiência da comunidade molda a apreensão sensível, depurando assim a mera impressão individual, para tal, não apenas converge como depura as múltiplas perspectivas ávidas por preenchimento.

Destarte, as experiências da comunidade ampliam as experiências individuais, afinal - dirigidas a um objeto supraindividual (de intenção puramente objetiva) - ensejam o delineamento de algo que transcende a mera individualidade. Para compreender (de modo pós-vivencial) no que resultam tais experiências da comunidade; disponíveis em seus correlatos objetivos valorativos, doravante nas formações espirituais de sua cosmovisão e seus impactos em âmbito territorial, se faz necessário apreender o efeito dos atos desencadeados pelos indivíduos ao longo de um contexto comunitário; atos que, se perspectivados desde um contexto judicativa ou proposicional, aproximam ou distanciam; incluem ou segregam; libertam ou aprisionam os homens no horizonte de seus próprios condicionantes.

§10 **Dos atos**

Como se ampliasse o círculo de imanência mundana para além dos preenchimentos intuídos desde uma parcela específica do lugar, a abertura para o Outro constitui a via de um ponto zero que, ainda que análogo em condição, divisa outras perspectivas, bem como pontos de referência equidistante. Sob essa ampliação objetiva de perspectivas, cuja relação intersubjetiva implica a unidade sintética entre o indivíduo e a comunidade, um ato assume um papel imprescindível de organização, a saber: o ato sensorial da percepção de experiências correlatas, no qual as impressões individuais são subsumidas em um entendimento mútuo. Desse modo, a ampliação do horizonte para além do círculo de imanência mundana, cuja abertura posiciona o Eu e o Outro; o indivíduo e a comunidade, adapta-se à capacidade noética da percepção objetiva, viabilizada com a partilha mútua de uma língua e conseqüente articulação do inarticulado¹⁴⁵. Isso quer dizer, em outras palavras, que até mesmos os estados noemáticos e suas impressões mais pessoais, só são

¹⁴⁴ “trata-se da experiência ou do provar/sentir (*fühlen*) que faz penetrar na (*ein*) compreensão daquilo a que essa experiência remete, ou seja, a experiência (*vivência*) alheia”. (SAVIAN FILHO, 2016. , p.33).

¹⁴⁵ (§4, Parte III).

compreensíveis desde que articuladas linguisticamente¹⁴⁶, o que significa aliás que seus conteúdos fluem de um campo particular (como vivência psíquica individual) até um nível expressivo ávido por preenchimento.

O fluxo de experiência articulado no âmbito da comunidade (como unidade objetiva superior) deriva, por sua vez, de um complexo de situações reportáveis não exclusivamente por seus correlatos sensíveis, mas igualmente por seus conteúdos categóricos que só são formuláveis no ato de intuição individual. Isso quer dizer que o significado geral (predicável de um dado objetivo) só é possível porque a experiência da intuição sensual contém um significado geral, apreensível de modo transcendental. Desta forma, o significado não se restringe apenas ao seu correlato sensível¹⁴⁷, mas correspondentemente aos atos categóricos disponíveis no seio da comunidade, extremados entre atos sensuais e categóricos; sendo os primeiros, baseados na simples intuição dos

¹⁴⁶ Para uma eventual leitura pragmática de Husserl e eventual distinção entre atos locucionários e ilocucionários que, com efeito, dizem respeito às consequências comunitárias da enunciação em âmbito intersubjetivo, segue: “A análise husserliana das enunciações linguísticas auxilia-se nos três termos *Kundgabe*, *Mitteilung* e *Darstellung*, embora todos eles se revelem como modos deficitários do significado lógico. A *Kundgabe* é uma enunciação enquanto vivência psíquica individual (HUSSERL, Edmund. [1913]. *Logische Untersuchungen*, Bd. II/1: *Untersuchungen zur Phänomenologie und Theorie der Erkenntnis*, unveränderter Nachdruck der 2., teilweise umgearbeiteten Aufl. von 1913, 7.) , ou a representação individual de um conteúdo lógico visado (HUSSERL: *idem.*, p. 31) , e relaciona-se com o locutor. A *Mitteilung* está relacionada com o ouvinte, na medida em que este interpreta a enunciação do locutor como sintoma ou sinal de um discurso portador de sentido. O momento da interpretação é necessário uma vez que o ouvinte não tem um acesso direto às experiências psíquicas do locutor. O único suporte para a interpretação consiste portanto naquilo que está visível ou abertamente presente, que é o sintoma, o sinal, ou seja (entre outros fatores) a enunciação enquanto discurso falado (ou escrito) manifesto. Este momento estrutural do discurso é a *Darstellung*, também ela deficitária. Seria a tarefa de uma gramática pura determinar inequivocamente o significado lógico das enunciações linguísticas. Esta tarefa deveria tomar em consideração as grandes conquistas da teoria husserliana, nomeadamente a doutrina da noesis e do noema, mas também a distinção entre sentido, referência e objeto de referência num sentido próximo da versão fregeiana. (...). Não obstante a sua orientação lógico-*eidética*, Husserl chegará a uma concepção muito clara não só da estrutura dupla (locucionária e ilocucionária) dos atos de fala, como também se a questão da diversidade das forças ilocucionárias implica uma diversidade das pretensões de validade. Na primeira *Investigação Lógica* (HUSSERL. *idem.*, p. 45ss.), Husserl realça que o significado lógico avistado em enunciações como desejos, ordens ou perguntas não é nem um objeto nem um estado de coisas separável da *Kundgabe* em si, mas antes a exposição e transmissão do próprio desejo, da própria ordem etc. Também o ouvinte saberia, sem precisar de outro auxílio, interpretar a enunciação do locutor de maneira adequada, simplesmente ao tomar a enunciação como sinal do desejo, etc. Apenas a especificação do ato ilocucionário, i.e. a determinação daquilo que se deseja concretamente, é feita na parte *judicativa* (proposicional) da enunciação.” (SYLLA, 2013, pp.4,5).

¹⁴⁷ “A constituição da coisa material não depende somente da estrutura geral dos objetos, mas de fatores subjetivamente condicionados. As coisas materiais apresentam-se ao sujeito pela intuição. Esta aparição depende da compleição do sujeito da experiência, ou ainda, de seu corpo e de sua sensibilidade normal. A possibilidade da experiência implica a espontaneidade dos atos de sensação *kinestésicas* (movimento material). Estes atos livres são possíveis do corpo do sujeito, dependem dele mesmo. A relação necessária de duas sensações é importante à constituição da *coisidade* espacial. A sensação constituinte diz respeito aos traços correspondentes da coisa, como por exemplo, a cor. A segunda é a sensação *motivadora* que fundamenta o objeto como correlato da apreensão constituinte, como por exemplo, as sensações de movimentos oculares. Estas sensações estão em correlação *eidética* em consequência as sensações *kinestésicas* formam processos livres desenvolvidos na consciência e essenciais à constituição da *espacialidade*.” (FONTANA, 2006, pp.157,158).

objetos de percepção, e os segundos, na apreensão das essências. Dessa forma, os atos categóricos¹⁴⁸ dão forma à constituição das experiências supraindividuais, e logo, comunitárias. Em sua unidade ideal, o significado e o conteúdo são correlatos noemáticos independentes dos diferentes fluxos e das perspectivas individuais. A consciência geral inerente a tais perspectivas caracteriza cada experiência como acessível a todos os que a atualizam, de modo que o que prevalece não é a soma das experiências individuais, mas a formação de unidades superiores. Sob certa feita, o fluxo das experiências supraindividuais (constituídas e articuladas pela unidade sintética entre o indivíduo e a comunidade) disponibiliza (no seio dessa mesma comunidade) correlatos objetivos em uma escala remissiva à ordem, a saber: bens, mercadorias e valores que, quando se tornam autônomos como formas espirituais, ultrapassam a vinculação imediatamente restrita de suas próprias origens. Dentre estas formas, uma se revela mais decisiva, e não menos incidente sobre o modo como tais unidades sintéticas se assentam em suas relações espaciais, sobretudo, por sua capacidade de pôr em suspensão todo o vínculo elementar dos indivíduos à terra. Em outra palavras, a autonomia desta forma implica (por razões especificamente individuais) o esforço que, voltado para a reabilitação da própria comunidade - cujo anseio à totalidade resulta em reordenamento da coexistência anterior - precipita a crise da própria unidade sintética. Tal forma, constante tão logo um símbolo espacial seja intuído e ambicionado de modo correspondente sobre um território, quiçá, como um retorno à totalidade e à uniformidade, é o fenômeno geopolítico.

§11 Do fenômeno geopolítico

Se os acontecimentos manifestos são constituídos em atos, isto é, em experiências dotadas da propriedade da intencionalidade, doravante propriedades intencionais, logo a forma elementar da intencionalidade é precisamente a de raiz perceptiva, ou seja, radicada na percepção. Portanto, a fenomenologia terá como sua tarefa particular esclarecer esse tipo específico de ato. Na presente pesquisa, o caráter perceptivo da Geopolítica nos fez descrevê-la como que suspenso em um conteúdo noemático confuso, e, logo parcialmente preenchido, que a dispõe entre uma construção teórica (com precisão científica realista) e os efeitos territoriais de suas metaimplicações. No esforço de concebê-

¹⁴⁸ “Os atos categoriais ou pré-doadores deixam de ser proposições atuais da visada espontânea e passam, através de uma modificação eidética, à forma da apreensão e da retenção na consciência. Estes são modos do ‘ainda’ do elemento constituído. A mudança num ato teórico ocorre porque já se encontram constituídos na consciência os atos pré-teóricos. Os objetos pré-dados podem originar-se dos atos teóricos. As objetividades pré-doadoras se constituem nos vividos intencionais.” (FONTANA, idem, p.155).

la como um conteúdo eidético e descrevê-la à luz de sua unidade, subjaz a seguinte questão: *o que é, propriamente, o fenômeno geopolítico e como este se atualiza?*

Não sendo, exclusivamente, nem a lida cotidiana das aspirações políticas circunscritas a um dado território nem mesmo as crises domésticas desse mesmo território (passíveis de contrapesos institucionais), o fenômeno geopolítico é dimensionável segundo os contornos de sua exceção, ou seja, no instante em que uma unidade sintética (personificada na tensão entre indivíduo e comunidade) se rompe em razão do transbordo dos limites territoriais. Restituído à sua essência, o fenômeno geopolítico pode ser descrito como um conjunto de indícios materiais que se manifesta em espiral e acirra-se quanto mais (projetando-se para além do seu eixo de impulsão) extrapola a circunscrição de seus próprios condicionantes. Ora, e quando ou sob quais condições extrapola (?): quando a instrumentalização de uma intenção em ação (por meio de seu conteúdo hilético), cuja expressão se articula em um eixo ordenador ou intelectual, reclama ao território um reordenamento espacial, a saber: por meio de uma declaração de guerra, da assinatura de um manifesto, da propagação de um programa político-partidário, de uma carta de intenções ideológicas cuja enunciação de uma ordem suplementar como vivência psíquica (*Kundgabe*) – articulada minimamente por um conjunto de agentes – não se refere apenas a um objeto ou à mera descrição do estado de coisas, mas articula igualmente a exposição das intenções daquele anseio ou daquela ordem; no que, no ato enunciativo, encobre um excedente intencional¹⁴⁹ cujos efeitos são impremeditados; à maneira da denúncia despótica de um poder vigente que, descrevendo-o, ultima não apenas as razões e os meios de sua queda¹⁵⁰, como um alentado regicídio. Em escala de relevância vital, a partir da qual a espiral tende a acirrar-se de modo a comprometer o maior número de testemunhas históricas, deslocando-as para além de seus territórios: um massacre e perseguição étnicas; o traçado de um país

¹⁴⁹ Um caso emblemático acerca dessa composição fenomenológica - em que o fenômeno geopolítico se faz acompanhar de uma enunciação com força perlocucionária - se encontra na Declaração de Balfour de 2 de novembro de 1917. Endereçada ao Lorde Rothschild, como uma carta de intenções do propósito de se fundar uma pátria judia na Palestina (como parte dos acordos de paz, cedidos à Grã-Bretanha após a Primeira Guerra Mundial) tal Declaração contém o seguinte excedente intencional: “*O Governo de Sua Majestade aprova a fundação de uma pátria na Palestina para o povo judeu (...) sendo claro que nada deverá ser feito que possa prejudicar os direitos civis e religiosos das comunidades não judias existentes na Palestina ou os direitos e estatuto político de que os judeus desfrutam em qualquer outro país.*” (apud LAL, Deepak. 2007, p. 129). O acréscimo da disjunção (ou) torna indistinto o real propósito da Declaração; no que, dada a contradição e consequente encobrimento de uma finalidade propositiva, deflagra uma série de consequências mutuamente excludentes.

¹⁵⁰ A força ilocucionária, que subjaz à enunciação de tal intenção e que, portanto, encobre um excedente intencional, bem como suas consequências (como a sentença: ‘*Precisamos derrubar a Bastilha!*’), decorre da seguinte aporia (reportável a Simone Weil, ‘*Quadro teórico de uma sociedade livre*’, 2017, p.90): um ideal não pode se efetivar do mesmo modo que o seu plano geratriz, elementarmente, porque não é possível se compreender os efeitos das ações políticas no instante simultâneo em que são executadas. Desse modo, derrubar a Bastilha pode significar, simultaneamente, negar e reafirmar o impulso vital por contração (massacrar opositores para efetivá-lo); destruir e reconstruir o território.

(sob o contorno cartográfico daquilo que lhe convém em termos raciais, por exemplo), um golpe de Estado, uma guerra; um *pogrom*, o ato colonial (por meio do qual um Império impacta decisivamente a vida de algumas gerações) são indícios não apenas desse reordenamento, mas dos efeitos de seus conteúdos hiléticos.

Diferentemente do fenómeno político (no seu sentido mais elementar), que pressupõe o reequilíbrio de uma disparidade por meio da partilha de uma língua a partir dos níveis de entendimento mútuo da unidade sintética entre o indivíduo e a comunidade, o fenómeno geopolítico já surge, à partida, sob o signo distintivo da exceção, cujo conteúdo hilético implica tanto um dessarajo, como um rearranjo espacial, ou seja, a quebra de uma ordem anterior; no que resulta em um alargamento e conseqüente estranhamento do círculo da imanência mundana. O fenómeno geopolítico, que se manifesta em espiral, ou seja, em um impulso centrífugo – revela a fissura do círculo da imanência mundana – desde o qual se entrevê, simultaneamente, a finitude; a gratuidade; a vida mínima e posterior lapso de legitimidade. Por reclamar um reordenamento espacial, que corresponda esquematicamente a um desejável território, o fenómeno geopolítico rompe não apenas a coexistência mútua anterior, como alarga subitamente o horizonte do círculo da imanência mundana; lançando os indivíduos (ou testemunhas históricas) à inesgotabilidade do mundo, na qual a estranheza insinua-se como uma latência. Em razão de seu caráter reordenador, tal fenómeno é alienante, pois empurra o sujeito contra o círculo da imanência mundana, cuja contingência o alicia. Como prenuncia um transbordamento espacial (um vagar que, como diáspora, extrapola fronteiras) - a partir do qual o desconhecido se insinua - o fenómeno geopolítico pressupõe o plano paronâmico no qual as relações intersubjetivas (em um encontro decisivo e primário entre duas cosmovisões) se dão de modo mais originário, e não menos embaraçosa, afinal a estranheza a modula em uma irresoluta perplexidade; em um incontido tartamudeio. O reordenamento espacial, doravante a interposição excepcional contra a qual o poder se lança contra seus próprios condicionantes é humanamente disruptivo, pois ora empurra o indivíduo contra o círculo da imanência mundana, ora reduz as opções elementares (constantes nos efeitos cinestésicos de sua liberdade) ao ataque, à defesa e à fuga; no que o leva ao desnorreamento, a uma desorientação e a uma espécie de escotoma que, obnubilando o campo de visão, confina-o na imediatez cíclica de suas necessidades onto-biológicas.

§12 **Da estranheza**

O que caracteriza o fenómeno geopolítico é o facto de que, subjacente à unidade de propósito intencional (com finalidades genuinamente territoriais), existe um conteúdo

noético adicional, a saber: o reordenamento espacial, cujo excedente (como um desejo primário¹⁵¹) é o de reabilitar o território desde o zero, ou seja, modificá-lo integralmente à maneira dos entes manuseáveis nas relações ônticas. Do mesmo modo que uma ligeira mudança na disposição aparentemente simples das relações ônticas acarreta a reconfiguração absoluta de uma coexistência mútua, sob as incidências contingentes do fenômeno geopolítico uma ordem igualmente é modificada, neste caso, a unidade sintética entre o indivíduo e a comunidade. Colapsando, a unidade cede, e sob suas fissuras o indivíduo é lançado contra a parcela desconhecida do mundo, cujo círculo da imanência tensiona entre o assombro e a estranheza.

Em linhas gerais, enquanto o assombro diz respeito ao esforço noemático capaz de reconstituir o estado de coisas, e mais especificamente, às vivências que precipitaram o colapso, ou seja, diz respeito à reconstituição intuitiva ou individual, a estranheza alude à fratura entre a vida mesma e a corporeidade; entre o fluxo da consciência e o fluxo temporal; entre *Leib* e *Korper*, que cresce à proporção que, movido apenas pelas necessidades ontobiológicas mais primárias, o indivíduo se vê lançado contra a zona prévia e gratuita do mundo; zona que, ultrapassando o círculo da imanência, antecede a própria atividade consciente¹⁵². Tal estado desencadeia uma indeterminação entre o *aqui* e o *lá*, que, além de colapsar o círculo da imanência a outras possibilidades, agrava a condição na qual a própria intersubjetividade se doa¹⁵³.

Sendo um agravante da relação nem sempre empática entre o Eu e o Outro, sobretudo, pelo caráter espacial que, atuante desde antes, se manifesta como força de imposição, o fenômeno geopolítico é extensivo a atos genuinamente políticos que, incidindo sobre os territórios, mobiliza o deslocamento das testemunhas históricas, de modo que sem

¹⁵¹ “(...) aquilo que o desejo visa, algo mais vasto e profundo que ele mesmo, sempre além dele mesmo, então é caracterizado por um excesso absoluto ou um transcendência pura que corresponde exatamente a definição de mundo. Nesse sentido, todo desejo é desejo de mundo. Ao excesso não positivo do mundo, somente pode corresponder o insaciável avanço do desejo.” (BARBARAS, 2013, p.126).”

¹⁵² O colapso dessa zona prévia e gratuita do mundo que, aliás, ultrapassa o círculo da imanência: “*rompe o equilíbrio do diálogo tradicional, que é orientado por objetivos comuns e segue regras comuns.*” (WALDENFELS, 2007. p. 31). Por conseguinte, tensiona a linguagem entre o anseio expressivo e o inarticulado.

¹⁵³ Um termo que descreve tal estranheza, subjacente ao fenômeno geopolítico como colapso do círculo da imanência mundana, é *Bodenlos*; termo utilizado pelo filósofo tcheco Vilém Flusser em sua autobiografia como sinônimo de: ‘sem chão’, ‘sem fundamento’. Na citada autobiografia consta a seguinte e expressiva passagem que, com efeito, esclarece sobre a estranheza como estado extensivo ao fenômeno geopolítico: “*Uma vez transcendida a própria cultura (isto é, na situação de falta de fundamento), a gente passa a pairar por cima de um conjunto complexo de várias culturas, e a gente se vê a si próprio assim pairando. Isto implica problemas de vária ordem. Por exemplo: a gente vê interpenetrações culturais, hierarquias culturais e abismos entre culturas, e a gente vê os vários dinamismos que fazem com que as culturas se interpenetrem, se distanciem e se entredevorem. Tal visão permite comparações entre culturas, mas exclui toda valoração, e portanto todo engajamento em determinada cultura.*” (FLUSSER, pp. 66,67).

mobilidade não há sequer a ideia remota desse fenômeno¹⁵⁴. O que o reordenamento revela, em razão da estranheza, é o intervalo entre o indivíduo e a comunidade; a esfera do meio que, sendo prévia a ambas as determinações totais, não é sintetizável. De modo esquemático, ao suspender a condição territorial, a estranheza revela o seguinte vácuo: *Indivíduo / (Estranho) / Comunidade*; interpondo o Outro absoluto na coexistência intersubjetiva e regular da unidade sintética. Com efeito, o intervalo é o estranho; a parcela de humanidade que, entre o Eu e o Outro, se doa gratuitamente sem que sua aparição tenha sido esperada, ajuizada ou pressentida.

Escapando das determinações e atos judicativos de ambos os extremos, o estranho transita no espaço excedente do círculo da imanência mundana, na porção que, extensiva ao incognoscível, é indistinta entre o ser e o não-ser. Como se projeta a partir de uma porção indefinida, (da qual a percepção se defronta com a vida mínima em seu assombro) o estranho manifesta à unidade sintética entre o indivíduo e a comunidade, uma alteridade radical que - incomunicável (pelas razões desconstruídas da língua) - irrompe como gratuidade. Entre o indivíduo e a comunidade para que se volta, o estranho transita como singularidade, revelando (de modo extraordinário) possibilidades reparadoras contra o horizonte cristalizado das experiências cotidianas¹⁵⁵. Portanto, na correspondência entre o ato de dar e receber, cuja presença numa escala de valores, cada cosmovisão dá forma de acordo com seus níveis de consciência, o estranho atualiza a sua prontidão, com efeito, clama por acolhida, abrigo e hospitalidade¹⁵⁶.

¹⁵⁴ Subjaz ao fenômeno geopolítico a mobilidade, cuja reabilitação das opções ontológicas elementares: ataque, defesa ou fuga tangencia o desconhecido e, mais do que isso, o anseio de acolhida. Tal anseio nada mais é que a perspectiva de hospitalidade, termo que, segundo Jacques Derrida, pode ser compreendido como um princípio incondicionado: “a obrigação única que cada um de nós tem com o outro, e leva a uma hospitalidade pura ou incondicional [...] A hospitalidade pura ou incondicional, a hospitalidade em si, abre-se ou está aberta previamente para alguém que não é esperado nem convidado, para quem quer que chegue como um visitante absolutamente estranho, como um recém chegado, não identificável e imprevisível, em suma, totalmente outro. (DERRIDA, 2003, p. 15).”

¹⁵⁵ “(...) emerge de um processo que realiza simultaneamente a inclusão (Eingrenzung) e a exclusão (Ausgrenzung). (...) A esfera do estranho é separada da esfera do próprio por um limiar, como é o caso de sono e insônia, saúde e doença, velhice e juventude, e ninguém jamais se encontra em ambos os lados do limiar ao mesmo tempo.” (WALDENFELS, idem, p.5).

¹⁵⁶ “A hospitalidade é a cena do nascimento do Eu, da ipseidade, a partir do confronto (amigável e tenso) com o Não-Eu. Um é a imagem diferida do outro. Na Geografia traçada nesses encontros, a porta, os limiares, a soleira, desempenham um papel fundamental. Esses locais mágicos e amaldiçoados devem ser tanto protegidos quanto violados. A hominização (cf. SCHÉRER, René. *Cosmopolitisme et hospitalité*.) está em jogo nesses locais de passagem e de circulação entre as ‘identidades’. Aquilo que é instituidor está também ‘fora da lei’, ‘aquém da lei’. A cena da hospitalidade é, portanto, também a cena da supressão da lei, da eliminação da regra, da singularidade do encontro único que apaga a lei para instituir novas regras. Daí toda a regulamentação em torno da hospitalidade. Daí a impossibilidade de essas leis barrarem o conflito agônico, a transformação do dom em sacrifício, da hospitalidade em hostilidade. Na hospitalidade assistimos à protocena da espécie humana, onde o indivíduo retira-se do seu espaço para acolher ao ‘outro’: um Zimzum (a contração de Deus que teria dado origem ao mundo) cabalístico, originário, violento, mas que também pode indicar uma possibilidade de philia, de convivência, de troca.” (SELLIGMAN SILVA, 2005, pp. 243,244).

Tão logo seja confrontado e reduzido à pura subjetividade; sob a ampliação dos horizontes no decurso do fenómeno geopolítico, o Eu se apercebe para o facto de que, concomitantemente, ao fluxo de suas experiências vivenciais, o estranho se doa ou se manifesta não como um correlato genuinamente representável (à maneira de um conteúdo material, passível de mensuração), mas como unidade pessoal; como portador de um conjunto cinestésico de possibilidades que ultrapassa e transcende a mera objetivação. Resistindo a ser um ente condicionado passivamente, por mais que o assombro da quebra da familiaridade leve o sujeito (que o recepcione) a indeterminá-lo; apesar disso, o estranho vigora como uma presença primária que, ainda que inacessível, se impõe contra o ego. Nesse intervalo, muito frequente na anteposição *a priori* entre o olhar do colonizador ao colonizado ou do estrangeiro ao nativo, a ampliação de horizontes e consequente formação do fenómeno geopolítico, revelam um assombro que, parcialmente emudecido, interpenetra ambas as *Lebenswelten*; ambas as cosmovisões, exigindo uma resolução que buscando mediadores (no mais das vezes ónticos) jamais se sintetiza, afinal se apropriado, o estranho se objetiva.

Não apenas manifestando-se como uma ampliação de horizontes, mas como um intervalo entre a unidade sintética entre o indivíduo e a comunidade, o estranho indicia os sinais nem sempre apreensíveis do fenómeno geopolítico, tornando-o inteligível à proporção que uma relação assimétrica (como a entre civis e militares) padece sem que um mediador seja capaz de reabilitar a ordem outrora turbada. Encurtando o círculo da imanência mundana, o estranho se doa (não sem assombro) embaraçando qualquer fonte de apelação disponível, ante a qual, simultaneamente, a cosmovisão estreita o foco de atenção (na busca por suas justificativas morais à hospitalidade), como encontra uma inadvertida paralaxe ou lapso focal¹⁵⁷.

Se, quando em colapso, a coexistência mútua dos entes, bem como a ordem que as fundamenta revela (em emergência) a própria utilidade do que colapsou, em outra esfera, o fenómeno geopolítico manifesta níveis de mentalidade que, regidos por correlatos noemáticos (ávidos por uma restauração nostálgica do que se corrompeu), apelam para aspirações indeterminadas ou suspensas entre a razão e a fantasia¹⁵⁸. Abstratas demais para

¹⁵⁷ “*Tudo se passa como se nos movêssemos num plano pré-moral, pré-jurídico e pré-compreensivo.*” (WALDENFELDS, 2000, p.269).

¹⁵⁸ Por característico, e eis que aqui se encontra a diferença irreduzível entre o fenómeno político ordinário e o fenómeno geopolítico: enquanto o primeiro flerta com a exceção de maneira centrípeta, ou seja, para dentro das questões domésticas da própria soberania, o segundo tende (de modo centrífugo) à transposição do próprio território e, por conseguinte, extrapolando a própria soberania, a desacomodar a ordem ou a balança do poder em contexto regional, continental ou global. Em razão dessa peculiaridade, o fenómeno geopolítico se projeta desde que haja um conjunto de agentes políticos empenhados em dar forma a um anseio inarticulado (com pretensões totalizantes ou espaciais) que, surgidas a partir de uma vivência afetiva (de carácter ideal ou ideológico em contexto privado), tensiona entre a mais plena inteligibilidade discursiva e a ausência de uma referência objectiva imediatamente reportável; à maneira de quem (a exemplo do Estado Islâmico) bradasse

a realidade, e demasiado concretas para uma ideia, o drama formal do fenómeno geopolítico é assombrado por ideologias, que, por sua vez, geram uma espécie de ruído sintático e semântico sobre a própria língua que lhe dá forma, cujo risco é incidente não apenas sobre o território, como às próprias testemunhas históricas. Desse modo, enquanto a coexistência mútua dos entes alude a um desarranjo funcional e conseqüente colapso, o reordenamento espacial (desde o território) revela uma ampliação do horizonte para além do círculo de imanência mundana não sem obnubilação e escotoma, doravante um ponto cego¹⁵⁹.

À proporção que o ato de reordenamento espacial se projeta contra o território, o mundo se amplia, e ampliando-se multiplicam-se as estranhezas. Ora, mas de modo mais específico, o que subjaz às intenções políticas de cariz territorial que, reclamando uma reabilitação do espaço desde o zero, se manifesta excepcionalmente como fenómeno geopolítico; contra o qual (como efeito da tomada de decisão de agentes políticos) testemunhas histórias vagam pelo mundo nos limites tensionais entre o desconhecido e a estranheza? O que subjaz a tal fenómeno é a partilha mútua de uma vivência afetiva entre agentes políticos empenhados em, secretamente¹⁶⁰, emular a restauração de um símbolo espacial que, se deslocando dos ciclos primários da cosmovisão em busca de autonomia, recua como a nostalgia de certo estado de pureza outrora corrompida.

em nome da restauração do califado, bem como da reapropriação do Levante. Husserl nos auxilia nesse sentido, pois nos faz perceber que há uma certa compatibilidade entre os conteúdos noéticos e noemáticos, ou seja, entre – por exemplo - o ato de recordar e o recordado: “*nas quais diversas noeses estão estruturadas umas sobre as outras na unidade de um vivido concreto [de uma vivência concreta], e nas quais, por conseguinte, estão igualmente fundados os correlatos noemáticos*” (HUSSERL, 2002. p. 214); compatibilidade que, em vivências afetivas e sentimentos, não sendo suprida, enseja a formação de imagens ou idealizações, cujo tónus afetivo tende ao impulso e ao alheamento do mundo.

¹⁵⁹ A menção à escotoma advém de Bernard Lonergan, que o utiliza para explicar os pontos cegos da experiência transcendente do *insight*, a propósito: “*Let us name such an aberration of understanding a scotosis, and let us call the resultant blind spot a scotoma. Fundamentally, the scotosis is an unconscious process. It arises, not in conscious acts, but in the censorship that governs the emergence of psychic contents. Nonetheless, the whole process is not hidden from us, for the mere spontaneous exclusion of unwanted insights is not equal to the total range of eventualities.*” (LONERGAN, 1992, p.215.).

¹⁶⁰ Se há uma verdade histórica, constante na *sternstunde* de Stefan Zweig é esta: “*As coisas decisivas que dão certo quase sempre ocorrem em segredo.*” (1999, p.193). Estas articulações sigilosas e que, conseqüentemente, ocorrem em segredo – pressupondo um número relativamente restrito de agentes – é um critério exemplar àquilo que entendo como uma parcela de uma ordem espacial específica, doravante micro-ordem. As tramas, os golpes, as artimanhas, planos e propósitos entre os agentes políticos só são articulados, em benefício próprio, sob o sigilo de uma micro-ordem. A partilha mútua de certa vivência afetiva entre agentes políticos, a exemplo da restauração de um Império ou a criação de uma nação, delinea - em caráter prévio ou em micro-ordem - a ligeira objetificação dos símbolos espaciais em uma finalidade material específica, ou seja, em ação.

PARTE V
§1
Dos símbolos espaciais

Em termos de descrição fenomenológica se pode compreender que, se os conteúdos do espaço geométrico são conteúdos puros, pois que irreduzíveis, logo seus símbolos são o anseio de expressão material que, recuando à forma pura, a contorna e a decalca não sem certo prejuízo figurativo¹⁶¹. Por característico, como petrificam as experiências que as originaram e as duplicam como um correlato abstrato (à maneira da delimitação material do espaço), os símbolos espaciais (Império, soberania, nação) evocam o clamor de um anseio de perfectibilidade ideal anelante à totalidade, de modo que seu estado de ânimo é da ordem da nostalgia¹⁶²; estado que, pulsante sob uma tonalidade afetiva, tensiona entre a fantasia e a realidade e que, no espectro da intencionalidade, se manifesta implicada a vivências relativamente próximas, a saber: a melancolia, o desejo e o anseio. Vinculando-se a vivências com intencionalidades relativamente afins, a nostalgia se torna uma modalidade afetiva particularmente única; efetiva muito mais como estado de ânimo que, sem se voltar a um objeto específico, tenta restituir um conteúdo vivencial à sua evidência; à maneira de uma breve imagem que, fugidia à consciência, se encobre.

Enquanto o noema de uma experiência é o que corresponde – em conteúdo – as intenções ao desejado, e a consumação do desejo só pode ser efetivado se houver um acordo tácito ou vínculo intencional real com o objeto ou fonte do desejo; diferentemente daquele conteúdo noemático (o desejo como desejado), o visado pela nostalgia não é

¹⁶¹ “Em seu grau abstrato, ou seja, desvinculado do corpo que o dimensiona, e logo o situa, o espaço tridimensional é puramente geométrico, cuja homogeneidade (tangenciando o infinito no campo do possível) revela direções e perspectivas mutuamente intercambiáveis, visto que equidistantes a um ponto de referência. Como os elementos fundamentais da representação espacial geométrica são axiomas e postulados; conceitos que dispõem os objetos em um nível formal, tal representação aponta para conteúdos puros que, por não serem divisíveis ou adimensionais, extrapolam a própria experiência. Os conceitos de geometria pura são representações conceituais irreduzíveis, de modo que expressam as características peculiares da espacialidade na relação entre seus conteúdos, sem qualquer referência imediata à intuição. Desse modo, pontos se tornam parcelas indecomponíveis; linhas, superfícies estreitas, e retas, um segmento que, se jamais contrariado, permanece invariavelmente em expansão. Em razão disso, a representação espacial, por não dispor de conteúdos que não os mais elementares à abstração (como pontos, linhas e retas), pode ser organizada de acordo com leis transcendentais que independem do sujeito.” (§4, Parte IV).

¹⁶² A origem moderna da palavra ‘nostalgia’ revela, igualmente, o seguinte estado de coisas: o melancólico estado de recordação do território de origem, fenómeno que só pode surgir em um mundo, cujas fronteiras passam a se interpor entre os indivíduos. Consta que, no dia 22 de junho de 1688, o estudante de medicina alsaciano Johannes Hofer, em sua tese: ‘*Dissertatio medica de nostalgia*’, teria concebido a palavra ‘nostalgia’. Após perceber o estado confuso em que os soldados suíços se encontravam no *front* – distantes de suas montanhas nativas – alternando febre alta com dores estomacais, Hofer teria contraposto as palavras gregas: ‘νόστος’ (*nóstos*) e ‘ἄλγος’ (*álgos*), dando a esta enfermidade o sentido aproximado de: ‘dor do regresso.’ (MANGUEL, 2005.). Como uma imagem inesgotável, que se renova assim que recordada, o expectante regresso – ou melhor, sua impressão nostálgica – é a lembrança de algo suficientemente grandioso que, de sua falta, entristece aquele que a recorda, indispondo, inclusive, sua saúde física. Como estado de ânimo tal expectativa de regresso possui o seguinte tônus afetivo: cresce, como conteúdo noemático, desde que uma imagem resista a ser trazida novamente à consciência.

preenchível, pois que suscita muito mais um estado afetivo que um ato correspondente. Logo, não tendo a qualidade restituível ou hilética dos atos afetivos (como o da equivalência entre o desejado e o objeto), a nostalgia assoma como um estado, cuja qualidade ideativa dura sem duplicar (em ato) o correlato noemático. Por certo, e, apesar de seus conteúdos distintos, o que assemelham os horizontes de consciência ideológica (dentre os quais pululam as evocações às ordens suplementares, ansiosas pela reabilitação do espaço através do território) é o facto de que, motivados pelos reclames de alguma injustiça anterior ávida por ser reparada, cuja pureza outrora corrompida se demora; é o facto de que tais reclames tensionam entre as justificativas mais racionais e os apelos passionais mais acalorados; tensão que resplandece como crença na transubstanciação da ordem terrena em uma ordem suplementar.

A impossibilidade de uma tal unidade sintética (capaz de dar forma a tais reclames) se sustenta, confortavelmente, por meio do estado de ânimo que, sem conteúdo específico, se satisfaz nostálgicamente com o estímulo passivo de suas próprias imagens no que, tomando por pressuposto o que pretende pôr à prova, ora as produz, ora as antecipa. Se qualquer desejo (como um conteúdo autônomo) retorna noematicamente sem jamais se exaurir, e logo perturba, o que é que ameniza o *circulus in probando* da unidade de propósito ideológica senão as próprias imagens nostálgicas que, girando centripetamente, cria a sua própria economia da compensação? Nesses termos: desejar, nostálgicamente, o retorno aos domínios de um Império; arrogar-se porta-voz da soberania nacional, ou mesmo: espírito redentor da nação - longe de ensandecer, acirra e ameniza as fontes de seus próprios embotamentos.

Apesar disso, e eis a sua condição paradoxal como vivência intencional: a nostalgia se faz acompanhar de um breve lapso ou impulso que, manifesto, lança luz afetivamente sobre o horizonte que recua. Inclinando-se, volvendo-se em ato opósito ao próprio fluxo intencional que, aliás, tende (de maneira primária) às impressões cinestésicas exigidas objetivamente pelos condicionantes do ambiente natural, o estado de ânimo nostálgico se interpõe (como sombra) entre o sujeito e o círculo de imanência mundana; no que o leva a reavivar (apenas como imagem, dada a irreversibilidade entrópica do tempo) os sedimentos do passado. Ainda que se faça acompanhar de uma carência de correlato específico - sob cujos indícios um sentimento melancólico se doe de modo adicional - não obstante isso, o impulso intencional da nostalgia revive ou aponta para um conteúdo valorativo ávido por preenchimento, cujos clamores remoçam e põe à prova os bens sedimentados da cosmovisão.

Como se manifesta sob inúmeros modos ou formas intencionais, inclusive, com o peso sentimental que subjaz a um eventual juízo de valor¹⁶³ (no qual um anseio passa a ser expresso ou predicado de acordo com alguma disposição afetiva), a nostalgia alude a uma suspensão do fluxo temporal desde o qual a estranheza se insinua contra a familiaridade e o incognoscível, contra o círculo da imanência mundana. Nessa tensão ou curto-circuito no qual a estranheza e a familiaridade se indeterminam, o anseio de restituição do noema e o impulso ativo, (que se empenha em resgatá-la como imagem), vigoram de modo simultâneo como uma vivência uniforme, mas com correlatos distintos. Sob essa simultaneidade que, com efeito, suscita e presta um culto ao noema, imobilizando parcialmente a apreensão imediata do tempo presente, é que se manifestam os conteúdos paradoxais da nostalgia, na qual a mera ideação do objeto perdido, ainda que restituído transversalmente como imagem, já desabriga a via compensatória da satisfação. Dentre estas, os símbolos espaciais de certa pureza extensiva há muito corrompida (pelas convenções sociais, pela alienação ou pela decadência racial) dão a medida ideológica de suas idealizações nostálgicas.

A evocação de um passado imperial; o apelo esbaforido à soberania nacional; o sangue e solo da própria nação, desde os quais se vislumbra a franca atividade de um macropoder transfronteiriço no espaço e incorrupto no tempo, compensa as ruínas ao redor no instante mesmo em que as recobre. Se destacadas, circunstancialmente, veremos que o entusiasmo de Ratzel com o ingresso alemão no continente africano e sua cartografia colonial (oportuno para a expansão do *Lebensraum*¹⁶⁴); a defesa do imperialismo germânico (desejável igualmente em solo sueco) por Kjellén¹⁶⁵; a posição estratégica da insularidade britânica no contexto da Europa continental por Mackinder; a função histórica da Alemanha segundo Haushofer; a exaltação da marinha norte-americana por Mahan como expressão das

¹⁶³ Enquanto no juízo, o objeto é restituído à percepção, no âmbito dos sentimentos e estados de ânimo, o conteúdo noemático (como o desejado) não se doa objetivamente, recuando apenas como possibilidade remota de satisfação. Portanto, o objeto se deixa visar de acordo com a modalidade correspondente da intencionalidade, de sorte que, em âmbito judicativo, se apresenta sob um maior grau de evidência, enquanto que, em âmbito afetivo, recua como imagem.

¹⁶⁴ “Ao expor esses princípios semelhantes aos de Malthus, Ratzel acreditava que tinha desvelado as leis naturais do crescimento territorial dos Estados e ele alegremente acatou o impulso colonial dos poderes europeus da mesma época na África como a manifestação da sua busca por *Lebensraum*. A história imperial era a história espacial da luta pela existência.” (LIVINGSTONE, 1992, p.200).

¹⁶⁵ “O professor de Uppsala foi um forte opositor da independência da Noruega, tendo, para o efeito, redigido diversos manuscritos (entre os quais o já referido *Inledning till Sveriges geografi*) e efetuado virulentas intervenções políticas contra essa dissolução. Note-se que, apesar da postura de neutralidade adoptada pela Suécia, desde o ano de 1814, o tema do império perdido e a nostalgia da grandeza do passado estiveram sempre presentes na sociedade sueca e na agenda dos partidos políticos até à I Guerra Mundial, facto que é compreensível se tivermos em conta que, historicamente, até à ascensão da Rússia e da Prússia ao estatuto de grandes potências europeias durante o século XVIII, a Suécia era a principal potência militar no Norte da Europa e da região do Báltico (Lacoste [ed.] 1993 [1995]: 1437).” (FERNANDES, J. p.224).

potências marítimas; a conceção da *Rimland* e a destacada posição dos Estados Unidos por Spykman, além de esforços aéreos equivalentes por parte de Seversky, dão prova de que, apesar das pontuais e acertadas descrições que prestavam à Geografia, o termo adicional (evocável à política) prova, retroativamente, tanto o resplendor nostálgico, como a satisfação aos símbolos espaciais a que tais pensadores eram tributários.

Ora, sob a simultaneidade da restituição do noema de um passado simbólico (à espera de ser trazida à luz da consciência epocal) e o impulso político capaz de atualizá-lo, há a exaltação e o imediato fracasso do correlato noemático que, de súbito, recua como presença e insinuação fantasmal. Persistindo não com a evidência mesma do objeto visado, mas com sua ligeira ausência, desperta a partir de uma percepção atual que o duplica em valor, de modo que a vivência afetiva da nostalgia não apenas insinua o conteúdo valorativo correspondente, mas o aditivo emocional, cuja tonalidade (incapaz de restituí-la integralmente) tensiona entre a melancolia e a euforia; tônus que, de modo híbrido, caracteriza a unidade de propósito ideológica. Em função do seu caráter tensional, o aditivo emocional se doa em um momento de concreção da vivência com seu respetivo conteúdo noemático (a lembrança do desejado, p.e), na qual a expressão judicativa, não dando conta de dar forma à experiência total, se faz acompanhar de asserções que não se referem nem ao objeto nem ao contexto de sua enunciação. De modo mais específico, tal estado de ânimo (sem uma evidência restituível), a nostalgia, marca particularmente a Geopolítica clássica (desde suas origens mais remotas, particularmente, prussianas e, por extensão, europeia ou ocidental) por força do seguinte conteúdo arquetípico:

Lorot & Thual consideram que ‘Le nationalisme est un facteur géopolitique de première importance, non seulement parce qu’il est l’affirmation de la spécificité voire de la supériorité d’un groupe sur les autres, mais qu’il est toujours revendicatif’. Neste sentido, é de referir a importância de que se reveste a ideia de uma *Großdeutschland*, a presente ideia de Reich integrante do subconsciente alemão em todas as épocas, crenças e ideologias, que mais não é do que o desejo de regresso e concretização a um dos mitos da Nação alemã, o do Império Carolíngio (Vives). A consolidação da Alemanha como potência hegemónica no espaço europeu é um aspeto transversal ao II Reich politicamente unificado por Otto von Bismarck em 1871, à Alemanha de Guilherme II e, posteriormente, à Alemanha de Adolf Hitler. Entre os finais do século XVIII e a primeira metade do século XX são várias as teorias filosóficas e científicas, provenientes quer de pensadores germânicos (como Johann Fichte (1807-1808), um precursor do pangermanismo (...)) quer de pensadores germanófilos e não germânicos (como Joseph Arthur de Gobineau (1816-1882) que, no seu *Essai sur l’inégalité des races humaines* (1865), defendia um racismo biológico explicando o destino dos povos, a ascensão e a queda dos Impérios através da desigualdade racial, e da superioridade da raça caucasiana na qual incluía os germânicos, uma raça de elite que conservava a beleza, a força, a inteligência e a superioridade da expressão verbal (Gallois, 1990, 234-235); ou como também Houston Chamberlain (1885-1927), em *The Foundation of the 19th Century* (1899), acreditando que o futuro da Europa e do Mundo se encontrava na Alemanha, uma vez que esta se caracterizava por uma força expansiva manifesta em todos os domínios que fomentaram a tese da superioridade do povo germânico, da sua raça, do seu sangue, da sua língua, da sua cultura. É a vitória prussiana nas guerras contra a Áustria (1866) e a França

(1870/1871) o ‘elemento aglutinador da identidade nacional da nova Alemanha’ (Fischer, 2007, 98). Triunfou a ideia de Kleindeutschland de Otto von Bismarck, enquanto o pangermanismo ansiava por uma Großdeutschland, que reunisse todos os alemães, e a burguesia por uma política colonial e por uma Weltpolitik que só conheceu depois da saída deste chanceler do poder. A ideia de Großdeutschland voltou a ser afastada novamente depois da I Guerra Mundial, pelas disposições do Tratado de Versalhes e do Tratado de Saint-Germainen-Laye (1919). Todavia, numa Alemanha espacialmente insatisfeita, a antiga ideia de Reich semelhante à estrutura supranacional com pretensão universal que havia sido o Império de Carlos Magno, filho do último dos Pepinos, ‘uma das mais brilhantes épocas dos germanos’ (Dawson), ressurgiu durante a República de Weimar, mas sobretudo com o II Reich de Adolf Hitler. Associada à teorização relativa à superioridade do povo germânico, foi a ideia de Reich que influenciou o desenvolvimento de uma conceção Geopolítica própria, pois tal como defende Chauprade (Bessa e Dias), a cultura de cada Estado influi na disciplina. E de facto, cada um dos Estados rivais do Império Britânico como a Rússia, a França, a Itália, os EUA, mas sobretudo e a pouco e pouco, o II Reich, e mais tarde o Japão, desenvolveu o seu próprio discurso geopolítico (Tuathail). Todavia, no respeitante às designadas Geopolíticas clássicas europeias são de destacar a britânica e a germânica, com os ‘seus dois maiores expoentes e rivais’, Halford Mackinder e Karl Haushofer respetivamente (Fernandes, 2003, 1), graças à competição existente entre o Império Britânico e as crescentes aspirações imperiais da Alemanha no centro da Europa. No caso alemão, é de referir que o nascimento da Geopolítica se verificou apenas após o fim da I Guerra Mundial, uma guerra cujo espírito se revela através das palavras de Rupert Smith (2008, 141): ‘Numa combinação de orgulho nacional e entusiasmo militar, a noção de guerra como a coroa de glória lógica da época era acenada por políticos, soldados e civis. O orgulho na capacidade industrial da nação também atestava a sua capacidade militar (...); o crescimento da sua população também era a prova da sua capacidade industrial de colocar homens no campo de batalha, assim como o comprimento e velocidade dos caminhos-de-ferro e esquadras. A prosperidade da época comprovava a prontidão para a guerra’. (FERNANDES. M, 2011, pp. 266,267).

Surgida no contexto da exaltação nostálgica de um símbolo espacial (tensionado entre o Império e a soberania nacional), a Geopolítica *standard* projetou a sua autonomia da mera descrição geográfica, implicando o espaço (em toda sua positividade) à ação política, condicionando as particularidades do tempo; das contingências e das especificidades das unidades sintéticas entre indivíduos e comunidades à centralidade referencial do agente político que a suspeitasse como via teórica prévia para eventuais Destinos Manifestos.

DIMENSÃO CRATOLÓGICA

Uma característica do poder é que, quando municiado de condições materiais e espirituais suficientes para empreender atos de reordenamento espacial¹⁶⁶, maiores as possibilidades de ampliar não apenas o foco de atenção imediatamente presente, como o horizonte do círculo da imanência mundana, no que – em um âmbito fenomenológico – acirra a estranheza; as insinuações do desconhecido, do incognoscível, além - é claro - de objetificar um símbolo espacial: constante (à maneira de uma emanção) nas linhas dos Impérios, soberanias, Estados e nações; linhas, cuja equivalência geométrica (jamais preenchida correspondentemente sobre os territórios), aguçam a vivência nostálgica de uma totalidade que, por vias compensatórias, justifica e ultima a sua própria razão de ser. O que subjaz a essa composição (própria ao fenómeno geopolítico) é a pergunta mais ambiciosa, e não menos filosófica, a saber: *o que pode ser prévio à Geopolítica senão a conciliação entre um ideal evocável e a política que a fundamenta e que, com efeito, tensiona sob a marca de seus propósitos e excedentes intencionais?* Ora, mas o que é a política?

§1

Cratologia fundamental

Os gregos deram o nome de *política* (πολιτική) à ciência da vida em comum segundo as exigências deliberativas da *pólis*¹⁶⁷. Sob a aceção de ciência esconde-se a paciente organização dos factos concernentes especificamente às questões próprias da vida pública, cuja análise explica através delas a orientação depreendida do eixo de exceção, em linhas gerais: os caminhos coletivos a seguir e, por conseguinte, os descaminhos a evitar. Contra o pano de fundo das ações concretas, que se exaure à proporção que encontra o seu limite de determinação, move-se a luta sempiterna da individualidade contra o universal que a abrange, ou dito de outro modo, do esforço ontológico das partes em contínuo anseio de reconstituição ao todo que a determina, sendo este anseio (como já apontado no §3, Parte

¹⁶⁶ “(...) atos de reordenamento espacial (como construir, implodir ou reconstruir um território) -, por implicar excepcionalmente custos e deslocamentos - concede às questões de poder uma especificidade que, como veremos adiante, é rastreável onde quer que haja a seguinte composição: a ativação de um símbolo espacial, conciliação de interesses intelectuais e políticos, unidade político-militar, suporte material ou tecnológico e impacto humano, ou seja, desproporção de forças.” (§2B, Parte III).

¹⁶⁷ “A política, nesse sentido, faz parte da filosofia, sem ser o todo da filosofia, nem a categoria filosófica na qual a filosofia se compreende. Ela é pensamento da ação razoável e, como todo pensamento particular, supõe o que a funda, mas não o deduz: a ação razoável enquanto categoria só se compreende no interior do sistema, onde ela se mostra como uma das categorias do pensamento humano, ou, se se prefere, uma das dimensões do universo do discurso, autônoma como qualquer dimensão, não redutível às outras nem compreensível sem referência a elas. (...). A política, ciência filosófica da ação razoável, refere-se à ação universal. Por sua origem empírica, esta ação não visa ao indivíduo ou ao grupo enquanto tal, mas à totalidade do género humano, mesmo sendo a ação de um indivíduo ou de um grupo.” (WEIL, Eric, 2011, pp.17,18).

I¹⁶⁸), um anseio à perfectibilidade. Apesar de ser uno como indivíduo, há no homem (desde a força mobilizada pelos ancestrais) um desejo de reconstituição.

A esse desejo de perfectível reconstituição (que no ser humano só pode surgir privativamente, ou seja, desde que intuído pelo indivíduo); capaz de reintegrar as particularidades difusas, destarte, os semelhantes, é que apela o chamado humano à política - desejo que evoca à própria universalidade¹⁶⁹ por meio da paulatina articulação da palavra que, como apontado no anterior §10, Parte IV, diz respeito: “à *capacidade noética da percepção objetiva, viabilizada com a partilha mútua de uma língua e consequente articulação do inarticulado.*” Quicá, por meio da política, o poder (como possibilidade formal atualizada em uma posse relativa como arbítrio) revele aos homens, simultaneamente, tanto o desejo de conservação, como de expansão, de modo a alternar ora uma necessidade de perseverar em si mesmo, ora devolvê-lo ao universal; sendo este último, o encontro com o que não se limita nem no tempo nem no espaço, e cujo anseio – em âmbito territorial – é o de reintegrá-lo à totalidade que, com efeito, é transfronteiriça.

Em seu sentido último, a ação política com finalidades territoriais (a que a Geopolítica tende ora como ideia, ora como metaimplicação) tem, dentre os seus inúmeros propósitos, um objetivo perfectível, qual seja: criar uma ordem ecumênica que, como reabilitação da totalidade, seja capaz de, simultaneamente, anular e restaurar as diferenças¹⁷⁰. Aglutinar um conjunto de indivíduos - capazes de formar um eixo ordenador (ávidos por interpretar e suplementar um estado de coisas) - converter as finalidades mais especificamente privadas em meios das tomada do poder; tomar o poder e buscar o centro não apenas das decisões alheias, mas igualmente do curso dos acontecimentos (através do território), eis, com efeito, uma outra cadeia alusiva a tal objetivo perfectível.

Se no reino animal, um ato determinante (como uma ameaça física) mobiliza uma mudança de estado, ou seja, o usufruto da força, cujo bem adquirido (uma defesa) é

¹⁶⁸ “A tensão (...), como aquilo que acusa a relação entre o todo e as partes, forma o esforço dispendido pelo ser, já constituído, em alcançar a sua máxima perfeição. Ora, mas o que explica que, aquilo que é, anseie a perfectibilidade? A perfeição é o esforço próprio do determinado em maximizar o conjunto de suas possibilidades; esforço que, dada a sua natureza qualitativa, só pode se atualizar objetando-se, ou seja, obstando o fundo prévio que o limita.”

¹⁶⁹ “A ação política aparece normalmente ao espectador, e mesmo ao ator, como um ato que não visa de modo nenhum à totalidade do género humano, mas tende ao proveito, ao bem-estar, à sobrevivência dessa comunidade ou desse indivíduo. Contudo, é por isso mesmo que ela se mostra universal: mesmo a ação mais egoísta — se consciente dos seus fins, e não falamos aqui dos “primitivos” — tem em vista a dominação universal, mesmo que, em dada situação, ela possa contentar-se com um sucesso mais modesto — mas apenas contentar-se, e por razões técnicas. Por outro lado, toda política que não quer ser egoísta promete a todos os homens a felicidade, a satisfação, a obtenção de seu lugar natural num mundo perfeitamente organizado.” (WEIL, p. 18).

¹⁷⁰ “O termo ecúmeno, que originalmente significa não mais do que um mundo habitado no sentido de Geografia cultural, recebeu por meio de Políbio o sentido técnico de povos que são arrastados no processo de expansão imperial. [...]” (VOEGELIN, 2014, p.186.).

incorporável à espécie como um poder (como a atualização de uma possibilidade formal), no homem (ser, cuja especificidade é de ordem racional, pois que tendente à *ratio* como proporção), o poder atende pela possibilidade de conciliação entre o si mesmo e o outro, entre as partes e o todo. No homem, o poder integra-o consigo mesmo e com os outros, compondo assim a própria unidade sintética entre o indivíduo e a comunidade. Portanto, desde o sentido primitivo empregado pelos gregos, a política significa a ciência da ação razoável (WEIL, p.18); ação que atualizada por um agente (consciente de seus próprios fins), implica tanto o próprio agente como os núcleos humanos mais abrangentes. Dando testemunha de seus próprios atos, e, portanto, conscientizando-se daqueles, o agente ordena o território (no qual está circunscrito) à proporção que ordena a si mesmo. Ato contínuo, ao redor da razoabilidade e coerência do seu discurso (atualizado na ação), o agente almeja a integração do maior número de semelhantes, pois se o propósito último do poder é a expansão, tal se faz ver igualmente em seu *élan* universal capaz de efetivar a natureza integral do homem consigo mesmo. Por conseguinte, ao redor deste *élan* é que se depreende seu eixo de exceção, sendo o território a expressão material de seu poder. Por se dar num eixo resultante dos meios de ação anteriores, o poder político não implica, biograficamente, apenas o indivíduo ou o grupo a ele relacionado, pois que é o limite último da transferência de confiança, de modo que a sua unidade irreduzível, ou melhor sua essência, diz respeito à capacidade de integração do maior número de indivíduos. Ora, interessa à atividade política - desde os antigos - a vida concreta do homem na inscrição de planos que, extrapolando o nexos imediatamente temporal, se efetive tanto no contexto em que é articulado, como para além do originalmente pretendido. Desse modo, o que caracteriza, especificamente, o poder político, e que o diferencia dos meios que o pressupõe, é a inscrição de planos de ação capazes de produzir resultados duradouros para além da duração da vida dos agentes individuais implicados. Em razão disso, o que marca a diferença entre os poderes, sendo o político, aquele que se segue aos demais eixos, é a capacidade de imprimir - para além da vida dos agentes que o desencadearam - um marco qualitativo, cujo efeito se dá na possibilidade de impactar - positiva ou negativamente - gerações. O impacto positivo é resultado da relativa unidade dos eixos e sua respetiva neutralização, o que move o eixo de exceção em um sentido horário, ou seja, dando condições para que as instituições assegurem, legitimamente, a estabilidade e a continuidade da vida humana¹⁷¹ que, a despeito de seu

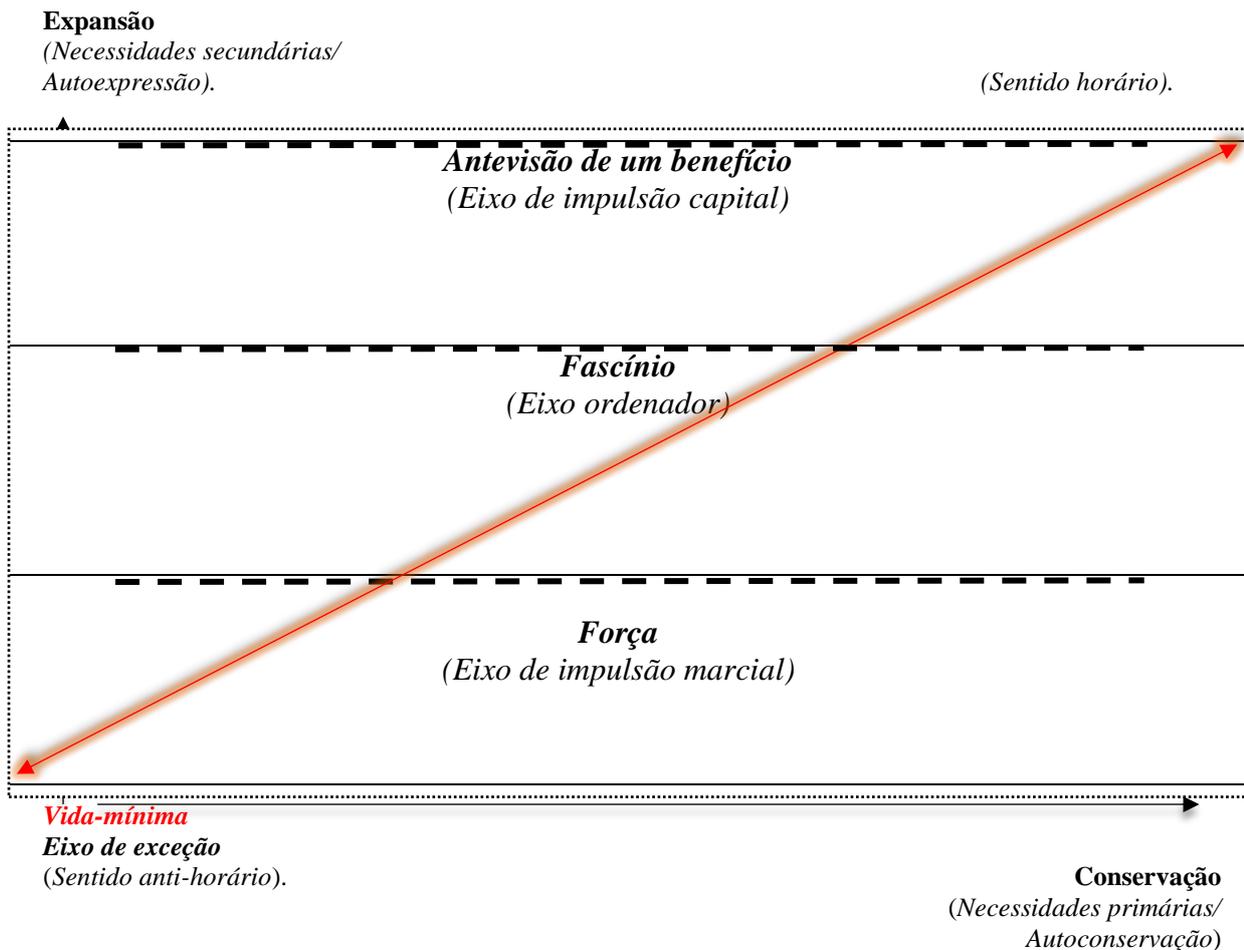
¹⁷¹ A expressão composta *vida humana* é reportada ao filósofo espanhol Julian Marias, quem – em sua obra *Antropologia Metafísica* – a concebe como uma vivência pessoal voltada para a concretização de algo: “*Esse alguém corporal ou pessoa, não somente acontece, como também está unido à futurição(sic), a essa tensão para frente- ou pretensão- que é a vida. Começamos agora a vislumbrar o sentido de prósopon como 'frente' ou 'dianteira'; é importante reter esse caráter frontal da pessoa, pelo facto de ser a vida uma operação real, porém voltado para o futuro, para ele orientado, projetado para ele; para o futuro 'dá' a face em que a pessoa se denuncia e se manifesta, e por isso é a face, entre as partes do corpo, a estritamente pessoal, aquela*

propósito intrínseco ou finalidade, caracteriza-se por ser uma *gratia prima*, sendo esta: “a capacidade de se pôr gratuitamente.” (§1, Parte I). Como se põe a si mesma em *gratia prima*, a vida humana é - em ato - a aquisição primeira por meio da qual todas as demais são meras derivações que, em processo de reconstituição, só se consuma com a finitude. Nenhum poder é adquirível como possibilidade formal sem que a vida já não seja em ato, e, nenhuma potência se encerra, efetivamente, senão no ciclo que se consuma com a finitude.

Avaliando a vida como a aquisição, que só se consuma na finitude, ou seja, nos ciclos de sua própria natureza, se pode perceber os efeitos positivos ou negativos do eixo de exceção, aliás, dos caminhos ou descaminhos tomados pelos homens em contexto político específico, sendo os negativos aqueles em que, dadas as precariedades e a indeterminação reinante desde o eixo ordenador (estado na qual a palavra perde a sua capacidade de articulação e entendimento mútuo), as instituições não asseguram a relativa continuidade da vida humana num decurso mínimo entre gerações. De modo antinatural, ao ser ceifada, a vida carece de atualizar a sua possibilidade formal, ou seja, o seu projeto, de modo que é constrangida em um limite de determinação. Enquanto o sentido horário representa a relativa harmonia entre os eixos marcial, capital e ordenador, que nada mais são que o encadeamento dos poderes e respetivo usufruto da pactuação – ao redor dos quais, as disparidades incidentes contra a vida humana são prontamente reparadas -, em seu sentido suspensivo basta que uma indeterminação se faça suspeitar entre os eixos (impedindo suas respetivas capacidades de autonomia), para precipitar o conseqüente estado de suspensão sobre o território. Por fim, não havendo elos que conformem os eixos, reordenando-os, bem como instância de apelação (imparcial), suficientemente capaz de assegurar as aquisições mínimas, dentre estas, a da continuidade biográfica da própria vida, eis que o sentido excecional aponta para o calamitoso e decisivo sentido anti-horário. Onde quer que esteja em perigo, a vida minimizada reduz, particularmente, a possibilidade humana, indispondo-a à força. O processo interruptivo (constante no fenómeno geopolítico e seu anseio reordenador), suspende o curso natural daquela constituição e projeção vital, retirando arbitrariamente da vida a sua finalidade, intuível decisivamente na igualmente gratuita finitude. Como é um fenómeno coagulante, pois que envolve biografias dialeticamente, o eixo de exceção (quando em sentido anti-horário) desencadeia um efeito crucial: a desproporção de forças, constante na tensão entre civis e militares, ou dito de outro modo, da anteposição do poder

em que a pessoa se contrai e se patenteia, se expressa. Porém essa condição futura(sic) da pessoa envolve um momento capital: é parcialmente irreal, já que o futuro não é, mas será;. No rosto ou pessoa denuncia-se agora- na realidade presente- o que será. Entendemos por pessoa uma realidade que não é só real. Uma pessoa 'dada' deixaria de o ser. O caráter programático, projetivo, não é algo que meramente aconteça à pessoa, mas que a constitui. A pessoa não 'está aí', nunca pode como tal estar aí, está vindo.” (MARIAS, Julian, 1971, p.36).

militar perante inocentes desarmados. Tal desproporção, que se acirra tão logo um anseio territorial se imponha de modo excepcional, e retarde os meios de ação às soluções mais primárias da força, revela aquilo que entendo por vida mínima. Em tal desproporção sempre restarão aquelas três opções elementares que, como modos da reabsorção humana às circunstâncias, são expressões da lei da conservação ontológica: o ataque, a defesa ou a fuga. Ambas as opções iniciais, apesar de contrastantes, tendem à resistência, enquanto a última, à debandada. Lutar, resistir, migrar, fugir são expressões de tal acontecimento biográfico, que se acirram à proporção que o eixo de exceção gira em sentido anti-horário. Tais marcam, biograficamente, o fenómeno geopolítico em seu sentido mais elementar.



Comentário sobre o Quadro relacional

Em linhas gerais, este *Quadro relacional I* concilia as necessidades biológicas tanto com as leis ontológicas da conservação e da expansão (§3, Parte I), como com os meios de ação, que, como núcleos intencionais, modulam as possibilidades ontológicas do criar, deliberar e destruir (§4, Parte III). À proporção que as necessidades onto-biológicas são saciadas, e as condições mínimas da conservação estão relativamente preservadas, a razão (por meio da antevisão do nexa temporal e da maximização dos ganhos em detrimento das perdas) converte a força – por anamorfose – no fascínio da palavra articulada, por meio da qual a presença de um falante cria (via fonte testemunhal e confiança em si mesmo) o sentimento de pertença mútua (*Gefühl der Zusammengehörigkeit*) necessário para agregar, aproximar, liderar¹⁷³. No instante em que, por força de imposição, um falante se desloca do

¹⁷² Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

¹⁷³ Um exemplo significativo do quanto, por anamorfose, a transubstanciação da força em palavra é geopoliticamente decisiva, se encontra – no mundo arcaico – no seguinte estado de coisas: A) Herdeiros da

fundo anônimo e indeterminado da comunidade que o envolve, e dá testemunho de seus próprios atos, eis que surge o poder como determinação concreta das ações alheias (§2, Parte III). Tão logo um indivíduo anteveja os efeitos exaustivos da luta corporal e intua que, por exemplo, um morteiro é mais eficaz (comparado ao corpo a corpo), sua força de imposição converte a mera animalidade em poder.

Ora, se tão logo se preserve, a matéria determinável resiste à limitação imposta pela conservação, e enseja o seu estado imediatamente contrário, formando uma nova seriação, a saber: a expansão (§3, Parte I) - o que se segue a isso, neste contexto, é efeito de uma realidade territorial em que as condições mínimas, relativamente asseguradas, levam os seus agentes a transacionar os seus excedentes, tanto interna, como externamente. Ademais, em um horizonte de relativa pactuação entre as necessidades e os meios de saciá-las, eis que surgem os frutos da autoexpressão, na qual – dispensada da força física exaurível, uma parcela dos agentes cria aquilo que os identificam, a saber: suas aquisições espirituais (símbolos de ordenação linguístico-religiosa) e materiais (mercadorias)¹⁷⁴. Por certo, se o que vigora sobre a relação entre as necessidades onto-biológicas e os meios de ação é, com efeito, a paulatina depuração racional da força - na qual, a consequência é a dispensa de uma parte dos agentes empenhados em saciá-las - a soma resultante surge como um sentido simbólico de orientação, ou seja, como um encaminhamento coletivo, a partir do qual as demandas territoriais determinam e são determinadas pela concessão da maioria a uma minoria político-administrativa. Como o eixo de exceção é movido pelo magneto das necessidades humanas, o que o diferencia dos demais é que, apesar de sua origem tardia, é

civilização micênica, cuja escrita já era utilizada para fins contabilísticos desde meados do século XII a.C, os gregos criaram uma sofisticada articulação dos eixos capaz de conceber um senso administrativo incomum para o período, B) Entre os séculos VIII a VI a.C, o território grego passa a se constituir, a partir da circunscrição de comunidades sedentárias, instaladas em um plano de territorialidade, a saber: ‘*chôra*’, cujos limites se davam por marcos demarcatórios entre os estados fronteiriços, C) Os rudimentos de um eixo de exceção capaz de conduzir politicamente tais territórios, se dão por meio da partilha do poder entre proprietários de terras, radicado em conselhos de magistrados (*bulés*) ou *éforos* entre os espartanos, D) Em razão da falta de uma unidade política capaz de subsumir as diferenças locais em uma *ultima ratio* (esforço que, nos séculos seguintes, seria uma das tônicas de Isócrates e a concepção do pan-helenismo) tais territórios se lançam, por vezes, em zonas de conflitos, E) O temor de um ataque iminente enseja a autonomia de um eixo marcial capaz de, eventualmente, aplacá-lo, o que resulta, consequentemente, na criação das falanges hoplitas, F) Na compactação desse eixo marcial em campo de batalha, a disposição frontal em linha, forja um senso de ordem tão coeso em que o escudo (*hoplon*) de um soldado não apenas o protege do inimigo, como se projeta de modo a proteger igualmente o soldado que o ombreia, constituindo assim a partilha de um sentimento de pertença mútua que, reportável ao lugar de origem, molda a formação de um dos personagens mais expressivos do mundo antigo: o cidadão-soldado (CARPENTIER, pp.43,44).

¹⁷⁴ Um dos exemplos mais significativos dessas aquisições no mundo antigo se dá, em meados do século II a.C, na Roma imperial dos Flávios, por meio da expansão do *modus vivendi* romano, com a proliferação de bibliotecas, teatros, odéons, ginásios, termas, anfiteatros, circos, estádios, naumaquias, mercados, santuários e capitélios que iam desde Mérida, Tarragona (Espanha), Sbeitla (Tunísia), Djemila (Argélia) até Baalbek-Heliópolis (Líbano), dando-nos uma dimensão da relativa pactuação entre os eixos, suas neutralizações mútuas e êxitos materiais e espirituais decorrentes; capazes de empreender um impacto biográfico, cuja extensão é da ordem mesma do poder.

o único capaz de (por uma evocação à legitimidade) dissolver todos os demais, configurando assim um marco qualitativo capaz de impactar biograficamente gerações. Quando os eixos se equilibram e se neutralizam mutuamente, dando condições para que a vida seja preservada por determinadas instituições, além de dispor de meios de apelação imparcial, eis que o eixo de exceção cumpre a sua respetiva finalidade que é, pois, a de reintegrar o homem consigo mesmo e com seus semelhantes. Em razão disso, como desencadeia efeitos mais amplos e universais que os demais eixos, porquanto projete eventualmente os núcleos humanos para além de seus territórios, o eixo de exceção impacta, triplamente: *a vida dos próprios agentes, das testemunhas históricas e das gerações imediatamente implicadas* (§5D, Parte III). No instante em que, por indeterminação das funções próprias a cada eixo, se insinue um horizonte crítico de consciência, e o esforço de reabilitação demande a suspeita do premente e imperturbável chamado interior do princípio de cosmovisão (*‘a ordenação da consciência é proporcional à consciência da ordem’*), eis que a vida se revela mínima, cuja possibilidade humana, particularmente reduzida, a indispõe à força. Sob tal desproporção, desde a qual a vida mínima se debate com as leis da conservação, o humano regressa a um estágio ontobiológico entre o inorgânico e a mera animalidade, cujo estado de suspensão suprime o nexos aparentemente contínuo da marcha histórica¹⁷⁵. Portanto, se interessa a essa Filosofia da Geopolítica intuir os poderes que, em colapso, atuam parcialmente sobre um território e, conseqüentemente, os níveis de constrangimento sobre os indivíduos capazes de gerar acontecimentos disruptivos, interessa-a, especificamente, saber como - em dada circunstância territorial - a vida humana carece de atualizar a sua possibilidade formal,

¹⁷⁵ Quimicamente, a suspensão (como o estado presente entre os corpos gasosos) se caracteriza por moléculas que se agregam *‘par resistance’*. Os gases resistem à forma e à solidez criando um agregado disforme ou anamórfico. Logo, como em uma analogia, onde quer que uma desproporção de forças revele a vida-mínima (a exemplo de uma contínua tensão territorial entre civis e militares), a ligeira indeterminação entre o lícito/ o ilícito e apelação indisponível, inviabilizam todas as demais aquisições à ausência de constrangimentos, pondo-as ‘no ar’. Neste caso, o tempo transcorre com a indiferença que lhe é habitual, mas indispondo suas testemunhas, ora em um *dramatis personae* sufocante (como um eterno e agônico presente), ora em um passado remoto simbolicamente primitivo. Tal estado de suspensão enseja – pela paralisia das leis e instituições – aquilo que o psicanalista Franco Fornari entendia por *‘posições psíquicas primárias’*, em que as angústias arcaicas são liberadas, precipitando os indivíduos no clamor da autoconservação e da justiça privada, destarte, vingança. Revolvendo o resíduo de fissuras temporais negligenciadas, que tendem a implicar biograficamente inocentes e algozes, civis e militares, a vingança compromete o sentimento de pertença mútua (Gefühl der Zusammengehörigkeit) - em escala - como um acúmulo de demandas humanas custosamente reparadas. *Tudo o que está mal constituído e se sedimenta de um modo coagulante sobre um território, volta ora como vingança, ora como fantasma*. Paul Collier, em seu *‘The bottom billion’* (2007), parece dar à tese relativamente similar à essa (por ele nomeada de: *trauma colonial*) uma versão surpreendente, mais especificamente em análise às economias dos países africanos. Segundo Collier, o trauma de uma guerra compromete decisivamente a produtividade de um país; fenômeno que, nos termos aqui apresentados, representa: a dificuldade que a própria força e conseqüente eixo marcial (cuja sobrecarga dificulta a autonomia dos demais eixos) tem de - por escassez de vitalidade e mão-de-obra - gerar novas seriações, ou seja, poderes capazes de reintegrar e suprir um novo estado de coisas. Adaptando-a, anamórficamente, em contextos geopolíticos específicos, como a que acomete os Estados-falhados, se pode concluir que muitos dos dilemas seculares de alguns territórios decorrem da dificuldade que seus eixos têm em, por mútua neutralização, grassar uma respetiva dispensa e autonomia; dificuldade que, os embaraçando, indetermina-os nos limites mais primários da força.

doravante o seu poder, e carecendo, quais os seus efeitos de modo a impactar outros territórios. Destarte, cabe uma pergunta suplementar: como as decisões humanas são afetadas pela irredutibilidade da Geografia, no mais das vezes agravadas pelo termo adicional, o do nível de constrangimento que os homens impõem sobre seus semelhantes em dado contexto? Cotejando tal interesse com o *Quadro relacional I*, a pergunta da Filosofia da Geopolítica cabe – de modo adicional – na seguinte inquietude: *de que forma, entregue às determinações exaustivas dos limites espaciais, da força e da conservação, a vida mínima é capaz de reabsorver as circunstâncias, ou seja, quais as respostas dadas à emergência destas situações excepcionais? Ampliando-a, eis que a inquietude se torna mais específica: É possível revertê-la não, exclusivamente, com ajuda humanitária estrangeira, mas por meio de um macropoder (atuante desde uma organização internacional, como a ONU) que, avocando para si as demandas do eixo de exceção, simultaneamente, as suprime e as incorpora? Pode o macropoder (seja emanado em um Império, em uma soberania ou em uma nação) avocar para si aquilo que, sendo efeito dos demais eixos e logo de uma cosmovisão específica, se desdobra senão particularmente? Ora, apesar do caráter auspicioso, as questões relativas ao macropoder e eventuais desdobramentos internacionais, serão avaliados em parágrafos posteriores.*

Se cada eixo é inteligível de acordo com a eleição de um ponto, que permanece inalterável apesar das eventuais mudanças, logo cada eixo é, com efeito, um eixo de referência. Assim como um ponto no céu aparentemente fixo (como a lua) - em redor do qual a abóbada celeste parece girar - se torna um eixo de referência, se pode depreender que, assim como existem lunações ou ciclos lunares (a que os gregos chamariam de ‘mén’ / ‘mene’; e os romanos de ‘mênsis’ / ‘mês’¹⁷⁶), existem ciclos cosmovisantes que se concluirão tão logo um eixo converta uma possibilidade remota em uma aquisição passível de ser universalizada.

Do mesmo modo que o intervalo de tempo que separa duas passagens consecutivas do sol pelo mesmo ponto da abóbada celeste marca um ciclo anual, totalizando assim uma espiral a que a própria etimologia de ‘ano’ alude, os ciclos cosmovisantes podem ser compreendidos como aqueles que se dão à proporção que os eixos objetificam uma possibilidade remota em um conjunto de bens materiais e espirituais, cujo impacto biográfico se atualiza para além da vida física de seus autores. Como é efeito das aquisições desenvolvidas e legadas por cada eixo, cada ciclo cosmovisante representa, por certo, a materialidade dos níveis de consciência disponíveis a uma geração¹⁷⁷.

De modo preliminar, e não menos determinante, a primeira fase dos ciclos cosmovisantes se caracteriza pela razão que se estabelece entre relativa sedentarização e formação de núcleos intencionais ou eixos capazes de dispensar uma parcela do território

¹⁷⁶ “O mês – do latim mensis, que vem do grego mén, «mês», e méne, «lua» - está relacionado com a lunação. A observação das fases regulares do nosso satélite natural levou a que praticamente em toda a parte se tomasse o seu ciclo como unidade de duração; mas, por motivos que adiante veremos, a duração das lunações parece variável e é muito raro que todos os meses tenham o mesmo número de dias no mesmo calendário. Também os ciclos da Lua não coincidem regularmente com as estações do ano, que dependem do Sol: depois de um lapso de tempo que varia conforme os calendários, a sua rigidez e a duração dos respetivos meses, aparecem diferenças crescentes que obrigam a correções se bem que facultativas. Estas correções só são sistemáticas nas civilizações mais evoluídas no plano científico e técnico. Certas civilizações, enfim tinham optado por períodos sem relação com a Lua. Assim, por exemplo, um dos calendários utilizados pelos Astecas tinham meses de 20 dias para um ciclo completo que apenas contava 260 dias. Deste modo, embora relativamente menos arbitrário que a semana, nem por isso o mês deixa de ser uma unidade de tempo empírica e variável.” (MOLET, 1998).

¹⁷⁷ Por geração entendo o mesmo que Ortega Y Gasset em sua conferência ‘O que é a filosofia?’, a saber: “uma variedade humana no sentido rigoroso que ao conceito de ‘variedade’ dão os naturalistas. Os seus membros vêm ao mundo dotados de caracteres típicos, disposições, preferências que lhes dão uma fisionomia comum e, ao mesmo tempo, os diferenciam da geração anterior. (...). Porque isto significa que toda a atualidade histórica, todo o ‘hoje’ envolve, rigorosamente, três tempos distintos, três ‘hojes’ diferentes, ou, se o dissermos de outra maneira, que o presente é rico de três grandes dimensões vitais. (...) é a unidade de um tempo histórico de três idades diferentes. (...). Uma geração é uma moda integral da existência que se fixa de modo indelével sobre o indivíduo.” (GASSET, 2016, pp.26-27).

em torno de um eixo ordenador e conseqüente intuição de uma cosmovisão¹⁷⁸. Caracterizando-se pela defesa alegórica de certezas assimiláveis em um ato de fé, dentre as quais, o sacrifício inaugural do ser, que alude ao surgimento do cosmos e, extensivamente, ao do próprio território, os ciclos primários são aqueles em que os níveis de consciência giram ao redor do mistério e da absurda gratuidade da existência e cujas evocações são igualmente cíclicas, retrospectivas e ávidas pela duplicação da ordem cósmica em seus análogos terrenos. Como a ordem do mundo, doravante ordem cósmica, encanta pela regularidade mecânica, mas surpreende pela impremeditada contingência, o nível de apreensão simbólica (articulada e partilhada por aqueles que atuam no eixo ordenador, como santos, poetas e filósofos) forma uma série de totalidades concretas que integra as tensões (próprias das determinações do ser) como um todo inter-relacionado. O eixo ordenador forma uma ordem onde aparentemente não há nenhuma, tomando como referência a ordem cósmica. Portanto, cada forma mental (constante nos meios de ação do eixo ordenador) revela um modelo de ordem, ou seja, a uma tentativa de restituir e encadear a aparente contingência a partir de um análogo que, representando o todo, apreenda e reabilite as partes. Para a visada cosmológica, da qual a cosmovisão é um aspecto material, há um sentimento de partilha mútua ou de afinidade entre o princípio de funcionamento astronômico e o princípio de funcionamento territorial, de modo que – por efeito – os lugares (no sentido espacial ou extensivo), bem como as qualidades intensivas (como as cores, nomes, datas, hierarquias) aludem a um desejo de ordem e arranjo de um mundo aparentemente caótico.

Nessa primeira fase, a partir da qual o eixo ordenador se confunde imediatamente com a própria cosmovisão em nascedouro, a indeterminação entre o real e o imaginário, entre o temporal e o atemporal, entre o terreno e o celestial marca tão decisivamente os demais eixos que a ordem social implicada e as demandas espirituais se hiperconcentram em um ponto adimensional, coadunando autoconservação e autoexpressão como ritos permanentes de um cerimonial. É ao redor desta primeira fase que as mitologias, os credos religiosos e seus sacramentos são, paulatinamente, concebidos, envolvendo cada ato (por menor que seja) em um nexos, simbolicamente, consubstancial (em correspondência) à gratuidade do ser. Por ser a cristalização do nível de consciência mítico-religioso, há uma dupla característica nos ciclos primários: A) é uma ligeira incorporação da ordem

¹⁷⁸ Decorrente, pois, do anteriormente elencado: “*Em seu caráter mais elementar, cada impulso só se manifesta à proporção que seus conteúdos orgânicos se tornam autônomos o suficiente para, separados de sua causa material, gerar formas ou formações contínuas renováveis. Enquanto as formas dos condicionantes passivo e ativo manifestam a irredutibilidade cristalizada (constante em ciclos reprodutivos específicos), as formas viabilizadas pelo espírito se dirigem a conteúdos espirituais que, apreendidos pela consciência, compatibilizam os bens em valores. Destarte, os conteúdos imanentes do espírito se manifestam como formas espirituais, sendo os mais expressivos aqueles que se atualizam com as cosmovisões e que, por sua vez, revelam a autonomia da esfera espiritual sobre a esfera imediatamente sensível.*” (§8, Parte IV).

cosmológica em um conjunto de análogos, comunitariamente, partilhados por uma casta sacerdotal que personifica o eixo ordenador, B) assume um caráter gnosiológico específico que, indeterminando sujeito e objeto, concede à força e ao poder, à evocação e à palavra, uma zona imprecisa entre o real e o imaginário. Vigorando sob essa dupla característica, os níveis de consciência mítico-religiosa encontram no *Tao-te-King* taoísta, na poesia de Homero, nos *hadiths* muçulmanos, nos *Vedas* hindus, nos Evangelhos cristãos, na *Torah* judaica, na hagiografia dos santos, sua melhor expressão material.

Se, para se conservar, uma totalidade demanda força de resistência necessária para se preservar, caso contrário, pelo limite de determinação e maior suprimento de energia, entra em colapso, há eixos que, sequer resistindo às crises internas, são incapazes de cumprir um ciclo, e outros que, resistindo-as, cumprem ciclos promissores. A exemplo disso, a primeira crise interna à imediata relação entre um eixo ordenador e a cosmovisão em nascedouro se dá com a conservação, relativamente, incorrupta dos ensinamentos pessoais de um mestre, santo ou guru que, por sua vez, só permanecem, se resistindo à desconfiança e à contestação, forem capazes de acalantar as perplexidades humanas apesar da inclemência do tempo. Antes que consumasse um ciclo promissor a que, apenas mui posteriormente, a caracterizaria pela expansão material de seus Impérios, cujo marco biográfico aproximaria, relativamente, fiéis da Península Ibérica à Eurásia, a religião islâmica enfrentou uma crise interna que a comprometeria sobremaneira como fundamento de uma cosmovisão multiforme. Em 632 d.C., logo após a morte do profeta Maomé, uma parte da comunidade muçulmana defendia, entusiasticamente, a tese de que os seus sucessores deveriam ser escolhidos entre os membros de sua família, sendo estes, legítimos herdeiros de sua liderança e autoridade espiritual. Enquanto estes últimos defendiam a concessão do poder a Ali ibn Abi Talib (genro de Maomé, casado, pois com sua filha Fátima), outra parte da comunidade clamava a observância da *Sunna* ou tradição, reclamando-a ao primeiro discípulo de Maomé, a saber: Abu Bakr, que se tornaria, com efeito, o primeiro califa. Após o assassinato de Uthman (terceiro califa), os entusiastas de Abi Talib o alçam ao poder, tornando-o quarto califa. Entretanto, dada a reserva da parcela restante e a animosidade, que tendem a colapsar o sentimento de pertença mútua, bem como a confiança, o clima de guerra civil levou à oposição de um familiar de Uthman a Ali, o governador da Síria e fundador da dinastia omíada, Muawiyah ibn Abi Sufyan. Em meio a esse clima de animosidade, Ali foi assassinado em 661 d.C., na saída de uma mesquita em Kufa, atual Iraque, por um jovem kharijita ou ‘secessionista’. À subida ao poder de Muawiyah se seguiu uma dupla tragédia: a perseguição aos eventuais herdeiros de Ali, Hassan (que morreria tranquilamente em Medina) e Hussein, a quem uma parcela de entusiasmados conspiracionistas se acercou. Logo após a morte de Muawiyah, a duplicação episódica daquilo que gerara a espiral

conflituosa se atualizaria com a trama coagulante, com a luta entre seu filho, Yazid, e o filho de Ali, Hussein, cuja batalha em Kerbala (sudoeste de Bagdá, em 10 de outubro de 680 d.C.) marca não apenas o brutal assassinato do último, como seu martírio, tomado como um ato heroico de oposição à corrupção omíada. O que se segue a esse fatídico episódio é uma linha demarcatória que, alusiva às crises inaugurais das cosmovisões, separa tanto o sunismo do xiismo, como os xiitas em ismaelitas ou septimanos e duodecimanos.

Em linhas gerais, os ciclos cosmovisantes só podem se dar à proporção que crises internas são reparadas desde o eixo ordenador, o que, por sua vez, pressupõe uma aclimatação do poder entre aqueles que, resistindo às insinuações e às ameaças exteriores, são capazes de convertê-lo em um bem resistente ao teste do tempo. Tal, só é possível de modo piramidal, ou seja, de maneira particularmente restrita à proporção que cresce em escala de importância; fenômeno que tende a confinar as verdades (supostamente últimas) em círculos esotéricos. Concentrando-se e resistindo ao colapso, de modo particularmente restrita, é que uma cosmovisão dá seus frutos (como níveis de consciência) de maneira exotérica, modulando assim extensão espacial com intensão temporal, os segredos em mediações acessíveis ao grande público.

Se há fórmula constante sob os ciclos cosmovisantes tal se encontra na tensão entre duas forças mutuamente antagônicas que só surgem em razão da expansão, sendo estas: as que compõem a força de imposição propícia à estabilidade, à cristalização das aquisições em formas disponíveis (sendo, com efeito, téticas ou positivas, pois se doam gratuitamente), e as que, tendentes à expansão, suspendam-nas pela instabilidade, ameaça e corrupção (sendo antitéticas às primeiras), cuja entropia compromete a própria integridade dos eixos. Entretanto, é desta tensão, que surge por efeito da expansão, cujo produto se disponibiliza em uma síntese cosmovisante¹⁷⁹, que os frutos mais amplos e universais se deixam depreender. Ora, como observado no §4, Parte I: “*A esta força tensional (assimilável de modo qualitativo ou quantitativo em todos os fenômenos físicos), cuja dinâmica se nos reporta à conservação, à tensão e à expansão, se pode atribuir a expressão substantiva do poder como sinônima da possibilidade ontológica*” sendo este último: “*uma propriedade que só pode atualizar suas virtualidades na resistência de uma força que a obstaculize, sendo ilimitada em seu sentido formal como possibilidade*” logo se conclui que a paulatina ampliação e conseqüente autonomia dos eixos se dá, desde as resistências internas, por via de uma contrariedade surgida a partir dos efeitos da expansão. Recepcionando um conjunto

¹⁷⁹ Por *síntese cosmovisante* entendo a capacidade que uma unidade sintética (indivíduo/comunidade) tem de imprimir em âmbito epocal uma verdade que o transcenda, ou seja, de postergar intensivamente um repertório de aquisições universalizáveis.

de ideias ligeiramente exteriores ao eixo ordenador que enforma o território; ideias trazidas pela expansão, é que, não apenas os demais eixos vão atendendo a tais apelos expansionistas, como depurando níveis de consciência cada vez mais amplos e universais, cujos ciclos cosmovisantes consequentes ou secundários (ávidos por restaurar a unidade debilitada pela crise anterior) tendem, eventualmente, à desesperança, à dúvida, ao ceticismo e à inquieta criticidade¹⁸⁰. As obras que surgem desses ciclos secundários da expansão (como a filosofia e as ciências) são ligeiramente racionais, ou particularmente voltadas às questões demarcáveis pelos critérios da objetividade, da legitimidade incontestável da demonstração. Assim como os ciclos primários, constantes desde um eixo ordenador em defesa alegórica de um ato de fé, são limitados pelo caráter antitético da receção às ideias trazidas pela expansão, do mesmo modo os ciclos secundários encontram seus próprios limites, à proporção que, saturados pelos excessos de determinação, tendem à exaustão. Se o excesso de luz ofusca, o paroxismo da racionalidade leva, igualmente, à atrofia, à cegueira; fenómenos privativos que, simbolicamente alusivos ao campo visual, dão uma dimensão da limitação parcial atualizada pelo colapso dos ciclos secundários, cujos mitigantes são buscados numa espécie de reabilitação dos ciclos primários, não com caráter dogmático que os comprometera, mas com o alento esperançoso que os animara. É na tensão entre as forças téticas do ato de fé (ante o qual os ciclos primários originam as cosmovisões) com as forças antitéticas desencadeadas pelo crescimento, pela expansão e pela necessidade decorrente da razão, é que surgem os ciclos terciários, cujas obras mais expressivas se dão por um esforço de reabilitação integral do todo desde as partes a partir de sua idealização prévia. Em outras palavras, é do caráter híbrido da fé e da racionalidade que surgem (como crenças) os frutos dos ciclos terciários, dos quais os mais altaneiros são as ideologias, as unidades de propósitos e a reevocação aos símbolos espaciais, em nome dos quais se reclama a própria legitimidade do território através das noções de Império, soberania, Estado e Nação.

¹⁸⁰ Os ciclos secundários são aqueles que dão forma aos níveis de consciência filosófica, sendo esta, não apenas uma incorporação, mas uma avaliação crítica da cosmovisão que a sustenta; avaliação que, desde sua gênese, a precipitara sobre a consciência mítico-religiosa. Como decorre dos ciclos primários, incorporados em uma cosmovisão, a filosofia não pode substituí-la ou mesmo suprimi-la, restando-lhe uma posição decisiva que, sendo obra de uma consciência individual empenhada em desdobrar um senso de totalidade, restitui o estado de coisas às suas causas. Intermediando os nexos de uma cosmovisão, adaptando-a ou aperfeiçoando-a, a filosofia se apresenta como uma atividade intelectual que, apesar de não ter o alcance simbólico; a capacidade descritiva e relativa sistematicidade daquela, cria condições genuinamente intuitivas para que os factos, os acontecimentos, (doravante o estado de coisas) se mostrem como evidentes, dando condições para que seus entusiastas depreendam, de situações particularmente locais, um sentido universal. Apesar de imediatamente destoante à raiz mítico-religiosa da cosmovisão que a fundamenta, a filosofia surge de uma fonte, ligeiramente, pessoal ou intuitiva que, empenhada em restituir o aparentemente múltiplo à unidade, se atualiza como um esforço consciente contra as forças entrópicas que, constantes (universos afora), existem desde a consciência até a natureza.

Empenhadas em, simultaneamente, suprir e substituir o eixo ordenador, para a partir daí reordenar (desde o zero) todos os demais eixos, os ciclos terciários se esforçam em promover (a partir do entusiasmo de seus agentes) uma consumação de uma profecia autorrealizável que, como um *wishful thinking*, se torna relativamente capaz de depurar uma suposta pureza outrora corrompida. Sob certa feita, dado o caráter híbrido entre a descrição mais acertada do estado de coisas e o caráter emocional a que, ideologicamente, os ciclos terciários remetem (do qual a evocação nostálgica e a fantasia tendem a suprir certo feixe de imagens à maneira de correlatos objetivos à consciência), subjaz um conjunto de expectativas que, ávidas por entusiastas capazes de objetificá-las, instrumentaliza uma mentalidade circular que pressupõe aquilo que almeja provar; expectativas que, munidas de certos condicionantes materiais (como o próprio poder institucional), lançam a ordem aparentemente conexa das coisas à contínua exceção, no que insinua a estranheza e consequente fenômeno geopolítico em cada ato político ligeiramente suspensivo. Nada ilustra melhor a evocação nostálgica dos ciclos terciários e consequente reabilitação ideológica, que o modo como os símbolos espaciais são instrumentalizados como expressões reparados de certa pureza supostamente corrompida; fenômeno que, surgindo no Ocidente desde a Europa vestfaliana, se justifica à luz da passagem do macropoder transfronteiriço e imperial que - como correlato imanente da crise da ordem cosmocêntrica - cede ao limite último de sua cristalização, a saber: o macropoder nacional. Depurando-se (à proporção que reclama a atualidade de tal pureza), o impulso vital que sustenta cada emanção, volteia sobre si mesmo (em uma espécie de contração ávida pela totalidade) até suprimir o próprio movimento que o sustenta; esforço que, aliás, não apenas desacomoda a coexistência mútua entre a espacialidade e o território (com renováveis prejuízos humanos), como encurta os horizontes do mundo à própria imanência. Em razão dessa inesperada supressão do impulso vital, cujas hipóstases se atualizam em nome de causas impessoais ambiciosas: cada vez que um anseio de pureza se projeta sobre o território (empenhado em reabilitar a totalidade), o próprio movimento impetuoso fragmenta, desde dentro, as suas parcelas, de modo a gerar (como um reforço das consequências) muito mais parcelas. Girando, e se suprimindo, o poder enseja o seu contrário em uma dialética não-sintetizável¹⁸¹.

¹⁸¹ A menção ao verbo ‘girar’ diz respeito a uma concepção cosmológica e imagética que, de modo retrospectivo ou progressivo; ascendente ou descendente, concebe o poder como possibilidade formal que, a despeito de sua materialidade, ao se modificar recua.

Se dimensionado à luz de seus impactos, ou seja, de modo intensivo, o poder se torna escalonável segundo os efeitos ordinários ou suspensivos de sua efetividade, de modo que pode ser compreendido segundo as determinações de sua localidade mais específica ou da sua globalidade mais genérica, cujas grandezas se tornam, respetivamente, micro ou macro; menores ou maiores de acordo com seus efeitos ou atos correspondentes. No §2B, Parte III, restou ponderado que:

Como só se efetiva por meio da relação, já que em si mesmo é apenas uma possibilidade remota, o poder é consequência da investidura simbólica de uma autoridade que, expandindo o potencial aglutinador de sua capacidade de articular os anseios inarticulados de seus semelhantes, tende a núcleos maiores em expansão. No instante em que aglutina as forças necessárias para a sua efetivação, ou seja, de modo institucional, eis que aquele poder (remoto) se converte na única opção legítima capaz de restringir todas as demais opções, consumando-se no princípio da autoridade: Da autoridade última advém a *ultima ratio*. Tal investidura circunscreve o poder em uma dupla circularidade: A) como a posse relativa de um bem escasso que, em escala de possibilidade, é apenas remoto, B) como limite absoluto para além do qual, por perda de autoridade, não pode ser mantido.

Por efeito desta dupla circularidade, o poder legítimo alude a um estreitamento, a um crescente afunilamento em que, no limite de suas exigências como porta-voz da *ultima ratio*, aquele que governa tende (como em uma escala piramidal) a tomar decisões particularmente excepcionais, quase sempre com o fito de conservar ou estender seus próprios poderes. Por obra do contexto excepcional que caracteriza o ato de reordenamento espacial que, como já aludimos (§2B, Parte III) implica o efeito de uma ação política com finalidades expansivas, a tomada de decisão só se dispõe por meio de uma dupla característica:

1) *ora como antevisão de um benefício que a compense, resultado de uma ordem territorial, cujos excedentes e articulação prévia dos eixos, são capazes de assumir os riscos sem que haja o eventual auxílio ou comprometimento de nenhuma outra força de imposição que não aquelas aliançadas internamente*¹⁸²;

¹⁸² Um exemplo significativo dessa modalidade de tomada de decisão Geopolítica que, apesar de surgir internamente, tem impactos decisivos ao redor, se deu com uma reforma administrativa demandada pelo sexto rei de Roma, Sérvio Túlio, cuja antevisão do benefício material de um eixo capital (cada vez mais coeso e homogêneo) lhe custaria literalmente a cabeça, afinal seria decapitado por seu genro, Tarquínio, o Soberbo. Atribui-se a Sérvio, no século V a.C, uma pioneira organização social, na qual o território não apenas passava a ser segmentado em tribos, domicílios e famílias (*gentes*, divididas em classes de acordo com a renda), mas em assembleias (*comitias*, nas quais se reuniam os centuriões, doravante divisão do exército romano em número de cem homens), bem como concessão de direitos aos plebeus, assegurando-lhes ingresso na carreira militar. Ora, seria essa, aparentemente, estaparfúrdia tomada de decisão (em claro contraste às famílias dos patrícios etruscos cada vez mais avessos às medidas de inserção plebeia) que criaria as bases para a mentalidade militarizante da República e do Império Romano, cuja complexidade e grandeza são sinônimos do próprio poder concebido naquela porção do Mediterrâneo. (CARPENTIER, p.45).

2) ora como consequência da credibilidade que o eixo de exceção é capaz de dispensar ao conjunto de seus conselheiros privados, aliás, ao seu eixo ordenador que, aconselhando, justifica uma conciliação de interesses que, destarte, representa os meios com os quais os agentes políticos assumem – em detrimento e em prejuízo da viabilização de um outro território – os riscos de suas investidas.

Portanto, a despeito das semelhanças, as tomadas de decisão geopolíticas dispõem de uma particularidade que, por sua vez, as distanciam da mera maquinação política ordinária, cuja atividade doméstica nem sempre se volta ao reordenamento espacial. Por certo, a particularidade das tomadas de decisões geopolíticas encontram seu elo de semelhança na seguinte especificidade: dados os custos físicos demandados, afinal símbolos espaciais e consequentes reordenamentos as caracterizam, só são possíveis desde que uma relativa unidade dos eixos de exceção e ordenador as subsidiem, ou seja, só são possíveis com apelo simbólico revigorante; imperiosas justificativas e força de mobilização política, subsumidas nos níveis de entusiasmo que o eixo intelectual ou ordenador é capaz de provocar desde o interior do território.

Ademais, ao considerarmos o fenómeno geopolítico (proveniente do reordenamento dos símbolos espaciais) e aquilo que o desencadeia, devemos levar em consideração a imagem nostálgica valorada que, como grau de objetividade (apontando para uma pureza outrora corrompida) enseja imediatamente os custos de compensação que o mobilize, de modo que as tomadas de decisões geopolíticas (articuladas por alentadas justificativas intelectuais e politicamente custeadas), não devem ser pautadas ou compreendidas de acordo com os níveis faltantes de racionalidade ou irracionalidade, afinal o que move o eixo de exceção são os resíduos emocionais articulados pelo eixo ordenador em busca de autoexpressão. Dito de outro modo: seja em nome da memória ancestral, seja em razão de certa pureza racial, ou até mesmo uma heroica guerra justa, o que mobiliza os agentes políticos são os custos de compensação necessários para reparar os danos a que, supostamente, foram convocados; movendo assim a unidade sistêmica dos eixos em uma renovada *pecunia nervum bellum* (o ouro é o nervo da guerra) há muito evocada por Tucídides.

Outrossim, as tomadas de decisão geopolíticas são pautadas em propósitos messiânicos ou redentores a que apelam, residualmente, as cosmovisões (em uma dificultada síntese entre religião e política; fé e razão); decisões empenhadas em consumir, excecionalmente, e a despeito dos custos (econômicos e humanos), uma espécie de profecia autorrealizável¹⁸³, articulada (desde o eixo ordenador) por algum ideólogo ávido por - ao

¹⁸³ Uma profecia autorrealizável é capaz de não apenas vislumbrar, mas precipitar - desde sua evocação - um estado de coisas suplementar. Portanto, a despeito do sentido religioso, presente, por sua vez, em defesas como

atualizar a *forma mentis* de algum símbolo espacial - restituir o território (já corrompido pelo excesso de sedimentações históricas) ao princípio de sua possibilidade remota, dito de outro modo: ávido por renová-lo desde o zero; no que configura o próprio fenómeno geopolítico¹⁸⁴ que, de modo excepcional, anseia reabilitar a totalidade através de suas partes. De certa feita, tal conjuntura se dá à proporção que o eixo ordenador se instrumentaliza em um eixo de exceção e desacomoda a coexistência mútua do espaço através do território, comprometendo a relação isomórfica que, formalmente, vincula o espaço ao território. A atualização de uma unidade de propósito (de cariz simbólico-ideológica) - concebida como um ideal perfectível - cuja expressão se viabiliza justificadamente em um eixo ordenador, reclama ao território um reordenamento espacial de modo a transsubstanciá-lo em uma ordem suplementar, análoga à totalidade.

Dadas as finalidades, os custos, os bens e os impactos necessários para reordenar espacialmente um território, o ato correspondente ao reordenamento espacial é a expressão última do poder, cujos efeitos convertem – de imediato – o curso natural dos factos em acontecimentos, renovando assim um estado de coisas. Se o território é a objetificação do espaço em um limite, cujo efeito incide duplamente sobre o biótopo e sobre os seres implicados (§1, Parte III), o limite tensional do poder político é aquele que, empenhado em subsumir um símbolo espacial no ato de uma emanção e os meios materiais necessários para atualizá-lo, só pode se dar implicando (de modo trino¹⁸⁵) o maior número de vidas humanas possíveis, de modo que – dados os custos que o pressupõem, bem como o valor de seu apelo nostálgico – se converte em macropoder, sendo os Impérios (como índices cosmológicos) a emanção primária dos símbolos espaciais, e a instauração de uma ordem ecumênica decorrente de um fenómeno geopolítico (capaz de integrar certo ideal humano, extensivamente) sua mais remota ambição. Ora, o que isso quer nos dizer em outras palavras, e de modo breve (?) – que o limite do poder político, como expressão do macropoder,

a de Ibn Sina (para quem, a profecia é o máximo grau da perfeição das potências intelectuais, grau por meio do qual se acessa a Verdade imediatamente, ou, sem provas exteriores; e cujo poder intelectual, poder de imaginação e poder de transformação material, convertem o seu portador em uma espécie de legislador civil/religioso, vide: *‘Epístola da Divisão das Ciências Intelectuais’/ ‘Risala fi Aqşam Al-Ulum Al-Aqliyya’*) a despeito desse sentido, por profecia autorrealizável compreendo o empenho do eixo ordenador em, simultaneamente, elucidar (por meio de análises que pressupõem aquilo que deveriam provar) e antecipar o realinhamento de uma crise; esforço que, quando relativamente articulado, é adaptável pelo eixo de exceção.

¹⁸⁴ §12, Parte IV: “*O que caracteriza o fenómeno geopolítico é o facto de que, subjacente à unidade de propósito intencional (com finalidades genuinamente territoriais), existe um conteúdo noético adicional, a saber: o reordenamento espacial, cujo excedente (como um desejo primário) é o de reabilitar o território desde o zero, ou seja, modificá-lo integralmente à maneira dos entes manuseáveis nas relações óticas. Do mesmo modo que uma ligeira mudança na disposição aparentemente simples das relações óticas acarreta a reconfiguração absoluta de uma coexistência mútua, sob as incidências contingentes do fenómeno geopolítico uma ordem igualmente é modificada, neste caso, a unidade sintética entre o indivíduo e a comunidade.*”

¹⁸⁵ §5D, Parte III: “*a vida dos próprios agentes, a das testemunhas históricas e a das gerações imediatamente implicadas.*”

significa o impulso espiralado do eixo de exceção que, extrapolando a sua própria circunscrição, tende a desencadear efeitos vitais sobre outros territórios; efeitos que, simultaneamente, ampliando e obnubilando o círculo da imanência mundana (contra o qual, o Outro se revela em sua condição estrangeira) revela e insinua a estranheza; tangencia e decalca o espaço através do território.

O poder político atua interiormente, e, obtendo legitimidade dos eixos que o pressupõem, move-os organicamente. Em contrapartida, tão logo surjam condições simbólicas (subsidiadas pelos níveis de consciência que o eixo ordenador articula e dispõe ao eixo de exceção política por meio de algum clamor arcaico ávido por preenchimento), eis que o ato de reordenamento espacial se insinua, não sendo outros seus indícios senão aqueles que apelam à convergência imagética de um centro, no qual se concentram e se confundem a expansão, a mobilidade, impactos extraterritoriais, forçosos deslocamentos, conciliação e sobreposição de forças; indícios que exigem, por parte das testemunhas históricas, uma reabsorção das circunstâncias e respostas que, apesar de contingenciadas por condições excepcionais, lhes revelam suas possibilidades formais no contexto inusitado da estranheza e da vida mínima.

B

Por meio de uma alegórica pirâmide se pode depreender a óbvia consequência de que, quanto mais ascende na escala do poder, mais restritas se tornam as relações do agente político tanto com a maioria popular que o cerca, como com o núcleo político que o sustenta. No plano último do poder - em que o eixo de exceção concentra as diretivas formais dos caminhos a seguir ou a evitar - o agente político torna-se paradoxalmente, uma comunhão de muitos anseios em um só, encarnando de súbito, uma solidão multitudinária em tudo similar àquela enfrentada pelo Ricardo II a caminho do combate contra Bolingbroke. Manzoni, em análise à essa peça de Shakespeare (*“Ricardo II”*, 1595), deu à quebra da unidade de tempo submetida pela unidade de ação; de um Ricardo que se desloca da Irlanda para a Inglaterra, uma definição extensiva à experiência excepcional do poder, tomando-a como: *“o horizonte de consciência da alma.”* (Manzoni apud Oswald Le Winter, 2003. p. 105.).

Em situações excepcionais - em que símbolos e ideais se deslocam das experiências que as originaram e subsidiam as mais acaloradas decisões históricas - o agente político (na sua condição humana mais elementar; condição em que o horizonte de consciência da alma lhe descortina o caráter intransferível da situação, exigindo-lhe força necessária para reabilitá-la), tende a alternar dois estados mutuamente implicados, ora reunindo o eixo ordenador que - em tom conselheiro - o orienta, ora ponderando

solitariamente sobre qual postura tomar. A relativa reabilitação de sua paz de espírito, demanda a cooperação de aliados que, apesar de distantes geograficamente, pressupõem algum nível de afinidade (nem que sejam os mesmos interesses territoriais); aliados igualmente dispostos em correr os mesmos riscos em um conflito¹⁸⁶. Ultrapassando a circunscrição de sua própria decisão, uma situação excepcional (com efeito perlocucionário insuspeitado), que antepõe interesses distintos, desnuda a verdadeira face do animal político, atualizando suas baixezas e grandezas, além é claro, de simultaneamente antepor e renovar um estado de coisas. Destarte, são os interesses e propósitos, doravante os anseios arcaicos ou residuais de uma cosmovisão (ávidos por atualização), que aproximam os agentes políticos ao eixo intelectual ou ordenador, de sorte que o ato de reordenamento espacial radica a sua razão de ser na tensão entre o anseio pela totalidade e os meios racionais que o efetivem.

Por certo, o que até aqui se desenvolveu, traz consigo esta especificidade própria do fenómeno geopolítico: o ato de reordenamento espacial - como efeito de uma ação política que concilia o eixo de exceção ao nível de articulação intelectual de um eixo ordenador (tendente ao macropoder) - precipita-se *erga omnes*, pois que, eventualmente extrapolando uma dada circunscrição territorial, antecipa uma situação excepcional atualizável em três opções elementares que, por certo, indiciam a estranheza: o ataque, a defesa ou a fuga; opções que são atualizadas tanto no eixo marcial, constituído pela cúpula militar, como nas camadas e estratos populares que lhes dão legitimidade. Constituindo-se duplamente, o ato de reordenamento impacta tanto os eixos, como inocentes que desconhecem as suas íntimas maquinações. Ademais, mais especificamente pelo anseio regional, continental ou global em instanciá-lo e repará-lo, o macropoder converge – de súbito – uma soma de poderes hiperconcentrados em âmbito internacional que, ora deslocam e suspendem o eixo de exceção (que só se dá restritivamente em contexto soberano, levando a dupla circularidade à iminência do colapso), ora se determinam mutuamente, de modo que, pela conciliação de forças, se codeterminam.

Pelo fato de ser efeito de uma ação política anterior, tendente à expansão e à conciliação de interesses intelectuais e políticos em um macropoder, o ato de reordenamento se caracteriza como acontecimento disruptivo, em que a ação política (extrapolando o limite territorial) coagula biografias; impactando e revelando assim a fragilidade e estranheza da

¹⁸⁶ Quando, em 1191 d.C., os cristãos lançaram a Terceira Cruzada e reconquistaram Acra, Jaffa e Ashkelon, o Sultão (fundador da dinastia dos Ayyúbidas, 1171-1193), Salah al-Din, doravante Saladino, selou um acordo de paz com o rei inglês Ricardo I, Coração de Leão, que, conservando a Síria, a Palestina e Jerusalém aos árabes, e dispondo a costa aos Francos, criou um senso de pertença mútua e diplomático que assegurou 50 anos de coexistência pacífica no Levante. (LOPES, Margarida Santos: “*Novo dicionário do Islão – Por que é o que o Islão atrai e amedronta?*”, Casa das Letras, Lisboa, 2010).

vida mínima que, sem dispor de meios de apelação disponível em contexto local, vaga à deriva e à própria sorte. Por conseguinte, por serem acontecimentos disruptivos - em que a antevisão de um benefício simbólico ou material move todas as engrenagens políticas - os atos de reordenamento e consequentes fenómenos geopolíticos desnudam e revelam a vida mínima.

§4 Cratologia dos Impérios

Como aludido outrora, a territorialização efetiva surge como efeito da depuração da força nômade, mais especificamente por meio da sedentarização. Antes desse marco qualitativo (próprio do mundo arcaico), é provável que aquela força fosse um padrão constante no modo de orientação ligeiramente anárquico, pautada, portanto, na dificuldade de se assentar e consequentemente estruturar um território. Sem os meios mínimos para a criação de excedentes, capazes de concentrar o potencial criador do eixo capital; dando condições para que os demais eixos ganhem relativa autonomia, aquilo que é predado em bandos nômades, não depura a força, e, não o fazendo, exige mais suprimento de força, de tal modo que – *in limine* – o nomadismo tende ao esgotamento.

Embora a ameaça constante de guerra (a incidir no eixo marcial) pusesse tais assentamentos nômades em estado de alerta¹⁸⁷, foi apenas com a paulatina prática da agricultura, e, logo, com a antevisão temporal dos benefícios extraídos da natureza, que o processo de proteção dos bens (estimáveis pela escassez) passou a exigir a transubstanciação da força em poder. Ainda não se sabe ao certo como se deu esse processo, o da passagem da fase anárquico à fase estatal, de modo que ora grassa a versão predatória, ora a versão contratualista, mas o que se sabe é que, apesar das versões, o primeiro resquício dessa passagem se deu com as civilizações agrárias da Eurásia.

À proporção que fora sendo praticada nos antigos vales da Eurásia, a agricultura sedentária (pela paulatina formação de um eixo capital, tendente à antevisão de benefícios) colapsou a prática nômade da pilhagem, levando – os bens, outrora pilhados – à necessidade de preservação, e, subjacente à esta, ao anseio ontológico da perfectibilidade. Ora, da necessidade de preservação (assente na ontológica lei da conservação) adveio as noções consequentes de bem; género, cujas espécies são as aquisições¹⁸⁸. A organização hierárquica

¹⁸⁷ (WRIGHT, Quincy, 1942; HIGH, Harry Turney, 1949; OTTERBEIN, Keith F, 1999).

¹⁸⁸ Na obra: '*L'homme et les plantes cultivées*' (1943), os botânicos André Georges Haudricourt e Louis Hédin sustentam a tese de que há uma diferença crucial entre os modos de sedentarização, modelos de ecossistemas, assentamento e domesticação desde o paleolítico; modos que antepõem agricultores e pastores. Os homens domesticadores do Oriente Próximo neolítico passaram por uma série de fases decorrentes das mudanças do ecossistema, bem como do impacto humano sobre o espaço, indo mais especificamente do *saltus* ao *ager* e ao

destas, estruturável de acordo com os níveis de consciência que os agentes deslocam de uma cosmovisão ao eixo ordenador, adapta-se à escassez dos bens estimáveis; bens estimáveis de acordo com sua inalienabilidade, irreprodutibilidade e indivisibilidade. No contexto destas civilizações, que marcam a passagem da fase anárquica para a fase estatal, o bem público mais estimável incidia sobre a necessidade premente de conservação do próprio território, cuja exigência de proteção (desde o eixo marcial) mobilizava a maximização de receitas líquidas, bem como a de uma política fiscal de todo inexistente até então.

Como o território não se preserva sem que um conjunto de indivíduos (alijado de outras atividades) se encarregue de protegê-lo, não há território que se mantenha sem respeitar a lei ontológica da conservação, de modo que todos os eventuais avanços dos demais eixos a pressupõem. Ora, o que se depura em razão da sedentarização é a força que, atuante desde o eixo marcial em franca articulação com o eixo capital, exige uma série de transformações infraestruturais como meios de prevenção e defesa, a saber: estradas, fortificações, armamentos, cuja consequência é a concentração relativa de poder. Ademais, excetuada a dimensão geográfica do território, a tecnologia militar implicada à articulação entre os eixos marcial e capital, passa a ocupar uma posição estratégica, mais especificamente como barreira artificial a uma eventual ameaça de um inimigo iminente¹⁸⁹. Às custas dessas barreiras artificiais se criam a extração de receitas e meios de rentabilização que, estimulando uma transferência de confiança mútua entre os indivíduos, revela a face embrionária do que posteriormente será a tônica do eixo capital: a capacidade de operar, financeiramente, não apenas sobre o eixo de exceção, mas sobre a própria mecânica dos demais eixos. A troca da segurança, assegurada e financiada pelo eixo capital, se segue um monopólio da coerção que punha tais territórios embrionários em estado de vassalagem. Ao redor da antecipação às eventuais ameaças e consequente monopólio da coerção, surge uma rudimentar sociedade internacional, na qual Estados vizinhos (como as *pólis* gregas)

pascuum, favorecendo assim práticas coletivas voltadas à criação de rebanhos que, pressupondo dispêndio da força física para a domesticação, exigia contato permanente e brutal entre os animais domesticados. Em contrapartida - em razão da riqueza vegetal - a domesticação, sedentarização e assentamento nas regiões tropicais se deram por meio da passagem da *silva* ao *hortus*, aliás, à prática coletiva da colheita e do cultivo gregário que, dada a paciente espera pela maturação dos frutos, criava um vínculo amistoso entre os coletores e os ciclos da natureza. Enquanto o *pascuum* favoreceria uma dispendiosa relação de forças, e consequente, desgaste individual, o *hortus* fomentaria o senso gregário de comunidade.

¹⁸⁹ Por certo, os primeiros rudimentos do que posteriormente amadurecerá como Geopolítica, se dá como consequência da depuração da fase anárquica preliminar (caracterizada pela força nômade predatória) aos custos necessários para preservar o território (decorrente da sedentarização), mais especificamente na fase estatal. É a suspicácia intuitiva formulada desde o eixo ordenador - segundo a qual, na ausência de barreiras geográficas naturais, o território torna-se vulnerável - que fomenta o esboço das primeiras preocupações genuinamente Geopolíticas, articuladas num deslocamento da cosmovisão em um senso de orientação guiado pelo eixo de exceção. Compatibilizando a cosmovisão com os caminhos a se percorrer, em uma profecia autorrealizável que orienta por onde se deve ir, o eixo de exceção projeta (por sobre o território) um senso de orientação, formando assim aquilo que, *mui* posteriormente, amadurecerá como Geopolítica.

modulam as práticas de ataques predatórios com assentamentos sedentários, conciliando ora a necessidade de captura de mão-de-obra escrava em terras abundantes, por meio das campanhas de guerra; ora uma tecnologia militar e financiamento econômico para proteger e fomentar a guerra.

Um marco qualitativo, que se dá na passagem do *mundo arcaico* para o *mundo antigo* e que é expressão da força predatória exaurida em sedentarização, bem como da primacial recepção cosmocêntrica de tal marco, é a emanação do símbolo espacial do Império, que representa o esforço ontológico do poder para - reabilitando o espaço com vista à totalidade - conservar e expandir o território às raias do possível.

B

A noção de *Império* (como um dos mais portentosos dos símbolos espaciais) está para a política assim como a noção de força está para a Física. Ambos os termos, como anteriormente referidos, são efetivos pela capacidade de desencadear mudanças expressivas em um estado de coisas, além do emprego em contextos semânticos que os deslocam do uso original. O termo *Império*, assim como *força*, expressa um conceito formalmente unívoco, cujas atribuições são reapropriáveis em uma série de objetos muito diferentes, indo desde as noções zoológicas (*‘Leão, o Rei das selvas’*) até os estados psicológicos (*‘O Império dos sentidos’*). Portanto, em níveis de estrutura, os múltiplos significados do termo *Império* evocam (por uma série de remissões circulares ligadas por atribuição) às afinidades analogantes entre objetos com propriedades formais relativamente semelhantes. Ora, mas qual a especificidade ontológica desse termo que, ordinariamente, é remissível tanto a fenômenos zoológicos, políticos ou psicológicos? Por definição, o termo *Império* é espécie de um gênero, a saber: a do *Domínio*, que, em latim, como *‘dominium’*, significa usufruto de uma propriedade, doravante *‘domus’*. Portanto, em termos atributivos, o Império é o exercício efetivo sobre um domínio, doravante da posse que se exerce extensiva e intensivamente sobre um bem.

Em quaisquer de seus significados ordinários ou para além destes, *Império* não é um termo primitivo da filosofia política nem mesmo uma necessidade histórica do processo político, com efeito, pressupõe outros termos primitivos que, em escala de consequência ontológica, são: A) *um território*, B) *uma cosmovisão*, C) *um eixo ordenador*, D) *um eixo capital*, E) *um eixo marcial*, F) *um eixo de exceção*, G) *um Estado*. Levando a lei ontológica da conservação ao pleno desenvolvimento por via da lei da expansão, que, como já aludimos no Elenco ontológico fundamental: *“resistindo à limitação, enseja o seu estado imediatamente contrário”* (§3), o *Império* é a modificação integral do Estado que, já conservado, alcança meios de integrar e liberar seus eixos para além dos seus próprios

domínios. No Ocidente, o marco histórico de seu surgimento está associado com os limites de determinação republicana que, em Roma, precipitaram a chegada de Octávio Augusto ao poder¹⁹⁰, em 27 a.C, sendo ‘Imperator’ um preposto ao nome próprio que, lhe concedendo o centro das tomadas de decisão e a titularidade do eixo marcial (de cujas entranhas o próprio Império é forjado), tornava-o igualmente não apenas a *ultima ratio* do eixo de exceção (como principal legislador em todo o Império), mas a instância judicial máxima da qual a autoridade tribunícia (herdada dos antigos tribunos plebeus) era uma consequência jurídico-legislativa natural. Em razão dessa hiperconcentração de poderes, fosse legislando ou mesmo concebendo as leis de Roma, o Imperador emulava o gesto do próprio criador, cuja observância ao caráter determinante da ordem, sustentava o *cosmos* ou o mundo, mediante um ato de vontade gratuita, aliás, em *gratia prima*, o que, com efeito, alude ao fundo cosmocêntrico do poder. Em decorrência dessa duplicação simbólica do ato criador, o *Imperator* concentrava as funções primordiais do eixo ordenador sob o título de grande pontífice (*pontifex maximus*), ou seja, chefe da religião romana, além da afiliação como César divinizado, doravante *divi filius*; horizonte de consciência que se nos reporta ao esboçado no §5, Parte III, a saber:

¹⁹⁰ “As crises que estalam por ocasião das distribuições de terras ou do direito de cidadania reflectem as profundas divisões que ameaçam a vida política em Roma, onde duas grandes tendências se manifestam: os *optimates*, partidários de uma autoridade reforçada do Senado e da manutenção dos privilégios, e os *populares*, que são herdeiros do programa dos Gracos. Ao mesmo tempo, surge uma reflexão política sobre as instituições de Roma, de que se encontra eco na obra de Cícero, com o modelo do rector rei *publicae*, o melhor dos cidadãos, destinado a dirigir o Estado romano. O peso crescente dos generais vitoriosos, os imperadores, sustentados pelos seus soldados, favorece o estalar das crises. Apoiados pela sua clientela militar e reforçados com o apoio das fações desenvolvidas entre o povo romano, alguns homens tentam regular em seu proveito a situação de conflito em que a República mergulhou. O cônsul Sila é o primeiro que entra em Roma com as suas tropas, em -88, para se impor ao seu rival Mário. Uma vez mais, em -82, ao regressar vitorioso da guerra no Oriente contra Mitridates, Sila instala na Cidade um poder baseado na ditadura permanente e na proscrição dos oponentes. A sua abdicação, em -79, deixa o campo livre a outras ambições. Pompeu, aureolado pelas suas vitórias no Oriente, onde triunfou em catorze nações, quer assegurar o controlo de Roma; faz um acordo secreto com Crasso e César e constitui o primeiro triunvirato, em -60. Aproveitando a ausência de César, que partira à conquista da Gália, e a morte de Crasso, assassinado pelos Partos, em Carrai, no Oriente, Pompeu toma o poder. Com o regresso de César, em -49, estala uma nova guerra civil que põe em jogo todo o Mediterrâneo; é por ocasião dessa guerra que César se dirige ao Egipto e ali permanece na companhia de Cleopátra. Um motim local provoca o incêndio e a destruição da biblioteca de Alexandria. O assassinio de César, a 15 de março de -44, abre a última fase do conflito em que o Mediterrâneo ocupa um lugar central. O triunvirato constituído em -43 entre Octávio, sobrinho adoptado de César, Marco António, lugar-tenente de César, e Lépido, chefe da cavalaria do ditador, é muito frágil; surgem muito rapidamente conflitos entre os três homens. Por seu lado, Sextus Pompeu, filho de Pompeu, toma o comando de uma parte da frota romana e tenta controlar o Mediterrâneo Central apoderando-se da Sicília e da Sardenha, cortando assim as rotas de abastecimento de Roma. (...). Progressivamente, a guerra chega a um confronto entre o Ocidente que presta juramento de fidelidade a Octávio, e o Oriente onde António, agora instalado com Cleopatra em Alexandria, surge como senhor, o ‘neo-Dioniso’, da bacia oriental mediterrânica com a pretensão de se tornar o dono de Roma. Mais uma vez o mar fornece o quadro da batalha que determina o destino político do Mediterrâneo: a 2 de setembro de -31, a frota de Octávio, comandada por Agripa, triunfa sobre a frota de António e a de Cleopatra em Áccio, à saída do golfo de Ambrácia. Octávio, protegido por Apolo, torna-se o único senhor do Mediterrâneo que, pela primeira vez na sua história, está reunido sob um só poder político. A 6 de janeiro de -27, concedendo a Octávio o cognome de Augusto, o Senado romano reconhecia a obra realizada pelo herdeiro de César.” (CARPENTIER, pp.85-86).

Se os eixos são unidades de referências (assimiladas a partir dos ciclos biológicos aplacados pelos meios de ação) e só o são em função da regularidade cíclica, basta que - por obra de uma hiperconcentração de poderes e indeterminação de todos os demais - comprometa-os de modo a impedir suas respectivas especificidades, e cujo colapso iminente insinue uma crise, para desordenar toda estrutura sob a qual se vislumbra um território. Todo colapso é antecedido por uma crise, sendo esta, o limite que divisa dois estados ou qualidades ontológicas. Assim como os eixos vitais, que, quando não saciados, indiciam a unidade sintomática de alguma patologia e consequente limite da harmonia entre os órgãos e suas funções, do mesmo modo - e já em âmbito coletivo - a indeterminação caótica de suas funções (em que um se apropria das finalidades que são próprias aos outros) e consequente ausência de neutralização mútua, precipitam um horizonte de crise, cuja consequência é a vulnerabilização do território. Sem o contrapeso da neutralização mútua, os eixos prenunciam o colapso não sem antes distender a confusão e desorientação que, características de uma crise do espírito, grassa desde as massas; sendo estas, o agregado atômico de uma sociedade, cujo movimento browniano gravita ao redor dos eixos sem forma definida.

Da mesma forma que na aritmética, o conceito de número imaginário pressupõe o conjunto dos números naturais - o conceito de *Império* implica o pleno desenvolvimento de conceitos anteriores que só surgem (de modo conjunto) quando um eixo ordenador é capaz de articular - em uma unidade expressiva e comunicável - um símbolo espacial transfronteiriço e um eixo de exceção capaz de convertê-lo em um plano de territorialidade. Em tese, é um símbolo que só surge quando as condições materiais e espirituais já estão minimamente amadurecidas, de modo que seus frutos já são objetivamente estimáveis no decurso de algumas gerações que, por sua vez, decorrem do sentimento de pertença mútua empreendidos por agentes políticos, cujas ações duram para além de suas vidas físicas.

O símbolo espacial de viés imperial aparecerá, portanto, como correlato às aquisições anteriormente referidas, logo, a partir do amadurecimento de certas relações plenamente desenvolvidas, haja vista, a menção anteriormente esboçada sobre Octávio Augusto que, provavelmente, jamais se tornaria Imperador em um território sem expressivo eixo marcial e meios de converter a possibilidade remota de eventuais ameaças em poder material. Surgindo, eventualmente, desde que respeitadas as condições acima elencadas, que saindo da partindo da sedentarização de um território se consumam na constituição de um Estado, politicamente uno ou coeso, o símbolo imperial alude a um duplo movimento:

(A) *domínio regressivo*: por meio do qual o eixo de exceção se volta sobre si mesmo (a pretexto de conservar o território) buscando meios de se orientar administrativamente. Esse caminho é aberto quando um Estado, já sedentário, potencializa os seus meios de rentabilização a fim de assegurar o domínio físico do território, bem como a continuidade espiritual da vida humana ali implicada. Debruçando-se sobre si mesmo, o Estado constrói suas próprias barreiras estruturais, de modo a instrumentalizar o território

com muros e fortificações. Pautando-se na perspectiva da dupla conservação, que incide sobre o território e sobre o próprio núcleo familiar da continuidade biológica, o *Império* condensa o eixo de exceção em uma unidade dinástica que o incorpora e o personifica, de modo que o domínio se bicorporifica¹⁹¹ a partir da condição do rei como imortal, pois que legalmente não podendo morrer, apenas transfere a coroa à sua descendência. Por via dessa bicorporificação, o corpo político e ativo do eixo de exceção (personificado na figura do rei) seria, pois, a expressão terrena de um *deus absconditus* (KANTOROWICZ, p.24). A posição ligeiramente privilegiada que goza o eixo de exceção (dispensado de se envolver diretamente com as demais atividades próprias da divisão do trabalho), libera-o e o destaca dos demais eixos, reservando à maioria popular que o reconhece como fonte de autoridade, ora a condição subalterna que opera nos meios materiais da criação de excedentes, ora a via auxiliar de mão-de-obra guerreira, portanto, como meio de defesa instrumental. Recuando à composição nuclear que desencadeia os volteios ou giros que o projetam excentricamente, o sentido regressivo do *Império* diz respeito à estrutura dupla que o pressupõe, acrescido de um atributo adicional: 1) preservação físico-espiritual, bicorporificada, em que território e a unidade pessoal (de vinculação dinástica) se confundem na pessoa do eixo de exceção; 2) meios de preservação física que implicam, simultaneamente, dispensar o eixo marcial das demais atividades da divisão de trabalho, levando-o a uma concentração de poderes materiais que se convertem em poderes militares; 3) eventual autonomia do poder militar que, ao atingir o controle do governo na esfera doméstica, precipita e enseja a configuração de uma República.

(B) *domínio progressivo*: por meio do qual, relativamente conservado e com o usufruto de um poder militar constante desde o eixo marcial, o *Império* ultrapassa os limites do Estado. Logrando os êxitos fiscais para captar e financiar tanto a própria máquina administrativa, como o eixo marcial (radicado no aparato militar), o Estado encontra meios para não apenas interagir com outras unidades políticas, mas para submeter outros territórios. No nível consequente deste domínio, o *Império* se expande de tal modo a impactar intensivamente os territórios implicados em seu crescimento, comprometendo, sobremaneira, a balança do poder. Modificando-os de modo positivo, cria um senso de amalgamação que tende a coadunar ambos os eixos ordenadores, ensejando assim uma série de tensões que perduram para além da vida física de seus agentes, resultando assim na versão material de uma cosmovisão e a transição de ciclos primários e secundários, destarte, níveis de consciência mais abertos, amplos e universais.

¹⁹¹ Ernst Kantorowicz: “*Os dois corpos do rei: um estudo sobre a teologia política medieval.*” (1998).

A soma de ambos os movimentos, incidentes desde o domínio regressivo até o progressivo, desdobra o *Império* em quatro níveis específicos: A) como expressão terrena do poder, personificado na pessoa do imperador (propriedade legítima do poder dinástico que, atuante desde o *domínio regressivo*, pressupõe um empenhado sacrifício anterior para preservá-lo); B) como espaço de ação do imperador que, pelo caráter anterior, não tem limites ou fronteiras naturais que se lhe oponham (propriedade física, constante desde o *domínio regressivo*); C) como unidade política que, para conservar a própria máquina administrativo-militar que lhe dá sustentação, além dos meios necessários para gerar e escoar as suas riquezas, demanda mão-de-obra e territórios a conquistar (propriedade política tendente ao *domínio progressivo*); D) como ideal, incorporável em uma cosmovisão como representação retrospectiva do poder heroico, mitológico; incorrupto e triunfal (propriedade simbólica, atualizável em um *domínio progressivo*).

§5

Das sínteses cosmovisantes imperiais

O índice cosmológico-imperial - ligeiramente cratológico¹⁹² - cujo fundo cosmocêntrico lhe é alusivo, pode ser compreendido do seguinte modo: *partindo de quaisquer dos extremos, o eixo de exceção almeja o centro que, simbolicamente, é o esforço simultâneo para reintegrar e dissolver as diferenças a partir de uma ordem ecumênica, bem como de reconduzir o território ao espaço primordial de sua possibilidade, ou seja, reordená-lo desde o zero.* Modulando-a, se chega à seguinte certeza: A) em uma ordem ecumênica, na qual as fronteiras não são determinações extensivas, o macropoder imperial se exerce de modo equidistante, cujo domínio é intensivamente progressivo, pois que buscando meios de se expandir, tende ao centro, ou seja, ao impacto biográfico trino (§5D, Parte III), capaz de mobilizar: “*a vida dos próprios agentes, a das testemunhas históricas e a das gerações imediatamente implicadas.*” O centro, a que tende o macropoder imperial, é o centro vital, cuja concentração numérica ou quantitativa incide sobre os aglomerados urbanos e à condensação qualitativa sobre o impacto das decisões que, estrategicamente determinantes, se demoram de modo a afetar extemporaneamente gerações.

Por característico, em quaisquer dos cenários epocais, apesar da dependência dos poderes locais que o rodeiam, como reis e demais governantes, o Imperador não dispunha

¹⁹² “*Em seu sentido último, a ação política com finalidades territoriais (a que a Geopolítica tende ora como ideia, ora como metaimplicação) tem, dentre os seus inúmeros propósitos, um objetivo perfectível, qual seja: criar uma ordem ecumênica que, como reabilitação da totalidade, seja capaz de, simultaneamente, anular e restaurar as diferenças. Aglutinar um conjunto de indivíduos - capazes de formar um eixo ordenador (ávidos por interpretar e suplementar um estado de coisas) - converter as finalidades mais especificamente privadas em meios das tomada do poder; tomar o poder e buscar o centro não apenas das decisões alheias, mas igualmente do curso dos acontecimentos, eis, com efeito, uma outra cadeia alusiva a tal objetivo perfectível.*” (§1, Parte VI).

de um artifício: o da capacidade de conceber, promulgar e revogar as leis. Apesar do alcance de ambos os domínios do Império e do excesso de poder à disposição, apesar disso, a figura do Imperador não é genuinamente legislativa, de modo que sequer reclama para si a criação das normas. Neste caso, o poder do Imperador – ao suprir a falta de um eventual legislador – é de outra natureza, com efeito, é o de arbitrar em determinados contenciosos dispondo do peso das leis consuetudinariamente transmitidas. Arbitrar, neste caso, quer dizer: cumprir a lei sopesando aquilo que é justo, ou seja, interpretar e decidir – em situações excepcionais de contendas entre dois ou mais reis, por exemplo – qual destes tem sua conduta justificada à luz do bom-senso herdado e adquirido pelas tradições. Assim como o Imperador, em contexto mais específicos, o rei emula o arbítrio imperial, reparando as eventuais animosidades entre seus vassalos. Entretanto, a despeito dessa força de imposição, nem o Imperador e nem mesmo o rei (em contextos concêntricamente relacionados) dispõem de um poder soberano, afinal são apenas intérpretes a arbitrar e a julgar de acordo com os critérios legais adquiridos pelos costumes. Como não podem exercer a lei ao sabor de seus próprios interesses e nem mesmo sob a égide de seu próprio arbítrio, tanto o Imperador como o rei figuram nos domínios do Impérios como intérpretes diligentes e vigilantes que, avaliando o caso concreto à luz da inflexibilidade dos costumes, aplica, mas não inventa a letra da lei.

O que se pode extrair dessa breve síntese cratológica é a certeza de que o domínio regressivo de um Império depende de sua capacidade meramente funcional, que se dá por meio das habilidades políticas de um eixo de exceção capaz de – por meio da antevisão das ameaças fronteiriças ao território – criar um clima favorável a uma maximização de receita e aumento da carga tributária, que subsidie a força complementar de seu eixo marcial. À proporção que são satisfeitas as condições do domínio regressivo, cujos eixos exceção e capital se interpenetram sem que, com isso, se descaracterizem, surgem as aspirações expansionistas que favorecem o ideário heroico e bravo da reabilitação da ordem mundana desde a sobreposição de uma cosmovisão, cujo centro das tomadas de decisão é análogo e equidistante ao eixo de referência cósmico. Estabelecido o seu domínio regressivo, o que se segue – eventualmente triunfante – é o seu domínio progressivo, por meio do qual, a propagação das aquisições cívicas (que nada mais são do que a instrumentalização dos níveis de universalidade daquela cosmovisão) como: serviço público, meios de comunicação, sistema e código jurídico, bem como uma língua franca - integram ou distanciam o Império e a colônia, o centro e a província. Integrando-os, o caráter multicultural forma uma partilha mútua e elos de afinidades que dão, às testemunhas históricas e aos agentes, um senso de mundaneidade coesa, uniforme e transfronteiriça, como se – apesar das diferenças equidistantes – todos os pontos do Império remetessem ao centro. Em contrapartida, a

incapacidade de incorporar as demandas locais da colônia ao eixo de exceção do Império, fomenta uma série revoltosa de animosidades que favorece ora a reabilitação de um senso de pertencimento adulterado, ora um espírito de independência. De modo a rastrear o horizonte de consciência epocal dessas diferenças e suas implicações na formação do território ocidental - para daí se compreender sob quais circunstâncias surge a Geopolítica; suas razões de ser, e a que apela - eis que se faz necessário o tópico a seguir.

§6

Análise da composição territorial europeia

Como o símbolo imperial alude a um duplo movimento, ora em um *domínio regressivo*, ora em um *domínio progressivo*, o que se pode avaliar é que o projeto imperial bem-sucedido é aquele capaz de integrar ambos os domínios acima de quaisquer constrangimentos territoriais. Dito de outro modo: o Império é a negação da própria ideia de fronteira, sendo – com efeito – transfronteiriço; alusivo ao fundo cosmocêntrico que o sustenta. Liberto de qualquer identidade que não aquela que o expande como efeito de uma cosmovisão, o Império tende ao ecúmeno pelo simples facto de que, para se manter, precisa equilibrar todos os eixos, habilitando-os para a maior extração de bens e receitas possíveis, além é claro de dar forma àquilo que constitui a essência mesma do poder em seu limite de determinação: “*partindo de quaisquer dos extremos, o eixo de exceção almeja o centro que, geopoliticamente, é o esforço simultâneo para reintegrar e dissolver as diferenças a partir de uma ordem ecumênica, bem como de reconduzir o território ao espaço primordial de sua possibilidade, ou seja, reordená-lo desde o zero*” (§5, Parte VI). Resulta dessa prática extrativa e desse anseio ecumênico tanto um caráter expansivo que, em situações específicas, como (a do Império Romano) tendem à necessidade de contínuo financiamento de um eixo capital para – por via dos impostos – subsidiar uma elite militar, bem como ao colapso; necessidade há muito esboçada em §5, Parte I: “*Destarte, o que daí surge – como consequência da conservação e da expansão, é a dupla característica do poder como possibilidade formal: A) difusão, tendente à sobreposição, B) crescimento (relativamente constante) que, se não contrariado por uma oposição que o limite, tende à desagregação*”. Portanto, por vias paradoxais, os êxitos do domínio progressivo coincidem extemporaneamente com sua queda; em uma assíntota que, como na Roma Imperial, desencadeou uma crise de representatividade compensada pelo espírito missionário da Igreja

Católica que, como esboçado em um parágrafo posterior¹⁹³, a indeterminaria como inusitado eixo de exceção de um macropoder imperial, desde a conversão de Constantino.

Se os anos transcorridos entre 406 d.C e 476 d.C marcam, respetivamente, as primeiras invasões de hordas de vândalos, alanos e suevos que, atravessando o Rio Reno (perto de Mogúncia ou Mainz), sitiaram as províncias romanas do Ocidente, além de – *in extremis* – o ano da deposição do último Imperador Romano, o ano intermediário de 412 d.C. marca tanto a escrita da ‘*Cidade de Deus*’ de Santo Agostinho, como o período em que, adaptando o exemplo dos padres do deserto, João Cassiano organiza as primeiras comunidades monásticas. Em 480 d. C, Bento de Núrsia cria as normas de uma vida monástica; em 496 d.C., Clóvis – o Rei dos francos – é batizado em Reims; em 597 d.C., Rei Edelberto de Kent se converte ao Cristianismo e, em 751 d.C. se dá a fundação do Império Carolíngio, cujo propósito marca um dos mais expressivos esforços para a reabilitação de uma ordem ecumênica que, empenhada em amalgamar o eixo de exceção com a cosmovisão cristã, aponta para uma nova mentalidade territorial, orientada à criação de um espaço cristão universal. Dessa nova mentalidade, em um mundo notabilizado pela contingência das invasões bárbaras, eis que recrudescem as necessidades da sedentarização, advindo daí a relação de fidelidade entre o senhor e o vassalo, traço característico do processo territorial que, originado no feudalismo, resultaria na construção do mundo moderno. Reconstituindo um senso de unidade (próprio do eixo ordenador) por sobre os escombros do mundo imperial, a territorialidade feudal se pauta em uma dimensão espacial de natureza religiosa que, como em uma ‘*universitas*’, cada ordem é composta como um todo corporativo, sendo corporação¹⁹⁴, uma herança romana por excelência.

Subdivididas em arquidiaconados e paróquias, as dioceses medievais imprimiram no Ocidente um senso de ordem, um anseio hierárquico por legitimidade que, por espelhar a sucessão papal das comunidades cristãs primitivas e o justificável direito de delegação/eleição, criaram as bases materiais para o desdobramento civilizacional posterior que encontrará na política o seu eixo de reabilitação. Em razão da necessidade de ora organizar internamente o conjunto de seus dogmas (por meio de seus concílios), ora se adaptar à mentalidade secular e imperial - exigida pela incorporação romana - a cosmovisão

¹⁹³ O que segue a isso, logo após a crise da tetrarquia romana e a conversão de Constantino, é a conciliação da figura do eixo ordenador em um eixo de exceção, ou melhor, da instrumentalização de um poder espiritual (evocado em um reino que não é deste mundo) em um poder secular, cuja indeterminação resultante torna o Cristianismo a religião do Império.

¹⁹⁴ “*Blackstone credits inteiramente aos romanos a criação da ideia de corporações – ‘mas nossas leis refinaram e melhoraram consideravelmente a invenção de acordo com a índole comum à nação inglesa: particularmente com respeito às corporações individuais, constituídas apenas de uma pessoa, das quais os advogados romanos não faziam a menor ideia.’*” (KANTOROWICZ: ‘*Os dois corpos do Rei*’, Introdução, 1998).

cristã se construiu de modo tão particularmente específica, em comparação às demais cosmovisões (como o Judaísmo, o Islão, o Hinduísmo, o Budismo e o Taoísmo), cuja indeterminação entre as noções de espaço e território, entre religião e política e, conseqüentemente, entre os eixos ordenador e de exceção sempre as marcaram, que a sua diferença irreduzível (apesar de originada no Oriente) a destacará naturalmente como construtora de uma mundaneidade genuinamente ocidental. Por certo, apesar da cosmovisão cristã ter origem no Oriente, diferentemente das demais e da reabsorção das circunstâncias imperiais que a incorporaram, o que a caracteriza é que, distinta daquelas, não houve uma resistência a uma certa economia territorial; resistência que, não sem um horizonte inconsciente¹⁹⁵, tem origem no nomadismo dos povos das estepes que as fundaram, e que revela maior abertura às crises e às emanações tensionadas pelos símbolos espaciais.

Ora, ciente disso é que se lança a questão: *qual a especificidade da territorialização medieval que, assentada no espírito missionário cristão, originou tanto o território europeu como o mundo moderno?* Como se deu a paulatina conversão de reinos, condados e principados ligeiramente autônomos em um território continental? Antes de esboçá-la, cabe uma compreensão esmiuçada sobre o funcionamento dos núcleos intencionais naquele período.

***Eixo capital: O senhor de terras**

Um dos núcleos intencionais da Idade Média se deu com a fusão da antevisão da produção de bens escassos (eixo capital) com a condução política (eixo de exceção), consumada na figura do ‘*senhorio*’, doravante senhor de terras. Não exercendo tão somente uma atividade agrária e econômica como efeito das próprias demandas da sedentarização, mas personificando a força de imposição de uma autoridade, o senhorio entregava terras aos camponeses, submetendo-os às relações de vassalagem. Encarnando, de súbito, a operatividade dos eixos capital e de exceção, o senhor de terras conciliava ambos os direitos: de propriedade e de governança, além dos direitos econômicos de posse; direitos que, conseqüentemente, se tornavam inteligíveis na expressão latina: *potestas et utilitas*. No entanto, embora os senhores exercessem a relativa autoridade do eixo de exceção sobre uma porção de terra, em regra, tal não se constituía como pequeno Estado soberano¹⁹⁶.

¹⁹⁵ Tal horizonte inconsciente é reportável ao fundo antropológico universal de Géza Rohéim (*‘Les portes du rêve’*, 2000); para quem existe uma matriz formal em cada cultura que, entre o social e o imaginário, se atualiza simbolicamente a cada geração.

¹⁹⁶ Em termos mais específicos: “(...) o Poder medieval era partilhado (com a Curia Regis), limitado (por outros poderes, autônomos em sua esfera), e que sobretudo não era soberano. Pois é um caráter essencial do Poder soberano ter a capacidade legislativa, ser capaz de modificar à vontade as normas de comportamento

Convertidas em feudos, tais terras garantiam aos senhores, direitos específicos de exploração sobre o campesinato produtor que, àqueles, submetiam deveres administrativos de vassalagem. Tal regime de vassalagem apoiava-se em elos de obediência, cujas alianças se davam a partir das relações de fidelidade e obrigação; submetidas à autoridade política de um senhor de terras. Destarte, como forma de deter as recorrentes invasões bárbaras, os reinos foram entronizando um senso de organização espacial que, cedendo relativa autonomia à noção de território, passara a dimensionar a terra como antevisão material de benefícios. Por conseguinte, a autonomia que o território logra no sistema feudal decorre da dimensão da terra a título de retribuição, ou mais especificamente, da expectativa depositada pelos senhores sobre os vassalos; expectativa que fundaria, simultaneamente, tanto um horizonte de ordem em uma realidade social assediada pelo temor das invasões bárbaras, bem como as fontes primaciais de uma nascente e inusitada engenharia política que, deslocando o eixo de exceção de todos os demais, assenta sobre esse último a necessidade da dissociação das esferas jurídicas, políticas, econômicas e religiosas. O senso de propriedade e os direitos assegurados à herança, vão exigindo daquela nascente ordem social, uma relativa autonomia do eixo de exceção que, no mundo do moderno, passa a ocupar a posição soberano do Estado.

O sistema feudal (como resultado da reorganização espacial de um mundo acossado pelas invasões bárbaras) surge como efeito dos restos pilhados do velho Império Romano, dos quais soçobram em feudos: Normandia, Flandres, Anjou, Blois, Champanha e Burgúndia (DAWSON, ‘*A criação do Ocidente*’: Capítulo VIII: ‘*O mundo feudal – cavalaria e cultura de corte*’). Sob tal sistema surge a paulatina distinção entre a ideia de território (outrora, alentada pela romanidade transfronteiriça) e o princípio moderno de territorialidade; distinção que justifica, com efeito, as próprias reivindicações posteriormente amadurecidas sob o nome de ‘Geopolítica’. Não há, aliás, uma necessidade de investigação Geopolítica sem a objetificação material do espaço: o território, de modo que uma preocupação desta natureza só passa a surgir em um horizonte de consciência em que este ganhe relativa autonomia. Ora, de que forma tais especificidades posteriormente amadurecidas pela Geopolítica (possíveis apenas em um mundo territorializado) se dão?

impostas aos súditos, definir à vontade as normas que presidem sua própria ação, ter enfim a capacidade legislativa, estando ele próprio acima das leis, sendo legibus solutus, Absoluto. Ora, o Poder medieval, ao contrário, era mantido teórica e praticamente pela lex terrae, concebida como imutável. (...). Entendemos que ele não era soberano no sentido moderno da palavra. A Soberania medieval não é outra coisa senão superioridade (do latim popular superanum). É a qualidade que pertence ao poder colocado acima de todos os outros e que não tem ele próprio superior na série temporal. Mas do facto de ser mais elevado não decorre em absoluto que o direito do soberano seja de uma natureza diferente dos direitos que ele cobre: ele não os destrói, não é visto como sua origem e seu autor. Quando acima descrevemos o caráter do Poder soberano, referimo-nos à concepção moderna da Soberania que se desenvolveu no século XVII.” (JOUVENEL, p.54,55).

Vejamos: enquanto no mundo arcaico o território cumpria uma função indeterminada à própria especialização - como sede da habitação ancestral que, posteriormente, os primeiros Impérios (já no mundo antigo) confrontaram com a abertura do ecúmeno e consequente expansão transfronteiriça – no sistema feudal havia uma multiplicidade de territórios que, submetidos ao monopólio discricionário de seus senhores e com estatutos distintos de legitimidade (exigidos às relações de vassalagem), só poderiam resultar em crises intestinas, confusão e guerra. Conservando e subvertendo as antigas estruturas cosmológicas (constantes no imaginário da cosmovisão oriental, germânica, grega e romana), a Idade Média pavimentou o caminho – desde a reabilitação da noção de território – para o mundo moderno; mundo em que o território (emanando um anseio correspondente por reabilitação da ordem) se funda em um controle político funcional.

***Eixo marcial: A força militar**

Vivendo em comunidades de subsistência, o campesinato estruturava as suas demandas de modo economicamente independente, ou seja, não dependendo das interações posteriormente amadurecidas nas transações de um mercado, pois que – sob as relações de vassalagem – obtinha o necessário para o consumo próprio. Com efeito, os camponeses não precisavam vender sua força de trabalho como assalariados nem mesmo investir na produção agrícola por efeito da concorrência e consequente mecanismo de preços. Nestas circunstâncias, uma vez que o campesinato não estava submetido a nenhuma exigência de transação econômica exterior ao seu respectivo feudo, tal desenvolveu uma forma específica de racionalidade econômica que correspondeu precisamente às condições feudais da ação social, cujas características são as seguintes:

1. *Relativa autossuficiência*: dado o facto de que a produção de alimentos formava a parte principal do consumo total, os camponeses passaram a se envolver em estratégias de antevisão dos benefícios trazidos pela sedentarização, bem como à relativa paz selada com a vassalagem, no que resultaria na paulatina fortificação dos feudos, além da diversificação dos produtos agrícolas cultivados;

2. *Pactuação social*: a conciliação da sedentarização com a pactuação resultante da vassalagem, implicava em redução da jornada de trabalho, cujo efeito se dava no equilíbrio entre as demandas senhoriais e as necessidades estabelecidas entre o camponês e sua respectiva família. Em uma sociedade em que estavam, relativamente, assegurados o usufruto da terra, a divisão do trabalho, as relações de subalternidade e os nexos familiares, eis que a minimização dos riscos próprios do nomadismo bárbaro e de eventuais invasões,

levou a casamentos precoces, bem como a um elevado crescimento demográfico da população camponesa;

3. *Senso de corporação*: organizados em prol da preservação de seus interesses, além de eventual contraponto às exigências senhoriais, os camponeses passaram a criar uma unidade de classe (formadas em corporações de ofícios e comunas) que, contrabalanceando paulatinamente as obrigações impostas pelas relações de vassalagem, emancipou o território do espaço feudal que o fundara, ensejando assim a formação de cidades com francas estruturas estatais.

O resultado das três características das condições feudais da ação social nos leva à seguinte certeza: o eixo de exceção, personificado na figura de um rei, tem nos seus vassalos tanto os responsáveis pela manutenção material do território, como pela respetiva defesa constante em milícias locais. Como são restritas às localidades, tais defesas são insuficientes para operações militares mais exaustivas. Por conseguinte, em se tratando de uma realidade social pautada pela escassez e pelo temor das invasões bárbaras, como subsidiar um eixo marcial capaz de: ora se voltar aos próprios domínios do feudo, ora às guerras alhures? Em resposta a isso, eis que surge aqui a diferença irreduzível que representa um ponto de rutura na consciência epocal, em um marco qualitativo que separa a Idade Média da Modernidade. Tal diferença se dá por uma dupla especificidade: *o facto do eixo de exceção avocar para si a violência até então regulada, via ritos sacrificiais de expiação, pelo eixo ordenador e a necessidade que o eixo de exceção tem de (para preservar a si próprio) profissionalizar o eixo marcial, criando meios para que seus exércitos ganhem uma autonomia e fonte de financiamento sequer suspeitados na Roma dos Césares*. Entretanto, não tendo recursos suficientes senão aqueles que giram em seus próprios domínios, e afastados os riscos de uma alavancagem (via aumento da carga tributária) que solapara o equilíbrio fiscal em Roma, eis que o eixo de exceção se encontra em uma encruzilhada decisiva que, surpreendentemente, marcaria a história do Ocidente. Afastados, até então, a obrigação militar e o direito de impor, o eixo de exceção negocia tais fontes de financiamento ora com o clero, ora com os senhores e as comunas, entretanto, os custos para os deslocamentos e as expectativas (por vezes irrealizadas) agravam o clima de frustração. A questão, que ali subjaz, traz consigo o seguinte arroubo: como o eixo de exceção pode, em sobreposição aos demais, aumentar e concentrar suas fontes de financiamento e poder consequentes para assim requisitar e restringir as ações humanas sem que, com isso, perca a sua legitimidade? O marco epocal qualitativo que passa a se delinear naquele horizonte, redonda na depuração de um Poder Legislativo; versão material do poder que, de todo

inexistente no mundo antigo, divisa o novo mundo, anunciando um inesperado direito de impor¹⁹⁷.

Em razão disso, o ponto de rutura que há na passagem da Idade Média para a Modernidade, se dá com a relativa autonomia e complexa engenharia política radicada no eixo de exceção que, ao se constituir em máquina governamental, cuja mecânica é regulada pela atividade administrativa e pelo direito de imposição do Poder Legislativo, leva o poder político à expressão última do arbítrio. Tão logo o eixo de exceção, por meio da paulatina implementação de um direito de impor, se torne cada mais destacado não só dos demais eixos, mas em posição expressiva frente à própria unidade sintética ou à condição territorial, mais reclamará para si a construção de um espaço simbólico e material que, convertido na noção moderna de território, será a expressão mesma de sua soberania. Tornando o espaço sedentário o fundamento do controle político legítimo, o eixo de exceção (personificado na figura do rei, tido como *primus inter pares*) inverte a ordem dos sentimentos de pertença mútua (*Gefühl der Zusammengehörigkeit*) do mundo feudal (outrora, apoiada nas alianças pessoais, bem como entronizada na relação de vassalagem) deslocando-a a um nexos de alianças artificiais, radicadas naquilo que, no início do século XIII, responderá pelo nome de: *Nação*. A inversão dos sentimentos de pertença mútua, anteriormente comunitários em nome de um constructo genuinamente funcional, leva não só à nacionalidade, como ao caráter político atribuível à ideia de povo, cujo conteúdo metonímico radica-se nas massas como agregado atômico ao redor dos eixos.

Essa nova ordem espacial, que autonomiza e centra a noção de território, passa a marcar significativamente as redes de relações humanas, dissolvendo, e, imediatamente, sobrepondo fronteiras por sobre os espólios de ordens imperiais reevocáveis ao mundo antigo. Enfraquecidos, os entornos e cinturões protetivos dos Impérios (radicados em seus muros e castelos) não mais atendendo à segurança dos bens e dos agentes epocais, cedem ao duplo benefício das expectativas criadas ao redor tanto da maior abertura econômica e comercial do mundo de então (por meio das navegações e das rotas marítimas) que, reorientando o eixo capital na integração de camponeses e mercadores, marca a ascensão do dinheiro ora como medida fiduciária da credibilidade, ora como fluxo capital transfronteiriço, bem como ao monopólio legítimo da violência do Estado.

¹⁹⁷ “Como fazer crescer essa dotação? Como aumentar a parte da riqueza nacional que passa para as mãos do Poder e torna-se, assim, poderio? Até o fim, a monarquia não ousará requisitar os homens, impor a obrigação militar. É pelo dinheiro que terá soldados. Ora, as tarefas civis, que, aliás, ela cumprirá muito bem, justificam a obtenção de um Poder Legislativo, inexistente na Idade Média, mas que vai se desenvolver. E o Poder Legislativo implica o direito de impor. A evolução nesse sentido será longa.” (JOUVENEL, p.31).

Ora, o que se pode extrair da passagem do mundo feudal para o moderno é, simultaneamente: A) Um dispêndio de energia demasiado que sobrecarrega todos os eixos e que, empenhados em modular um senso de ordem em meio a um colapsado mundo antigo (cuja causa reporta à queda do Império Romano em conjunção com as invasões bárbaras) resulta em relativa autonomia, marcando assim um ponto de rutura não só formal, como estrutural¹⁹⁸.

Como um desejo de saciedade material e espiritual que compensasse racionalmente as demandas biológicas mais primárias por meio da maior criação de excedentes, a crise do mundo feudal e conseqüente rutura (prenunciante do mundo moderno) representaram um realinhamento dos eixos consigo mesmos, ou seja, um movimento centrípeto que, implicando a instabilidade de todos os demais movimentos, exigiria poderes materiais correspondentes capazes de, simultaneamente, reabilitar e suplementar um outro senso de ordem. No eixo ordenador, tal crise e ponto de rutura se deram com a paulatina depuração do monasticismo em escolas-clericais, posteriormente amadurecidas em Universidades¹⁹⁹, cujos espaços iriam abrigar não apenas um nascente plano de territorialidade, bem como (por meio da ideia de vocação) uma via de acesso e meios de ascensão social a uma classe de plebeus ávidos por compor e determinar, retroativamente, o eixo de exceção. No eixo marcial, com a crescente profissionalização do militarismo, resultando assim em exércitos dispensados de quaisquer atividades públicas, além de sua inflexão (em contexto doméstico) no poder de polícia, cuja ausência de hierarquias e distinções sociais, o coloca (não pelo temor à honra, mas ao desacato às virtudes funcionais) no centro das prescrições pactuadas sobre o território. No eixo capital, com a contestação da usura ou dinheiro a juros por comerciantes e mercadores que, proibida pela Igreja no III Concílio de Latrão, em 1179 d.C, abre à possibilidade da criação de excedentes e lucros. No eixo de exceção, como senso de direção correspondente dos demais eixos, o poder político se fragmentou de tal modo a ensejar a expressão de sua materialidade, manifesta na ideia de partes ou partidos. Ademais, com o caráter inédito que passa a usufruir a classe política, mais especificamente com a engenharia reclamada pelo Poder Legislativo, bem como pelos dissídios dos Impérios, cujos espaços (cada vez mais abertos ao influxo de capital e às transações do eixo capital) se tornam, artificialmente, em territórios nacionais; o eixo de

¹⁹⁸ Apesar de liberto e relativamente autônomo ao constrangimento dos demais, cada eixo gira colapsando toda a trajetória, e fazendo-o, sobrecarrega-os.

¹⁹⁹ No décimo capítulo de uma obra (resultante de um conjunto de palestras entre 1948 e 1949 na Universidade de Edimburgo), respetivamente: '*A cidade medieval: Escola e Universidade*' de '*A criação do Ocidente*' o historiador inglês Christopher Dawson aponta para o facto de que, tendo se desenvolvido em torno das nascentes cidades e dos *clericulis vagantibus*, ou clérigo eremitas, as Universidades medievais representam a síntese civilizacional de um período da história - em um mundo entre ruínas - que preservara a unidade imperial romana

exceção avoca para si tanto a reabilitação, como a suplementação daquele estado de coisas, avocação que prenuncia a ligeira passagem do poder para o macropoder.

Em sentido estrito, reafirmando-se e ampliando-se o que fora acima esboçado, se pode perceber que uma série de consequências da relação entre: o esforço demasiado em todos os eixos - cujo empenho se dera como tentativa de modular um senso de ordem após o colapso do Império Romano e do mundo antigo - e a autonomia estrutural dali resultante, se dá nesses termos: A) a abolição dos privilégios feudais (até então assegurados pelas relações de vassalagem e pela concessão da terra a título de retribuição); B) a renovação e consequente constituição civil do clero, exigidas pelo nível de ameaça demandada pela Reforma e cujo impacto (operando desde o poder, outrora incontestado do eixo ordenador religioso) se converte na antevisão do poder secular; C) a flexibilização das restrições impostas pela Igreja à atividade mercantil e consequente abertura ao fluxo de mercados e capitais; D) a extinção das corporações de ofício, cujos substitutivos seriam paulatinamente compensados pela criação e adaptação de novas técnicas de produção, capazes de diversificá-la e otimizá-la.

A soma dessas consequências contribuiu não apenas para mover e promover a autonomia dos eixos, mas para minimizar as distinções sociais, outrora assentadas em bases jurídicas, haja vista, os critérios exigidos pela consanguinidade da unidade pessoal, a saber: hereditariedade dos cargos e funções a serem ocupadas, privilégios familiares e de corporações, estatutos pessoais definidos pela proveniência social do indivíduo. Por conseguinte, em razão da mobilidade dos eixos, e mais especificamente, da sobreposição e superação do eixo marcial às exigências morais (outrora demandadas pelo eixo ordenador a partir da Igreja), o que passou a vigorar no nascente mundo moderno foi a ordem econômica, cujo impacto se deu com a possibilidade de ascensão social, acessível a quem quer que conciliasse qualidades genuinamente individuais com os meios materiais necessários para cultivá-las. Por certo, o que resulta desse esforço demasiado dos eixos e consequente autonomia, é a supressão de barreiras entre os indivíduos, bem como das classes e a sua substituição por diferenciações exclusivamente econômicas, e mais do que isso, a paulatina emanação dos símbolos espaciais que, na tensão entre Impérios e territórios soberanos, conformará uma necessidade intelectual por justificativas capazes de depurá-las de quaisquer limites formais; àquela altura, radicados no poder da Igreja. Uma breve reflexão sobre o modo como se deu essa emanação, cuja consequência tardia será intuída pelos primeiros geopolíticos prussianos, exige uma incursão hermenêutica acerca da cosmovisão ocidental e sua particularidade europeia em contexto territorial.

DIMENSÃO HERMENÊUTICA

PARTE VII
§1
Hermenêutica da cosmovisão ocidental

Sob uma perspectiva etimológica, atribui-se ao caráter simbólico de Hermes a origem da palavra ‘hermenêutica’, sendo este, uma divindade da mitologia grega responsável por conduzir as almas a níveis distintos de realidade, além de estabelecer vínculos entre deuses e mortais, no que, decerto, o constitui como um deus psicopompo, ou seja, uma entidade responsável por franquear o trânsito do mundo dos vivos ao reino dos mortos. À maneira de Hermes, a hermenêutica se empenha em restabelecer os vínculos entre níveis distintos de realidade, mais especificamente, reatando os laços entre o individual e o universal, entre o todo e as partes, cuja circularidade a que alude não faz mais que ampliar um conhecimento previamente adquirido em camadas cada vez mais conscientes de significado. Ora, dito de outro modo, assim como Hermes e sua capacidade de transposição, a hermenêutica é um método de investigação das ciências do espírito, que advoga a tese de que compreender um texto ou um facto, em sua particularidade, implica uma relação dialógica que cresce à proporção que o investigador se integra ao compreendido, tornando-o, pois, consciente daquilo que desencadeará o ato de compreensão. Destarte, como interpretar um estado de coisas não é jamais partir de uma situação alheada, ou melhor, jamais é partir de um grau zero, pois que há, desde antes, uma assimilação prévia ou uma pré-compreensão que se antecipa ao todo, o ato interpretativo é um modo de se posicionar em meio a dado contexto e torná-lo, paulatinamente, translúcido à consciência. Daí o movimento circular que é alusivo à metodologia hermenêutica, pois que, partindo desde uma situação especificamente presente ou prévia à compreensão, a amplia tão logo um estado de perplexidade anterior seja desfeito à proporção que há uma concordância entre o todo e suas partes, ou mais especificamente, entre o previamente compreendido à compreensão. Deste modo, interessa à dimensão hermenêutica, desdobrar – a partir de círculos concêntricos (daquilo que se sabe e daquilo que se desconhece) – a unidade do compreendido em um fluxo ascendente e descendente entre o todo e as partes, reintegrando-o e lançando luz sobre a perplexidade que o originara.

Sob certa perspectiva histórica podemos considerar que a atividade hermenêutica nasce quando o símbolo de uma tradição – objetificado ou literalizado – se torna opaco à experiência que o desencadeara, a partir do qual, outrora evidente, passa a exigir uma interpretação suplementar e correspondente que o reabilite, com efeito, o símbolo logra um êxito que é o de, pois, tornar transparente a experiência a que se refere. No instante em que,

por objetificação, literalizam-no, o símbolo se torna ligeiramente opaco, deslocando-se da experiência que o originou. Neste último caso há não apenas a perda do sentido, como a da própria experiência.

Segundo Gadamer, o problema hermenêutico surge tão logo a tradição se apresente estranha à consciência que a apreende, sobretudo, quando indicia insuficiência dos elos que as conformem (GADAMER, *Verdade e Método*, II, 122). Adaptando tal defesa de acordo com as intuições aqui desenvolvidas, se pode afirmar que, à proporção que o eixo ordenador é incapaz de dar forma e articular níveis de consciência inteligíveis, a desorientação precipita uma crise que, prenunciando o colapso, é capaz de comprometer não apenas o indivíduo, mas a unidade sintética na qual está inserido, de modo que a dificuldade de atribuir um sentido ao estado de coisas convulsivo, clama por uma hermenêutica. Ora, onde se pode demarcar, qualitativamente, essa ligeira passagem: da translucidez imediata dos símbolos ao seu mais imediato encobrimento senão no fenómeno geopolítico, cuja expansão e macropoder resultante, integram e reintegram os povos em uma série de tensões, no mais das vezes, incidentes sobre os seus arraigados níveis de consciência e ciclos primários? Aliás, onde se pode demarcar o surgimento de uma experiência hermenêutica senão em momentos especificamente confusos que, reportáveis desde o indivíduo até um horizonte de consciência específico, encobrem e sedimentam certas fontes de orientação?

Em franca recapitulação ao esboçado no §5, Parte VI – particularmente sob os termos da forma cratológica, em que: *“partindo de quaisquer dos extremos, o eixo de exceção almeja o centro que, simbolicamente, é o esforço simultâneo para reintegrar e dissolver as diferenças a partir de uma ordem ecumênica, bem como de reconduzir o território ao espaço primordial de sua possibilidade, ou seja, reordená-lo desde o zero”*, se pode concluir que, onde quer que venha a se atualizar como possibilidade remota, o macropoder imperial não apenas encurta o centro, mas dilata suas franjas e bordas, de modo a emular uma uniformidade, cuja consequência mais óbvia se dá sob o impacto da desorientação. Por efeito desse macropoder e, por conseguinte, das distâncias que se encurtam e das proximidades emuladas, o centro das cosmovisões (em processo de assimilação da própria expansão) tende a adaptar-se, de sorte que, se adaptando, precipita uma ligeira passagem a um estado crítico do qual se deixam entrever a dúvida, a perplexidade e seus ciclos secundários. É nessa passagem crítica (em que o poder tensiona e se contrai como macropoder), que divisa a qualidade ontológica de uma nova seriação de níveis de consciência e ciclos resultantes, que surge a experiência hermenêutica como um esforço de reabilitação da própria consciência. Rastreado-a, epocalmente, se pode avaliar sua atividade em períodos de expansão e o impulso vital necessário para compreendê-la, a partir do qual o macropoder desloca a força de imposição do seu domínio progressivo (constante nas suas

formas religiosas, na língua comunicada e nos bens estimados e subestimados de sua mentalidade) de modo a reorientar o território sitiado, franqueando-lhe a *forma mentis* dos símbolos espaciais.

Ora, no caso específico da civilização grega, da qual a própria palavra ‘hermenêutica’ deriva, se percebe que, com a passagem da civilização micênica à Grécia arcaica, entre os séculos XVI a VI a.C, certa desorientação veio acompanhada da conseqüente necessidade de restituí-la a uma ordem equivalente. Por certo, a força de imposição da sociedade aristocrática (da qual Homero e Hesíodo são personificações das formas apreendidas pelo eixo ordenador²⁰⁰) perdem as suas virtualidades à proporção que as comunidades gregas da Ática e da Eubeia (constituídas pelos jônios) abandonam os Bálcãs e se instalam nas ilhas do Egeu, bem como nas costas da Ásia Menor, formando assim uma nascente urbanidade no território da Jônia. Ora, mas o que se segue, especificamente, a essa expansão e conseqüente crescimento demográfico? Enquanto as narrativas homéricas, alusivas ao século VIII a.C, remetem a um território no qual os basileus, reis e chefes guerreiros ocupam uma posição central (à maneira de Agamémnon e Menelau), que, em razão de suas ancestralidades, asseguravam-lhe a condição de proprietário de um domínio agrícola, um simbólico *oikos*, e conseqüente senso de ordem (a partir do qual os eixos se integram em relativa unidade); à proporção que se expande, o território grego clama por uma redistribuição espacial, cuja conseqüência é o surgimento de aglomerações urbanas e relativa desorientação. Em razão dos fenómenos geopolíticos desencadeados pela expansão e pela aglomeração urbana, a partir dos quais a *ágora* passa a representar o plano da espacialidade

²⁰⁰ “A sociedade homérica é uma sociedade aristocrática. A poesia homérica nasceu e cresceu, se a datarmos convenientemente, no meio histórico que se formou depois do declínio e às vezes depois da queda das monarquias tradicionais. Estas diziam-se herdeiras da idade heroica, umas, especialmente na Ásia, pretendendo descender dos heróis aqueus, de Agamémnon, Menelau, Nestor, outras, nascidas da invasão dórica, pretendendo descender de Hércules. Apagaram-se à roda do século VIII. A classe de aristocracia que tomou conta do poder nessa altura na maioria das cidades gregas, e que aliás se chama a classe dos reis, é constituída por antigas famílias cuja forja e cuja riqueza assentaram durante muito tempo quase exclusivamente na posse de vastos domínios latifundiários e, acessoriamente, na participação dos cargos públicos ao lado dos reis da cidade, ou na exploração de alguns santuários prósperos e venerados. Desde que tomou em mãos a direção dos negócios, depois da eliminação mais ou menos completa das antigas dinastias, esta classe alargou consideravelmente as suas atividades. Guardou o prestígio de uma nobreza de sangue; e tornou-se uma aristocracia de riqueza. Riqueza industrial em primeiro lugar. Deixando ao menos em parte à antiga classe dos artífices as suas explorações tradicionais, aos oleiros a fabricação dos vasos de barro, aos fundidores a dos utensílios caseiros, tripés, recipientes de cobre e de bronze, aos ferreiros a das ferramentas agrícolas, e mesmo a de alguns espadas, aos carpinteiros a dos móveis e vigamentos, a nobreza instala-se como senhora nos trabalhos da grande indústria, da produção em série, a das armas em primeiro lugar, acessoriamente a dos artigos correntes de pequena metalurgia. (...). Esta criação industrial, bem entendido, não se realiza sem uma expansão marítima e comercial paralela. Ela exige um abastecimento regular em matérias-primas relativamente raras que é preciso ir buscar fora: o cobre que fornecem Chipre e a Trácia e, sobretudo, o estanho, que é preciso ir buscar através de longas e perigosas navegações até ao Cáucaso e à Etrúria, nos dois extremos do mundo conhecido. A construção naval, outra indústria em pleno desenvolvimento, tem que ir buscar madeira às florestas da Grécia do norte, da Trácia e das margens do Mar Negro. E, por fim, a alimentação de uma população em crescimento impõe importações de trigo, vinho e azeite, que as culturas locais são incapazes de fornecer com regularidade.” (MIREAUX, 1979, pp.27-28).

pública ou da vida em comum (ampliando e trazendo à tona, uma série de demandas outrora resolvidas na discricionariedade dos basileus micênicos ao redor de seus *mégarons*), até mesmo os cultos (radicados no senso de ordem esotérica ou exotérica de um eixo ordenador) passam a ser modificados e, como se dará posteriormente com a paulatina recepção à sabedoria oriental, questionados. Data desse período, uma série de convulsões sociais e territoriais (decorrentes da falta de terras, da qual ‘*Os trabalhos e os dias*’ de Hesíodo remetem) que encontrarão, no século VI.a.C, na Atenas de Sólon, um conjunto de reformas, a partir do qual a medida posterior de Clístenes será um desdobramento. Com este último, cria-se em Atenas um novo plano de territorialidade, baseado na repartição de dez tribos (*demos*), cujos representantes, escolhidos à sorte entre cinquenta cidadãos de cada *demos*, formam um conselho de quinhentos membros: a *bulé* (CARPENTIER, p.51). Ora, se contrastadas, veremos que há relativa distância entre a territorialidade que se expandiu, e a que recuou, bem como os níveis de consciência que, implicados, quedaram em uma crise de orientação²⁰¹. O contraste entre tais níveis de consciências se deixa ver na distância entre a referência homérica aos oráculos (presente, por exemplo, no canto XV da *Odisséia*, referente às quatro gerações de adivinho de Theoclimenes) e o culto esotérico dos mistérios que, com efeito, expressam simultaneamente um desejo de orientação (capaz de repor as perdas daquilo que se oculta) e uma abertura àquilo que - transcendendo a esfera imanente - aponta, acena ou insinua um senso de reabilitação através do *logos*. Eis que, suspeitando o fundo alegórico (a que remete a sibila oracular e os mistérios por meio do *logos*²⁰²) é que Gadamer

²⁰¹ A territorialidade do período homérico, própria do período aristocrático micênico, se assentava nos genes que, com efeito, representava: “(...) *um conjunto de famílias que pretendem descender em linha masculina de um antepassado comum, que usam coletivamente um mesmo nome derivado do nome desse antepassado, ou do nome da sua função e que celebram coletivamente um culto consagrado a esse herói antigo. Os membros destes clãs, os ‘genetas’, formam na cidade uma classe privilegiada, de facto e de direito, uma verdadeira nobreza a que a linguagem corrente dá nomes que variam com as épocas e os lugares. Homero, que escrevia para todos os gregos, simplificando, dá-lhes o nome geral de ‘os melhores’ aristeeis ou aristoi. Em Atenas chamam-se os ‘Eupátridas’ (os bem nascidos); em Calcis: os Hipóbotas (os criadores de cavalos); em Éfeso, em Eitres, em Quios: os Basílicas (os reais); em Samos e em Siracusa: os Geomoros (os proprietários); em Corinto, os senhores, numa época bastante avançada, tomaram eles próprios o nome coletivo de Baquíadas (os descendentes de Baquis), provavelmente para melhor acentuarem a igualdade de todos os clãs nobres. Qual é a origem desta situação privilegiada? As suas raízes, segundo os estudos penetrantes e provavelmente decisivos de A.M.Hocart sobre as castas, vêm do mais longuíquo passado dos povos indo-europeus. Os ‘gené’ são as famílias que por muito tempo tiveram uma vocação hereditária quer para ocupar a função real, à cabeça da cidade ou de uma das suas subdivisões (tribos e phratrias), quer para desempenhar ao lado do rei determinados cargos importantes, tais como chefe de guerra (polémarco), regente (arconte), guarda das sentenças (thesmothetes), arautos, trinchador das carnes dos sacrifícios, quer para officiar como guarda dos ritos nos santuários nacionais (como os Eumolpidas em Eleusis). Todas estas prerrogativas explicam que os chefes se tenham naturalmente substituído ao rei depois de o terem destronado, e que tenham conservado por tanto tempo o monopólio das magistraturas.*” (MIREAUX, pp. 49,50).

²⁰² Nessa passagem, em específico, Gadamer empreende uma distinção decisiva entre ‘símbolo’ e ‘alegoria’, atribuindo ao primeiro a seguinte característica: “*Deveria ficar reservado para uma pesquisa mais pormenorizada, examinar até que ponto o uso das palavras símbolo e alegoria na antiguidade já abriu caminho ao posterior antagonismo, com o qual estamos familiarizados. Aqui só podem ser fixadas algumas linhas básicas. Evidentemente que, de início, ambos os conceitos não tinham nada a ver um com o outro. A alegoria pertence originariamente à esfera do discurso, do logos, sendo, pois, uma figura retórica ou*

pondera: “em lugar daquilo que se quer dizer, coloca-se algo diferente, algo mais à mão, mas de maneira que, apesar disso, este deixa e faz entender aquele outro.” (‘Verdade e Método’ I, 78).

A necessidade de atualizar, reportar e, com efeito, interpretar o ideal homérico à luz do nascente período helenístico - sob a qual se assentavam a *paideia* e o grego *koiné* em um período (336 a 323 a.C) que, do estreito de Dardanelos às margens do Indo, marca a expansão dos exércitos de Alexandre até a Ásia Menor - exigia por sua vez uma glosa correspondente, uma atividade hermenêutica capaz de, lançando luz sobre o esquecido e já sedimentado, reatar o vínculo de sua própria unidade. Uma prova de como tal necessidade de reabilitação do ideal homérico se dera, pode ser reportado ao facto de que, como os reis macedônios se diziam herdeiros de Hércules (filho de Zeus com Alcmena) e a própria mãe de Alexandre, Olímpia, desde a infância o advertia de sua condição, ao consultar o oráculo de Zeus-Ámon – no oásis de Siwa (CARPENTIER, p.61) para atestar a veracidade de sua origem divina – o rei sai consciente de sua ancestralidade que, com efeito, remete igualmente à afortunada condição de Ulisses para com seu protetor²⁰³. É sob este esforço de reabilitação daquilo que tensiona no processo de expansão do território grego – a partir do qual, Alexandre incorpora e amalgama o ideal do basileu homérico com o culto faraônico, e cujos extremos comprometem, inclusive, as suas próprias origens helênicas, é que surge um esforço de duplicação da cosmovisão grega, desde seus mais notáveis registos autoexpressivos, como:

(...) o ginásio ligado à educação, à *paideia*, teatros como os de Priene e de Pérgamo, as praças públicas, ágora, rodadas de pórticos (Messsena, Delos...) ou os grandes santuários como a Acrópole de Pérgamo, com o monumental altar de eus, o santuário de Atena e o teatro em terraços que inclui o templo de Dionísio. A cidade de Alexandria é uma das melhores ilustrações desse novo urbanismo, com um

hermenêutica. Em lugar daquilo que se quer realmente dizer coloca-se algo diferente, algo mais à mão, mas de maneira que, apesar disso, esse deixa e faz entender aquele outro. O símbolo, ao contrário, não se encontra limitado à esfera do logos. Pois o símbolo não possui a relação com um outro significado, através de seu significado, já que o seu ser próprio e manifesto, tem "significado". Enquanto o que está exibido é aquilo em que se reconhece algo diferente. Tal é a tessera hospitalis e similares. É claro que se denomina "símbolo" aquilo que vale não somente pelo seu conteúdo, mas pela sua exibicionalidade, ou seja, é um documento, no qual se reconhecem os membros de uma comunidade: quer seja um símbolo religioso, ou se apresente com um sentido profano, como uma insígnia ou uma senha ou um lema - seja qual for o caso, o significado do symbolon repousa na sua presença e obtém, apenas através da presença do seu ser-exibido ou ser-manifesto, sua função representativa.” (GADAMER, ‘Verdade e Método’ I, pp.134-135).

²⁰³ “No segundo canto da Odisseia, enquanto a assembleia dos cidadãos de Ítaca, convocada por Telémaco, delibera, duas águias descidas das montanhas vêm pairar sobre a reunião e combatem nos ares antes de fugirem. Terrível presságio que Halitersés interpreta imediatamente como um aviso da vingança de Ulisses. Quando Telémaco e Pisistrato, já no carro, se preparam para deixar Helena e Menelau no canto XV, surge outra águia que sob os seus olhos arrebatou um ganso: sinal favorável que a rainha inspirada traduz predizendo o próximo regresso do rei de Ítaca. No momento em que sai da sua casa para ir implorar Aquiles, no último canto da Ilíada, o velho Príamo invoca Zeus e pede-lhe que lhe mande um testemunho do seu favor enviando-lhe uma águia à sua direita. Pois a águia é a ave de Zeus e o mais imperioso dos mensageiros; no canto XX da Odisseia basta que uma águia apareça à esquerda dos pretendentes para que estes renunciem a matar Telémaco.” (MIREAUX, p.83).

plano ortogonal concebido pelo arquitecto Dinócrates, com largas avenidas, como a via Canopo, de leste a oeste, grandes edifícios, o Palácio, o Museu com a Biblioteca, o Sôma, monumento funerário de Alexandre. (CARPENTIER, p.63).

É no contexto desses esforços de remissão à cosmovisão grega, que surge as escolas de mecânica, de Geografia e cartografia, de poliorcética, além – é claro – de hermenêutica filológica que, radicadas na Biblioteca de Alexandria, reunia em torno de 490.000 volumes de rolos e papiros (REYNOLDS, Leighton D. & WILSON, Nigel, G. 1987). Ambientando-se em Alexandria, cujos fluxos co-determinantes e intensa atividade comercial como entreposto das cidades bicontinentais do mediterrâneo, darão condições para que surja uma síntese cosmovisante (entre a filologia grega e a teologia hebraica) da qual a hermenêutica religiosa de Fílon - e os usos da alegoria - assume uma posição de destaque, é que se pode reportar as origens interpretativas das Sagradas Escrituras.

Em outro contexto, concomitante à receção filológica dos sábios de Alexandria, sobretudo, pela expansão imperialista que condicionou seu horizonte de consciência epocal, os romanos conceberam a especificidade dos três usos da exegese, em uma: hermenêutica jurídica (*juris*), hermenêutica religiosa (*sacra*) e hermenêutica filológica (*profana*), em cujo triplo usufruto se deixavam interpretar os fenómenos, anteriormente confusos, da nascente jurisprudência (da qual, o *Corpus Civilis* de Justiniano será um decisivo desfecho), dos cultos politeístas e sacrificiais progressivamente contestados com o surgimento do Cristianismo, bem como a receção e leitura da filosofia grega no período helenístico. Se, à proporção que a crise insinua o colapso, e este, um horizonte de desorientação, cuja perplexidade clama pelo princípio de cosmovisão e conseqüente anseio de reabilitação (do qual a hermenêutica é um esforço eminentemente metodológico), se pode perceber que, o que se segue às invasões bárbaras, é o surgimento da patrística, no qual se delineiam os sentidos alegóricos e literais das Escrituras, mais especificamente no Quarto Livro do ‘*Peri Archôn*’ de Orígenes de Alexandria, bem como no Terceiro Livro do ‘*De Doctrina Christiana*’ de Santo Agostinho²⁰⁴. Ao redor da cultura eclesiástica das cortes medievais (empenhada em integrar o fenómeno bíblico em um mundo marcado pelos dissídios do Império Romano) se forma um reflorescimento intelectual que, no período carolíngio, se consuma nos esforços de Alcuíno de York, em Tours; nos de Teodolfo em Orleans, e os de Servantus Lupus em Ferrière. Em meio às situações desse período, em que a ordem territorial romana cede às invasões bárbaras, e em cuja amalgamação os esforços missionários dos padres suprem uma ordem transfronteiriça complementar – ao redor da qual os reinos passam a se organizar – é que, ora se dá a releitura bíblica e problematização da interpretação alegórica (por meio da

²⁰⁴ (DILTHEY, 1999, p.21).

qual, uma conciliação entre filologia e crítica das fontes primárias redundará na exegese luterana e consequente Reforma), ora um certo estado de perplexidade e desorientação que, clamando por uma reabilitação hermenêutica, move o mundo moderno como um dínamo de tensões reparadoras. Onde quer que, nesse contexto tensional, o fio de compreensão entre a tradição e os níveis de consciência que a sustentam, sejam incapazes de repor as perdas trazidas pelo fluxo temporal e, eventualmente, pela expansão, ou melhor, onde quer que a tradição e o dogma primário do eixo ordenador sejam rompidos, a crise e o colapso decorrentes exigirão análises hermenêuticas para reabilitar a unidade da compreensão. Muito expressivo durante esse período é o modo como o Arcebispo de Teobaldo, companheiro de Thomás de Becket e Bispo de Chartres, João de Salisbury (a quem se deve parte substancial do renascimento aristotélico no Ocidente) reabilita certa dimensão alegórica não apenas para compreender, mas para provocar uma mudança substancial que, dimensionando o Estado como um microcosmos (em seu *Policratus*²⁰⁵), ou seja, como emanção divina dos símbolos espaciais, seria capaz de responder à insegurança vigente da questão territorial própria do período:

Um Estado, de acordo com Plutarco, é um certo tipo de corpo dotado de vida por concessão divina (...). Aquelas coisas que estabelecem e implantam em nós a prática da religião e transmitem a nós o culto de Deus (...) ocupam no corpo do Estado o lugar da alma (...). Ademais, como a alma é, assim como foi, o príncipe do corpo (...) assim aquelas a quem nosso autor chama de os ministros da religião, presidem sobre todo o corpo. (...). O lugar da cabeça no corpo do Estado é preenchido pelo príncipe, que está subordinado apenas a Deus e àqueles que exercitam Seu ofício e O representam na Terra, assim como no corpo humano a cabeça é vivificada e governada pela alma. O lugar do coração é preenchido pelo senado, que está na origem das iniciativas boas e das perniciosas. Os deveres dos olhos, das orelhas e das línguas são reivindicados pelos juízes e governadores das províncias. Oficiais e soldados correspondem às mãos (...). Os intendentess de finanças e os contadores podem ser comparados ao estômago e aos intestinos, os quais – se congestionados por excessiva avidez (-) geram inumeráveis e incuráveis doenças, de modo que (...) o corpo todo é ameaçado pela destruição. Os camponeses correspondem aos pés, que estão sempre em contato com o sol, e necessitam mais especialmente dos cuidados e da perspicácia da cabeça já que, enquanto caminham sobre a terra fazendo serviço com seus corpos, são mais suscetíveis que outros a tropeçar sobre as pedras e, portanto, merecem auxílio e proteção, o que é perfeitamente justo, pois são eles que criam, sustentam e movem adiante o peso de todo o corpo (...). Remova do mais forte dos corpos o suporte dos pés e ele não poderá se movimentar por sua própria força. (SALISBURY apud RIKWERT, p.59).

Dessa vertente, a partir do qual se assoma um resgate da tradição clássica, além de certa reabilitação aristotélica (DAWSON: ‘*Capítulo X – A cidade medieval: escola e Universidade*’) é que parte a linha posterior amadurecida nos esforços do humanismo de Petrarca, do qual o Renascimento italiano será sua consumação. Assentada na defesa

²⁰⁵ Tal obra pode ser considerada uma das poucas do período pré-escolástica a investigar, sistematicamente, o fenômeno da política, reabilitando o ideal republicano de Cícero.

petrarquiana da singularidade humana e sua posição específica na natureza, além das teses de Pico della Mirandola sobre a dignidade (vide ‘*Oração sobre a dignidade do homem*’, 1496), para quem não sendo limitado por nada, o homem seria o único ser capaz de se autodefinir, eis que o humanismo aventava a ideia de que, contrariando os condicionantes e, portanto, a contingência, o homem deveria efetivar sua liberdade e “*utilizar sua virtude de modo a triunfar sobre os poderes da Fortuna*” (SKINNER, 1996, p.119). Sob efeito da paulatina recepção desse ideal humanista, a defesa da unidade de uma república cristã capaz de reabilitar o símbolo espacial do Império passa a se propagar pela ideia de que um pacto de não-agressão entre os príncipes seria muito mais eficaz que, propriamente, a concessão da tutela do poder religioso a um Imperador que a incorporasse.

Compreender como a questão territorial passa a se constituir como um problema no Ocidente, ao redor do qual os conflitos e fenômenos geopolíticos passam a ser reclamados a partir da tomada de consciência de seus porta-vozes em nome dos símbolos espaciais, além das respostas filosóficas e políticas assimiladas e concebidas para tal propósito, eis o que se objetiva com este capítulo, propósito que se dará com uma breve reflexão sobre a cosmovisão ocidental e suas particularidades.

§2 Da cosmovisão ocidental

O anseio deste parágrafo é o de reabilitar um senso de compreensão hermenêutica, capaz de dirimir a seguinte perplexidade: *Como, apesar de ser pressuposta onde quer que o fenómeno geopolítico se insinue como reordenamento do espaço*²⁰⁶, *a Geopolítica se estruturou como campo do conhecimento no mundo ocidental, ou dito de modo metonímico: só se tornou consciente no Ocidente*²⁰⁷? Qual a particularidade, genuinamente, ocidental que motivou os seus fundadores às intuições custosamente esboçadas entre outros estudiosos de outras cosmovisões? Ademais, existe alguma relação entre o plano de territorialidade ocidental e a Geopolítica, capaz de se dar como diferença irreduzível face as demais cosmovisões? Para esclarecer tais questões, eis que faz necessária uma minuciosa argumentação capaz de demonstrar as particularidades daquilo que se entende por Ocidente, mais especificamente o modo como (por razões filosóficas e políticas, sintetizadas em um remissivo horizonte de consciência) seus símbolos espaciais²⁰⁸ se tornaram autônomos às experiências que os originaram. Tão logo sejam intuídos e articulados como formações espirituais, tais símbolos se cristalizam em emanações, que nada mais são que um anseio de objetividade que, implicando o impulso vital à imanência

²⁰⁶ “Analisando o nascimento e depois a decadência dos Impérios e dos reinos originais da África do Norte o sociólogo magrebino (Ibn Khaldun) observava que estes encontravam a sua origem e a força do seu enraizamento na solidariedade e na integração da tribo que os havia fundado. Ele constatava, ao mesmo tempo, que estes sistemas políticos iam sendo ameaçados de extinção à medida que a casta que estava no poder se separava das suas referências tribais e tentava construir uma autoridade capaz de as transcender. (...) por trás da ideia da *asabiyya*, reaparece uma conceção do espaço que continua a ser fundamentalmente comunitária e rebelde à hipótese de uma construção política de um território capaz de transcender as identidades particulares; por trás da fragilidade da *asabiyya*, tende a revelar-se e a explicar-se toda a incerteza da passagem à territorialidade própria do Estado-Nação. (...). Os espaços de *asabiyya* que daí derivam estão muito longe das lógicas próprias do Estado-Nação que a geografia política traz formalmente à luz e cuja ilusão o direito internacional mantém.” (BADIE, Bertrand, p.101).

²⁰⁷ Se, como apontado por Olivier Beaud: “*não há conceito de soberania sem consciência reflexiva.*” (1994, p.47), o mesmo pode ser dito sobre a Geopolítica nos seguintes termos: “*não há conceito de Geopolítica sem que o território (autônomo aos constrangimentos ou determinantes espaciais) não se torne, metonimicamente, consciente dos seus próprios fins.*”

²⁰⁸ “*Em seu grau abstrato, ou seja, desvinculado do corpo que o dimensiona, e logo o situa, o espaço tridimensional é puramente geométrico, cuja homogeneidade (tangenciando o infinito no campo do possível) revela direções e perspectivas mutuamente intercambiáveis, visto que equidistantes a um ponto de referência. Como os elementos fundamentais da representação espacial geométrica são axiomas e postulados; conceitos que dispõem os objetos em um nível formal, tal representação aponta para conteúdos puros que, por não serem divisíveis ou adimensionais, extrapolam a própria experiência. Os conceitos de geometria pura são representações conceituais irreduzíveis, de modo que expressam as características peculiares da espacialidade na relação entre seus conteúdos, sem qualquer referência imediata à intuição. Desse modo, pontos se tornam parcelas indecomponíveis; linhas, superfícies estreitas, e retas, um segmento que, se jamais contrariado, permanece invariavelmente em expansão. Em razão disso, a representação espacial, por não dispor de conteúdos que não os mais elementares à abstração (como pontos, linhas e retas), pode ser organizada de acordo com leis transcendentais que independem do sujeito.*” (§4, Parte IV). Como anteriormente apontado, se os conteúdos do espaço geométrico são conteúdos puros, pois que irreduzíveis, logo seus símbolos são o anseio de expressão material que, recuando à forma pura, a contorna não sem certo prejuízo figurativo.

mundana, o atribui simultaneamente como domínio e titularidade, a saber: Império, soberania, nação e Estado. Quiçá, tais emanações decorram (pelas circunstâncias históricas ocidentais) da construção de um pressuposto intencional confuso - assente em uma compreensão espacial que, de maneira preliminar, pode ser vislumbrada à luz de uma peculiar teologia política na qual o território é ressignificado ora pela compactação entre a fé e a razão; ora pelo vazio aberto na contínua tensão entre os eixos ordenador e de exceção, entre os poderes religiosos e secular, cujo lapso cabe, *mutatis mutandis*, no embaraço do seguinte brocardo: “*Politics: Who Gets What, When, and How.*” (LASWELL, Harold, 1936).

De modo mais didático diríamos que, enquanto as demais cosmovisões deslocam o eixo ordenador de forma a subjugar e, em alguns casos, até mesmo indeterminar os demais, a cosmovisão ocidental se caracteriza pela tensão decorrente do anseio de sobreposição em que um eixo exerce sobre o outro, sobrecarregando e exigindo contínuos suprimentos de vitalidade dos demais. Nesses termos, a perspectiva de aplacar e reequilibrar o território como em uma homeostase, enseja a formação instrumental tanto dos símbolos espaciais, como da titularidade daqueles que, como causa eficiente, atualiza-os à proporção que os suspeita.

O marco qualitativo entre a cosmovisão oriental e ocidental decorre da seguinte especificidade: enquanto na primeira um eixo ordenador se cristaliza e se confunde com a própria estrutura social que espelha e corporifica, consagrando ritualisticamente até mesmo o território por meio de um sacrifício fundador, cujos ciclos sacrificiais são renovados como reabilitação da ordem cósmica, encerrando os níveis de consciência aos ditames da crença coletiva e dogmas consequentes; implicando assim o indivíduo às rígidas hierarquias e à aceitação impessoal de papéis - em contrapartida, já na segunda, é a própria consciência que, circunscrevendo o seu próprio domínio e as leis de proporcionalidade intrínseca, ou seja, seu *logos*, reorienta a ordem imediatamente exterior buscando meios de se tornar autônoma aos constrangimentos ou condicionantes.

Não havendo uma defesa da consciência como exegese meditativa (capaz de contínuo questionamento tanto sobre si mesma, como da realidade ao derredor), pois que é epifenómeno da ordem exterior que a ultrapassa e a submete, os níveis de assimilação constantes na cosmovisão oriental se caracterizam por uma ligeira vinculação entre forma e estrutura, ordem e proporção, a partir dos quais religião e sociedade se confundem e se implicam mutuamente. Neste contexto, a ordem cósmica (incorporada em um análogo

territorial²⁰⁹) tem antecedência fundamental a qualquer esforço e iniciativa pessoais, marcando retroativamente tanto a hierarquia social, como os núcleos intencionais dos eixos em uma inflexível divisão do trabalho. Conservar o território, nesses termos, significa o mesmo que preservá-lo com as tradições que o constituíram, e preservá-lo, exige desdobrar simbolicamente o ato fundador em uma mentalidade vigilante que se empenha em evitar, de todo, aquele arcaico temor expiatório: *a uma desgraça segue-se uma infração e a uma infração, uma desgraça*. Por obra da conservação dessa mentalidade, que passa a atribuir a preservação do território ao êxito daquilo que se cristalizou como um *ethos*, é que - o evocado sacrifício de Purusha entre os hindus, de cujas partes do corpo teriam originado as quatro castas - ainda se faz presente na Índia contemporânea, apesar do processo de industrialização nas últimas décadas²¹⁰. Em linhas gerais, onde quer que os níveis de consciências sejam apenas um acirrado compromisso não de ordem interior, mas meios de satisfação pública à finalidade específica de papéis (como entre os orientais²¹¹) maiores são as resistências às crises, à entropia e ao colapso: processos alusivos, paradoxalmente, à expansão e às novas seriações. Ora, como apresentado anteriormente, eis que, quanto maior a tensão, maior igualmente a possibilidade de surgir sínteses cosmovisantes, afinal:

²⁰⁹ Destaca Mircea Eliade, em: “*O sagrado e o profano*” (2004, p.43) que Hermann Usener (“*Götternamen*”) foi o primeiro estudioso ocidental a perceber a relação etimológica entre tempo/templo (*tempus/templum*) com o sentido respetivamente temporal e espacial. Utilizando tal relação a veremos em vários contextos que, aproximando ocidentais e orientais, prova a remissão analogante entre território e cosmovisão. Entre os indianos do período clássico, por exemplo, os templos passaram a ser não apenas o centro das cerimônias religiosas, mas o espaço da veneração aos deuses. Construídos segundo as regras da arquitetura sagrada, em formato de mandala tridimensional, os templos ou *mandiras* eram uma representação espacial do *cosmos*, cujo centro (*garbhagriha*) era ocupado pela imagem do deus ou deusa em devoção, e, imediatamente, ao redor, a disposição de uma torre que representava o monte Meru, a montanha que simbolizava tanto o eixo cósmico, como a morada dos deuses. Ademais, a própria construção temporal, e o esforço demandando representava um análogo da criação cósmica, a partir da qual a ordem se sobrepuja ao caos. (ALMIRALL, 2005). Entre os gregos do período micênico, por exemplo, se percebe algo equivalente. Sítios arqueológicos, em Micenas e em Tirinte, dão provas de uma circunscrição territorial rodeada de muralhas construídas com grandes blocos de pedra (muralhas ciclópicas). No centro destas estruturas está construído um palácio, cujo núcleo, o *mégaron*, é protegido por um grande espaço sustentado por colunas. Representando, simultaneamente, o centro do poder político, bem como da administração e da produção, o eixo de exceção (personificado na figura do rei) também ocupava funções próprias do eixo ordenador, dispondo de um domínio particular, o *téménos*, termo que designa o espaço sagrado ligado a uma divindade e ao seu templo (CARPENTIER, p.33). Em linhas gerais, a ideia do tempo/templo diz respeito ao ato inaugural de um território, que surge logo após a remissão à criação cósmica e à fundação de uma nova ordem *ab initio*. Ademais, é o próprio Mircea Eliade quem escreve na obra supracitada: “*A instalação num território equivale à fundação de um mundo.*”

²¹⁰ “*A economia indiana, após a década de 1980, superou definitivamente a taxa de crescimento hindu, que a caracterizava desde a sua independência, e passou a crescer significativamente a partir dos anos de 1980, superando inclusive o crescimento econômico mundial. Nesta década, a economia mundial cresceu 3% e a Índia 5,6%, enquanto que na década subsequente, ou seja, os anos de 1990, a economia mundial cresceu aproximadamente 3% e a Índia cresceu 5,7%, praticamente o dobro.*” (BARBOSA, p.74).

²¹¹ Um critério interessante para uma relativa distinção entre as cosmovisões, quiçá, seja aquele utilizado pelo psicólogo holandês Geert Hofstede, em sua obra: ‘*Culture’s Consequences: international differences in work-related values e Cultures and Organizations: software of the mind.*’ (1981), na qual empreende uma notável particularização das culturas tomando os seguinte eixos como referência: Distância ao poder; Orientação a longo prazo versus orientação a curto prazo; Masculinidade versus feminilidade; Aversão à incerteza; Individualismo versus coletivismo.

Se há fórmula constante sob os ciclos cosmovisantes tal se encontra na tensão entre duas forças mutuamente antagônicas que só surgem em razão da expansão, sendo estas: as que compõem a força de imposição propícia à estabilidade, à cristalização das aquisições em formas disponíveis (sendo, com efeito, téticas ou positivas, pois se doam gratuitamente), e as que, tendentes à expansão, suspendam-nas pela instabilidade, ameaça e corrupção (sendo antitéticas às primeiras), cuja entropia compromete a própria integridade dos eixos. Entretanto, é desta tensão, que surge por efeito da expansão, cujo produto se disponibiliza em uma síntese cosmovisante, que os frutos mais amplos e universais se deixam depreender. (§2, Parte VI).

Em âmbito destoante à cosmovisão oriental e sua dificuldade de assimilação das tensões trazidas pela expansão²¹², à proporção que as celebrações dos ciclos agrícolas (manifestas nas festas das vindimas gregas²¹³) convocavam ao extravasamento coletivo por uma colheita bem-sucedida: promovida pela ampliação dos entrepostos comerciais - no qual Dionísio era venerado publicamente por seu aspeto ctônico de deus despedaçado e ressuscitado, cujos segredos eram cultuados nos mistérios elíseos - mais a reconstituição simbólica de seu sacrifício e, posterior, ressurreição, foram convertendo uma mera celebração coletiva em decisiva abertura psicológica aos dramas não apenas exteriores, mas da própria consciência. No teatro (espaço em que se davam essas celebrações dionisíacas), as potencialidades reparadoras de forças, que se degradam com a vida cotidiana, regressavam a fontes regeneradoras do espaço público, ampliando os níveis de consciências (a partir de estímulos simbólicos ou lúdicos) por meio da paulatina abertura do foco de atenção e contínuo questionamento da assimilação de papéis. Em razão disso, ampliando o horizonte de consciência por meio da composição da complexidade psicológica, liberando

²¹² Um exemplo significativo, apesar de sua origem remota, se dá no seguinte caso. Derrotados os persas aquemênidas após as batalhas de Gaugamela e Arbela, em outubro de 331 a.C, Alexandre, o Grande se lançou a conquistar aquele território que, até então, era considerado o limite do mundo: a Índia. Há uma passagem muito interessante nessa conquista que, apesar da distância temporal, ainda lança luz sobre o modo como os indianos (marcados pelas lições ligeiramente filosófico-espirituais dos *Upanishads*) compreenderam a invasão de Alexandre na Índia, consagrando-os como aqueles que, vivendo às margens do rio Indo, seriam chamados desde então por Indos ou Hindus. Um dia - no norte da Índia, na região de Taxila - Alexandre enviou um discípulo de Diógenes, o cínico; de nome: Onesikrítos, para dialogar com o ‘*sannyasi*’ (sábio renunciante) Dandamis. Em meio à floresta, Onesikritos falou: “- *Salve, ó mestre dos brâmanes! O filho do poderoso Zeus, Alexandre, soberano senhor de todos os homens, solicita a sua presença. Se consentir, ele o recompensará com grandes dádivas; se recusar, ele lhe cortará a cabeça!*” Em réplica, Dandamis disparou: “- *Se Alexandre me cortar a cabeça, não poderá também destruir minha alma. Minha cabeça, então silenciosa, e meu corpo, como um traje rasgado, permanecerão na terra, donde seus elementos químicos foram extraídos. Eu, então, vindo a ser Espírito, subirei a Deus. (...). Contra os brâmanes, suas armas são inofensivas; nós nem amamos o ouro nem receamos a morte. Vá, pois, e diga a Alexandre isto: – Dandamis não precisa das suas ninharias e por isso não irá; e se Alexandre quer alguma coisa de Dandamis, que venha ele mesmo até aqui.*” Há rumores de que, amedrontado com a inusitada recusa de Dandamis, Alexandre jamais o procuraria novamente. (YOGANANDA, 1999.).

²¹³Bashofen (apud SANTOS, 1982. p,136) interpretou a civilização micênica nesses termos: o da passagem do matriarcado oriental para o patriarcado ocidental, passagem que, avançando à Idade do Ferro, marca demasiado o processo de sedentarização das colônias gregas, cuja cultura da oliveira e da vinha as transformariam em entrepostos estratégicos no Mediterrâneo. É nessa passagem que se pode situar as celebrações dionisíacas.

afetos e ânimos por vezes negligenciados, além é claro, assentando no teatro as bases para aquisições públicas posteriores como a própria capacidade de discursar e assumir papéis (elementos que ganhariam paulatinamente corpo com a sofisticação da política²¹⁴) os gregos subsumiram as formas mitológicas (e seus ciclos sacrificiais renováveis com sangue) em uma espécie de convocação pedagógica às decisões d'alma a partir da qual, a própria lógica sacrificial passaria a ser questionada²¹⁵. Em linhas gerais, por meio do teatro, os gregos lançaram as exigências sociais e seus ditames (drama da cosmovisão oriental) contra os próprios espelhos da consciência, de modo que, concomitantemente com Sócrates e sua dialética, libertá-la-ia, sobrepondo-a (como visão direta e intuitiva de uma alma imortal) aos constrangimentos e acidentes da ordem social.

O nível de consciência que surge à esteira do teatro de Ésquilo, Sófocles, Aristófanes e Eurípedes, bem como da filosofia socrática, marcando decisivamente as aquisições especificamente ocidentais (incorporáveis na transição de ciclos primários para secundários), logrou um êxito trino: A) *concebeu um modo de intuição de verdades dialeticamente elencáveis que, dispostas racionalmente, e não por ordem do constrangimento de uma força de imposição comunitária exterior ao indivíduo, radicou a validade daquilo que se pretende provar na esfera interior do juízo*; B) *elevou a Verdade, por ordem da tensão dialética e da conseqüente apreensão intuitiva, a um nível pautado não na mera conformidade à força quantitativa da opinião e do falatório, mas na evidência*; C) *desdobrou, a partir do recuo da consciência sobre si mesma, bem como do contínuo exercício da imaginação e reabsorção pessoal das circunstâncias, um domínio particularmente indivisível, inalienável, a saber: o do indivíduo, como reserva ontológica daquilo que é uno, coeso e subjacente a uma unidade pessoal*.

Em contexto genuinamente mediterrânico, em que os territórios são co-determinados pelo fluxo dos entrepostos comerciais e sua bicontinentalidade (§6, Parte I), as aquisições decorrentes das trocas entre os povos, ensejou a formação de um ecúmeno, a partir do qual o mundo (até então conhecido) passou a impactar não apenas as relações e processos internos, mas igualmente os níveis de consciência, renovando e tensionando seus ciclos primários. Nesse contexto de ampliação do horizonte do círculo da imanência mudana

²¹⁴ Apesar dos êxitos materiais e espirituais a que se pode vincular aos Impérios orientais, haja vista, os dos aquemênidas, sassânidas, medos, abássidas etc., não há paralelo capaz de reportar o desenvolvimento da política grega a nada, epocalmente, equivalente. (...).

²¹⁵ René Girard nos faz perceber isso na seguinte passagem: “*Segundo a Clitemnestra de Eurípedes, o sacrifício de sua filha Ifigênia seria justificável se tivesse sido decretado para salvar vidas humanas. Através de um personagem, o poeta trágico informa-nos assim sobre a função ‘normal’ do sacrifício humano, justamente aquela que Maistre considera inadmissível. Clitemnestra diz que se Agamêmnon tivesse aceitado ver morrer sua filha: ‘para impedir o saque da cidade, para servir sua casa, resgatar seus filhos, imolando um deles para salvar todos os outros, poder-se-ia perdoá-lo. Mas não! Eis uma impudica Helena...*” (2008, p.23).

(própria dos fenômenos geopolíticos, cuja estranheza e familiaridade se confrontam); em que o ecúmeno regulava mutuamente os territórios, os frutos da autoexpressão (como estatuário, ordens arquitetônicas, planos urbanísticos e ideias²¹⁶) migravam mundo afora, incorporando-se relativamente de acordo com as cosmovisões anfitriãs. Destarte, se o teatro e a filosofia lograram um êxito decisivo no processo de ampliação dos níveis de consciência, suas recepções eram extensivas às cosmovisões que os acolhiam. Curiosamente, se os sassânidas representavam um embaraço ao macropoder romano em contexto asiático, e pelo facto da Pérsia ser um dos poucos países da antiguidade a não sofrer a sua impressão geopolítica total, apesar dessa resistência à mentalidade ocidental, a recepção da filosofia grega entre seus estudiosos se deu de maneira relativamente genuína, numa confluência entre Oriente e Ocidente, entre as cosmovisões gregas e muçulmanas, cujos frutos são arqui-conhecidos²¹⁷. Em direção imediatamente oposta, o Ocidente receberia a influência vinda do Oriente desde o instante em que, logo após um sonho em 49 d.C, São Paulo sai de Troia rumo à cidade macedônica de Filipos, tornando-a a primeira cidade europeia a receber uma profissão de fé urdida, em sangue, nos confins da Palestina²¹⁸.

²¹⁶ Vide: Joseph Rikwert (2015).

²¹⁷ Na autobiografia de Avicena (1974) consta que este já praticava a medicina desde os 16 anos. Afamado por isso fora chamado pelo sultão de Buhara (Pérsia), Nuh ibn Mansur, para tratá-lo de uma doença tida como incurável. Por ter-lhe salvado, o sultão abriu as portas de sua biblioteca pessoal para o prodigioso Avicena. Ademais, outro facto decisivo para a conformação filosófica da cosmovisão árabe, segundo Friedrich W. Zimmermann (1986) fora a recepção da filosofia neoplatônica, cuja propagação se dera com uma compilação de comentários de Proclo e Plotino por intermédio de Al-Kindi (800-870 d.C). Em Bagdá, por exemplo, os califas abássidas Al-Ma'mun e Al-Mustasim tornaram-se patronos das traduções de obras gregas e siríacas para o árabe, resultando assim em relativa popularização.

²¹⁸ “Depois da conquista de Pompeu, em 63 a.C., os Judeus haviam conservado um rei, cliente de Roma. Após a morte do rei Herodes, em 4 a.C., a Judeia, em 6, a Galileia e a Samaria, depois de 44, são anexadas à província da Síria e colocadas sob a autoridade de um prefeito-procurador. Todavia, a administração romana defronta-se permanentemente com revoltas larvares de grupos de salteadores, segundo a expressão do historiado judeu Flávio José. Estes movimentos são o resultado de uma crise social grave, mas também de oposição religiosa entre os Judeus e os Romanos, entre o politeísmo pagão e o monoteísmo judeu. A resistência religiosa dos Judeus é alimentada por uma forte corrente escatológica que anuncia o fim próximo do mundo, alimentada por uma literatura apocalíptica e por um movimento messiânico, que aguarda a vinda de um messias, enviado ‘ungido’ de Deus que preparará o restabelecimento do reino terrestre de Jerusalém. Os descontentamentos cristalizam-se numa grande revolta que estala em 66 e que desencadeia uma guerra muito dura que termina com a tomada de Jerusalém por Tito em 70, a queda da fortaleza de Masada em 74 e a criação da província da Judeia. Uma das consequências importantes desta revolta é o incêndio do Templo e a sua destruição. Os rabinos tomam então a direção espiritual e religiosa do povo e aconselham a submissão ao ocupante, na expectativa de um julgamento adiado para o Além. No entanto, as oposições mantêm-se latentes e, em 132, sob a direção de Simon Bar-Kokhba, estala uma outra revolta contra a decisão do imperador Adriano de fazer de Jerusalém uma colônia dedicada a Júpiter Capitolino. A repressão é terrível: os Judeus já não podem entrar em Jerusalém, salvo um dia por ano, para se lamentarem sobre as ruínas do Templo, e a antiga província da Judeia passa a ser a província Sírio-Palestina. É a este meio judeu da Palestina que está ligado o nascimento do Cristianismo: entre os pregadores judeus do século I, Jesus de Nazaré percorre o país, mais particularmente a Galileia, pregando em companhia dos seus discípulos. Preso e acusado de querer refazer um reino judeu independente, é julgado por Pôncio Pilatos e crucificado em Jerusalém cerca de 30. Ora, alguns dias depois da sua morte, os seus discípulos anunciam a sua ressurreição e espalham essa ‘boa nova’ (eu-aggélion, evangelho) na Palestina. O ensinamento de Jesus Cristo, o ‘ungido’ do Senhor, considerado pelos seus adeptos como Filho de Deus, descido à Terra, encarnado em homem para o salvar, só é conhecido por textos posteriores à sua morte em várias dezenas de anos, entre 70 e 100, através

Ademais, como essa nascente cosmovisão fora capaz de desencadear uma síntese cosmovisante, conciliando os extremos da religiosidade mais pia com o espírito pagão grego? Ora, apesar de suas particularidades, qual a semelhança que há entre a paulatina abertura da nascente consciência ocidental - representada pelas celebrações dionisíacas, posteriormente, desdobradas na assimilação e contínua problematização dos papéis comunitários, bem como da própria dialética socrática - em recepção ao culto cristão protagonizado no Oriente? Apesar das diferenças, o que os aproxima? A semelhança reside, *mutadis mutandis*, no seguinte tópico, respetivamente: a captação da verdade, não a partir da força de imposição coletiva, cuja consequência é sempre de ordem retórica ou verossimilhante, mas a partir da intuição, privativamente, acessada, além é claro, do acesso direto ao conhecimento do Verbo divino por meio da Pessoa do Cristo; acesso que, partilhado na comunhão mística dos fiéis que o evocam, se dá sem a chancela ou intermediação de um eixo de exceção desdobrado na figura do Estado. Sendo uma religião que não se volta, extensivamente, aos membros de um grupo ou de uma comunidade específica, mas antes disso, se dirige, intensivamente, a indivíduos reais e concretos, sem fazer distinções de quaisquer naturezas, o Cristianismo surge como um contraponto não apenas aos cultos orientais (com suas rígidas hierarquias em rígidas sociedades), mas igualmente aos cultos estatais, cuja divinização do eixo de exceção tornar-se-ia constante desde os sumérios. Deslocando o divino para um nível vertical (contra a esfera imanente da tradição arcaica e seus ciclos sacrificiais, cujos deuses são vítimas imoladas como a personificação do sacrificado), tornando-o assim transcendente, o Cristianismo entrecruza a altura almejável do cosmos com a profundidade íntima, criando uma síntese cosmovisante que ora atende à abertura da consciência à fé e à esperança, ora à salvação. A consequência desse entrecruzamento dialético, que ora remetia ao imediatamente mais inefável, ora ao particularmente mais íntimo, dispôs ao homem uma posição de interlocução direta com o transcendente, cuja ordenação da consciência e consciência da ordem se confundem e se esclarecem mutuamente. À experiência interna da dimensão iluminada da consciência, a que o Cristianismo faz sobressair, se entrevê, simultaneamente, a personalidade humana e sua participação em uma comunidade que a absorve; comunidade que, não se restringindo extensivamente, irmana intensiva e universalmente todos os viventes.

dos Evangelhos. Baseado num profundo respeito pelo homem, promete a vida no Além e a ressurreição dos mortos no fim dos tempos. Esta doutrina espalha-se primeiro nos meios judeus e judaizantes da Palestina e da Síria. Porém, depois de sua conversão, Paulo faz progredir a missão daqueles que se afirmam fiéis de Cristo, os cristãos, em toda a bacia egeia entre 44 e 58: existem comunidades cristãs em Corinto, Éfeso, Chipre, Alexandria, etc, e até em Roma, onde são assinalados cristãos no reinado de Cláudio, que manda expulsar de Roma os judeus agitados 'sob o impulso de um certo Chrestos' (Suetônio). É nesta comunidade cristã romana que se estabelecem Pedro e Paulo." (CARPENTIER, pp. 103,104).

Em razão desse ímpeto intensivo ou universal que, com efeito, reabsorve e ultrapassa a ideia de ecúmeno, tornando-a uma unidade espiritual, o Cristianismo não traz consigo instruções políticas seculares, fartamente encontradas nas demais cosmovisões orientais, haja vista, os *haddiths* muçulmanos, a *Torah* judaica e os *Upanishads* hindus que, com efeito, são ciclos primários incorporados em eixos de exceção institucionais bem definidos²¹⁹. Por ser muito mais uma *metanoia*, ou seja, uma ligeira mudança dos níveis de consciência, imediatamente vertidos em conversão, não há nem nos Evangelhos nem na doutrina apologética cristã, nenhum modo de organização político, jurídico ou econômico. Por certo, diferentemente da relativa fixidez presente nas demais religiões orientais - sob as quais, desde há séculos, ritos e senso de organização interna se incorporaram como uma força de imposição impessoal em suas respectivas sociedades - o Cristianismo demandou um esforço demasiado para tentar criar uma síntese entre a força e o poder, ou melhor, entre a coerção e a obediência, cujo projeto político e geopolítico (constante ao longo das civilizações mediterrânicas) sempre se deu como um anseio expansivo que, relativamente equiparável ao índice cosmológico-imperial²²⁰ em outro âmbito, pode ser dada do seguinte modo: a ambição de conservar e expandir uma ordem ecumênica que, integrando e reabilitando o homem como um ser espiritual, vinculasse todos os indivíduos e povos em uma comunidade universal, ou, nos termos de Alexandre, o Grande, em seu clássico discurso em Ópis, em uma: '*homonoia*²²¹' (concordia) entre ocidentais e orientais. Em tese, parte dessa ambição alexandrina (própria do anseio de reconstituição perfectível) se deu no instante em que Roma Imperial conseguiu converter o poder ligeiramente interno ou doméstico em um macropoder, cuja força impositiva co-determinaria o mundo até então conhecido. O esforço de não apenas restaurar, mas de evocar tal macropoder romano, fez com que inúmeros imperadores se empenhassem em reclamar tal direito de sucessão, como símbolo ecumênico da integração – sob uma mesma tutela – de povos distintos. A ambição de conciliar imediatamente a ordem territorial com a restauração integral do Império Romano (como expressão transfronteiriça do macropoder) vai moldando a Geopolítica do mundo antigo (em franca passagem para um novo mundo), radicando no eixo ordenador monacal e na cosmovisão cristã a formação de um inusitado estado de coisas. Sem se importar, politicamente, com as coisas deste mundo e nem esboçá-lo explicitamente em seus

²¹⁹ Aponta-nos Frithjof Schuon em sua obra "*Compreender o Islão*" (1989, p.32): "(...). *O Islão é um 'espaço', não um 'tempo'; sendo o tempo a putrefação do espaço.*"

²²⁰ "*partindo de quaisquer dos extremos, o eixo de exceção almeja o centro que, simbolicamente, é o esforço simultâneo para reintegrar e dissolver as diferenças a partir de uma ordem ecumênica, bem como de reconduzir o território ao espaço primordial de sua possibilidade, ou seja, reordená-lo desde o zero.*" (§5, Parte VI).

²²¹ Plutarco em: "*Sobre a fortuna ou virtude de Alexandre Magno*" (328a-e).

Evangelhos, o Cristianismo vai cedendo a sua síntese cosmovisante (marcada pela deposição da lógica sacrificial) e conseqüente senso de ordem, até ser incorporado pelas potestades deste mundo; processo que, não sendo de todo incomum às demais religiões orientais (sobre as quais os eixos ordenador e de exceção se indeterminam e se confundem em iniciativas político-territoriais mui específicas), ora vai submetê-lo como um macropoder, impremeditadamente, imperial; ora vai distanciá-lo das demais profissões de fé. Cedendo, em tese, às coisas deste mundo, o Cristianismo vai realçando a sua condição de síntese cosmovisante que, originando como unidade das mentalidades ocidental e oriental, ora o submeterá a cobrar os tributos em nome de César, ora o exigirá ser contra César.

Ora, mas de que modo, materialmente falando, se desdobra a articulação entre os eixos desde um ponto de vista ocidental; ponto de vista, cuja genuína inquietação daria forma, no século XIX, à Geopolítica? Se o plano de territorialidade se assenta em uma cosmovisão, e sendo a cosmovisão atualizada desde os níveis de consciência presentes no eixo ordenador, se pode concluir que a territorialidade ocidental (com sua síntese entre o supratemporal e a intimidade, entre a partilha de um espaço público e a reserva da vida privada) tem em seu eixo ordenador os seus rudimentos. Desse modo, como se deu essa passagem? O modo como o eixo ordenador incorpora, preserva e reinterpreta a cosmovisão se dá (em seu aspeto material) no fenómeno do monasticismo (*monakos* em grego: solitário), cujos frutos se deixam depreender, por conseguinte, na partilha e na pertença mútua da vida monástica como um microcosmos. Mais especificamente no Ocidente, conciliando religião, cultura e filosofia, o monasticismo fora determinante para a Idade Média, sendo esta, o período da história (compreendido entre os séculos V e XVI, na Europa) que resultou da amalgamação do magistrado romano, do monge católico e do guerreiro germânico (RIGHI, Maurício, p.13²²²), criando assim uma unidade entre níveis de consciência distintos, destarte, síntese cosmovisante da tensão entre ciclos primários e secundários.

Representando um novo ideal de integração suficientemente capaz de repor as perdas da unidade imperial romana, a Idade Média tinha nas ordens monásticas ou em suas corporações religiosas, o eixo ordenador de referência para a receção (através de missionários helenísticos vindos do Levante) da cosmovisão cristã. É no plano da territorialidade exigido pela vida monacal (com seus símbolos espaciais comunitários) que, apesar de relativamente rastreável em Burma e no Ceilão; sem efeitos decisivos em seus

²²² Prefácio da obra ‘*A criação do Ocidente*’ (Christopher Dawson).

respetivos territórios (DAWSON, ‘Capítulo III: *Os monges e a formação da tradição ocidental*’) é que se assenta a formação do território europeu e, conseqüentemente, ocidental. Se há diferença entre o modo como o monasticismo se deu entre as cosmovisões ocidental e oriental, respetivamente, decorre da seguinte especificidade:

(...) nem o Islão, nem o Judaísmo, nem o Hinduísmo, nem o Budismo se inscrevem nesta mesma cultura do espaço. À exceção – aliás, matizada – do xiismo, a religião muçulmana nunca foi dotada de uma administração territorial que pudesse evocar, de perto ou de longe, a instituição episcopal. A este título, as referências contemporâneas à Umma ou pan-islamismo não são apenas críticas ao Estado-Nação, mas restituem, também, toda uma cultura do espaço, mais do que milenar, que pertence à memória coletiva de forma muito mais profunda do que aquela que funda uma territorialidade do Estado-Nação emprestada. (BADIE, pp.41,42).

A vida errante dos padres do deserto, cuja unidade pessoal representava a sobreposição da irmandade cristã - católica ou universal - à mera filiação familiar, acatando assim a própria advertência do Cristo em *Mateus 10,37-38*: “*Quem ama seu pai ou sua mãe mais do que a mim não é digno de mim; e quem ama o filho ou a filha mais do que a mim não é digno de mim. E aquele que não toma a sua cruz e não me segue, também não é digno de mim*”, já indiciava uma religiosidade marcada não apenas por um ultimato à consciência, mas à errância. É sob esse ultimato e sob essa errância, que tende a convocar a consciência à gratuidade do ser e retribui-lo em gestos tão gratuitos quanto universais, ou seja, de modo a alcançar relativamente a própria humanidade, que o Ocidente passa a ser delineado não apenas como espaço qualitativo ou ideal, mas como território; fenómeno do qual algumas lógicas territoriais (marcadamente fechadas e indeterminadas em ciclos primários incapazes de recepcionar a crise de novas seriações) resistem em dimensionar²²³. Este estilo de vida que se expande com a vida monacal paulatinamente, vai se assentando e compondo um território, distribuído em unidades autônomas: como cidadelas, monastérios e aldeias, sendo estas últimas o espaço que, desde Roma, se caracterizaria pela dificultada penetração do culto imperial oficial, local em que se assentavam os *pagus* ou camponeses, mas cuja recepção

²²³ Um caso paradigmático (quanto a lógicas territoriais difusas) se encontra no Afeganistão. Dividido ao meio pela monumental cordilheira do Hindu Kush – conjunto de montanhas que divisa o país em uma série de tribos com tradições linguísticas e culturais muito específicas – o Afeganistão pode ser compreendido, geopoliticamente, deste modo: ao Norte convivem as etnias usbeques, turcomanas e tajiques (correspondentes a 27% da população local), cuja cultura é muito mais efeito da influência de países vizinhos que propriamente dos nacionalmente dominantes *pashtuns*, ou seja, efeito das tradições do Turquemenistão, Usbequistão, Tajiquistão, Paquistão e Irã. Dentre essas etnias encontram-se os azaras, que se alternam entre a vida nas montanhas e nos vales do centro do país, cuja oposição aos eixos ordenador e de exceção *pashtuns* os fazem politicamente próximos das bandeiras político-ideológicas das etnias do Norte. Em contrapartida, ao Sul vivem os *pashtuns*, entre tribos que constituem cerca de 42% da população total afegã. (FAWCETT, 2013, p.18). Um traço curioso e que decerto lança luz sobre as assimilações do ser intuídas desde a língua falada: o *pashtu*, falada por cerca de 30 a 40 a milhões de afegãos, e cujas obras literárias remontam a épicos orais, poesias e obras místicas (de orientação sufi), é que sua produção mais expressiva tenha se desenvolvido de modo relativamente recente, ou seja, apenas a partir dos séculos XVII e XVIII, dando-nos uma dimensão da relação não menos crucial entre os determinantes regulares e as dificuldades para estimular níveis de consciência mais amplos, universais e abertos. (LOPES, 2010, p.277).

ao Cristianismo se daria por seu caráter emancipador, no qual o chamado à consciência se realiza não pela imanentização do divino (haja vista, os césores divinizados), mas por obra da reabilitação do humano. Expandindo-se por iniciativa genuinamente pessoal dos seus padres, o monasticismo foi criando uma ordem sob os rudimentos da Roma imperial esfacelada pelas invasões bárbaras. É por ordem desse gesto, eminentemente pessoal, que se pode tornar nominal o eixo ordenador que delineou o território europeu, com: São Bonifácio (Apóstolo da Alemanha), Alcuíno de York (conselheiro de Carlos Magno), Santo Anselmo (Abade de Bec), João de Salisbury (Arcebispo de Teobaldo, companheiro de São Tomás de Becket e Bispo de Chartres), etc. (DAWSON, Capítulo IV: ‘*A reforma da Igreja no século XI e o Papado Medieval*,’ Idem).

Apesar dos êxitos urbanos e materiais demonstrados pela vida monacal (capazes de reabilitar relativo senso de ordem em uma realidade demasiado convulsiva), apesar disso, havia na origem da cosmovisão cristã a ausência de uma força de imposição com coação necessária para converter as verdades mais soberanas em lei e prescritividade; fenómeno que, de modo diametralmente oposto, punha o Cristianismo à distância das demais religiões orientais. À proporção que é absorvido e incorporado pela decadência da religiosidade romana (incapaz de impor seu politeísmo aos povos do Oriente), o Cristianismo sucumbe à crise da cosmovisão imperial, dando indícios (72 anos antes da conversão de Constantino, ou melhor, desde os primeiros éditos de perseguição aos cristãos por ordens do Imperador Décio, em 250 d.C, e a exigência de uma escalada sacrificial à memória dos deuses romanos) de que, resistindo e desmantelando o estado de coisas vigente, iria não apenas vencer as coisas do mundo, como confundir-se com o mundo, instrumentalizando e consignando aquilo que para as demais cosmovisões é espaço sob os termos funcionais da cristalização ou literalização dos seus símbolos, a saber: do território.

O que segue à mundanização da verdade cristã, logo após a crise da tetrarquia romana e a conversão de Constantino, é a conciliação da figura do eixo ordenador em um eixo de exceção, ou melhor, da instrumentalização de um poder espiritual (evocado em um reino que não é deste mundo) em um poder secular, cuja indeterminação resultante torna o Cristianismo a religião do Império que, por sua vez, como esboçado em §4B²²⁴ é expressão mesma da própria indeterminação e de um anseio que, almejando o centro, se dissolve no centro bem como de uma inesperada amalgamação que origina uma inusitada teologia política. É dessa impremeditada antinomia, assente em sua própria síntese cosmovisante, que a noção material de território será desdobrada no Ocidente, no qual, mutuamente se

²²⁴ “Ademais, o Imperator concentrava as funções primordiais do eixo ordenador, sob o título de grande pontífice (*pontifex maximus*), ou seja, chefe da religião romana, além da afiliação como César divinizado, doravante *divi filius*.” (Parte, VI).

sustentando e se indispondo, os eixos ordenador e de exceção; padres e reis, sacerdócio e realeza exigiriam a formação de domínios especificamente determinantes, consumada em uma autonomia do espaço de todo incomum às demais cosmovisões. Tal antinomia decorreu do facto de que, na gênese do processo de formação da Igreja no Ocidente, o clero assumiu funções próprias do eixo de exceção, mais especificamente, às concernentes à administração, e cujo efeito o levou a concentrar as atividades mútuas do sacerdócio e da organização política. No anseio de construir um cânone capaz de preservar a verdade cristã, o clero se empenhou oportunamente em compilá-lo, de modo que, *“a partir de meados do século III, os bispos das cidades vizinhas começam a reunir-se em sínodos, para definir a doutrina e combater a heresia”* (BARRACLOUGH, 1972, p.17); fenómeno que, ao incorporar o modelo de organização provincial do Império Romano, originou o plano de territorialidade assente nas províncias eclesiásticas e toda exigência política dali decorrente.

Após ter se expandido até o Oriente, retomando a política espacial de Diocleciano, o Imperador Constantino decidiu otimizar a administração territorial do Império, criando uma nova capital em Bizâncio e consagrando-a, em 330 d.C, com um ligeiro epônimo, Constantinopla, sendo – por seu caráter posterior – chamada de ‘Segunda Roma.’ Em termos de impressão geopolítica, ou até mesmo de importância histórica, muito da tentativa de preservação do Império, mudando-o para Constantinopla, decorreu de uma política de defesa desde o fim do século II que, em parte – contraposta ao temor das invasões bárbaras – levou Diocleciano à descentralização do eixo de exceção em uma tetrarquia, com quatro capitais, a saber: Trêves, Milão, Sirmium, Nicomedia (CARPENTIER, p.120). Posteriormente, já com Constantino, a posição estratégica da ‘Segunda Roma’ (numa região de língua grega e de tradição greco-oriental) e, geograficamente, em uma posição central no complexo marítimo do mar Negro/Egeu, bem como entre os Bálcãs/Ásia Menor, levariam a um decisivo ponto de rutura que, culminando no fim do século IV e em 395 d.C, respetivamente, com a dissociação do Império do Ocidente e do Oriente, e divisão de ambos os Impérios entre os filhos de Teodósio (Arcádio ficaria com o Oriente, Honório, com o Ocidente), ensejariam uma síntese cosmovisante entre a tradição imperial romana e a conceção teocrática oriental. Sob esta síntese, o Imperador (como personificação do eixo de exceção) arrogava-se, igualmente, chefe da Igreja, figura que mui, posteriormente, seria encarnada por Justiniano, no século VI. Em uma longa seriação de sínteses, Bizâncio iria reabsorver as circunstâncias de um modo distinto à Igreja do Ocidente, em um mundo que, constantemente assediado pelas levas de eslavos em suas fronteiras balcânicas, além do estabelecimento do emirado omíada com o califa Abd al-Rahman, em 756 d.C, na mítica Andalus, tendia cada vez mais ao colapso e à desagregação. Contra tal, algumas medidas foram adotadas, a começar por aquelas tomadas por Justiniano para consolidar e unificar o

poder desde um eixo ordenador-excepcional, a saber: a compilação das leis (Código Justiniano), textos da jurisprudência romana (*Digesto*), um manual de direito civil (*Institutos*), além das próprias leis bizantinas escritas em grego (*Novelas*), cujo conjunto constituiria a unidade jurídico-administrativa do Império Bizantino, doravante *Corpus Juris Civilis*, sendo o dogma ortodoxo, o eixo ordenador ao redor do qual o poder político e religioso gravitariam (CARPENTIER, p.125). É em razão da helenização, cada vez mais incorporada desde o uso da língua grega como língua oficial do Império, da Igreja e da administração, que os bizantinos formam a particularidade de sua síntese cosmovisante, em uma recepção à mentalidade grega que se faz presente, inclusive, na titularidade da *ultima ratio* que, não mais alcunhada em termos romanos, como *Imperador*, passa a ser nomeado como: Basileu, título aristocrático micênico, reabilitado por Heráclio, em 632 d.C, que de todo não se distancia das pretensões homéricas de Alexandre, o Grande. Ademais, em posterior cizância teológica ao redor da iconoclastia, medida adotada desde Leão III, em 726 d.C, na chamada *Querela das imagens*, que só se restabeleceria em 843 d.C com a sua flexibilização e aceitação, o papado ocidental se distancia em definitivo da Igreja Bizantina, aliançando-se com uma família de nobres francos recém-convertidos ao Cristianismo, a saber, a família de Carlos Magno que, no Natal de 800 d.C, coroado pelo Papa Leão III, fundaria um novo Império romano-cristão (CARPENTIER, p.137). Fazendo uso do título imperial romano, em desuso na Europa Ocidental desde o século V, Carlos Magno ensejaria a criação de um vasto Império que, no decurso de mil anos, formaria o território do que atualmente é a Alemanha, parte da França e Norte da Itália.

Deslocando o centro da cristandade e do poder até as planícies e mares do norte do continente, Carlos Magno estabelece a capital do novo Império cristão em Aix-la-Chapelle, passados séculos de total abandono e subdesenvolvimento do mundo ocidental, no que o converte em uma extensão do papado romano como força política capaz de destituir reis e imperadores. Posteriormente, depois de assentadas as bases político-econômicas decisivas para uma autonomia dos eixos ordenador e de exceção, até então implicados - em 926 d.C, com a fundação de um novo Império do Ocidente, o Sacro Império Romano Germânico, a aliança entre Otto I e o papa João XII, marca não apenas um ligeiro traslado do poder francês para o alemão, como uma indeterminação que, tornando o poder político uma proteção material à Igreja, bem como pretensa unidade aos reinos cristãos, não satisfaz nenhuma das duas pretensões, sobretudo, pelo gradual aumento da esfera de atuação política do Imperador, fenômeno que se torna reportável ao esforço de Filipe, o Belo para se contrapor às exigências do Papa Bonifácio VIII, pontífice que, com as bulas '*Clericis Laicos*' e '*Etsi de Statu*', tentava admoestar todos os reinos cristãos de que o direito de sobretaxação tributária advinha não da soberania daqueles, mas do consentimento do clero. Dessa

contenda entre o rei e a nobreza italiana e os cardeais, que entendiam que as cidades italianas eram patrimônio petrino, e, por conseguinte, submetidas à sua jurisdição, a corte papal se transferiu, em 1309, de Roma para a cidade francesa de Avinhão, cuja impressão geopolítica decorrente marcariam tanto o papado, cujo Colégio de Cardeais se tornou relativamente francês, como a própria balança do poder²²⁵. Subordinando-se aos monarcas franceses, *regnum* e *sacerdocium* passam a se indeterminar, desencadeando uma série de instabilidades internas à Igreja, da qual - passados trinta anos - os efeitos seriam não apenas o descontentamento posterior de reformadores como o do inglês John Wycliff que, rejeitando o poder papal (doravante *plenitudo potestatis*), traduziria a Bíblia do latim para a popularesca língua inglesa, bem como os rudimentos das primeiras inquietações anticlericais que resultariam nas ideias filosóficas da soberania.

Em razão dessa inabilidade e decorrente indeterminação entre ambos os eixos, a pretensão de um território cristão relativamente unificado vacila, precipitando a formação de principados e ducados que desencadeia um processo de ruralização por meio do qual os nobres se recolhem em suas terras e, na ausência de um eixo marcial subsidiado por um eixo de exceção, leva-os a forjá-lo na formação de exércitos e milícias particulares. A série de desconfianças mútuas que, aniquilando qualquer partilha territorialmente promissora dificulta um processo de compactação dos eixos, é efeito ora das dificuldades internas, ora das ameaças fronteiriças constantes desde as invasões bárbaras. Retalhada em uma centena de territórios que, apesar de próximos, se distanciam, a Europa encontra na Reforma Protestante²²⁶ uma crise da qual custaria, simultaneamente, o colapso de sua unidade

²²⁵ “O poder papal diminuiu violentamente durante o século XIV e o equilíbrio de forças cabia aos reis. Sete papas sucessivos moraram em Avignon (1309-1377), sob o controle firme dos monarcas da França. Em 1378, uma eleição papal contestada dividiu a Igreja entre os apoiadores de Urbano VI em Roma e de Clemente VII em Avignon, e os reis da Europa tomaram partido de acordo com as rivalidades. O cisma só terminou com a eleição de Martinho V no Concílio de Constança de 1417, mas os papas, em segurança de volta a Roma, nunca recuperaram o prestígio de antes.” (ARMSTRONG, p.253).

²²⁶ “Como observa Duncan Forrester (in STRAUSS & CROUSEY, 1987), Lutero considerava o cristão como vivendo em dois reinos simultaneamente, um dos quais terreno e temporal, o outro eterno e espiritual; isso implica numa ideia de homem como uma criatura que vive na terra e no céu, e se submete tanto às leis seculares quanto ao Evangelho. Os dois reinos são governados pelo mesmo soberano, ou seja, por Deus, e são necessariamente complementares, porque devem ser considerados como um só. O governo temporal existe porque pertence apenas à esfera terrena, devendo satisfazer as necessidades desta; a autoridade do governante do reino temporal é derivada diretamente de Deus, e não do Papa ou do povo. O governo deveria evitar o pecado e os vícios da população; cabe à teologia ensinar ao soberano como ser um bom cristão, não podendo esta ter pretensões de fornecer ensinamentos políticos ou da prática governamental. Como resultado de tudo isso, Lutero acabou criando o que não pretendia: os governos temporais se converteram em agentes da reforma da Igreja, e nos árbitros dos caminhos desta; ou seja, o governo nacional se tomou o juiz das heresias, abrindo caminho para as Igrejas nacionais (SABINE, 1992). Se não fosse pela natureza decaída e pecaminosa dos homens, o governo secular não necessitaria de forças de coação e repressão, e o papel do Estado seria apenas de assegurar ao homem a vida mais próxima possível da “vida boa”, permitida apenas pelo Reino dos céus (FORRESTER, in STRAUSS & CROUSEY, 1987). A consequência foi que Lutero acabou tendo que, quase por necessidade, adotar o ponto de vista de que se deve obedecer passivamente aos governantes temporais - uma tese que se apresentava no pensamento político desde que fora enunciada por São Paulo nos primeiros tempos do cristianismo. A difusão do luteranismo, num mundo no qual a autoridade

imperial (outrora, erigida na comunhão entre a Igreja e o Império), bem como a sua efetivação como território continental, além de um agravante político suplementar, a saber: o da possibilidade da fundação de reinos que, deslocados da chancela e autoridade da Igreja Romana, formam a pioneira autonomia do eixo de exceção, da qual a anglicana de Henrique VIII é expressiva e sintomática de um novo estado de coisas. Ademais, destaca-se que, em 1539, na França o soberano Francisco I impôs por uma portaria na comuna de Villers-Cotterêts a substituição, de maneira pioneira, do latim pelo francês como idioma oficial da administração local. Ao redor dessa mudança, aparentemente irrelevante, surge uma série de processos que resultarão no fenômeno do galicanismo que, com a limitação do poder do papa a partir da *'Declaração do clero galicano'* de Bossuet, em 1682, impõe um controle político nacional sobre o poder ultramontano do pontífice sem precedentes na França.

O que segue a tal autonomia e consequente criação de igrejas nacionais, é um ponto de rutura que, divisando politicamente o mundo antigo do mundo moderno, gira e desloca os eixos a uma altura tal, no qual o eixo de exceção (independente do eixo ordenador e da chancela religiosa) concentra um poder sequer suspeitado não apenas entre os césares, como entre as demais cosmovisões e, com efeito, responde à questão hermenêutica precedente, de: *"Compreender como a questão territorial passa a se constituir como um problema no Ocidente, ao redor do qual os conflitos geopolíticos passam a ser reclamados, além das respostas filosóficas e políticas assimiladas e concebidas para tal propósito"* (§1, Parte VII). Por ordem dessa diferença, que marca a absorção do eixo ordenador e religioso - subsumido no eixo de exceção - a cosmovisão ocidental concebe o fenômeno territorial, desde então, de maneira notoriamente distinta dos demais planos de territorialidade forjados por todas as demais, sobretudo, pelo modo como estas últimas desdobram as suas ordens territoriais sem que um eixo de exceção se torne autônomo o suficiente para submeter o eixo ordenador, aliás, sem que seus governantes se imponham contra seus sacerdotes.

Pululando em toda Europa como um indício de um mundo em nascedouro, à conjunção da multiplicação de reinos segue-se, igualmente, ordens religiosas com pretensões de culto nacionais, haja vista, para além dos já referidos anglicanismos na Inglaterra e o galicanismo na França, o calvinismo na Holanda, o luteranismo na Suécia, o jesuitismo

papal vinha sendo tão questionada, e aonde os novos Estados vinham se constituindo e necessitavam de autoridades e poderes absolutos, era de se esperar. Quentin Skinner (1978, v. II) chega a elaborar, com base na obra de Moeller, uma espécie de "guia da Reforma protestante": - Em primeiro lugar, o soberano de algum território acolhia algum famoso seguidor do pensamento luterano em seu país e o protegia das perseguições religiosas; - O segundo passo consistia em convocar uma assembléia nacional com o intuito de repudiar os poderes jurídicos e jurisdicionais da Igreja católica, alegando que esta deve ser um corpo puramente espiritual, sem quaisquer pretensões de poder temporal. Tratava-se, portanto, de delimitar com o máximo de clareza o reino terreno e a Igreja; - Por fim, proclamava-se o soberano como chefe supremo dessa Igreja organizada em bases nacionais, transferindo para sua alçada todos os poderes que até então o Papa e a Igreja católica exerciam."* (ZAPELINI, 1996. pp.53,54).

ibérico. Empenhados em dobrar O índice cosmológico-imperial em detrimento de nascentes unidades nacionais e a emanção de símbolos espaciais especificamente locais, cada um dos Estados se esforça em fazê-lo com a ligeira conciliação de um certo interesse nacional com oportuna interpretação do Cristianismo, nacionalizando assim aquilo que é, paradoxalmente, universal. No anseio de sobrepor a cultura nacional e conseqüente nacionalismo ao papado, bem como à ordem transfronteiriça que o constitui, como uma justificativa dos poderes reais que os patrocinam, o eixo de exceção passa a financiar e a custear (por meio do mecenato da nobreza) uma série de bem-sucedidos intelectuais empenhados em tornar fiável o direito divino dos reis, convertendo-os assim em um eixo ordenador suplementar. É sob este pano de fundo, em uma realidade em que o eixo de exceção (personificado na figura de reis) se distancia e contesta a figura da Igreja transnacional, que se vai formando as noções políticas e Geopolíticas que marcarão o Ocidente decisivamente, em um conjunto de aspirações que atenderão muito mais a ambiciosas profecias autorrealizáveis, que propriamente a uma solução do problema territorial, sendo os símbolos espaciais correlatos à soberania, ao Estado e à nação; termos que, sem paralelo em nenhuma cosmovisão, marcam tanto um esforço de resolução do contencioso territorial que os emulara, como um eventual reforço.

§3

Análise hermenêutica da soberania

Reportando-nos à nota 174, §6 Parte VI, implicamos o símbolo espacial de soberania e conseqüentemente de soberano sob os termos apontados por Jouvenel: *“superioridade (do latim popular superanum). É a qualidade que pertence ao poder colocado acima de todos os outros e que não tem ele próprio superior na série temporal.”* Em razão disso, em seu sentido etimológico, é soberano, aquele ou quem está acima de todos os eventuais poderes, deslocando e personificando o eixo de orientação, a que a atividade política almeja (como atividade universal, passível de impactar biograficamente o gênero humano), à altura do eixo de exceção. Por conseguinte, representa a transubstanciação da força de imposição (outrora radicada nas satisfações dispensadas pelos reis tanto ao poder da Igreja, bem como às relações de vassalagem) em direitos que traduzem as decisões colegiadas e plebiscitárias com força de lei. Por certo, a ideia de soberania evoca simbolicamente as noções absolutas, pois não há nada que, ontologicamente, as determinem (como Deus em uma teocracia, o rei em uma monarquia absoluta ou o povo em uma democracia), de modo que, por representar a autoridade última, se converte assim na única opção legítima suficientemente capaz de determinar e impor limites a todos os demais eixos.

Em termos especificamente ontológicos se pode compreender que, como esboçado no §2, Parte I: *“A substância (forma/matéria) é uma só (...) sendo a ponência de*

si mesma como gratia prima, o princípio da efetivação do ato em potência”, a determinação de algo decorre de sua capacidade de se pôr a si mesmo. Ora, adaptando tal premissa ontológica sob os termos hermenêuticos da presente exposição é que se chega à seguinte certeza: por não se subordinar a nada que não a si mesma, a soberania se constitui como a ponência instrumental de um fundamento que, por não decorrer de nada que transcenda ao próprio território (ao contrário dos planos de territorialidade oriental, dos quais um sacrifício fundador e relações de transcendência tanto os precedem, como os constroem), é, pois, *causa sui*. Justificando-se em razão de si mesma, a soberania se torna não apenas causa formal, mas igualmente causa eficiente a determinar assim as ações humanas sobre o território, e cuja consequência se dá em uma artificialização do poder radicado no eixo de exceção. Desse ato de autoponência, deveras artificial, o poder se afirma sem outra causa que não as que determina a si mesmo, ocultando assim (sob um impremeditado fundo metonímico) as ações concretas que modulam e encobrem o seu próprio fundamento. Invertendo e imediatamente ressignificando a forma cratológica, da qual: *“partindo de quaisquer dos extremos, o eixo de exceção almeja o centro que, simbolicamente, é o esforço simultâneo para reintegrar e dissolver as diferenças a partir de uma ordem ecumênica, bem como de reconduzir o território ao espaço primordial de sua possibilidade, ou seja, reordená-lo desde o zero”* (§5, Parte VI), o símbolo espacial de soberania cumpre uma finalidade relativamente similar, apesar da modéstia, em que: partindo de quaisquer dos extremos, o eixo de exceção anseia instrumentalizar o centro, suprimindo-o da cosmovisão, de modo a reintegrar e dissolver as diferenças dispostas no próprio território.

Como não encontra razão de ser fora de si mesma, a soberania revela-se, paradoxalmente, absoluta e ilimitada, de modo que, sob suas determinações e circunscrições territoriais, não há norma que não pressuponha a sua chancela. Decorre desse giro autoponente, logo, absoluto, uma transcendência na imanência, que torna incondicionadas as normas que sustentam a própria comunidade, bem como a dificuldade dali resultante de converter os anseios pessoais ou individuais em uma forma coletiva suficientemente instrumental, em nome dos quais surgem, como movimento posterior não menos supressivo, os reclames nacionais. Suprimindo as instâncias intermediárias entre os reis e os súditos (comuns na Idade Média) - a exemplo das universidades, corporações de ofício e estamentos; submetendo e ocupando a posição nuclear outrora reservada ao eixo ordenador – o símbolo espacial da soberania radicar-se-á no eixo de exceção as demandas que, desempenháveis apenas sob efeito de relativa harmonia e integração entre os demais, tendem a converter em política tudo aquilo que não o é, submetendo à espada de Dâmocles até a mais modesta das aspirações humanas.

Diferentemente dos reinos medievais e consequente subordinação aos domínios regressivos dos Impérios, cuja atividade do eixo de exceção era regulada pelo poder espiritual do eixo ordenador que o integrava em uma ordem que, reclamada à luz da *universitas* transfronteiriça da cristandade, subjugava inclusive os próprios reis, o que se vislumbra com o soberano moderno é um contínuo e simultâneo desvencilhamento do eixo ordenador (de cariz religioso) por outro de caráter genuinamente filosófico, a partir do qual busca suplementar e justificar as suas razões de ser²²⁷. Enquanto o Império almejava o centro apoiando-se na transcendência (subsidiada teologicamente pelo eixo ordenador), cujo anseio era o de desdobrar o seu domínio progressivo de modo transfronteiriço, ou seja, universal, o símbolo espacial de soberania remete à necessidade funcional das fronteiras, da delimitação instrumental, dos limites materiais geograficamente estabelecidos, desde os quais o poder regula os fluxos e consequente mobilidade a partir do eixo marcial, e cujo judiciário classifica e separa os cidadãos dos não-cidadãos. Sob tal emanção soberana, as partes antecedem e submetem o todo.

Como, semanticamente, tem um fundo teológico que precede o sentido político, o soberano é aquele que - ao alcançar a posição piramidal outrora referida no §3B, Parte VII - personifica o poder pela condição última que, alusiva à totalidade, circunscreve todas as determinações políticas sob seus limites, além de não encontrar nenhuma justificativa e legitimidade fora de si mesmo. O que subjaz à essa compreensão é a ideia de que, por detrás das noções francamente utilizadas em âmbito político e jurídico, há na noção de ‘soberania’ um caráter metafísico que, à maneira de um Sumo Bem ou Vontade Divina, emana o seu poder (como possibilidade formal) desde que um soberano legítimo encarne e emane suas determinações; limitando, conduzindo e impactando biograficamente os propósitos particulares dos súditos.

Sob determinados aspetos, já como decorrência do anseio de emancipação dos monarcos da autoridade dos papas, cuja consequência será extensiva à Paz de Vestfália, se pode compreender que as teorias sobre a soberania surgem em um contexto territorial particularmente convulsivo que, como apontado anteriormente, marca o esfacelamento da ordem imperial europeia e crescente ascensão das realidades nacionais; particularidade que

²²⁷ No tocante a essa posição, ao redor da qual a filosofia passa a municiar o eixo de exceção, é digno de nota que uma das obras mais lidas na Idade Média, segundo Alberto de Boni, seria ‘*De regimine Principum*’ do agostiniano Egídio Romano (preceptor do filho do rei Filipe III, doravante Filipe, o Belo) que, inspirada na *Ética a Nicômano* de Aristóteles, serviria à defesa absolutista do poder eclesiástico. Anos mais tarde, tendo que se posicionar na contenda entre o seu discípulo e seu mais novo protetor, o Papa Bonifácio VIII, que nomeá-lo-ia Bispo de Bruges, em 1301, Egídio tornou público o seu favor ao Papa, dedicando-lhe a sua obra mais importante, ‘*De ecclesiastica potestate*’, que, demonstrando quatro razões pelas quais o poder civil deve se submeter ao poder eclesiástico, o tornou um dos maiores defensores da teocracia. (BONI, 2003, p.140).

revela a conseqüente emanação dos símbolos espaciais no Ocidente, em que, abrigando o seu contrário, o anterior contém em germe o posterior. Segundo Jouvanel, a conseqüência disso se dá nos seguintes termos:

Será necessária a crise provocada na sociedade europeia pela Reforma, com os enérgicos arrazoados de Lutero e seus sucessores em favor do Poder temporal, que devia ser emancipado da tutela papal para poder adotar e legalizar suas doutrinas. Os doutores reformadores trazem essa oferenda aos príncipes reformados. Assim como o Hohenzollem que regia a Prússia como Grande Mestre da Ordem Teutônica se valeu dos conselhos de Lutero para declarar-se proprietário dos bens que lhe cabia administrar, assim também os príncipes, rompendo com a Igreja de Roma, aproveitaram para tomar como propriedade o direito soberano que até então lhes fora reconhecido apenas como mandato sob controle. O Direito divino, que estivera no passivo do Poder, tornava-se um ativo. E isso não só nos países que adotaram a Reforma, mas nos outros também: a Igreja, reduzida a solicitar o apoio dos príncipes, não tinha mais condições de exercer sobre eles sua censura secular. (p.54).

Subjacente à crise e conseqüente colapso que se estabelecem com os eixos de exceção deslocados do eixo ordenador da religião (fenómeno que redesenha o mapa da Europa à luz de nascentes nacionalidades), eis que surge a questão filosófica e Geopolítica por excelência: em que medida o poder se efetiva e se transmite como – *“única opção legítima capaz de restringir todas as demais opções, consumando-se no princípio da autoridade: Da autoridade última advém a ultima ratio?”* (§2B, Parte III). Quem, exercendo-o como expressão formal da totalidade, será capaz de vigiar e zelar por sua transmissão e sucessão: o soberano, o legislador ou o povo? Sob quais circunstâncias a *ultima ratio* perde a sua legitimidade, tornando-se, pois, incidente à dupla circularidade, contrariando assim: *“A) a posse relativa de um bem escasso que, em escala de possibilidade, é apenas remoto, (excedendo assim) B) o limite absoluto para além do qual, por perda de autoridade, não pode ser mantido?”* (§2, Parte III).

Apesar de formuladas com relativa particularidade, cada uma dessas questões mobilizou uma série de justificativas filosóficas que, voltadas para os anseios políticos mais expressivos, revelavam sub-repticiamente meios de tornar conscientes os domínios legítimos a cujos esforços se voltam a instrumentalização dos símbolos espaciais em suas emanações. Ao redor disso destacam-se teorias que afirmam os domínios do território sob critérios divinos, sob os quais, o eixo de exceção assume uma posição relativamente teomórfica, enquanto outros o tomam sob certa perspectiva nacional, cuja conseqüência se reporta à necessidade de afirmá-lo pelas vias identitárias e populares. Em ambos os casos, para se criar um domínio especificamente consciente do território, eis que se faz necessária a formação e atualização dos símbolos espaciais que, como anseios de mudança substancial, sejam intuídas por mentes astutamente filosóficas. Dito de outro modo: buscando meios de forjar um território (em clara substituição às funções desempenhadas pela religião em um eixo

ordenador, cujo sacrifício fundador se cristaliza como pressuposto habitual através de seus dogmas), alguns filósofos se empenharam em justificá-lo senão como um símbolo capaz de, por vias ligeiramente articuladas a um eixo de exceção que as promovessem, gerar um estado de coisas suplementar. Ainda que distintas em seus propósitos, se há algo que as assemelham (além do entusiasmo de alguns filósofos que as articulam) é isto: a necessidade de implicar a ideia do poder e do território a um eixo de exceção específico; eixo que, como expressão da totalidade reabilitada, a encarna. Fosse sob uma defesa teomórfica, da qual se sobressai a teoria da soberania divina e consequente defesa da Monarquia Absoluta; fosse sob o clamor por uma soberania popular, da qual advém uma soberania parlamentar, eventualmente, absolutista e plebiscitária, em quaisquer dos cenários, o símbolo espacial (moderno) de soberania radica a sua titularidade em um análogo alusivo à totalidade que, subsumindo as partes, reintegra-as em nome de Deus ou do povo.

B

Se há algo que subjaz às mudanças históricas que, como pano de fundo, marca decisivamente o cenário que divisa a Idade Média e a Modernidade, é a tensão entre causa final e eficiente que passa a existir nas questões relativas à soberania (ANGIONI, 2008) que, com efeito, subordinava o poder a instâncias que se encontravam acima de sua circunscrição (como as noções de Bem, disponibilizadas pelos ciclos primários do eixo ordenador). Neste sentido, uma das justificativas pioneiras no tocante à autonomia do poder temporal e contraponto ao *gladius spiritualis* (o qual Gelásio atribuía como grau superlativo da autoridade papal), se encontra na obra: “*Defensor pacis*” (1324) de Marsílio de Pádua (1275-1342), cuja defesa de uma organização política tomada em si mesma (sem a dupla obrigação de uma finalidade intrínseca ou deveres para com o papado), se prestava igualmente a um anseio de mudança substancial que, destinada ao Imperador Luís de Baviera²²⁸, se empenhava filosoficamente em arrazoar por que os pontífices romanos não dispunham da tão reclamada *plenitudo potestatis*, exclusiva apenas à autoridade última de Deus. Sob esta *plenitudo potestatis* medieval jazia tácita a ideia de que o Papa poderia julgar sem ser, igualmente, julgado por nenhuma autoridade que não a de Deus; expressão material do poder que o colocava, simultaneamente, dentro e fora dos domínios do mundo secular²²⁹. Por certo,

²²⁸ “É assim que, entre muitos outros paladinos do Poder, o aventureiro Marsílio de Pádua, em proveito do imperador não coroado Luís da Baviera, postula a soberania popular em lugar da soberania divina: ‘O supremo legislador do gênero humano, diz ele, não é senão a universalidade dos homens aos quais se aplicam as disposições coercitivas da lei ...’ É muito significativo que o Poder se apoie sobre essa ideia para se tornar absoluto” (JOUVENEL, p. 54). / “A teoria democrática de Marsílio de Pádua resulta na proclamação da onipotência imperial” (VALOIS apud JOUVENEL, p.54).

²²⁹ Acerca dessa tensão entre o que constitui e o que é constituído pelo poder, ou mais especificamente entre o que está dentro e fora daquela expressão remota da possibilidade, em seu duplo caráter passivo e ativo, se pode

nada corrobora melhor a premissa acima esboçada, segundo a qual: “*o que se vislumbra com o soberano moderno é um contínuo e simultâneo desvencilhamento do eixo ordenador (de cariz religioso) por outro de caráter genuinamente filosófico, a partir do qual busca suplementar e justificar as suas razões de ser*” (§3, Parte VII) do que o empenho de Luís da Baviera a acolher e a financiar um conjunto de opositores ao Papa João XXII, que, em uma sentença, o declarou como herege e, portanto, passível de excomunhão²³⁰, e cujo centro de difusão intelectual radicava-se em um grupo de estudiosos do cânone jurídico romano de orientação aristotélica, dentre os quais destacavam-se Marsílio de Pádua e Guilherme de Ockham.

Retomando o conceito aristotélico preconizado no *Livro I da Política* (I,2), que toma a cidade como enteléquia a que se destina a vida em comum, Marsílio advogava que apenas em comunidade o ser humano poderia atualizar a qualidade do viver bem; qualidade que dependeria da força de imposição do poder civil capaz de, ao avocar para si a fonte de autoridade, arbitrar legitimamente em eventuais contenciosos. Como desloca a atenção da atividade política a partir de quem deve reclamar a *ultima ratio* da comunidade, Marsílio sobrepõe a causa eficiente à causa final, aliás, preocupando-se muito mais com as razões que ultimam a existência de um eventual legislador (capaz de zelar pela lei), que propriamente com as razões teleológicas a que devem aspirar a política e a comunidade, afinal esta última teria um fim em si mesma, sendo, pois, um corpo autossuficiente, cujos propósitos são deliberados entre suas partes constituintes, ou seja, entre seus cidadãos. Zelando o bem comum por meio do acordo entre as ações e as próprias regras estabelecidas pelos cidadãos, o legislador seria o responsável por manter a paz (a que o título da obra supracitada remete), tornando-se assim o poder civil suficientemente capaz de aplicar a lei. Compreendendo a paz como a boa disposição do bem viver da cidade e causa total da beleza, das artes e das ciências, desde o *Primeiro Discurso* da obra (mais especificamente no §1 do Capítulo I), ao conceber o seu contrário como discórdia, Marsílio a dimensiona como uma moléstia que, nociva ao ser humano, se torna extensiva à comunidade. Sob critérios ligeiramente hermenêuticos se avalia que Marsílio toma o reino da Itália como exemplo de uma discórdia que, comprometendo a relativa conformidade entre seus respectivos súditos e consequente ausência de harmonia, redundava em uma hiperconcentração do poder secular radicado na

compreender todas as contradições e dilemas constantes na atividade política, sobretudo, por seu arbítrio suspensivo que se dá, por legítima e contraditória imposição constitucional, em períodos de exceção; ante os quais a vida-mínima revela a desproporção de forças.

²³⁰ Acerca desse gesto do Papa João XXII contra seu protetor, Luís de Baviera, escreveu Marsílio de Pádua: “(...) isso me parece muito mais uma quimera digna de zombaria, procedente da ambição dos que proferem tais coisas, de seu desejo ardente de exercer o governo secular e do terror que lhes inspira o mencionado rei dos francos.” (*Defensor pacis*, Capítulo XX, §12, 1997).

autoridade da Igreja romana que, *mutatis mutandis*, se nos reporta ao anteriormente esboçado:

Se os eixos são unidades de referências (assimiladas a partir dos ciclos biológicos aplacados pelos meios de ação) e só o são em função da regularidade cíclica, basta que - por obra de uma hiperconcentração de poderes e indeterminação de todos os demais - comprometa-os de modo a impedir suas respectivas especificidades, e cujo colapso iminente insinue uma crise, para desordenar toda estrutura sob a qual se vislumbra um território. (§5, Parte III).

Avaliando o clima de indeterminação e conseqüente colapso que rondava os reclames ao *plenitudo potestatis* dos papas, é que Marsílio dedica ‘*Defensor Pacis*’ a Luís da Baviera, admoestando-o, de maneira decisivamente inesperada para o período, que a causa singular da intranquilidade geradora da discórdia cívica decorria da opinião errônea de que Cristo conferiu um perverso desejo de governar a alguns bispos de Roma, que, de todo ausente nas Escrituras, só seria fiável por autoatribuição (‘*O defensor da paz*’, *Discurso I, capítulo XIX, §12*). Dessa opinião errônea, aparentemente veraz, decorria um dúplice equívoco que, segundo Marsílio, se desdobrava na pretensa autoridade particular do pontífice romano, que submetia e regulava o poder secular a partir da infalibilidade do seu *plenitudo potestatis*, bem como a separação da sociedade civil da cidade espiritual que a abrangia e a antecedia. Contestando tais equívocos, o filósofo preconizava a dimensão da soberania, refutando-os sob a seguinte cadeia argumentativa: A) a supremacia da autoridade sacerdotal não decorreria de nenhum poder legitimamente constituído, pois enquanto a lei cívica impunha-se por seu caráter coercitivo, e cuja desobediência acarretaria em sanções correspondentes, a lei divina dispunha de um caráter particularmente eletivo, cuja obediência apontaria muito mais à observância pessoal a um valor, que propriamente a uma força de imposição objetiva; B) a supremacia do poder secular não seria dupla, cindida em uma cidade de Deus ou dos homens, mas sim coesa, indivisa, e cuja unidade tornava-a soberana, ou seja, com finalidades próprias e imanentes. Por efeito dessa dupla recusa, Marsílio de Pádua estabelecia, pioneiramente, a tese de que, em vez da tão alegada *plenitudo potestatis* ser uma atribuição pastoral decorrente do apelo bíblico do: “*Apascenta minhas ovelhas*” (Jo XXI, 17), bem como da missão petrina presente em: “*Dar-te-ei as chaves do reino dos céus*” (*Mateus XVI, 19*), cujo endosso converteriam o poder secular em chamado divino inadiável, tal *plenitudo* pertenceria, com efeito, ao povo, já que, como numericamente, não haveria nada superior em escala quantitativa ao conjunto de todos os cidadãos, este mesmo conjunto seria soberano para si mesmo. Como o todo é superior às suas partes do mesmo modo que o conjunto aos seus elementos, Marsílio entendia que, se o povo era soberano, logo apenas este possuía autoridade suficiente para destituir e legislar, delegando o poder aos seus legítimos representantes.

A paulatina organização moderna da ideia filosófica, política e geopolítica de soberania se submete, com efeito, à certeza anteriormente esboçada: “(...) onde quer que a tradição e o dogma primário do eixo ordenador sejam rompidos, a crise e o colapso decorrentes exigirão análises hermenêuticas para reabilitar a unidade da compreensão” (§3, Parte VII). Sendo assim - à proporção que a Igreja perde a sua condição hegemônica de eixo ordenador, ao redor do qual gravita os demais, e, sobretudo, o eixo de exceção que lhe deve satisfações seculares²³¹ - o anseio de compreender a natureza teológica e política do poder, e, por conseguinte, do território torna-se imperativo. Ora, nada corrobora mais esta certeza que a reabilitação hermenêutica do ideário clássico pelos humanistas e pelo espírito renascentista italianos que - reivindicando o respetivo domínio de seus principados contra as ameaças estrangeiras a partir do apólogo da cosmovisão imperial romana, simultaneamente, transfronteiriça; triunfal e unificada - ensinaria a legitimidade paradoxalmente reclamada da soberania pelas vias nacionais. A defesa do autogoverno, bem como da ausência de constrangimentos externos aos poderes legitimamente estabelecidos, reclamaria uma excelência que, no contexto renascentista de um Cícero reabilitado, atenderia por *virtu*, ou seja, por uma força de imposição (enérgica e vigorosa o suficiente) para dobrar as circunstâncias. Compatibilizando tanto a percepção da necessidade de unidade territorial, ante a qual os principados da Itália se submetiam à dupla ameaça interna e externa (entre a França, a Espanha, os Otomanos e, é claro, a Igreja²³²), bem como a herança clássica revigorada (de Dante, Petrarca, Cícero e Ovídio), eis que surge o decisivo apelo delineável na filosofia política de Maquiavel²³³ (1469-1527), cuja franca dedicatória do seu *Príncipe* aos Médicis,

²³¹ “Quando a palavra ‘secularização’ foi cunhada na França no final do século XVI, originalmente se referia à ‘transferência de bens da Igreja para a propriedade do ‘mundo’ (saeculum). Os poderes legislativo e judiciário, antiga atribuição da Igreja, estavam sendo transferidos gradualmente para o novo Estado soberano” (ARMSTRONG, p.277).

²³² “(...) em 1492, Rodrigo Borgia, pai de César e Lucrecia Borgia e de dois filhos ilegítimos, conquistou o papado por meio de flagrante pagamento de propinas, assumindo o nome de Alexandre VI. Seu principal objetivo como pontífice era acabar com o poder dos príncipes italianos e assegurar que a riqueza deles fosse para a sua própria família.” (ARMSTRONG, p.253).

²³³ “E eis que no capítulo XXVI, o último, o autor esclarece: na Itália, nunca as circunstâncias foram tão favoráveis a um príncipe novo que quisesse ‘tornar-se ilustre’; a libertação poderia ser levada a termo por essa família dos Médicis, singularmente qualificada por ‘suas virtudes hereditárias, sua fortuna, o favor de Deus e o da Igreja, cujo trono atualmente ocupa’. Será uma grande obra da justiça, pois a força é justa ‘quando necessária e as armas se tomam instrumento da piedade, quando somente com elas se pode contar.’ Mais ainda, Deus manifesta sua vontade por prodígios, por esplêndidos sinais: ‘abriu-se o mar, uma nuvem mostrou o caminho, uma fonte de água viva brotou do rochedo, o maná caiu no deserto: assim, tudo favorece vossa grandeza’ (linguagem que parece insólita nesse Maquiavel, que dá a impressão de só acreditar no que vê; o quê, agora, este cínico vaticina!). E a magnífica adjuração final desenvolve suas estrofes ardentes: ‘Marselhesa do século XVI’, dirá Edgar Quinet; ‘o grito que ressuscita um povo’, dirá Charles Benoist; o grito que haverá de ser recolhido, dentro de três séculos e meio, por Cavour e Garibaldi. ‘Por conseguinte,

respetivamente, Juliano (em 1513) e Lourenço (em 1516), já indiciava um ponto de rutura às questões concernentes ao poder, menos por seu caráter jurídico e formal que, propriamente, pelo esforço de compreender as condições do seu exercício²³⁴. Voltando-se para a causa eficiente, em vez de se demorar nas finalidades supremas da política, Maquiavel centra parte expressiva de seu mister (voltado à *virtu* de alguém capaz de unificar os reinos da Itália), sobretudo, entre os capítulos XV e XX da obra supracitada, à defesa de como um eventual príncipe deveria se portar em meio às circunstâncias. Em razão disso, à maneira de Marsílio de Pádua, mas com propósitos genuinamente distintos, o florentino desloca a discussão da finalidade da política não à sua perfectibilidade, mas à sua titularidade, minimizando eventuais ideias que não as que estimulem a *virtu*. A consequência dessa construção político-filosófica se dá, ora como uma capciosa orientação (a que o eixo de exceção se torna autônomo o suficiente para submeter todos os demais), ora como ponto de inflexão desde o qual a política – apartada de quaisquer fundamentos religiosos ou metafísicos – se volta, definitivamente, para si mesma, importando-se assim com os domínios da imanência.

Reclamando o poder em nome de um príncipe que fosse habilidoso o suficiente para conservá-lo, a despeito dos meios, Maquiavel radica o eixo de exceção não a partir dos ciclos primários disponíveis pelas articulações transcendentais do eixo ordenador (fenômeno que, de todo, inviabiliza filosofias políticas similares à essa em outras cosmovisões), mas a partir de um duplo condicionante, que ora lhe revela as limitações objetivas e históricas da atividade política que lhe precedem, ora as exigências formais reclamadas pelo próprio poder. Em razão disso, como concebe as maquinações de um eixo de exceção que, autônomo o bastante, se desdobra e submete todos os demais eixos, Maquiavel entende o duplo condicionante, acima referida, tanto à maneira de um reservatório de experiências reportáveis e inteligíveis (passíveis de assimilação pelo príncipe), bem como por uma série de situações contingentes e inesperadas contra as quais o príncipe teria que eventualmente se municiar. Por certo, se “*o fenómeno relacional da tensão, (alude) (à) resistência*

não se deve perder esta ocasião; é preciso que a Itália, após uma longa expectativa, veja aparecer enfim o seu redentor. E não posso dizer com que amor seria ele acolhido em todas as províncias que sofreram as invasões estrangeiras, com que sede de vingança, com que fé obstinada, com que piedade, com que lágrimas. Que porta encontraria fechada? Que povo lhe recusaria obediência? Que rivalidade encontraria? Que italiano lhe recusaria respeito? Todos têm horror ao domínio bárbaro.’ Portanto, a ilustre casa dos Médicis deve aceitar-tão bela tarefa ‘com a ousadia e a esperança que convêm às grandes empresas’; para que, sob seu estandarte, se realize o que Petrarca anunciou: “O gênio contra a força bárbara - tomará as armas e breve será o combate - pois o antigo valor - ainda não morreu nos corações italianos”. Com estes versos do grande poeta precursor, termina O Príncipe” (CHEVALIER, pp.43-44).

²³⁴ “Maquiavel, como ele próprio nos diz na preciosa carta a Vettori, propôs investigar ‘qual a essência dos principados, de quantas espécies podem ser, como são conquistados, conservados e por que se perdem’” (CHEVALIER, p.25).

intrínseca imposta pela potência no processo de determinação” (§2, Parte I), se avalia que, em outros termos, Maquiavel faz ver a política sob a dupla tensão que, ora ilustrada nas exigências da *virtu* sobre o príncipe, lhe cobra tanto uma compreensão histórica dos feitos que lhe precederam, como adaptabilidade suficiente para lidar com situações extraordinariamente inesperadas, no mais das vezes, intrínsecas à escala de possibilidade própria do poder que, como formulado ontologicamente (§2B, Parte III), decorre da posse relativa de um bem escasso.

Supondo o príncipe como em *perpetuum mobile* (termo que, curiosamente, Paul Morand atribuiria ao circunstancialmente maquiavélico Napoleão), afinal precisaria se mover entre a tensão histórica e as eventuais contingências, Maquiavel concentra a construção político-filosófica de sua tarefa menos na ideia da soberania que, propriamente, em seu eletivo portador. Apesar disso, o modo como compreende o poder político, como que subordinado a uma ordem jurídica que o fundamenta, cuja consequência é a de zelar o senso cívico constante nas repúblicas virtuosas, faz com que o florentino aponte para a emergência de um marco qualitativo que, presente na figura do legislador e conseqüentemente naquele que interpõe limites ao exercício do próprio poder, insinue e dê forma, *mutatis mutandis*, àquilo que, anos mais tarde com Jean Bodin (1530-1596), será o tópico crucial para a construção filosófica, política e geopolítica da soberania, presente sob a seguinte questão: *se a tendência última do poder é a expansão e, por conseguinte, o colapso e a indeterminação, quem, legitimamente, o delimita?*

D

Se o esforço de justificar as razões de ser da ordem que pretende forjar, exige do monarca absoluto uma contraposição ao *plenitudo potestatis* da Igreja, e, conseqüentemente, a formação de um eixo ordenador suplementar (ligeiramente filosófico), logo nada as favorece mais que o surgimento de uma classe que, sem meios materiais para almejar a nobreza nem mesmo castidade para o clero, surgiria por meio da ascensão da pequena burocracia urbana com habilidades administrativas, radicada mais especificamente numa compactação de um eixo híbrido, entre a articulação das ideias e o campo das aspirações político-econômicas, a saber: o Terceiro Estado. Exemplar neste sentido se torna a participação do jurista Jean Bodin que, concomitantemente, ao cargo de deputado do Terceiro Estado de Vermandois, Estados Gerais de Blois (CHEVALIER, p.52), desenvolveria as ideias mestras do absolutismo francês, e cujo impacto (decorrente da defesa do rei) marcaria definitivamente a inserção da soberania na gramática política moderna. Ao redor desse esforço de suprir um novo estado de coisas, em que o rei ocupasse uma posição

relativamente nuclear²³⁵, destacando-o perante os poderes de exceção do Papa e do Imperador, o eixo ordenador (do qual sairá Jean Bodin) se esforçará em reivindicar à sua respetiva autoridade ilimitada, o grau de superioridade necessário, tanto para enaltecer a sua força de imposição interna, como demarcar a circunscrição territorial do seu domínio em contexto estrangeiro. Desse duplo propósito, supremamente jurídico, é que a palavra francesa ‘*souverain*’ passa a articular um até então inarticulável desejo de autonomia política que, delineável como expressão última do poder, encontrará na ideia de território a sua objetificação. Desde então, onde quer que se fale em território no Ocidente, lá restará – subjacente – a ideia de soberania, e onde quer que se reclame uma soberania, lá se demorará um território.

Em sua obra mais importante, “*Os seis livros da República*”²³⁶ (1576), Bodin reabilita, à maneira de Marsílio de Pádua e Egídio Romano, a influência aristotélica da “*Ética à Nicômaco*”, num esforço de não apenas refutar e diminuir a filosofia política de Maquiavel, sobretudo, pela tentativa de reintegrar política e moral²³⁷, mas igualmente de exaltar o senso de ordem do poder monárquico. Tornando consciente o próprio domínio de investigação que, metonimicamente, representa a assunção de um território autônomo com fronteiras bem

²³⁵ “*Toda teoria da soberania, por intemporalmente jurídica que pareça, por mais independente que se mostre dos acidentes e das ambições do Poder concreto, não deixa de traduzir segundas intenções políticas, não menos se destina a produzir profundas ressonâncias políticas. A soberania, segundo Bodin, pode, teoricamente, residir tanto na multidão (democracia) ou em uma minoria (aristocracia), quanto em um só homem (monarquia). Entretanto - antes mesmo que Bodin nos dê suas razões para preferir a monarquia - sua teoria por si mesma, a soberania in abstracto, já trabalha em favor do rei de França, retomando e rematando o obstinado esforço dos velhos legisladores em derrotar definitivamente o feudalismo eliminando a teoria concorrente do governo misto, que os escritores protestantes queriam transformar em máquina de guerra contra a realeza. O feudalismo, cascata de suseranias e de homenagens, de laços hierárquicos pessoais, esfacelamento ao infinito da autoridade pública, confusão dos poderes públicos e dos poderes privados, desfazia-se em pó sob o choque dessa soberania absoluta, armada do monopólio de promulgar e de revogar a lei. Bodin anunciava a morte da monarquia aristocrática francesa, descrita por Maquiavel: um rei, Grandes reinando ao lado do rei, porque hauriam na antiguidade de sua linhagem um título pessoal ao poder, independentemente da vontade régia. Ao mesmo tempo, Bodin anunciava a morte de todas as pretensões pontificiais (do ponto de vista temporal) e imperiais sobre o reino da França. O rei de França é soberano; e só é soberano, por definição, aquele que em nada depende de outrem nem do Papa, nem do Imperador; que tudo resolve por si mesmo; que não está ligado por vínculo algum de sujeição pessoal; cujo poder não é temporário nem delegado, nem tampouco responsável perante qualquer outro poder sobre a terra. Assim, a soberania, ao mesmo tempo que quebrava os elos da ‘cadeia de aço’ do feudalismo (que na sua hora permitira evitar o desequilíbrio social) garantia a independência nacional.*” (CHEVALIER, p.57).

²³⁶ “*Obra alguma difere mais de O Príncipe do que os Seis Livros da República (abreviadamente: a República). Também, poucos homens são tão diferentes um do outro quanto o florentino Nicolau Maquiavel e o angevino Jean Bodin. Ao lado da República, maciço monumento de ciência política e de direito público, rebarbativo e sem ventilação, carregado de erudição e despido de quaisquer atrativos, O Príncipe representa o passatempo insignificante de um amador desenvolto. Ao lado de Bodin, rigoroso jurista fértil em arrazoados, rígido moralista de severidades bíblicas, elevada consciência preocupada com o problema religioso e o soberano Bem do Estado como também com o do indivíduo (a exemplo de Platão e Aristóteles), Maquiavel parece um adorador mesquinho e cínico do Poder concreto.*” (CHEVALIER, p.50).

²³⁷ “*(...) astúcias tirânicas que Maquiavel esquadrinhou por todos os cantos da Itália, instilando-as em seu livro como doce veneno (...)*” (BODIN apud CHEVALIER, p.60).

definidas, Bodin se empenha (desde o primeiro livro da obra supracitada) em definir o que é uma república, valendo-se para tanto de uma breve distinção sobre o que é uma ordem política. Em termos hermenêuticos, sob os quais o círculo de compreensão retorna amplo o suficiente para dirimir uma perplexidade anterior, se pode avaliar que, desde o Prefácio e, sobretudo, com o primeiro livro da obra supracitada, Bodin já nos aponta para a impressão de que a ciência política, ainda que alicerçada desde Platão e Aristóteles, carecia de um domínio formal, ou seja, de um campo de investigação relativamente autônomo. Tal domínio passa a ser estabelecido no instante em que se empreende a distinção do termo ‘república’²³⁸, que, comportando a ‘coisa pública’ e não tão somente uma forma de governo, marca o estabelecimento epistemológico de um campo de investigação com objeto e diferenças específicas bem delineadas e, que, para se constituir, exige um ligeiro confronto com algumas noções da tradição política, jurídica e filosófica de então²³⁹. Destarte, interessa a Bodin dar uma definição de soberania que, como força de coesão imposta pela natureza das coisas, fosse condição suficiente para que um súdito reconhecesse seu legítimo titular. Para tal, a necessidade de tornar conscientes os limites do poder, move o jurista ao redor do estabelecimento metodológico daquilo que, como sinônimo da ciência política, entende por república e, por conseguinte, daquilo que a constitui como coisa pública. Buscar compreender quais os condicionantes morais que, pressupostos sob leis naturais ou divinas, se tornam expressão dessa necessidade metodológica, desdobra, conseqüentemente a questão sobre as origens do poder, suas fontes de legitimidade e seus eventuais portadores.

Implicando a ideia da república à circunscrição de seu poder, justificando-a em sua versão monárquica, pois, sob esta modalidade, a soberania absoluta passa a se concentrar na *ultima ratio* de um príncipe com garantia de legar a estabilidade do poder aos seus herdeiros, Bodin inicia a obra supracitada com uma exposição acerca da família, de cuja

²³⁸ “República é um reto governo de muitos lares e do que lhes é comum, com poder soberano. Apresentamos esta definição em primeiro lugar porque, em todas as coisas, se deve procurar o fim principal e, em seguida, os meios de alcançá-lo. Ora, a definição não é mais do que o fim do assunto que se apresenta e, se não estiver bem alicerçada, tudo quanto sobre-ela se construir logo desabarará. (...)” (BODIN apud CHEVALIER, p.54).

²³⁹ “A família, a autoridade marital, a autoridade paternal, a escravatura, o cidadão, o súdito, o estrangeiro, o asilado, os tratados e alianças, o príncipe tributário, feudatário, soberano; a soberania e suas verdadeiras características; as diversas espécies de Repúblicas; Monarquia tirânica, Monarquia senhorial, Monarquia real, o Estado aristocrático, o Estado popular; o Senado, os oficiais, comissários, magistrados, os corpos, colégios, Estados e comunidades; as finanças e as moedas; as penas; a justiça distributiva, comutativa e harmônica; nascimento, crescimento, desenvolvimento, decadência e ruína das Repúblicas; as transformações ou revoluções das Repúblicas e os meios de prevê-las ou remediá-las; a maneira de ajustar a forma da República à diversidade dos homens, e o meio de conhecer a índole dos povos – tudo ali se encontra ... E mais que tudo! Enciclopédia, desordenada ou não (os mais fervorosos bodinistas nela descobrem uma ordem rigorosa e é preciso dar-lhes crédito); testamento enciclopédico do mais enciclopédico dos cérebros franceses, europeus, num século votado, mais do que qualquer outro precedente, ao Conhecimento, a seus riscos. (...). Desse mar de ideias, argumentos, factos, textos e comentários, emerge uma ilha central, banhada por uma vigorosa luz que lhe realça os nítidos contornos de mármore: é a soberania.” (CHEVALIER, p.54).

comunidade natural a partir de sua estrutura elementar na qual o pai encarna o papel de chefe supremo, decorre os rudimentos da soberania que, com efeito, é pois: “*la puissance absolue et perpétuelle d'une République*” (p. 111, 2011). Apesar de suas contradições relativamente insolúveis, haja vista, o facto de que Bodin defende a promulgação de uma constituição para interpor limites aos poderes do rei, ainda que a soberania seja absoluta²⁴⁰, além da defesa dos direitos inalienáveis da família (por vezes contrastantes ao poder legislativo do soberano), sendo o último, apesar de ilimitado, arquiindependente do primeiro; apesar destas ligeiras contradições, a obra é certamente uma das mais, politicamente, influentes entre os séculos XVI e XVII, com efeito, empreende um giro hermenêutico decisivo que, compreendendo a natureza imanente da política, se esforça em assentar seus fundamentos não a partir dos ciclos primários da cosmovisão cristã e sua consequente noção de Deus ou de Bem, mas a partir de si mesma. Empreendendo esse giro que, com efeito, desloca o eixo de exceção ao centro, com o propósito de justificar o poder divino do soberano, Bodin compatibiliza a dupla noção de república e soberania como a condição de possibilidade não apenas da política, mas das próprias relações decorrentes da vida em sociedade. No esforço filosófico, jurídico e político de municiar a tese da condição divina do monarca que, apesar de soberana, se submeteria à lei natural²⁴¹, Bodin desenvolve uma teoria na qual, por se pretender absoluto e não dever satisfações a nenhum poder acima de sua circunscrição, o eixo de exceção logra um êxito duplo que, como consequência da moderna profecia autorrealizável empenhada em criar um novo campo e domínio de investigação política capaz de sustentar intelectualmente uma monarquia absolutista, resultará tanto em meios de estabelecer limites materiais aos demais poderes, como o ultimar-se em um grau correspondente de autonomia. Por certo, há algo que, presente desde o §1, Parte III, pode provocar uma compreensão adicional sobre a dimensão filosófica e política da soberania. A propósito:

Abstraído-o de seus acidentes, o território se nos apresenta uma peculiaridade que, de todo, particulariza-o se comparado à mera espacialidade. Enquanto a mera

²⁴⁰ “*Perpétua, a soberania é também absoluta. ‘É necessário que os soberanos não estejam, de forma alguma, sujeitos às ordens de outrem e que possam propiciar leis aos súditos, revogando ou aniquilando as leis inúteis para fazer outras ... Eis por que a lei diz: o príncipe está absolvido (absolutus) do poder das leis.’ O príncipe soberano, imune às leis de seus predecessores, também o é às suas próprias leis, ‘não pode atar as próprias mãos’, ainda que o quisesse. ‘Assim, vemos no final dos editos e decretos as seguintes palavras; pois tal é o nosso beneplácito, como para dar a entender que as leis do príncipe soberano, ainda que se baseiem em boas e sérias razões, dependem exclusivamente de sua pura e franca vontade.’*” (CHEVALIER, p.56).

²⁴¹ Destaca-se que, apesar de defensor da monarquia absolutista, Bodin sustenta a ideia de que tanto as leis de Deus, bem como as leis da natureza desempenham um papel determinante, limitando assim o exercício da soberania, de modo que, em razão disso, a lei civil deve se subordinar ao divino: “*Mas, quanto às leis divinas e naturais, todos os príncipes da terra lhes estão sujeitos, e não está em seu poder transgredi-las, se não quiserem tomar-se culpados de lesa-majestade divina.*” (BODIN apud CHEVALIER, p.61).

espacialidade se preserva como ideia pura, atestando-nos modos privados de planos virtuais, o território é a objetificação do espaço em um limite, cujo efeito incide duplamente sobre o biótopo e sobre os seres implicados. Ora, só há território efetivamente, onde um ato determinante delimita-o de todo espaço restante, resultando assim na restritividade de um domínio. Neste caso, a simbologia do círculo se torna exemplar, pois nos auxilia a perceber como a circunscrição tende, simultaneamente, tanto a restringir internamente o plano geométrico de um domínio, como a deixar de fora uma porção indefinida deste mesmo plano, de modo que – imageticamente – o território é o limite material de um espaço específico; limite determinado não espontaneamente, mas por força de um impulso vital anterior. Existindo potencialmente como parte formal do espaço, o território só é atualizado com suas qualidades materiais, no instante em que um ato determinante o circunscreve distintivamente, demarcando assim a esfera de seu domínio, limite e propriedade.

Em outros termos: enquanto anseio de um atributo formal do poder, a soberania é, remotamente, uma possibilidade, aliás, uma mera ideia, cuja objetificação pressupõe tanto a sua articulação em âmbito expressivo (como símbolo espacial), bem como um ato determinante suficientemente capaz de, ao emaná-lo em uma ordem territorial, efetivá-lo. A sua plena efetividade, em âmbito político, se dá - como se verá desde o anseio de mudança substancial concebido por Bodin e confirmada pela História - no instante em que um soberano modifica o estado de coisas (no qual está inserido); aglutina um expressivo grupo que lhe dê sustentação; compatibiliza a ação política com a força de imposição necessária para determinar os demais poderes, apesar de encontrar nos limites do direito natural, no direito das gentes, além das leis divinas, seus eventuais condicionantes. Ora, consta que, três anos antes de morrer em decorrência da peste bubônica, em 1596, Bodin teria sido conselheiro do rei, a quem tomava por: “o restaurador” (CHEVALIER, p.63). Se há, de facto, figura que encarna, sub-repticiamente, o anseio de mudança substancial a que o soberano de Bodin almejava, tal parece ser o sucessor de Henrique III, doravante o huguenote Henrique de Navarra, ou melhor, Henrique IV, pois que, logo após assumir o trono, teria adotado uma política de concessão de liberdades religiosas (em um contexto de contencioso entre católicos e protestantes) que, culminando no Édito de Tolerância de Nantes²⁴² (1598), marca epocalmente uma clara e decisiva presença do poder soberano em

²⁴² Compreender a importância política de tal Édito, pressupõe rastrear qual a série de conflitos que o antecedeu. Segundo Karen Armstrong (p.270-271) isso se deu sob efeito da seguinte composição: “As Guerras Francesas de Religião (1562-1598) tinham uma complexidade semelhante. Também não eram simplesmente uma luta entre os huguenotes calvinistas e a maioria católica, mas uma disputa política entre facções da aristocracia. Os Guise eram católicos e os Bourbon do sul eram huguenotes; os Montmorency estavam divididos, com a geração mais velha inclinada ao catolicismo e a mais nova aos huguenotes. Esses aristocratas defendiam seus direitos tradicionais contra a ambição do rei de criar um Estado centralizado com ‘une roi, une foi, une loi’ (‘um rei, uma fé, uma lei’). Os elementos sociais e políticos dessas lutas eram tão evidentes que, até a década de 1970, a maioria dos estudiosos acreditava que a fé era apenas uma fachada para as ambições puramente seculares de reis e nobres. (...) Em 25 de outubro de 1534, os calvinistas colaram cartazes mordazes e satíricos atacando a missa católica em lugares públicos de Paris, Blois, Orléans e Tours. Um deles apareceu até mesmo no quarto de dormir de Francisco I. Quando os católicos foram à missa da manhã, depararam com um título impresso em letras maiúsculas: ‘ARTIGOS VERDADEIROS SOBRE O HORRÍVEL, REVOLTANTE E INSUPORTÁVEL ABUSO DA MISSA PAPAL.’ O panfletário francês Antoine Marcourt elencou quatro argumentos contra a Eucaristia, ‘pela qual o mundo todo (...) será completamente arruinado, humilhado,

arbitrar, inclusive, em questões referentes aos costumes, aos dogmas e à religião, cuja especificidade decorre, pois do:

poder de dar lei a todos em geral, e a cada um em particular... sem o consentimento de quem quer que seja, maior, igual ou menor: pois, se o príncipe está obrigado a não promulgar lei sem o consentimento de um maior, é verdadeiro súdito; se de um igual, terá sócio se dos súditos, quer do senado, quer do povo, não é soberano.’ Mas os costumes? ‘A lei pode abolir os costumes, e o costume não pode derogar a lei.’” (BODIN apud CHEVALIER, p.56).

Assentadas as bases contrapostas ao *plenitudo potestatis* da Igreja, além das mudanças decorrentes da Reforma e dos conflitos religiosos instaurados, esfacelamento dos domínios imperiais e ascensão dos territórios nacionais, eis que a soberania (em nome da qual, Bodin municiará um entusiasmo determinante) tornar-se-á o sinônimo moderno do exercício jurídico e político a que, com efeito, passa a aludir e a se reafirmar a legitimidade do poder. Se, em termos ontológicos: “o poder é a transubstanciação da força e simultânea aquisição de um bem, modulável de acordo com as circunstâncias” (§2, Parte II), se pode avaliar que, em âmbito hermenêutico, um dos primeiros esforços intelectuais para tornar legítima e consciente a fonte dessa atualização se dá mais especificamente com Bodin, pois que, por meio da obra supracitada, há a preocupação de arrazoar como se estabelece a suprassunção do ser em deve ser, ou dito de outro modo: da mera possibilidade constrangedora e limitante (a exemplo do: - *não faças isso!*) em norma (- *tu não deves fazer isso sob pena de prejuízo material*); fenómeno que, em Maquiavel, por exemplo, tende à eventual força de imposição de um príncipe suficientemente à altura das circunstâncias, constantemente empenhado em se guiar menos pelas exigências formais que propriamente pelo reservatório das experiências.

Ademais, outra novidade do modo como Bodin estabelece a noção de soberania diz respeito à ligeira distinção que faz entre: Estado e governo, de modo que: “*aquele consiste na possessão de um poder soberano; o governo é o aparato por intermédio do qual se exerce tal poder*” (SABINE, p.302, 1992). O que subjaz a essa distinção (em defesa do absolutismo e a providência divina dos reis), quiçá, seja reportável à tese da teologia política assinalável por Kantorowicz no contexto dos reis medievais, segundo a qual: em períodos de transição, o corpo político permaneceria, mas a alma do rei transmigraria para outro

perdido e desolado’: era blasfemo que a missa afirmasse repetir o perfeito sacrifício de Cristo no Calvário; o corpo de Jesus estava com Deus no Paraíso, e, portanto, não podia estar presente no pão e no vinho; não havia justificativa para a transubstanciação nas escrituras; e a comunhão era simplesmente um ato de memória. (...). A polêmica foi tão extrema que até Theodore Beza, futuro representante de Calvino em Veneza, condenou-a em sua história da Igreja protestante francesa. No entanto, foi um ataque vergonhoso que originou as Guerras Francesas de Religião.” Destaca-se que, ao redor do nome de Theodore Beza, e mais especificamente de sua obra: “*Du droit des Magistrats*” (1574), se avolumou originalmente um conjunto de escritos de autores huguenotes contrários às monarquias absolutistas, também chamados de: *monarcômacos*.

corpo, corrigindo assim as imperfeições e eventuais deficiências do corpo natural, de sorte que o corpo natural seria mortal, mas o corpo político, não, pelo simples facto de que o rei (como aquele que encarna simbolicamente o poder) não morreria: “*O corpo político do rei é transferido e transmitido do corpo natural agora morto, ou agora removido da Dignidade real, para outro corpo natural*” (KANTOROWICZ, p.25). À maneira dessa distinção entre as propriedades dos corpos natural e político, incorporável em sua filosofia à guisa de uma teologia política imanente, Bodin assimila uma diferença escalar entre o exercício consignado do poder e a sua titularidade, entre governo e Estado, diferença que marca a distância entre as dimensões abstrata e concreta do poder, em linhas gerais entre a *auctoritas* e a *potestas*. Como que modulando a ideia do corpo político por uma necessidade de orientação própria do eixo de exceção que, com efeito, parte sempre dos ciclos disponíveis pela cosmovisão, a *auctoritas* seria expressão da titularidade absoluta do poder frente ao eventual exercício que, como *ultima ratio*, seria absoluto, enquanto a *potestas* seria a sua personificação, ou seja, aquela em que assumindo-a: “*um falante se desloca do fundo anônimo e indeterminado da comunidade que o envolve, e dá testemunho de seus próprios atos, (e) eis que surge o poder como determinação concreta das ações alheias.*” (Comentário sobre o Quadro relacional I). Em razão disso, a distinção entre corpo natural e corpo político, governo e Estado, *auctoritas* e *potestas* são dimensões escalares que, consumando níveis de legitimidade e titularidade, separam as questões próprias do relativo lapso metonímico que costuma tornar indiferenciado o poder e a pessoa que o personifica. Em tese, sobretudo, se levarmos em consideração a suspicácia hermenêutica de Kantorowicz (p.25), segundo a qual, a doutrina da teologia cristã e da lei canônica, cuja defesa concebe a sociedade como a extensão de um ‘*corpus mysticum*’, sobre a qual se demora a cabeça simbólica do Cristo; doutrina que, tendo sido transferida pelos juristas medievais da esfera teológica para as questões do Estado, redundando na apologia dos reis como a cabeça desse *corpus*, logo se entenderá como as questões referentes à bicorporificação do poder no Ocidente (tensionado entre as determinações do ilimitado sobre o limitado, entre a Igreja e a realeza, entre o eixo ordenador e o eixo de exceção, entre a *auctoritas* e a *potestas*, entre o Estado e o governo) acompanham não apenas o anseio de mudança substancial em nome da qual inúmeros filósofos se debaterão, mas igualmente os bastidores ante os quais os contenciosos territoriais encontram a sua causa remota.

Tão logo a Guerra dos Trinta Anos tenha sido encerrada com a assinatura do Tratado de Vestfália, um conflito igualmente crucial enredava os ingleses em uma trama motivada por divergências políticas e religiosas, cuja inabilidade de Carlos I para governar como monarca absoluto (no que comprometeu a sua interlocução com o Parlamento); além da inclemente oposição dos puritanos à reestruturação da liturgia anglicana, que consideravam romanista em demasia, precipitou um estado de coisas que, sob a pertença mútua entre facções puritanas e Parlamento, levou à Guerra Civil de 1642-1648. Nesse interregno, duas forças se digladiavam, de um lado os defensores do rei, doravante realistas, e do outro, os puritanos; com franco apoio do Parlamento. Ora, subjacente à Guerra Civil; à decapitação de Carlos I, em 1649; à ascensão do puritano Oliver Cromwell e consequente instauração da República (*Commonwealth*, entre 1649 e 1660), demoravam-se a ostensiva oposição contra o aumento do poder monárquico, além da comprometida infiltração do anglicanismo com as questões do Estado, no que, com efeito, marca decisivamente a paulatina separação do eixo ordenador dos demais eixos, em especial a do eixo de exceção. É sob esse horizonte de consciência, cujo estado de coisas posicionava a vida mínima à mercê da insegurança jurídica; da indeterminação dos poderes seculares; das guerras de orientação religiosa, que surge a figura de Thomas Hobbes (1588-1679), monarquista convicto que, exilado em Paris durante a Guerra Civil inglesa, centra parte de sua acurácia filosófica à implicação entre os dogmas religiosos e a instauração de instabilidades político-sociais. Se há anseio de mudança substancial sob o propósito monarquista de Thomas Hobbes e a expectativa de suplementar um estado de coisas a partir de um eixo ordenador ligeiramente filosófico do qual partirão os caminhos decisivos da defesa moderna de soberania, tal decorre de sua proximidade com Carlos II que, por meio de sua monarquia constitucional, daria cabo da intolerância religiosa que há muito perburtava o continente (ARMSTRONG, p.276). Parte expressiva desse anseio, genuinamente filosófico, sucedera à leitura e à adaptação de Euclides (lido por Hobbes aos 40 anos) em um sistema rigoroso que, tomando o materialismo como fonte gnosiológica, deduzia uma cadeia lógica de necessidade a partir do movimento²⁴³. Sob o nome bíblico de *Leviatã* (1651), tal anseio apresentaria, de modo

²⁴³ “No princípio de tudo está o movimento. O homem é um mecanismo. Do movimento nasce a sensação. Apeite ou desejo, aversão ou ódio, trata-se de um ‘pequeno começo de movimento’, ou esforço em direção a alguma coisa ou para longe de alguma coisa. O objeto do apetite ou do desejo é o bem. O objeto da aversão ou ódio é o mal. Nada existe de bom ou de mau em si: estes adjetivos só têm sentido relativamente àquele que os emprega. O prazer é a sensação do bem. O desprazer, a sensação do mal. O mal supremo é a morte. A dor causada pela infelicidade alheia é a piedade; provém da imaginação de que semelhante infelicidade nos pode atingir. A vontade, o ato de querer, não é mais do que ‘o derradeiro apetite na deliberação’: derradeiro apetite ou derradeira aversão que encerra o debate redundando imediatamente em agir ou não agir. ‘O que se chama Felicidade’ existe quando nossos desejos se realizam com um êxito constante. O poder é a condição sine qua

filosoficamente substancial, uma visão do poder, do Estado e da soberania, sob uma perspectiva genuinamente mais ampla que as versões de seus congêneres, constantes desde Marsílio de Pádua até Jean Bodin, sobretudo, pela ligeira tensão dialética entre a natureza humana e a finitude, ou mais especificamente, entre uma conciliação antropológica e metafísica que, tão logo assentada, justificaria dedutivamente a necessidade do pacto voluntário em nome do qual se instaura o homem artificial, doravante o Estado.

Destarte, como ser racional, o homem não apenas pondera, calcula e avalia as situações imediatamente próximas, extraindo-lhes as respectivas consequências, mas sopesa igualmente aquelas que se protejam sob o desconhecido, haja vista, a morte, cujo temor acusa e desnuda o desejo de autoconservação. Da fraqueza e instabilidade desse temor, que agrava a condição egoísta do ser humano, é que surge a necessidade relativamente accidental da sociabilidade, cuja síntese se dá em nome de um pacto voluntário muito mais preocupado na conservação de interesses particulares que, propriamente, em sua superação. Assentando-se em um sistema filosófico, cujas premissas ligeiramente antropológicas concebem o homem como um ser tensionado entre o temor irracional e o desejo de autoconservação (sob o qual viceja o egoísmo), é que Hobbes implica a origem do Estado e consequente apelo à soberania como consequência proveniente do medo da morte violenta.

Racional por excelência, pois que é capaz de deduzir a *ratio* ou a proporcionalidade intrínseca das coisas, o homem é certamente o único ser da natureza capaz de entrar em acordo com seus semelhantes; característica que, segundo Hobbes, enseja a capacidade de apreensão de leis naturais que, com efeito, representam não apenas a inscrição da ordem natural e sua respetiva abstração, bem como a paulatina saída do estado de natureza. Sendo, com efeito, preceitos apreendidos pela razão, as leis naturais representam, pois, a disponibilidade humana para a ação que, constante desde o horizonte da experiência, leva à prática de determinados atos sob o caráter prescritivo de obrigação ou dever, em uma espécie de um constrangido foro íntimo. Da série de anseios relativamente inarticulados (sob os quais se projeta, em caráter primário, o próprio eixo ordenador) Hobbes nos leva a crer que o soberano é como o intérprete das leis da natureza que, no afã de lhes dar uma forma ou unidade correspondente, acaba por compor a ordem pública e, mais especificamente, a própria sociedade civil. Em razão disso, a soberania potencial (informe sob as leis naturais) só encontra materialidade por meio da articulação e mediação do soberano, tornando-o o

non para essa Felicidade. Riquezas, ciência, honra, são apenas formas do poder. Há no homem um desejo perpétuo, incessante de poder, que só termina com a morte. O homem se distingue dos outros animais pela razão, que é apenas um cálculo (adição e subtração de consequências); pela curiosidade ou 'desejo de conhecer o porquê e como'; pela religião que provém, não só desse desejo de conhecer as causas (portanto a causa das causas, a 'primeira e eterna causa ... Deus'), mas também da ansiedade do futuro e do temor do invisível." (CHEVALIER, p. 69).

agente responsável por converter a regularidade inscrita na ordem natural em pactuação cívica. Como não vigoram senão em tempos de paz, mais especificamente, em períodos em que a autoconservação está assegurada, as leis da naturezas têm no soberano aquele que as interpreta, sendo este último, aquele que, na condição de legislador, está suficientemente autorizado a converter e a articular os múltiplos desígnios populares em um pacto.

A composição contratual dos anseios multitudinários (então inarticulados e relativamente difusos) encontra (na mediação do soberano) uma expressão metonímica que, à maneira do ente bicorporificado a que Kantorowicz suspeita entre os reis da Idade Média, se reintegra na pessoa artificial do Estado. Múltiplos, dessemelhantes e dispersos, os anseios humanos são notadamente inarticulados, mas apesar disso, regidos por um constitutivo temor à morte que - vinculando súditos e soberano, governados e governantes - acaba por se revelar fundamento remoto da própria atividade política. Em razão disso, é desse temor que parte a paulatina síntese das múltiplas vontades que, sob os termos voluntários da pactuação, se reencontram relativamente uniformes. Portanto, do ciclo biológico mais primário, sob o qual se renovam os apelos ontológicos da autoconservação, Hobbes percebe que, ávidos por preservá-los, os homens dispõem de características genuinamente autocentradas que, se não reparadas, precipitam uns contra os outros em um decisivo *bellum omnium contra omnes*. O impulso vital necessário para conter a desmesura de tais apelos, e interpor a ordem necessária para a sobrevida do próprio território, exige, como bem dissemos no §2, Parte III:

uma tomada de decisão bem-sucedida daquele que, de posse de um bem escasso (um dom, por exemplo), se impõe em nome próprio, pois que dá testemunho desse mesmo ato. A qualidade desse ato individual é por mim nomeada de força de imposição que, significando uma ligeira modificação da força física exaurida, impacta positiva ou negativamente a vida dos indivíduos, de modo a criar sentimento de pertença mútua (Gefühl der Zusammengehörigkeit).

Mutatis mutandis, Hobbes nos faz compreender que, sob os efeitos da força de imposição, o soberano se desloca da multidão a uma altura, cuja tensão entre dentro e fora, posiciona-o tanto como aquele que regula o pacto, pois que o transcende, como vértice dos demais eixos. Investido de poder, em razão de sua força de imposição e capacidade de articulação das leis naturais, o soberano se encontra simultaneamente submetido à transcendência de tais leis, bem como ao próprio pacto. Estando imediatamente dentro e fora dos termos do contrato, o soberano ocupa uma posição específica que ora o submete, ora o põe vigilante às próprias leis. A consequência politicamente bem-sucedida deste sistema, cujos pressupostos partem de uma antropologia filosófica com francos desdobramentos metafísicos, cabe, com efeito, neste trecho de Chevalier (p.82):

Colocava os bispos anglicanos, representantes da religião oficial, sob a autoridade do soberano, do poder civil, e não o poder civil sob a autoridade dos bispos. Tanto

do ponto de vista religioso quanto político, cristão quanto monárquico, Hobbes mostrava-se um ímpio, um blasfemador. ‘O ímpio Hobbes’, dir-se-ia por muito tempo, tal como se dizia: o ‘celerado Maquiavel’. Esse papel de bode expiatório, desempenhado pelo florentino havia um século, Hobbes iria assumi-lo a partir da segunda metade do século XVII. E ainda em vida. Malgrado a proteção de seu antigo aluno, que viera a ser Carlos II por ocasião da Restauração (1660), Hobbes deve, atendendo à segurança pessoal, deixar de escrever sobre as matérias de moral e de religião. Volta-se então para a geometria e ajusta contas com os grandes geômetras de Oxford. Está convencido, porém, de que descobriu a solução para o problema da quadratura do círculo e para o da duplicação do cubo. Em 1679, aos noventa e um anos de idade, morre esse homem superior, indomável no espírito e temeroso no corpo.

F

Passadas a posição de Jean Bodin e concomitante oposição dos monarcômacos, dos quais se destacam George Buchanan (“*De jure regni opud scotos*”, 1578), Philippe Du Plessis-Mornay (“*Vindicae contra tyrannos*”, 1579) e Jean Boucher (“*De justa Henrichi III abdicatione*”, 1589); a posterior defesa da monarquia absoluta por parte de Thomas Hobbes, eis que a discussão da soberania e, conseqüentemente, da esfera político-secular encontrou na ligeira passagem dos cismas e guerras religiosas, um capítulo não menos crucial. Empenhados em compatibilizar uma interpretação política na qual o soberano ocupasse posição absoluta, sem que isso implicasse uma anteposição ao primado da cosmovisão cristã, como protestantes (indiferentes às exigências do dogma), os monarcômacos incorporaram as Sagradas Escrituras às suas respectivas defesas, liberando-as do fundo católico que, ligeiramente, as sustentavam. A consequência dessa incorporação trouxe consigo a sustentação de que os homens são portadores de direitos prévios, doravante direitos naturais, em nome dos quais o Estado soberano deve apenas zelá-los e garanti-los. Nessa perspectiva, o caráter aspirável à vida política e a conseqüente soberania, decorrem muito mais da instabilidade das vontades manifestas nos contratos do que propriamente a uma aquisição humana inata, constitutiva à natureza. Potencialmente social e político, o homem é marcado por uma fragilidade intrínseca, por uma demanda prévia de cuidados que, dada a sua *gratia prima* e conseqüente gratuidade, clama por um senso de ordem capaz de equilibrar e otimizar as perdas e ganhos, e mais do que isso, submeter a força sob o jugo da possibilidade, aliás, à perfectibilidade. O caráter anamórfico da fragilidade admitida e da força exaurida se convertem, paulatinamente, na descoberta da insuficiência particular e ansiosa abertura ao geral, cuja tensão entre o indivíduo e a sociedade é, pois, expressão e fundamento da vida gregária. Com efeito: “*Il est certain qu’il n’y aurait d’animal plus miserable que l’homme, si chacun vivait dans une entière solitude, et destitué de tout secours d’autrui.*” (PUFENDORF, 2009). Reabilitando a noção aristotélica de finalidade, implicada à vida política, a posição jusnaturalista desses pensadores (notadamente protestantes) leva-os a uma

compreensão do Estado como a instituição responsável tanto pela defesa dos direitos naturais, como pela segurança de seus súditos. Contrapondo-se à Igreja Católica, em nome da qual a Revelação ficara submetida à observância de sua rígida hierarquia, cuja consequência mais imediata seria a aceitação e obediência aos seus respectivos preceitos pastorais, os jusnaturalistas protestantes acenturiam o caráter racional e francamente deliberativo que, ínsito nos homens com expressão da vinculação originária a um Deus criador, lhes facultaria a possibilidade de deduzir, revogar e promulgar as suas próprias leis sob os auspícios daquilo que, sendo justo, o seria para o bem de todos os semelhantes. Sob os deveres para com a justiça e o bem de todos é que decorreriam as exigências formais para o exercício do poder do soberano, contrariando-se assim qualquer evocação a um *plenitudo potestatis* no qual o eixo de exceção e eixo ordenador, por se indeterminarem mutuamente, não devem satisfações senão a Deus, ou seja, ao que transcende à própria esfera secular. Contrapondo-se a tal *plenitudo potestatis*, os jusnaturalistas protestantes conceberam o eixo de exceção como sinônimo de um Estado autônomo aos demais poderes, formado não pela estrita obediência (cega e subalterna) dos súditos, mas, sobretudo, pelo livre acordo da vontade humana. Aliás:

Quelque que soit la forme d'un Gouvernement, les droits de la souveraineté, pour être légitimes, doivent être uniquement fondés sur le consentement des Peuples; tout pouvoir est essentiellement limité par le but primitif que la Société se propose; tendant sans cesse à se conserver à se maintenir en vigueur, à rendre son sort agréable, elle ne peut consentir qu'aux moyens qui remplissent ces vues (Baron d'Holbach, 2017).

Paralelamente, o nascente cientificismo, os crescentes racionalismo francês e empirismo anglo-saxão, invertiam (desde o espectro gnoseológico, do qual decorre a probabilidade e os critérios objetivos do conhecimento) a prioridade das exigências formais e especulativas que, constantes desde a fórmula de Santo Anselmo de Cantuária (1033-1109), a saber: *fides quaerens intellectum* (a fé que busca compreender) e a tensão secular entre dialética e teologia, subjugavam o ato de conhecer às provas da fé²⁴⁴. Sob o signo da

²⁴⁴ Dimensionado em âmbito metafórico, diríamos que o horizonte de consciência epocal empreendido desde a Reforma (sob a qual o próprio mapa europeu é redimensionado, quiçá, como um anseio de ordem interior constante naquele período), pode ser compreendido em termos imagetivamente territoriais e, como esboçado no §1, Parte III, sendo o território um “*ato de determinação sobre o espaço que, implicando a existência de dois ou mais seres vivos, circunscreve-o limitando-o*”, implicou uma noção de circunscrição e limite determinados pela tensão entre os poderes religioso e secular; entre a fé e a razão; entre a confiança e a dúvida; entre o metal e o capital; entre o campo e a cidade, cada um destes ávidos por autonomia. Em âmbito genuinamente filosófico, a circunscrição desse nascente território demandou uma mudança ou uma inversão na busca do fundamento que, partindo da consciência, descendesse às coisas ou ascendesse a si mesmo, submetendo e imanentizando as exigências da fé em nome da razão. Dessa inversão, sob a qual a ordem de prioridade às questões da fé resta secundária ou posterior ao exercício da própria razão que se busca, a consciência (como unidade transcendental) passa a ser fonte de verdade intuitiva que, pautada em ideias claras e distintas, se constitui como unidade absoluta desse próprio domínio.

inversão gnoseológica, a partir do qual a própria fé é posta à prova e as exigências filosóficas primam pela certeza indubitável, é que surgem não apenas as reflexões políticas dos monarcômacos; de Thomas Hobbes, mas igualmente dos jusnaturalistas Christian Wolff, Hugo Grotius e Samuel Pufendorf. Obras como: “*De jure belli ac pacis*” (1625), “*De jure naturae et gentium*” (1672), “*Jus naturae methodo scientifica pertractatum*” (1740-1748), respetivamente, de Wolff, Pufendorf e Grotius, refletem não apenas o cenário conflituoso de então (marcado pela animosidade religiosa outrora mencionada), mas um esforço de ordem que, ainda que cristão e reformado, se voltava ao domínio secular da própria imanência, aliás, à defesa de que a força de imposição de uma autoridade não poderia exceder às exigências da razão, cuja capacidade de arrazoar, submete e condiciona todo poder a estritos princípios racionais. Deste modo é que se percebe a relativa similaridade entre os projetos filosóficos e políticos que, constantes desde os monarcômacos, revelam a versão decisiva da ideia de soberania como atributo de um domínio racionalmente limitado ou determinado, com a qual a própria Geopolítica e as Relações Internacionais se submeterão. Cimentando ainda mais a defesa da soberania como atributo formal do poder²⁴⁵, contra o eventual arbítrio do poder secular da Igreja, os jusnaturalistas realçam - à maneira de Hobbes - a dimensão antropológica da atividade política, acirrando ainda mais (em âmbito filosófico) a ligeira inversão outrora efetivada por Marsílio de Pádua²⁴⁶. A consequência dessa dupla característica - sob a qual gravitam tanto a origem meramente humana da política, bem como a consequente busca não por sua finalidade última, mas sim pela titularidade e legitimidade de seus representantes - desloca as aspirações transcendentais às questões mais imediatas da imanência, radicando o eixo de exceção nos seus próprios domínios, ou seja, na dinâmica falível, volátil, imprevisível, voluntária e contingente que os indivíduos, espontaneamente, exercem em dadas circunstâncias. O esforço dali resultante, cuja emanção de símbolos espaciais instrumentalizados sob os termos da localidade, doravante da soberania, trará consequências epocais e filosóficas cruciais para os níveis de consciência depreendidos da cosmovisão ocidental.

²⁴⁵ Neste contexto, a soberania é atributo formal do poder, pois, onde quer que se efetive, demanda para si a sua própria legitimidade, ou seja, caráter absoluto. Em razão disso, como não são decomponíveis, mas indissociáveis, poder e soberania se articulam formalmente.

²⁴⁶ “*Como desloca a atenção da atividade política a partir de quem deve reclamar a ultima ratio da comunidade, Marsílio sobrepõe a causa eficiente à causa final, aliás, preocupando-se muito mais com as razões que ultimam a existência de um eventual legislador (capaz de zelar pela lei), que propriamente com as razões teleológicas a que devem aspirar a política e a comunidade, afinal esta última teria um fim em si mesma, sendo, pois, um corpo autossuficiente, cujos propósitos são deliberados entre suas partes constituintes, ou seja, entre seus cidadãos.*” (§3B, Parte VII).

Sob as alentadas justificativas filosóficas, que, como anseios de mudança substancial, marcam o fenómeno da soberania desde os interesses de Marsílio de Pádua para como Luís de Baviera, uma não apenas imaginativa visada antropológica surge como forma de conceber o homem em seu estado natural e, por conseguinte, oportunizar a conceção teórica crucial para outras entusiasmadas defesas do poder. Por conseguinte, é facilmente admissível a ideia de que a formação do Estado moderno e a ascensão da filosofia política formam dois fenómenos concomitantes. Ao redor de uma antropologia filosófica que concebe o homem como um ser nascido sob o signo da liberdade, ou seja, sem quaisquer constrangimentos exteriores, a justificativa de filósofos como Jean Jacques-Rousseau, Kant e Hegel parte, *mutatis mutandis*, da ideia da gratuidade da vida humana, aliás, da imanência e decorrente usufruto da sociabilidade²⁴⁷.

Encontra-se, com efeito, para enfim se distanciar sob a seguinte perspectiva: *abandonado à própria sorte, contra a qual demanda a companhia dos seus semelhantes e eventual transferência de sua liberdade, (como em situações de ameaça iminente e consequente necessidade de um eixo marcial), o que se encontra superiormente acima do homem, este ser simultaneamente individual e gregário?*

No instante em que essa questão viceja sob a panorâmica não menos tensional da condição humana, eis que cada filósofo desdobra uma série de argumentos que presta satisfações aos seus próprios sistemas. Entretanto, a despeito disso, uma defesa inesperada os aproxima, a saber: a defesa altaneira, e não menos decisiva do Estado, cujo fundo metonímico (sob o qual se demora hipostasiado o próprio impulso vital dos agentes epocais que o pressupõem) encontra na soberania o seu correspondente formal. Modificando as noções tradicionais (bem como os símbolos espaciais dali decorrentes no espaço público) sobre bem comum, causa final, causa eficiente e poder – muito em razão das circunstâncias históricas que antepunham o eixo ordenador notoriamente cristão ao eixo de exceção pretensamente absoluto – cada um desses filósofos, ao seu modo, contribuiu para a paulatina implicação entre moralidade pública e sociedade, cuja defesa última da legitimidade soberana do poder se converterá, sub-repticiamente, em sua sobreposição aos indivíduos que

²⁴⁷ Acerca disso, tanto Léon Duguit, como Bertrand de Jouvenel (em períodos distintos) coincidem no seguinte tópico: Jean-Jacques Rousseau, Kant e Hegel são os responsáveis pela deificação do Estado e maximização do seu poder absoluto; fenómeno que serve para - por vias conceituais próprias do eixo ordenador moderno - alçar o eixo de exceção a uma altura nunca antes vista, altura sequer suspeitada entre as demais cosmovisões. Na obra: “*Jean Jacques-Rousseau, Kant e Hegel*” (1918), Léon Duguit sustenta a tese de que, sob a defesa rousseaiana da Vontade Geral, por exemplo, subjaz a tácita obediência do indivíduo à vontade do Estado, de modo que a expressão mesma de sua liberdade cívica é proporcional a tal obediência.

o chancelam. Em nome da consumação de algum propósito universal e logo catalisador de um estado de coisas suplementar, o eixo ordenador (a que estas filosofias remontam), desdobra o apelo de uma minoria esclarecida ávida por conduzir o todo a que se referem. Encarnando e personificando a ideia mesma da Razão e do senso de proporção histórica daí resultante, cada uma dessas filosofias desconsidera a gratuidade indiferenciada do ser em nome de um dever ser que, com efeito, só é crível sob o cariz de uma força de imposição capaz de atualizá-la.

Por certo, um dos traços distintivos da cosmovisão Ocidental, desde a modernidade, reside na seguinte composição: A) crescente suspeição dos ciclos primários e o legado político a estes implicados, decorrente do exercício paradoxal do poder sob a égide da religião cristã, cuja advertência dorme incômoda sob a recusa de Cristo a Pilatos: “*O meu reino não é deste mundo; se o meu reino fosse deste mundo, pelejariam os meus servos, para que eu não fosse entregue aos judeus; mas agora o meu reino não é daqui.*” (João 18:36); B) ascensão de uma modalidade de intelectuais que surge, concomitantemente, ao crescimento das cidades, das universidades, do capitalismo e da burocracia urbana, resultando assim na propagação dialética de ideias contrárias aos dogmas da Igreja, haja vista, o nominalismo, bem como a paulatina ascensão daquilo que, notadamente, entre os franceses, chamar-se-ia: *opinião pública*²⁴⁸; C) sobreposição do eixo ordenador, mais especificamente de natureza filosófica, de modo a (como um bastidor de legitimidade) problematizar qualquer discurso ou nível de consciência ligeiramente mítico-religioso. Por conseguinte, em nome da soberania popular, da *Volonté Générale*, da superação da minoridade (*Mündigkeit*), doravante em nome da Razão, uma minoria esclarecida personifica o eixo de exceção e, na expectativa de conduzir os rumos das aspirações que o chancelam, depreendem das partes a unidade artificial do todo, encurtando (desde a emanação do seu símbolo espacial correspondente) o território não mais como expressão cosmocêntrica (como *axis mundi*), mas como *limes* imanente do Estado. Originalmente, inviabilizando e refutando a *plenitude potestatis*, bem como o tardio poder absoluto dos reis, o eixo ordenador (particularmente moderno) radica na ideia da soberania popular a defesa de que o poder se torna legítimo não por seu caráter substancial, ou seja, por sua qualidade (a intermediar a finalidade última e o anseio perfectível da sociabilidade), mas no instante em que, personificando a dupla circularidade²⁴⁹, encontra no aval numérico e quantitativo o seu substrato. Distendendo-se dos demais eixos sob a expectativa benevolente de melhor

²⁴⁸ Vide: “*A traição dos intelectuais*” de Julien Benda (2007).

²⁴⁹ “A) como a posse relativa de um bem escasso que, em escala de possibilidade, é apenas remoto, B) como limite absoluto para além do qual, por perda de autoridade, não pode ser mantido.” (§2B, Parte III).

ordená-los, o eixo de exceção (soberano, imperioso e superior) se conduz e se move de maneira tão impessoal que, em nome de todos, cada qual se torna ninguém. Prestando satisfações às próprias normas deduzidas da razão, a contrapelo dos níveis de consciência e ciclos disponíveis pelo apelo interior da cosmovisão, o eixo de exceção se converte no Estado, contra o qual não há nada jurídica e institucionalmente acima. Nesses termos, todo ato legítimo o será desde que de acordo com os fins do direito, ou seja, desde que previstos e sancionáveis pelo senso de proporção das leis. Cumprindo uma tripla função que, como nos referíamos acima diz respeito ao seus micropoderes²⁵⁰ e a capacidade de dar ordem de maneira incondicionada, o Estado se atualiza no instante em que, renovando o dilema da bicorporificação, tensiona as noções abstratas de *auctoritas e a potestas*; soberano e governo, cuja consequência resulta na ideia de sua personalidade jurídica e, portanto, em sua titularidade. Subjacente à autonomia do eixo de exceção como Estado, que impacta e a compromete a rotação de todos os demais, não resta o indivíduo biológico, vivente, mas apenas o movimento petrificado em atos substantivos específicos que se dão, com efeito, como atos prescritivos e funcionais; ante os quais os valores mais espontâneos se transubstanciam em deveres formais. O indivíduo particularmente pessoal é suprimido sob o movimento coletivamente convergente; denso e policialesco do eixo de exceção que, dadas as demandas de sua autodefesa, radica em um ostensivo eixo marcial a face pública de sua força de imposição. Estabelecida a defesa de que o indivíduo é subsumível sob os anseios de uma *Volonté Général*, que legitima o poder material em nome de sua soberania, a consequência é tanto a sobreposição do ente metonímico estatal aos viventes concretos, como a exclusão dos interesses pessoais nas esferas nacionais e internacionais, cujo resultado se consuma na abstração do impulso e da vitalidade dos agentes epocais.

Minimizadas as possibilidades vetoriais a que o movimento político remete, não mais como ancila do eixo ordenador e, por conseguinte, dos ciclos primários de uma cosmovisão, a soberania moderna reduz o território à sua dimensão horizontal que, por certo, é o plano fundamental contra o qual se projeta o círculo da imanência mundana em um encurtamento de perspectivas. Fronteiras e alfândegas são seus atributos materiais por meio dos quais o eixo marcial gira, ostentensivamente, a pretexto de assegurar a ordem que, a bem da verdade, é cultivável quanto mais a pulsão policialesca de seus funcionários é recompensada pelas gratificações perversas da força. Tornando-se horizontal, o poder se

²⁵⁰ Sob tal dinâmica, o poder político se distende atuando: A) ora no eixo marcial, por meio do poder judiciário (que classifica e separa os cidadãos dos não-cidadãos, além de zelar pela legitimidade do próprio poder político); B) ora no eixo ordenador, por meio do poder legislativo (a partir do qual as demandas populares inarticuladas ganham forma inteligível, e, colegiadamente, força de lei); C) ora no eixo capital, por meio do poder executivo (que a partir da antevisão dos custos tanto para administrar o território, como para se preservar, mobiliza os meios financeiros de sua conservação).

espraia imediatamente bidirecional nos extremos e unidirecional em perspectiva, reduzindo as possibilidades remotas do eixo de exceção que, desde então, se digladiava simultaneamente entre os binômios de esquerda/direita e centro, sem incorporar as diferenças no sentido universal a que a própria política reclama como o encontro com o que não se limita nem no tempo nem no espaço, e cujo anseio – em âmbito territorial – é o de reintegrá-lo (o homem) à totalidade que, com efeito, é transfronteiriça.

A implicação dessa horizontalidade do poder, que, por certo, se dá entre secularização e territorialidade, desloca o eixo da autoridade (anulando a *plenitudo potestatis*) ao dínamo imanente da soberania e da autodeterminação; contra os quais os símbolos expansivos das fronteiras e limites se notabilizam. Deste modo, o resultado mais precípuo do surgimento da modernidade desde a Paz de Vestfália e a paulatina avocação instrumental da soberania, se deu com a emancipação da ordem política de qualquer outra tutela. Já em 1625 com a obra: *‘De jure belli ac pacis’*, Hugo Grotius concebia um modelo em que, Estados soberanos, pudessem restabelecer a lei natural e a defesa de um sistema de direitos e deveres mútuos, efetivados posteriormente desde a assinatura daquele Tratado. (ver: Otto Gierke - *“Natural law and the theory of society – 1500 to 1800”*, 1957). Thomas Hobbes compunha: *‘O Leviatã’* (1651) para celebrar - à maneira de Samuel Pufendorf em: *‘Direito da natureza e dos povos’* (1657) - as virtudes da soberania, instrumento geopolítico genuinamente ocidental que passara a representar desde então a emancipação do território de quaisquer constrangimentos culturais, comunitários ou identitários. Como consequência, desde então, a construção política europeia e sua respectiva compreensão passa a seguir a noção do Estado como *‘bola de bilhar’*, em que as decisões e eventuais resoluções de conflitos são radicadas (como a *ultima ratio*) não na pessoa do príncipe, mas nos interesses hipostasiados da *nação*. (ver: Judith Goldstein, Robert O. Keohane - *‘Ideas and foreign policy: Beliefs, Institutions, and Political Change’*, 1993). Desde então, como que a marcar determinantemente a compreensão política e geopolítica da cosmovisão ocidental, costuma-se dimensionar a tensão entre os homens e seus territórios como um sistema de coordenadas lineares em que a Terra, por exemplo, permanece em repouso, de modo que os fluxos das relações dos agentes são tomados uniformemente, não como contíguos, mas como contínuos (§6, Parte I).

Marcando a compreensão dos fenômenos políticos e geopolíticos à maneira de um relógio parado, que suprime a dinâmica da vida, subjugando-a desde noções totalizantes e sincategoremáticas como ‘todos’, ‘superior’, ‘muitos’, o símbolo de soberania encobre e incorpora a transcendência sob as exigências formais dos deveres e prescrições, absolutamente, soberanos. Por conseguinte, por evocar um relógio, tal Geopolítica *standard* marca, compassadamente, os fenômenos globais a partir de noções pretensamente

uniformes, tomando por pressuposta a relação entre: monopólio legítimo da violência, Estado e unidade política que são - a bem da verdade - emanações de símbolos espaciais que, ante a emergência dos seus dilemas territoriais outrora reparados, restam (apesar de relativamente bem-sucedidos) como contextualizados a realidades mui específicas, ou seja, resultantes de suas próprias cosmovisões. Destarte - em um plano de compreensão global - nações e Estados carecem de unidade real de um ser condicionado ativamente, ou seja, de vida biológica unitária, sendo antes análogos de realidades relativamente estáveis que, se tomadas irrestritamente (como usualmente promovem os analistas), tendem a encobrir as causas decisivas dos seus próprios desdobramentos sob um simulacro de entidades genéricas revestidas de aparente vida própria. Tomar tal sobreposição por pressuposta, cuja consequência natural se dá com a propagação de teleologias (como se, formalmente, todo e qualquer território devesse emanar a ordem soberana dos Estados), implica em deformar unidades políticas não-ocidentais, em que a figura do chefe de Estado encarna em si mesmo o rudimento do próprio 'Estado'. Nestes termos, o corpo do rei é o corpo do Estado.

Naquilo que Agamben depreende da capacidade que o Estado soberano tem de precipitar a exceção, ou seja, como um poder que está simultaneamente dentro e fora da circunscrição da lei, é que se pode destacar a diferença irreduzível das noções análogas de política, geopolítica e territorialidade próprias da cosmovisão ocidental; noções que, apesar de constantes entre as demais, não se apresentam com a seguinte particularidade:

O espaço político da soberania ter-se-ia assim constituído através de uma dupla exceção, como uma excrescência do profano no religioso e do religioso no profano, configurando uma zona de indiferença entre sacrifício e homicídio. Soberana é a esfera em que se pode matar sem cometer homicídio e sem celebrar sacrifício, e sagrada, isto é, exposta à morte e insuscetível, é a vida que foi capturada nesta esfera (AGAMBEN, 1998, p. 84.).

No âmbito dessa indeterminação, em que sacrifício e homicídio se confundem e se anulam mutuamente, o eixo de exceção (estatal e soberano) administra a vida mínima indisponível, inclusive, à morte, ou seja, a revela ou a elimina sem sequer assegurar-lhe a condição expiatória fundamental de vítima, fenómeno que indicia uma inusitada e simultânea aporia: o desdobramento e a recusa à cosmovisão cristã. O limite dessa aporia que, com efeito, é expressão da crise, esvazia a política de qualquer sentido transcendental ou mesmo de qualquer vestígio ético-religioso para, na tensão de seu colapso, encerrá-la em uma plana e desértica horizontalidade na qual o eixo de exceção regula e suspende (por razões sanitárias) a própria vida. Nesse âmbito, efetivamente soberano, o eixo de exceção vela pela segurança avocando a liberdade dos súditos, valendo-se para isso da força dispensada ao eixo marcial. Sem suspeitar o carácter ligeiramente decisivo que isso significa para o próprio eixo de exceção, desde o mundo antigo, por exemplo, o manejo da força pelo

eixo marcial - que o faz disciplinar e converter o espaço em território; capaz, inclusive, de reconstruí-lo em situações excepcionais (como uma guerra) - acaba por torná-lo o eixo mais próximo da exceção. Em razão disso se pode afirmar que se o limite da soberania se encontra na capacidade excepcional ou disruptiva do eixo de exceção, tal se radica na força de imposição dispensada ao eixo marcial, de modo que tal limite de determinação é consequência do nível de organização militar. Eis, com efeito, o que pôde constatar a socióloga Marie Kolabinska (*'La circulation des elites em France'*, 1912), para quem em situações de guerra ou tensões, as carreiras militares são evidenciadas, de modo que, a pretexto de defender a liberdade, o eixo marcial pode suprimir e dissolver o estado de coisas e precipitar um novo regime.

Para que a cosmovisão ocidental gerasse essa articulação política foi preciso que as circunstâncias históricas otimizassem um modo peculiar de concentrar poder, fenómeno anteriormente observado nesses termos:

(...) como o eixo de exceção pode, em sobreposição aos demais, aumentar e concentrar suas fontes de financiamento e poder consequentes para assim requisitar e restringir as ações humanas sem que, com isso, perca a sua legitimidade? O marco histórico qualitativo que passa a se delinear naquele horizonte, redundando na depuração de um Poder Legislativo; versão material do poder que, de todo inexistente no mundo antigo, divisa o novo mundo, anunciando um inesperado direito de impor. Em razão disso, o ponto de rutura que há na passagem da Idade Média para a Modernidade, se dá com a relativa autonomia e complexa engenharia política radicada no eixo de exceção que, ao se constituir em máquina governamental, cuja mecânica é regulada pela atividade administrativa e pelo direito de imposição do Poder Legislativo, leva o poder político à expressão última do arbítrio. Tão logo o eixo de exceção, por meio da paulatina implementação de um direito de impor, se torne cada mais destacado não só dos demais eixos, mas em posição expressiva frente à própria ordem social, mais reclamará para si a construção de um espaço simbólico e material que, convertido na noção moderna de território, será a expressão mesma de sua soberania. Tornando o espaço sedentário o fundamento do controle político legítimo, o eixo de exceção (personificado na figura do rei, tido como *primus inter pares*) inverte a ordem da pertença mútua do mundo feudal (outrora, apoiada nas alianças pessoais, bem como entronizada na relação de vassalagem) deslocando-a a um nexo de alianças artificiais, radicadas naquilo que, no início do século XIII, responderá pelo nome de: Nação. A inversão da pertença mútua, anteriormente comunitários em nome de um constructo genuinamente funcional, leva não só à nacionalidade, como ao caráter político atribuível à ideia de povo, cujo conteúdo metonímico radica-se nas massas como agregado atômico ao redor dos eixos (§6, Parte VI).

Em outras palavras, à proporção que o eixo de exceção desdobra o poder de modo a arbitrar sobre o direito de impor, e, concomitantemente, inverte a pertença mútua (antes comunitários) em um constructo funcional emanado em um Estado-Nação, eis que exceção e regra se confundem e se reforçam mutuamente, deslocando a soberania (anteriormente uma idílica ideia contestatória à *plenitude potestatis* do poder papal) às raias do totalitarismo, ou seja, como esforço de reabilitação do todo desde as partes. Em seu limite

de determinação, cuja emanção de um símbolo espacial ainda mais restrito clama por sua própria exaltação, a soberania enseja o surgimento da nação, trazendo consigo a expressão mais amadurecida do ente metonímico sob o qual restam sufocados os indivíduos concretos e os riscos da vida mínima.

§5

Investigação hermenêutica sobre a Nação como símbolo espacial

Por ser um análogo à ideia de *nascimento*, afinal deriva do verbo latino ‘*nascor*’, o termo *nação* se desdobra em três espécies concernentes a entidades plenamente desenvolvidas que, apesar de relativamente distintas e independentes, não apenas revelam o nível de cristalização de um símbolo biologizante em uma hipótese, como se pressupõem: A) *com significados biológicos*, a exemplo da vinculação contingente ao território em que se nasce; B) *com significados étnicos*, a exemplo da consciência da pertença mútua reportada ao território em que se nasce; C) *com significados simbólicos*, a exemplo da apropriação analogante que se faz a um território a despeito de sua origem. Já na primeira espécie se pode observar que a ideia de *nação* é apropriada desde um contexto biológico, como sinônima de: ‘natividade’, por conseguinte, ‘ser nativo de’, em franca adaptação em sentido simbólico.

A intransitividade do verbo *nascor*, cujo uso adicional da expressão preposicional ‘em’ - como marco temporal, revela (ao menos em língua portuguesa) que a vida como *gratia prima*, só atualiza os limites de determinação (ou seja, uma forma) sobre um território, aliás, sobre certas porções do tempo e do espaço. O nível de consciência presente em uma língua latina como a portuguesa, na qual a parturição de uma nova vida é expressa em um ‘*nascor em*’, alude não apenas à mundaneidade romana²⁵¹, mas a uma espécie de ontologia do território²⁵². Por certo, a intransitividade do ‘*nascor em*’ nos leva a

²⁵¹ A própria ideia romana de ‘*mundus*’ – como o local em que se assentavam os *comitia* ou assembleias em acampamentos, aludindo assim (ainda que particular) à totalidade regular da ordem cósmica – dão à palavra o sentido de ordenamento, de modo que mundaneidade e ordem são termos relativamente equivalentes. O mundo é o espelhamento intuitivo da ordem cósmica em uma ordem territorial; espelhamento articulado por um eixo ordenador, capaz de dar forma a uma cosmovisão. Em razão do seu caráter especular, que remete àquilo que ultrapassa e transcende a mera contingência terrena, há em toda cosmovisão um apelo à universalidade que, como apontávamos acima, tensiona entre a extensividade e a intensividade, ou seja, entre a restritividade do espaço e a abertura do tempo.

²⁵² No §3, Parte I dissemos: “*Como o ato de determinar implica uma consumação, que o separe como parte destacável de um todo, - o ato de determinar só o é porque implica um limite, o limite de determinação, que, por sua vez, tensiona a coisa determinável. Deste modo, aquilo que limita no ato de determinação, e destaca objetivamente o determinado como predicável, ou seja, como separável de um todo, é a sua forma substancial que – ao conformá-lo ao conjunto de suas possibilidades, simultaneamente – retém e tensiona.*” Ora, no contexto biológico a que as ideias de ‘*Nação*’ e ‘*Nascor em*’ estão ligeiramente implicadas, registrar e vincular um recém-nascido ao seu território de nascimento, diz respeito a um ato de determinação, constante desde o nome. Portanto, reportá-lo duplamente a um nome (João, por exemplo) e a um território (nascido em Setúbal, p.e), significa negar implicitamente o que não está contido no afirmado, ou seja, de que João não é de nenhum outro território que não Setúbal. O ato de determinar implica um limite de determinação que, em contexto de vinculação biológica, significa: *nascor é nascor em um tempo e território específicos, e não em quaisquer*

compreender que, a despeito das espécies, o género *nação* reportas-nos a, respetivamente, um organismo plenamente desenvolvido ou em ato e a força de imposição de um eixo ordenador que, desdobrado em um eixo de exceção e suas medidas fiscalizadoras, exige e estabelece os limites de determinação de um território por medidas de precaução, ou seja, pelo temor do contingente e do desconhecido.

Observadas as espécies se pode notar que o género *nação*, não se confundindo com o sentido étnico de sua segunda especificidade, diz respeito às origens e às propriedades em comum, ou seja, conjunto de aquisições plenamente incorporadas e desenvolvidas que se desdobram, particularmente, em um organismo; em uma etnia e em uma síntese cosmovisante. Tais aquisições estreitam o sentimento de pertença mútua, entre os nascidos em um mesmo território, entre os agentes epocais de um mesmo estado de coisas. Dessa forma, a especificidade biológica a que a ideia de *nação* se reporta, só pode ser concebida a partir da preservação, incorporação e desenvolvimento do material gênico de um organismo adulto para a sua prole, nascida em um território que, por pertencer a uma porção específica do espaço, simultaneamente, a identifica e a determina. Do mesmo modo, já em um contexto eminentemente político, a espécie das nações étnicas só pode ser concebida a partir da preservação e da capacidade de adaptação histórica da pertença mútua de uma cosmovisão; elos estreitados pela língua, pela religião e pela cultura. Portanto, só existem nações étnicas onde quer que tais elos sejam simultaneamente capazes de se confrontar e se reestruturar em contextos de assimilação, sem os quais, oscila entre o nomadismo e o isolamento. Em contexto resultante dos êxitos dessa assimilação, eis que surgem a espécie das nações históricas que, reintegradas em processos ecumênicos, criam sínteses civilizacionais superiores, ou seja, um reservatório de experiências, valores, códigos jurídicos, teorias e níveis de consciência que extrapolam tanto a circunscrição territorial, como os limites particularmente temporais de seus autores.

B

Dada a sua origem etimológica remissiva a um termo com carácter simbólico, reportável ao nascimento e ao desenvolvimento biológico de um ente, a ideia de *nação* não é uma ideia radical ou genuína, já que é antes um análogo. Nesse primeiro nível de utilização simbólica (apropriável da biologia), a ideia de *nação* nos leva a compreender que o nascimento de algo só se efetiva (em organismos multicelulares) quando respeitadas: A)

outros. Em termos espinosianos, para quem: “*Omnis determinatio est negatio*” (‘*Toda determinação é negação*’), nascer em um território é não nascer no nada nem no mundo todo, por exemplo. A marca distintiva de ‘nascer em’ remete à consciência intersubjetiva do círculo da imanência mundana.

sentimento de pertença mútua, capaz de vincular os membros de um mesmo território; B) o ato de concepção, que dá forma à possibilidade intrínseca de reprodução de um agregado molecular, bem como duplica o material genético progenitor; C) a relação de relativa conformidade harmônica entre o todo e as partes, ou entre, a matriz uterina e a vida em formação; D) desenvolvimento do estado embrionário capaz de resultar em uma morfologia madura, autônoma e definida (a partir da qual, os órgãos e as funções vitais dali decorrentes são paulatinamente adaptadas), e cuja unidade vital se torna, particularmente, individual ou tendo que existir fora do útero desde a parturição; E) esforço de duplicação e renovação reprodutivas que, quando insuficiente, maximiza as possibilidades de extinção; F) parturição que se dá, intransitivamente, em um território.

Enquanto a ideia de ‘*nascer*’ alude ao efeito de um ato germinativo, capaz de conceber uma nova vida (ato remissivo a uma possibilidade remota); a ideia de ‘*nascido*’ (a qual, a nação é um análogo) quer dizer: ter sido gerado, ter tido condições de se desenvolver como um indivíduo (autônomo e diferente do par de opostos que o concebeu), duplicar-se e preservar-se em uma nova série reprodutiva, ter uma identidade específica, nascer em um tempo e território específicos. *Nascer* é uma possibilidade indeterminada sem limitação específica, mas *ter nascido em* é uma realidade determinada, cuja forma dimensiona os níveis de aquisições incorporáveis no decurso de uma existência, dentro os quais: uma origem, uma identidade e um território. Portanto, nesse primeiro sentido, a ideia de nação diz respeito ao ciclo biológico de vida-reprodução-território que, particularizando o ente de sua espécie respectiva, desloca-o e determina-o como indivíduo.

C

Observada a especificidade da ideia biológica de nação, acima mencionada, como: “*ter sido gerado, ter tido condições de se desenvolver como um indivíduo (autônomo e diferente do par de opostos que o concebeu), duplicar-se e preservar-se em uma nova série reprodutiva, ter uma identidade específica, nascer em um tempo e em um território específicos*”, logo se pode perceber a ideia consequente de ciclo eminentemente individual, ou seja, de um nível de realidade que, ao se destacar do meramente indeterminado, o particulariza. Compreendida essa primeira especificidade, segundo a qual uma nação biológica é um ciclo orgânico de determinação que sobrepõe o indivíduo ao indeterminado, já que ‘*nascer*’ é ‘*nascer em*’ um território, ou seja, sobre um fundamento, é que se pode avaliar o análogo político atribuído a este termo. Em razão disso, o conceito de nação biológica é incorporado à ideia corrente de nação em sua especificidade étnica, ligeiramente nesses termos: só se reconhece como tal o indivíduo que é capaz de se vincular, analogamente, ao seu território de nascimento, bem como só permanece na história aquele

povo que, resistindo às ameaças exteriores, é capaz de legar um traço gênico - custosamente incorporado - aos seus descendentes, doravante uma identidade.

O conceito de nação no sentido étnico pode ser considerado uma extensão analogante do conceito biológico do ciclo vital determinado, cujo uso se dá com a exaltação aos traços de identidade que, resistentes e revigorados no decurso da história, marcam uma diferença qualitativa desde um território. Ampliando-a para além do sentido ontológico e biológico da primeira aceção, a nação em sentido étnico assume uma perspetiva relativamente antropológica, definida em termos de aquisições plenamente incorporadas. Decerto, a extensão analogante que transpõe o nível biológico para o nível étnico tenta (a partir da apreensão intuitiva dos símbolos alusivos à identidade formal e à pertença territorial) depreender da resistência ao inorgânico, ao esquecimento; à diferença, ao caos e à contingência, um senso de pertencimento gentílico que, exaltando os vínculos de semelhança consanguínea, norteia decisivamente a unidade pessoal.

Como só são assimiláveis como um análogo do sentido biológico que as pressupõem, as nações étnicas só são suspeitadas a partir da transubstanciação de certos traços constitutivos ou identitários em um ideal de pertencimento, ou seja, em uma unidade pessoal artificial em franco contraste com aquilo que a indetermina, a saber: outra nação. Rastreado-a epocalmente, se percebe que tal objetificação se deu mais especificamente na Idade Média, no instante em que, em um mundo marcado pela emanação trazida pelo símbolo espacial soberano e pelo esfacelamento da ordem imperial, que implicava nas exigências administrativas e burocráticas de um mundo entre fronteiras, passou-se a utilizar um termo para se referir às crescentes corporações de académicos das nascentes Universidades de Paris, Bolonha, Pádua, Salerno, Oxford, Cambridge, bem como a um traço que as assemelhavam, surgindo assim a denominação: '*nationes*', cuja etimologia (à maneira de um particípio passado) aludia a '*ter nascido em*', doravante '*nativo*'. Vindos de várias regiões da Europa, os estudantes formavam comunidades com o mesmo sentimento de pertença mútua, ou seja, com a mesma língua, a mesma religião, destarte, a mesma cosmovisão, de modo que a comunhão (tendo por fundamento uma semelhança de origem) aliançava uma solidariedade para além de seus respetivos territórios. Proveniente da *Natio Germanorum*, por exemplo, se referia a '*ter nascido na Prússia*' ou '*ser nativo da Prússia*', adjetivo ou gentílico que, ora se adensava ao seu estudante e portador como uma supraidentidade, ora como um senso de pertencimento.

Assim como, segundo Rashdall ('*Medieval Universities*' apud Christopher Dawson in: '*A criação do Ocidente. Capítulo X – A cidade medieval: Escola e Universidade*', 2016) o ingresso de um italiano medieval na Universidade de Bolonha representava um *status* com valor hereditário, (afinal naquela Universidade formava-se a

elite administrativa das abastadas comunas italianas) além é claro, de representar uma espécie de segunda cidadania, que universalizava todo aquele que nela ingressasse - da mesma forma, a aquisição e usufruto de um '*nationes*' assegurava uma mútua proteção a todos os seus portadores. Destaca-se que, dada a sua orientação laica (diferentemente das teológicas ou clericais), a Universidade de Bolonha foi a primeira a emular e a exigir a divisão e separação de seus egressos em *nações*, ou seja, em franca menção aos seus locais de nascimento; modelo que, posteriormente, seria seguido não apenas pelas demais universidades europeias, mas pelos próprios reclames à soberania propugnados pelo eixo de exceção. Se, já que o eixo de exceção é um desdobramento tardio dos eixos anteriores, logo, sendo resultado do eixo ordenador é, com efeito, resultado de uma cosmovisão, se pode concluir que, tendo sido forjada em um seio eminentemente intelectual, ou seja, por exigência do crescente anseio de orientação que as Universidades despertavam na Idade Média, cujo ingresso e partilha aos saberes laicos assemelhavam todos os seus discentes a uma segunda e artificial cidadania, a ideia de *nationes* não tinha uma conotação étnica e política, sendo muito posteriormente adaptada no sentido territorial que a consagraria como atributo material da soberania²⁵³. Muitas das mudanças substanciais que modificam política e institucionalmente um estado de coisas, são gestadas no interior do eixo ordenador, ou melhor, em profecias autorrealizáveis e ideais expressivos pensados, discutidos e amadurecidos por intelectuais à espera daqueles que a efetivem como um poder material, de modo que, nesse contexto, o símbolo espacial tem antecedência à sua emanção.

Rastreada a sua origem medieval se pode avaliar que, enquanto os conceitos de *bandos*, *levas*, *clãs* e *tribos* são conceitos remissivos ao nomadismo e, por conseguinte, à resistência à territorialidade, ou seja, à indeterminação coletiva; a adaptação e incorporação da ideia biológica de nação sob um viés étnico-gentílico, amplia e renova a mundaneidade romana, cujos *comitia* demarcavam, particularmente, o local em que se assentavam, aludindo assim a um mundo que, tendo crescido demasiado, exigia um senso hierárquico de ordem tanto daqueles que entravam, como daquele que saíam de sua circunscrição e fronteira. Se o mundo é o espelhamento intuitivo da ordem cósmica em uma ordem territorial; espelhamento articulado, simbolicamente, por um eixo ordenador; capaz de dar forma a uma cosmovisão, se pode considerar que a unidade intelectual e administrativa do mundo medieval (amálgama dos santos do desertos com os magistrados romanos, cuja síntese se articulava nas Universidades) exigiu do mapeamento de seus forasteiros, estrangeiros e desconhecidos um senso de pertencimento que, exitoso desde a compartimentada

²⁵³ À eventual pergunta: *por que a nação é atributo material da soberania* (?), cabe a seguinte resposta: Pelo fato de que nada a impede de, ao se decompor em uma miríade de outros territórios (em uma guerra, por exemplo), outras nações ou nacionalidades as reintegre, ou seja, as governe.

identificação entre as ‘*nationes*’ acadêmicas, seria francamente adaptado pelo poder judiciário do eixo marcial, com seus mecanismos de classificação e separação dos cidadãos e não-cidadãos. Enquanto as noções de clã e bando são noções que aludem extensivamente a um agregado coletivo; indeterminado, portanto, - o conceito de nação (desde sua remissão biológica) alude a uma aquisição e partilha gênica (entre semelhantes) determinada sobre um território, à espera de ser reclamada por um eixo ordenador.

Desde sua origem histórico-biológica, constante a partir da vida universitária medieval, a ideia de nação étnica diz respeito à pertença de um indivíduo a um grupo que, tendo nascido no mesmo território, coexiste analogamente em outro lugar. Em razão disso, é uma ideia que pressupõe a transposição de uma semelhança gentílica em contínuo efeito de contraste com o território que a desperta. No instante em que as mesmas origens e as mesmas distâncias despertam entre os indivíduos o sentimento de pertença mútua de suas afinidades, o círculo da imanência mundana (imediatamente local) ultrapassa uma dimensão extensivamente geográfica, tornando-se assim uma matriz territorial, isto é, uma qualidade afetiva constante nos elos de familiaridade. Pertencer a uma nação quer, nestes termos, dizer: tomar consciência de si mesmo como indivíduo nascido ou proveniente de certa porção espacial, e rastrear, metonimicamente, a máxima semelhança em busca de uma mesma origem. Modulando-a, a partir da busca pela mesma origem espacial, uma nação étnica é o senso de pertencimento territorial que envolve, analogamente, duas ou mais unidades pessoais. Daí porque não é imprudente apontar para o facto de que, originalmente, a ideia de nação carecia de qualquer conotação política, com efeito, era alusiva a um constructo pré-político, ou seja, a uma modalidade de organização humana exigida mais pelas circunstâncias de um mundo em crescente metropolização e necessidade de exaltação nostálgico do lugar de origem, que propriamente a uma nomenclatura limitante e prévia aos seus portadores.

No instante em que se literaliza e se desloca das experiências que as originaram; cristalizando-se, as emanações se tornam autônomas aos próprios símbolos espaciais que as precedem, e sob tal autonomia (alusiva ao reordenamento constante nos fenómenos geopolíticos) a imanência do mundo se comprime em detrimento do que a excede; geometrizando o desconhecido, de modo que nada a apressa e a agrava mais que a nacionalidade como *forma mentis*, cuja impremeditada consequência radica os seus efeitos nos seus níveis de determinação, que só se efetivam em franco contraste com outras nações.

D

Como apontado anteriormente, o conceito de nação biológica é incorporado à ideia corrente de nação em sua especificidade étnica, denotando os traços gênicos ou de

identidade que um povo é capaz de, resistindo às ameaças exteriores, legar aos seus descendentes. Deste modo, por ser uma extensão analogante do conceito biológico do ciclo vital plenamente realizado, cujo uso se dá com a exaltação aos traços de identidade, só existem nações étnicas onde quer que tais elos sejam simultaneamente capazes de se confrontar e se reestruturar em contextos de assimilação. À proporção que, em um equilíbrio entre a conservação e a expansão, tais êxitos são assimilados em um decurso de gerações, eis que surgem a espécie das nações históricas que, reintegradas em processos ecumênicos, criam sínteses civilizacionais superiores, sendo estas o resultado da amalgamação.

Não se restringindo aos específicos traços identitários das nações étnicas, pois que se dá como efeito de processos ecumênicos próprios da expansão, as nações históricas resultam da confluência de povos que conseguiram - por força das determinações provenientes do domínio regressivo de uma unidade imperial anterior, bem como da estranheza trazida pelos fenómenos geopolíticos - criar uma unidade cultural e amenizar instabilidades intrínsecas, com seus costumes e instituições relativamente estáveis, cujo apogeu se dá com as sínteses civilizacionais. Tais, nada mais são que o produto da tensão entre cosmovisões distintas, ou mais especificamente, princípios e regras morais, religiosas, jurídicas, filosóficas e estéticas que, adaptáveis aos contextos de assimilação, tendem à universalidade, ou seja, à: “*capacidade de ser atualizada por outros agentes*” (§4, Parte III). Sendo universais, como produtos da tensão entre cosmovisões distintas, as sínteses civilizacionais são atualizáveis para além da vida física de seus fundadores, possuindo assim caráter intensivo, por meio do qual, são passíveis de assimilação, adaptação e incorporação qualitativas em apropriações recriadoras. Avaliando-se detidamente, se pode compreender que, diferentemente das nações biológicas e étnicas, as nações históricas geram frutos muito mais sutis, pois que simbolicamente adaptáveis por sua universalidade, de modo que não se restringem à extensividade espaço-fronteiriça. Por certo são frutos relativamente impessoais que, como símbolos supratemporais, só poderiam surgir sob essa especificidade histórica, a saber (§4, Cratologia dos Impérios, Parte VI):

(B) domínio progressivo: por meio do qual, relativamente conservado e com o usufruto de um poder militar constante desde o eixo marcial, o Império ultrapassa os limites do Estado. Logrando os êxitos fiscais para captar e financiar tanto a própria máquina administrativa, como o eixo marcial (radicado no aparato militar), o Estado encontra meios para não apenas interagir com outras unidades políticas, mas para submeter outros territórios. No nível consequente deste domínio, o Império se expande de tal modo a impactar intensivamente os territórios implicados em seu crescimento. Modificando-os de modo positivo, cria um senso de amalgamação que tende a coadunar ambos os eixos ordenadores, ensejando assim uma série de tensões que perduram para além da vida física de seus agentes, resultando assim na versão material de uma cosmovisão.

Por certo, como representam a expressão material da própria cosmovisão que encarnam - pois que se confundem com o círculo da imanência mundana de sua própria efetividade - as nações históricas desdobram um movimento com a seguinte característica: como dínamo imanente das aspirações simbólico-espaciais²⁵⁴, incorporável como representação retrospectiva do poder heroico, mitológico; incorrupto e triunfal, aludindo pois, ao anseio último da perfectibilidade e da totalidade que a amalgamação entre o eixo ordenador (com seus intelectuais) e o eixo de exceção (com os agentes políticos) tendem a evocar, doravante: em uma remissão nostálgica a uma dimensão espacial em cuja comensurabilidade harmônica e orgânica, uma pureza biológica e étnica se radicara.

§6

Da cosmovisão europeia em *differentia specifica*

No contexto da unidade nacional, a Europa (como correlato espiritual da cosmovisão ocidental) é, por certo, a articulação de um nível de consciência em que, absorvendo as eventuais influências estrangeiras as assimila; à maneira do observado por Nietzsche ao afirmar que a verdadeira cultura é aquela capaz de não apenas atrair as fontes heterogêneas, mas sujeitá-las às suas próprias leis²⁵⁵. Em razão disso, a diferença irreduzível da cosmovisão europeia se assenta tanto em um movimento de abandono (no sentido de deriva) como de regresso, no que resulta em permanente estado de crise e sua qualidade: a crítica, que, apesar de negativa, determina teticamente o determinado. Por meio do espírito irrequieto de crítica e maior abertura à tolerância – em uma realidade multiconfessional, a cosmovisão europeia dissolve as formas já petrificadas dos níveis de consciência, e renovando-os em uma seriação de formas suplementares, subsiste em contínuo processo de crise, do qual pontos e contrapontos; convergências e divergências moldam as intenções e as ações.

²⁵⁴ Como são irreduzíveis à mera apreensão conceitual, pois se originam em uma fonte simbólica anterior (no que prestam satisfações a outra lógica e a outros critérios de validade) o ideal espacial radicado em uma nação histórica suspende o nexos aparentemente conexo dos fatos e do estado de coisas, reordenando-os de acordo com os níveis de pureza reclamados. Um exemplo pontual acerca dessa apreensão, que desloca a fonte simbólica original a um outro contexto, pode ser encontrado na evocação à Terceira Roma, cuja adaptação (feita a partir da leitura nacionalista de Dostoievski), inspirara o historiador alemão Arthur Moeller van den Bruck à criação do conceito de ‘*Dritte Reich*’ (1923), que, em sua obra homônima: “*ênfatisa a noção de que ‘Terceiro Império’ é ideológica e se eleva além da realidade. De acordo com o autor, somente com a eliminação destes pseudovalores a Alemanha pode cumprir sua missão de reviver na Europa. É dever da nova geração o resgate de intelectuais alemães que se encontram em estado de dormência. Ainda, apenas como resultado de uma ‘revolução’ pode o ‘Terceiro Império’ vir a existir.*” (HAMZA, 2014, p.178).

²⁵⁵ “o conceito grego de cultura – em contraposição ao romano – o conceito de cultura como uma *physis nova e aprimorada, sem dentro e sem fora, sem dissimulação e convenção.*” (NIETZSCHE, 2003, p.99.)

Em linhas gerais, e ao longo da história, a Europa e a cosmovisão ocidental sempre vigoraram por meio de maior resistência ao estado de crise, em que os contrários tensionavam sem que unidades fossem imediatamente sintetizadas. Entretanto, à proporção que a unidade europeia perde a sua particularidade (a abertura crítica) e passa a recuar sobre as suas diferenças regionais (notadamente anseios nacionais), o equilíbrio continental cede, e a busca saudosa por um horizonte em comum (colapsado) gera as formações espirituais que, como símbolos espaciais alusivos à totalidade, são intuídas e estimuladas pelas agitações político-intelectuais, cujos frutos surgem em campos ambiciosos como a Geopolítica. Sob este efeito de busca nostálgica por um passado vigoroso, os prussianos passam a reivindicar uma afinidade com os dóricos ou espartanos²⁵⁶, cuja paulatina recepção culminará em uma mudança substancial do ideal de educação assentado em uma Paideia, doravante *Bildung*²⁵⁷.

Muito dessa recepção com franco impacto na educação prussiana, decorreu de um ideal filológico viabilizado por um movimento chamado *Neuhumanismus*, por meio da qual a redescoberta do passado trouxe consigo uma evocação nostálgica da antiguidade clássica, tornada centro de referência da excelência humana. Tal evocação, assentada nos fundamentos objetivos da filologia, forjou a necessidade de um novo ideário nacional, e, por conseguinte, de uma nova dimensão histórica, cuja implicação fora assumida por Wilhelm K. Humboldt, irmão do naturalista Alexander Humboldt.

Tendo tido esmerada educação e a tutela do político e educador Gottlob Johann Christian Kunth, Wilhelm Humboldt não apenas testemunhara a Revolução Francesa, em Paris, no verão de 1789, como entrara em contato, alguns dias mais tarde, em Weimar, com Goethe e Schiller, tendo colaborado com o último em Jena. Anos mais tarde, no período da ocupação napoleônica em 1806, e consequente dissolução do Sacro Império Romano Germânico, Humboldt estava em Roma, onde permaneceu até 1808. Por ordem dos acordos de Tilsit de 1807 (respetivamente, entre o imperador Napoleão e o czar Alexandre I da Rússia, em 7 de julho e entre Napoleão e Frederico Guilherme III da Prússia, em 9 de julho)

²⁵⁶ Sobre a pretensa afiliação entre a herança dórica e o espírito prussiano, ver: A. Momigliano: ‘*Sesto contributo alla storia.*’ (1980).

²⁵⁷ “Para [designar] o complexo da existência de um ser real, um alemão possui a palavra *Gestalt*. Nessa expressão, ele abstrai daquilo que é móvel [von dem Beweglichen], ele aceita um homogêneo que se detém, que está concluído e fixado em seu caráter. Mas se observarmos todas as figuras, especialmente as orgânicas, descobriremos que em parte alguma se dá um algo que perdura [Bestehendes], algo em repouso, algo concluído, mas descobrimos, ao contrário, que tudo balança, flutua, vagueia num movimento contínuo. Por isso nossa língua costuma empregar, com bastante justeza, a palavra *Bildung* tanto para aquilo que é produzido [von dem Hervorgebrachten], quanto para a ação de ser produzido [Hervorgebrachtwerden]” (GOETHE apud NOVAES, 2005.p. 205.).

a Prússia fora reduzida em termos territoriais com consequentes despesas com a derrota. Entretanto, é nesse período que se inicia a chamada Reforma Prussiana, sobretudo, em função dos esforços de Heinrich Friedrich Karl von Stein, que daria a Humboldt a responsabilidade de administrar a Seção do culto da Educação Pública (“*Sektion des Kultus und des öffentlichen Unterrichts*”).

Reabilitando o ideal da Paideia por meio da filologia, Wilhelm concebe o espírito grego como um modelo de excelência da reconquista histórica; da unidade harmoniosa entre o indivíduo e a nação, ou seja, como a forma da unidade sintética, cujo desenvolvimento da livre harmonia das faculdades humanas se torna o veículo indispensável para o desdobramento da comunidade (*Gemeinschaft*). Em razão dessa peculiaridade, os homens livres não apenas dão forma às suas peculiaridades (à expressão de suas individualidades), como se tornam membro de um ideal universal; de uma nação. Em contrapartida, sem que a liberdade se estabeleça entre os indivíduos de uma comunidade (por meio do sentimento de pertença mútua), o senso comunitário se cristaliza em um mero agregado numérico ou quantitativo ante o qual cada um exerce mecanicamente as funções demandadas pela lida cotidiana apenas com o fito da satisfação de sua própria e amesquinhada conservação. Em razão dessa cristalização (própria do mundo moderno), tão logo o mero agregado numérico exija a necessidade do Estado para organizá-lo - no que acarreta à domesticação do jogo livre das habilidades (remissivo ao jogo livre das faculdades da *Crítica da Faculdade do Juízo* de Kant) - um obstáculo se interpõe tanto à espontaneidade, como à liberdade dos indivíduos. Submetendo a multiplicidade ao domínio de uma força de imposição supraindividual, o Estado converte a unidade sintética (inextrincável) em uma instância passiva, doravante em súditos, cuja transferência de deveres se lhes sobrepõe como um domínio.

É a partir desse resgate filológico da particularidade da cultura grega e de seu ideal reabilitador do senso de pertença mútua, que Wilhelm Humboldt se volta para a reforma geral do sistema escolar prussiana, consumada na fundação da Universidade de Berlim, em 1810. De maneira significativa, como centro difusor do eixo ordenador da cultura prussiana, a Universidade de Berlim significou o espaço responsável pela revitalização da cultura alemão, cujos esforços de Humboldt (voltados à conceção das cátedras) tornar-se-iam a expressão pioneira da *Bildung* como unidade do conhecimento universal. Sob seus cuidados, a Universidade de Berlim fora estruturada em quatro faculdades, ou, especificamente, em quatro núcleos científicos: Teologia, Filosofia, Direito e Medicina, com enfoque genuinamente filosófico a articular cada uma das disciplinas ministradas, à maneira da formação integral humanística. Subjacente à articulação da Universidade de Berlim havia a defesa de que o conhecimento se dava através de uma breve distinção entre as tarefas e funções a executar, constantes a partir da Escola, da Universidade e da Academia. Enquanto

a Escola seria a responsável por conservar, promover e repassar as noções mais elementares do conhecimento já adquirido (de modo universal e sequencial); à Academia estaria reservada a finalidade de depurar as noções mais elementares em criteriosos dados científicos, desenvolvendo-os com fins universais, ou seja, de modo a beneficiar o maior número de indivíduos. Por fim, a Universidade seria a responsável por dar forma à unidade do conhecimento e, através do diálogo entre as ciências, impedir seu esvaziamento, afinal o conhecimento se enriqueceria na medida em que cada a ciência progredisse em seu campo. Nesse movimento dialético, entre a unidade e a multiplicidade, entre o uno e o diverso, a Universidade assumiria o papel de intermediação entre a Escola e a Academia; entre o elementar e o científico; entre o particular e o geral.

Se pode observar que, no esforço mútuo de recepção do ideal helênico e concomitante esforço de conceção de uma *Bildung* (acessível por meio da educação), o entusiasmo filosófico ressurgiu entre os prussianos desde o entusiasmo com a Universidade, e, em cuja síntese, a busca por uma identidade nacional encontra a sua melhor expressão. Como se atualizasse os esforços conjuntos e respetivos de Fichte e Schelling, em: ‘*Vorlesungen über die Bestimmung des Gelehrten*’, 1794; ‘*Vorlesungen über die Methode des akademischen Studiums*’, 1802 – o entusiasmo com a filosofia (concebida simultaneamente como ciência particular e universal, suficientemente capaz de depreender metodologicamente o todo e as partes das demais disciplinas) – passa a apontar para o facto crucial de que, sem que se possa submeter (dada a sua característica incondicionada), a iniciativa filosófica é digna de sustentar a própria *Bildung* em função de sua total independência e autonomia do Estado. Sem que se fizesse suspeitar, as mais decisivas mudanças substanciais (a que a história veria na passagem para o século XIX) foram gestadas em micro-ordens e corredores acadêmicos, tendo sido a Geopolítica, aquela formulação que - instrumentalizada a partir das duas grandes guerras mundiais - tornou mais efetivo ou científico o que antes era apenas um anseio ontológico pela conservação do poder a que, via *Fürstenspiegel*, os príncipes miravam a si mesmos através do reflexo impreciso de seus territórios.

Em sua gênese, como ideia, o conceito de Europa decorre de uma defesa de valores emancipatórios genuinamente modernos, a saber: secularização, titularidade e tolerância que, com efeito, se opõem simultaneamente ao enrijecimento dos eixos ordenador (de viés religioso) e de exceção em um núcleo que, indeterminando-os, os submeta. Ambicionando a pluralidade e o universal em oposição a tribalismo, o ideal europeu se caracteriza (desde o Renascimento) como uma aspiração à liberdade, cuja ausência de constrangimentos, sobretudo, os que advém do poder institucional, passa a ser o traço distintivo de uma cosmovisão²⁵⁸.

Em razão de sua vinculação histórica tanto com os prussianos (que a conceberam como ciência) e os franceses (que depuraram seus rudimentos a partir de investigações provenientes da tensão entre a Geografia e a História Natural), a Geopolítica deve, metonimicamente, a sua formulação (a partir de seus principais autores) à mentalidade europeia, e, mais especificamente, aos níveis de consciência que, de modo simétrico, decorrem das rivalidades entre a França e a Alemanha²⁵⁹. Ainda que em permanente estado

²⁵⁸ Em termos metonímicos se pode afirmar que a cosmovisão europeia começa a tomar consciência de si à proporção que um ciclo secundário de novas ideias (em franco contraste com os ciclos primários provenientes da religiosidade cristã e do poder secular da Igreja) surge em âmbito genuinamente filosófico; em especial nos espaços das Universidades medievais e de suas *disputatios*. Daí decorre três contributos particularmente europeus que, distintos dos demais cosmovisões, impactarão desde as noções protocolares do poder como nos níveis de consciência mais ordinários, a saber: 1. O método baconiano-cartesiano, bem como a revolução copernicana empreendida por Kant que, recepcionando a tradição epistemológica aberta pelo experimentalismo e pela axiomática das Ciências Naturais, modificarão as relações gnoseológicas entre sujeito e objeto, fundando epistemologicamente a cientificidade ocidental moderna; 2. A ênfase quanto à natureza humana que, dada a sua particularidade irreduzível e individualidade, reclama um senso ético de dignidade e conseqüente estabelecimento de valores atribuíveis, universalmente, ao gênero humano; 3. O empenho teórico ou formal no tocante à legitimidade de uma instância supraindividual que, autônoma o suficiente para atuar paralelamente ao eixo ordenador de viés religioso, àquele eixo não se submete. Eis, portanto, o Estado soberano (vide §3, Parte VII), cuja depuração da força (em benefício cívico) enseja o reino da liberdade.

²⁵⁹ No artigo de Altiva Barbosa da Silva: “A Geopolítica alemã na República de Weimar: o surgimento da Revista de Geopolítica” (2003), tal rivalidade é descrita nesses termos: “O pensamento geopolítico que se desenvolveu durante os anos 20, dentro do âmbito geográfico, possui estreita relação com os conflitos políticos entre as potências imperialistas que, desde o século XIX, lutavam para assegurar a hegemonia em toda a extensão do globo, respaldadas em seus respectivos estados pelo espírito nacionalista que tomava conta até mesmo das mentes mais esclarecidas. A historiografia mostra que na Alemanha esses conflitos foram mais acentuados que em outros países, remontando-se à época da guerra franco-prussiana e da unificação, em 1871, conduzida política e militarmente por Bismarck que, desde 1850, impulsionou fortemente seu crescimento industrial, e constituiu o primeiro Império (Reich) alemão. A rápida industrialização do Reich a partir dessa época aliada ao aumento vertiginoso da população e da urbanização, não veio acompanhada de um suporte estrutural em setores básicos como o econômico, social e político, correspondente às transformações que estavam se dando nesse Império. Ademais, as disputas por espaço no próprio continente, por colônias, por mercado consumidor e fornecedor de matérias-primas, juntaram-se à crise generalizada enfrentada pelo país no início deste século. (...). Por um lado, o país almejava encontrar um novo caminho que lhe garantisse a estrutura material básica, ‘perdida ou ausente’, ou seja: o Lebensraum autárquico; por outro, buscava uma base espiritual que resguardasse os valores da ‘alma alemã’, às vezes, expressos em termos de Deutsche Kultur, ou até mesmo da ideologia völkisch. Em ambos os casos a explicação geográfico-geopolítica, serviu de apoio à construção de um ideário cada vez mais distante da lógica e da racionalidade científicas. (...). A literatura sobre a República de Weimar indica ter sido a Lebensphilosophie, a influência

de codeterminação; em que, como em um espelho simétrico, os movimentos epocais e os níveis de consciência decorrentes de um território se projetavam sobre o outro, apesar disso, se pode destacar tanto uma semelhança: o espírito revolucionário, respetivamente, presente na Revolução Francesa e Reforma Protestante - como uma diferença: distintas visões relativas à liberdade. Grosso modo, enquanto os franceses desenvolveram um ideal de liberdade genuinamente subversivo ou ativo, os prussianos ensejaram um ideal correspondente reativo ou conservador que, por sua vez relacionado menos a uma diferença nacional, diz respeito à abertura ou à clausura de uma cosmovisão. Como apontado acima, por ocasião de Wilhelm Humboldt, o ideal de liberdade prussiana estava originalmente associado à noção de *Bildung* em toda a sua extensão, com conseqüente ênfase na cultura livresca, cuja introspeção necessária favorecia um modelo arquetípico de homem livre como um *Bildungsbürger*, ou seja, como um cidadão educado. Tal modelo, contrastando com o cidadão francês menos educado, desencadeava uma série de reservas à cultura francesa; agravada – a princípio – pela violência desenfreada da Revolução de 1789. Na França, muito em função da baixa escolaridade e de uma cultura livresca relativamente restrita às elites aristocráticas, o apelo à liberdade era evocado com o peso simbólico da violência extraída dos clamores populares.

Paralelamente ao ideal de liberdade emulado por cada um dos níveis de consciência, ainda se pode inserir o modo como os intelectuais eram prestigiados, destacando-se a proteção estatal que os prussianos gozavam, cujo *status* privilegiado, tornando-os defensores das benesses protocolares do poder, distanciava-os dos reclames e reivindicações presentes entre os demais eixos e as massas. Diferentemente dos intelectuais franceses, que vislumbravam uma sociedade na qual os poderes do Estado fossem minimizados de acordo com a presença popular nos Legislativo, e mais do que isso, uma atuação pública totalmente independente ou sem um centro difusor institucional, os intelectuais prussianos encontraram na Universidade um meio de difusão, discussão e formulação de ideias, cujo usufruto da privacidade (*Privatheit*) punha-os confortavelmente à distância das demandas cívicas e populares. Destarte, enquanto (até de modo anárquico) os intelectuais franceses buscavam submeter a sociedade e o Estado em nome de uma liberdade genuinamente popular, os prussianos (dependentes do Estado como funcionários) abstraíam tal sociedade. Diferentemente dos franceses, os prussianos se caracterizavam por uma particularidade: a vinculação da intelectualidade (em uma espécie de condição

intelectual mais poderosa, ainda que não se tratasse de um sistema ou escola, antes de uma tendência geral, caracterizada pela negação do 'universalismo abstrato, cosmopolitismo uniformizador, raciocínio mecanicista', como exposto por Herder para marcar "a posição distintiva da filosofia alemã frente à filosofia da ilustração." (DA SILVA, pp.3,4).

subalterna de financiamento) à Universidade, no que explica – de modo pontual – as razões que motivaram o surgimento da Geopolítica em contexto acadêmico correspondente.

§7

Da territorialidade prussiana

Apesar de arquetipicamente constante ao longo da consciência epocal como consequência da emanção dos símbolos espaciais, bem como do fenômeno geopolítico, a Geopolítica só passa a se constituir como um conhecimento com uma cientificidade relativamente controversa, a partir da Europa vestfaliana; sendo notável, e não menos instigante, o tácito protagonismo de geógrafos prussianos que, por certo, revelam não apenas um horizonte de consciência, mas um estado de coisas²⁶⁰. O que subjaz em ambos os casos, ou melhor, como se deu o processo de territorialidade prussiana que justificasse o empenho intelectual de um eixo ordenador ávido por compreendê-lo? Dito de outro modo: como se constituiu o território prussiano que, ensejando as condições de possibilidade para as reivindicações de uma nascente Geopolítica, ora o apresentam como ideal perfectível, ora como a diferença irreduzível de uma cosmovisão particularmente europeia²⁶¹, que possui no correlato material da soberania a sua *raison d'être* política?

²⁶⁰ “Na leitura que os geopolíticos fizeram dos conceitos geográficos, passando pela fundamentação na *Lebensphilosophie*, predominou uma argumentação baseada em faculdades que não seriam admissíveis para um positivista, tais como a intuição, o sentimento, a sensibilidade, elementos presentes no debate da *Landschaft*, desde Humboldt. Nas mãos dos geopolíticos esses conceitos foram reelaborados para justificar a política nazista que se impôs, após os anos trinta na Alemanha. Deste modo, a pesquisa realizada mostra que o vínculo estabelecido pelos geopolíticos entre os conceitos de povo e espaço erigiram-se a partir de uma série de mitos, como o da *Deutschum* (germanidade), cuja radicalização expressou-se em outro mito: o do sangue e solo (*Blut und Boden*), resultante da ligação íntima entre raça e espaço, que fomentou uma forma de racismo, aceito como científico, e incluído de algum modo em algumas disciplinas universitárias na Alemanha. Outro mito que obteve forte repercussão entre os geógrafos e geopolíticos foi o da centralidade, a partir do qual foi elaborado o conceito *Mittleuropa*, que aglutinou o amplo espectro de reivindicações expansionistas, sob alegações absolutamente subjetivas, vinculadas à ideia de destino, harmonia, unidade, totalidade, essência, arte, emoção, alma, ritmo, dentre outras comuns nos ensaios da *Revista de Geopolítica*.” (DA SILVA, idem.p.5).

²⁶¹ “O processo de constituição do Estado Nacional moderno, na Alemanha, apresentou, em relação ao quadro europeu ocidental, um itinerário bastante singular. Basta observar que tal processo só se efetivou no último quartel do século passado, mais especificamente a 18 de janeiro de 1871. Até então, a Alemanha restou como ‘o país eternamente inacabado’. Esse caráter tardio, e toda a peculiaridade dele decorrente, do processo de unificação nacional também implicou uma lentidão com respeito ao desenvolvimento das relações capitalistas nesse país. G. Lukács, numa expressão sintética, afirma: ‘O destino, a tragédia do povo alemão, consiste, falando em termos gerais, em haver chegado demasiado tarde no processo de desenvolvimento da moderna burguesia’. Este traço particularizador vai marear profundamente todos os planos da história da Alemanha, das relações econômicas, passando pela organização política, até as formas de pensamento. É nele inclusive que residem as determinações históricas específicas explicativas do afloramento pioneiro do processo de sistematização do pensamento geográfico nesse país. Para bem compreender a problemática da ‘miséria alemã’, deve-se retroceder bastante no tempo, ao processo de desmembramento do Império carolíngio e à subsequente formação do Sacro Império Romano-Germânico. O Sacro Império Romano-Germânico, que se estabelece em 962 e que formalmente só é destruído em 1806 pela vitória napoleônica, na verdade representava mais um compromisso confederativo de defesa dos valores da cristandade frente às ameaças das hordas asiáticas e do Islã, do que uma unidade nacional federada. Sua estruturação dava-se pela agregação

Para compreender o território prussiano se faz necessário o delineamento epocal de um efeito de contraste que, empenhado em recolher alguns elos de semelhança e continuidade espaço-temporal entre certos Estados europeus, vigora relativamente estável ao longo dos séculos. Sob a busca por este efeito de contraste, a localização geográfica marca uma continuidade especificamente promissora, sobretudo, por seu caráter extensivo constante em um determinante regular. Destacada essa primeira particularidade se observa que, diferentemente dos territórios ingleses e franceses (respetivamente, marcados pela insularidade e pela organização político-administrativa radicada em um eixo de exceção, doravante em uma corte), o território prussiano se constituiu sob uma dupla especificidade: instabilidade administrativa (constante a partir das tensões político-militares, ou seja, das dificuldades de relativa harmonia entre os eixos de exceção e marcial) e dificuldade de amalgamação das tribos de fala germânica, latim e eslavo que revelam, com efeito, a ausência de uma síntese cosmovisante capaz de unificá-las²⁶². Segundo Carsten (1954, p.178), a territorialização prussiana se deu sob a seguinte composição: não houve progresso em direção à unificação e à criação de instituições comuns, capazes de exercer em cada pequeno principado, um poder efetivo de Estado. Em razão disso, a Guerra dos Trinta Anos e consequente Paz de Vestfália não ensejou um Estado de Hohenzollern unificado, mas sim

de unidades políticas bastante autonomizadas e diversificadas, tendo por principal elemento de aglutinação e legitimação da autoridade central a 'igreja imperial'. Assim, a autoridade real não se efetivava plenamente, aparecendo, como o foi muitas vezes, mais honorífica (diplomática, com a coroa sendo ocupada por um rei estrangeiro que atuava como mediador nas disputas internas) do que substantiva. A perda da chancela religiosa, a partir das disputas dos séculos XI e XII, vem reforçar ainda mais a fragilidade do poder central. Segundo Ganshoff: "a 'questão das investiduras' reduziu consideravelmente a autoridade do rei sobre os bispos e comprometeu gravemente a própria estrutura da igreja imperial; quando, aproveitando-se desta mesma questão das investiduras, os marqueses e os condes se transformaram quase completamente em príncipes autônomos, conservando muito pouco do seu caráter de funcionários públicos, foi necessário encontrar outros elementos de apoio da autoridade real'. Tais elementos foram buscados num reforço significativo da estrutura institucional feudal, num momento em que noutras regiões da Europa o processo de afirmação dos Estados nacionais se desenvolvia num sentido inverso, isto é, de reforço do poder central, Essa situação, ainda segundo Ganshoff, tornou 'difícilima, senão impossível, à coroa a constituição de um território próprio importante. A Alemanha feudalizava-se inteiramente; sabe-se que a realeza, com os Hohenstaufen e os seus sucessores, não conseguiu manter a seu serviço as instituições públicas desta maneira transformadas: daí resultaram os principados territoriais donde saíram os estados alemães da época moderna e contemporânea e, especialmente, os principais dentre eles: Áustria, Prússia, Baviera, etc. É dentro dessa situação descrita que a Alemanha vai vivenciar o período da expansão mercantil da Renascença e, principalmente, da Reforma: desmembrada em unidades políticas praticamente autônomas, e articuladas apenas por laços tênues e formais, L.Febvre, em seu estudo clássico sobre Lutero, escreve: 'A Alemanha de 1517: terras férteis, recursos materiais poderosos. cidades orgulhosas e esplêndidas, trabalho por todas as partes, iniciativa, riquezas; porém nenhuma unidade, nem moral nem política'; e conclui: 'A Alemanha era um país sem unidade: isto é o essencial'". (MORAES, 1989; pp.26-27).

²⁶² "As tribos de fala germânica, que se instalaram nas terras baixas a oeste do Elba e numa vasta área entre o Elba e os Alpes ao longo dos séculos de migração dos povos (Völkerwanderung), encontraram-se encravados entre tribos cuja língua era derivada do latim e tribos orientais falando línguas eslavas. Esses três grupos de povos lutaram por mais de mil anos em defesa das fronteiras de suas respectivas áreas de povoamento. (...) O processo de formação do Estado entre os alemães foi profundamente influenciado pela sua posição como bloco intermediário na configuração desses três blocos de povos." (ELIAS, N: Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX, 1997, apud VIEIRA, pp. 16-17)."

um número de principados (sem a pertença mútua e vínculos de pertencimento entre seus príncipes) que eventualmente dispunham dos mesmos governantes; no que revela a dificultada emanação entre os símbolos espaciais: indeterminada entre uma vaga ideia de Império; uma inabilitada soberania e uma nação remota.

Em meados de 1648, o território prussiano se estendia do Brandemburgo até, aproximadamente, o Rio Niemen (então Reino da Polônia), dividido especificamente em duas extremidades: a Oriental (doravante Ducado da Prússia) sob a Dinastia Hohenzollern como feudo do Rei da Polônia; e a Ocidental, ou melhor, o Reino da Prússia, que constituía parte do Reino da Polônia. Entretanto, apenas com Frederico I (1688-1713), que a toponímia ‘Prússia’ passaria a designar a extensão das possessões territoriais da Dinastia Hohenzollern²⁶³. Em nível de organização e, conseqüente, domínio regressivo, o Estado Hohenzollern era extensivo aos territórios relativos ao Império e ao Ducado da Prússia, com uma soberania marcada por uma versão do poder (própria dos territórios germânicos) caracterizada pelo ‘*Ständestaat*’ (doravante Estado-Estamento²⁶⁴), na qual o eixo de exceção (em uma unidade corporativo-aristocrática) tomava as direções demandadas ora por uma elite da burocracia patrimonial, ora pelos nobres. Sobre ambos operava o príncipe, como personificação do estado superior, em figura de moderação *primus inter pares*.

É digno de nota que, à semelhança das disputas palacianas entre o rei e a aristocracia (constantes no processo da ascensão da burguesia urbana nos alvares da modernidade europeia), em que - em determinados territórios (como o francês) - a aristocracia teve condições de ser tornar uma classe ociosa (dada a atuação em atividades fiscais de coletas de impostos em seus burgos, em uma franca amalgamação dos eixos capital e de exceção), à semelhança dessas disputas, o território prussiano se caracterizou pela autonomia dos eixos, a partir da qual (dada a descentralização do poder) os estamentos se neutralizavam mutuamente, bem como fomentaram um sistema de freios e contrapesos entre o poder do príncipe e demais poderes. Sob a compreensão cratológica do poder se pode ponderar que, por característico, os estamentos marcam – não apenas (na história de Brandemburgo e da Prússia), mas na própria Europa Ocidental – a transição de um modelo de eixo de exceção (outrora, personificado na bicorporificação dos reis como ente divino e secular) que, com crescentes exigências administrativo-contabilísticas de um mundo ávido

²⁶³ “As late as the mid-eighteenth century, it was only in the language of international diplomacy that the ‘Prussia’ (la Prusse) denoted all the territorial possessions of the Hohenzollerns. In domestic parlance the formula ‘His Royal Majesty’s States and Provinces’ was then still in general use. (...) Not before 1807 did ‘Prussia’ become the official name of the Hohenzollern monarchy as a whole.” (ROSENBERG: *Bureaucracy, aristocracy and autocracy. The Prussian experience*, 1958. apud VIEIRA. pp. 27-28).

²⁶⁴ Atuavam nesses estamentos, as unidades administrativas com atuação nos eixos ordenador, marcial, capital e de exceção, respetivamente, o clero, elite militar, mercadores e nobres.

pela imanência do poder terreno, aponta para a autonomia dos nobres; transição que divisa o senso de organização política do leste e do oeste europeu.

Ora, se há diferença irreduzível no modo como o Estado-estamento prussiano se constitui, tal se encontra na operatividade híbrida de seu eixo de exceção, em que por ordem das necessidades de autonomia financeira - tendo que se sustentar a partir dos seus próprios recursos - oscilava entre a condução política e a objetificação material de riquezas do eixo capital. O exercício dessa operatividade híbrida se deu pela paulatina síntese das contribuições voluntárias em tempos de ameaça iminente que, incorporadas na taxação dos domínios e propriedades em troca de serviços militares, originou a coleta permanente de impostos. À proporção que os estamentos passaram a gerir e a administrar suas próprias receitas (por meio da intrusão de um sofisticado eixo capital), concentraram-se em seu domínio regressivo não apenas os direitos de penhora sobre as propriedades, mas igualmente as funções públicas extensivas aos micropoderes: por meio da disponibilidade de classificação dos cidadãos e não-cidadãos (poder judiciário e de polícia, híbrido do eixo marcial). Dada essa intrusão e relativa hibridização dos eixos, a nobreza prussiana passou a avocar os direitos de soberania relativos ao território, radicados no seu expressivo papel de credor financeiro que, com efeito, exercia a força de imposição às questões relativas à político-econômica, às nomeações do Estado e da Igreja, bem como às cátedras universitárias. Excepcionalmente, os nobres detinham a posse de terras, a posse patrimonial dos direitos autocráticos de propriedade, a administração imobiliária, o comércio informal, a organização interna da igreja local, a nomeação de postos de polícia, juizado e promotoria.

No período posterior à Guerra dos Trinta Anos e consequente assinatura do Tratado de Vestfália, cujos efeitos históricos são arquiconhecidos, sobretudo, os que desencadearam a emancipação da ordem política e demandado suporte do eixo marcial (compactado em uma expressiva força militar), o *Ständestaat* tendeu a um Estado Absoluto, mais especificamente como uma forma que o eixo de exceção encontrou de, liberto dos constrangimentos da jurisdição, leis naturais, exigências religiosas, se encaminhar com relativa autonomia. Em decorrência da Guerra dos Trinta Anos²⁶⁵, da qual a necessidade de articulação dos eixos de exceção e marcial se retroalimenta como consequência do aumento da carga tributária a financiar a máquina militar e decorrente senso burocrático para

²⁶⁵ Diferentemente do contexto feudal, que se apoiava em relações muito mais pessoais, inclusive, no âmbito da proteção do território, o horizonte de consciência epocal vestfaliano modificou o teatro de guerra, tornando-o muito mais amplo, distante e impessoal, aumentando assim os custos. Em razão dessa dilatação do teatro de guerra, os custos passam a onerar o patrimônio ordinário da simples tributação, exigindo dos príncipes uma dupla e não menos dramática situação: precipitada política fiscal e insolvência financeira.

organizá-lo, o poder prussiano se centrou de tal modo resultando assim o período caracterizado como Absolutismo Dinástico Hohenzollern.

Retalhado, desde o Tratado de Vestfália, o território Hohenzollern se posicionava em meio à cobiça de outros Estados europeus, no que punha a Dinastia no epicentro de um nascente acontecimento disruptivo. Os reclamados territórios do Reno em disputa dinástica, a saber: Cléves, Mark e Halberstadt, a induspunham com a França; ademais, a via de acesso a Brandemburgo restava consignado a Suécia a partir da Pomerânia; além da manutenção da Polônia, cuja ocupação marcava os principais territórios Hohenzollern, doravante Brandemburgo e o Ducado da Prússia. É esse estado de coisas - marcado por uma dimensão territorial nada uniforme e que exige uma altaneira articulação entre os eixos de exceção, marcial e capital; capaz, com efeito, de otimizar a extração de receitas (via aumento da carga tributária) para a partir daí financiar uma máquina militar suficientemente coesa - que marcará o drama da organização prussiana. Em linhas gerais, a autonomia financeira do *Ständestaat* e a contínua necessidade de subsídios para instrumentalizar a máquina militar, exigia uma engenharia política muito mais minuciosa que traria duas consequências na formação do território prussiano: o exército permanente e elevada carga tributária. Como bem observa Clarice Vieira (2006), a composição de cada um desses elementos resulta, com efeito, no seguinte drama:

Em resumo, além de estar no centro das disputas européias, tendo que defender (e eventualmente disputar) um conjunto de territórios não contíguos frente a inúmeros vizinhos, atestadamente mais fortes, mais poderosos e belicosos, a conjuntura sem precedentes de despopulação no interior de suas possessões enfraquecia sobremaneira a situação financeira da Dinastia. Se um exército forte era portanto uma contingência, apenas um novo arranjo de forças internas, ou a superação do *Standestaat*, sobretudo no Brandemburgo, poderia viabilizá-lo. Por sua vez, quanto mais territórios fossem anexados aos domínios da Dinastia, maiores os volumes de pessoas e recursos disponíveis para formar aquele exército; o que, por sua vez, poderia aumentar ainda mais seu poder de extração de recursos financeiros frente aos Estamentos, e assim sucessivamente. Ou seja, uma “espiral” financeira-militar-expansionista seria o caminho “racional” colocado a qualquer representante dinástico que estivesse no lugar de Frederico, Grande Eleitor, em 1648. (pp.23-24).

No esforço de financiar o eixo marcial, tendo em vista a defesa do território, a atividade econômica (atrelada à alavancagem das receitas) se converteu em meio de financiamento à máquina militar²⁶⁶, no que envolveria materialmente o Estado Hohenzollern em todos os contenciosos militares do continente europeu, em um crescendo que parte desde

²⁶⁶ “(...) o ‘costume’ no território do Brandemburgo era o de taxas ou impostos ‘extraordinários’ serem aprovados pelos Estamentos apenas por períodos limitados e com funções específicas, notadamente situações concretas ou potenciais de guerra. Com o prolongamento da Guerra dos Trinta Anos, tais cobranças foram sucessivamente aprovadas no território, a ponto de se tornarem praticamente regulares. O sistema de arrecadação, porém, continuava sob seu controle, e os membros da Nobreza permaneciam isentos dos pagamentos.” (VIEIRA, p.25).

a Guerra dos Trinta Anos até as Guerras Napoleônicas (VIEIRA, p.21), mais especificamente em mais de um século de envolvimento direto com um fenômeno geopolítico genuinamente bélico. Segundo Barraclough (1946, p. 390 apud Vieira, p. 25):

The Thirty Years War had created a soldiery which the princes took care to retain on a permanent footing after peace was restored. Thus the standing army made its first appearance in Germany as a basis and support for local absolutism; in international politics the independent value of the petty armies of the German princes was negligible, but they were useful for securing stability and obedience at home. Hence all liquid capital available, when the voracious needs of princely pomp had been satisfied, was applied to building up armies and bureaucracies. It was to finance the administration and the military system that more and more rigorous taxation was imposed after 1650, because the administration and the army were the instruments through which the princes reduced their subjects to tutelage. The multiplication of bureaucracies was a mark of the times.

Em linhas gerais, o território prussiano pode ser compreendido como resultado da hibridização de três eixos: do eixo de exceção, personificado na figura do representante dinástico; do eixo marcial, com a formação de um exército permanente e consequente máquina burocrática, decorrente da amalgamação de ambos os eixos; além de um eixo capital que, representando *o poder central no Brandemburgo possuía(m) funções puramente militares e, em tempos de paz, financeiras, mas ainda com vistas a garantir fundos militares.* (VIEIRA, p.27). Por conseguinte, se há uma diferença irreduzível na formação do território prussiano, tal se deve à paulatina autonomia que, a pretexto da dilapidação de eventuais ameaças fronteiriças, o eixo marcial demanda, cujo efeito será da ordem da organização estatal, além é claro, apurado senso militar assentado no financiamento de um exército permanente. A propósito:

Aos poucos, não apenas no Brandemburgo mas em todas as províncias Hohenzollern, a figura dos Comissários de Guerra começou gradativamente a se confundir, em suas funções, com a dos antigos Diretores Distritais nobres. Desenvolvimento semelhante ocorreu, ainda com maior intensidade, nas cidades. Pelos termos do Acordo de 1653, estas seriam responsáveis por arrecadar 59% do Fundo prometido ao Eleitor. Inicialmente, tanto os impostos diretos quanto os indiretos eventualmente instituídos eram cobrados pelas autoridades urbanas e repassados ao Eleitor. Como frequentemente as cidades não conseguiam atingir o valor acordado, o Eleitor começou, a partir de meados dos anos 1670, a apontar representantes oficiais para coletá-los, chamados *comissarius loci* (*Steuerkommissare*). Esta figura, paulatinamente, tendeu a incorporar, assim como os Comissários de Guerra no campo, outras funções de governo direto sobre as cidades, “*depriving the towns of the oligarchic selfgovernment and political power which they had enjoyed since the Middle Ages.*” (FAY, 1964, p. 57). Os poderes dos *Steuerkommissare* nas cidades chegaram a ser formalizados (o que não ocorreu para os *Kriegskommissare* no campo) por um Decreto dinástico de 1689, que incluía, entre outros, o controle dos preços dos alimentos, o estabelecimento de pesos e medidas e a regulação sobre o tráfego das estradas e rios navegáveis. (...). Foi desta forma, ou seja, através de Comissários responsáveis por arrecadar receitas militares, no campo, nas cidades, e nos domínios diretos da Dinastia, que a centralização política e administrativa foi conduzida nos territórios Hohenzollern. Gradativamente, o Eleitor podia fortalecer “seu” exército e, com isso, aumentar ainda mais seus poderes de coleta de recursos financeiros. Com uma estrutura assim montada, a passagem para um sistema administrativo centralizado e geral, pelo

Em razão do anteriormente observado se pode avaliar que o território prussiano decorre de um processo de organização político-administrativo, assente em um portentoso Estado militar, cuja posição altaneira no contexto europeu (posteriormente emulada por Frederico Guilherme I, doravante Rei Soldado) o converteria em um extensivo eixo marcial sobre o qual gravitaria a própria vida nacional, não sem a constituição de uma burocracia. Destacada essa diferença específica da unidade territorial prussiana, em que o eixo marcial se entranha na máquina administrativa, é que se pode compreender a escalada militar que, se estendendo desde o final do século XVII até o XIX - desde o Ducado da Prússia (1618), até a unificação do Império Alemão com a coroação do Kaiser Guilherme I (1871) - marca o reinado dos Hohenzollern; fenómeno que os distancia sobremaneira da constituição dos demais territórios europeus, bem como da emanação dos seus símbolos espaciais, crescentes desde a ideia de Império até a de nação. Outro termo adicional dessa diferença específica se faz notar no observado por Raymond Aron; termo que destaca o modo como se deu a organização de tal eixo marcial prussiano. A saber:

Em cada sociedade o exército reflete as relações de classes, as quais dependem da força militar de cada uma das classes sociais tanto quanto da repartição da propriedade. Dois tipos de pergunta podem ser feitos a respeito do regime militar. Se admitirmos um tipo determinado de organização militar, que influência pode ter a escolha entre uma ou outra modalidade desse tipo? Por outro lado, até que ponto o tipo de unidade política reflete o tipo de organização militar? Em 1870, o exército prussiano baseava-se no recrutamento, enquanto o exército francês era profissional. A escolha entre exército profissional e recrutamento tem alguma influência sobre a conduta da política externa? Vale notar que os oficiais prussianos eram recrutados de preferência entre os nobres; o estilo das relações entre soldados e oficiais era afetado pela origem social destes últimos. Esta peculiaridade teria consequências sobre a conduta da política externa? (2002, p.391).

A diferença entre recrutamento e convocação militares, que segundo Aron separa o modelo de militarização prussiana e francesa, nos dá uma dimensão de um fenómeno concebido pela voluntariedade e conseqüente senso de cumplicidade interétnica. Quiçá, decorra da modalidade desse eixo marcial um princípio de conformação ligeiramente nacional que, subjacente a uma centena de principados, estados aristocráticos, vilarejos e estados eclesiásticos, dará forma ao Estado prussiano; não se preterindo, em contrapartida, o nível de consciência desperto por um eixo ordenador marcadamente romântico que, insubmisso à dominação francesa no contexto napoleônico, converterá virtudes espirituais (*Volksgeist*) em virtudes particularmente alemãs (*Deutschtum*).

Por característico, o senso de unidade trazido pelo eixo marcial prussiano dispunha das seguintes especificidades, irradiando do plano imediatamente mais interno até

a ordem social: a) uma posição de prestígio que, apartando-os do restante da própria tropa, dava aos oficiais um relativo destaque com franca implicação na própria estrutura social, e b) uma total submissão dos soldados e militares de menor patente à ordem dos oficiais, que os lançava (sem titubeios) em eventuais repressões a dissidências internas, bem como aos mais variados teatros de guerra. Como consequência desse processo de intensa militarização, a que o eixo marcial submetia os demais eixos, os militares prussianos passaram a instrumentalizar o aparato burocrático do próprio Estado, no que, em comunhão com o eixo de exceção (personificado na figura do Imperador), acirrou o ulterior desenvolvimento de uma indústria bélica proeminente, não sem - é claro - o permanente financiamento do empresariado local, cuja teia de relações torna-se-ia triunfante na Guerra Franco-Prussiana, em 1870, na Batalha de Sedan. Exemplar, neste sentido, se torna a política de guerra preventiva que, levada ao Parlamento por Bismarck, em 1866, resulta não apenas na modernização do aparelho militar prussiano, como num incremento de 10% do seu contingente. Dispondo de um eixo marcial que, se convocado, se avolumava em um contingente de aproximadamente de 3.500.000 homens, a mentalidade prussiana cimentou um nível de consciência que tensionado entre o sacrifício marcial e a disciplina espartana, ansiava pela unidade de um apelo intelectual que, ávido por aspirações territoriais totalizantes, ganharia forma na ciência da Geopolítica, de modo que esta última não é obra de um acaso qualquer, mas de uma série de acontecimentos disruptivos subsumidos sob as forças do solo e do sangue. Por certo, sob tal horizonte de consciência é que se deixa entrever a particularidade não menos decisiva entre mentalidade militar; anseio de restauração espacial e apelo científico, cuja composição redundará na constituição da própria Geopolítica.

No contexto de sua hibridização, a partir do qual o eixo marcial projeta-se a emular níveis de consciências genuinamente militaristas, com francas consequências, inclusive, para o próprio eixo de exceção imperial, o prussianismo modula particularmente a cosmovisão europeia, mais especificamente em âmbito de confronto com os franceses. Estimuladas pela inserção do prussianismo no contexto político europeu, as visadas teóricas (dentro do horizonte da chamada História Natural²⁶⁷) passaram, paulatinamente, a converter as reflexões sobre a natureza, a causalidade e a finalidade natural e o espaço nos termos

²⁶⁷ “*Coube, pois, aos geógrafos a difícil tarefa de estudar essas relações entre as sociedades, as civilizações e os sistemas naturais. Isso conduziu à fundação, no final do século passado – entre 1882 e 1897 -, pelo geógrafo e etnógrafo alemão Friedrich Ratzel, de uma escola ‘antropogeográfica’ que viria a celebrar-se pelos seus excessos deterministas, principalmente os de alguns geógrafos norte-americanos seus aderentes, por exemplo, Elsworth Huntington, para que – caricaturando um pouco a sua afirmação – a toda e qualquer sociedade humana avançada correspondia um certo tipo de ambiente natural que – será preciso explicar ?- era o das virtuosas e laboriosas civilizações ocidentais, ou, por outras palavras, o da verdadeira civilização.*” (BARRAU, 1998, p.25).

anteriormente referidos no §2B (Parte III), a saber, como: ciência das ações políticas com finalidades expansivas; que, apesar de rastreável onde quer que os símbolos espaciais (emanados) reordenem e modifiquem um estado de coisas desde o território, só passa a existir com relativo grau de cientificidade e de maneira autônoma às ciências afins, à proporção que enseja intuições, como a de Mackinder, para quem (grosso modo): *o balanço efetivo de poder, em qualquer momento do tempo, representa a paulatina reabsorção de circunstâncias relativamente imodificáveis (como os determinantes geográficos regulares e seus condicionantes), em meios de transposição econômico-materiais que, cruciais e decisivas na relação entre potências emergentes, ora se antecipam a eventuais ameaças exteriores, ora a precipitam.*

Dito de outro modo, e não sem certo tom peremptório: a Geopolítica, como ciência que, dando forma à balança do poder e instrumentalizando o fenómeno geopolítico (como se metonimicamente o intuísse de modo consciente), existe de modo rudimentar (confusa à própria atividade política em um mundo, outrora, transfronteiriço, em que ‘dentro’ e ‘fora’ não eram por vezes qualidades territoriais excludentes) desde que as primeiras civilizações começaram a criar excedentes materiais necessários para lançar seus exércitos alhures em conflitos distantes aos seus próprios domínios, haja vista, as obras de Heródoto, Tucídides e Xenofonte²⁶⁸, mas só passa a ambicionar a sua autonomia em âmbito gnoseológico²⁶⁹ no contexto e no horizonte da emergência dos símbolos espaciais prussianos que, com efeito, desencadeiam uma série de acontecimentos disruptivos marcada por sua vinculação conflituosa em uma miríade de teatros de guerras continentais, constantes da Guerra dos Trinta Anos até as Guerras Napoleônicas.

²⁶⁸ “o estudo da influência dos fatores geográficos na ação política, existe desde que os homens se engajaram pela primeira vez na política.” (GOTTMANN, 1942, p.197).

²⁶⁹ §2, Parte III (Investigação sintética sobre a Geopolítica): “Em razão dos parágrafos anteriormente apresentados se esboça a seguinte certeza: em termos gnosiológicos, o ato de conhecer, afeta relacionalmente o objeto conhecido. Por certo, tão logo seja conhecido, um conjunto de ações especificamente intencionais são mobilizadas para se conhecer minuciosamente o objeto. A relação que se estabelece, modifica o objeto na proporção mesma em que modifica o sujeito, com efeito, é uma relação de mútua implicação. Ser conhecido (como efeito da relação) abre, para o objeto, a possibilidade de ações cada vez mais radicais, porque voltadas à raiz de sua vinculação com o género respetivo, modificando-o na escala de relevância. Deste modo, decorridas as investidas sobre um objeto aparentemente irrelevante, eis que ocorre uma mudança objetiva que, no caso específico, concede à Geopolítica a sua especificidade: **ato de conhecer que, por dimensionar o caráter construtível ou reordenável do território, enseja meios políticos de ação. Em outras palavras: conhecer o território é, potencialmente, dominá-lo. Por ensiná-lo é que se pode avaliar o caráter excepcional da Geopolítica que, é, pois, efeito de um conjunto de tomadas de decisões políticas que o articula e o precede. Desta forma, como é subsidiada por uma investida política anterior, a Geopolítica é a efetivação daquela em um domínio territorial específico, cuja atividade teórica e prática é capaz de não apenas determinar, como redirecionar o curso dos acontecimentos que - em razão de seu caráter entrópico - é singular, irreversível e efêmero; em linhas gerais decisivo.**” (Grifo nosso).

PARTE VIII
§1
**Da moderna concepção filosófica de natureza
e dos pressupostos da Geopolítica**

De modo substancial, ou seja, com franca implicação no estado de coisas, se pode atestar que três grandes acontecimentos revolucionários marcam a Europa no contexto em que os rudimentos da Geopolítica tomam forma, especificamente na passagem para o século XIX, desde meados de 1780, a saber: a utilização do carvão²⁷⁰ como combustível fóssil pelos ingleses (no que os auxiliará na utilização da máquina a vapor e consequente otimização e escoamento de mercadorias); o paulatino declínio das monarquias europeias com o advento do Iluminismo consumado na Revolução Francesa; e a receção prussiana do ideário iluminista em conjunção com o empirismo britânico, cuja consequência será o desenvolvimento da filosofia kantiana. Por meio dessa mudança substancial do estado de coisas oitocentista - com atuação decisiva no continente europeu - três eixos se projetam de maneira expressiva, respetivamente: o eixo capital e consequente formação industrial do capitalismo; o eixo de exceção com a reformulação das instâncias de poder; e o eixo ordenador com a filosofia crítica kantiana.

Afora isso, e já em contexto prussiano, a circunstância belicosa a que o período napoleônico remete; a paulatina emergência de uma exaltação de certa pureza outrora corrompida (crescente com o sentimento romântico); a hibridização dos eixos (sob o qual se nutrem e se indeterminam a potestade imperial e o militarismo), todo esse estado de coisas dá forma – como uma diferença irreduzível – ao ideal prussiano. Na construção deste ideal, ante o qual paradoxalmente o passado e o futuro, o condicionado e o incondicionado, o particular e o universo tensionam, de modo a gerar uma miríade de intelecções genuinamente filosóficas, o conceito de natureza (como um todo orgânico que, como *gratia prima*, se põe a si mesmo) assume um carácter marcadamente decisivo, e cuja incorporação pelos geógrafos²⁷¹ de então ensejará a articulação da Geopolítica como ciência.

²⁷⁰ Segundo Stanley Engerman (*‘Contract labour, sugar and technology in 19th century’*, 1983), entre os séculos XVII e XVIII houve uma transferência geoestratégica do sul da Europa (formado majoritariamente por países católicos) para o Nordeste (marcado pela Reforma), tendo sido tal região, a grande responsável por gerir a abundância de carvão no continente, recurso energético mineral posteriormente utilizado na Revolução Industrial.

²⁷¹ Segundo Stafford (*Voyage in to Substance: art, science, nature and illustred travel account, 1760-1840*. Cambridge: MIT Press, 1984), tal incorporação decorrerá da receção filosófica à *Crítica da Faculdade do Juízo* de Kant, cuja reconstrução da causalidade, bem como da dedução transcendental, ensejaram a noção de *‘conformidade a fins da natureza’*; da qual (adaptada de modo empírico e com franca visada estética) dará forma aos esforços de Alexander von Humboldt e Carl Ritter. Em linhas gerais, a dupla herança de tal horizonte de consciência epocal filosófico se dá a partir do seguinte legado: A) a determinação do múltiplo a partir de uma unidade ordenadora, doravante uma subjetividade incondicionada; B) a busca por uma Filosofia capaz de,

Sob tal visada subjaz, com efeito, um atributo de sua unidade formal a saber: a ideia de organismo em que, se pondo a si mesmo e se concebendo, cria uma autonomia tal, que se deslocando da natureza, apresenta à intuição um fenómeno que quebra a noção mecânica de finalidade, e, por conseguinte, exige do júzo a admissão de uma forma objetiva que se adeque à particularidade, à diferença e à novidade. Destarte, a unidade da natureza - atualizada em seus organismos - revela o modo que o ser (como *gratia prima*) renova-se como emergência e como novidade, cuja intelecção (quando articulada pelos níveis de consciência) reabilita a unidade através da diversidade; o aparentemente caótico através da ordem. É desde esta perspectiva - sob a qual a Natureza é dimensionada como um todo, cujas formas orgânicas autopontes, encetam a sua própria autonomia; perspectiva que (como anseio de compensação da pureza total outrora perdida) centra parte dos rudimentos das noções nucleares da Geopolítica prussiana, haja vista, a tese ratzeliana do Estado como um organismo. Ora, mas como compreender ambos os termos: natureza e organismo em uma perspectiva hermenêutica prévia, determinantes para as noções originárias da Geopolítica? Seguem algumas distinções - antes, porém -, acrescidas de algumas noções de orientação kantiana, cruciais para a investida humboldtiana sobre a natureza.

B

Da analogia do Estado como organismo

Já que a defesa determinante do Estado como organismo (tese ratzeliana) pressupõe uma transposição analogante que, concede unidade biológica ao primeiro, como concebê-lo em termos hermenêuticos? Ora, para tal se faz necessária a menção a Kant que, com efeito, lança luz sobre o modo como, por analogias, as ideias (por vezes vagas, da razão) se esquematizam de acordo com um critério, simultaneamente, simbólico e heurístico viabilizado por certos princípios regulativos. Deste modo é que se entende como a ideia de natureza (com todas as suas implicações orgânicas) se torna um esquema, suficientemente capaz de, por um movimento ascendente (que parte de produtos ou formas orgânicas sensíveis até a sua idealização) ser simbolicamente compatibilizada a uma vinculação com o Estado. Por ordem dessa analogia (em uma defesa do Estado como ente biológico, por exemplo) há a implicação do primeiro às vicissitudes epigenéticas do último; implicação que, em termos geopolíticos, fora reclamado em nome da luta por espaço vital. Em outras palavras: quais as consequências filosóficas (constitutivas da Geopolítica) que, transpondo por vias analogantes: *espontaneidade e necessidade*, busca a legitimidade incondicionada

se elevando acima e para além do binômio sujeito/objeto, reconciliar os extremos aparentemente inconciliáveis da Natureza e da Liberdade.

para o Estado sem pressupô-lo como condicionado, ou seja, sem dimensioná-lo como expressão contingente de um anseio de liberdade prévia? Como conciliar, sinteticamente, uma finalidade natural (presente nas formas orgânicas) com um análogo que, como um múltiplo sensível (marcado por seus determinantes dinâmicos e pelas cosmovisões, como a ideia de Estado), não dispõe ao entendimento nem um conceito regulativo ou correlato material correspondente? Como transpor o orgânico à concepção de Estado senão submetendo e confrontando a vida humana com o retorno inorgânico dos condicionantes passivo e ativo?

Concebendo a natureza como um conjunto conexo de fenômenos regidos por leis que, mediada pelo conceito de fim (não sob domínio do entendimento; incapaz de demonstrar o nexos causal entre o objeto e sua finalidade), mas por ordem do juízo reflexivo (que conforma as formas orgânicas a um '*como se*'/ '*em analogia com*', separando o geral do particular), Kant, simultaneamente, reposiciona e amplia a incursão filosófica acerca de tais formas. Desta feita, como o juízo (em questão) é reflexivo, e, portanto, não legisla sobre objetos, mas somente sobre si mesmo, logo, não exprime uma determinação de objeto sob uma faculdade determinante, mas um acordo livre de todas as faculdades a propósito de um objeto a ser refletido. No mais, deve-se perguntar se não há um outro tipo de juízo reflexivo ou se um livre acordo das faculdades subjetivas se não manifesta de outro modo que não seja no juízo estético. Segundo Kant, o segundo tipo de juízo reflexivo é o juízo teleológico, que faz com que todas as faculdades se harmonizem e entrem num livre acordo, graças a qual refletimos sobre a natureza do ponto de vista das suas leis empíricas²⁷².

Por oportuno, e à guisa de esclarecimento, pergunta-se: qual é a diferença entre os dois tipos de juízo, teleológico e estético? Enquanto o juízo estético manifesta uma verdadeira finalidade subjetiva, que exclui qualquer fim, o juízo teleológico trata-se de uma finalidade objetiva, material, implicada a fins. Além dessa modalidade, o juízo estético ainda abarca o sublime, que nada mais é que um sentimento experimentado diante do informe; como se a imaginação fosse confrontada com seu próprio limites, sofrendo uma violência que a antepõe consigo mesma. Desta forma, enquanto o juízo estético do Belo é a concepção positiva da liberdade, o sublime, segundo Kant, é a sua versão negativa, já que extravasa os

²⁷² A paulatina inserção da natureza em âmbito transcendental, que ensejará a inserção do princípio heurístico das analogias que compatibiliza a produção das formas entre a arte e a natureza, e que, por sua vez, habilitará a Geopolítica ao esforço conceitual de – por vias simbólicas – deslocar o território (como ente biológico em busca de espaço) acima dos condicionantes ou determinantes regulares, decorre (sob os primórdios da filosofia crítica kantiana) do esforço de investigar as condições de possibilidade dos limites formais entre o empírico e o fatual; entre o condicionado e o incondicionado, no que posicionará a filosofia como uma espécie de atividade sintética capaz de suprir tais limites.

artifícios da própria imaginação. Deste modo, face o sublime: “*a imaginação (...) sente-se, no entanto, ilimitada graças ao desaparecimento das suas balizas; e esta abstração é uma apresentação do infinito, que, por tal razão, só pode ser negativa, mas que, todavia, alarga a alma.*” (*Crítica da Faculdade do Juízo*, 29 – Nota geral).

Conclui-se que, para Kant, a estética manifesta um acordo livre das faculdades, que se liga de uma certa maneira a um interesse pessoal pelo belo; ora, esse interesse predestina o homem a ser um sujeito moral, prepara o advento da lei moral ou a supremacia do interesse prático puro. Já a teleologia, por seu lado, manifesta um acordo livre das faculdades, desta vez no próprio interesse especulativo, sob a relação das faculdades tal como ela é determinada pelo entendimento legislador, descobrimos uma livre harmonia de todas as faculdades entre si, donde o conhecimento extrai uma via própria. Deve-se concluir, portanto, que o juízo reflexivo (estético e teleológico) torna possível a passagem da faculdade de conhecer à faculdade de agir, do interesse especulativo ao interesse prático, da mesma forma que a finalidade²⁷³ torna possível a passagem da natureza à liberdade, ou prepara a realização da liberdade na natureza.

Em razão do anteriormente considerado se observa que, quem supre a transposição entre domínios distintos: faculdades de conhecer e de agir, interesses da razão, natureza e liberdade, é exatamente a livre harmonia entre cada um desses domínios viabilizada pelo juízo reflexivo. Como a razão é incapaz de abstrair as relações sistêmicas e consequente causalidade última das formas orgânicas (dado o fato de que estas contêm em si mesmas, o fim e o meio; causa e efeito), há – pela via aberta pelo juízo reflexivo – um excedente intencional que, regido por um ‘como se’; sem caráter constitutivo, enseja uma justificação subjetiva de fundo teleológico que, ao contemplar a natureza mediante uma conformidade a fins, a modifica em sua escala autotélica de manifestação. A forma orgânica como produto organizado na natureza não pode ser explicada pelo esforço ordenador do

²⁷³ “A discussão em torno da possibilidade de compreensão do organismo vivo, pela qual se pauta todo o argumento desenvolvido na “Crítica do juízo teleológico”, alcança um momento fundamental no § 77, quando Kant apresenta o caminho que conduz a razão à Ideia (de caráter regulativo) de um entendimento intuitivo, ou arquetípico (*urbildlich*). Segundo o autor da Crítica, um entendimento meramente discursivo (ou *éc tipo*, que “necessita de imagens”), tal como o entendimento humano, é incapaz de compreender as relações de causalidade que podem ser observadas em um corpo orgânico. ‘Um produto organizado da natureza’, diz Kant, é um ser ‘no qual tudo é fim e também meio, reciprocamente. Nele, nada é gratuito, sem um fim, ou atribuível a um mecanismo cego da natureza.’ (KANT, 1913, [§ 66], p. 376). Essa definição torna claro o facto de que a organização natural só pode ser pensada, pela razão, segundo o conceito de fim, e o organismo pode então ser denominado um ‘fim natural’. Ora, o conceito de fim não é um conceito do entendimento: por ser capaz de compreender a natureza apenas segundo leis mecânicas (como já nos ensinara a primeira Crítica), o entendimento humano não consegue demonstrar a ligação causal que determina um objeto quanto à sua finalidade. Por essa razão, do ponto de vista do entendimento (que equivale ao ponto de vista teórico, ou propriamente científico), haverá sempre uma ‘contingência’ (*Zufälligkeit*) implicada na ligação entre a forma do objeto orgânico e as leis que devem determiná-la. Na verdade, é precisamente essa ‘contingência’ que levará a razão a buscar (mediante o trabalho do juízo) uma maneira de ao menos pensar o organismo ‘como se’ ele se deixasse determinar pela regra da finalidade.” (FRAGELLI, 2015. p.68).

entendimento; no que, ao exigir o juízo reflexivo, a supre inteligivelmente com o princípio teleológico. Desse modo, apesar da aparente lacuna intransponível entre a forma orgânica objetiva e a razão que a apreende; entre a finalidade e o entendimento, há um nexos que, como princípio regulador que fornece leis à natureza, a concebe segundo a sua conformidade a fins, e, em razão de tal conformidade, enseja hipotética ou heurísticamente, o seu vislumbre em um processo metabólico de autoconsciência, ou seja, de incontida liberdade. Em razão dessa autoconsciência, doravante autoprodução, a natureza é marcada pela espontaneidade, na qual a causa e o efeito modulam os seus próprios fins. Portanto, rejeitando a analogia mecânica, que condicionava a natureza a uma causalidade exterior às próprias formas orgânicas (tornadas pré-determinadas), Kant a amplia, tomando-a sob uma analogia com a arte (como técnica que adequa a causalidade do artífice à finalidade do artefato), cuja liberdade lhe é imanente. Não sendo assimilada segundo as categorias do entendimento, mas segundo um juízo reflexivo, a natureza é analogada como experiência técnica ou artística em vistas de suas leis constitutivas e particulares. Por conseguinte, a natureza é concebida *como se o* entendimento suprisse para si mesmo o fundamento das formas orgânicas; do ordenamento do múltiplo à unidade segundo leis empíricas, cuja consequência mais cristalina é, com efeito, a impressão da precedência criadora de uma inteligência.

A natureza e, correspondentemente, as formas orgânicas se autoproduzem (em contínuo processo autotélico de manifestação) em uma espécie de tensão permanente em que, de modo recíproco, causa e efeito; meios e fins se transmutam. Por conseguinte, em franca unidade, natureza e formas orgânicas podem ser concebidas em autoconsciência e em contínua constituição; o que, por vias analogantes, tão logo seja idealizado como organismo, a ideia de Estado passa a ser organizada por uma conformação a fins em uma concepção política geral, teleológica e progressiva que, em busca de sua autoexpressão, suspeita o seu próprio espaço à proporção que (por vias intelectuais, próprias de um eixo ordenador) reclama para si uma finalidade epocal, cujo apelo a uma síntese cosmovisante superior, não só desloca o território acima de seus condicionantes determinantes, mas o posiciona como condução do próprio gênero humano. Nesses termos, o Estado como obra de arte (tese idealizada por Jacob Burckhardt) é senão um análogo desse esforço analogante que, conformando o espaço às finalidades políticas do território, reconcilia o biológico através do geopolítico.

Desde Montesquieu²⁷⁵, há na *intelligentsia* europeia - sobretudo, pela implicação entre a constituição legislativa das soberanias e seus determinantes regulares - uma espécie de tensão suspeitada entre relações estabelecidas entre os homens e o meio ambiente, cuja disposição metodológica não só à dicotomia entre cultura e natureza, mas a questão referida no parágrafo anterior, qual seja: *como transpor o orgânico (o natural) à concepção de Estado senão submetendo e confrontando a vida humana com o retorno inorgânico dos condicionantes passivo e ativo?* Em outras palavras: como destacar (dessa tensão homem/meio) um construto artificial, cratológico e político (como o eixo de exceção), suficientemente, capaz de subsumi-lo?

Tal enfoque alude à elaboração das leis não, exclusivamente, em seu aporte formal, mas igualmente em seu caráter particular, circunscrito à natureza do povo que a promulga e a concebe. Desse modo, uma separação dos poderes se faz acompanhar de um êxito filosófico equivalente, qual seja: a de que – condicionados por seus próprios determinantes – cada povo não lida com estruturas políticas ideais (previamente disponíveis), mas com o espírito da lei que, por sua vez, decorre do espírito geral do povo, ou seja, o esforço de conceder o território em detrimento dos condicionantes naturais é um êxito anamórfico, particular, difuso.

Tal espírito sempre soprou de modo particularmente único ao longo da formação da Alemanha, ora instigando seus homens à guerra, ora à racionalidade que, aliás, é princípio e fim da própria guerra. Em 1874, por exemplo, o Imperador Guilherme I autoriza a criação de uma série de cadeiras de Geografia na Universidade de Berlim²⁷⁶, no que, despertando a atenção de geógrafos franceses, sobretudo, pelo clima de hostilidade com os alemães no contexto da Guerra Franco-Prussiana, leva-os para preocupações mais específicas no tocante

²⁷⁴ “a presença da influência kantiana no pensamento de Ratzel é explícita.” (MORAES, 1983. p. 325).

²⁷⁵ “É preciso que elas [as leis] se relacionem à natureza ao princípio do governo que estiver estabelecido, ou que se deseje estabelecer...[assim como]... Devem ser relativas ao físico do país, ao clima glacial, tórrido ou temperado; à qualidade do solo, à sua situação, à sua extensão; ao gênero de vida dos seus povos, lavradores, caçadores ou pastores; devem relacionar-se também ao grau de liberdade que sua constituição pode tolerar; à religião de seus habitantes, às suas inclinações, a suas riquezas, a seu número a seus costumes, a seu comércio, a suas maneiras.” (MONTESQUIEU. *Do espírito das leis*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1991. p. 45).

²⁷⁶ “Em 1874, uma decisão governamental aponta para a criação de uma cadeira de Geografia em todas as universidades do Estado. O êxito é inegável: em 1890, praticamente todas as universidades alemãs possuem um ensino especializado em Geografia, ao passo que a França tinha cinco cadeiras e a Inglaterra apenas uma. Por essas razões, Leipzig (com Peschel, Richthofen e Ratzel) e Berlim (com Richthofen e Penck) atraem inúmeros estrangeiros” (RIBEIRO, Guilherme, 2009, p. 23).

às noções de fronteiras, divisas, território soberano e particularidades geográficas²⁷⁷. Por razão desse conflito, a necessidade de estudo sobre a topografia do campo de batalha, faz com que as vias militarizantes convoquem a Geografia para um patamar científico diferenciado, tornando-a uma exigência obrigatória para a obtenção da licença em História, por exemplo²⁷⁸.

Apesar dessa paulatina inserção em âmbito acadêmico e, por extensão, científico, em meados do século XVIII, a Geografia não possuía nem o reconhecimento nem o *status* de ciência, sendo considerada apenas uma via auxiliar para a sistematização de determinados processos naturais. Desse modo, a análise geográfica era recrutada (de modo auxiliar e instrumental) para a dimensão empírica de certas relações causais assimiláveis na natureza. Em razão disso, dada a sua vinculação à Física e Cosmologia newtonianas, Kant advogava a tese de que, para se constituir como ciência, a Geografia precisaria formular leis transcendentais, já que serviria apenas para sistematizar (de modo espacial) as condições de possibilidade do conhecimento acerca da natureza (KANT, 1999); exigência que, muito em função de suas atividades docentes como Professor particular de Geografia Física (ao longo de quatro décadas); além de episódios particularmente pessoais²⁷⁹, fora decisivamente corrigida, a partir da qual, a concepção filosófica sobre a natureza se tornará autônoma o suficiente para dar origem à cientificidade da própria Geografia. No instante em que, dadas as razões acima elencadas, Kant passa a conceber a natureza não mais como ideia regulativa, que estimula o entendimento à cata da perfeição dos seus conceitos (à maneira do espaço absoluto), sem que haja a determinação de objeto (BREITENBACH, 2006, p. 694-711.); tão

²⁷⁷ “Para alguns estudiosos como (HUDSON, Brian. *The new geography and the new imperialism (1870 – 1918; 1972)*, a guerra franco-prussiana, que focalizou o território enquanto elemento de conflito (RIBEIRO, 2009), foi o grande momento de interesse pela Geografia; pois, foi uma guerra vencida pelas armas e pelos mapas (HUDSON, 1972). Esta observação pode ser melhor compreendida na declaração do Presidente da American Geographical Society (1864-1899), Charles P. Daly, de que a vitória da Alemanha deveu-se a “hábeis movimentos militares realizados por um exército completamente familiarizado com todas as características geográficas do país em que foi movido” (KELTIE apud HUDSON, 1885a, p. 473-74). Entre os oficiais da Prússia, em 1870, encontravam-se ex-alunos de Carl Ritter, que ensinou na Escola Militar e na Universidade de Berlim. (HUDSON, 1972; MORAES, 1989)”. (OLIVEIRA, Ricardo 2012. p. 120).

²⁷⁸ “Termos como domínio e organização do espaço, apropriação do Território, variação regional, entre outros, estarão na ordem do dia na prática da sociedade alemã de 'então. É, sem dúvida, deles que se alimentará a sistematização geográfica. Do mesmo modo como a Sociologia aparece na França, onde a questão central era a organização social, (...), a Geografia surge na Alemanha, onde a questão do espaço era a primordial.” (MORAES, 1983. p. 46-7.).

²⁷⁹ Em 1755 ocorre o fatídico Terremoto de Lisboa e com tal episódio, uma onda de incredulidade se alastra sobre a Europa, comprometendo, inclusive, a tese leibniziana do ‘melhor dos mundos possíveis’ prontamente contrastada por Voltaire em: ‘*Cândido ou o Otimismo*’ (1759). Para Kant, tal episódio deflagra uma série de questionamentos sobre a natureza, a finalidade e a contingência; teses que se voltam tanto para a metafísica como à cosmologia. Naquele mesmo ano sua obra: ‘*História Geral da Natureza e Teoria do Céu*’ é publicada; com o propósito de: “[...] das leis mecânicas, a formação dos próprios corpos celestes e a origem de seus movimentos do primeiro estado da natureza [...]” (KANT, 1984. p. 65).

logo abandone tal impressão (a partir do instante em que compatibiliza os princípios teleológicos da natureza aos princípios constitutivos da razão), as formas orgânicas e a natureza não se reduzem apenas a explicações causais de ordem mecânica (marcadas por condicionantes pré-determinados), mas sim à dinâmica contingente de suas próprias constituições.

Em razão dessa mudança paradigmática, a partir da qual a Geografia passa a ser objeto de investigação filosófica²⁸⁰, Kant a compreende como um campo do conhecimento voltado para descrição dos fenômenos sobre a superfície terrestre (radicados na empiricidade ordenada do espaço), e com a finalidade simultânea de representar a natureza segundo sua teleologia²⁸¹. Em termos genuinamente kantianos, e que concede uma fundamentação filosófica à Geografia e sua posterior autonomia, é o facto de empreender uma distinção prévia entre o modo de se conceber e classificar os fenômenos da natureza segundo uma divisão lógica (à maneira de Lineu, entre semelhança e dessemelhança) e uma divisão física segundo o tempo e o espaço, que estabelece, com efeito, uma distância entre a mera elaboração de um sistema da natureza e a busca por uma descrição da natureza (KANT, 1999, pp. 67, 68). Além desse facto, relativo à autonomia da Geografia, ainda há a sua emancipação de uma História Natural; autonomia que se realiza (por vias kantianas) a partir da ênfase sobre o espaço, cujos meios empíricos (capazes de dimensionar a superfície da Terra), dão forma à sistematicidade e à teleologia dos processos orgânicos e constitutivos da própria natureza.

Retrospectivamente, ao estabelecer que espaço e tempo não são conceitos relativos às representações empíricas, já que são *a priori*, a Estética Transcendente da primeira *Crítica* atribui uma habilidade particular à Geografia, no que a dota de um grau de cientificidade que a liberta de uma dupla tutela, tanto das Ciências da Natureza, bem como da História, e – em uma composição de ambas – das consequências de uma História Natural; muito em função da emergência e consequente autonomia de seu objeto, a saber: o espaço. Diferentemente das demais ciências correlatas, que tomam o espaço por objeto, sobretudo, em seu sentido abstraível, a Geografia o implica a um fator decisivo: às formas orgânicas que, habitando-o, reabilita o universal desde o particular, o todo a partir das partes; no que,

²⁸⁰ “[...] o primeiro filósofo a introduzir esta disciplina à Universidade antes mesmo que a primeira cadeira de Geografia fosse criada por Karl Ritter, em Berlim, em 1820.” (COHEN-HALIMI, 1999, p. 9-40.)”

²⁸¹ “[...] a história como a Geografia podem ser chamadas todas duas uma descrição, com esta diferença [...] que a primeira é uma descrição segundo o tempo e a segunda uma descrição segundo o espaço [...]” (Kant ed., 1999, p. 69, tradução nossa). “[...] alargam pois o campo de nossos conhecimentos do ponto de vista do tempo e do espaço” (Kant ed., 1999, p. 69, tradução nossa). “[...], Entretanto, a história diz respeito aos eventos que são desenrolados uns após os outros do ponto de vista do tempo [...]. ao passo que a Geografia diz respeito aos fenômenos que se produzem ao mesmo tempo do ponto de vista do espaço [...]” (KANT. *Géographie. Physische Géographie*, 1999).”

dando (por meio da descontinuidade dos processos físicos) uma dimensão estética ou autopoente da continuidade. Portanto, antes de Kant, o espaço era tomado como um dado elementar e, *in extremis*, como sede da *terra incognita*, ou seja, como a extensão do incognoscível. A partir de Kant, passa a ser o plano a partir do qual não tanto a liberdade manifesta pela espontaneidade das formas orgânicas, bem como da vontade são viabilizadas. Por meio da Geografia, a Filosofia cria um inventário do mundo cognoscível em que, ao recepcioná-lo, imediatamente o reconstrói dado o fato de que torna contínuo o aparentemente descontínuo, a saber: os condicionantes naturais e as formas orgânicas; a partir dos quais os próprios determinantes regulares podem ser cartografados. Desse modo, a particularidade metodológica da Geografia se encontra no facto de que é simultaneamente descritiva e pragmática; compreensiva e explicativa; teórica e prática, de modo que se alternam, sem que se indeterminem, a compreensão das condições mentais ideais (a partir das quais surgem os processos das ações humanas), bem como a explicação sobre as condições físicas materiais (aliás, do impacto dos condicionantes sobre as condições anteriores). O espaço, sob essa perspectiva simultânea, se torna não um ente material a ser inviabilizado pelo caráter inesgotável e de sua contingência, mas um campo que, sublime (dada o seu caráter ilimitado perante o entendimento) convida à decifração e, conseqüentemente, à liberdade.

Nesta visada kantiana, com franca adaptação pela Geografia vigente, ainda que confinado nos limites das formas puras da sensibilidade, o sujeito constrói o mundo, e o faz transcendentalmente, com categorias - pré-existentes à experiência sensível; sendo o espaço, o meio através do qual, recepcionando-o passivamente, o homem não apenas o observa, como o constrói. Isso quer dizer que, na mera observação científica dos condicionantes (a partir da qual as Ciências Naturais assentarão seus fundamentos), as leis físicas cedem à formação de paisagens. Contrapondo-se à Geografia técnica e estatística de seu período, Kant propõe não um *corpus* estritamente teórico, mas um método com uma dupla especificidade: A) o incentivo à uma Geografia que, ainda que portadora de seus juízos sintéticos *a priori* relacionados ao espaço, se volte para ambientes naturais e de modo empírico, portanto, por meio de observações diretas; B) uma fundamentação filosófica a partir da qual, a natureza passa a ser compreendida como que portadora de um *telos*. Em suma, existe na aceção geográfica de Kant, uma espécie de dialética entre a liberdade e a natureza. A partir desta dupla especificidade, a nascente noção de Geografia seguirá numa linha ascendente que, partindo de Carl Ritter (1779-1859), encontrará em Vidal de la Blache a sua melhor expressão, para quem cada facto (ainda que aparentemente isolado) se conecta – de modo relacional – a uma série ascendente de influências recíprocas “*que se*

intercambiam entre as diversas partes do organismo terrestre” (LA BLACHE, Paul Vidal 2012, p. 57).

Voltando-se para a expressão fatual da liberdade: a natureza autoponente e espontânea no espaço -, o geógrafo (desde então) se defrontaria com a pulsão e ritmo dos ciclos naturais de vida e morte em suas infinitas possibilidades, cujas relações tornar-se-iam inteligíveis desde que o auxílio da intuição; da imaginação e da fantasia, ou seja, com as faculdades kantianas (*Vermögen der Seele*) se fizessem presentes. Muito dessa direção, proveniente da influência kantiana, ressoa entre os geógrafos prussianos e franceses como uma desconfiança à objetividade calculadora do Iluminismo, no que dota o sujeito de um papel simultaneamente livre e criador face à natureza. Diferentemente do apregoado pelos antigos, para quem os processos naturais decorreriam de uma única fonte subjacente, cuja inteligibilidade seria deduzida mecanicamente (à maneira de um relojoeiro); desde essa perspectiva kantiana, fenômenos e coisas passam a ser dimensionados em suas respectivas finalidades autopontes e intrínsecas. Cada um desses estudiosos (sopesando a influência kantiana), concebe a Geografia como uma ciência, cujo objeto não se limita às esferas físicas e axiomáticas dos dados factuais, mas à dimensão estética que, conciliando o caráter ponente das finalidades intrínsecas da arte e da natureza, conforma os irreconciliáveis: homem/natureza; necessidade/liberdade em uma mútua dependência; em um processo gnosiológico que se esforça em sintetizar a subjetividade e a objetividade. A partir dessa perspectiva, o mundo (concebido como um mosaico subjacente em suas múltiplas formas; como condicionante) aponta para o contínuo a partir do descontínuo, sendo a Geografia, a ciência através da qual liberdade tensiona diante os fenômenos telúricos, ctônicos; que, ainda que constantes ao longo da superfície terrestre, revelam a moldura ante a qual as ações humanas transsubstanciam as suas formas e formações.

Em um mundo que contém uma infinidade de elementos naturais, ponentes e finalísticos; dispostos sobre um espaço aparentemente contínuo, existe um senso de ordem que, suspeitado pela consciência, espelha um certo vínculo espiritual; uma certa correspondência que, longe de se desvincular (à maneira de um artífice) do que produz, lhe subjaz. Este mistério que, gratuitamente, se deixa desvelar em uma dada porção da realidade observável (Goethe o chamou de *encheiresis naturae*²⁸²) se manifesta de modo fragmentado quanto mais a visada cognoscente a secciona em certas parcelas objetivas; mistério que, no

²⁸² Expressão composta que significa, aproximadamente: ‘domínio da natureza’. Presente igualmente no *Fausto*: “*Wer will was Lebendigs erkennen und beschreiben, Sucht erst den Geist heraus zu treiben, Dann hat er die Teile in seiner Hand, Fehlt, leider! nur das geistige Band. Encheiresin naturae nennt’s die Chemie, Spottet ihrer selbst und weiß nicht wie.*” Tradução livre: “*Se queres reconhecer e descrever algo vivo, primeiro, tens de expulsar o espírito; depois, terás as peças em suas mãos, ainda que falte o vínculo espiritual. A Química chama de encheiresin naturae, zomba de si mesma e não sabe como.*” (GOETHE, 1986. p. 54).”

afã de ser reduzido em sua expressividade, é paulatinamente submetido pelo apelo fáustico de poder a que a Geopolítica se empenhará em construir. Tal mistério, constante no afã técnico e cartográfico da Geopolítica, pode ser lido nos termos dessa inquietação: *como o poder (autoponente) se efetiva em um território sem, surpreendentemente, se exaurir ou se limitar entre rios, montanhas e cordilheiras? Como o poder (ávido por liberdade) se atualiza, territorialmente, sem um perpetuum mobile capaz de suprir seus anseios por força, homeostase e suplemento de energia vital?*

Em linhas gerais, como restou esboçado no §1, Parte III (Distinções ontológicas elementares)²⁸³, em um ambiente subjaz os círculos sobrepostos da biocinese, da fitocinese e do biótopo, cuja totalidade (em termos filosóficos, no contexto da filosofia kantiana) atende pelo nome de natureza. Ora, em tal contexto (doravante, o da filosofia transcendental), os círculos outrora referidos passam a ser integrados sob um ponto de vista da autoponência, ou seja, da capacidade intrínseca de autodeterminação que, ao ensejar uma doutrina transcendental da natureza, amplia o criticismo kantiano desde o qual a visada teórica se reabilita com a razão prática. Tal reabilitação - possível por meio do conceito mediador de natureza - viabiliza um retorno à finalidade intrínseca da vida e, concomitantemente, um enfoque sobre as condições de possibilidade para a própria experiência filosófica; voltada, outrossim, para o dado imediatamente factível e insuprimível, a saber: a gratuidade do ser.

Enquanto na *Crítica da Razão Pura*, Kant se empenha em depreender uma verdade que, ao abarcar a heterogeneidade da natureza, possua uma universalidade *a priori*²⁸⁴, na *Crítica da Faculdade do Juízo* há uma virada em que, ao destacar o juízo subjetivo formal, doravante o juízo estético, e conseqüente relação com a imaginação, há

²⁸³ “Apesar de uno, em um ambiente subjaz os círculos sobrepostos acima referidos, dando-nos uma dimensão de limites naturais específicos. Há, nestes termos, uma relação recíproca entre as sociedades e seus ambientes naturais, mediada por uma organização no espaço, sendo este, uma totalidade cujas partes formais compõem o território. Como é um conceito genérico, desdobrável em várias espécies, o território é campo de investigação de ciências distintas. Cada ciência visa isolar uma parte do objeto material para tentar responder a uma questão derradeira (objeto formal terminativo), abstraível a partir de sua forma. Dado o seu caráter genérico, a diferença irreduzível do território na esfera própria à Geopolítica, diz respeito à determinação da estrutura lógica de seu campo, cuja especificidade o distancia - apesar das eventuais semelhanças naturais - de qualquer implicação etnológica, antropológica, geográfica ou zoológica.”

²⁸⁴ Para Kant, por exemplo, a razão compreende a natureza por meio de uma finalidade, aliás, de um fim natural que, por sua vez, é dimensionável como um conceito ante o qual o entendimento se torna incapaz de demonstrar a sua ligação causal, de sorte que (onde quer que o natural se manifesta para um pesquisador) um senso de contingência será mediada pelo juízo por meio de um ‘como se’: “Um produto organizado da natureza é um ser no qual tudo é fim e também meio, reciprocamente. Nele, nada é gratuito, sem um fim, ou atribuível a um mecanismo cego da natureza” (KANT, 1913, [§ 66], *Metaphysische Anfangsgründe der Naturwissenschaft* apud FRAGELLI, 2015, p.68).”

uma tensão dialética entre a natureza e a *poiésis* que, implicando-as como análogas, revela a adequação da causalidade a um fim. Por esta via dialética, Kant aproxima o conceito da natureza à arte, concebendo-a como um análogo. Desta feita, contrariando o horizonte majoritariamente *more geometricus* de então que, com efeito, cristalizava as noções atinentes à natureza à causalidade meramente mecânica, Kant a reconfigura, ampliando-a como obra de um artífice que, integrando o todo e as partes em relativa harmonia, aspira a uma grandeza monumental, cuja tensão entre o entendimento e a razão é expressão do sublime; sendo este, o limite natural desde o qual se dá a ação humana.

Implicando a Antropologia, a Filosofia e a Geografia, Kant reabilita a mecânica newtoniana do espaço absoluto por meio de uma visada teológica e estética da Natureza, cuja síntese entre os juízos sintéticos *a priori* (constantes na *Crítica da Razão Pura*) com a dimensão do todo orgânico da *Crítica da Faculdade do Juízo*, tornar-se-ia crucial para o amadurecimento gnosiológico da moderna Geografia alemã, consagrada nos estudos de Alexander von Humboldt e Carl Ritter. É na paulatina formação e posterior receção dessa síntese, sob a qual ambas as *Críticas* dão forma a um redimensionamento do espaço, que as noções posteriormente consagradas pela Geopolítica se assentam, com destaque para os conceitos de: território, paisagem e organismo.

A receção das Críticas kantianas, a partir das quais se intensificou a ideia da conformidade a fins da Natureza, além do caráter estético depreendido a partir da paisagem, pavimentaram os fundamentos para a autonomia metodológica da Geografia, especificamente aquela empreendida por Humboldt e Ritter²⁸⁵. Sob essa defesa, a paisagem passa a ser concebida não apenas como uma extensão material da natureza, mas como expressão de sua totalidade reconciliada; em um plano cuja abertura tensiona o anseio de organização e sistematização (próprio das categorias *a priori* do entendimento) e a conformidade a fins, ou seja, um fluxo contínuo entre o entendimento e a imaginação. Em decorrência dessa receção à filosofia crítica kantiana, e conseqüente ampliação do que até então se compreendia por natureza (para além da mera dimensão mecânica pré-determinada por um artífice), a inserção do juízo reflexivo teleológico (no horizonte das considerações físico-biológicas) ensejou uma certa compreensão estética que, com efeito, favoreceu a

²⁸⁵ “A gênese do processo de sistematização da Geografia possui uma origem bem particularizada expressa numa nacionalidade bem específica. Tal processo foi obra do pensamento alemão. Humboldt e Ritter eram prussianos, assim como quase todos os principais geógrafos do século XIX. Por essa razão, o estímulo direto para a eclosão dessa disciplina deve ser buscado na particularidade histórica do desenvolvimento do capitalismo na Alemanha. É apenas na análise da especificidade desse país que se poderá apreender as razões que levaram esta sociedade a valorizar a reflexão sobre o temário geográfico.” (MORAES, 1989; pg. 25).

inserção de noções como a harmonia, a ordem e a beleza sob os fenômenos naturais, e, sobretudo, de finalidade autoponente. É desde essa perspectiva, eminentemente kantiana, que Humboldt passa a buscar - em meio ao aparentemente diverso da natureza - a unidade, mas aguçada por um sentimento que, longe de inviabilizar a apreensão da beleza pelas vias frias da objetividade científica, a exalta.

Por certo, a contribuição filosófica de Humboldt para a nascente Geografia (sem a qual nenhuma cientificidade Geopolítica seria eventualmente reclamada) decorre do facto de sua ênfase voltada para o esforço de demonstrar os nexos que vinculam – em caráter harmônico – o múltiplo ou o descontínuo em meio aos dados (aparentemente caóticos) da natureza; dados que, dispostos ao longo das formações geográficas, são semelhantes ou dessemelhantes de acordo com as forças que atuam em tais formações. Tal esforço que, com efeito, se empenha em intuir e descrever o modo como o todo se harmoniza em suas partes ou o contínuo a partir do descontínuo (em dado contexto natural), é possível por meio de um bastidor prévio, decorrente dos graus de afecção que um objeto é capaz de, sensivelmente, incidir sobre o sujeito cognoscente; no que, por certo, aponta para a condição prévia da disposição estética no ato mesmo de conhecer. Em linhas gerais, em razão dessa condição prévia, o inteligível é acessado por meio do sensível, viabilizado por um sentimento de prazer que, diante do objeto apreendido, encerra as suas próprias compensações: quais sejam (?), a súbita gratificação dos sentidos, decorrente da contemplação de um estrato da natureza que, ainda que aparentemente disperso, é expressão mesma da ordem total. Desta feita, o contínuo (a que a paisagem remete) abre o horizonte da superfície terrestre (aparentemente limitada) ao ilimitado que, de modo intuitivo, revela subitamente a esfera não-sintetizável e condicionada do mundo como correlato espacial.

Se há uma particularidade no modo como Humboldt se posiciona no horizonte intelectual europeu, e, mais especificamente, alemão, se dá por meio da conciliação entre o prazer estético (decorrente de sua recepção à *Terceira Crítica* kantiana, que lhe dará meios de empreender uma espécie de síntese entre a ciência e a arte) e – por meio desse mesmo caráter sintético – desdobrar (desde a experiência) um conjunto de impressões sobre a natureza que, apesar de suas diferenças, remeta à sua unidade. O modo como essa conciliação se efetiva se dá através da atividade pictórica da paisagem, cuja apreensão e impressão das formas orgânicas, reabilita (por meio do sentimento e do prazer desinteressado) a totalidade harmônica desde as partes, ou seja, intui a continuidade do aparentemente descontínuo. Como consequência dessa conciliação, a concepção da natureza (até então deduzida a partir da causalidade mecânica e pré-determinada, assente na *História Natural*), não apenas é ampliada de tal modo que, em uma espécie de visada sintética entre o orgânico e o inorgânico; a subjetividade e a objetividade; o condicionado e o incondicionado, aponta para

o impulso vital autotélico e ordenado (do qual a Biologia se estribará metodologicamente), como um modo de apreensão dos fenômenos naturais que, pautado na própria experiência, descreve os tipos orgânicos (em incessante metamorfose) contemplando-os e dimensionando-os no ato de sua emergência. Por certo, o contributo de Humboldt (a partir do qual, a História Natural cede, paulatinamente, passagem para a autonomia metodológica tanto da Geografia como da Biologia), é proporcional ao seu propósito de contemplar e ordenar a multiplicidade dos fenômenos naturais desde um senso comparativo que, em apreensão às semelhanças e dessemelhanças; continuidades e descontinuidades, anseia uma dimensão sistemática de tais fenômenos (viabilizado por um bastidor estético prévio), que, intuindo a conformidade a fins da natureza, condiciona a sua unidade e a sua harmonia como vias intuitivas.

Por meio dessa investida transcendental sobre a natureza, a rejeição da interpretação majoritariamente mecanicista cede a uma concepção que, regida por leis e princípios *a priori*, passa a concebê-la como um entidade viva, cuja força intrínseca a sobrepuja a um objeto meramente passivo; submetido, aliás, à relação ôntica ou instrumental. Sob essa panorâmica, que resulta da recepção kantiana, o mundo natural passa a ser concebido como uma totalidade reconciliada que, intrinsecamente conjugada às suas partes, subjaz animada a uma série orgânica de forças interativas, cujas relações de semelhança ou dessemelhança; continuidade e descontinuidade, atualizam um impulso vital caracterizado pela expansiva liberdade. A natureza é a representação de uma unidade na diferença, cuja harmonia se torna inteligível de acordo com as formas e forças atualizadas pelos vivos ao longo dos seus processos constitutivos.

Diferentemente dos demais seres vivos, caracterizados ora pelos condicionantes passivo e ativo, além do progressivo desenvolvimento de algumas especificidades, o ser humano é o único que, na ausência de habilidades exclusivamente especializadas, transubstancia (por anamorfose) uma ligeira possibilidade material: a força - em poder; e dispondo-a, demanda a necessidade de justificar as razões de seu domínio. Por que detém ou, excepcionalmente, possui, o ser humano é o único (dentre os seres vivos) que concebe uma ciência capaz de (por vias objetivas, precisas e preditivas) submeter o território às leis híbridas, pois que passionais e frias, do poder; adjetivando-o como um organismo vivo em busca de espaço. A necessidade de tornar autônoma uma tal ciência (com o franco propósito de enlevar esse organismo vivo) ensejou, aliás, o surgimento da Geopolítica. Entretanto, uma pergunta a obseda, desde a concepção de tal autonomia, qual seja: *como transpor os domínios extremados da espontaneidade e da necessidade; do organismo e do Estado; do poder e da liberdade; do contínuo e do descontínuo; do espaço e do tempo; da natureza e do território sem que haja prejuízos para um dos termos transpostos?* O esforço de fazê-lo, exige as

demandas do princípio da cosmovisão e conseqüente intuição de símbolos espaciais que, como análogos, são, simultaneamente, suspeitados e estimulados.

§2

Das especificidades conceituais da Geopolítica clássica

A

Friedrich Ratzel e Rudolf Kjellén

Como a Geopolítica (dado o seu caráter híbrido entre as ciências nomotéticas e ideográficas) se atualiza em um eixo ordenador específico, ou seja, marcado pela autonomia da Geografia no contexto da Guerra Franco-Prussiana, a sua elaboração surge, paulatinamente, à proporção que certos geógrafos se esforçam em minimizar os impactos das perdas territoriais. Decerto, há nesta elaboração, um certo espelhamento entre corredores acadêmicos e campos de batalha, cujos extremos demandam (para melhor compreendê-los) vias de transposição. Em âmbito genuinamente pessoal se pode considerar que a viagem feita ao Mediterrâneo, logo após a conclusão de seus estudos na Universidade de Heidelberg, em 1868, representou para Friedrich Ratzel uma dessas vias de transposição, desde o qual a sua formação como zoólogo se defrontou com os dilemas científicos da nascente Geografia e conseqüentemente com o fenômeno telúrico da terra como dado bruto da natureza. Resulta desse marco biográfico e da paulatina intuição das diferenças humanas ao longo dos territórios (da emergência da descontinuidade), uma série de expedições (entre 1874 e 1875) para a América do Norte, com o interesse de investigar o modo de vida dos descendentes alemães naquelas regiões. Ao retornar, Ratzel se convence da importância da pesquisa geográfica a qual se dedicará ao longo da vida, sendo a obra *Antropogeographie* (vol.I, 1882; vol.II, 1891) a sua expressiva condensação; obra que se torna um marco para a Geografia humana. Apesar, de modo quase unânime, ser considerado seu fundador; o primeiro pensador a sistematizar e dar forma às intuições que até hoje se encontram nas reflexões referentes a este campo do conhecimento, a despeito deste detalhe, Ratzel jamais escreveu a palavra *Geopolítica*; utilizando – em contrapartida -, inclusive, intitulado um de suas obras, a expressão: Geografia Política, doravante *Politische Geographie* (1897).

Em linhas gerais, para Ratzel a expressão ‘Geografia Política’²⁸⁶ se referia a uma série de territórios pertencentes aos estados e às províncias, às fronteiras, às populações, às

²⁸⁶ Para Shigenoli Miyamoto, a Geografia Política compreende (segundo o caráter estático dos determinantes e sob um ponto de vista preliminarmente descritivo) os aspectos geográficos de um determinado território. Em contrapartida, à Geopolítica viabilizaria (a partir desses determinantes) meios e fins estratégicos empenhados no poder necessário para ultrapassá-los, revelando-se assim como uma ciência dinâmica do espaço. (MIYAMOTO, 1981).

divisões administrativas, às formas de governo e outras particularidades territoriais, ou seja, a uma série de condicionantes²⁸⁷ (§6, Parte I; §8, Parte IV) modificáveis pela ação política. Complementarmente à Geografia física, a dimensão da Geografia Política para Ratzel se volta ao modo como (à maneira de um organismo²⁸⁸), os Estados se constituem sobre os territórios. Dada o seu caráter funcional, ou seja, em íntima relação com as partes que o compõem - como qualquer organismo, o Estado nasce, cresce, declina e perece; condição modulável de acordo com condicionantes como: posição geográfica, clima, relevo, vegetação, hidrografia etc.

Ciente das exigências metodológicas da Geografia do final do século 19, em busca de sua autonomia diante as Ciências Naturais, Ratzel a modificou à proporção que se empenhou em sistematizar - em uma visão integrativa - o enorme material descritivo coletado em suas viagens feitas ao Novo Mundo. No entanto, essa abordagem o forçou a ampliar e a reorientar a pesquisa geográfica de modo a abarcar os fenômenos sociais e políticos, que presentes em seu tempo²⁸⁹, ampliaram metodologicamente a pesquisa

²⁸⁷ Segundo Hans Weigert em sua *Antropogeografia*, “Ratzel estava longe de considerar como inorgânicos os fatores espaciais. Os vê sempre em sua relação geradora de vida com as forças de crescimento e expansão da humanidade, convertendo-se assim em parte de seu organismo vital. Semelhante concepção biológica não era notável em seu tempo, quando nada podia livrar-se por completo da influência de Darwin. (...) A influência de Darwin é claramente discemível nas ideias de Ratzel. Em 1901 escreveu um ensaio que intitulou: ‘Espaço Vital, estudo biogeográfico’. Nele traduz o darwinismo à linguagem de sua Geografia humana: a luta pela existência é de facto a luta pelo espaço, porque a superfície da terra é limitada.” (WEIGERT, Hans, 1943. 275p).

²⁸⁸ “Vivamente interesado por la publicación del Origen de Las Especies, este sabio se había erigido en propagador de las ideas de Darwin em Alemania. Ratzel publicó en 1869 una obra en la que resumía lo esencial de la doctrina darwiniana, vista através de la enselanza y de los artículos de Haeckel. Este libro llevaba el título de *Sein und Werden der Organischen Welt*, pero conoció muy escasa resonancia al coincidir con la casi inmediata aparición de *Natürliche Schöpfungsgeschichte*, del propio Haeckel. [...] En la época durante la cual Ratzel extraía sus conceptos de las ciencias naturales, la ecología era una disciplina destinada a facilitar el estudio de la evolución. Es un hecho comprobado que Ratzel adoptó una actitud cada vez más independiente y crítica con respecto al darwinismo. Sus miras se extendieron en los contatos con el naturalista Wagner, que era a su vez considerado como discípulo de Darwin, aunque bastante libre. Más tarde, cuando Ratzel abrazó la fe luterana, su postura evolucionó todavía más. Pero, en resumen, los contatos que había mantenido con los medios naturalistas durante el período de su formación científica iban a influir y perdurar en sus conceptos referentes a la ciencia geográfica.” (CLAVAL, 1981, pp.51,52).

²⁸⁹ “Since the beginning of the 1880s, Ratzel intensifies his political and geographical writing, analyzing geopolitical events of his time, as well as matters pertaining to colonial competition. (...) it becomes evident that in the last two decades of the 19th century Ratzel delved into issues of current German politics, aiming to highlight and investigate the pillars of geopolitical influence, one of which was the German colonial expansion against the traditional colonial and world powers. In other words, the above titles define his scientific and political interest in the study of the global distribution of power between the superpowers of the time. In that context, England constitutes a key point of reference and in 1898 Ratzel considered it a global empire. Furthermore, the importance Ratzel attributed to economic life becomes clear. This view runs through his entire theory, as will be demonstrated below, while geographically he focuses on the hotspots of the time; Africa, the Balkans, the East Mediterranean and Middle East, without forgetting his research interest in China. A political allegiance is also reflected, when Ratzel, a proponent of the active colonial expansion of Germany, avoids airing his views for the colonial expansion, before Bismarck’s first timid step to set under German protection the first German acquisition in Africa, in 1884. Until Bismarck’s replacement, Ratzel’s number of articles is a rather discreet, and becomes more intense only after 1890, when Germany entered forcefully the colonial competition. Thus, Ratzel seems to be in line with the majority of German nationalists, who were unable to develop a nationalist opposition against Bismarck, the founder of both the German national state

geográfica; abordagem que passou a ver a decisiva intervenção humana no plano dos condicionantes.

B

Do Estado como organismo na visão Geopolítica de Ratzel

Como biólogo, Ratzel iniciou sua análise a partir da analogia entre os sistemas biológico e político, emulando assim certa correspondência que, outrora apontada acima, é expressão kantiana do esforço de reparação de certas antinomias; dentre estas, a mais oitocentista: organismo e Estado. Apesar dessa dificultada transposição, parte substancial das análises de Ratzel decorre de um esforço de compatibilização conceitual proveniente da filosofia kantiana, e, mais especificamente, radicado no termo *Mittelpunkt*²⁹⁰²⁹¹, extraído da ‘Doutrina da Virtude’ da *Fundamentação da Metafísica dos Costumes* (1797). Em sua opinião, a unidade material do Estado é semelhante à de um impulso vital a partir do qual (como em um movimento centrífugo e centrípeto), a força e a vitalidade do *Mittelpunkt* dependem da área (*der Raum*), da posição (*die Lage*) e da estrutura das bordas ou de seus limites (*die Grenzen*). Nesse modelo evolutivo, cada Estado tem uma tendência, ou seja, uma

and the German Empire. Against that background, the accuracy of B. Streck’s opinion on the existence of a geopolitical period in Ratzel’s work is verified. During this period, Ratzel addressed theoretically as well as at the level of applicable policy the distribution of power internationally and particularly the transformation of his country into a great power. As far as the time frame is concerned, it must be noted that this period extends from late 1870 and early 1880 to the end of his life, reaching a climax after 1890, when the political conditions in Germany changed.” (STOGGIANOS, 2019, pp.23,25,26).

²⁹⁰ Na *Metafísica dos Costumes*, Kant retoma a ideia dos círculos concêntricos (baseada nos estoicos), segundo os quais cada pessoa é central no processo de responsabilidade, cujos atos têm consequências centrífugas que se estendem não apenas sobre a família, como à própria cidade. É a partir dessa retomada (sob uma perspectiva cosmopolita), que a simbologia circular do *Mittelpunkt* se faz presente, aliás: “*Es ist Pflicht sowohl gegen sich selbst, als auch gegen Andere, mit seinen sittlichen Vollkommenheiten unter einander Verkehr zu treiben (officium commercii, sociabilitas), sich nicht zu isoliren (separatistam agere); zwar sich einen unbeweglichen Mittelpunkt seiner Grundsätze zu machen, aber diesen um sich gezogenen Kreis doch auch als einen, der den Theil von einem allbefassenden der weltbürgerlichen Gesinnung ausmacht, anzusehen; nicht eben um das Weltbeste als Zweck zu befördern, sondern nur die wechselseitige, die indirect dahin führt, die Annehmlichkeit in derselben, die Verträglichkeit, die wechselseitige Liebe und Achtung (Leutseligkeit und Wohlanständigkeit, humanitas aesthetica et decorum) zu cultiviren und so der Tugend die Grazien beizugesellen; welches zu bewerkstelligen selbst Tugendpflicht ist.*” (MS AA 06: 473, 2005).

²⁹¹ “*At the end of Part Two of ‘Politische Geographie’, Ratzel developed notions of territory of the state (Staatsgebiet) and the natural territory (Naturgebiet), showing both their internal structure as well as their mutual relations. These relationships create community cultural sphere, beyond the state can get at the oikumen. Ratzel sources identified the origin and formation of nations in political strength historical development of communities of individuals united by spiritual ties. In this perspective Anthropogeography was built by Ratzel method that could evaluate the criteria and means of comparison, the performance achieved by different human communities. Capturing the vision developed by Kant on space, Ratzel pointed out the fundamental role played in history of what the German philosopher, a resident of Königsberg’s, called “Mittelpunkt” core of civilization. ‘Mittelpunkt’ became, in fact, the essential criterion for analyzing and interpreting the state in establishing its organics. Three were the basic elements which function organics it: Area (der Raum), Position (die Lage), Borders (die Grenzen).*” (COSTACHIE, 2011, p.267).

finalidade definida e limitada por alguns condicionantes, dentre os quais o contingente populacional.

Tal tendência, compreendida como um processo, se dá sob esse duplo aspeto: A) pela colonização e reorganização interna de um espaço, que representa a tendência a uma distribuição mais homogênea da população na superfície do Estado, isto é, por meio da obtenção de uma concordância antropogeográfica entre a superfície e a população²⁹²; B) pelo modo como a superfície do Estado é povoada (cujos inchaços aludem à ausência de um senso de organização interna) ou, pelo contrário, por uma população pequena demais, cuja discordância antropogeográfica franqueia uma relativa fragilidade frente eventuais ameaças externas.

Para Ratzel, o crescimento de um povo se ajusta na proporção mesma em que, extrapolando os limites de seu próprio território, demanda mais terras²⁹³, de modo que, nesses termos, se desenvolve para além de suas fronteiras. Em sua compreensão, a necessidade de espaço se torna explicável quando revela um desencontro entre a densidade populacional e os limites espaciais; o que, comprometendo as condições ideais e sustentáveis de permanente ajuste, exige meios de expansão. Tal desencontro indicia de que forma o espaço molda profundamente a existência da população que o habita, condicionando não apenas os limites físicos da própria sobrevivência e expansão de suas comunidades correspondentes, mas igualmente os níveis de consciência intuitivos por sua cosmovisão que, extensivos ou intensivos, respetivamente, fechados ou abertos, significa, prioritariamente em âmbito religioso: compreender que, se cada território dispõe unidades mitológicas específicas (cultuáveis de acordo com seus próprios sacrifícios) logo se conclui que se não for capaz de integrar, universalmente, o maior número de indivíduos, é fechada a novas

²⁹² “Ratzel discusses this issue in detail in the first chapters of his *Political Geography*, where the following ideas are first of all recorded with regard to the nature and function of the state: • the people—state identification: Ratzel believes that the specific laws of people’s expansion also determine the expansion of their states; as a result, states have progressively spread to all the regions of Earth and have increased in number and size through the increase of the population; • the state’s inevitable territorial expression: a condition again fulfilled through human activity and the connection between humans and land, since each state consists of the human part and the land part, while man cannot be understood without the land, thus nor man’s greatest achievement on Earth, the state. Consequently, when we talk about a state, as is also the case about a city or a street, we always refer to the human part or an example of human labour and at the same time to a land part; • the need for sovereignty over the land: a need arising from the fact that the state has to live from the land and it can count only on those advantages of the land, over which the state is sovereign.” (STOGIANNOS, Alexandros. Idem. p.37).

²⁹³ “(...) Ratzel gives priority to the criterion of land in its economic dimension, considering it a source wherefrom social groups and societies, trade and religion gain [...] political power and continuance, thus becoming able to establish states. 72 Man’s—hence also the state’s—confinement on land [the concept of man cannot be grasped without the land, therefore nor can his greatest creation, the state] 73 implies a vital, primarily productive/economic relation between state and land, as the state must live from the land. This relationship is crucial for the establishment of new states, since all social forces [social groups and societies, trade and religion] derive from the land political power and continuance on the land, establishing hereby states.” (STOGIANNOS, Ibidem, pp.37,38).

seriações, restrita demais para ser universalizada. Ademais, significa que – em âmbitos poético e filosófico – as intuições são simultaneamente particulares e intraduzíveis, pois que restritas às localidades que a formaram, bem como incontestavelmente rígidas para serem problematizadas, pois que sustentadas sobre dogmas. Em ambos os casos, confundindo a verdade não como uma experiência judicativa (passível de ser expressa), mas como certezas literalizáveis (fixas e cristalizadas), as resistências às releituras, às contestações, às dúvidas metódicas indispõem os níveis de consciência fechados às profecias autorrealizáveis.

É na correspondência entre a esfera mais imediatamente pessoal: a da formação espiritual com o anseio de expansão (constante no *espaço vital*, doravante *Lebensraum*²⁹⁴) que Ratzel nos faz compreender como tais condicionantes se espelham de modo a dar forma às tradições e ao patrimônio cultural e espiritual de uma dada época. As formações espirituais são simultaneamente produto e processo desde o qual se atualizam os níveis de consciência articulados pela cosmovisão, como a língua, a cultura e a religião; formas estruturadas na tensão entre os indivíduos e suas respectivas comunidades locais²⁹⁵. É a partir dessa tensão, no seio da qual o indivíduo recepciona os frutos herdados de sua cosmovisão,

²⁹⁴ “*Life is movement, Ratzel concludes, in fact, it is a set of internal movements, caused by external stimuli. (...) Life then is first of all a given fact inside the organism. But internal life will always create external movement. In that sense, the geographer believes that for every organic movement two different driving forces (inter)act; the internal force, belonging to the living organism itself, as well as the mechanical, external influences, coming mainly from the land. But what is this internal movement? What is the origin and what (if any) its purpose? In Lebensraum Ratzel often points to the internal driving forces of organisms by means of: • a migration instinct, which explains the spatial self-restraint or the rapid expansion of many species. This instinct dictates the maintenance of specific borders or (sometimes) leads to the occupation of large areas. 26 • cases pointing to hidden causes responsible for the outbreak or halt of movement; cases which should be extensively examined, since they appear only occasionally. • nature, which always provides for movement.*” (STOGIANNOS, pp. 59,60).

²⁹⁵ “*Ratzel attempts to approach the matter with extreme caution based on the initial rhetorical question: What kind of goods constitute cultural possessions? Nobody would disagree that language, religion, political and economic institutions are four natural sectors, capable of hosting all activities and goods that carry culture or are created by culture. However, logic (Vernunft) is the foundation of all of them and, just like logic, they constitute a common intellectual property of all humanity, without discriminations based on a high or low culture. This perception is the greatest evidence of the fact that Ratzel does not approach humans from a biological perspective, as a subject following an instinctive, genetic, cellular programming, as is the case with animals. Invoking logic as a characteristic of the entire humanity simply means that he recognizes in all people the ability to establish conventions, namely laws that have not been imposed by biology, but are the product of their own will.³⁰ This mental capacity is pivotal in the creation of other conventions (language, religion, political and economic institutions), which he then examines. In this context, Ratzel gives priority to language and religion, which he considers, in a way, as the noblest expressions and associates them more closely with logic, citing for that purpose Hamann: Without language we wouldn't have any logic; without logic [we wouldn't have] any religion and without these three essential constituents of our nature there would be no social or intellectual life or social cohesion at all.³¹ It is a certainty that language has had an unspecified and at the same time strong influence on the creation of the human intellect, notes Ratzel, believing – like Herder - that we must address the linguistic tools as the rudder of our logic and language as the divine spark, which progressively lit the fire in our minds and thoughts. Furthermore, he believes that the religion of culturally poor people contains all the seeds, which will later create the wonderful, blooming forest of the intellectual life of cultureorientated peoples in the fields of art and science, theology and philosophy, so as to incorporate in this simpler form of life all the desired ideals. With regard to the belief that the priests of these peoples guard and maintain the divine secrets, Ratzel argues that their dissemination, in the broad sense, is the most clear and profound characteristic of cultural progress.*” (STOGIANNOS, p.87).

adaptando-os aos condicionantes interpostos pelos limites do espaço vital, que se observa os meios com os quais o contingente populacional converte demandas biologicamente regulares em cultura. Desse modo há uma interdependência entre os grandes focos da cultura do mundo e áreas de pressão antropogênica máxima; explicável pelo facto de que, observados os ganhos da sedentarização e dos meios necessários de conservação, se seguem anseios perfectíveis de expressão. Isso fica claro quando se observa as antigas civilizações, em cujos limites espaciais e respetivos condicionantes, ao longo da Suméria, Vale do Nilo, Planícies da China, da Índia, da Grécia, de Roma e Povos das Estepes, se pôde observar a vinculação esquemática entre sedentarização; intensa habitação e conseqüente densidade populacional; antropização e uma maior partilha de experiências humanas suficientemente expressas, articuladas e comunicadas.

Por certo, Ratzel nos faz perceber que tão logo alcance meios de expansão, com os quais o poder adquire importância geoespacial, a influência intensiva de uma civilização se faz notar em âmbito macro-territorial, geralmente continental. Tal influência, trazendo consigo a marca do que aqui nomeamos de *macropoder*, é de viés eminentemente imperial que, tendo uma existência permanentemente híbrida, pois que tensionada entre o centro e a periferia, ou entre as fronteiras e suas unidades transfronteiriças, se torna suficientemente sustentável à proporção que reabilita o espaço geográfico desde a força modeladora de sua cosmovisão²⁹⁶. A propósito, endossando o anteriormente apresentado no tocante à especificidade do macropoder imperial, sua modulação se dá nesses termos:

Em uma ordem ecumênica, (e) se exerce de modo equidistante, cujo domínio é intensivamente progressivo, pois que buscando meios de se expandir, tende ao centro, ou seja, ao impacto biográfico trino, capaz de mobilizar: 'a vida dos próprios agentes, a das testemunhas históricas e a das gerações imediatamente implicadas.' (§5, Parte III).

Um Estado forte é aquele que, provocando a suplementação de um novo estado de coisas e insinuando o macropoder, desencadeia um *domínio progressivo - por meio do*

²⁹⁶ Como o macropoder insinua o poder espacial total, e este, a capacidade de mobilizar mudanças substanciais expressivas, dentre estas, a própria mobilidade das testemunhas históricas; em um fluxo sempiterno entre o centro e a periferia, tal caracteriza (no sentido último) o próprio fenómeno geopolítico, de modo que cabe reforçar o anteriormente considerado: “*Diferentemente do fenómeno político (no seu sentido mais elementar), que pressupõe o reequilíbrio de uma disparidade por meio da partilha de uma língua a partir dos níveis de entendimento mútuo da unidade sintética entre o indivíduo e a comunidade, o fenómeno geopolítico já surge, à partida, sob o signo distintivo da exceção, cujo conteúdo hilético implica tanto um dessarango, como um rearranjo espacial, ou seja, a quebra de uma ordem anterior, no que resulta em um alargamento e conseqüente estranhamento do círculo da imanência mundana. O fenómeno geopolítico, que se manifesta em espiral, ou seja, em um impulso centrífugo – revela a fissura do círculo da imanência mundana – desde o qual se entrevê, simultaneamente, a finitude; a gratuidade e a vida-mínima. Por reclamar um reordenamento espacial, o fenómeno geopolítico rompe não apenas a coexistência mútua anterior, como alarga subitamente o círculo da imanência mundana; lançando os indivíduos (ou testemunhas históricas) à inescotabilidade do mundo, na qual a estranheza insinua-se como uma latência.*” (§11, Parte IV).

qual, relativamente conservado e com o usufruto de um poder militar constante desde o eixo marcial, (o Império) ultrapassa seus próprios limites, de modo que sua força de imposição territorial mobilizará posições geoestratégicas mais expressivas, com as quais se atualizam não apenas acontecimentos disruptivos (como fenômenos geopolíticos: levas de refugiados, ciclos migratórios, mobilidade transfronteiriça), mas igualmente a criação de centros ecumênicos desde os quais se interseccionam os fluxos humanos em passagens obrigatórias (constantes em vias terrestres e fluviais, estreitos ou canais marítimos)²⁹⁷. É a posição²⁹⁸, em dado contexto geoestratégico, que - segundo Ratzel - decide o valor de um dado território sobre o espaço, de modo que é a posição que corrige, superdimensiona ou subdimensiona os condicionantes. Tal posição geoestratégica se dá na interdependência entre o fator natural, político e demográfico constante desde um território, cuja natureza é de ordem eminentemente tensional entre condicionantes passivo e ativo. Dessa forma, maximizar o valor geoestratégico do espaço demanda a compreensão tanto dos condicionantes como dos meios políticos e geopolíticos capazes de amenizá-los; compreensão que responde por seus potenciais, sendo o mais decisivo, aquele que franqueia a possibilidade de abertura para o mar e conseqüente capacidade de navegação. Em outros termos, o valor geoestratégico do espaço cresce à proporção que os eixos dimensionam os meios expansivos de sua fuga, bem como de seu potencial de escoamento. Portanto, se a posição geográfica for relativamente infensa às ações humanas, designando assim uma realidade estritamente topográfica, o êxito de sua projeção (em contexto eminentemente regional ou continental) se dá à proporção que seu eixo de exceção é suficientemente capaz de converter os condicionantes em meios de expansão. A partir desse perspectiva, Ratzel alude à posição intermediária (*Mittelage*), que,

²⁹⁷ Reportando aquilo que fora esboçado no §12, Parte IV: “o fenômeno geopolítico é extensivo a atos genuinamente políticos que, incidindo sobre os territórios, mobiliza o deslocamento das testemunhas históricas, de modo que sem mobilidade não há sequer a ideia remota desse fenômeno”, em um contexto mais epocal, Ratzel já havia – em sua obra: *Politische Geographie* (1923, p.16) – formulado um conceito que dera forma a essa mobilidade e que, com efeito, é expressão mesma do fenômeno geopolítico, a saber: *Verkehr*, ou seja, circulação; tráfego. A propósito: “The creation of humanity begins only with the advent of *Verkehr* and the relationships created thereof, since primitive people lived in small or very small isolated, out of fear, groups or in also isolated, hidden tribes. So, larger peoples were created by the grouping of small scattered peoples and now the states continue this evolution. According to the law of political balance, opposite any large state a larger one is created, while Ratzel draws the same conclusions for state-making from the spread of *Verkehr*, since state-making increases proportionately to the growth of *Verkehr* or after the *Verkehr*. Stating that the subject matter of Political Geography is to prove the expansion of areas and states of *Verkehr*, he refers to his *Political Geography* [ch. 8–10] where he tried to follow this essentially simple procedure starting from state-villages of natural-orientated peoples to the great states of the present. According to Ratzel, an example of this process is the case of the African region, ranging from the area of Nyauque in the East, the river Kassai in the West, the kingdom of Dar Runga in the North and the Lunda people in the South, where until 25 years ago weapons and gunpowder were unknown. Shortly after Stanley’s trip to Kongo in 1879 the European trade penetrated this tranquil oasis and 10 years later the state of Congo was created. The state grew after *Verkehr*.” (STOGIANNOS, pp. 109).

²⁹⁸ “It is not the lines (*Linien*), but the locations (*Lagen*) that are essential according to their perception, says Ratzel, emphasizing that in this case interaction and frequent contact are avoided, and the state shrinks by being surrounded by politically bare space.” (STOGIANNOS, p.143).

em dado contexto geopolítico, se dá no modo como os Estados organizam-se em meio aos seus próprios condicionantes naturais. Posteriormente, tal posição intermediária seria instrumentalizada na formação de um conceito: o de Estados-tampão, a partir da qual algumas unidades políticas fomentariam um senso de partilha mútua entre seus respectivos agentes ou chefes políticos com o propósito geoestratégico de facilitar ou dificultar o acesso a determinadas potências; a exemplo do suporte colonial britânico ao Afeganistão, criado para limitar a expansão dos russos ao Oceano Índico.

Ora, o que subjaz à ideia da posição como um valor correspondente ao território, é o elemento estrutural que Ratzel entende por fronteira, compreensível como órgão periférico da unidade celular do Estado, ou seja, limite expressivo de seus êxitos anteriormente sedimentados ou de suas fragilidades. Para Ratzel, à medida que o Estado se expande e sua população cresce, as lacunas ou bordas naturais que o vinculava às unidades políticas contíguas, uma vez bastante esticadas se dilatam. A área - anteriormente condicionada pelas determinações naturais - se transforma em uma linha, que, com efeito, expressa as relações e os níveis de pressão máxima desencadeadas pelas ações humanas sobre os territórios circunvizinhos. Se a fronteira expressa o nível do potencial exterior desencadeado pelos agentes, desde a qual se forma o sentimento de pertença mútua (*Gefühl der Zusammengehörigkeit*) com seus estratos étnicos, demográficos e sociais; a sua delimitação é de ordem eminentemente crucial e diz respeito a acontecimentos disruptivos igualmente determinantes, marcados pela força de imposição em torno de um *Mittelpunkt*²⁹⁹. É desde o impulso desse centro vital, com franca aspiração a movimentos expansivos decorrentes do processo de sedentarização e pressão demográfica correspondentes, que o Estado gira em eixos concêntricos suficientemente capazes de impor sobre o território a marca de sua vitalidade. Tal marca, como produto do movimento vital, deixa ver em seus rastros as fronteiras, de modo que sob estas se pode identificar (com maior propriedade) os êxitos de um povo, constantes no fluxo de suas redes de mercadoria, do potencial aglutinador de sua língua e da capacidade universal de sua cultura. Destarte, apesar de sua fixidez geográfica, que acaba por correlacioná-la como expressão mesma dos condicionantes que a conforma, a fronteira não é uma realidade estática ou imóvel, com efeito, é arquidependente das contingências dos Estados que se lhe pareiam. Portanto, é digno de nota que, apesar de

²⁹⁹ “The “Invasive rights” or rights of foreign forces in an area, emerging in the form of joint rail building projects, highways ending in foreign territory or the right of free navigation in the rivers of another country, reflect a transcendence of the expansive instinct beyond borders, even though a clear distinction between economic and political motivations is problematic. The above standpoint elucidates Ratzel’s thoughts on the mobility of borders, which shouldn’t be understood solely as a spatial displacement of the territorially specified borders, but also as an expansion, as power projection.” (STOGIANNOS, p.15).

ser um órgão periférico (à maneira da membrana plasmática), a fronteira é expressão mesma de uma dinâmica de forças que, relativamente, próximas se codeterminam.

Por certo, se pode afirmar que o pioneirismo de Ratzel decorre de sua concepção sistêmica ou orgânica do Estado, composta pela articulação funcional dos três elementos essenciais: *espaço, posição e limites*; ao redor dos quais gravitam os níveis de pressão e compactação exercidos pela população que, com efeito, não apenas condiciona sua dinâmica, como reabilita os condicionantes através das ações desencadeadas sobre o território. Resumindo a importância desses elementos, Ratzel formulou uma série de leis que expressam (em caráter pioneiro) a importância e o papel do crescimento, desenvolvimento e funcionamento do Estado como um organismo vivo; leis expressivas nesses termos:

1. *O espaço de um Estado aumenta à medida que sua cultura cresce*³⁰⁰;
2. *O crescimento espacial dos Estados é acompanhado por outras manifestações de sua vitalidade, como a força das ideias articuladas pela língua, a intensidade e as redes de confiança mútua despertadas pelo comércio, a transparência jurídica disponível nas demais atividades sociais*³⁰¹;
3. *Os Estados se expandem, assimilando ou absorvendo importantes unidades políticas ao redor, incorporando-as*³⁰²;
4. *A fronteira é o órgão periférico do Estado e serve como expressão do seu crescimento, de sua força ou de sua fraqueza, bem como das mudanças sedimentadas ao longo de seu território*³⁰³;

³⁰⁰ “Ratzel recognizes, however, that the greatest agents of culture were not always the most powerful creators of states, since the process of state founding is an implementation of cultural forces thriving under specific conditions. Nonetheless, he notes that all major states of history and of the present belonged to culture-orientated peoples (*Kulturvölker*). Looking back at the spatial growth of the then large states, clearly shows that they are located in Europe and in the European colonial territories.” (STOGIANNOS, p.136).

³⁰¹ “Steadfast in the distinction between nature-orientated and culture-orientated peoples, Ratzel remarks that all of the old states and all of the low level states constitute theocracies, where the world of spirits dominates the life of every human being and rules over the state as a whole. In these states there is no chieftain without a hieratic function, no tribe without a sanctuary, no dynasty without a reputation of divine origin.” (Idem, p.139).

³⁰² “Initially, he observes that the automatic unification of land units of any land or population size and cultural stage leads to an organic increase through the approach, the communication and the miscegenation of the residents, while, in cases where the precursors of political growth¹⁰⁶ have prepared this unifications, the automatic annexation leads faster to a merger. Thus, it becomes clear that by the term merge, Ratzel is in no way suggesting the need for a territorial expansion by means of the use of weapons, which he was perhaps accused of. By contrast, he refers to a long lasting cultural process, stressing that the growth of states, that does not exceed the stage of a simple annexation, creates only a loose, easy to decompose heterogeneous union, maintained only temporarily due to the persistence of one factor, which implements the notion of wide space.” (Idem, p.141).

³⁰³ “Ratzel examines in his 4th Law the role of borders and border regions in the growth process, starting from the observation that spatial growth is expressed as a peripheral phenomenon by the outward rearrangement of the borders, which the growth agents must exceed. These agents participate more easily in this process, as long as they live near the border. The longer the state borders, the more peripheral the growth.” (Idem, p.142).

5. *Em seu crescimento, o Estado tende a incorporar os elementos mais valiosos do meio ambiente fisicamente circundante, com função geoestratégica: costas, leitos e rios, áreas ricas em vários recursos naturais, ou seja, tende a converter os condicionantes em meios de expansão*³⁰⁴;
6. *O primeiro impulso do crescimento territorial advém dos Estados, cujas civilizações legaram os êxitos históricos mais expressivos*³⁰⁵;
7. *A tendência geral de assimilação ou absorção de nações mais fracas é a de serem incorporadas pelos povos mais desenvolvidos que, tendo elevado a sedentarização em meios de expansão, demanda maior índice territorial para amenizar o impacto de sua pressão demográfica*³⁰⁶.

Em linhas gerais, as noções antropogeográficas nos permitem afirmar que o sistema geopolítico concebido por Ratzel é, de facto, uma antropogeografia aplicada à Geografia Política dos Estados, de sorte que o problema do espaço representa na concepção ratzeliana o centro de gravidade de todo o sistema, desde o qual gravitam os demais processos étnicos, políticos ou culturais. Sob essa perspectiva, a dimensão e o tamanho do espaço potencialmente ocupado se tornam a tônica do sistema estatal, cuja superfície é expressão tanto do poder, como de seu potencial expansivo correspondente. Abordando a relação entre a área de um Estado e a pressão demográfica desencadeada por ordem da sedentarização, Ratzel destaca a natureza lógica de seu crescimento, estabelecendo as leis de expansão do Estado³⁰⁷. Nesse sentido, o geógrafo conclui que apenas alguns Estados

³⁰⁴ “(...) that during the process of growth and consolidation the state identifies any geographical advantages, and first occupies the favourable locations of an area. When its expansion is linked to the retreat of other states, then it wins the advantageous points and the regression occurs at the worst areas.” (Idem, p.144).

³⁰⁵ “In this context, he believes that people from areas with a wider spatial perception introduce the thought of a larger state in areas with a narrower spatial perception. An important parameter in this relationship is the supremacy of the foreigner who knows at least two states; who is at an advantage over the native, who has always known only one.” (Idem, p.145).

³⁰⁶ “From the beginning of growth till the gigantic states of the present Ratzel detects the same trend: smaller (states) aspiring to resemble the big ones, and big ones aspiring to resemble the great ones. This trend is alive and influential, despite any vacillations and regressions, and encourages all expansionist ambitions.” (Idem, p.147).

³⁰⁷ “Interpreting the concept of geographical formulation of laws, Ratzel discusses the possibility of measuring the increase or decrease in population in relation to the expanse a people occupies, the distinction between similar impacts of the insular or continental position of various countries or the propensity of robust peoples to gain access to water and control trade routes. He concludes that based on the size, location and form of a state, principles for the evaluation of even the life of a people can be deduced. These principles remain stable as regards the land, but sometimes become dormant, depending on the peoples who come into contact with a particular territory.⁷⁹ As a result, Ratzel reaches the very important conclusion that it is possible to formulate a historical equation (*geschichtliche Gleichung*) using human geographical data and one unknown factor every time, Time. An event will occur under given conditions of size, space and location, but we remain unaware of when it will occur. If the observation extends over fairly long time periods, then a recurrent event will allow us to attach to the estimation as a whole greater validity.⁸⁰ Regarding the issue under dispute, namely whether

dispõem de meios alvissareiros para viabilizar o impulso histórico das grandes potências, cuja mudança substancial centra a atenção ao eventual papel que, no contexto da Europa Central, a Alemanha poderia cumprir dada a sua posição geoestratégica, incrustada no intermédio da Europa Ocidental e Oriental, doravante Mitteleuropa³⁰⁸.

Daí a ideia ratzeliana segundo a qual o ciclo oceânico e o equilíbrio entre os poderes mudam de acordo com a capacidade que alguns Estados têm em amenizar os seus próprios condicionantes; destacável desde a posição pioneira do Mediterrâneo (como polo de atuação do macropoder imperial clássico) até a moderna descoberta do Oceano Atlântico e posterior abertura ao Pacífico. Ratzel acreditava, inclusive, que o Pacífico seria o oceano do futuro, porque era (desde o século XIX) vazante de escoamento de mercadoria e área de potencial conflito de interesses entre algumas das cinco nações mais fortes do mundo: EUA, Rússia, China, Japão e Inglaterra (que na época possuía colônias pertencentes ao Pacífico). A participação deste conflito seria representada pela posição estratégica, na tensão entre os recursos escassos e as enormes dimensões do Pacífico. Ratzel acreditava que nesse confronto, as potências continentais (notadamente a Rússia e a China) submeteriam com demasiada força de imposição militar tanto a Inglaterra como o Japão, pois possuiriam muito mais recursos e espaço suficiente para instalação de bases de orientação militar, cujo empenho daria forma a decisivas posições geoestratégicas.

Ratzel sought the formulation of generally applicable natural laws, it must be stressed that each interpretation of ratzelian work should be based on the clearly expressed general principle that human sciences cannot formulate natural laws in mathematical formulas. This statement is clear enough to verify the view that Ratzel did not talk about natural laws. Given the above, it must be clarified that the terms law, historical equation or even natural law⁸¹ must be conceptually devitalised when interpreting the ratzelian work; they shouldn't be used out of context, but be dequantified to some extent and perceived only as results of empirical observations.” (STOGIANNOS, pp. 133,134).

³⁰⁸ “Germany’s mindset was followed by Austria, Italy and Switzerland, a development which, according to Ratzel, should have led (based on what followed during the 12-year agreements on Verkehr and exchange among the major nations of Europe, especially of Mitteleuropa) to even more concessions and excesses, as it becomes increasingly clearer that the evolution of Verkehr follows the consequences of natural and historical conditions, which made Mitteleuropa a unified economic region. The location, climate, natural terrain, the peoples’ characteristics and the history: all point and lead to this direction. Furthermore, Ratzel gives prominence to a speech by Chancellor Caprivi, delivered in the parliament on December 10, 1891, in which he described as a political necessity the impact on fragmented Europe of the existence of large states: Lately, a global phenomenon which I consider crucial has been imprinted in the consciousness of peoples: it is the creation of great empires, the flaunted confidence and ambition to demarcate themselves against other peoples. The theatre of world history has broadened, changing the analogies; thus, it is possible that, in terms of material power, a state, which, being a great European power, once played a role in history, will be considered in the near future among the small states. Should European states wish to maintain a strong global position, they will not be able to avoid a close connection, at least to the extent their other facilities render that feasible. Correlating the statements of the Kaiser and the Chancellor, Ratzel accuses of poor knowledge of history the advocates of the opinion that the idea of a synergy of the Central European states has been forgotten exactly where it was first emphatically formulated (obviously alluding to Germany). Of course, he believes that the implementation of these thoughts requires a major reversal, which will peacefully occur only if left entirely to its own internal driving forces (as will be further elucidated, he is here referring primarily to the economy and culture).” (Idem. pp.158,159).

Ao contrário de Ratzel, que chegou à Geopolítica após estudos em biologia e, posteriormente, em antropogeografia, o sueco Rudolf Kjellén a concebeu em termos estritos, mais especificamente com pesquisas sobre o papel do Estado no âmbito das Ciências Políticas. Em razão disso deve-se a Kjellén a conceção do termo *Geopolítica*³⁰⁹, utilizado pela primeira vez em uma palestra no ano de 1898, e, posteriormente, assumido na obra *Introdução à Geografia da Suécia*, publicada em 1900. Nesta é que se destaca, de modo impresso, a palavra tecnicamente pioneira: *Geopolítica*³¹⁰. Apesar disso, a verdadeira consagração internacional de Kjellén, com o uso desse termo, advém com a publicação da obra: *O Estado como forma de vida (Staten som livsform)*, do ano de 1916, desde a qual há um esforço de compatibilizar a expressão em termos descritivos ou científicos, em uma clara receção e ampliação da obra ratzeliana.

³⁰⁹ “The term Geopolitik was first used by Kjellen in 1898 as part of a study on Swedens’ political boundaries. He remarks that the term was created in the same year at Uppsala University.” (Idem, p.13).

³¹⁰ “Um primeiro aspeto relevante na análise da Geopolítica clássica é o da origem da própria palavra «Geopolítica». Embora haja divergências quanto ao momento exato em que esta foi utilizada pela primeira vez, é consensual, no âmbito dos estudos académicos desta disciplina, que o neologismo foi originalmente cunhado, no crepúsculo do século XIX, pelo sueco Rudolf Johan Kjellén, professor das Universidades de Gotemburgo e Uppsala. Independentemente das incertezas quanto à data da sua primeira utilização é fácil constatar que o neologismo «Geopolítica» foi um produto directo do contexto histórico-político vivido por Kjellén, na transição do século XIX para o século XX. Nessa época, a Suécia estava profundamente dividida pelo debate em torno da dissolução da união de Estados Sécia-Noruega, que datava de 1814, facto que acabou por ocorrer em 1905. O professor de Uppsala foi um forte opositor da independência da Noruega, tendo, para o efeito, redigindo diversos manuscritos (entre os quais aquele em terá utilizado pela primeira vez a palavra «Geopolítica», intitulado *Inledning till Sveriges Geografi*) e efectuado virulentas intervenções políticas contra essa dissolução. A receptividade ao discurso imperialista/conservador/autoritário e ao neologismo de Kjellén foi bastante significativa, não só na Suécia, como entre o público de língua alemã (Alemanha e Áustria). Por isso, as ideias de Kjellén rapidamente se tornaram populares no espaço cultural germânico, onde o neologismo foi introduzido, tal como os seus trabalhos, pelo geógrafo austríaco Robert Sieger nos primeiros anos do século XX. (Korinman, 1990: 349, nota 79). Esta rápida germanização da Geopolítica deveu-se também ao facto do sueco Kjellén ter uma profunda admiração pela Alemanha imperial e constituir, juntamente com o britânico Houston Stewart Chamberlain e o francês Joseph-Arthur, conde de Gobineau, «um famosíssimo trio não alemão super germanófilo» (Weigert). A explicação do significado do neologismo e do objeto deste novo saber foi feita por Kjellén na sua obra mais importante, *Staten som Livsform* («O Estado como forma de vida», 1916) redigida originalmente em sueco, mas rapidamente traduzida para alemão («Der Staat als Lebensform», com a 1ª edição em 1917). Nesta obra, a Geopolítica foi apresentada como «a ciência do Estado enquanto organismo geográfico tal como este se manifesta no espaço» sendo o Estado entendido como país, como território, ou de uma maneira mais significativa como Império. Esta nova «ciência» tinha por objeto constante o Estado unificado e pretendia contribuir para o estudo da sua natureza profunda, enquanto que a Geografia Política «observava o planeta como habitat das comunidades humanas em geral». (Korinman). Assim, para Kjellén, a Geopolítica não era um neologismo inócuo de agradável ressonância erudita, como afirmavam os seus críticos e detratores. Tratava-se, antes, de um neologismo que designava uma verdadeira ciência autónoma, com um objeto novo, diferente da *Politische Geographie* («Geografia Política», 1897), criada pelo mais importante geógrafo germânico da segunda metade do século XIX – Friedrich Ratzel – detentor da cátedra de Geografia (1886) na prestigiada Universidade de Leipzig e um dos mais influentes geógrafos da Europa novecentista.” (FERNANDES, 2002, pp. 2,3).

Não sendo geógrafo, Kjellén considerava a Geopolítica como a ciência do Estado que, alocado em dado contexto espacial, se desenvolvia como um organismo geograficamente situado³¹¹. Embora inicialmente considerasse a Geopolítica como um capítulo da ciência política, que investiga o funcionamento do Estado desde as suas entranhas administrativas e o curso de seus processos legislativos, Kjellén percebe a emergência de um conjunto de condicionantes que, assentes sob os territórios, gozam de relativa antecedência diante desses mesmos processos. Em razão dessa paulatina descoberta, o sueco se esforça em desdobrar (como um campo de investigação com objeto e método próprios) uma ciência da Geopolítica que, voltada às questões preliminares dos territórios, determina o funcionamento dos Estados. Tal ciência deveria se voltar às seguintes estruturas elementares: A) Topopolítica (que estuda a dimensão física e configuração espacial do Estado); B) Ecopolítica (lidando com a economia e os recursos escassos do Estado); C) Demopolítica (que analisa o Estado desde uma perspectiva demográfica); D) Sociopolítica (lidando com a análise do Estado desde um ponto de vista social); E) Cratopolítica (que analisa o Estado como uma forma de governo e suas relações de força):

Além de se empenhar na leitura do papel do Estado frente às condições territoriais, Kjellén também desenvolverá um sistema de conceitos para analisar a relação entre os Estados de modo a tornar sua metodologia mais rica no que se refere aos aspetos mais detalhados das estruturas que compõem os atores estatais. Kjellén categoriza os atributos do Estado como: Geopolítica (estudo do território do Estado); Etno ou Demopolítica (estudo da população do Estado); Ecopolítica (caráter da economia do Estado); Sociopolítica (estudo da política societal) e, por fim, a Cratopolítica como estudo da política governamental-constitucional das massas (Mello 1997, pp. 35-36). Para o autor, a dimensão econômica, ética, social e jurídica eram fatores tão importantes quanto a dimensão territorial. Em outras palavras, para entender as demandas do Estado e sua posição política, a análise deve ser feita por meio das cinco categorias para conceber a doutrina do Estado como um organismo geográfico que, dentro de seu território dispõe de características e relações inseridas na dimensão espacial (Edström et al. 2014). (AMUSQUIVAR e DOS PASSOS2018, p.26).

Fortemente influenciado pela cosmovisão prussiana, e, conseqüentemente, pela herança do naturalismo de Ritter e Humboldt, bem como da concepção antropogeográfica de Ratzel, Kjellén advoga a tese de ser o Estado um modo de vida, cuja abordagem enceta múltiplas perspectivas, suficientemente capazes de dimensioná-lo desde as minúncias de suas parcelas mais funcionais. Nesse contexto, a Geopolítica serviria (de modo auxiliar) como um campo do conhecimento capaz de suplementar os eventuais condicionantes impostos pela dimensão geográfica do Estado. Portanto, pautando-se nessa ciência inaugural, os agentes políticos que a suspeitassem, teriam meios mais exitosos para promover análises

³¹¹ “o estudo do Estado como organismo geográfico, isto é, como fenómeno localizado em certo espaço da Terra – logo, do Estado como país, como território, como região ou, mais caracteristicamente, como domínio político (*reich*).” (Kjellén 1924 apud Couto e Silva 1967, 160).”

capazes de levar em consideração os seguintes aspetos: A) A dimensão física do Estado e seus condicionantes; dimensão territorial (topopolítica), B) Meios materiais de subsistência constantes nas transações econômicas, tanto domésticas, como exteriores (ecopolítica), C). A compactação e a densidade demográfica (demopolítica), D) A natureza étnica do povo e sua composição familiar (sociopolítica), E) As relações de força, bem como a legitimidade jurídica (cratopolítica).

De certa feita, Kjellén condiciona o funcionamento orgânico do Estado às relações existentes entre essas cinco estruturas que, com efeito, ocorrem sob um ponto de vista geográfico, econômico, étnico, social e jurídico; que, respetivamente pressupõe a existência de cinco unidades elementares: um território, recursos, família, trocas e governo. Respeitada essa condição mínima, com a qual um Estado transubstancia a espontaneidade do espaço em limites territoriais, Kjellén se põe a investigar a natureza das grandes potências, compreendidas como órgãos políticos marcadas pelo imperativo biológico do crescimento³¹². Adaptando tal análise ao contexto da Primeira Guerra Mundial, o sueco defende tanto a tese de que os pequenos Estados devem servir como satélite das grandes potências, como exalta a posição do pan-germanismo como um antídoto ao pan-eslavismo de orientação russa. Em sua opinião, a Alemanha demonstra (história afora) uma sede de espaço justificada pela existência de uma compactação demográfica numerosa, além da remissão a uma raça superior habilitada à dominação do mundo ocidental, no que a projeta como figura expressiva de um eixo ordenador à espera de um eixo de exceção capaz de atualizar a profecia autorrealizável de cariz imperial³¹³. Dimensionando o Estado como expressão última da vitalidade, Kjellén concebe as premissas de sua ciência como um meio a partir do qual aquilo que, geograficamente, é impeditivo pode se transformar em mecanismos de expansão e, conseqüentemente, na conquista de um poder continental, com os quais uma potência se posiciona e se impõe sobre as demais.

³¹² "A essência do estado como organismo se compõe de elementos jurídicos e elementos de força: como toda vida individual existente sobre a terra, consiste não só em moralidade, senão também em desejos orgânicos (...) os Estados tal como (podemos), seguir seu curso na historia e tal como nos movemos entre eles no mundo das realidades são seres materiais-rationais, exatamente como os seres humanos (...) o Estado se nos apresenta agora, não como uma forma casual de simbiose humana, artificialmente envolta em noções jurídicas, senão como um fenómeno orgânico profundamente arraigado em realidades históricas e de facto, como o ser humano individual. Em uma palavra: o Estado emerge como manifestação biológica ou forma de vida." (KJELLÉN, Rudolf., 1924, apud WEIGERT., op. Cit, p. 119).

³¹³ "Nessa situação, a Alemanha surge como o líder mais natural, quer do ponto de vista geográfico, quer do cultural. Isto significaria para a Alemanha, como administradora do direito de primogenitura, aceitar a posição de dirigente do mundo e, com esse fim, usar essa imensa fonte de poder que lhe parece faltar no momento, a fé e em tal missão." (KJELLÉN, Rudolf., 1914, apud SODRÉ, 1976, p. 60-61.).

Por meio das ideias, conceitos e modelos que propuseram, Friedrich Ratzel e Rudolf Kjellén deram importantes contribuições para o desenvolvimento da Geopolítica alemã, representando assim o estágio inaugural deste campo do conhecimento. Entretanto, foi apenas com Karl Haushofer (1869-1946), em uma série de reuniões com entusiastas e jovens professores de História e Geografia; marcados pela derrota da Alemanha na Primeira Guerra Mundial no rescaldo da Paz de Versalhes (1919), que a Geopolítica grassou a sua decisiva autonomia epistemológica. Neste sentido, a Universidade de Munique desempenhou um papel importante no início do debate geopolítico, marcado oficialmente como uma disciplina decorrente do desastre alemão no contexto belicoso³¹⁴. É dentro desse esforço de compreensão do estado de coisas, sob o qual o anseio imperial prussiano sucumbe ante as trincheiras, que a Geopolítica se torna uma disciplina universitária no contexto da Escola Superior de Ciência Política de Berlim³¹⁵. Em 1939, o Departamento de Geopolítica

³¹⁴ Digamos que, em razão dessa conjuntura, é que se pode responder (*mutatis mutandis*) à questão de partida: por que, apesar de se manifestar onde quer que o fenómeno geopolítico se insinue como reordenamento do espaço, a Geopolítica só se estruturou como campo do conhecimento no mundo ocidental, ou dito de modo metonímico: só se tornou consciente no Ocidente?

³¹⁵ *“Com ligação mais ou menos directa à prestigiada tradição novecentista alemã de estudos geográficos e à tradição histórica-nacionalista de Leopold von Ranke e Heinrich von Treitschke, surgiu na Alemanha, na segunda década do século XX, aquilo que ficou conhecido como a «Escola alemã da Geopolítica» ou «Escola de Munique». A sua principal publicação divulgadora foi a Zeitschrift für Geopolitik³¹⁵ («Revista de Geopolítica»), fundada em 1924 e destinada preferencialmente a geógrafos profissionais, mas visando também a divulgação dos seus conteúdos junto de não especialistas, diplomatas, homens políticos, jornalistas e industriais. A personalidade central da Zeitschrift für Geopolitik foi Karl Haushofer, que reunia as características de um militar e de um académico: para além dos conhecimentos de estratégia militar inerentes à sua formação de alta patente e ao exercício de docência na academia militar, era detentor de significativas credenciais académicas. Os seus trabalhos académicos, livros e artigos publicados, tornaram-se rapidamente populares na Alemanha e tiveram mesmo algum reconhecimento internacional fora do mundo germânico. Note-se que para o seu sucesso contribuiu muito a sua experiência no exercício de cargos militares e o vasto conhecimento prático das imensas regiões da Ásia e do Pacífico, especialmente do Japão, onde desempenhou funções como adido militar (1908-1910). Para a compreensão dos trabalhos de Haushofer e da Zeitschrift für Geopolitik é importante notar que estes se desenvolveram num período político, económico e social extremamente conturbado da história da Alemanha da primeira metade do século XX, em que era grande a difusão entre a população de um sentimento de decadência. A este facto temos de juntar a humilhação sofrida pela derrota militar na I Guerra Mundial e a incapacidade do regime democrático instituído pela República de Weimar (1918-1933) – que sucedeu à renúncia do Kaiser Wilhelm II e ao fim da Alemanha imperial do II reich (1871-1918) – em resolver os problemas sociais e territoriais. E temos de adicionar também a subversão do regime democrático de Weimar e a sua deposição pelo partido nazi de Adolf Hitler, com a fundação do III Reich (1933-1945), estreitamente associada ao desencadear dos trágicos acontecimentos da II Guerra Mundial. É ainda importante notar que os trabalhos de Haushofer surgiram no contexto de um grande debate que, nos anos 1924-1925, estalou entre a comunidade de geógrafos alemães e que opôs os defensores da Geografia Política clássica, na linha de Ratzel, aos defensores de uma nova Geopolítica. Karl Haushofer foi um dos principais protagonistas desse debate. Num artigo que ficou famoso nos anais desta polémica, precisamente intitulado Politische Erdkunde und Geopolitik («Geografia Política e Geopolítica», 1925), começou por sustentar a necessidade de difundir o conhecimento geopolítico, como saber estratégico, entre a elite dirigente alemã (políticos, diplomatas e militares) e a população em geral. E, para isso, era necessário romper com a tradição geográfica anterior, pois, a disciplina tinha-se constituído de uma maneira errada,*

foi transformado no Instituto de Geopolítica, tendo Karl Haushofer como diretor. Dentro desse ambiente é que surge, de modo entusiástico, a Escola Geopolítica Alemã e posterior edição da revista *Zeitschrift für Geopolitik* (1924)³¹⁶ que, tendo durado 20 anos, se tornou um verdadeiro símbolo da própria ciência no contexto do entreguerras.

Fortemente influenciado pelas ideias de Kjellén, além do seu passado militar, Haushofer reabilita a Geopolítica desde uma ênfase militarista, cujo propósito altaneiro (à maneira de um entusiasmado eixo ordenador à espera de um eixo de exceção que a atualize) ultima e clama pelo orgulho alemão enxovalhado pela Primeira Guerra³¹⁷. Em Haushofer se torna ainda mais nítida a imbricação entre a Geopolítica (como ancila de uma cosmovisão) e interesses exclusivamente territoriais, que reforça, aliás, o anteriormente elencado no §1, Parte VI: “*Em seu sentido último, a ação política com finalidades territoriais (a que a Geopolítica tende ora como ideia, ora como metaimplicação) tem, dentre os seus inúmeros propósitos, um objetivo perfectível, qual seja: criar uma ordem ecumênica que, como reabilitação da totalidade, seja capaz de, simultaneamente, anular e restaurar as diferenças.*” É sob esse enfoque, desde o qual se forma uma metaimplicação, que a Geopolítica promovida pela escola de Haushofer se torna uma doutrina estatal na Alemanha nazista, cuja influência se distende igualmente pela Itália; decorrente da interpretação estratégica do Mediterrâneo como fuga expansionista remissiva ao ‘*Mare Nostrum*’ do Império Romano. Ademais, é digno de nota os seguintes pormenores:

sobre o dualismo Geografia Física/Geografia Humana, sendo o trabalho de Ratzel, embora indiscutivelmente importante, já ultrapassado. Então, traçou uma distinção entre a Geografia Política, que estuda a distribuição do poder estatal à superfície dos continentes e as condições (solo, configuração, clima e recursos) nas quais este se exerce, e a Geopolítica que tem por objeto a actividade política num espaço natural. (Korinman).” (FERNANDES, 2002, pp. 3,4,5).

³¹⁶ Consta a seguinte definição de Geopolítica na Revista em questão: “*ciência que trata da dependência dos factos políticos em relação ao solo. Apoia-se sobre as mais amplas bases da Geografia, em especial da Geografia política, doutrina da estrutura espacial dos organismos políticos. A Geopolítica aspira a proporcionar as armas para a ação política, e os princípios que sirvam de guia na vida política.. A Geopolítica deve converter-se na consciência geográfica do Estado.*” (REVISTA DE GEOPOLÍTICA. (Editores). apud., WEIGERT, Hans. Geopolítica: generales y geógrafos. México, Fondo de Cultura Económica, 1943. p . 24.).

³¹⁷ Haushofer define a Geopolítica como “*a base científica da arte da atuação política na luta de vida ou morte dos organismos estatais pelo espaço vital.*” (HAUSHOFER, Karl apud. WEIGERT, Hans. op.cit., p.9). Ressalva-se que, no período de sua concepção: “*Mais do que teoria, a Geopolítica era uma diretriz política para a Alemanha afirmar seu poder perante os demais países (HERWIG, Holger. 1999. Geopolitik: Haushofer, Hitler and Lebensraum.). E o papel da Alemanha no conflito mundial abriu uma lacuna no pensamento político e estratégico do país. A Alemanha havia sofrido uma derrota na Primeira Guerra, e posteriormente se sujeitou às cláusulas do Tratado de Versalhes. Do ponto de vista interno, a fragilidade da República de Weimar, assim como a ascensão do nacional-socialismo permitiram a ascensão das concepções Geopolíticas do general Karl Haushofer (MELLO, Leonel Itaussu Almeida. 1997. A Geopolítica do Brasil e a Bacia do Prata.).” (AMUSQUIVAR, 2018, p.28).*

Quando Adolf Hitler estava na cadeia com seu colaborador Rudolf Hess, Haushofer, que tinha sido professor de Hess, visitou os dois várias vezes e lhes transmitiu, se não os ensinamentos da Vril, ao menos os rudimentos da sua própria doutrina Geopolítica, cuja influência transparece bem claramente em *Mein Kampf*. As origens dessa doutrina remontam à estada de Haushofer no Japão, onde ele pôde constatar a eficácia dos projetos internacionais do governo local, em comparação com o fracasso retumbante dos projetos imperialistas do Kaiser Guilherme II. Na época, o governo do primeiro-ministro Príncipe Katsura mantinha a população em permanente estado de alerta, advertindo, em vastas campanhas de propaganda, para o risco iminente de destruição da economia japonesa caso não fossem atacados com vigor estes dois problemas estreitamente interligados: 1) Cercado de países com população muito maior, o Japão logo estaria fora de páreo se o número de japoneses não aumentasse em 40 milhões, alcançando a taxa de cem milhões, 2) Era impossível espremer cem milhões de pessoas no exíguo território japonês. A conclusão óbvia, que logo foi aceita por toda a população, era que o país precisava ampliar seu território mediante uma ousada política de conquistas. Refazendo as contas, Haushofer notou que, a primeira premissa era uma conjectura razoável, a segunda era uma mentira patente: a densidade populacional do Japão era menor que a da Alemanha e o território japonês poderia abrigar mais 40 milhões de habitantes sem nenhum inconveniente. A política proposta pelo governo Katsura não emanava de nenhuma necessidade objetiva, mas de uma escolha, de um auto de vontade. O Japão não precisava dos territórios estrangeiros: apenas queria porque queria tornar-se uma potência imperialista. No entanto, em vez de sentir-se decepcionado com essa política, foi aí que Haushofer se entusiasmou com ela e teve a ideia de adotá-la como modelo da política alemã: se o governo japonês conseguia a adesão entusiástica da população a seus projetos imperialistas mediante um sistema de mentiras e meias verdades baseadas em dados geográficos bem arranjados para esse fim, por que o governo alemão não poderia fazer o mesmo? (CARVALHO, p.225).

De facto, é à esteira da releitura do empenho imperialista de Haushofer (ao redor do qual os nazistas projetam os seus planos de expansão continental), que a Geopolítica alemã sucumbe de modo a tornar proscrita qualquer investigação pretensamente científica com finalidades territoriais. Por conseguinte, por ordem de sua proscricção, a Geopolítica passa a ser vinculada não apenas ao afã territorializante nazista, mas ao caráter eugênico que o pressupõe:

Uma grande nação tem de romper de um espaço singularmente estreito, amontoado de gente, sem ar fresco, um espaço vital acanhado e mutilado há um milênio (...) a menos que toda a terra se abra à livre imigração dos povos melhores e mais capazes ou que os espaços aí tais ainda não ocupados sejam redistribuídos segundo as realizações anteriores e a capacidade de criar. (HAUSHOFER, Karl. *Zeitschrift fur geopolitik*. Munich, 1934. v.2, apud. SODRÉ, 1976, p. 39).

Ora, muito dessa vinculação decorre do facto de que Haushofer incorpora em sua teoria o conceito de espaço vital de Ratzel, convencido de que a difícil situação da Alemanha após a Primeira Guerra Mundial, decorrera da falta de espaço para a implementação do seu poder. Estabelecendo uma relação direta entre a população e o território, Haushofer conclui que a população de uma nação, doravante a alemã, demandou (por vias bélicas) a expansão de seu espaço ideal³¹⁸. Portanto, a política externa do Estado

³¹⁸ “A reivindicação desse direito repousa sobre um facto e uma teoria. O facto: o crescimento diferencial dos Estados. A teoria: o Estado como organismo sujeito a leis biológicas. O corolário dessa teoria é que um Estado jovem, em crescimento, deve expandir-se. As sérias pressões demográficas que ocorrem, presentemente, em

terá que levar em consideração os requisitos geográficos-naturais, demográficos, econômicos ou culturais do espaço vital, de modo a mapear as suas potencialidades e eventuais fragilidades. Nesse contexto, Haushofer advoga em prol da tese de que mover e deslocar fronteiras torna-se uma necessidade histórica própria da expansão dos grandes Estados; concepção que deriva do próprio fundo biológico que condiciona o surgimento da Geopolítica alemã. É, em razão desse apelo (alternado entre a incorporação do elan biológico e o contexto bélico da Primeira Guerra Mundial) que a Geopolítica foi concebida como um discurso empenhado em, simultaneamente, maximizar as expectativas territoriais de um Estado e disseminar conflitos.

De modo didático, e que, com efeito, explica o temor acerca da Geopolítica, se pode ver no programa elaborado por Haushofer, Kurt Vowinckel, Erich Obst, Otto Maul e Herman Latensach na: “*Zeitschrift für Geopolitik*”³¹⁹, os cinco pilares de sua metaimplicação:

determinadas regiões da terra poderão conduzir alguns povos a violentas lutas pela posse de espaços vitais.” (TOSTA, 1984, p. 65).

³¹⁹ “Segundo Jacobsen (*Karl Haushofer: Leben und Werk*, 1979), ‘Kurt Hesse, discípulo de Drygalsky, que conhecera Haushofer quando trabalhara no consulado alemão em Londres, como assessor de imprensa, foi quem lhe apresentou o jornalista e redator Kurt Vowinckel’. (...) ‘O primeiro encontro entre eles ocorreu na cidade de Munique, em março de 1923, e a partir daí estreitaram laços de amizade’. Vowinckel pretendia abrir sua própria editora, desde 1895, quando trabalhava para a editora Hugo Wolff em Munique. Como ele já tinha clara a linha editorial, com a qual permaneceria ao longo de toda a sua vida - assuntos geopolíticos - o nome de Haushofer, que já lhe era conhecido através de conferências assistidas, pareceu, a ele e a Hesse, bastante conveniente para assumir a direção do novo periódico. A pesquisa realizada mostra que Vowinckel há muito vinha buscando uma parceria como aquela que efetivou com Haushofer. A afinidade de interesse entre ambos culminou rapidamente na concepção de uma nova revista, ficando estabelecido desde o início que o corpo teórico seria proveniente de Ratzel e Kjellén, cujas ‘leis científico-naturais’ elucidariam a política da época. Um segundo objetivo da ZfG seria oferecer instrumentos adequados à atuação política, sobretudo no que concerne às Relações Internacionais. (Jacobsen, 1979) Não foi possível, entretanto, viabilizar imediatamente esta proposta devido aos efeitos generalizados da crise inflacionária na Alemanha. Desse modo, o projeto da criação de uma revista de Geopolítica, apresentado à editora Oldenbourg, ainda no primeiro semestre de 1923, teve que aguardar até que o próprio Vowinckel pudesse inaugurar sua editora. Certamente acreditando no sucesso de tal empreendimento, devido ao amplo interesse por assuntos geopolíticos na conjuntura de conflitos latentes do pós-guerra. Após a inauguração da editora, foi organizada em Berlin, nos dias 15 e 16 de dezembro de 1923, a primeira reunião do grupo da ZfG, para a qual Vowinckel e Haushofer convidaram os geógrafos recém admitidos na academia alemã: Erich Obst (Hannover), Otto Maull (Graz), Hermann Lautensach (Giessen), e, Fritz Hesse, que esboçou o primeiro programa de trabalho. (Jacobsen, 1979) A organização dos temas e a formatação ficou a cargo de Kurt Vowinckel; Fritz Hesse ocupou-se com a direção redatorial; Karl Haushofer encarregou-se da discussão de assuntos ligados ao Indo-Pacífico; Erich Obst, àqueles ligados ao ‘Velho Mundo’, ou seja Europa e norte da África; Fritz Termer encarregou-se do ‘Novo Mundo’ (América e o restante da África); e o geógrafo Lautensach da literatura geral e sistemática sobre a Geopolítica. Elegeu-se como fonte de inspiração a obra do ‘cientista político’ Johann Rudolf Kjellén (1864-1922)¹⁹, ‘representante do ultra-conservador Partido Nacional da Suécia’. A referência às obras de Kjellén pelo recém formado grupo, persistiu durante os anos de existência da revista. Apresentando ao grupo sua concepção de Geopolítica, Vowinckel enfatizou os seguintes aspetos: “a) o seu principal papel é o de ser ‘intermediária da vida prática’; b) compreende os acontecimentos da atualidade, através da condicionalidade do espaço e da história; c) para a explicação da política mundial, releva a dependência dos fatores naturais; d) ao se referir à economia mundial deverá relevar a estrutura interna; e, e) quando tratar da cultura mundial, deve explicitar o movimento de superação espacial (raumüberwindende).’ (Harbeck. *Die Zeitschrift für Geopolitik 1924-1944*). A proposta de Vowinckel foi avaliada pelo grupo no final de 1923, recebendo modificações para que se constituísse num programa básico, considerado pelos editores modernizador e capaz de atender às demandas da época.” (DA SILVA, Idem. pp.6,7).

1) A Geopolítica é a ciência de vinculação dos processos políticos à terra; 2) ela se baseia no fundamento amplo da Geografia, especialmente da Geografia Política, como ciência dos organismos espaciais e políticos e sua estrutura; 3) a essência dos espaços terrestres compreendidos pela Geografia oferece à Geopolítica o quadro no qual se realiza o percurso dos processos políticos, para que ocorra êxito permanente. Com certeza os sujeitos da vida política ocasionalmente ultrapassam esse quadro, e neste caso, mais cedo ou mais tarde, de qualquer forma, será feito novamente o vínculo à terra; 4) neste sentido, a Geopolítica pretende oferecer as armas para a atuação política e ser guia na vida política; 5) assim, ela se torna ‘ciência prática’ (Kunstlehre²⁰), capaz de direcionar até certo ponto a política prática. Somente assim se realiza a transposição do saber para o poder (...); 6) A Geopolítica quer e deve se tornar a consciência do estado. (In: Haushofer, K. (org.) (1925:27). *Bausteine zur Geopolitik*, apud Wittfogel³²⁰, (1992).

No entanto, apesar do caráter ligeiramente ideológico, que a confunde com uma profecia autorrealizável, os pilares da Geopolítica alemã reclamavam um *status* científico que, deduzidos de certezas apodíticas (apreendidas na relação entre os homens e os territórios), não se vinculavam a nada que não fosse a corroboração de suas premissas na ordem mesma de sua implementação. Daí o anseio de Karl Haushofer de não tornar dogmática a nova disciplina; tendência que surgiria de modo a reparar eventuais paixões políticas por argumentos científicos, baseados na conexão entre fenômenos naturais e o impacto da ação política. No esforço de popularizá-la, e sobretudo, difundi-la entre as elites intelectuais e militares, Haushofer se esforçou (por meio da Revista) em acentuar a Geopolítica como método, cujo caráter ativo derivaria da influência do meio ambiente sobre a atividade política, incluindo os seus aspetos determinantes como formação racial, aparência física, vinculação étnica e aspetos psicologicamente marcantes³²¹.

³²⁰ WITTFOGEL, K.A. (1992).

³²¹ “Num artigo que ficou famoso nos anais desta polémica, precisamente intitulado *Politische Erdkunde und Geopolitik* (Geografia Política e Geopolítica, 1925), começou por sustentar a necessidade de difundir o conhecimento geopolítico, como saber estratégico, entre a elite dirigente alemã (políticos, diplomatas e militares) e a população em geral. E, para isso, era necessário romper com a tradição geográfica anterior pois a disciplina, a Geografia, tinha-se constituído de uma maneira errada, sobre o dualismo Geografia Física/Geografia Humana, sendo o trabalho de Ratzel, embora indiscutivelmente importante, já ultrapassado. Então, traçou uma distinção entre a Geografia Política, que estuda a distribuição do poder estatal à superfície dos continentes e as condições (solo, configuração, clima e recursos) nas quais este se exerce, e a Geopolítica que tem por objeto a actividade política num espaço natural (Korinman, *Quand l’Allemagne pensait le monde. Grandeur et décadence d’une géopolitique*, 1990). Se esta distinção se apresentava ainda fluída, posteriormente, outro elemento da equipa redatorial da *Zeitschrift für Geopolitik*, Hermann Lautensach, num artigo intitulado *a Geopolitik und Schule* (‘A Geopolítica na Escola’, 1928), traçou os seus contornos de uma maneira mais evidente: enquanto a Geografia Política tem por objeto as formas do ser estaduais e adopta uma perspectiva ‘estática’, a Geopolítica interessa-se pelos processos políticos do passado e do presente, e está imbuída de uma perspectiva ‘dinâmica’ (idem: 155). Para além desta tomada de posição no debate que opôs geógrafos a geopolíticos podem-se encontrar, no âmbito dos vastíssimos trabalhos de Haushofer na *Zeitschrift für Geopolitik* (uma listagem dos principais artigos publicados por Haushofer pode encontrar-se em Steuckers), várias ideias e teses Geopolíticas importantes, algumas das quais vamos analisar mais de perto, pela sua relevância, quer para a compreensão do seu pensamento, quer pelas suas implicações políticas na Alemanha do período entre as duas guerras mundiais.” (FERNANDES, José, 2003, p.230).

A força e permanência da Geopolítica, deste modo, está associada à tensão dialética entre os elementos naturais e os meios desenvolvidos coletivamente pelos homens para ordená-los, no que resulta em um manancial permanente de conhecimento político que pode ser transmitido e apreendido como um verdadeiro ponto de apoio necessário às mudanças históricas substanciais. No entanto, o autor reconhecerá posteriormente que o elemento geográfico, o espaço em específico, pode representar (de maneira modesta) apenas uma parcela determinante da ação política, de modo que outros elementos devem ser compreendidos como cruciais, a saber: o caráter prévio da raça, a manifestação da vontade moral e a adaptação do homem ao seu ambiente natural³²². Ampliando-a com o acréscimo desses elementos, o conteúdo da Geopolítica passa a abarcar não apenas os condicionantes do espaço, mas os condicionantes raciais, morais e ambientais sobre os quais um Estado se desenvolve. Em outras palavras, Haushofer insiste na ideia de que, diferentemente da dimensão geográfica formal (com a qual o determinismo físico ou natural antecede e indispõe a ação política), os demais condicionantes (em especial, o racial) acrescentam matizes antropológicas que, sob certa feita, são tão prévias quanto os condicionantes espaciais, no que dota a Geopolítica de uma visão ampliada na qual se demoram os modos de vida de povos remotos, estabelecidos pela resposta de sua vitalidade à emergência dos seus próprios ambientes. Consequentemente, uma abordagem Geopolítica - nos moldes preconizados por Haushofer - envolve dois tipos de estudos preliminares: voltados às especificidades geográficas, bem como as particularidades do solo (sob as quais se demoram as ações políticas); voltados à herança histórica que, transmitida por efeito das respostas dadas pelos homens em dado contexto, se torna um padrão entre população e território³²³.

Não podemos concluir este breve capítulo sobre os conceitos básicos sobre Geopolítica da escola liderada por Haushofer, sem enfatizar a importância dada ao conhecimento, à pesquisa e à aplicação de resultados científicos na interpretação de atos

³²² “Contudo, é de ressaltar que apesar da sua maior proximidade ao poder, a partir de 1933, o trabalho de Haushofer e da Escola de Munique tornou-se num instrumento ao serviço da propaganda Nacional-Socialista e, desde 1936, a Geopolítica alemã foi adoptada como fundamentação territorial e racial determinante na orientação política e estratégica do III Reich.” (FERNANDES, Marisa, 2011, p.285).

³²³ “Se, para Ratzel, o *Lebensraum* consistia no *Politisches Raum*, ou seja, o espaço ou território em que se desenvolve a actividade de um Estado (Vives, *Tratado General de Geopolítica*. 1972), para Haushofer, também um pangermanista, o conceito em causa identifica-se com a fórmula *Blut und Boden*, consistindo na “capacidade de um determinado espaço geográfico para atender às necessidades da sociedade humana (etnologicamente diferenciada) que o habita” (IAEM, 1982, apud Dias, *Geopolítica: Teorização Clássica e Ensinos*, 2005). Tal interpretação Haushoferiana deve-se ao facto deste ser adepto da concretização da ideia de *Grossdeutschland*, já defendida por Ratzel e pelo sueco Rudolf Kjellén (1864-1922), que reunisse num mesmo espaço e corpo único todos os povos de língua e cultura germânicas. Assim, e de forma a sobreviver na cena internacional às pressões laterais da França e da Rússia, a Alemanha deveria conquistar *Lebensraum*, dispondo este de um sentido simultaneamente económico, ao possibilitar a concretização de uma auto-suficiência alemã (De Almeida, *Do Poder do Pequeno Estado: Enquadramento Geopolítico da Hierarquia das Potências*. 1990).” (FERNANDES. Idem, p.280).

políticos expressivos. Observa Haushofer que, a este respeito, a diferença entre os EUA, a Inglaterra, a França e a Alemanha salta aos olhos. Enquanto que, entre as três primeiras nações, o treinamento e a educação de políticos e diplomatas decorriam em instituições especializadas, cujas estruturas especializadas foram criadas para investigar o próprio fenómeno político, na última, o ato político ocorria de maneira tradicionalista, exercido pelas conveniências do poder personalista, indiferente à dinâmica da atividade política global. A consequência disso se consumou no facto de que as potências centrais da Europa ingressaram na grande crise da Primeira Guerra Mundial sob um verdadeiro desconhecimento das forças políticas em contencioso.

No âmbito mais especificamente técnico de sua teoria Geopolítica, Haushofer concebe a política externa como resultado da interação entre duas forças epocalcamente constantes que se digladiam: forças marítimas e continentais. Concebendo-as como meios descritivos para se compreender o aporte das grandes potências ao longo da história, o geopolítico dimensiona a Alemanha como destacada força Geopolítica em razão de sua posição central na Europa, de modo que, segundo Haushofer, tal nação representa a potência continental por excelência, em oposição às potências: Inglaterra e França³²⁴. Com base nessa análise, desde a qual se insinua uma profecia autorrealizável ávida por um eixo de exceção que a atualize, Haushofer propõe um bloco continental representado pelo eixo Berlim-Moscou-Tóquio, cujo estudo “*Europa Central - Eurásia – Japão*” (1940) – apostando numa articulação Geopolítica capaz de subsumir um proto-eixo de exceção de expressão militarista – apresenta a defesa entusíastica do declínio do mundo anglo-saxão³²⁵. Nessa articulação, a

³²⁴ “Haushofer esboçou uma ‘ordem mundial ideal’, resultado de uma desejável aliança entre Alemanha, Rússia e Japão (evidentemente contra a Inglaterra, a França e a China; e sem mexer com os Estados Unidos e a sua pax americana no novo continente), que consistiria na divisão do mundo em quatro ‘blocos’ ou zonas continentais.” (VESENTINI, 2005. p. 21).

³²⁵ “Três preocupações guiam a tarefa empreendida pelo general-geógrafo: a) A noção de espaço vital continua central para um homem que é muito sensível às densidades geográficas, que não admite as injustiças do Tratado de Versalhes e que, durante muitos anos, se ocupa das minorias alemãs fora da Alemanha. Para Haushofer, o espaço cultural alemão deve reencontrar a sua unidade, sendo sua área de expansão natural a Europa Central; b) Uma grande atenção às dinâmicas de constituição de grandes conjuntos denominados —pan-ideias, como o pangermanismo, o pan-eslavismo, o panasiatismo. Nesse ponto, Haushofer é duplamente representativo das reflexões da sua época (esquemáticamente, o período entre as duas grandes guerras); e, c) A ideia da potência continental e da potência marítima. Isso porque, entre os inspiradores de Haushofer figura evidentemente Halford Mackinder, que vê o heartland como —o pivô geográfico da história. Estas preocupações que guiam os estudos desenvolvidos por Haushofer, atendem em grande parte a —dinâmica do poder engendrada pelas grandes potências. Esta pode ser abordada a partir da concepção weberiana, pois segundo Weber (*Ensaio de Sociologia*, 2002): ‘Por motivos gerais da —dinâmica do poder em si, as Grandes Potências são, com frequência potências expansionistas; ou seja, são associações que visam a expandir os territórios de suas respectivas comunidades políticas pelo uso, ou ameaça de uso, da força, ou ambas as coisas. As Grandes Potências, porém, não são necessariamente, e nem sempre, orientadas para a expansão. Sua atitude, sob tal aspeto, modifica-se frequentemente, e nessas modificações os fatores econômicos desempenham um papel importante.’ Conforme as explicações de Mello (*Quem tem medo da Geopolítica?*, 1999): —O haushoferismo advogava uma aliança da Alemanha com a Rússia e o Japão, que deveriam ajustar suas respectivas esferas de influência e formar uma nova constelação de poder na Eurásia. Na visão de Haushofer, esta partilha levaria à constituição de três grandes áreas supercontinentais denominadas pan-

Rússia é concebida como um pilar decisivo dessa comunhão de forças que, se estendendo do mar Báltico ao mar Negro, com fuga para o Oceano Pacífico, dispõe de um alcance territorial que corresponde a uma porção expressiva da Terra. Para consumá-lo enquanto um projeto alvissareiro (capaz de minimizar a importância Geopolítica das forças marítimas), Haushofer suspeita que a formação desse bloco continental estaria condicionada previamente a acordos entre a Alemanha e o Japão, cuja³²⁶ excecionalidade (assente em uma conciliação de interesses entre eventuais agentes políticos) ensejaria a partilha geoestratégica de três mares: O Mar Báltico, desde o qual se projeta o espaço Báltico e o Oceano Atlântico; o Mar do Japão, com uma infraestrutura portuária bem desenvolvida e acesso direto ao Oceano Pacífico; além do mar Adriático, com eventual saída para o Mediterrâneo. No início da Segunda Guerra Mundial, cada um dos três países tornou-se ainda muito mais forte: a Rússia cobriu uma área de mais de 21 milhões de quilômetros quadrados, para não mencionar as anexações que se seguiram ao pacto Ribbentrop-Molotov; o Japão havia expandido bastante sua influência na Ásia, construindo um verdadeiro Império por meio de anexos territoriais ou por influência econômica; e a Alemanha anexou novos territórios com expressivo domínio sobre a Europa Central.

Dimensionando o poder geopolítico como expressão de zonas de influência, Haushofer compreende que o bloco continental deveria exercer um processo de reestruturação da ordem mundial até então vigente, assente em quatro áreas de expansão territorial, capazes de redesenhar o mundo não mais no sentido longitudinal, em cuja panorâmica se demorariam os contrapontos dos povos do leste/ oeste, mas sob uma projeção latitudinal, na qual se distende a tensão dos povos do norte contra os do sul. Sob essa perspectiva (a bem da verdade, uma decantada profecia autorrealizável), a Alemanha viria a exercer um domínio sobre a Europa (e, posteriormente, sobre a África), sobretudo, com a disseminação de sua cultura, com franca projeção sobre a França e a Itália. Em outro âmbito,

regiões: a Eurásia (englobando Europa, África e Oriente Médio) – submetida à suserania alemã; a Pan-Ásia (abarcando a China, Coreia, Sudeste asiático e Oceânia) – sob domínio japonês; e, entre ambas, a Pan-Rússia (gigantesca zona-tampão formada pela Rússia, Irã e Índia) – tutelada pela ex-União Soviética. Finalmente, o general-geógrafo alemão concebia ainda uma quarta pan-região — a Pan-América —, que englobava todo o continente americano sob o domínio dos EUA.” (ARCASSO, Wesley de Sousa e MOURÃO, Paulo Fernando Cirino. 2011, pp.8 e 9).

³²⁶ “Por obra do contexto excepcional que caracteriza o ato territorializante, que, como já aludimos (§2B, Parte III) implica o efeito de uma ação política com finalidades territoriais, a tomada de decisão só se dispõe por meio de uma dupla característica: 1) ora como antevisão de um benefício que a compense, resultado de uma ordem territorial, cujos excedentes e articulação prévia dos eixos, são capazes de assumir os riscos sem que haja o eventual auxílio ou comprometimento de nenhuma outra força de imposição que não aquelas aliançadas internamente; 2) ora como consequência da credibilidade que o eixo de exceção é capaz de dispensar ao conjunto de seus conselheiros privados, aliás, ao seu eixo ordenador que, o aconselhando, justifica uma conciliação de interesses que, destarte, representa os meios com os quais os agentes políticos assumem – em detrimento e em prejuízo da viabilização de um outro território – os riscos de suas investidas.” (§3, Parte VI).

a esfera de dominação do Japão se distenderia sobre o Extremo Oriente, enquanto os Estados Unidos teriam que limitar sua influência às Américas. Enquanto isso, à Rússia, cuja missão revolucionário punha-se em curso, estaria reservada a Ásia Central e o subcontinente indiano. Apesar do caráter visionário, em nome do qual redimensiona a ordem mundial, no entanto, a concepção de Haushofer tornou-se inviável após o início da guerra contra a URSS em 1941, terminando com a derrota do Terceiro Reich. Os princípios geopolíticos promovidos pela escola de Haushofer, no entanto, tornar-se-iam politicamente refratários em razão da estreita relação com Hess³²⁷, o futuro chefe de gabinete de Hitler, ele próprio um soldado, que não teve tempo de completar seus estudos, mas que Haushofer considerava um homem com alma e caráter, ainda que não se destacasse em inteligência. Hess, por sua vez, viu em seu relacionamento com Haushofer uma boa oportunidade para obter outro entendimento dos meandros territoriais da política que, já àquela altura, se encaminhava para a tomada de consciência genuinamente Geopolítica. Pondo-o em contato com as lideranças mais destacadas do Partido Nacional Socialista, Hess inseriu Haushofer em um círculo de influência que, ainda que incapaz de torná-lo membro, afinal o pensador ainda nutria o incômodo da derrota na Primeira Guerra e certa desesperança, lhe franqueou estima e atenção. É desde esse contexto que, por intermédio de Hess, Haushofer visitou Hitler na prisão de Landsberg (em 1924), marcando-o profundamente, sobretudo, com a partilha dos mesmos ideais: a restauração da dignidade, perdida desde a Primeira Guerra; a reunificação imperial da nação alemã e consequente expansão do espaço vital pan-germânico³²⁸. Apesar

³²⁷ “Na perspectiva de Karl Haushofer, Hitler nunca compreendeu correctamente os princípios de Geopolítica que lhe foram transmitidos por Hess, que juntamente com o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Konstantin Freiherr von Neurath (1873-1956), ainda revelava um certo conhecimento desta, sem, contudo, estar capacitado para a praticar. Joachim von Ribbentrop (1893-1946), a quem o general geógrafo ensinou a analisar um mapa, foi o principal responsável pela distorção da Geopolítica na mente do Führer alemão. Assim, os conceitos geopolíticos acabaram distorcidos e usados de forma incorrecta pelo III Reich (Haushofer, 1948, apud Tuathail, 2006, 54; Walsh, 1948, apud De Almeida, 1990, 123-124). Um exemplo desta distorção pode ser encontrado na definição que o conceito de Lebensraum, originariamente da autoria de Ratzel, vai assumir pela Escola Alemã já durante o regime de Hitler e, principalmente, após o momento em que passou a integrar a sua política.” (FERNANDES, Marisa. Idem, p.278).

³²⁸ “(...) entre os anos de 1936 e de 1945, a Escola de Munique ficou inteiramente submetida à política do III Reich, tendo-se tornado num instrumento de promoção do esforço bélico Hitleriano. Segundo o acordo de 10 de Dezembro de 1936 (Vives, Tratado General de Geopolítica, 1972), a Geopolítica passou a ser encarada como uma ciência de fundamentação territorial e racial determinante no desenvolvimento dos povos e dos Estados (Correia, Derivações semânticas da Geopolítica, 2004), a ciência política oficial do III Reich, de orientação política e estratégica internacional (Vives, 1972). A 25 de Outubro de 1936, assinou-se um acordo entre a Alemanha e a Itália, estabelecendo uma cooperação entre ambos no respeitante à questão da Guerra Civil Espanhola, que os aproximou e contribuiu de algum modo para a criação do Eixo Roma-Berlim, e à área danubiana (Milza, As Relações Internacionais: de 1918 a 1939. 2007). Durante o ano de 1937, sucederam as visitas de dirigentes alemães a Itália, sendo que, em 16 de Novembro de 1937, a Itália aderiu ao Pacto anti-Komintern, juntando-se à Alemanha e ao Japão (Milza, 2007). A 22 de Maio de 1939, a Alemanha e a Itália assinaram o Pacto de Aço, do qual se destaca o artigo 3.º, estipulando que se uma das partes entrar em guerra, a outra deverá entrar igual e imediatamente em guerra, como aliada e apoiando-a de todas as formas: na terra, no mar e no ar (Milza, 2007).” (FERNANDES, Marisa. Idem. pp. 277, 278).

das relativas afinidades, Haushofer possuía uma concepção distinta de como restaurar a Grande Alemanha, sob um autoridade capaz de disseminar a população alemã por toda a Europa; concepção que se punha em franca oposição à política racial nazista que, rebaixando os povos do leste à impureza, jamais os compreenderiam como dignos de estabelecer a ideia haushoferiana do bloco eurasiático-continental, no qual ele via um elemento estabilizador das Relações Internacionais. Afora isso, o que explica a paulatina discordância entre o pensador e os nazistas, fora a decisão de Hitler de atacar a URSS, em claro contraponto à concepção Geopolítica de Haushofer, favorável ao eixo Berlim-Moscú³²⁹. O ataque ao Estado soviético não apenas anulou qualquer possibilidade de aproximação com os Estados eurasiáticos, mas acelerou a formação de uma coalizão continental-oceânica contra a Alemanha, cujo desfecho lhe seria trágico. Ademais, dois episódios marcam (como verdadeiros pontos de rutura), o descrédito de Haushofer frente os nazistas: o envolvimento de seu filho Albrecht, na conspiração fracassada contra Hitler no verão de 1944, que custaria a sua execução pela Gestapo; e em janeiro de 1946, Karl Haushofer fora despojado de seu direito de seguir uma carreira como docente, no que dois meses depois, levá-lo-ia ao suicídio ao lado de sua esposa³³⁰.

Haushofer acreditava que apenas a remissão a dois povos já daria provas incontestes de que a densidade populacional (sufocada em seu espaço vital), sendo modesta demais em termos territoriais, seria incapaz de alimentar a população em sua superfície: a Alemanha e Japão. Além disso, a Alemanha foi confrontada com dificuldades adicionais, porque, especialmente no norte, possuía áreas menos férteis e por outro lado, em algumas regiões, como a Saxônia ou a Renânia, viviam 300 habitantes por quilômetro quadrado. Além disso, notando a importância do potencial geoestratégico dos três rios que fazem fronteira com a área alemã (Elba, Reno e Danúbio), e as direções extensivas para uma eventual expansão: uma para o norte; outra para os países banhados pelo Reno; e a outra a

³²⁹ “Haushofer defendia igualmente a concretização de um eixo entre Berlim e Roma, embora os eixos Berlim-Tóquio e Berlim-Moscú fossem mais relevantes para o poder alemão. No caso das Pan-Regiões, só o Japão, “poder nascente no Pacífico e a maior região fisiográfica do mundo”, e a União Soviética, ‘imenso poder continental proveniente do Leste dos Urais’ (De Almeida, *Do Poder do Pequeno Estado: Enquadramento Geopolítico da Hierarquia das Potências*. 1990), tinham a seu cargo uma função directora na Pan-Ásia Oriental e na Pan-Rússia respetivamente.” (FERNANDES, Marisa. Idem. p.283).

³³⁰ “Também em 1944, Karl Haushofer e o filho Albrecht foram presos, tendo este último sido libertado ao fim de oito semanas. O atentado perpetrado contra Adolf Hitler, a 20 de Julho, conhecido como *Operation Walküre* e no qual Albrecht terá estado envolvido, acabou por conduzi-lo novamente à prisão, juntamente com o seu irmão Heinz (1906-1986), sendo que na noite de 22 para 23 de Abril de 1945, Albrecht foi assassinado (Korinman, 1990, 324). Com o fim da II Guerra Mundial, as forças americanas detiveram e interrogaram Haushofer que, no decorrer do Outono de 1945, foi ouvido no processo de Nuremberga como testemunha (Defarges, 2003, 82), tendo referido que tudo o que disse ou escreveu desde 1933 fê-lo sob pressão e sob censura.” (Haushofer, 1948, apud Tuathail, 2006, 53-54). (FERNANDES, Marisa. Idem, p.285).

sul - ao longo do Danúbio - Haushofer passou a conceber as premissas do espaço vital, com as quais a densidade populacional seria realocada. Em razão disso, associando o espaço vital à pressão demográfica, o geopolítico passou a dimensionar um aditivo: a necessidade premente da conquista de novos territórios, capaz de eliminar e reparar o desequilíbrio entre o impacto populacional e a escassez de solo.

Para fomentar uma política expansionista, capaz de mobilizar a ampliação do espaço vital, a necessidade de suspender e dilatar as fronteiras torna-se imperiosa, de modo que a mobilidade surge como uma consequência lógica da expansão; ideia que, ao evocar Ratzel, acerca das bordas fronteiriças como órgão periférico do Estado, insinua o filosófico-biológico do seu *Mittelpunkt*, de sorte que há uma imbricação entre biologismo e política ainda remanescente na Geopolítica de Haushofer. Ora, tal imbricação (decorrente não apenas do ambiente científico ou naturalista então reinante) indiciava o sentimento de impotência e frustração constante em Haushofer desde a derrota da Alemanha na Primeira Guerra e a posição sitiada de seu povo; um povo que, na concepção do autor, deveria assumir um instinto de fronteira: dinâmica, pulsante e expansiva. Instigar uma tal dimensão acerca do caráter dinâmico das fronteiras (aposta ideológica de Haushofer da qual os nazistas originalmente se apossaram), seria semelhante a promover uma concepção fervorosa sobre um fenômeno muito mais vital que propriamente político. Consequentemente, para viabilizar tal dimensão, a fronteira deveria ser vista sob uma dupla perspectiva: A) de dentro do Estado como medida da vitalidade do próprio Estado, em cuja circunscrição se equilibrariam os seus condicionantes espaciais, bem como as demandas sociais e econômicas desencadeadas por sua pressão demográfica (conceito extraído de Ratzel³³¹); B) de fora do Estado como fruto de sua resposta política e Geopolítica às relações com os demais Estados e seus espaços circundantes, sobretudo, desde a perspectiva de suas fragilidades ou de sua imponência (concepção extraída de Kjellén). Essa dupla perspectiva desencadeia a tese de que uma fronteira não é de maneira alguma um fenômeno estático, já que as demandas vitais que a sustentam são previamente dinâmicas. Há, segundo Haushofer, uma vitalidade subjacente às fronteiras, que reflete os processos econômicos, demográficos e sociais dentro do Estado e de sua área circundante, de modo que compreendê-la exige um duplo enfoque, capaz de dimensioná-la de *forma mecânica*, ou seja, a partir de processos quantificáveis por dados numéricos (haja vista, os dados da densidade populacional, fluxos demográficos e balança comercial); bem como de *forma orgânica*, que se volte a fenômenos infensos à conversão numérica, como por exemplo, as ideias, ideologias, as intuições, o nível de apreensão

³³¹ “*La communauté de langue et de coutume favorise l’unification politique et prépare l’extension du territoire national. Cette communauté suscite progressivement dans les consciences (...) un sentiment national et exerce dès lors une fonction de rassemblement et de cohésion*”. (RATZEL, 1988, p.201).”

subjetiva das mentalidades, a força coercitiva dos valores, os padrões culturais; fenômenos que, sendo intensivos³³², não se restringem ao marco delineável das fronteiras. O objetivo desse duplo enfoque é destacar a relação entre a força orgânica de defesa e a capacidade de resposta eficaz a eventuais ataques de povos vizinhos. Haushofer distingue, nesse sentido, o avanço intensivo, realizado pela propagação de ideologias, ideias, valores que, quando dissimulados, erodem as resistências internas dos povos fronteiriços, afinal são mais sutis (em termos de influência) que qualquer outra instância material suspeitaria. Essas influências culturais (em avanços amistosos, como o autor os chama, porque eles não são realizados brutalmente, através de imposições e forças coercitivas e são assimilados pela população fronteiriça), têm um peso considerável a longo prazo, na qual tende a gravitar em direção ao poder que os abrigou sem se fazer notar. Essa era exatamente a situação da Alemanha após a Primeira Guerra Mundial, na qual o centro político e espiritual estava em um lento colapso, e, conseqüentemente, a presença administrativa de suas fronteiras já não estava mais nas bordas do seu próprio território, mas sob efeito de influências continentais. Em outras palavras, Haushofer quer advertir para o facto de que, em uma dimensão Geopolítica da defesa de um Estado, a sua segurança (no sentido marcial, aqui, propugnado) não pode se reduzir apenas em sentido físico-militarista, com efeito, há ataques que, sendo de natureza ideológica, são tão decisivos quanto sutis. Nesse contexto, Haushofer defende a tese do senso de fronteira, em nome da qual há uma reabilitação do espaço através das identidades locais e espirituais que a sustentam; compreensão que, se lida à luz desta Filosofia da Geopolítica, significa a ênfase em um esforço conjunto de harmonização dos eixos. Retroativamente, no âmbito da Geopolítica de Haushofer, tal esforço atenderia pelo nome de: *pan-ideia*, ou seja, marcos culturais que, constantes e incidentes sobre uma identidade ou uma etnia, as viabiliza (como uma totalidade) uma certa visão de mundo, doravante, uma cosmovisão suprida por uma autossuficiência material ou econômica, doravante autarquia³³³. Para os russos, por exemplo, tal visão seria chamada de *pan-eslavismo*; para os alemães: *pan-germanismo*; para os gregos: *pan-helenismo*; para os turcos: *pan-turquismo* etc. Paralelamente, Haushofer utiliza o neologismo: *pan-perspetiva*, que se refere à partilha de uma visão de mundo em razão de seu alcance global, ou seja, do êxito expansionista dos ancestrais que a disseminaram história afora. Essas perspectivas são representadas pela *pan-ideia* asiática e

³³² O caráter intensivo alude a algo passível de ser assimilado e incorporado qualitativamente, ao longo do tempo, em apropriações recriadoras a partir de sínteses cosmovisantes.

³³³ “O ideal de autarquia só poderia ser atingido pela unidade política que possuísse um espaço tão amplo que, abrangendo os principais climas bem como as mais diversas terras aráveis, assegurasse a produção de todos os recursos agrícolas. Além disso, o território desse Superestado deveria também conter os minerais indispensáveis a uma nação industrializada.” (TOSTA, 1984, p. 64).

pela *pan-ideia* Europeia. O autor considera crucial para uma *pan-ideia*, expressar (com igual impacto vital) o momento histórico no qual um povo se insere em seus condicionantes espaço-temporais; impacto que a projeta como um *elan* em contínuo processo de atualização. Concebidas no âmbito da identidade cultural, as *pan-ideias* representam para Haushofer o elo ou o intermédio capaz de reconciliar (através do potencial de persuasão dos agentes políticos) a cosmovisão e o espaço vital na qual se projeta, constante a partir de seus nichos étnicos: pan-eslavismo, pan-germanismo, pan-arabismo, pan-eslavismo; nichos religiosos: pan-islamismo, sionismo, etc.; nichos supranacionais: pan-americanismo, pan-europeísmo, etc. Por certo, porém, a essência da *pan-ideia* – sendo de natureza étnica – basear-se-ia na conceção de um mito capaz de se estender sobre um território como um ideal³³⁴.

§3

Desdobramentos da Geopolítica clássica: *Para além do eixo franco-prussiano*

A

Halford John Mackinder: *Da teoria do pivô geográfico da história*

Sir Halford J. Mackinder (1861-1947) ensinou Geografia na Universidade de Oxford entre os anos de 1887 e 1905, e, posteriormente, foi nomeado Reitor da prestigiada London School of Economics and Politics, bem como vice-presidente da Real Sociedade Geográfica de Londres. Entre os anos de 1910/1922, foi membro da Câmara dos Comuns, e, entre 1919/1920, atuou como Alto Comissário Britânico no sul da Rússia. Em janeiro de 1904, expôs pela primeira vez suas concepções Geopolíticas à Real Sociedade Geográfica de Londres, com a Conferência: *The Geographical Pivot of History (O Pivô Geográfico da História)*, que oferece, pela primeira vez, uma visão Geopolítica acerca da expansão global ao longo da história. Por certo, o texto daquela conferência pode ser considerado a apresentação formal da Geopolítica, pois além de incorporar as lições geográficas e biologizantes da *Geografia Política* de Ratzel, elenca (de maneira sistematizada) os princípios e as leis elementares desta ciência. Ao mesmo tempo, dada a natureza das teses

³³⁴ “O haushoferismo advogava uma aliança da Alemanha com a Rússia e o Japão, que deveriam ajustar suas respectivas esferas de influência e formar uma nova constelação de poder na Eurásia. Na visão de Haushofer, esta partilha levaria à constituição de três grandes áreas supercontinentais denominadas pan-regiões: a Euráfrica (englobando Europa, África e Oriente Médio) — submetida à suserania alemã; a Pan-Ásia (abarcando a China, Coreia, Sudeste asiático e Oceania) — sob domínio japonês; e, entre ambas, a Pan-Rússia (gigantesca zonatampão formada pela Rússia, Irã e Índia) — tutelada pela ex-União Soviética. Finalmente, o general-geógrafo alemão concebia ainda uma quarta pan-região — a Pan-América —, que englobava todo o continente americano sob o domínio dos EUA. Em síntese, a Geopolitik de Haushofer defendia a constituição de um bloco transcontinental eurasiático, formado por uma aliança russo-germânico-japonesa, que teria à sua disposição um excedente de poder não compensado, em termos militares, econômicos e demográficos, capaz de colocar em xeque o poderio naval do Império britânico.” (MELLO, 1999, p.79).

expostas, pode ser considerado igualmente o primeiro trabalho acerca da geoestratégia³³⁵, cuja expressão metonímica da tomada de consciência, articulada às relações entre poder e território (em âmbito ocidental) se ultima.

A ideia central da conferência se pauta na defesa de que a história universal e a política mundial, desde priscas eras, foram fortemente influenciadas pelo vasto espaço ocupado pelos povos da Eurásia, de modo que – dada a sua posição axial – o seu domínio representa o próprio domínio global³³⁶. Enfatizando, fortemente, a importância dos condicionantes geográficos sobre a política mundial, Mackinder implica a distribuição desigual de terras como uma das principais causas da propagação de guerras de proporções históricas. Em sua concepção, o espaço planetário é organizado sob a referência imagética de um sistema concêntrico, em cujo centro se destaca o eixo geográfico da história (dimensionado como a área dinâmica) ou coração pulsante do mundo³³⁷. Nesta concepção, se segue ainda o *semicírculo interno*, que dimensiona o espaço costeiro da porção de terra eurasiática, caracterizado pelo desenvolvimento mais intenso da história das grandes

³³⁵ “Se é associado à história da Geopolítica sueca-alemã que encontramos a origem do conceito e os mais significativos esforços de teorização (e justificação) de uma disciplina nova é, por sua vez, no âmbito da Geopolítica (i. e. da Geopolítica britânica) que encontramos o que habitualmente é considerado principal texto fundador da disciplina: *The Geographical Pivot of History*, tema da conferência proferida pelo Honourable Sir Halford John Mackinder, em Londres, na Sociedade Real de Geografia, a 21 de Janeiro de 1904. O seu autor foi um notável geógrafo e académico da sua época, professor de Geografia em Oxford (1887-1905), director do Colégio Universitário de Reading (1892-1903), director da London School of Economics and Political Sciences (1903-1908) e um explorador famoso do continente africano, sendo o primeiro europeu a escalar o monte Kilimanjaro (Quênia) até ao seu cume (1899). Embora *The Geographical Pivot of History* de Mackinder seja generalizadamente considerado o texto fundador do discurso geopolítico moderno, não deixa de ser curioso notar no mesmo a ausência total da palavra Geopolítica. Essa ausência pode-se também constatar em todos os outros trabalhos importantes do geógrafo britânico. Tudo indica que essa ausência foi deliberada, e que não se deve propriamente a um desconhecimento dos trabalhos de Kjellén e dos seus seguidores alemães, mas a uma premeditada atitude patriótica (compreensível se atendermos às suas posições políticas anteriormente expostas), de rejeição do neologismo devido à sua conotação germânica. Voltando à análise do texto fundador de Mackinder, verifica-se que este passou em revista, de uma maneira sintética e abrangente, a história universal, através de uma grelha de leitura geográfica, sustentando que foi nas imensas planícies asiáticas que ocorreram os acontecimentos decisivos da história universal, e que esta zona do mundo teve, milenariamente, uma influência decisiva no rumo dos acontecimentos mundiais. Face a esta constatação histórico-geográfica propôs um conceito analítico original – a área pivot (1904) – cuja designação foi posteriormente alterada para Heartland (1919), através da adopção da metáfora do «coração da terra», situado no continente Euro-Asiático, e coincidindo, grosso modo, com a ex-URSS, também já utilizada por outro geógrafo britânico, James Fairgrieve, em *Geography & World Power* (1915).” (FERNANDES, 2002, pp.6,7).

³³⁶ “A noção Heartland que pode ser entendida como área-pivô, região-eixo, terra central ou coração continental – é o conceito-chave que constitui a pedra de toque da teoria do poder terrestre [...]. Tal conceito foi cunhado por Mackinder para designar o núcleo basilar da grande massa eurasiática que coincidia geopoliticamente com as fronteiras russas do início do século.” (MELLO, p. 45).

³³⁷ Como apontado no §1, Parte III, e que revela a dimensão expressiva e didática da representação do círculo como figura ideal no tocante aos territórios: “a simbologia do círculo se torna exemplar, pois nos auxilia a perceber como a circunscrição tende, simultaneamente, tanto a restringir internamente o plano geométrico de um domínio, como a deixar de fora uma porção indefinida deste mesmo plano, de modo que – imagicamente – o território é o limite material de um espaço específico; limite determinado não espontaneamente, mas por força de um impulso vital anterior.”

civilizações, cercada pelo *semicírculo externo ou insular*. Elencando as razões que ultimaram o êxito de tais civilizações, Mackinder define três condições que expressam o domínio do mundo a partir do domínio da zona do pivô, lançando assim uma fórmula que se tornou uma verdadeira lei de sua teoria Geopolítica: “*Quem dirige a Europa Oriental domina a hertland; quem governa a hertland lidera a "Ilha do Mundo" (Inglaterra); quem lidera a "Ilha do Mundo" governa o mundo.* (MACKINDER, 1942. p.150.).

Por óbvio, dada a sua proveniência, o pensamento geopolítico de Mackinder não poderia ser apartado dos grandes interesses britânicos; configuração que dota a sua teoria de um conjunto implícito de metaimplicações³³⁸. Nesse contexto, o teórico empreende uma série de suposições de como alcançar um equilíbrio entre as potências continental e marítima, favorecendo assim o resgate do pleno domínio mundial do Reino Unido. Partindo da premissa de que a posição geográfica mais favorável para um Estado se encontra em sua capacidade de ocupar o centro das decisões humanas, Mackinder afirma que centralidade é uma noção relativa que se adapta de acordo com os condicionantes geográficos³³⁹. A massa continental da Eurásia é, do ponto de vista do autor, o mais promissor elemento geográfico para o pleno controle sobre o mundo, com efeito, Mackinder observa que, além da herança imperial anterior, há um imenso potencial sobre essa vasta extensão territorial, representado pela Rússia e pela China. A importância desta área central do continente eurasiático deriva do facto de que compreende dois terços da área total, além de possuir os maiores recursos naturais com uma posição estratégica para a comunicação entre diferentes áreas do globo. Tal área é cercada pelo que Mackinder chama de *crescente interno* (franja ou borda), desde a qual recua um círculo de Estados localizados no continente, mas com uma importante orla. Entre estes incluem Alemanha, Turquia, Índia, China. Um exterior externo (insular) crescente, um círculo de estados fora deles, como Grã-Bretanha, África do Sul, Japão.

³³⁸ “*a passagem da Geografia à Geopolítica se deve ao caracterizado teórico da expansão imperialista inglesa: Halford Mackinder.*” (SODRÉ, 1976, p.58).

³³⁹ “*No que tange à Geopolítica, Mackinder subverteu a cosmovisão da história e da Geografia tradicionais, que situavam a Europa no umbigo do mundo desde a época das grandes navegações e dos descobrimentos. A centralidade ocupada pela Europa na cultura, na política e na economia mundiais foi transposta para a linguagem cartográfica moderna por Gerardus Mercator (1512-1594), autor do famoso mapa-múndi que leva seu nome. Ademais, impregnada pela ideologia colonialista da "missão civilizadora" da raça branca, a Weltanschauung vitoriana do século XIX permaneceu radicalmente ocidentalista e eurocêntrica. Coube ao geógrafo inglês revolucionar essa cosmovisão em três aspetos essenciais. Historicamente, o desenvolvimento da civilização europeia deixou de ser tratado como um processo autocentrado para subordinar-se à dinâmica mais ampla da história asiática. Geograficamente, a Europa deixou de ser vista como um continente à parte para tornar-se uma pequena península de um continente maior denominado Eurásia. Cartograficamente, a Europa foi deslocada para o noroeste do planisfério cedendo sua posição axial ao grande núcleo interior da massa eurasiática. Elaborando, por assim dizer, uma nova filosofia da história, Mackinder concebeu o desenvolvimento da civilização europeia como produto da reação vitoriosa ao desafio imposto pelas seculares invasões asiáticas. Essas pressões externas eram promovidas por hordas de cavaleiros nômades que, operando desde o interior do grande continente, pressionavam as regiões marginais da Eurásia.*” (MELLO, 1994.).

Mackinder acreditava na época que os Estados Unidos estavam tão longe da zona de pivô, que sequer os apresentava nem mesmo entre os Estados do exterior crescente.

Em 1919, após o fim da Primeira Guerra Mundial, Mackinder publicou a obra: *Ideias democráticas e a Realidade*, na qual se refere à reorganização do planeta após a vitória dos poderes da Entente. O livro é reimpresso em 1942, quando o equilíbrio da guerra se inclinou a favor das potências aliadas (EUA, Grã-Bretanha, União Soviética), tendo o autor novamente se voltado à reorganização ao período pós-guerra e ao papel da União Soviética neste novo sistema geoestratégica, em que a *heartland* representa a fortaleza do mundo. Um ano depois, em julho de 1943, a revista americana *Foreign Affairs* publicou o artigo *O mundo redondo e a conquista da paz*, considerado o testamento geopolítico de Mackinder. O artigo foi dedicado à análise das relações futuras entre as duas novas superpotências: os EUA e A União Soviética, na antevéspera da Guerra Fria. Seguindo a linha de pensamento *Interesses estratégicos* da Haushofer, mas apostando na perspectiva e nos interesses britânicos, Mackinder se opõe ao estabelecimento de uma aliança estratégica entre a Rússia e a Alemanha; defesa retomada e posteriormente desenvolvida pela escola Geopolítica anglo-americana. Nesse contexto, ele considera que apenas três potências continentais seriam capazes de conquistar posições dominantes na zona axial ou de pivô: a Alemanha, a Rússia e a China. Subjaz, à esteira deste artigo, um receio de que, em razão de uma eventual proximidade entre Estados axiais, o poder da Grã-Bretanha seja posto em cheque, de modo que, para amenizá-lo, Mackinder previu boas relações entre o Reino Unido e a Rússia. O autor britânico retoma a ideia de *heartland*, mas a estende aos Estados Unidos, reconhecendo assim o crescente papel que os norte-americanos desempenham na política mundial. De facto, dada a descontinuidade na relação entre os países da Eurásia com a Europa, os Estados Unidos passam a encarnar os interesses da Ilha Mundo britânica. Na nova configuração da zona de pivô, o Oceano Atlântico passa a ocupar uma posição decisiva³⁴⁰.

³⁴⁰ “Dois anos depois, quando a maré da guerra começava a refluir contra o nazi-fascismo, o geógrafo inglês publicou um artigo no qual realizou um último balanço de sua já então clássica teoria do poder terrestre. Nesse artigo, considerado seu testamento intelectual, Mackinder ressaltou a importância estratégica do Heartland na resistência soviética contra o avanço nazista, para depois afirmar enfaticamente: ‘consideradas todas as coisas é inevitável a conclusão de que se a União Soviética emerge desta guerra como conquistadora da Alemanha, deve ser classificada como a primeira potência do globo. Será ademais a potência colocada estrategicamente na posição mais vantajosa do ponto de vista defensivo. O Heartland é a maior fortaleza natural do planeta. Pela primeira vez na história está guarnecido por uma força suficiente tanto em número quanto em qualidade’. Nesse último trabalho, a substituição do planisfério pelo globo permitiu ao geógrafo inglês adicionar novas contribuições à teoria do poder terrestre. O “mundo redondo” abriu a Mackinder uma inusitada perspectiva das relações entre as massas terrestres e os mares que as circundam, permitindo-lhe complementar o conceito de Heartland com um novo conceito, o de Midland Ocean (Oceano Central). A rigor, o Midland Ocean era a contraface do Heartland: o Oceano Central era o equivalente marítimo da Terra Central. Ambas as unidades estavam situadas no Hemisfério Norte e eram circundadas por um vasto cinturão de areia e gelo, habitado por uma população rarefeita. Esse cinturão estendia-se em arco desde o deserto do Saara, passando pelas regiões áridas e montanhosas da Arábia, Tibete e Mongólia, atingindo as regiões polares da Sibéria, Alasca e Canadá, até chegar ao oeste semi-árido dos Estados Unidos. Na parte meridional desse cinturão semipovoado localizavam-se, a Ocidente, as florestas

B
Alfred T. Mahan:
Da concepção geopolítica do poder marítimo

Em um contexto intelectual fora do eixo europeu, Alfred Thayer Mahan (1840-1914) elaborou um trabalho geopolítico, cujos pressupostos estimavam (como uma profecia autorrealizável) os Estados Unidos, tendo no Presidente Roosevelt (à maneira de um eixo de exceção), um meio de implementação e difusão de suas ideias. Em decorrência dessa articulação - na qual se integraram, simbolicamente, os eixos ordenador e de exceção -, Mahan sugeriu ao governo norte-americano a aquisição do Canal do Panamá (1903), cuja posição geoestratégica tornou-se um marco para as relações bilaterais entre os Estados Unidos e países da América Central. É dentro desse contexto, que revela, outrossim, uma relativa inserção em postos expressivos do governo, que o nome de Mahan se projeta como o primeiro geopolítico norte-americano; inclinação herdada tanto do seu pai (soldado de West Point), como de sua vinculação (como docente) da Newport Naval War College.

No cursos ministrados naquela Instituição de Ensino, Mahan passou a perceber – desde uma cadeia de episódios históricos substanciais – a importância geoestratégica dos mares e oceanos³⁴¹, tanto em função do tráfego e transporte (necessários para o escoamento de mercadoria), bem como no âmbito da defesa. Percebendo a posição geoestratégica assumida pelo mar, Mahan desenvolve uma teoria oposta à deduzida por Mackinder, cuja ênfase voltava-se à defesa continental. Para tanto, demonstra as vantagens desfrutadas pelas potências marítimas em relação à continentais, e, em especial, o controle das rotas de transporte oferecido pela natureza, da qual resulta verdadeiros limites às eventuais ameaças³⁴². Nesse contexto, é que defende a construção do canal para atravessar o istmo entre as duas Américas, garantindo assim a segurança necessária e superioridade naval dos Estados Unidos sobre povos do Caribe e do Pacífico Leste. Ora, após a Guerra Hispano-

tropicais da América do Sul e da África e, a Oriente, as regiões monçônicas da Índia e da China, habitadas na época por um bilhão de seres humanos. Assim descreveu Mackinder as grandes linhas de seu novo conceito: 'dessa proposta nasce meu segundo conceito geográfico, o de Midland Ocean ou Atlântico Norte com seus mares dependentes e as bacias de seus rios. Sem entrar nos pormenores desta noção, permitam-me representá-lo em seus três elementos: uma cabeça de ponte na França, um aeródromo protegido por fossos (os mares e canais circundantes) na Inglaterra, e uma reserva de forças bem adestradas, de recursos agrícolas e industriais no leste dos Estados Unidos e Canadá. No que diz respeito ao potencial bélico tanto Estados Unidos como Canadá são países atlânticos, e enquanto se tiver em conta a eventualidade de uma guerra terrestre, também a cabeça de ponte e o aeródromo são elementos essenciais para o poder anfíbio.'” (MELLO, 1994.)

³⁴¹ Segundo Sprout (1973, p.415): “nenhuma pessoa influenciou tão direta e profundamente a teoria do poder marítimo como Mahan”.

³⁴² Segundo Mello (1997), a análise de Mahan é diferenciada, e não menos pontual, pelo facto de contrapor o poder terrestre ao poder marítimo, sendo o primeiro: “mais restrito e se manifesta como poder especificamente militar, ao passo que o poder marítimo é mais abrangente e se concretiza na capacidade política, econômica e militar de uma potência em usar o mar.”

Americana de 1898, e assinatura do Tratado de Paz de Paris (10.12.1898), os Estados Unidos anexam as ilhas das Filipinas, Porto Rico, Guam e expandem seu controle sobre Cuba, as ilhas havaianas e a área do Canal do Panamá, confirmando assim, no nível político, as diretrizes geoestratégicas de Mahan. Sob certa feita, o seu empenho poderia ser caracterizado como um apelo à construção de uma forte frota naval norte-americana, indispensável não apenas a um poderio almejado em âmbito continental, mas igualmente marítimo.

O objetivo era estender as fronteiras defensivas até a margem oposta dos oceanos que regavam as costas americanas, estabelecendo bases estratégicas nas ilhas do Atlântico e do Pacífico, além de controle da bacia do Caribe e, em particular, do Istmo do Panamá; no que efetivaria a sua ideia de um Império oceânico. O presidente Roosevelt (1858-1919), na qualidade de vice-secretário da Marinha dos Estados Unidos foi um dos que pôs em prática essa ideia; no que, com a modernização da esquadra americana, a tornou um símbolo do poder dos EUA³⁴³. Na visão do geopolítico, para se tornar uma grande potência, um país precisa dispor não apenas de um expressivo poder marítimo, mas articular seis elementos: Posição Geográfica³⁴⁴, Conformação Física³⁴⁵, Extensão Territorial³⁴⁶, Tamanho da

³⁴³ “*The doctrines of sea power also seeped into America’s relations with her continental neighbors. Once again, Roosevelt obeyed Mahan’s advice, which asserted a ‘need of adequate fortifications... at some point on the Gulf coast.’ In his administration, Roosevelt constructed this fortification in South America—the Panama Canal. Located reasonably close to American ports, it greatly increased the mobility of America’s fleet in the years following its completion in 1914. Roosevelt also used America’s renewed naval power to enforce the Monroe Doctrine. When European powers demanded the settlement of Latin American debts, challenging American supremacy in the Caribbean, Roosevelt readied the fleet to defend those nations. This practice of American intervention to deter foreign intervention became known as the Roosevelt corollary to the Monroe Doctrine, a policy enforced by ‘gunboat diplomacy.’*” (LIU, Elson. *Alfred Thayer Mahan: Father of Sea Power*. Senior Division. Historical Paper).

³⁴⁴ “*A posição de um país no mundo modificaria o estímulo natural ao seu desenvolvimento marítimo. Mahan citou a importância dos Estados insulares, daqueles que possuísem duas costas e os que fossem bem posicionados com relação às rotas comerciais e Estados rivais. Assim, ele reafirmava a importância da GB, por ser um Estado insular, ter posição privilegiada com relação ao Canal da Mancha e possuir, à época, o controle de pontos estratégicos como: Gibraltar, Malta e Suez no Mediterrâneo. Nessa compreensão afirmava que seria de importância fundamental para os EUA o controle do Caribe, em especial o Panamá, Santa Lucia, Boca do Mississipi, que seriam pontos fundamentais que formavam triângulo geopolítico, chamado de ‘triângulo do Caribe’.*” (VIOLANTE, Alexandre Rocha. 2015, p. 230).

³⁴⁵ “*As condições internas da Geografia de um país influenciariam o seu desempenho naval. Os três fatores basicamente apontados por Mahan foram: a) as reentrâncias da costa (criação de baías e portos naturais de águas profundas) que possibilitariam a construção de bons ancoradouros, portos abrigados e bases navais; b) a Geografia ‘agradável’ versus Geografia ‘desafiadora’, fazendo um ‘paralelo’ entre a França e a GB. A GB teria acesso fácil ao mar a partir do interior, já que detinha o controle do canal, enquanto a França, apesar de possuir bons portos no Atlântico e Mediterrâneo, como Toulon e Brest, possuía no caminho Gibraltar, sob o controle da GB, o que a limitaria no preceito de ‘nunca dividir a esquadra’; e c) para ele também era importante a unidade territorial. Estados com várias ‘porções’ de territórios – colônias, arquipélagos, territórios ultramarinos seriam mais estimulados ao desenvolvimento naval para proteger seus interesses. Como exemplo, podem-se citar a França, a GB e o Japão.* (MAHAN, *The Influence of Sea Power Upon History*, 1660-1783, 1890). (VIOLANTE, Alexandre Rocha, Idem, p.232).

³⁴⁶ “*Mahan afirmava que uma grande extensão da costa poderia dificultar o desenvolvimento do poder marítimo. A extensão do território deveria ser equiparada ao tamanho da população, caso contrário, uma população pequena, mesmo que preparada para defendê-la, minaria a capacidade de seu poder naval.*” (MAHAN, *The Influence of Sea Power Upon History*, 1660-1783, 1890). (VIOLANTE, Idem, p.232).

População³⁴⁷, Caráter da População³⁴⁸ e Caráter do Governo³⁴⁹. Todas essas seis condições, segundo Mahan, foram atendidas pelo Reino Unido, garantindo sua supremacia marítima e, implicitamente, o papel de potência mundial ativo ao longo da modernidade. Consequentemente, se os Estados Unidos quisessem substituir a Grã-Bretanha como portadora de um expressivo poderio oceânico, deveriam complementar o alcance militar de seus exércitos com uma Marinha não menos exitosa.

Para entender melhor as razões dessa visão geoestratégica, é necessário compreender que Alfred Mahan viveu em um período situado entre os conflitos pela independência das colônias hispânicas e a expansão norte-americana no continente; período em que se deu os rudimentos de um otimismo pioneiro sobre o papel dos Estados Unidos como potência ascendente do Novo Mundo. Portanto, a construção de sua teoria - da qual surge uma exaltação das potências marítimas - decorre da dimensão estratégica que a força naval passa a desempenhar em um mundo em nascedouro. Naquele contexto, uma forte frota comercial era necessária não apenas para a implantação de uma intensa atividade comercial, mas também como símbolo material de poder.

Em linhas gerais, a dimensão Geopolítica do propugnado por Mahan se assenta na ideia de que conquistar novos territórios não se torna mais uma prioridade (diferentemente da tradição recente da Geopolítica europeia), de modo que o que passa a vigorar é o impacto ou o peso da política externa que, se exercendo de maneira muito mais difusa – através do comércio, por exemplo – desempenha uma posição prévia à própria noção soberana de

³⁴⁷ “Uma população maior terá uma população marítima maior (no sentido econômico e militar) e, além disso, uma reserva maior para suprir baixas causadas em uma guerra. Adicionalmente, uma população maior possibilita uma produção maior de artigos navais como navios e peças. Um Estado com uma população grande não precisaria ter, necessariamente, uma marinha grande em todos os momentos, mas uma marinha grande o suficiente para resistir a agressões até que mais marinheiros possam ser treinados e novos navios construídos. (VIOLANTE, Idem. p.233).

³⁴⁸ “Como seus pressupostos, Mahan afirmava que quanto mais uma população estiver ligada ao comércio, mais buscará ganhos materiais além do território nacional, impulsionando, por conseguinte, seu poder marítimo e naval. Quanto mais rica for a população, mais esta desenvolverá a construção naval. Entretanto, Mahan notou a diferença nos estilos de enriquecer das nações. Para ele, investir na produção é o que garantiria a base material permanente para a produção naval, como fez a GB, diferentemente dos Estados ibéricos e da França (em um grau menor) que procuraram a liquidez acima da produção (metalismo). Esse acúmulo de capital acabou por se tornar exíguo, afetando, sensivelmente, essas nações.” (MAHAN, *The Influence of Sea Power Upon History*, 1660-1783, 1890;). (VIOLANTE, Idem. p.234).

³⁴⁹ “Pode ser considerado como a “chave” dos seis elementos. O Estado deveria ter a capacidade de formar homens públicos em prol de seus interesses nacionais (estadistas). A canalização da política para a fomentação do poder naval deveria ser a principal preocupação do governo. Em tempos de paz, isso significava o desenvolvimento econômico (principalmente da indústria naval), a aquisição de “portosseguros”, como bases, entrepostos comerciais, e a construção de uma marinha capaz para fazer frente a qualquer inimigo. Em tempos de guerra, a rápida implantação de mais navios/marinheiros seria suficiente, já que a marinha estaria logisticamente pronta. Assim, caberia ao governo confiar na capacidade de seus comandantes.” (MAHAN, *The Influence of Sea Power Upon History*, 1660-1783, 1890). (VIOLANTE, Idem. p.235).

território. Portanto, em Mahan, há um deslocamento da importância geoestratégica (secularmente assente sobre a ideia de território), que passa a centrar atenção em outras variáveis Geopolíticas, como, por exemplo, os efeitos de uma guerra naval sobre os territórios.

C

Nicolas John Spykman: *Das condições geopolíticas do poder global*

O êxito das análises Geopolíticas dos dois mestres da escola anglo-americana do início século XX: Mackinder e Mahan, foi retomado e ampliado no decurso da Segunda Guerra Mundial por Nicolas John Spykman (1893-1943). Sob influência dessa tradição Geopolítica anglo-saxã, Spykman correlaciona a Geografia com a política global a partir de seu posto como Docente do curso de Direito e Relações Internacionais na Universidade de Yale, além de diretor do Instituto de Estudos Internacionais. Nascido em Amsterdã, Skypman recebeu a cidadania norte-americana em 1928, tornando-se consultor do Presidente Roosevelt, no início da Segunda Guerra Mundial.

Em linhas gerais, suas contribuições são baseadas na defesa de que a Geopolítica é o instrumento mais importante no âmbito da Política Internacional, além de fomentar um método analítico que permite a otimização e elaboração de estratégias mais eficientes no contexto do mundo globalizado. Reabilitando uma certa dimensão Geopolítica mahiana da história (afeita à expansão marítima), Skypman advoga a tese de que se há algo que assemelhe a Grã-Bretanha, a França, a Espanha e Portugal é o facto de que estes países (em algum momento da história), converteram as suas respetivas aberturas para o mar na expressão material do poder. Diferentemente desses - localizada no centro do continente, submetida aos condicionantes impostos ora pela sua própria Geografia, ora pela zona de influência entre a França e o mundo eslavo - a Alemanha precisou reivindicar instintivamente o seu *lebensraum*, doravante o seu espaço vital; dilema que, de todo, acomete igualmente a Rússia, encerrada em sua imensidão continental, cuja dificuldade de acesso a mares navegáveis, confina-a em sua própria imponente territorial.

Face a essa constatação, Skypman sustenta a ideia de que os Estados Unidos³⁵⁰ devem intensificar (dada a sua providencial localização entre dois oceanos) a sua participação na política internacional, surgindo – a partir daí – a sua principal contribuição

³⁵⁰ “Nicholas J. Spykman era um ferrenho defensor de uma política intervencionista norte-americana tanto na Europa quanto na Ásia. Contrariando os argumentos dos estrategistas que defendiam a hegemonia dos Estados Unidos apenas no âmbito do continente americano e o isolacionismo em relação ao equilíbrio de poder na Europa e na Ásia, Spykman dizia claramente que a América seria vulnerável às invasões provenientes tanto do Hemisfério Ocidental (Europa) quanto do Hemisfério Oriental (Ásia).” (CANCIAN, 2007. p. 3).

à Geopolítica: *a teoria da rimland*³⁵¹. Subscrevendo a teoria de Mackinder, o geógrafo aponta para o facto de que o bloco continental da Eurásia ocupa a posição chave para a dominação mundial, entretanto, a incrementa com a teoria de Mahan, considerando que o papel decisivo para o controle da *heartland* deve ser dado a partir do domínio das margens (*rimland*), ou seja, das franjas aparentemente secundárias que circundam a área do pivô, com efeito, o controle da zona costeira neutralizaria eventuais forças em expansão. Para sustentar a sua teoria, Spykman parte dos seguintes argumentos: A) a massa continental e compacta da Eurásia é muito grande e, portanto, muito difícil de ser controlada; B) A zona costeira possui muitas rotas de comunicação para a região da Eurásia, incluindo leitos de rios; C) Cerca de dois terços da população mundial vive nas áreas costeiras de Eurásia; D) A faixa de terra em torno da Eurásia é muito mais hospitaleira do que as outras regiões do interior da Eurásia, de difícil acesso e com um clima severo³⁵². Em conclusão, assumindo o entusiasmo de uma profecia autorrealizável ávida por um eixo de exceção que a conforme a um estado de coisas, o autor formula os caminhos que, se respeitados, ensejam a dominação global³⁵³. Adaptando Mackinder, Skypman pontua: “ *Quem domina a costa, domina a Eurásia. Quem domina a Eurásia domina o mundo.*” (SPYKMAN, *America’s Strategy in World Politics*, 1944, apud MELLO, 1999, p.126).

Dada a sua postura, genuinamente, ideológica, Spykman apontou para o facto de que a política dos Estados Unidos não poderia ser apartada dos eventos domésticos da

³⁵¹ “O novo vocábulo procurava ressaltar a Geografia anfíbia daquelas regiões, ou seja, o facto de possuírem uma frente continental e outra oceânica. Contígua ao Rimland eurasiático estava a linha circunferencial marítima formada pelo Atlântico, Mediterrâneo, Índico e Pacífico, que contornava a Eurásia e tinha como pontos extremos as ilhas costeiras da Grã-Bretanha e do Japão. [...] O conceito estratégico de Rimland assume, no pensamento de Spykman, uma centralidade equivalente à do Heartland na concepção Geopolítica de Mackinder. Assim como Heartland é a noção axial da teoria do poder terrestre, Rimland é a ideia nuclear em torno da qual convergem e se articulam todos os demais componentes geopolíticos estratégicos da teoria de Spykman.” (MELLO, 1999, p. 122).

³⁵² “Geography is the most fundamental factor in the foreign policy of states because it is the most permanent. (...) The size of national domain affects the relative strength of a state in the struggle for power. Natural resources influence population density and economic structure which define vulnerability to blockade. Location with reference to the Equator and to oceans and land masses determines nearness to center of power, areas of conflict, and routes of communication; and location with reference to immediate neighbors defines position in regards to potential enemies and the basic problems of territorial security. (...) All descriptions of the power position of a state must, therefore, begin with an analysis of its geography.” (SPYKMAN, *America’s Strategy in World Politics*, 1942, pp.41,42).

³⁵³ “The power to control a route is the power to deny it to others. (...) While the power to deny the use of a land route is accepted as the natural and obvious result of territorial sovereignty, the power to deny a sea route is felt as a denial of the freedom of the seas and something to be resented even if it places no obstacles to peaceful trade. The power to control a sea route or an inland or marginal sea such as the Mediterranean or the North Sea becomes the power to deny the littoral states their access to the oceans.” (SPYKMAN, *America’s Strategy in World Politics*, 1942, p.103).

Eurásia³⁵⁴, já que - através de sua paulatina infiltração - adquiririam uma extensa zona de influência integrando assim as porções de terra mais populosas do mundo. Nesse contexto, (como se sintetizasse Mackinder e Mahan), Spykman destacou o antagonismo – constante ao longo da história – entre as potências marítimas e terrestres, identificando três grandes centros de influência global: a América do Norte, a costa europeia e a Eurásia; antagonismo que, no contexto do mundo globalizado, representa parte expressiva e significativa da balança do poder em contexto internacional.

D

Alexander P. de Seversky: *Da concepção geopolítica do poder aéreo*

É mérito de Alexander de Seversky ter deslocado a atenção da análise Geopolítica ao papel da aviação na garantia da supremacia geoestratégica³⁵⁵. Nascido na Rússia, Alexander de Seversky serviu na Marinha Russa na Primeira Guerra Mundial, e após a revolução bolchevique, aproveitando uma missão nos Estados Unidos, estabeleceu-se permanentemente naquele país, tornando-se cidadão americano em 1927. Observando o progresso tecnológico da indústria aeronáutica e, sobretudo, a aviação militar no início do século XIX, além do papel desempenhado ao longo das na Primeira e Segunda Guerra Mundial, toda essa composição levou Seversky a criticar a subestimação da aviação pelos Aliados como ferramenta indispensável da guerra moderna, sem a qual nenhuma vitória poderia ser obtida. Uma estratégia militar moderna não pode ser concebida sem a aviação moderna, ele alegou. Nesse sentido, o geopolítico tenta provar que o poder aéreo, dadas as suas vantagens, tem uma clara superioridade sobre a terra ou o mar. Destarte, sugere que os Estados Unidos desenvolvam suas capacidades aéreas em detrimento das bases navais no exterior. O conceito básico introduzido por Alexander de Seversky é o de “*área de dominação do ar*”. Ele considera que as áreas de dominação aérea das duas superpotências após 1945: EUA e URSS se sobrepuseram à zona polar norte, de modo que esta fora dimensionada como “*área de decisão*” à qual deveriam ser orientadas estratégias de controle

³⁵⁴ “Spykman foi o pai da escola Geopolítica norte-americana. (...) chama atenção (...) a semelhança entre suas propostas estratégicas e a política externa que os Estados Unidos adotaram efetivamente, durante a segunda metade do Século XX, na Europa, Ásia e América.” (FIORI, 2007).

³⁵⁵ “Com a produção dos poderosos aviões B-36 pelos Estados Unidos, com alcance de 5.000 milhas, Serversky observa que: ‘a guerra aérea transoceânica, inter-hemisférica é não somente possível, mas inevitável’. Destaca, ainda: ‘O B-36 é um exemplo de poder aéreo estratégico de longo alcance que revolucionará nossas ideias sobre estratégia militar. Tais aviões podem levantar vôo do nosso próprio continente e, sem necessidade de bases em ultramar, golpear quase em qualquer ponto do território de um inimigo europeu ou asiático, regressando em seguida.’” (BONFIM, 2005 p.70).

aéreo³⁵⁶. A atualidade da teoria de Seversky do desenvolvimento de uma força aérea forte, deriva do contínuo desenvolvimento e diversificação das comunicações, o que dota os Estados Unidos de vantagens que minimizam o semi-isolacionismo natural. Nesse contexto, a força aérea é um meio indispensável não apenas de modo defensivo, mas também para o efetivo controle do espaço aéreo. Destaca-se, ademais, que o desenvolvimento da indústria aérea norte-americana, desde o pós-Guerra, baseia-se na construção Geopolítica de Seversky, cujas decisões estratégicas tomadas durante a Guerra Fria em nome da defesa do espaço aéreo (Escudo anti-míssil, etc.), a implementaram.

E

Do fenómeno geopolítico como macropoder

De modo reconstituivo; tão logo os geopolíticos clássicos tenham sido apresentados em termos epocais, se pôde notar que o conceito que os orienta (ao longo desse itinerário) é o ideal de poder como possibilidade formal que, quando eventualmente instrumentalizado, se efetiva não apenas como mudança substancial de um estado de coisas, mas como realidade territorial em contexto geoestratégico. Entretanto, como pontuado no decurso da tese, já que o poder - ainda que uno, tensiona em um anseio de perfectibilidade e maximização absoluta (no que resulta em uma transubstanciação ou mudança qualitativa de estados) - essa tensão se modula ao longo da escala de possibilidade segundo o (poder) possível, verossimilhante, provável e efetivo; no que, com efeito, fora rastreado segundo as Dimensões Ontológica, Hermenêutica, Cratológica e Fenomenológica. Em linhas gerais se observa que, em sendo uma mera possibilidade remota, para se transubstanciar (em termos materiais ou decomponíveis), o poder demanda a sua instrumentalização e objetificação respectiva em um eixo ordenador que, quando municiado pelo eixo de exceção, o efetiva. Desde a mais remota expressão em Marsílio de Pádua até Seversky, tal rastreo hermenêutico

³⁵⁶ “Em sua obra ‘A Vitória pela Força Aérea’, publicada em 1942, Seversky elabora um mapa de projeção azimutal equidistante, com centro no Pólo Norte, dividindo o mundo em duas grandes áreas de domínio aéreo: - área de domínio aéreo dos EUA, centrada no seu coração industrial, com um raio de 5.000 milhas, cobrindo quase todo o continente americano, parte norte da África, Europa e grande parte da Ásia; área de domínio aéreo da URSS, centrado no coração industrial russo, também com um raio de 5.000 milhas, cobrindo toda a Eurásia, quase toda a África e a América do Norte até o sul do México. Observa que as duas áreas se sobrepunham em algumas regiões onde se forma a denominada ‘área de decisão’, envolvendo praticamente todo o hemisfério norte, na qual, segundo Seversky, os EUA deveriam manter a o predomínio aéreo para sua segurança. Estabelece, ainda, uma ‘área de suprimento’ para cada uma das grandes potências tratadas, que seriam as áreas fora da área de domínio aéreo do opositor. A de apoio em alimentos e materiais estratégicos dos EUA seria a América do Sul; e a da URSS seria a África do Sul, conhecida como ‘área indecisa’ e que, segundo a doutrina do general russo Gorshkov, poderia servir de trampolim para alcançar o Brasil e a Argentina. Esta teoria esteve presente ativamente durante todo o período da Guerra Fria, com os EUA mantendo o predomínio aéreo na ‘área de decisão’, culminando com o ‘Projeto Guerra nas Estrelas’. Viria, ainda, influir decisivamente no surgimento e no desenvolvimento da Escola da Geopolítica Integralizada.” (BONFIM, 2005, p.68,70).

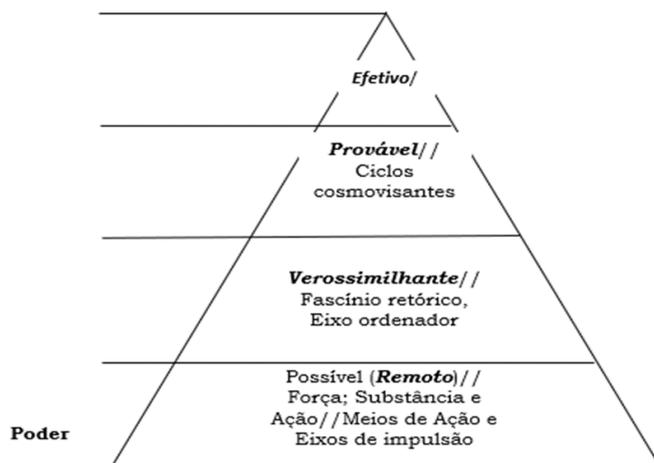
dá provas de como esse itinerário ontológico se viabiliza. Portanto, em termos retroativos, como esse poder se subsume em uma seriação anamórfica de possibilidades?

Na dimensão ontológica, se pôde intuir que o poder tensiona (desde a sua possibilidade) entre a força; a substância e ação, sendo modulada nesta última, a partir dos eixos de impulsão (eixo ordenador-intelectual; eixo marcial-militar; eixo capital-financeiro e eixo de exceção-político. (Parte I, §1 até Parte III, §5E).

Nesta dimensão hermenêutica se observou que, remontando o fenómeno a partir dos processos autoconscientes ou manifestações epocais, o poder tensiona (desde a sua verossimilhança) a partir do instante em que, se acercando do fascínio retórico que o eixo ordenador ou intelectual articula, o eixo de exceção política instrumentaliza o seu propósito exclusivo, que, é o de, pois: “*renovar-se até tangenciar um expoente máximo de ser.*” (Parte VII, §1 até Parte VIII, §3D). Na dimensão cratológica, se notou que o poder tensiona (desde a probabilidade) a partir de certas sínteses cosmovisantes que – se confrontando com a indeterminação, o caos e a entropia – convertem uma possibilidade remota em um conjunto de bens materiais e espirituais, cujo impacto biográfico se atualiza para além da vida física de seus autores. Deste modo, ao confrontar-se com aquilo que o limita, o poder torna-se disponível ou razoável a partir de ciclos cosmovisantes primários (dogmáticos), secundários (epistêmicos) ou terciários (ideológicos). (Parte VI, §1 ao §6). Por fim, na dimensão fenomenológica, restou demonstrado que o poder tensiona (como efetividade) a partir da atualização de uma intenção em ação, cuja expressão se articula em um eixo ordenador (na formulação de um ato enunciativo que encobre um excedente intencional por meio de vivências afetivas) e que reclama ao território um reordenamento espacial. Em outras palavras: há, sob essa manifestação efetiva do poder, ou seja, como macropoder, a partilha mútua de uma vivência afetiva entre agentes políticos empenhados em emanar a restauração de um símbolo espacial (imperial, soberano ou nacional), que se deslocando dos ciclos terciários da cosmovisão (com o carácter antinômico entre a fé, a crença e a razão), recua como a nostalgia de certo estado de pureza outrora corrompida. (Parte IV, §1 até Parte V, §1). Esquemáticamente:

Escala de possibilidade/Tensão

Macropoder: objeto a que se destina, compositamente, esta Filosofia da Geopolítica, como uma Filosofia descritiva que, voltando-se para o Poder como possibilidade desde o campo transcendental, almeja intuí-lo em seu limite último de expressão como Poder territorial, cuja consequência é o fenômeno geopolítico.



Fonte: elaborado pelo autor (2022).

Se o que interessa a esta Filosofia da Geopolítica (sintetizando o duplo movimento tético e descritivo) é a descrição da efetividade do poder tensionado como macropoder, como este último se constitui, segundo os critérios dimensionados nesta tese?

A) Dimensionado em termos históricos ou epocais (sendo o qualitativo ‘epocal’ nesta tese, sinônimo de ‘*contínuo processo vital de autoconsciência*’, Parte III, §4 – ‘*Dos meios de ação*’), ora pela conciliação cratológica entre os poderes intelectual e político, ora pela idealização nostálgica de um símbolo espacial outrora corrompido; vide, respectivamente, os exemplos de Marsílio de Pádua, Jean Bodin, Hobbes (etc) e geopolíticos supramencionados (de Ratzel a Seversky);

B) Excepcionalmente, quando - ‘*as emanções se tornam autônomas aos próprios símbolos espaciais que as precedem, e sob tal autonomia (...) a imanência do mundo se comprime*’, Parte VII, §5D), no que resulta em um reordenamento do espaço desde o território.

Enquanto essa primeira versão do macropoder nos dá imanentemente o nexa descritivo da constituição territorial europeia e da própria Geopolítica (Parte VII, §2 até Parte VIII, §3D – ‘*Dimensão Hermenêutica*’), o segundo nos revela o fenômeno geopolítico, cuja consequência é da ordem da estranheza; contributo ético desta tese (Parte IV, §12 – ‘*Dimensão Fenomenológica*’).

Efetividade do Macropoder/ Dimensionado

<p>Historicamente, como 'contínuo processo vital de autoconsciência'</p> <p>(Parte VII, §2 até Parte VIII, §3D – 'Dimensão Hermenêutica')</p>	<p>Excepcionalmente, quando do reordenamento do espaço desde o território</p> <p>(Parte IV, §12 – 'Dimensão Fenomenológica')</p>
<p><i>No instante que o Macropoder imperial, soberano ou nacional mobiliza uma série de justificativas filosóficas que, voltadas para os anseios políticos mais expressivos, revelam sub-repticiamente meios de tornar conscientes os domínios legítimos a cujos esforços se voltam a instrumentalização dos símbolos espaciais em suas emanações.</i></p>	<p><i>Quando reclama um reordenamento espacial, que corresponda esquematicamente a um desejável território, no que o fenómeno geopolítico rompe não apenas a coexistência mútua anterior, como alarga subitamente o horizonte do círculo da imanência mundana; lançando os indivíduos (ou testemunhas históricas) à inesgotabilidade do mundo, na qual a estranheza insinua-se como uma latência.</i></p>

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

A síntese entre os ambos os aspectos do macropoder (epocal e excecional; histórico e fenomenológico) se dá na seguinte certeza, qual seja: onde quer que seja reclamado como ente biológico; por força de um esquematismo analogante (próprio da emanação de um símbolo espacial), o seu correspondente material (o império, a soberania, a nação) só pode surgir *'como se'* fosse idealizável como artefato, produto; aliás, objetividade, cuja coexistência mútua só se efetiva à proporção que entifica as vidas humanas que, retroativamente, lhes desencadeia por vias sacrificiais.

Em outras palavras: a efetividade do macropoder é, paradoxalmente, mobilizada pela supressão do nexos vital que, se exaurindo, o transubstancia como imperial, soberano ou nacional. Diferentemente da ordem territorial cosmocêntrica (presente na lógica do tribalismo), onde quer que se insinue, o macropoder só se efetiva sob o efeito de uma contração, ou seja, limitando o círculo da imanência mundana em um consequente estreitamento que, centrando o eixo de exceção a certa altura, compacta os horizontes intramundanos à troca voluntária de liberdade por segurança. Por certo, nada evidencia mais tal contração do macropoder, que a implicação entre urbanização e arquitetura, cujos traçados e mapas cartográficos reduzem os condicionantes e determinantes regulares aos limites do manuseável, além de comprimir as possibilidades humanas aos limites e reclames da força. Dado esse caráter particular do macropoder, epocal e excecional; e que, em ambos os casos se atualiza como objetividade material arquitetônica, ou seja, como reordenamento espacial efetivo, se chega à seguinte conclusão (no mínimo, paradoxal): *o anseio*

objetificante e nostálgico do macropoder (a despeito de sua especificidade) só se ultima, de facto, quando se esforça em reconstituir um micro-cosmos como expressão da totalidade, cuja equivalência geométrico-arquitetônica jamais sintetizada, desencadeia, insuspeitadamente, a série anamórfica e disruptiva de novos reclames. Destarte, reclamando um apelo nostálgico anterior (ávido por restituição e preenchimento), um conjunto de entusiasmados agentes recolhe dos ciclos terciários da cosmovisão, um senso de pureza outrora corrompida que, tensionada entre a crença e a justificativa racional, projeta sobre o território um anseio ilimitado por espaço que, em não se compensando pelas vias da equivalência geométrico-arquitetônica, se efetiva à proporção que se exaure, e, ao se exaurir, se efetiva. Girando, ante a busca pelo espaço ilimitado, jamais se esgota.

Ora, se há questão filosófica capaz de exasperar o macropoder em sua manifestação epocal ou excecional; questão que, aliás, revela o caráter antinômico da própria Geopolítica, tal se dá nos termos do seguinte dilema: *como conciliar o poder e a liberdade; a necessidade e a espontaneidade; a continuidade e a descontinuidade; o espaço e o território; o ente biológico (o organismo) e o ente artificial (o Estado); os eixos de exceção e ordenador, senão pondo-os em prejuízo formal, ou seja, comprometendo-os em um dínamo de transposições megalômanas e explosivas?* Se lidos, retrospectivamente, os conceitos de *lebensraum* de Ratzel, de *Staten som lifsform* de Kjellen, de *Pan-Ideen* de Haushofer, de *Heartland* de Mackinder, de *talassocracia* de Mahan, de *Rimland* de Spkyman e de *air power* de Seversky; são anseios de autoexpressão empenhados em suprir – por vias analogantes – os extremos de tal dilema que, próprios da lacuna aberta sob a cosmovisão ocidental (fissurada desde a Reforma), projeta sobre a descontinuidade contígua dos territórios a busca por um eixo cósmico de referência. Para que a descontinuidade seja minimamente reparada, a sua reabilitação clama por um senso providencial de unidade. Eis, com efeito, a tarefa epocal da Filosofia.

Da Geopolítica como índice nostálgico da cosmovisão ocidental³⁵⁷

No empenho de reconstituir uma resposta à dúvida lançada desde a questão de partida, a propósito: *Como, apesar de ser pressuposta onde quer que o fenómeno geopolítico se insinue como reordenamento do território, a Geopolítica se estruturou como campo do conhecimento (com pretensões científicas) no mundo ocidental, ou dito de modo metonímico: como se tornou consciente de seus próprios fins no Ocidente?* – se pode, à luz respetiva do prisma quadridimensional – depreender a seguinte conclusão: Em escala de manifestação, o poder é uma possibilidade formal que, como um bem escasso, tende a se tornar remoto, de modo que - em decorrência da conservação e da expansão - se torna difuso e desagregado. Entretanto, no instante em que encontra os meios de sua própria articulação, aquilo que era ligeiramente remoto se efetiva, atulizando a sua instrumentalização em dado contexto soberano; no que converte a mera espacialidade (como coexistência mútua dos entes) em território. Nada o efetiva de maneira mais impactante que quando implicado à instrumentalização dos símbolos espaciais que, em âmbito europeu vestfaliano, radica uma verdadeira diferença irreduzível, a partir da qual o reordenamento espacial simboliza tanto um ponto de rutura, como vértice extensivo da cosmovisão ocidental.

É digno de nota que, no contexto medieval - no seio de sua organização social, política e econômica - a Igreja detinha a autoridade intelectual (atuante a partir do eixo ordenador, desde as Universidades), mas não dispunha do poder secular, apesar de seu grau de influência. Ademais, o surgimento de novas autoridades concorrentes (decorrentes da Reforma³⁵⁸) e a paulatina divisão do trabalho no seio da própria Igreja (sintomática do anseio

³⁵⁷ O índice nostálgico, em questão, diz respeito ao esforço de máxima correspondência entre o espaço idealizado e o território; esforço que, não resultando em conformidade ou equivalência (dada a natureza informe ou ilimitada do primeiro), traz consigo o seu efeito imediatamente contrário, qual seja: a petrificação do próprio impulso vital que o desencadeara (em contração) e conseqüente literalização do símbolo espacial respectivo, sendo esta: “a tentativa de reduzir o símbolo a algo conhecido.” (PIMENTA, 2018, p.102).

³⁵⁸ “A Igreja protestante surgida das teses luteranas foi obrigada a associar-se aos Estados territoriais nascentes no território do antigo Sacro Império Romano-Germânico. Segundo J. P. Mayer (1939), o protestantismo libertou o Estado do jugo da hierarquia papal, permitindo a taxação das propriedades eclesiásticas e o fim do envio de dinheiro à Roma em troca das indulgências - como observa mordazmente Quentin Skinner (1978, v. II), os reis estavam cansados do poder supranacional do Papa e ambicionavam suas propriedades; por outro lado, necessitava de sua proteção para se manter - mas não era só disso que a Igreja luterana necessitava nessa altura dos acontecimentos. ‘A esperança de uma igreja purificada [em se manter atuante] tinha que estar nos governantes seculares’, já que a disciplina e a hierarquia eclesiásticas tinham sido rompidas, e a heresia ainda precisava ser combatida (SABINE, 1992: 269). Lutero, ao retirar a Igreja para os assuntos espirituais (ainda que, por meio dela, regulamentasse toda a conduta humana), abriu caminho para que o Estado secular monopolizasse as decisões e a repressão (CHÂTELET et alli, 1982).” / (ZAPELINI, Marcello Beckert. p.52.)

de aplacar as ameaças desencadeadas pela Reforma) trouxeram como consequência a relativa perda de sua autoridade. Por certo, logo após a Reforma, a unidade do mundo cristão (com todos os seus raios de influência) colapsou. A disparidade e o fosso de representatividade abertos pela crise do mundo cristão puseram a autoridade e o poder (outrora conjugados na concessão chancelada pela própria Igreja aos demais eixos) em um contencioso relativamente intransponível. Por conseguinte, no esforço de se colocar acima das demais tutelas religiosas, econômicas ou culturais, o poder real (não admitindo limites materiais de nenhuma ordem) deslocou o eixo de exceção em uma altura determinante, a partir da qual submeteria (desde então) todas as autoridades formais³⁵⁹. Ora, além desse horizonte de consciência (a partir do qual se nota o desaparecimento de um espaço cristão uniforme) não se pode preterir as guerras existentes no seio da própria cosmovisão cristã, dentre as quais, a Guerra dos Trinta Anos, cujos Tratados de Vestfália (Münster e Osnabruque) representam um tópico crucial para um novo modelo de territorialidade no continente europeu.

O giro desencadeado pela autonomia do eixo de exceção alude não só à perda da orientação medieval (representada pelo senso hierárquico de ordem religiosa, centrada na figura da Igreja), mas à emergência de um Estado secularizado, cujo desfecho será consagrado em uma nova dimensão política, a saber: no laço que passa a se estabelecer (sem suspeitar o fundo metonímico) entre secularização e territorialização, a partir do qual a unidade sintética entre indivíduo e comunidade passa a ser mediada não pelo caráter *primus inter pares* da pessoa do príncipe, mas pelos interesses hipostasiados de entidades nacionais que, como grandezas englobantes, destituídas de realidade biológica – objetificam o mundo como correlato material à maneira dos entes nas relações ônticas, ou seja, traçando-o; divindindo-o; segregando-o.

A partir da Paz de Vestfália, a queda das unidades imperiais e cristãs transforma a Europa em uma espécie de Estado federal com seus trezentos e quarentas e três estados soberanos: cidades, arcebispados e principados (BADIE, 1996). No interior dessa ordem

³⁵⁹ “Uma diferença importante com relação às antigas concepções de poder seria relativa à superação da política compreendida como *praktiké epistémé*, ou como um saber especializado orientado por referências éticas de sentido prático. Fazer política deixa de ser entendido como um ofício que exige a suficiente compreensão do estado de coisas realmente existentes – sendo o governante capaz de manter este estado de coisas em funcionamento – e passa a ser tarefa dos que se propõem a pensar o estado de coisas futuro. Desloca-se a ideia de que a sociedade guarda um substrato ético a ser preservado e valorizado pelo governante em favor da compreensão de que fazer política envolve uma disputa de horizontes. Em Duso, observamos esta formulação sobre o que caracteriza a política moderna em termos particularmente interessantes para um esforço de compreensão da soberania hobbesiana: no passado, a representação política tinha a ver com a expressão de uma vontade determinada – de um —bem ou um substrato essencial que residiria no povo ou em parte (privilegiada) dele -, ao passo que a nova política define os critérios de soberania a partir da ausência de uma vontade que existe fora dela. A inexistência empírica da vontade única do povo exige a construção de sua representação.” (RIBEIRO, 2014. p.55).

relativamente federada, os territórios justapostos e fronteiriços reclamam as suas próprias competências e monopólios, não se subordinando a nenhuma ordem exterior ou extrínseca, com efeito, há uma objetificação decisiva da territorialidade como princípio da autoridade que, a partir de então, já não é mais radicado nas insígnias imperiais; nos elos de consanguinidade dinásticos ou em fontes religiosas, mas avocado nos termos legítimos e soberanos do próprio território. Por conseguinte, os Tratados de Vestfália submetem os territórios europeus à tripla aquisição da soberania, da autodeterminação e da questão identitária que, nostalgicamente, passa a ser reclamada como um anseio de idílica perfectibilidade (alusiva à certa pureza gentílica) ávida por ser reencontrada. Ao deslocar o eixo de exceção dos demais eixos, dando-o relativo protagonismo sobre os demais, além de tornar secular o território (sem os constrangimentos tutelados pelo eixo ordenador, assente em uma fonte religiosa e suas exigências formais), a cosmovisão ocidental inaugura uma dimensão política que, instrumentalizada, aponta e insinua tanto a Geopolítica, como a sua eficácia³⁶⁰, cuja paulatina autonomia da prática secular do aconselhamento dos príncipes, doravante *Fürstenspiegel*³⁶¹, muda o eixo de preocupação estratégica não às demandas palacianas, mas para o próprio território como expressão material do poder.

Tão logo o território e o poder se confundam materialmente e se desloquem, espacialmente, do fundo cosmocêntrico ou arcaico que os sustentava, a consequente ampliação do horizonte de consciência exige a autonomia correspondente do eixo ordenador que, intelectualmente perspicaz, é capaz de antever os riscos eventuais. Em razão disso, compreendendo-o em sua própria imanência, o eixo ordenador ocidental (desde a modernidade) gira ao redor do poder e do eixo de exceção de modo a – buscando-o como fonte de financiamento material – adverti-lo das potenciais ameaças alhures; volteio que exige (em mútua cumplicidade) maior proximidade dos intelectuais às razões do Estado³⁶², e do Estado maior senso de antevisão. Já que, nesse contexto, o poder já não é um atributo consignado pelas virtudes cardeais, pelo sacrifício dispensado aos deuses (ou à ordem cósmica), é natural que a busca pela legitimitade estimule um progressivo senso de autoconsciência que, paulatinamente, desperto no apuro filosófico do eixo ordenador,

³⁶⁰ Desde então: “A Geopolítica aconselha os decisores políticos sobre como utilizar a posição e os recursos da melhor forma possível para todos os sortimentos de países, tanto os poderosos quanto os menos influentes.” (KELLY, 2006. p.40).

³⁶¹ “Tais obras, também conhecidas na Europa como *Fürstenspiegel*, produziram as bases para a teoria da ‘Staatsraison’ (razões do Estado) presente tanto em *Os Prolegômenos de Ibh Khaldun* quanto nas obras de *Maquiavel* e também para a visão de *realpolitik* das duas obras.” (CRISTI, 2017. p. 121).

³⁶² “O cidadão, no século XVII, já tinha a noção da honra nacional; as cartas de Racine seriam suficientes para prová-lo [...]; mas ele confiava ao rei o cuidado de julgar o que essa honra exigia [...].” (BENDA, Julien. 2007, p.127, nota de rodapé nº11.).

ensejará os cuidados do intelecto, a educação dos déspotas; o refinamento das cortes e súditos.

Radicando a legalidade, bem como o espaço de jurisdição das condutas dos agentes, o território vestfaliano assume um caráter político, destarte, um artifício determinante que, limitando as ações humanas, regula e esgota as eventuais forças de imposição, constantes nos eixos ordenador, marcial e capital. Por característico, o território passa a forjar, simbolicamente, um senso mensurável de ordem que, sem decorrer da espacialidade ancestral e dos seus eixos de orientação (alusivos aos ciclos cósmicos a partir dos quais espelhavam o *axis mundi*), o entifica sob termos ligeiramente geométricos, instrumentalizando-o na extensividade escalar das fronteiras. Não sendo mais o centro ou ônfalo do mundo, sobre o qual o próprio cosmos se reabilitava especularmente (em uma extraordinária, e não menos absurda gratuidade de todo alusiva ao ser), o território vestfaliano reduz o círculo da imanência mundana à ordem escalar dos entes; ao plano que, estando utilitariamente à mão, coexiste onticamente no instante em que submete a diferença ou o múltiplo em um correlato posicionável, localizável e horizontalmente patrulhável. Não espelhando mais o cosmos, em recuo à horizontalidade, e por encurtar o círculo da imanência no plano imediatamente à mão (em que carimbos e rubricas minimizam vidas), o território agrava as diferenças (para além de suas fronteiras) no instante mesmo em que as esconjura.

No afã de se emancipar da tutela e do contencioso teológico surgido no seio da Igreja, a ordem territorial fora forjada na Europa para, nos limites soberanos do Estado-Nação, se sobrepor ao arbítrio e ao controle da cosmovisão cristã que a originou. Sobrepondo-se às particularidades identitárias - herdadas do espírito missionário medieval - o eixo de exceção passou a instrumentalizar não apenas o território que o legitimaria, mas os seus próprios símbolos espaciais, de modo a (por meio da defesa laica e auspiciosa do espaço público) aliciá-las com as expectativas da cidadania e da segurança, em ambos os casos marcados, respetivamente, pela representatividade do voto e pela vigilância policialesca das fronteiras. Encurtando-se por razões reativas à emergência e à estranheza, o círculo da imanência mundana, e conseqüente horizonte de consciência, submetem constantemente a possibilidade formal da vida humana, doravante o seu poder, aos desígnios e condicionantes ativos da força mais instintiva, cujas desproporções convertem-na em vida mínima.

Ao espacializar os elos de pertencimento que caracterizam as unidades sintéticas (contíguas, descontínuas e múltiplas), a noção moderna de território não se sustenta senão instrumentalmente, de modo que só se torna fiável à proporção que se empenha em (por meio da reabilitação simbólica de algum resíduo emprestado de algum apelo heroico anterior) forjar uma certa escala imanente das diferenças, ou seja, certo senso de evocação

ancestral que só se determina negando o que se lhe opõe, cuja atualização não se efetiva senão sob os riscos ônticos anteriormente aludidos, em que ligeiras mudanças desdobram - por vezes - consequências impremeditadas ou perlocucionárias a longo prazo:

de modo que nenhuma relação se modifica sem que seu conteúdo absoluto igualmente se altere, já que – se o interior e o exterior (o dado e o latente) são coextensivos à representação espacial – ambos são percebidos simultaneamente juntos, de tal sorte que uma ligeira alteração em um, incide (apesar de jamais apreendido) sobre o outro. (§2, Parte IV).

Por conseguinte, dado o facto de ser um artifício da autonomia do eixo de exceção que, reclamando a sua soberania em emanção, se sobrepõe a todos os demais, o território vestfaliano impõe distinções que, extraordinariamente modernas e ocidentais, não são rastreáveis em outras épocas ou paragens, haja vista, as noções como *nações desenvolvidas e nações subdesenvolvidas, países do primeiro ou do terceiro mundo*, contra as quais tensionam pares irreconciliáveis de opostos: *mar e Terra; centro e periferia; Norte e Sul; aliados e inimigos; Europa (Ocidente) e Oriente*. Por obra desse plano de espacialidade, a unidade sintética perde seu caráter orgânico (cósmico ou transfronteiriço), e perdendo, adquire um correlato artificial que, implicando os símbolos espaciais em seu aspeto material como soberania, submete a liberdade em nome da segurança; as diferenças regionais em nome da globalidade.

Se o símbolo logra um êxito que é o de, pois, tornar transparente a experiência a que se refere, e no instante em que - por objetificação - cristalizam-no, e se torna ligeiramente opaco ao se deslocar da experiência que o originou; se observa que o fundo metonímico contra o qual a territorialidade vestfaliana se assenta, encobre o vezo de uma supressão do elemento vital que - em gênese - a constituiu como anseio ilimitado de liberdade, cujo efeito é da ordem da substantivação do ligeiramente abstrato; efeito que remete os níveis de responsabilidade da condução da Política Internacional, por exemplo, não a sujeitos reais, mas a hipóstases que - no afã de reabilitar as demandas territoriais - encurta e segmenta a própria imanência mundana. Em razão dessa objetificação, que submete o ente biológico à relação ôntica ou funcional, e que o desloca da experiência original a que a emulara, os símbolos espaciais³⁶³ de Império, soberania, Estado e nação se efetivam como idealizações

³⁶³ Prova disso se encontra, por exemplo, nos conceitos de ‘*curvatura de Gauss*’ e ‘*theorema egregium*’ (teorema notável) – ambos formulados por Carl Friedrich Gauss em sua obra: ‘*Indagações gerais sobre superfícies curvas*’ (1827), que se voltam à resolução de uma questão há muito frequente na geometria euclidiana, qual seja: *como conseguir projetar (num mapa plano) a geometria de superfícies não-lineares?* A consequência de ambos os conceitos, resultam no seguinte corolário: uma folha de papel não pode dobrar-se para formar uma porção de esfera sem enrugar-se ou rasgar-se. Por conseguinte, a superfície da esfera não pode plasmar-se sobre um plano sem distorcer as distâncias. Tal corolário traz a seguinte consequência à cartografia: não se pode projetar um mapa da Terra no qual a escala seja perfeitamente constante em cada ponto do plano, daí porque as projeções constantemente alteram a escala em diferentes pontos, desencadeando relativa distorção. Destarte, não se pode construir um mapa perfeito da Terra, surgindo assim compensações especificamente

de valores não-objetivos (ávidos por justiça, igualdade, fraternidade; ambição teleológica; missão civilizadora); sem correlatos materiais correspondentes, no que, encobrindo a relativa vitalidade a que aludem, oculta e anula as iniciativas pessoais dos agentes epocais à maneira de um drama inimputável sem personagens, de modo que é, exatamente, por esse lapso que o eixo ordenador se projeta à proporção que ocupa espaço. Entretanto, o reclame de reparação de algum valor não-objetivo (como a luta contra uma injustiça), quase sempre só se efetiva por contração, ou seja, no instante em que exaure e suprime a vitalidade de seu portador, cujo combate em nome de um apelo concreto resulta, paradoxalmente, em sua substantivação como um clamor abstrato. Exaurindo-se, o dado bruto e concreto da luta se transubstancia em abstrato. O sangue derramado se espalha na materialidade objetual de uma bandeira, hiperconcentrando o impulso vital anterior não como necessidade e conformidade a um fim equivalente ao que o desencadou, mas como índice supratemporal; daquele esforço que, se cristalizando no curso dos acontecimentos, coexiste como condensação multidimensional indiferenciada³⁶⁴, ou seja, como mais uma coisa dentro dos objetos.

Destarte - em um plano de compreensão mais fenomenológico se pode afirmar que - as objetividades presentes nos símbolos espaciais de Império, soberania, Estado nacional e nação carecem de unidade real de um ser biológico (cuja estranheza prévia, não-sintetizável, é marcada pela surpresa da contingência); sendo vias de compensação (em perspectivas totalizantes) do próprio anseio transfronteiriço europeu que, não se reabilitando como coesão espacial harmônica e continental, se instrumentaliza como coexistência espacial *more geometrico*³⁶⁵. Se tomadas sem o respetivo fundo metonímico que os sustentam, tais símbolos espaciais tendem a encobrir as causas decisivas dos seus próprios desdobramentos³⁶⁶ sob um simulacro de supravitalidade; contra o qual a unidade sintética; o

Geopolíticas que tendem a desenhá-lo sob conveniências ideológicas; empenho que revela a especificidade material dos símbolos espaciais.

³⁶⁴ “(...) *intuível nos seguintes termos: em um plano ou eixo de coordenadas, os entes são pontos que, por não possuírem uma forma prévia à relação ôntica, representam um conjunto perfectível de possibilidades que, quando assumem plasticamente o receptáculo material de alguma compensação corpórea, são instrumentalizados como coisas.*” (Parte IV, §5, *Da relação ôntica*).

³⁶⁵ Por certo, a partir da modernidade, a representação de um ente se dá por meio da relação entre o sujeito cognoscente e o objeto (em meio a um espaço absoluto); relação em que o sujeito se contrapõe à contingência, compensada pela via das formulações matemáticas e seu campo de abstração ideal. Tal matematização do existente procede conferindo ao ente características lineares, no mínimo verificáveis, afinal a busca pauta-se pelo algoritmo, ou seja, por aquilo que se pode computar. O corolário consequente é: a essência de algo passa a ser radicada não em sua existência – como pontuara Leibniz; como força em busca de completude, mas sim por seu nível de representação que, ao sobrestimar uma particularidade do ente, anula todas as demais. Portanto, o apelo *more geometrico* mina as potencialidades e emergências da natureza, desvelando-a soberanamente como um conjunto de linhas e volumes dispostos, regular e previsivelmente, em um eixo de coordenadas.

³⁶⁶ Se, como observado no §3, Parte VI, os fenômenos geopolíticos são aqueles desencadeados pelos acordos e interesses mútuos selados entre dois ou mais agentes políticos; aqueles “*que implicam uma força mobilizante*”

sentimento de pertença mútua e os níveis de consciência (próprios das cosmovisões) cedem a uma dimensão uniformemente invariável do mundo, ante o qual o relógio europeu marca e retarda os acontecimentos globais não apenas como relojoeiro, mas como portador de teleologias imanentes.

Como restou esboçado desde o §2B, Parte III³⁶⁷, com franco apelo cratológico³⁶⁸, se pode avaliar que o surgimento de algumas noções políticas - literalizadas e hipostasiadas a partir dos símbolos e experiências espaciais que as originaram, petrificando-as, são intuições que se prestam a vislumbrar simbolicamente a materialidade do poder e, mais do que isso, a sua causa eficiente, ou seja, a sua titularidade legítima; intuições que explicitam, em princípio, a diferença irreduzível da cosmovisão ocidental frente às demais, já que esta se caracteriza pelo esforço de autonomia e conseqüente desvinculação do poder de qualquer apelo religioso. No Ocidente, tais símbolos reduzem o círculo da imanência mundana à horizontalidade; à planicidade, no instante mesmo em que despersonalizam a titularidade dos agentes que detêm, provisoriamente, o poder. Por efeito da despersonalização (própria da imanência), o movimento e o impulso vital, que ativam os eixos, tangenciam o colapso sempre que se subtraem, e, como verdadeiras emanações (próprias da autoconsciência epocal), ressurgem para reclamar sua vitalidade à proporção que - em nome do esforço de compensação do espaço suprimido - seus indivíduos suspeitem as lacunas da unidade sintética. Tais emanações, que nada mais são que o anseio dos símbolos espaciais à cata de expressão, se deslocam no imediatamente terreno desde o círculo de imanência, de modo a dar forma ao inarticulado daquilo que, espacialmente, petrificara, surgindo daí noções como soberania e nação; sendo a última, a metonímica consciência da primeira. Como emanações, as reivindicações imanentes dos símbolos espaciais surgem, insuspeitadamente, reclamando à vitalidade dos agentes políticos meios de repor a ausência de palavras capazes de designar experiências novas ou inusitadas, no que exige o poder simbólico das analogias, que lhes permita compatibilizar o anseio biológico de expansão ou conservação em expressões correspondentes. O *dominium* dos Impérios; o *superanum* das soberanias e o *nascor* das nações, bem como o *Lebensraum* de Ratzel, o *Staten som lifsform* de Kjéllen, o *Heartland* de Mackinder e a *Rimland* de Spykman - cada um destes termos remete a esse esforço de

anterior e conseqüente mobilidade”, logo se pode concluir que seus desdobramentos são as conseqüências desses mesmos fenômenos.

³⁶⁷ Sobre a dupla circularidade do poder: “A) *como a posse relativa de um bem escasso que, em escala de possibilidade, é apenas remoto*, B) *como limite absoluto para além do qual, por perda de autoridade, não pode ser mantido.*”

³⁶⁸ Cratologicamente, o poder legítimo alude a um estreitamento, a um crescente afunilamento em que, no limite de suas exigências como porta-voz da ultima ratio, aquele que governa tende (como em uma escala piramidal) a tomar decisões particularmente excepcionais, quase sempre com o fito de conservar ou estender seus próprios poderes.

transubstanciação de análogos etológicos ou territorialistas em símbolos espaciais; esforço que, aliás, esclarece de que forma se transpõe as vias antinômicas que separam a natureza e o território; o tempo e o espaço; o incondicionado e o condicionado; a objetividade e a subjetividade, qual seja: por meio da contração, ou seja, do empenho do elemento vital no afã de atualizar tal transposição.

De modo específico, em termos hermenêuticos se pode avaliar que, diferentemente da concepção atomística que surge a reboque da defesa das soberanias, que, com efeito, se consagra desde Marsílio de Pádua até Locke, e em nome da qual o território se articula pelos termos voluntários de um contrato social, diferentemente desta concepção, a defesa posterior do ideário nacional passa a dimensionar não só as relações entre os indivíduos e a sociedade, mas a própria territorialidade sob a égide orgânica do espírito de determinação que, transcendendo a própria soberania, se funda em franco contraste com tudo o que a indetermina. Sob a consciência nacional, não apenas as emanações prévias: Império e soberania são subsumidas, como o próprio poder passa a procurar em si mesmo a sua legitimidade na própria imanência de seus horizontes; giro centrípeto que, decorrente da Europa vestfaliana, separa a cosmovisão europeia da contiguidade do mundo.

Percebe-se que, contrapostas as posições cratológicas da Igreja, cujas antíteses desencadeariam os esboços anteriormente apontados sobre a soberania; com a consecutiva defesa das monarquias absolutas - minimizadas, a seguir, pela defesa entusiasmada da soberania impessoal da *Volonté Générale* - o que surge a reboque decorre (como emanação) da contínua supressão do elemento vital em nome de sua reabilitação em uma suprapersonalidade, a saber: a nação. Se a imagem aludida dos eixos diz respeito ao esforço ontológico da expansão e da reconstituição perfectível a que almeja a diferença à procura de sua própria unidade, no instante em que surge no horizonte de consciência político, a ideia de nação vem acompanhada de um elemento distintivo, que, com efeito, é o ápice simultâneo do macropoder e da contração: o do esforço vital de, ao se exaurir, aquele que se sacrifica não o faz em nome do todo cósmico, mas às partes correspondentes de sua imanência mundana, revelando assim o contrário imediato da própria ordem cosmocêntrica arcaica, em nome da qual o sacrifício se justificava à luz da terra como ecúmeno transfronteiriço. Longe se sacrificar pela humanidade inteira, o macropoder nacional só se atualiza enquanto tal comprimindo-se em detrimento do mundo.

Comprimindo-se o ideal humano a partir de suas particularidades genuinamente relativas e acidentais, como o excesso ou a falta de honra e coragem; a lealdade ao solo, o

sentimento nacional se instalou na cosmovisão ocidental suspendendo e exaltando diferenças que, dentre os orientais, ainda pesa sob as exigências confessionais da religião, da profissão de fé pública, da lealdade tribal custosamente franqueadas; exigências que se impõem acima dos reclames territoriais especificamente localizados. A nação - sob o talante da cosmovisão ocidental - é, antes de ser um atributo material do poder (emanação tardia da soberania), um paulatino acontecimento epocal decorrente do esforço conjunto dos eixos ordenador e de exceção ávidos para dar forma a um anseio de comunhão popular, de modo que, para que se efetive como uma realidade política, capaz de subsumir as diferenças regionais em uma unidade, demanda a providencial indeterminação dos agregados territoriais adjacentes. Ao afirmar-se, nega; e, ao negar, repousa.

Deslocando-se de sua fonte biológica primária³⁶⁹, o símbolo espacial a que a emanação nacional remete, encarna de súbito o traço mais particularmente distintivo da consciência europeia, cujo movimento vital ligeiramente suprimido renasce em uma entidade supraindividual que, como um absoluto, sintetiza simultaneamente tanto o território, como a unidade sintética entre indivíduos e comunidades, amalgamando-os em um todo orgânico superior. Sob seu espectro, o círculo da imanência mundana (reduzido) marca o tempo e os processos históricos desde o centro da unidade nacional que o suspeita e, em cujo esforço, no ato de determiná-los, os demais horizontes do mundo se indeterminam, de modo que (ao se projetar) o ideal nacional suspende os determinantes geográficos da continuidade e da contiguidade por obra de um reordenamento espacial que só se efetiva em sobreposição a tudo o que o nega.

No contexto europeu, quiçá, um dos primeiros a intuir a composição e literalização desses símbolos espaciais: *Nação, soberania, identidade e linguagem*, foi Johann Gottfried von Herder – quem, desde seu: “*Fragmentos sobre a Literatura Alemã*” (1766-1767), apontava para a ideia de que o espírito nacional radicar-se-ia na capacidade expressiva da língua, cuja partilha implicaria a formação de experiências em comum objetivamente inteligíveis. Ora, subjacente a essa composição - sob a qual nação, soberania, identidade e língua se codeterminam - a defesa entusiasmada de Herder reforça uma filosofia da diferença por meio da qual as noções correntes de: povo, cultura e história são prontamente ressignificadas, contrariando as posições teleológicas que previamente as determinavam. (ZAMMITO, 2009, p. 68.).

³⁶⁹ §5, Parte VI.

Dimensionando o ser humano como um ente que se caracteriza, sobretudo, pela capacidade de articulação simbólica da realidade, Herder literaliza o símbolo relativo à nação como uma unidade orgânica na qual os indivíduos partilham não apenas um reservatório equivalente de experiências intransferíveis, mas se comunicam na mesma língua, comungando assim um espírito comunitário, doravante um *Volksgeist*. *Mutatis mutandis*, como quem compreendesse a premissa anteriormente esboçada³⁷⁰, Herder concebe a unidade sintética entre indivíduo e comunidade (a que a própria emanção de nação remete), como decorrente dos níveis de consciência articuláveis e disponíveis, objetivamente, em uma cultura, de modo que – em razão disso – reclama aos profetas e poetas a posição decisiva dos agentes epocais, ou seja, daqueles que movem e renovam os ciclos da cosmovisão e do próprio estado de coisas (MENGES, 2009, p. 199).

Em linhas gerais, Herder parece condicionar a cosmovisão ocidental ao povo alemão, tornando-o metonimicamente portador incorrupto das tradições e valores que moldaram o Ocidente; no que encarna, preliminar e rudimentarmente, uma via pessoal e concreta à pergunta: *como a Geopolítica se tornou consciente de seus próprios fins?* Resposta: por meio de um eixo ordenador ou intelectual que, em busca de expressão (presente em figuras como Herder), marca a cosmovisão ocidental no instante em que reclama à literalização dos símbolos espaciais não apenas a *ration d'être* do próprio mundo, como os implica como finalidade epocal superior, em nome da qual a própria História se justifica³⁷¹.

A Geopolítica se torna consciente de seus próprios fins no Ocidente, à proporção que a sua intelectualidade passa a ver em seus símbolos espaciais (em especial, por meio de sua emanção mais efetiva: *a nação histórica*³⁷²) um Destino Manifesto que se confunde

³⁷⁰ “Como atua no eixo de exceção, ou seja, de modo relativamente tardio, não há poder político senão como consequência do nível de articulação e do fascínio resultantes do eixo de ordenador, com efeito, não há vida comunitária, doravante vida política, sem que haja tanto uma linguagem publicamente articulada, além de uma conversão de bens escassos em excedentes.” (§5E, Parte III).

³⁷¹ E é, exatamente, por essa relativa supressão do elemento vital, e, em seu vazio, que os eixos ordenador e de exceção se estimulam para dar forma aos anseios inarticulados da unidade sintética (indivíduo/comunidade), mais especificamente, aos reclames difusos presentes nos valores não-obetivos, como: Justiça, Igualdade, Liberdade, etc.

³⁷² “Por certo, como representam a expressão material da própria cosmovisão que encarnam - pois que se confundem com o círculo da imanência mundana de sua própria efetividade - as nações históricas desdobram um movimento com a seguinte característica: como dínamo imanente das aspirações simbólico-espaciais, incorporável como representação retrospectiva do poder heroico, mitológico; incorrupto e triunfal, aludindo pois, ao anseio último da perfectibilidade e da totalidade que a amalgamação entre o eixo ordenador (com seus intelectuais) e o eixo de exceção (com os agentes políticos) tendem a evocar, doravante: em uma remissão nostálgica a uma dimensão espacial em cuja comensurabilidade harmônica e orgânica, uma pureza biológica e étnica se radicará.” (Parte VII, 5D).

com a condução epocal do próprio gênero humano³⁷³; fenómeno inviabilizado pela cosmovisão oriental tanto pelos modelos de territorialidade tribal ou difusa, bem como pelas satisfações que a consciência dispensa à hierarquia e dogmas religiosos. Em razão dessa emanção nacional, própria da cosmovisão ocidental, os símbolos espaciais se tornam autônomos, e sob suas respectivas autonomias, o espaço cede aos constantes tremores temporais mobilizados pela tensão entre intelectuais e políticos; entre eixos formalmente antinômicos, que, na expectativa de sintetizá-los e reabilitá-los como unidade, desencadeia-os insuspeitadamente como fenómenos geopolíticos em que, como em êxodos e diásporas modernas, refugiados e despatriados lutam pela sobrevivência.

No contexto de Herder, diferentemente de países como França ou Inglaterra que, sob os auspícios revolucionários, se tornaram unificadas, a Alemanha era então um território relativamente disperso com uma centena de principados, marcados pela Reforma e pela Guerra dos Trinta Anos; horizonte de consciência que explica, simultaneamente, um sentimento de desorientação e anseio nostálgico de reconstituição. Antinômico, sob certos aspetos, tal sentimento ensejará um inusitado eixo ordenador que, ora apelará a um idílico regresso à natureza e a certo clamor por uma pureza, outrora, corrompida; ora a um orgulho nacional que, ainda que ávido por se afirmar desde o presente, se reconstitui ao prestar contas com o passado³⁷⁴. Avaliando-se sua influência em seu tempo como resultado da simultânea recepção e antítese à influência francesa no continente, como sacristão e filósofo – que o candidatava a uma posição estratégica em um nascente eixo ordenador, genuinamente germânico, do qual decorreria o revolucionário movimento literário *Sturm und Drang*, a Herder se pode atribuir e endossar o trecho a seguir:

A nação é uma criação (...) dos intelectuais – diferentes da *Intelligentsia* – que elaboraram o conceito cultural e o transformaram em político, servindo-se dele como fonte de poder e de resolução da sua identidade mutilada na passagem da religião para a razão. (SMITH, 1991, p.57).

³⁷³ O vislumbre de uma tal teleologia decorre de uma conciliação entre o Iluminismo (*Aufklärung*) e o Romantismo Alemão, que - ligeiramente radicada nas filosofias de Kant, Hegel e Schelling, como uma compreensão acerca da consumação última da natureza efetivada em um Espírito que se concebe livre e espontaneamente a si mesmo - não tardará a dar frutos no *Novecento* através de uma teodicéia do processo epocal, cujo nacionalismo posterior o encarna arquetipicamente como emanção.

³⁷⁴ Significativo quanto a isso se torna a obra que marca o renascimento da cultura grega na Prússia, a saber: *'Geschichten hellenischen Stämme und Städte'* (1820) de Karl Otfried Müller (Rykwert, 2015). Dada a sua fixação idílica por Esparta, Müller fora o primeiro (dentre os germânicos) a propor uma herança sanguínea com os mitológicos filhos de Hércules, consagrada na tese de serem os prussianos herdeiros diretos dos antigos dóricos, doravante espartanos. Segundo o historiador Arnaldo Momigliano em: *'Sesto contributo alla storia degli studi classici e del mondo antico'* (1980), o anseio idílico de Müller fora a causa da compreensão sobrejamente partilhada entre os alemães, que acirrara a ideia de ser o dorianismo-prussiano o único elo de preservação da genuína filosofia grega.

O nascente senso de pertença mútua e consequente despertar de certa consciência nacional, desde a receção aos ideais da Revolução Francesa, aflorou entre os prussianos durante as guerras napoleônicas. A vitória do exército do povo francês, do qual se destacava um eixo capital uniforme, cujo serviço militar obrigatório minimizava as eventuais barganhas da prática ancestral do financiamento a exércitos de mercenários, deu provas aos prussianos da vinculação entre soberania e senso de pertença por meio de um sentimento patriótico, em nome do qual se justifica, particularmente, a unidade sintética entre indivíduo e comunidade. Sob esse clima de acirrada rivalidade mimética, a que René Girard atribuíra à simultânea admiração e repulsa de Clausewitz a Napoleão (*'Arrematar Clausewitz'*, 2007), e que, com efeito, retrata as relações extremadas entre França e Alemanha (personificadas naquela rivalidade mimética³⁷⁵), se pode avaliar como o senso de resistência patriótica se construiu nesta última nação. Não se pode preterir, com efeito, a disparidade entre ambas, afinal, diferentemente da Alemanha, a França já era unificada e governada há 72 anos (1643-1715) por Luís XIV (HAWES, 2019, p.109). Tamanha influência continental, que se fizera sentir não apenas na arquitetura – da qual o Palácio Sans Souci dá provas –, mas igualmente na adoção dos costumes e, mais do que isso, na própria língua, com efeito, o próprio Frederico, o Grande (1712-1716) diminuía o alemão como uma língua semibárbara, incapaz de conceber um gênio à altura; particularidade que revela o estado de coisas subjacente à formação do ideário nacional genuinamente germânico.

Decorre dessa peculiar objeção, a adoção do francês como língua oficial da Academia Prussiana das Artes (HAWES, p. 112). Contra essa panorâmica, deveras afrancesada e da qual a própria corte prussiana a reforçava, é que Herder lançará suas

³⁷⁵ “Nesta última obra (Achever Clausewitz, 2007), Girard refere o surgimento de uma nova forma de violência, para além da conhecida forma de duelo. A figura de Napoleão — sobretudo no sexto capítulo intitulado ‘Clausewitz e Napoleão’ — assume-se com especial importância por ser o herdeiro da Revolução Francesa e por esta ter sido um momento onde as ideias de Clausewitz não se aplicariam, já que a guerra não poderia ser aí vista do ponto de vista aristocrático. Desta forma, Girard reconhece uma certa fixação de Clausewitz em Napoleão, sobretudo na estruturação do seu *On War*, onde Bonaparte se constitui como o modelo a imitar, para Clausewitz. Ora, isto quer dizer que Girard considera Napoleão o modelo de Clausewitz, através do qual este estrutura todo o seu pensamento: Clausewitz imita assim Napoleão e a sua obra. Com esta tónica mostra não só a profunda influência que o general francês teve nele, mas elucida também um problema europeu: as relações franco-alemãs e o modo como Girard as entende à luz de *On War*: ‘o desejo da paz francês causou uma nova escalada aos extremos.’ Vemos que a problemática da violência moderna teve distintas expressões, ocupando a Revolução Francesa um lugar determinante. Enquanto evento à escala global, a tomada de Bastilha despoleta um novo tipo de violência. A Revolução Francesa inaugura então um novo tipo de violência: a guerra total, a mobilização de toda a sociedade. Isto significa que a violência moderna decorre de um longo processo histórico e a natureza da rivalidade mimética é altamente ambígua e complexa. E se se pode dizer que começa com a Revolução, tal escalada aos extremos arrega-se mimeticamente mais tarde, sobretudo no século XX: ‘O século XX polariza fortemente os conflitos de ideologias, em vez dos de território, reflete estas mutações. Os conflitos contemporâneos são, por outro lado, estruturados como uma constelação de ressentimentos geopolíticos, tensões, e a ameaça global do terrorismo, em torno de um modelo normativo — a democracia liberal. [...] Enquanto modelo de organização política e social, a modernidade ocidental com os seus símbolos seculares como a democracia liberal é propensa para ser um objeto de desejo mimético e rivalidade’.” (MERUJE, 2016, p.125).

invetivas, dando condições para que o fervor nacionalista amadureça de modo muito mais político em Fichte³⁷⁶, filósofo cujos “*Discursos à Nação Alemã*”, em 1807, bradados no anfiteatro da Academia de Berlim e no contexto da derrota da Prússia em Iena, representarão um esperançoso alento em meio às guerras napoleônicas³⁷⁷. No bojo desse afã nacionalista, Fichte concebe um Destino Manifesto ao povo alemão, cuja partilha entusiástica da mesma língua e traços constitutivos, levá-lo-ia a uma missão epocal superior:

(...) Zum Behuf einer Schilderung der Eigentümlichkeit der Deutschen ist der Grundunterschied zwischen diesen und den anderen Völkern germanischer Abkunft angegeben worden: daß die ersteren in dem ununterbrochenen Fortflusse einer aus wirklichem Leben sich fortentwickelnden Ursprache geblieben, die letzteren aber eine ihnen fremde Sprache angenommen, die unter ihrem Einflüsse ertötet worden. [...] Sind wir bisher im Gange unserer Untersuchung richtig verfahren, so muß hierbei zugleich erhellen, daß nur der Deutsche - der ursprüngliche, und nicht in einer willkürlichen Satzung erstorbene Mensch, wahrhaft ein Volk hat und auf eins zu rechnen befugt ist, und daß nur er der eigentlichen und vernunftgemäßen Liebe zu seiner Nation fähig ist. Dies ist nun in höherer, vom Standpunkt der Ansicht einer geistigen Welt überhaupt genomener Bedeutung des Worts, ein Volk: das Ganze der in Gesellschaft miteinander fortlebenden und sich aus sich selbst immerfort natürlich und geistig erzeugenden Menschen, das insgesamt unter einem gewissen besonderen Gesetz der Entwicklung des Göttlichen aus ihm steht. Der Glaube des edlen Menschen an die ewige Fortdauer seiner Wirksamkeit auch auf dieser Erde gründet sich demnach auf die Hoffnung der ewigen Fortdauer des Volks, aus dem er selber sich entwickelt hat, und der Eigentümlichkeit desselben, nach jenem verborgenen Gesetze; ohne Einmischung und Verderbung durch irgendein Fremdes und in das Ganze dieser Gesetzgebung nicht Gehöriges. Diese Eigentümlichkeit ist das

³⁷⁶ “*The philosophical matrix which bred the main arguments for the connection of nation and language is already revealed in Fichte’s Addresses to the German Nation (1807–1808), where (in his 13th Address) he argues that the language is the inner boundary that defines the nation’s spiritual sense.*19 Moreover, Fichte (who was of humble origin) could also personify the effects of French sovereignty over the German society, as the French victory of 1806 (combined with his appointment at the University of Berlin, where he was welcomed into the romantic circles) changed dramatically his political—ideological background: from a supporter of the ideals of the French Revolution he became a passionate servant of the national thought and the national rebirth. Moreover, Fichte’s philosophical views of his late period laid the foundations of an early nationalism, while with his Law on Morality (Sittengesetz) he bypassed the Kantian idea of modest respect for the rights of others, demanding the active sacrifice of love and support. This kind of love creates concurrently specific collectives: the family, the state (Nation), the state as a national state (Nationalstaat).22 Equally indicative is the case of the co-founder of German idealism, Herder, who uses in a nearly synonymous way the terms people (Volk), state (Staat) and nation (Nation), thus describing an organization of people characterized by the geographical area where they are active and demarcated solely through the use of a common language.23 For Herder and Fichte the question of the creation of a civil society is not an intractable philosophical problem. A people’s natural unity that distinguishes them as a nation, is neither territorial nor political, but first of all linguistic. The edifice of a civil society characterised by stability and durability can therefore be built on the foundations of understanding and solidarity that language can ensure.24 Apart from Herder and Fichte, other romantic writers, often invoked by the German nationalists on the eve of the First World War, were Ernst Moritz Arndt (1769–1860), who advocated years before the apex of Darwinism the natural social need for major nations to subdue the small ones, the historian Joseph von Görres, who called for a shift of the German border all the way to Asia, relying on the superiority of the German race, or August Wilhelm Schlegel, a supporter of the idea of the historical rivalry between the German and the Slavic world.” (STOGIANNOS, 2019, p.32).

³⁷⁷ Em: “*Poetisierung – Politisierung: Deutschlandbilder in der Literatur bis 1848.*” Paderborn 1994, W. Gosmann e K. H. Roth remetem para o facto de que o republicano Fichte já apontava para a subserviência das cortes alemãs para a cosmovisão francesa, notadamente a sua cultura e sua língua, no que contrapunha tal espírito de submissão estrangeira a um clamor aos povos germânicos que, de modo a incluir os escandinavos, suíços e austríacos, pudessem sobrepor o senso de comunidade nativo ao egoísmo forasteiro.

Ewige, dem er die Ewigkeit seiner selbst und seines Fortwirkens anvertraut, die ewige Ordnung der Dinge, in die er sein Ewiges legt; ihre Fortdauer muß er wollen, denn sie allein ist ihm das entbindende Mittel, wodurch die kurze Spanne seines Lebens hinieden zu fortdauerndem Leben hinieden ausgedehnt wird. Sein Glaube und sein Streben, Unvergängliches zu pflanzen, sein Begriff, in welchem er sein eigenes Leben als ein ewiges Leben erfaßt, ist das Band, welches zunächst seine Nation, und vermittelt ihrer das ganze Menschengeschlecht innigst mit ihm selber verknüpft, und ihrer aller Bedürfnisse, bis ans Ende der Tage, eingeführt in sein erweitertes Herz. Dies ist seine Liebe zu seinem Volke, zuvörderst achtend, vertrauend, desselben sich freuend, mit der Abstammung daraus sich ehrend. Es ist Göttliches in ihm erschienen, und das Ursprüngliche hat dasselbe gewürdigt, es zu seiner Hülle und zu seinem unmittelbaren Verflößungsmittel in die Welt zu machen; es wird darum auch ferner Göttliches aus ihm hervorbrechen. Sodann tätig, wirksam, sich aufopfernd für dasselbe. Das Leben, bloß als Leben, als Fortsetzen des wechselnden Daseins, hat für ihn ja ohnehin nie Wert gehabt, er hat es nur gewollt als Quelle des Dauernden; aber diese Dauer verspricht ihm allein die selbständige Fortdauer seiner Nation; um diese zu retten, muß er sogar sterben wollen, damit diese lebe, und er in ihr lebe das einzige Leben, das er von je gemocht hat. Fragt man mich, wie dies zu erreichen ist, so ist darauf die einzige, alles in sich fassende Antwort diese: Wir müssen eben zur Stelle werden, was wir ohnedies sein sollten, Deutsche³⁷⁸. (FICHTE, 1971, p.266.)

Tamanho entusiasmo, como dito acima: no contexto da derrota de Jena e consequente contraposição ao militarismo napoleônico, tornaria Fichte o símbolo de um nascente eixo ordenador, cujo impacto se faria sentir na Prússia com a pioneira articulação da Universidade e da academia militar; a instituição do serviço militar obrigatório e do ensino universal. É desta articulação, da qual o entusiasmo fichteano se projeta como emanção de um eixo ordenador, que parte não tão somente a ascensão da Prússia no

³⁷⁸ “(...) Para descrever a peculiaridade dos alemães, eis que foi dada a diferença básica entre estes e demais povos de ascendência germânica, em que: os primeiros permaneceram no fluxo ininterrupto de uma língua original evoluindo da vida real, mas estes últimos assumiram uma língua que lhes era estrangeira, cuja influência os destruiu. [...] Se até agora procedemos corretamente no decurso da nossa investigação, deve ficar claro que só o alemão - o homem original, e não aquele que morreu num estatuto arbitrário, tem verdadeiramente uma nação, e está autorizado a contar com uma, e que só ele é capaz de amor real e racional por sua nação. Esta é uma nação no sentido mais elevado da palavra, tomada do ponto de vista de uma visão de mundo espiritual em geral: o conjunto dos homens vivendo em sociedade uns com os outros e gerando continuamente a si próprios de forma natural e espiritual, o que, como um todo, o põe sob uma certa lei especial do desenvolvimento do divino a partir dele. A fé do homem nobre na continuação eterna de sua atividade (mesmo nesta terra) é baseada na esperança da continuidade do povo a partir do qual ele próprio evoluiu, e na peculiaridade de tal povo, de acordo com aquela lei oculta: sem interferência e corrupção de qualquer coisa estranha, não pertencente a toda esta legislação. Esta é a coisa eterna a que ele confia a eternidade de si mesmo, bem como da sua existência; a ordem eterna das coisas em que ele coloca a sua eternidade; em que ele deve querer que continue, pois só ela é o meio pelo qual ele pode prolongar o curto período da sua vida até seu fim. A sua fé e o seu esforço para plantar o imperecível; a sua concepção na qual ele agarra a sua própria vida como uma vida eterna, é o laço que em primeiro lugar liga a sua nação, e por meio dela, toda a raça humana, mais intimamente consigo mesmo, e todas as suas necessidades, até ao fim dos dias; introduzidas no seu coração alargado. Este é o seu amor pelo seu povo, em princípio: respeitando-o, confiando nele, regozijando-se nele, honrando-se com a sua descendência. O Divino manifesta-se nele, e o Primordial dignificou-o tornando-o a sua concha e o seu meio imediato de exaltação no mundo; por isso, o Divino continuará a brotar dele. Depois de estado ativo, eficaz, sacrificando-se por isso. A vida, apenas como vida, como continuação de uma existência em mudança, nunca teve qualquer valor para ele de qualquer forma; ele apenas a quis como fonte de permanência; mas esta permanência só lhe promete a continuação independente da sua nação; para a salvar, ele deve mesmo querer morrer, para que ela possa viver, e ele pode viver nela a única vida de que alguma vez se empenhou. Se me perguntarem como é que isto vai ser obtido, a única resposta abrangente é esta: Temos de nos tornar o que devíamos ser de qualquer forma, Alemão.” (FICHTE, 1971, tradução nossa).

contexto da Europa continental, mas igualmente os rudimentos científicos do que se consagrará como Geopolítica, cujo horizonte de consciência apela ora ao rigor minucioso da descrição geográfica, ora à teleologia espiritual de um Destino Manifesto que, a despeito do anseio autojustificado de condução da humanidade, só pode surgir materialmente, ou seja, desde suas partes.

Destaca-se que, para Fichte, a unidade original e a independência da subjetividade consoma-se apenas em uma vontade comum supraindividual; vontade que se realiza à proporção que se integra em comunhão com uma ordem moral, a partir da qual a evidência do sujeito para si mesmo subordina os seus próprios interesses em nome de uma moralização comum, no que resulta, com efeito, na relativa aniquilação do ego como instância individual. Por conseguinte: “*Das Ich geht eben unter, es vernichtet nicht sich, durch irgendeine Freiheit, sondern es wird vernichtet*” (FICHTE, p.370). Em âmbito mais específico, como nível de consciência³⁷⁹, Fichte parece endossar a certeza de que, quando apurada pelos ciclos amadurecidos de uma cosmovisão, a língua é a força de articulação responsável por regular aquilo que pondera como *gemeinsame Leben der Völker*, ou seja, como a aniquilação do sujeitos em uma vida em comum, cuja síntese é, pois, uma atividade contínua, doravante: *Selbsttätigkeit*.

Afirmando o traço particularmente distintivo da germanidade, Fichte reconhece (assim como Hegel igualmente o faria³⁸⁰) a marca distintiva trazida pela Reforma Protestante que, em franca contrariedade à secularização do poder papal, aponta para um respetivo senso imanente de organização política apartado das demandas espirituais, cuja consequência é a sobreposição dos clamores nacionais aos apelos transfronteiriços da cosmovisão cristã. Adaptando o anteriormente referido³⁸¹, e muito em função da circunstância histórica (em

³⁷⁹ Quando a linguagem, relativamente amadurecida pela capacidade comunicativa dos símbolos mitológicos e religiosos (ao se remeter ao bem como graça, ou seja, àquilo que é desejável gratuitamente), ganha autonomia, as fontes vitais da língua (já adquiridas e incorporadas na comunicação pela força do sacrifício e encantamento anterior) são cultivadas em um dínamo de tensões que espelha e liberta o mundo da contingência, e enfim repousam em uma série de conciliações com as forças do solo, do humano e da terra. Neste ciclo virtuoso, a língua empreende e restabelece níveis mais amplos de comunicação, tão vívidos que são capazes de tornar próximos os que estão distantes, convocando os mortos e proscritos, aliançando planos de comunhão que imediatamente integram e transcendem o nexa temporal, não se restringindo extensivamente, mas se renovando intensivamente.

³⁸⁰ Do mesmo modo que Fichte, o entusiasmo de Hegel com a Reforma decorreu de sua ênfase à imanentização do mundano; nos seus termos, condição de possibilidade para a constituição do próprio Estado moderno, não como um pré-requisito à emergência da vida supranacional (extensiva a outras realidades territoriais), mas em âmbito eminentemente europeu. (§ 339, Supp., TW 7, 502).

³⁸¹ §2, Parte VI: “*Caracterizando-se pela defesa alegórica de certezas assimiláveis em um ato de fé, dentre as quais, o sacrifício inaugural dos ser, que alude ao surgimento do cosmos e, extensivamente, ao do próprio território, os ciclos primários são aqueles em que os níveis de consciência giram ao redor do mistério e da absurda gratuidade da existência e cujas evocações são igualmente cíclicas, retrospectivas e ávidas pela duplicação da ordem cósmica em seus análogos terrenos.*”

pleno contencioso com os franceses), Fichte parece conceber uma imanentização de um ciclo primário, cujo sacrífico seja cultuável não por ordem de seu caráter teofânico ou divino, mas por obra da vinculação à terra; fenómeno com fortes consequências políticas que, dotando o símbolo espacial de nação de um aditivo espiritual, tornar-se-á um rascunho de todos os nacionalismos³⁸². Para empreender essa imanentização - a partir da qual o sacrífico é reevocado não pela gratuidade do ser (indiferente às particularidades dos que o cultuam), mas pelas diferenças do sangue – Fichte delega tal responsabilidade secular à mecânica do eixo de exceção (expressivamente o Estado), no que acaba por sobrepô-lo a uma altura outrora ocupada pela Igreja. Do extremo que parte de Herder até Fichte, a perplexidade subjacente à questão de como a Geopolítica logrou-se autoconsciente no Ocidente, torna-se dirimível quanto mais a diferença irreduzível do modo como aqueles símbolos espaciais (Império, soberania, nação e Estado) foram literalizados por obra da rivalidade mimética desencadeada intestivamente pela própria Europa (com especial atenção ao contencioso franco-prussiano), no que evidencia as linhas de sua exceção, a saber: a dimensão do poder como forma híbrida que, entre a religiosidade e a secularização, sintetiza (por vias analogantes) certa teologia política.

É desde essa perspectiva híbrida a partir da qual os símbolos espaciais são deslocados de suas formas puras por obra da tensão aberta entre os poderes mundanos, em nome dos quais governantes, intelectuais e religiosos se digladiam, que o ideal da territorialidade ocidental, como os rudimentos da Geopolítica são mutuamente concebidos, de modo que é a instrumentalização espacial em nome de sua emanção imperial, soberana, nacional ou estatal que, vinculando-as, as desencadeia; é claro, não sem certo prejuízo formal, ante o qual o movimento vital (suprimido) empresta o seu princípio de autoridade e consequente responsabilidade a hipóstases sem correspondentes reais ou concretos. A consequência de tal instrumentalização, municida por um eixo ordenador em franca atuação acadêmica no contexto europeu (haja vista as figuras de Ratzel, Kjellén, Haushofer), resultou no facto de que:

(...) A Geopolítica foi preparada para colocar a Geografia a serviço de uma Alemanha militarizada. Suas funções foram a de coletar informações geográficas, orientá-las para servir os propósitos do governo e apresentar algumas delas ao público sob a forma de propaganda. (EARLE, 1948, p.394).

³⁸² “*diese Dauer, verspricht ihm allein die selbstständige Fortdauer seiner Nation; um diese zu retten, muß er sogar sterben wollen, damit diese lebe, und er in ihr lebe das einzige Leben, das er von je gemocht hat.*” (FICHTE, p.202).

Surgida em um contexto europeu como consequência do horizonte de consciência acirrado com o contencioso aberto pela Guerra Franco-Prussiana (ante o qual a rivalidade entre Alemanha e França encontra um verdadeiro teatro de guerra), a Geopolítica se deslocará, autonomamente, até compatibilizar os interesses espaciais mais prementes com os poderes materiais capazes de fomentá-los; no que converterá o ideário do *Jus Publicum Europeum* (e sua defesa estratégica) em sua condição de possibilidade³⁸³.

B

A síntese entre ambos os tópicos anteriores nos leva à seguinte certeza: como cresce de modo espiralado (em calamitosas transposições territoriais), por óbvio, as consequências do fenómeno geopolítico (como reordenamento do território desde o vislumbre ideal de sua espacialidade) recrudescem quanto mais o poder tende ao macropoder (imperial, soberano, estatal ou nacional), de modo que nada o representa (de maneira mais implacável) que através da articulação entre o poder secular e a intelectualidade, ou entre os eixos de exceção e ordenador, cuja evocação a um símbolo espacial as vincula de modo a suprir a lacuna intransponível entre *natureza/espaco/território; poder/liberdade*.

Portanto, é na suspeita de uma missão epocal (à maneira de um Destino Manifesto), ou seja, no anseio de reabilitação de um símbolo espacial (capaz de restaurar o Ocidente desde o zero de sua possibilidade), que reside a própria construção formal da Geopolítica, a partir da qual - como efeito dos ciclos terciários de um horizonte de consciência tomado pela crise de legitimidade política, religiosa e filosófica (constante no intermédio entre os séculos XVIII e XIX) - a própria Europa tensiona como realidade em meio à crescente dissolução de sua unidade material, desdobrada na formação espiritual de sua cosmovisão e de seus territórios, resultando assim: “*na autoafirmação do ‘homo artifex’ que se emancipa de toda a visão religiosa do mundo, domina a realidade com força de sua curiosidade científica e se faz autor de seu próprio destino.*” (DONNAGIO, 2006, p. 163). Ora, se o objeto da Filosofia da Geopolítica é o macropoder, e este só se atualiza, excepcionalmente, exaurindo (por contração) o esforço vital de quem o suspeita e o instrumentaliza, a preocupação desta Filosofia é extensiva à seguinte questão: *em que medida o homo artifex (como personificação do poder) é capaz de – em prejuízo dos binômios: natureza/território; poder/liberdade/; círculo da imanência/mundo – sacrificar-se pelo afã espacializante de algum anseio nostálgico, ávido por reparação?* A presença do

³⁸³ Resultando assim, em impressões como esta: “A Geopolítica não é nada além da ideologia da expansão imperialista.” (NEUMANN, 1942).

homo artifex se faz pressentir pelos rastros agônicos do fenómeno geopolítico; com sua estranheza transfronteiriça, êxodos e levadas de refugiados.

Como esforço de superação da crise e conseqüente reabilitação da unidade política, religiosa e filosófica (a que a Europa se vira condicionada no contexto pós-Reforma), eis que o *homo artifex* surgira sob os lampejos reparadores do Iluminismo, cujas luzes se empenharam em deprender regularidade no curso aparentemente cíclico da História, conformando-a a leis universais. É desde tal convocação, cujo caráter racional aponta e desvela o reino dos fins últimos da natureza e da História, que o *homo artifex* (arquetipicamente europeu) vislumbra nos símbolos espaciais a máxima expressão do poder terreno ou secular, e, em seu nome, instrumentaliza o mundo, transsubstanciando-os em ideal perfectível tão logo os intua. Subjacente àquela convocação, a ciência da Geopolítica surge no horizonte de consciência europeia com a especificidade a que responde Kant sobre a impossibilidade de uma História *a priori*, cuja eventual aplicação demandaria a seguinte exigência qualitativa: “Resposta: quando o advinho produz – ele próprio – e organiza os acontecimentos que anuncia antecipadamente.”³⁸⁴ Antecipando-se àquilo que desdobra, o advinho em questão é o duplo do *homo artifex*; aquele que, em nome das partes, doa o próprio sangue à sua consumação, como se tão logo o fizesse, reabilitasse a ordem cósmica.

Sob certa feita, apesar de (à maneira de Ratzel) escamotear o impulso de um símbolo espacial em sua emanção imperialista ante os termos latentes de uma acertada descrição realista de um estado de coisas geográfico, constante em suas leis e rigores nomotéticos; apesar desse ligeiro encobrimento, a missão epocal subjaz à Geopolítica clássica como uma expectativa que, eventualmente intuída por agentes políticos capazes de atualizá-la, restitua o território (especificamente europeu) ao caráter transfronteiriço de sua condição espacial prévia, cuja totalidade remonta ao ecúmeno perdido. Destarte, tais termos latentes cabem na seguinte advertência, e, mais do que isso, ao *homo artifex* capaz de exaurir-la ao sangue da efetividade epocal: “A organização Geopolítica do mundo tende para um Império Único ocupando todo o orbe terráqueo.” (BACKHEUSER, 1950, p.430).

Pautando-se em um raciocínio circular que toma por pressuposto o que deveria provar (próprio da unidade de propósito subjacente aos ciclos terciários e seus correlatos materiais: as ideologias e seus símbolos espaciais, cujos agentes não se distinguem do advinho kantiano, que produz e organiza os próprios acontecimentos que anuncia) - a advertência anterior fatura a cientificidade da Geopolítica ante os critérios apontados por Alfred Hettner à Geografia que a pressupõe, a saber: nem exclusivamente nomotético nem

³⁸⁴ “Wie aber ist eine Geschichte a priori möglich? - Antwort: wenn der Wahrsager die Begebenheiten selber macht und veranstaltet, die er zum Voraus verkündigt.” (Kant's gesammelte Schriften. Hrsg. v. d. Preuß. Akad. d. Wiss., 28 Bände, Berlin, 1910).

particularmente idiográfico, ou seja, entre o caráter híbrido de um conjunto de leis universais e um fundo residual ideológico³⁸⁵ que, por certo, só pode ser transposto por contração. Neste caso, apesar das visadas pontuais (constantes na parcela efetivamente científica que o realismo geopolítico encerra), a parcela restante (aquela que apela tanto à remissão nostálgica de um símbolo espacial, como à compactação entre os eixos ordenador e de exceção; entre políticos e intelectuais) dota a Geopolítica de um caráter gnosiológico peculiar, cuja hibridez ora conforma os determinantes a um conjunto de leis inteligíveis, ora (a troco de modificá-los) obtém da força de imposição política os meios de sua implementação.

Se esquematizável por ordem dos eventuais temores: organiza-os anunciando-os. Endossando-se a tese de Helmut Plessner³⁸⁶ (*Die Verführbarkeit des bürgerlichen Geistes*, 1959) para quem, diferentemente, do processo de constituição do ideal nacional de países como França ou Inglaterra, a Alemanha não construiu sua respetiva consciência a partir de uma mitologia, mas sim da evocação medieval (não menos saudosa) ao símbolo espacial imperial, se pode avaliar a particularidade daquela cosmovisão, cuja vinculação à Geopolítica a remonta originalmente, quiçá, como autoexpressão. Genericamente europeia, mas especificamente prussiana ou alemã, a Geopolítica encarna categórica e metonimicamente o impulso vital da cosmovisão ocidental em seu esforço por reclamar – à maneira de Alexandre – a reabilitação total do ecúmeno, sob a qual descansa todos os planos do mundo.

Em termos fenomenológicos se avalia que uma tal reabilitação (constante na cosmovisão alemã em nome de sua remissão dórica ou espartana) não se atualizaria para a consciência senão ao modo de uma vivência que, revivendo-a sem os seus correlatos materiais (presentes, onticamente), só tornar-se-ia disponível com um aditivo, a saber: o anseio de restauração daquilo que, noematicamente, se perdeu. Despertando para as sedimentações de alguma aquisição civilizacional encoberta -, nos albores de um passado apoteótico, a consciência alemã se constituiu segundo uma vivência intencional (ávida por

³⁸⁵ Tal impasse metodológico - extremado em uma *metábasis* - submete a Geopolítica à mesma instabilidade gnoseológica a que a própria Geografia está submetida, agravada, pois: “entre el mundo natural, objeto de la razón teórica, y el mundo moral, dominio de actuación de la razón práctica.” (PEREIRA, 2009, p. 62).

³⁸⁶ “Outrossim, ainda no que tange ao ideal da Idade Média (...), vale indicar uma constatação do filósofo Helmut Plessner, de acordo com a qual a Alemanha não disporia de uma consciência nacional baseada em tradição e mitos. Enquanto nações como a França, a Inglaterra e a Holanda teriam consolidado sua consciência em suas respetivas “épocas douradas” correspondentes à disseminação do iluminismo e humanismo, a Alemanha teria continuado sendo a portadora de uma ideia medieval do “império”. Cf. Helmut Plessner. “Analyse des deutschen Selbstbewußtseins” [Análise da autoconsciência alemã] [1960], in *Die Verführbarkeit des bürgerlichen Geistes* [A seduzibilidade do espírito burguês]. Op. cit., pp. 251-259.” (SANTOS, Patrícia da Silva, 2014, p.24).

reconstrução) e um excedente volitivo que, como uma pulsão restauradora, voltar-se-ia continuamente como desejo, aliás, como um anseio que, duplicando o objeto de devoção sem trazê-lo à luz da consciência, só tornar-se-ia efetivo como imagem. Fáustica imagem que, arquetipicamente, ecoa neste tom:

Ich bin der Geist der stets verneint!
Unde das mit Recht; denn alles was entsteht
ist werth daß es zu Grunde geht;
Drum besser wär's daß nichts entstünde.
So ist denn alles was ihr Sünde,
Zerstörung, kurz das Böse nennt,
Mein eigentliches Element³⁸⁷. (GOETHE: *Fausto*, Studierzimmer I).

Sem referência a um correlato objetivo, que, aliás, só se torna inteligível segundo os graus de sua evidência, diferentemente do mais objetivamente possível, aquilo que é desperto pelas imagens fantasmiais de uma unidade de propósito (como expressão de um desejo) vem à tona (à luz da consciência) com um aditivo emocional que, como excedente, simultaneamente, irradia e ofusca. A despeito de suas descrições precisas, sobretudo, às concernentes aos determinantes regulares e seus condicionantes, a Geopolítica clássica modula um senso excedente que, apontando para a reabilitação nostálgica de certo símbolo espacial (capaz de, em Destino Manifesto, conduzir a destinação humana), encobre uma certa antinomia; uma certa incompatibilidade que, dúbia, mobiliza à biblioteca ou ao campo de batalha³⁸⁸, pois que, precisa no instante em que se desvela para os seus destinatários reais, os desperta. Tal antinomia, não sem certo apelo heroico grandiloquente, ressoa ainda nas palavras de Heinrich von Treitschke, para quem a finalidade da emanação nacional é a de promover a guerra, cuja: “(...) *necessidade prática: é também uma necessidade teórica, uma exigência da lógica. O conceito de Estado implica o conceito de guerra, já que a essência do Estado é a potência.*” (TREITSCHKE apud Fontana, 2004, p.229). Se a Geografia serve, antes de tudo, para fazer a guerra³⁸⁹; a Geopolítica serve para suspeitá-la, antevendo (nos

³⁸⁷ “*Eu sou o espírito que sempre nega/ e isto com justiça; pois tudo o que surge/ é digno de perder-se/ Por isso, seria melhor que nada viesse a surgir. Assim, pois, tudo o que vós chamais de pecado/ destruição, numa palavra, o mal/ isto é o meu elemento.*” (Da autodefinição de Mefistófeles quando questionado por Fausto sobre quem era.).

³⁸⁸ Em análise ao recrudescimento de análises Geopolíticas por obra do Neo-eurasianismo, referidas na *Problematização* desta tese, o geopolítico Luís Tomé considerou recentemente: “*A perda do estatuto de grande potência internacional traduzir-se-ia numa nostalgia imperial e num ressentimento antiocidental, com a emergência de uma linha restauracionista e de um neo-eurasianismo em que se valorizam a História e as qualidades da posição geográfica da Rússia.*” (TOMÉ, Luís, 2007.). De todo, qualquer ideologia que instrumentalize a palavra Geopolítica em nome de aspirações transfronteiriças e símbolos espaciais internacionalistas, além, é claro, de imagens nostálgicas ávidas por objetividade, certamente, fará ressoar o alarme para eventuais fenómenos geopolíticos.

³⁸⁹ Breve menção à obra homônima de Yves Lacoste: “*Géographie, ça sert d’abord à faire la guerre.*” (Paris, 1976).

ruídos ambiciosos das bibliotecas) os ecos tardios das batalhas. Paralelamente aos livros dispostos em uma biblioteca e as lamúrias lançadas em um campo de batalha, há certas imagens que, evocadas em algum estado afetivo entre a expectativa e a nostalgia, se enrijecem como espectros, de modo que, mal constituídas, aturdem como fantasmas. Potestades, territórios, Impérios, soberanias e nações a assemelham. Tais imagens, reabilitadas por algum anseio nostálgico, e particularmente simbólico-ideológico, se projetam sobre o espaço, e, de modo intensivo, sulcam a coesa impenetrabilidade das formas extensivas. Avaliando-as em suas pretensões altissonantes, em nome das quais, a própria Geopolítica se fundamenta, tais imagens apontam para um desejo arcaico, e não menos latente que, ambicionando-o como redenção escatológica, volteia ao passado fragmentando o presente. A estas esfaceladas tensões de tempo - em que redenção e anseio se indeterminam; a estes fervores intelectuais que irradiam e ofuscam; a esta nostalgia sem objeto, em nome de símbolos que decalcam sombras lamuriosas, e a estas vítimas eventuais de cortejos e ideais desconhecidos, cuja trama as imobiliza, é que a suspeição filosófica viceja a Geopolítica, ciente de que - em razão de seus arquétipos fantasmais e da surpresa inesperada de seus espectros - o passado precisa ser redimido para enfim ser superado.

- Agamben, G. (1998). *O Poder Soberano e a Vida Nua. Homo Sacer*. Presença: Lisboa.
- Almirall, E. (2005) *A origem das grandes religiões - História Universal* : Vol. 7. Editora Salvat: Espanha.
- Amusquivar, E.L e dos Passos, R.D.F. (2018). *A gênese da Geopolítica e sua difusão na história mundial*, Rev. Bras. Est. Def. v. 5, nº 1.
- Angioni, L. (2008). *As Noções Aristotélicas de Substância e Essência*. Campinas: Editora Unicamp.
- Arcasso, Wesley de Sousa e mourão, Paulo Fernando Cirino. (2011). *Karl Haushofer: A geopolitik alemã e o III Reich*, Departamento de Geografia da FCT/UNESP, Presidente Prudente, n. 11, v.1.
- Aristóteles. (1981). *Métaphysique*. (J. Tricot, ed. & trad. 2ªed., vol.1.). Librairie Philosophique J. Vrin: Paris.
- _____. (1998). *Política*. Tradução de José Oscar de Almeida Marques. Departamento de Filosofia, IFCH-Unicamp.
- Aron, R. (2002). *Paz e guerra entre as nações*. Raymond Aron; Prefácio de Antonio Paim; Trad. Sérgio Bath (1 a. edição) Brasília: Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.
- Armonstrong, K. (2016). *Campos de sangue: religião e a história da violência*. (Rogério Galindo trad.1ªed.). Companhia das Letras.
- Austin, J. L. (1970). *Quando dizer é fazer*. Palavras e ações. Artes Médicas: Porto Alegre.
- Backheuser, E. (1950). *Leis Geopolíticas da Evolução dos Estados*. Boletim Geográfico, Rio de Janeiro.
- Badie, B. (1996). *O fim dos territórios: ensaio sobre a desordem internacional e sobre a utilidade social do respeito*. Piaget: Lisboa.
- Barbaras, R. (2013). *Dynamique de la manifestation*. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin.
- Barbosa, M. J. (2008). *Crescimento econômico da Índia antes e depois das reformas de 1985/1993* – Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
- Barracough, G. (1972). *Os Papass na Idade Média*. Verbo: Lisboa.

- Barrau, J. (1998). *‘Os homens na natureza: Esboço da história natural das sociedades e dos costumes humanos’*, “História dos costumes – O tempo, o espaço e os ritmos”. Editorial Estampa, Lisboa.
- Beaud, O. (1994). *La Puissance de l’État*. Paris, PUF.
- Bello, A. A. (2000). *A fenomenologia do ser humano*. EDUSC, SP.
- Benda, J. (2007). *A Traição dos Intelectuais*. trad. Paulo Neves, Peixoto Neto: São Paulo.
- Bodin, J. (2011). *Os seis livros da república*. (José Carlos Orsi Morel trad. & rev. José Ignacio Coelho Mendes Neto., v. 1). São Paulo: Ícone. (6 v.).
- Bollnow, O.F. (2019). *O homem e o espaço*; tradução de Aloísio Leoni Schmid. – Curitiba: Editora UFPR.
- Boni, L. A. (2003). *De Abelardo a Lutero: estudos sobre filosofia prática na Idade Média*. Porto Alegre: Edipucrs.
- Bonfim, U.C. (2005). *Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército: Geopolítica*, Escola de Comando e Estado-Maior do Exército Brasileiro.
- Breitenbach, A. (2006). *Mechanical explanation of nature and its limits in Kant’s Critique of Judgment*. Studies in History and Philosophy of Biological and Biomedical Sciences.
- Cancian, R. (2007). *Geopolítica: Teorias do Heartland e do Rimland*. Texto de Sociologia. Universo On Line UOL Educação/Sociologia). Disponível em <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/sociologia/geopolitica-teorias-do-heartland-e-do-rimland.htm>. Acesso em 09 de novembro de 2020.
- Caracciolo, E. (2017). *Le teorie dello spazio di Husserl: tra Raumbuch e Dingvorlesung*. Philosophy. Université Paris sciences et lettres; Università degli studi (Torino, Italia).
- Carsten, N, F. L. (1954). *The origins of Prussia*. Oxford: Clarendon Press.
- Carvalho, O. (1996). *Aristóteles em nova perspectiva*. Rio de Janeiro: Topbooks.
- Carvalho, O.; Dugin, A. (2012). *Os EUA e a Nova Ordem Mundial: Um debate entre Alexandre Dugin e Olavo de Carvalho*. (1ªed.). Vide Editorial.
- Carpentier, J. & Lebrun, F. (2000). *A história do Mediterrâneo*. (tradução: Ana Moura). Estampa: Lisboa.
- Cerbone, D. R. (2012). *Fenomenologia* (tradução: Caesar Souza.). Vozes: Petrópolis, RJ.
- Chevalier, J.J.(2001). *As grandes obras políticas de Maquiavel a nossos dias*. (Lydia Christina trad.). Agir: Rio de Janeiro.
- Claval, P. (1981). *Evolución de la Geografía Humana*. 2. ed. Barcelona: Oikos-Tau.

- Costachie, S. (2011). *German school of geopolitics. Evolution, ideias, prospects*. Revista Română de Geografie Politică Year XIII, no. 2.
- Crawford, N.E (2011): *Prima Gratia, Prima Fide, and Prima Scriptura: Reforming Protestant Principles*. In *The Continuing Relevance of Wesleyan Theology*. OR: Wipf and Stock.
- Cristi, R.P. (2017). *A teoria econômica na cosmovisão de Ibn Khaldun*. Dissertação de Mestrado (Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo/ Área de concentração: Estudos Judaicos e Árabes. USP, São Paulo.
- D'Holbach, P.H. T. B. (2017). *La Politique Naturelle, ou Discours sur les Vrais Principes du Gouvernement*, Vol. 1 (Classic Reprint) (French Edition). Forgotten Books, London.
- Da silva, A. B. (2003). *A Geopolítica alemã na República de Weimar: o surgimento da Revista de Geopolítica*. Estudos Geográficos, 1(2): 1-15.
- Dawson, C. (2016). *Criação do Ocidente: a Religião e a Civilização Medieval*. É Realizações: São Paulo.
- Defarges, P. M. (2003). *Introdução à Geopolítica*. Gradiva: Lisboa.
- Derrida, J., & Dufourmantelle, A.(2003). *Da hospitalidade*.(A. Romane trad.). Escuta.
- Dilthey, W. (1999): *O surgimento da hermenêutica*. Tradução: Eduardo Gross./ Revisão: Luís. H. Dreher. Numen: revista de estudos e pesquisa da religião, Juiz de Fora, v.2, n.I, p. (11-32).
- Domingues, I. (1996). *O fio e a trama. Reflexões sobre o Tempo e a História*. Editora UFMG, Iluminuras: Belo Horizonte.
- Donnagio, E. (2006). *Uma sóbria inquietude: Karl Löwith y la filosofía*. Buenos Aires: Katz.
- Dorrien, G. (2004). *Imperial designs: Neoconservatism and the New Pax Americana*. New York: Routledge.
- Duguit, L. (1918). *Jean-Jacques Rousseau, Kant & Hegel*. Paris, M. Giard & E. Brière.
- Dumézil, G. (1970). *The destiny of the warrior*. Translated by Alf Hiltebeitel. Chicago: The University of Chicago Press.
- Earle, E. M. (1948). *Makers of Modern Strategy*. Princeton: Princeton University Press.
- Eliade, M. (2001). *O sagrado e o profano*. Martins Fontes: São Paulo:
- Engerman, S. (1983). *Contract labour, sugar and technology in 19th century*, The Journal of Economic History. (Vol. 43, No. 3). Cambridge University Press.

Efken & Danilo, V. C. R.M.(2013). *Homo compensator – sobre a carreira antropológica de um conceito metafísico*. (Vol. 04. No. 02). *Problemata: R. Intern. Fil.*

Excerpts from Pentagon's Plan. (1992, 8 março). *Preventing the re-emergence of a new rival*. New York Times.

Ibn, S.(1974) *The life of Ibn Sīnā*. (William E. Gohlman trad.). State university of New York Press.

Fawcett, B. (2013). *Condenados a repetir a história: as lições que nunca devemos esquecer*. Clube do Livro, Lisboa.

Ferguson, N. (2009). *A ascensão do dinheiro – A história financeira do mundo*. Tradução: Cordelia Magalhães, Editora Planeta, São Paulo.

Fernandes, M. (2011). *O papel da Geopolítica na posição da Alemanha na I e na II Guerra Mundiais*. Nação e Defesa. (Nº129.,5º Ed., pp.263-287). Lisboa.

Fichte, J.G. (1971). *Gesammelte Werke*, Hrsg. v. Herbert Fichte. Band 7. Berlin.

Fiori, J.L. (2007). *Nicholas Spykman e a América Latina*. Le Monde Diplomatique Brasil.

Fontana, J. (2004). *A história dos homens*. Bauru: Edusc.

Fontana, V. F. (2006). *Constituição do mundo no idealismo transcendental de Edmund Husserl*. Tempo da Ciência. (Vol. 13).

Forghieri, Y. C. (Org.) (1984). *Fenomenologia e Psicologia*. São Paulo: Cortez.

Foster, J. B. (2006). *A nova Geopolítica do Império*. (14a ed.). *Revista Outubro*.

Flusser, V. B. (2010). *Uma autobiografia filosófica*. São Paulo: Annablume.

Fragelli, I. C. (2014). *Natureza, História, Poesia: A exposição simbólica da Bildung*. (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo.

_____. (2015). *Explicar ou interpretar? Kant e Herder, entre a filosofia e a ciência*. In: *Filosofia da Natureza do Idealismo Alemão*. 12(2). *Revista Dois Pontos*, São Carlos, Brasil.

Fréchette, G. (2016). *A tese de Brentano (revisitada)*. *Revista Guairacá de Filosofia*, Guarapuava.

Gadamer, H.G. (1997). *Verdade e Método*. tradução de Flávio. Paulo Meurer. - Petrópolis, RJ : Vozes.

Gasset, O. (2016). *O que é a filosofia?*, Edições Cotovia: Lisboa.

Gil F. S.F. (2012). *Geografia das Formas Simbólicas em Ernst Cassirer*. In.: BARTHE-DELOIZY, Francine; SERPA, Angelo (orgs.). *Visões do Brasil: estudos culturais em geografia*. Salvador: EDUFBA.

Goethe. (1986). *Der Tragödie erster Teil*. Philipp Reclam: Stuttgart.

Goethe. (2005). *Die Absicht Eingeleitet*. In: *Sämtliche Werke, "Schriften zur Morphologie"*. Bd. 24 (40). KUHNS, Dorothea (Hrsg.). Frankfurt am Main: Deutscher Klassiker Verlag, 1987, p. 392. Tradução: SUZUKI, Márcio. *A ciência simbólica do mundo*, in: NOVAES, A. (Org.), *Poetas que pensaram o mundo*. São Paulo: Cia das Letras.

Goldstein, J. & Keohane, R. (1993). *Ideias and foreign policy: Beliefs, Institutions, and Political Change*. Cornell University Press.

Gosmann, W. (1994). *Poetisierung – Politisierung: Deutschlandbilder in der Literatur bis 1848*. Editors: Wilhelm Gössmann and Klaus-Hinrich Roth. F. Schöningh, Paderborn.

Gottmann, J. (1942). The background of Geopolitics. *Military Affairs*, Cambridge, v. 6, n. 4, p. 197-206, winter.

Gierke, O. (1957). *Natural Law and the Theory of Society/ (1500-1800)*. Beacon Press: Boston.

Girard, R. (2008). *A violência e o sagrado*. Editora Paz e Terra, São Paulo.

Gray, C. S. (1977). *The Geopolitics of Nuclear Era*. New York: Crane, Russak, and Co.

Guilhermino, D.P. (2019). *Simbolismo e intuicionismo na primeira filosofia de Husserl*. Orientador: Carlos Alberto Riberto de Moura. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Hamza, G. (2014). *The idea (concept) of "third Reich" in the German legal, philosophical and political thinking in the 20th Century*. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Belo Horizonte, n. 109. pp. 177-196.

Hawes, J. (2019). *A mais breve história da Alemanha*. (Edição: Duarte Bárbara/ Revisão: Marta Jacinto). Publicações Dom Quixote, Alfragide – Portugal.

Heidegger, M. (1927:1975). *Os problemas fundamentais da fenomenologia*. Petrópolis: Vozes, 2012. Original alemão: *Die Grundprobleme der Phänomenologie (Gesamtausgabe Band [= GA] 24)*. Frankfurt/M.: Vittorio Klostermann, 1975 (2005). (= HEIDEGGER, 2012); trad. espanhola: *Los problemas fundamentales de la fenomenologia*. Madrid: Trotta, 2000 (= HEIDEGGER, 2000).

_____. (2002). *Ensaio e Conferências*. (Emmanuel Carneiro Leão trad.). Editora Vozes: Rio de Janeiro.

_____. (2012). *Ser e tempo*. (F. Castilho trad.). Ed. Vozes; Petrópolis.

Hofstede, G. (1980). *Culture's Consequences: international differences in work-related values e Cultures and Organizations: software of the mind*. London: McGraw-Hill.

Husserl, E. (1913). *Allgemeine Einführung in die reine Phänomenologie*. Hua III/1. Hrsg. von K. Schuhmann. Den Haag: Nijhoff, 1976. II. Abschnitt, Kap. 3, Id. §25, p. 114 et seq. ('Noesis und Noema').

_____. (1997). *Ideen zu einer reinen phänomenologie und phänomenologischen Philosophie*. Zweites Buch: Phänomenologische Untersuchungen zur Konstitution. Trad. inglesa: Richard Rojcewicz & André Schuwer. *Ideias pertaining to a pure phenomenology and to a phenomenological philosophy*. Second Book: *Studies in the phenomenology of constitution*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 1989.

_____. (2001). *Meditações Cartesianas*. São Paulo: Madras.

_____. (2002). *Ideias para uma fenomenologia pura e para uma filosofia fenomenológica: introdução geral à fenomenologia pura*. (Sukuzi, M. Trad.). São Paulo: Ideias & Letras.

Hegel, G.W.F. (1969). *Werke in zwanzig Bänden* (abreviação = TW). Moldenhauer E., Michel, K.M. (orgs.). *Phänomenologie des Geistes*. Band 3. Frankfurt am Main: Suhrkamp.

Huntington, S. (2009). *O Choque das Civilizações e a Mudança na Ordem Mundial*, Lisboa: Gradiva.

Jolivet, R. (1959). *Curso de Filosofia*. (Tradução de Eduardo Prado de Mendonça). 4ª Edição. Agir Editora, Rio de Janeiro.

Jouvenel, B. (1998). *O poder: história natural de seu crescimento*. (Paulo Neves trad., 1ªed.). São Paulo: Peixoto Neto.

Kant, I. (1984). *Histoire Générale de la Nature et Théorie du Ciel*. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin.

_____. (1999). *Géographie. Physische Geographie*. Paris: Aubier, Tradução de Michèle Cohen-Halimi, Max Marcuzzi et Valérie Seroussi.

_____. (2005). *Forma e princípios do mundo sensível e do mundo inteligível*. In: _____. *Escritos précríticos*. (Paulo Licht dos Santos trad.). São Paulo: Ed. UNESP.

_____. (2005). *Die Metaphysik der Sitten*. (MS). Trad. José Lamego. Lisboa: Calouste Gulbenkian.

_____. (2008). *Crítica da Faculdade do Juízo*. Trad. Valério Rohden e Antônio Marques. 2. Ed - Rio de Janeiro: Forense Universitária.

_____. (2010). *Crítica da razão pura*. (Manuela Pinto dos Santos & Alexandre Fradique Morujão trad., 7ªed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

- Kantorowicz, E. H. (1998). *Os dois corpos do rei: um estudo sobre a teologia política medieval*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Kelly, P. (2006). *Classical Geopolitics: a new analytical model*. Stanford: Stanford University Press.
- Keeping the U.S. First. (1992, 11 março). *Washington Post*.
- Kolabiska, M. (1912). *La circulation des élites en France*, Lausanne, Librairie F. Rouge & Cie.
- La Blache, P.V (1896). *O princípio da Geografia geral*,. In: Haesbaert, Rogério; Pereira, Sérgio Nunes; Ribeiro, Guilherme (Org.). Vidal, Vidais: textos de Geografia humana, regional e política. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- Lal, D. (2007). *O elogio dos Impérios: Globalização e ordem*. (Fernanda Oliveira trad.). Mem Martins, Publicação Europa-América, Portugal.
- Langer, S. K. (2004). *Filosofia em nova chave*, Perspetiva: Debates.
- Laswell, H. (1936). *Politics: Who Gets What, When, and How*. New York: Whittlesey House, McGraw-Hill Book Co.
- Ledrut, R. (1998). *História dos costumes: O Tempo, o espaço e os ritmos*. (Vol.1). In Jean Poirier (Ed.). Editorial Estampa: Lisboa.
- Lencioni, S. (2003). *Região e Geografia*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- Lima, I P. (1997). *Os Orientes de Eça de Queirós*. Semear: Rio de Janeiro.
- Liu, E. *Alfred Thayer Mahan: Father of Sea Power*. Senior Division. Historical Paper: Disponível em: <http://files.caikri.webnode.com/200000022-dae3fdbdd4/Texto%206.1%20-%20Alfred%20Thayer%20Mahan%20-%20Father%20of%20Sea%20Power.pdf> . Acesso em: 3. Dez.2020.
- Lombraña, J.V. (2000). *Compendio de Epistemología*. Trotta, Madrid.
- Lonergan, B. (1992). *Insight*. Toronto: The University of Toronto Press.
- Lopes, M. S. (2010): *Novo dicionário do Islão: Por que é o que o Islão atrai e amedronta?*, Casa das Letras, Lisboa.
- Livingstone, D. N. (1992). *The Geographical Tradition: Episodes in the History of a Contested Enterprise*. London: Blackwell.
- Manguel, A. (2005). *Os livros e os dias. Um ano de leituras prazerosas*. SP: Companhia das Letras.

Marias, J. (1971). *Antropologia Metafísica*, trad. Diva Ribeiro de Toledo Piza. São Paulo: Livraria Duas Cidades.

Maquiavel, N. (2010). *O Príncipe*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras.

Mello, M.A.F. (2007). *O fenômeno da simpatia segundo Max Scheler: uma pergunta sobre o fundamento filosófico desse fenômeno*. Dissertação de Mestrado, PUC: Rio de Janeiro.

Menges, K. (2009). *Particular Universals: Herder on National Literature, Popular Literature, and World Literature*. In: ADLER, Hans & Koepke, Wulf (ed). *A Companion to the Works of Johann Gottfried Herder*. Rochester: Camden House.

Meruje, M.M.A (2016). Tese de Doutorado: *Metamorfoses da Rivalidade Mimética Uma Leitura Atualizante de René Girard*. Universidade da Beira Interior - Faculdade de Artes e Letras - .Covilhã.

Molet, L. (1998). *História dos costumes – Vol. 1*. in: ‘*O Tempo, o espaço e os ritmos. História do cômputo e de alguns calendários*’. Direção de Jean Poirier, Tradução: Manuel Ruas, 1ª edição: Editorial Estampa, Lisboa.

Momigliano, A. (1980). *Sesto contributo alla storia*. Edizioni di storia e letteratura, Roma.

Moustakas, C. (1994). *Phenomenological Research Methods*. Thousand Oaks: Sage Publications Ltda.

Moura, C.A. (2001). *Racionalidade e crise: estudos de história da filosofia moderna e contemporânea*. São Paulo, Discurso Editorial.

Moraes, A.C. R. (1983). *Geografia: pequena histórica crítica*. 2nd ed. São Paulo, HUCITEC.

Moraes, A. C. R. (1989). *A gênese da Geografia moderna*: Editora Hucitec: São Paulo.

Mireaux, E. (1979). *A vida quotidiana no tempo de Homero*, Edição Livros do Brasil Lisboa.

Miyamoto, S. (1981). *O pensamento geopolítico brasileiro, 1920-1980*. Dissertação de Mestrado em Ciências Políticas. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP: São Paulo.

Neumann, F. (1942). *Behemot: the structure and practice of National Socialism*. New York: Oxford University.

Nietzsche, F. (2003). *Segunda consideração intempestiva: da utilidade e desvantagem da história para a vida*. Tradução de Marco Antônio Casanova. Rio de Janeiro: Relumê Dumará.

Nunes, T.P.B.M e Silva, M.B. (2018). *Fundamentos da Geopolítica neo-eurasianista na inserção russa no caso sírio*, Rev. Bras. Est. Def. v. 5, nº 1, jan./jun.

Oliveira, E. (2011). *O lugar da metafísica na filosofia da religião de Bernard Lonergan*. Revista de Estudos de Religião., Prometeus, 2 (2).

Oliveira, R.(2012). *A institucionalização da Geografia alemã na passagem do século XIX ao século XX: Peschel, Ratzel e Hettner*. Revista Geografares.

Pactočka, J. (1988). *Qu'est-ce que la phénoménologie?* Trad. E. Abrams, Grenoble: Millon.

_____. (2002). *Plato and Europe*, trad. Petr Lom, Stanford University Press, California.

Pádua, M. (1997). *O Defensor da Paz*. Tradução e Notas de José Antônio Camargo Rodrigues de Souza. Petrópolis: Vozes.

Penna, J.O.M.(1988). *Utopia Brasileira*. (vol.13). Editora Itatiaia Limitada: Belo Horizonte.

Peón, A. S. (1999) *Pensar la frontera: La filosofía del límite de Eugenio Triás*. Pensadores en la frontera: Universidad de Coruña.

Pereira, R.M.F.A. (2009). *Da geografia que se ensina à gênese da geografia moderna*. 4. ed. Florianópolis: Editora da UFSC.

Pimenta, A.D. (2018). *Gnosticismo e modernidade no pensamento de Eric Voegelin (1901-1985)*./ (Dissertação de Mestrado em Ciências da Religião pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais). PUC: Belo Horizonte.

Platão. (1949). *República*, Livro III, 42c. (Maria Helena da Rocha Pereira trad.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian.

Ponty, M. (1994). *A fenomenologia da percepção*./ Tradução: Carlos Alberto Ribeiro de Moura Editora: Livraria Martins Fontes.

Pufendorf, S. (2009). *Le droit de la nature et des gens ou Système général des principes les plus importants de la morale, de la jurisprudence et de la politique*. / Samuel Pufendorf ; traduction de Jean Barbeyrac. Caen : Presses universitaires de Caen, France.

Quepons, I. (2013). *Nostalgia y anhelo: contribución a su esclarecimiento fenomenológico*. Open Insight.

Ratzel, F. (1990). *Geografia do Homem: Antropogeografia*. (Fátima Murad trad.). In: Ratzel. MORAES, Antonio Carlos Robert (Org.). São Paulo: Editora Ática.

Ribeiro, G. (2009). *Luta pela autonomia e pelo território: Geografia e os estados alemão e francês na virada do século XIX ao século XX*. Revista Mercator. Ceará: Fortaleza: UFC, ano 08, n. 15.

Ribeiro, G., 2014. *Modos da Soberania e a Questão Contemporânea do Poder*. Tese de Doutorado. IESP/UERJ.

- Ricouer, P. (1996). *A região dos filósofos*. Tradução de Marcelo Perine, Nicolás Nyimi Campenário. São Paulo: Loyola.
- Rykwert, J. (2015). *A coluna dançante: sobre a ordem na arquitetura* / Joseph Rykwert; [tradução: Andrea Buchidid Loewen, Maria Cristina Guimarães, Cassia Nasser]. I. Ed. – São Paulo: Perspetiva.
- Roheim, G. (2000). *Les portes du rêve*. Payot: Paris.
- Rosa, L.V.D (2001). *Uma teoria do discurso constitucional*. Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Direito, Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná. Orientador: Prof. Dr. Clèmerson Merlin Clève. Curitiba.
- Rosa, T.L.C.P. (2010). *A experiência antepredicativa segundo Husserl passividade e atividade nas constituições originais*. Universidade Católica de Petrópolis; Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia.
- Sabine, (1992). George H. *Historia de la teoría política*. Segunda edición, décimotercera reimpresión. México, D. F.: Fondo de Cultura Económica.
- Sack, R. (1986). *Human territoriality – Its theory and history*. Cambridge University Press.
- Savian Filho, J., (2016). *A antropologia filosófico-teológica de Edith Stein na história do conceito de pessoa*. In: *Seminário Internacional de Antropologia Teológica: Pessoa e Comunidade em Edith Stein*. Porto Alegre.
- Sartre, J., (2002). *O Ser e O Nada: Ensaio de Ontologia Fenomenológica*. 11th ed. Petrópolis: Vozes.
- Santos, M. F. (1958). *Filosofia e cosmovisão*. 4th ed. São Paulo: Logos.
- _____.(1962). *Análise de Temas Sociais*. (vol. 1). São Paulo: Logos.
- _____.(1963). *O homem perante o infinito*. 5th ed. São Paulo: Logos.
- _____.(1964a). *Dicionário de Filosofia e Ciências Culturais*. São Paulo: Editora Matese.
- _____.(1964b). *Origem dos Grandes Erros Filosóficos*. São Paulo: Matese.
- _____. (1968). *Teoria geral das tensões*. São Paulo: Editora Matese.
- _____. (2001). *A sabedoria das leis eternas*. São Paulo: É Realizações.
- Santos, D. (1982). *Palavra e pensamento*. In: *Obras completas – Tomo II*. 2nd ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Santos, P.S. (2014). *Siegfried Kracauer: sociologia e superfícies. Escritos até 1933*. Tese de Doutorado (Sociologia) apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

- Selligman-Silva, M.(2005). *O local da diferença: Ensaios sobre memória, arte, literatura e tradução*. São Paulo: Editora 34.
- Scheler, M. (1964). *La esencia de la filosofía*. Trad. Elsa Tabernig. Buenos Aires: Nova.
- Scheler, M. (2003). *A posição do homem no cosmos*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Schuon, F. (1989). *Compreender o Islão*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Sganzerla, A. (2013). *Biologização do ser moral em Hans Jonas*. Revista de Filosofia Aurora. Curitiba, V.25, n.36.
- Sodre, N.W. (1976). *Introdução à Geografia: Geografia e ideologia*. Rio de Janeiro: Editora Vozes.
- Sokolowski, R. (2002). *Semiotics in Husserl's Logical Investigations*. In: ZAHAVI, D.; STJERNFELT, F. (eds.). *One Hundred Years of Phenomenology: Husserl's Logical Investigations Revisited*. The Hague, Netherlands: Kluwer Academic Publishers.
- Smith, A. (1991). *National Identity*. London, Penguin books.
- Spary, E. (2000). *Utopia's Garden: French natural history from old regime to Revolution*. Chicago: University of Chicago Press.
- Sprout, M.T. (1973). *Mahan: evangelist of sea power*. In: EARLE, Edward Mead. *Makers of modern strategy*. Princeton: Princeton University Press.
- Stafford, B.M. (1984). *Voyage in to Substance: art, science, nature and illustred travel account, 1760-1840*. Cambridge: MIT Press.
- Stein, E. (1999). *Psicologia e scienze dello spirito: contributi per una fondazione filosofica*. Roma: Città Nuova.
- Stein, E. (1997). *A caminho de uma fundamentação pós-metafísica*. Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Stegmüller, W. (1977). *A filosofia contemporânea: introdução crítica*. São Paulo: E. P. U.
- Strausz-Hupé, R. (1942). *Geopolitics: the struggle for space and power*. New York: G.P. Putnam's Sons.
- Skinner, Q. (1996). *As fundações do pensamento político moderno; revisão técnica: Renato Janine Ribeiro*. - São Paulo: Companhia das Letras.
- Sylla, B., (2013). *Pragmaticidade do olhar fenomenológico sobre o discurso: Husserl, Bühler, Ammann e Heidegger*. Prometeus.
- Tomé, L. (2007). *Grande Jogo Geopolítico nos Espaços do "Espaço Pós-Soviético"*. In Europasia. Site de Relações Internacionais. Lisboa.

- Tosta, O. (1984). *Teorias Geopolíticas*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército.
- Tourinho, C.D.C. (2012). *Intuição de essências e indução: da observação dos fatos à objetividade fenomenológica nas ciências humanas*. Universidade Federal Fluminense - UFF. Cadernos da EMARF, Fenomenologia e Direito, Rio de Janeiro, v.4, n.2, p.1-152.
- Vesentini, J.W. (2005). *Novas Geopolíticas*. 4. ed. São Paulo: Contexto.
- Walter, G. (1923). *Zur Ontologie der sozialen Gemeinschaften*, em Jahrbuch für Philosophie und phänomenologische Forschung, vol.VI.
- Waldenfelds, B. (2000). *La responsabilité*. In: LEVINAS., E. *Positivité et transcendance*.(Jean-Luc Marion org.), Paris: Vrin.
- _____.(2007). *The question of the other*, Nova York: State University of New York Press.
- Weigert, H. (1943). *Geopolitica; generales y geógrafos*. México, Fondo de Cultura Económica.
- Weil, E. (2011). *Filosofia política*. 2nd ed. Edições Loyola, São Paulo.
- Weil, S. (2017). *Reflexões sobre as causas da Liberdade e da Opressão Social*. (Tradução: Maria de Fátima Sedas Nunes). Ed. Antígona, Lisboa.
- Winter, O. (2003). *Shakespeare na Europa*. Publicações Europa-América. Lisboa.
- Wittfogel, K.A. (1992). *Textos originais de 1929 e biografia do autor*, coordenados por Heidemann, Dieter, em colaboração com Alves, Glória.; Barbosa, Altiva.; Giansanti, Roberto. Seleção de textos da AGB, nº20. São Paulo.
- Vieira, C.M. (2006). *A formação do estado e do mercado nacionais alemães: uma perspectiva histórica*. (Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro). Universidade Federal do Rio de Janeiro/ Instituto de Economia.
- Vieira, J, A. (2016). *Redução fenomenológica, idealismo transcendental e intersubjetividade: o problema da Quinta Meditação Cartesiana de Husserl*. Dissertação de Mestrado em Filosofia. (Orientada por Roberto Wu). Universidade Federal de Santa Catarina.
- Violante, A.R. (2015). *A teoria do poder marítimo de Mahan: Uma análise crítica à luz de autores contemporâneos*. R. Esc Guerra Naval, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1.
- Voegelin, E.(2009). *Ordem e História: Israel e a Revelação*. (Vol. I). (Cecília Camargo Bartalotti trad.). São Paulo: Edições Loyola.
- Yogananda, P. (1999). *Autobiografia de um Iogue*. São Paulo: Self Realization Fellowship.

Zammito, J. (2009) *Herder and Historical Metanarrative: what's Philosophical about History?* In: ADLER, Hans & Koepke, Wulf (ed). *A Companion to the Works of Johann Gottfried Herder*. Rochester: Camden House.

Zapelini, M. B. (1996). *Colaboração entre os Setores Público e Privado: Elementos para uma Teoria Política*. – Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina.

Zeleny, J. (1974). *La estructura lógica de El Capital*, Grijalbo, Barcelona.

Zimmermann, F.W. (1986). *The Origins of the So-Called Theology of Aristotle, Pseudo-Aristotle in the Middle Ages: The Theology and Other Texts*, ed. Jill Kraye, W. F. Ryan and C. B. Schmitt, London, The Warburg Institute.

Zweig, S. (1999). *Momento supremo*, Rio de Janeiro, Editora Record. Com nova tradução. (Título da edição de 1936: *Momentos decisivos da humanidade*.).